

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de História**

**O Instituto Nacional do Mate e a economia ervateira  
brasileira (1938-1967)**

**José Antonio Fernandes**

São Paulo  
2019

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de História**

**O Instituto Nacional do Mate e a economia ervateira brasileira (1938-1967)**

**José Antonio Fernandes**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

**Orientador: Prof. Nelson Hideiki Nozoe**

São Paulo  
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F345i      Fernandes, José Antonio  
            O Instituto Nacional do Mate e a economia  
            ervateira brasileira (1938 a 1967) / José Antonio  
            Fernandes ; orientador Nelson Hideiki Nozoe. - São  
            Paulo, 2019.  
            353 f.

            Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras  
            e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
            Departamento de História. Área de concentração:  
            História Econômica.

            1. Erva-mate. 2. Instituto Nacional do Mate. 3.  
            Economia ervateira. 4. História do Brasil República.  
            5. História Econômica. I. Nozoe, Nelson Hideiki,  
            orient. II. Título.

## **FOLHA DE AVALIAÇÃO (OBRIGATÓRIO)**

À minha mãe, pai e à Danielle

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu orientador, Nelson Hideiki Nozoe, por toda colaboração que dispensou a esse texto e pelas muitas e valiosas críticas e observações que fez nas diferentes versões do mesmo. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fundamental apoio financeiro, que possibilitou que eu reduzisse a carga horária do meu concurso do estado de Santa Catarina e assim dedicasse mais tempo às pesquisas e à escrita da tese. Também agradeço às diretoras e demais funcionários da escola em que trabalho (E.E.F. Almirante Tamandaré, Guaramirim, SC), pela compreensão e pelo apoio nos momentos em que tive que me ausentar, especialmente à Cristiana Poltronieri e à Cleia Souza, duas diretoras que estiveram mais tempo presentes ao longo desses anos. Agradeço ao Fabio Farias de Moraes, meu amigo e colega de doutorado, pelas dicas e sugestões preciosas em temas que envolviam Economia, que muito me ajudaram nesse processo. Agradeço ainda aos meus pais, porque mesmo de bem longe e sem entender direito ainda do que se tratava esse tal de doutorado, sempre me deram apoio moral e incentivo, acreditando em mim, apesar das minhas ausências ao longo dos quatro anos de pesquisa e escrita. Agradeço, enfim, à minha noiva Danielle Maria Hermes, meus sogros queridos e aos demais membros dessa minha família adotiva pelos muitos momentos animados de descontração, essenciais quando eu precisava dar um tempo para as coisas se assentarem na minha cabeça, além é claro de terem eles tido paciência nas muitas vezes em que fugi para o trabalho nos fins de semana e feriados que deveriam ser de descanso e de convivência em família.

*A deficiência do INM está justamente no seu sistema autárquico, de órgão que pretende bastar-se a si mesmo. A economia ervateira, como economia depauperada que não tem meios para recuperar-se por si só, quanto mais para sustentar, sozinha, um organismo oficial destinado a realizar essa recuperação (Samuel Guimarães da Costa, Economia Ervateira, 1958).*

## RESUMO

Essa tese se dedica ao estudo da economia ervateira brasileira através da trajetória do Instituto Nacional do Mate (INM). Esse órgão foi criado por Getúlio Vargas em 1938, no início do Estado Novo, para agir como autarquia centralizadora das decisões envolvendo o produto, respondendo aos problemas vividos na época pela economia ervateira brasileira, quais fossem de produção, de preços, de mercados e de qualidade dos produtos. Nesse contexto, procuramos explicar o porquê de o INM ter sido criado, quais as funções que lhe foram imputadas, como ele se estruturou e quais foram suas possibilidades e limitações ao longo dos seus 29 anos de existência. Focamos nas medidas postas em práticas por essa autarquia e procuramos analisar os efeitos das mesmas sobre a economia ervateira do país, inclusive sobre as principais classes envolvidas com ela, quais fossem os produtores cancheadores, os industriais beneficiadores e os exportadores. O que buscamos é analisar se o INM cumpriu ou não as suas finalidades, ou seja, se ele cumpriu a missão para a qual fora criado, que incluía o amparo às diferentes classes, controle e orientação sobre a produção e o comércio, conservação dos mercados existentes – majoritariamente constituídos pelos chamados *mercados tradicionais* do mate brasileiro (Argentina, Uruguai e Chile) – e a conquista de novos. Ao final dessa tese, deveremos estar aptos para entender os motivos que levaram à extinção do Instituto pelo Governo Militar em fevereiro de 1967.

## **ABSTRACT**

This thesis is dedicated to the study of the Brazilian economy of yerba mate through the trajectory of the National Institute of Mate (INM). This body was created by Getúlio Vargas in 1938, at the beginning of the Estado Novo, to act as a centralizing authority for decisions involving the product, responding to the problems experienced at the time by the Brazilian economy of yerba mate, which were production, prices, markets and product quality. In this context, we seek to explain why INM was created, what functions were imputed to it, how it was structured and what were its possibilities and limitations over its 29 years of existence. We focus on the measures implemented by this autarchy and seek to analyze their effects on the country's economy of yerba mate, including the main classes involved with it, such as producers, beneficiary industrialists and exporters. What we are looking for is to analyze whether or not INM has fulfilled its objectives, that is, whether it has fulfilled the mission for which it was created, which included the protection of different classes, control and guidance over production and trade, conservation of existing markets - mostly constituted by the so-called traditional markets of Brazilian yerba mate (Argentina, Uruguay and Chile) - and the conquest of new ones. At the end of this thesis, we should be able to understand the reasons that led to the extinction of the Institute by the Military Government in February 1967.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área conhecida até 1938 de ocorrência da erva-mate na América Latina .....	<b>29</b>
--	-----------

## ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Instituto Nacional do mate – 1938 .....	<b>124</b>
Organograma 2: Instituto Nacional do mate – 1942 .....	<b>144</b>
Organograma 3: Instituto Nacional do mate – 1946 .....	<b>164</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil – volumes de exportação de erva-mate beneficiada para os três principais novos mercados (de 1927 a 1938) – em t .....	<b>90</b>
Tabela 2: Receitas e despesas gerais e gastos com propaganda – valores realizados (de 1938 a 1942, anos disponíveis) – em Réis / Cruzeiros (para 1942) .....	<b>136</b>
Tabela 3: Preços estabelecidos pelo INM a serem pagos aos produtores por estado (de 1942 a 1945) – em Cr\$ (valores correntes) .....	<b>156</b>
Tabela 4: Preços estabelecidos pelo INM a serem pagos aos produtores por estado (de 1942 a 1945) – em Cr\$ (valores constantes) .....	<b>156</b>
Tabela 5: Mato Grosso – produção (de 1952 a 1963) (principais produtores) – em t..	<b>170</b>
Tabela 6 – Despesas do INM com pessoal (1946 a 1967) – em Cr\$ .....	<b>190</b>
Tabela 7: Receitas e despesas totais – previstas e efetuadas (de 1946 a 1967) - em Cr\$	<b>191</b>
Tabela 8: Despesas gerais com propaganda (alguns anos) – Cr\$ .....	<b>196</b>
Tabela 9: Resultados da Taxa de Cr\$ 1,00 das cooperativas (de 1949 a 1963) – em Cr\$ (valores correntes) .....	<b>218</b>
Tabela 10: Mato Grosso – Escoamento do mate segundo os portos de embarque (1957-1964) (em toneladas) .....	<b>223</b>
Tabela 11: Escoamento geral do mate via Porto Mendes (1957-1965) (em toneladas)	<b>225</b>
Tabela 12: Produtores registrados pelo INM, por estado e totais (de 1959 a 1966) .....	<b>229</b>
Tabela 13: Brasil – vendas intra/interestaduais de mate solúvel (1963-1965) – em Kg	<b>245</b>
Tabela 14: Argentina – valores e preços médios das exportações de erva-mate brasileira (de 1946 a 1965) – em dólares .....	<b>254</b>

Tabela 15: Argentina – produção nacional de erva-mate (cancheada) (de 1938 a 1964)	<b>266</b>
Tabela 16: Uruguai – valores das exportações de erva-mate brasileira (de 1946 a 1967) – em dólares .....	<b>268</b>
Tabela 17: Uruguai – valores das exportações de erva-mate brasileira (de 1946 a 1967, alguns anos) – em dólares .....	<b>280</b>
Tabela 18: Chile – valores das exportações de erva-mate brasileira (de 1946 a 1967) – em dólares .....	<b>283</b>
Tabela 19: Brasil – vendas nos principais novos mercados (de 1938 a 1945) – em toneladas .....	<b>292</b>
Tabela 20: Brasil – vendas nos novos mercados (de 1946 a 1959) – em toneladas ....	<b>295</b>
Tabela 21: Brasil – vendas nos novos mercados (de 1960 a 1967) – em toneladas ....	<b>296</b>
Tabela 22: Brasil – exportações totais e para os novos mercados e participação percentual desses últimos (de 1938 a 1967) – em toneladas .....	<b>297</b>
Tabela 23: Brasil – consumo interno por estados (de 1940 a 1949) – em toneladas ...	<b>301</b>
Tabela 24: Brasil – consumo interno por estados (de 1950 a 1959) – em toneladas ...	<b>302</b>
Tabela 25: Brasil – consumo interno por estados (de 1960 a 1965) – em toneladas ...	<b>302</b>
Tabela 26: Brasil – exportação por estados (de 1938 a 1967)–em toneladas e % do total	<b>307</b>
Tabela 27: Paraná – volumes e valores da exportação da erva-mate e do café (alguns anos) – valores correntes em cruzeiros / volumes em toneladas .....	<b>310</b>
Tabela 28: Brasil – vendas por estados (exportações, mercado interno e totais) (alguns anos) – em toneladas .....	<b>312</b>
Tabela 29: Brasil – participação do mate no total das exportações (de 1938 a 1963) – em valores correntes .....	<b>315</b>
Tabela 30: Brasil – valor da exportação dos principais produtos agrícolas e participação da erva-mate no total (1938-1967) – £ 1000 - 1938-1939 / US\$ 1000 - 1940-1967 ...	<b>316</b>
Tabela 31: Brasil – valor das exportações dividido por formato (de 1957 a 1967) ....	<b>318</b>

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Brasil – Totais da exportação de erva-mate (cancheada e beneficiada) (de 1831 a 1938) .....	<b>35</b>
Gráfico 2 - Paraná – exportações segundo os países de destino (de 1879 a 1896) .....	<b>66</b>
Gráfico 3: Argentina - produção total nacional (cancheada) e consumo nacional (beneficiada) de erva-mate (de 1910 a 1940) .....	<b>77</b>

Gráfico 4: Argentina – relação entre importações totais e consumo (de 1896 a 1938) .	<b>78</b>
Gráfico 5: Argentina - Importação total do Brasil dividida por formatos e total (de 1906 a 1938) .....	<b>83</b>
Gráfico 6: Brasil – Totais da exportação (cancheada e beneficiada) e consumo interno de erva-mate (de 1938 a 1965) .....	<b>197</b>
Gráfico 7: Brasil – exportações, consumo interno e totais (de 1955 a 1965) – em toneladas .....	<b>215</b>
Gráfico 8: Argentina - importação total do Brasil (cancheada) (de 1938 a 1966) .....	<b>254</b>
Gráfico 9: Uruguai - importação total do Brasil (cancheada + industrializada) (de 1938 a 1967) .....	<b>273</b>
Gráfico 10: Uruguai - importação do Brasil dividida por formato (de 1938 a 1965) ..	<b>277</b>
Gráfico 11: Chile - importação total do Brasil (industrializada) (de 1938 a 1967) .....	<b>281</b>
Gráfico 12: Brasil – exportações para os mercados novos (de 1941 a 1967) .....	<b>291</b>
Gráfico 13: Brasil – consumo interno total (de 1940 a 1965) .....	<b>300</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ARMCO – Armazém Coletor

ARMES – Armazém de Escoamento

BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná

CACEX - Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CENTREX - Centro dos Exportadores Brasileiros de Erva-Mate

CENTRILEX - Centro dos Industriais e Exportadores Rio-Grandenses do Mate

CEPEMATE - Centro de Pesquisas de Erva-mate

CFCE - Conselho Federal de Comércio Exterior

CML - Companhia Mate Laranjeira

CNM – Conselho Nacional do Mate

COCPM - Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate

CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná

COMATE - Comissão Coordenadora da Produção e Comercialização do Mate

CONCEX - Conselho Nacional do Comércio Exterior

COPEMA – Federação de Cooperativas de Produtores de Mate Amambai

CRYM - Comisión Reguladora de la Producción e del Comercio de Yerba Mate  
[Argentina]

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DEE - Divisões da Economia Ervateira

DEM - Departamento da Erva-mate

DNC – Departamento Nacional do Café

DRNR - Departamento de Recursos Naturais Renováveis

EMABRA - Empresa de Mate do Brasil

ETP - Escritório Técnico de Planejamento

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

INC – Instituto Nacional do Café

INM – Instituto Nacional do Mate

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INP - Instituto Nacional do Pinho  
INS – Instituto Nacional do Sal  
MATE-NAL - Mate Solúvel S.A. – Indústria e Comércio  
NOB - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil  
REARMA - Rede de Armazéns de Mate  
SAC - Seção de Assistência às Cooperativas do INM  
SEEF - Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda  
SER - Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura  
SIMAB - Sociedade Intercâmbio Mercantil Argentino-Brasileira  
SINDIMATE - Sindicato das Indústrias do Mate do Rio Grande do Sul  
SNBP - Serviço de Navegação da Bacia do Prata  
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	17
<b>CAPÍTULO 1: A ERVA-MATE BRASILEIRA E OS PROBLEMAS QUE LEVARAM À CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DO MATE .....</b>	<b>28</b>
<b>1.1 – Contextualização inicial .....</b>	<b>28</b>
<b>1.2 – Os estados produtores e suas participações na economia ervateira .....</b>	<b>38</b>
<b>1.3 – Os problemas do mate .....</b>	<b>48</b>
<i>1.3.1 – Falsificação, má qualidade e má conservação .....</i>	<i>48</i>
<i>1.3.2 – As crises de mercados e de preços .....</i>	<i>62</i>
<i>1.3.3 – A Argentina se tornou produtora .....</i>	<i>74</i>
<b>1.4 – Em busca de soluções coletivas: das primeiras agremiações à criação do Instituto Nacional do Mate .....</b>	<b>84</b>
<b>CAPÍTULO 2: O INM: ORGANIZAÇÃO, COMPONENTES, AÇÃO E LIMITES (1938-1967) .....</b>	<b>106</b>
<b>2.1 – A criação do Instituto Nacional do Mate .....</b>	<b>106</b>
<b>2.2 – Os aspectos formativos do Instituto Nacional do Mate .....</b>	<b>110</b>
<i>2.2.1 - Organização, estruturação e composição iniciais .....</i>	<i>110</i>
<i>2.2.2 – Os núcleos de poder do INM .....</i>	<i>116</i>
<b>2.3 – O INM: das expectativas à realidade (1938-1941) .....</b>	<b>125</b>
<i>2.3.1 - As primeiras ações e seus resultados gerais .....</i>	<i>125</i>
<i>2.3.2 – Um grande empecilho: as cooperativas .....</i>	<i>131</i>
<i>2.3.3 – Ainda outros problemas .....</i>	<i>135</i>
<b>2.4 – A primeira reorganização, o novo regulamento e as tentativas de corrigir as falhas (1941-1946) .....</b>	<b>138</b>
<i>2.4.1 – A COCPM, os industriais e exportadores e o INM .....</i>	<i>146</i>
<i>2.4.2 – Nova fase, novos problemas .....</i>	<i>152</i>
<b>2.5 – A nova-velha estrutura, o último regulamento e as mudanças que nada mudaram (1946-1967) .....</b>	<b>160</b>
<i>2.5.1 – A nova fase do cooperativismo e da sua relação com o INM .....</i>	<i>167</i>
<i>2.5.2 – O INM - suas ações ou a tentativa delas (1946-1967) .....</i>	<i>175</i>
<i>2.5.3 – O agravamento dos problemas e a extinção do INM .....</i>	<i>189</i>

<b>CAPÍTULO 3: INSTITUTO NACIONAL DO MATE: SUAS AÇÕES E RESULTADOS</b>	<b>209</b>
<b>3.1 – A ação do INM sobre a produção e a indústria ervateira</b>	<b>210</b>
3.1.1 – <i>O INM, a produção e os produtores</i>	210
3.1.2 – <i>O INM e a indústria ervateira</i>	231
3.1.2.1 – <i>O INM e as novas formas de aproveitamento do mate</i>	233
3.1.2.2 – <i>Uma grande esperança, o mate solúvel</i>	239
<b>3.2 – O INM e o comércio do mate</b>	<b>252</b>
3.2.1 – <i>Os mercados tradicionais</i>	252
3.2.1.1 – <i>O mercado argentino</i>	252
3.2.1.2 – <i>O mercado uruguaio</i>	267
3.2.1.3 – <i>O mercado chileno</i>	281
3.2.2 – <i>Os mercados novos</i>	290
3.2.3 – <i>O mercado interno brasileiro</i>	299
<b>3.3 – Ao final, uma economia (ainda mais) “depauperada”</b>	<b>306</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>320</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>332</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a compreender a trajetória do Instituto Nacional do Mate (INM) e, por consequência a história da erva-mate no Brasil, isso porque, ao menos oficialmente, a história da *Ilex Paraguariensis* em nosso país é indissociável da trajetória da autarquia entre 1938 e 1967. Por esse motivo, o nosso recorte temporal é o tempo de vida do INM e o nosso objetivo maior é analisar as suas ações e decisões em relação à economia ervateira. Com isso, pretendemos mostrar ao longo de três capítulos o que levou à criação do INM, se ele foi ou não eficiente, se conseguiu levar adiante os planos que traçou, se as medidas adotadas por ele tiveram efeitos, se esses efeitos foram positivos ou negativos, o porquê dele ter sobrevivido por 29 anos e, enfim, o que levou a sua extinção em 1967.

Até esta pesquisa, os diversos textos que trataram do INM, embora sabidamente importantes, o fizeram de maneira mais ou menos superficial. Até mesmo autores considerados importantíssimos na literatura sobre o mate, como Samuel Guimarães da Costa (1995) e Temístocles Linhares (1969), embora tenham tratado de uma maneira ou outra sobre o INM e tenham tirado relevantes conclusões a seu respeito, não os fizeram tomando-o como o objeto principal, oferecendo antes amplos estudos da *história da erva-mate*. Uma possível exceção seria Luiz Fernando de Souza Aranha (1967), que chegou a incluir todo o período de vida do INM em sua tese, mas, como o próprio título da mesma deixa ver, ele se dedicou ao *Mercado ervateiro*, com seus problemas e vicissitudes, usando o Instituto como parte e não como objeto central. Nesse sentido é que a nossa tese é original, pois estudamos o Instituto Nacional do Mate, sua trajetória e ações; partimos, assim, dele para entender a economia ervateira e usamos a mesma para explicá-lo ao longo de seus 29 anos de existência, inclusive o porquê de o Governo Federal tê-lo descontinuado em 1967.

Para levar adiante o nosso texto, nos valem dos métodos da *História Econômica*, entendida essa como um campo de estudos que vem se desenvolvendo e passando por renovações desde pelo menos a década de 1930; que vem se complexificando e incorporando elementos de outras dimensões explicativas e uma diversidade de novas fontes, muito além das que por muito tempo vigoraram como as

“oficiais” e universalmente válidas (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997). Fazendo uso do referido campo de estudos, procuramos analisar quantitativa e qualitativamente a trajetória e as ações do INM sobre economia ervateira, a partir da produção, da indústria de beneficiamento e do comércio. Com as informações, dados e séries disponíveis, procuramos explicar de que maneira o INM agiu sobre esses principais segmentos da cadeia produtiva, como se comportaram os mercados e em quais condições se deram as vendas. Buscamos entender os meios pelos quais o Instituto procurou controlar a economia ervateira, sobretudo, através do estabelecimento de cotas e de preços mínimos – para a produção, o beneficiamento e o comércio – e como ele agiu – ou tentou fazê-lo – sobre os mercados do mate, no sentido de preservar os já existentes e conquistar novos mercados, através de propaganda e publicidade.

Sabemos que nossa pesquisa se propõe a estudar um objeto particular, específico, mas, ao mesmo tempo, sabemos também que, em última instância, ela ou qualquer outro estudo histórico – ou de Ciências Humanas e Sociais como um todo – são feitos, de preferência, sem tirar os olhos de uma realidade mais complexa, devendo estar atento mesmo a certo sentido de *história total*, “generalista”. Ou, como diziam Cardoso e Brignoli, parafraseando Henri-Irénée Marrou: em último caso, o que se busca “é compreender o passado do homem em sua totalidade, em toda sua complexidade e sua riqueza” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, p. 28-29). Por isso, em certa medida, nós procuramos mostrar como o INM e a como economia ervateira se inseriam no contexto mais amplo da economia nacional e mesmo nas relações externas brasileiras, esperando contribuir, assim, para a compreensão de aspectos específicos, de um órgão específico, sem perder de vista os contextos mais amplos.

Ao mesmo tempo em que inserimos o INM num contexto mais amplo, em termos dos grupos e sujeitos afetados, temos claro que recortamos e estudamos apenas uma parcela da realidade mais ampla do que poderíamos chamar de “história nacional” ou de “história do Brasil”. Levamos em conta a importância da erva-mate para a economia do nosso país, mas, ao mesmo tempo, sabemos que a economia ervateira era especialmente de importância regional. Sabemos que sua origem – seja ela de incidência natural ou plantada –, sua extração, seu beneficiamento e seu comércio se desenvolviam a partir de um espaço geográfico limitado a apenas uma parcela do território nacional, qual fosse a dos estados da região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e mais o antigo sul de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). Isso nos faz pensar,

inevitavelmente, nas diferenças e particularidades desses estados e como os interesses de cada um deles se colocaram para o INM.

Além dessas considerações, temos em mente também que o nosso objeto de análise engloba outros aspectos além do econômico, com os quais este último se acha imbricado e que contribuem para explicá-lo (BARROS, 2008, p. 26; 37). Sendo assim, embora partamos da dimensão econômica, a fim de melhor entendermos o órgão INM, sua estrutura, sua composição, suas transformações e suas ações, reconhecemos ser necessário agregar à nossa análise outras esferas da realidade, sobretudo as sociais, institucionais, políticas e administrativas (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, Cap. II).

Os aspectos sociais dizem respeito ao fato de o INM ter sido criado para representar e atender aos interesses de grupos, quais fossem, em tese, os de produtores, industriais beneficiadores e exportadores, tendo que lidar com os diferentes interesses desses e procurar harmonizá-los, a fim de fazer fluir adequadamente a economia ervateira. Dos aspectos institucionais e políticos atentamos para as decisões que foram tomadas internamente pelos seus órgãos decisórios e controladores, sobretudo a Junta Deliberativa e a Presidência. Além disso, por se tratar de um órgão paraestatal, uma autarquia, nós atentamos também para as relações do Instituto com os elementos que lhe eram externos: de forma mais imediata e direta, com o governo brasileiro e com os governos dos estados produtores; e, de forma mais ou menos direta, com os particulares interessados – tanto do Brasil como do exterior – e os governos dos países compradores. Conectando os aspectos institucionais com os administrativos, damos atenção especialmente para as medidas que foram adotadas, as falhas que foram identificadas ao longo dos anos e as tentativas que foram feitas de corrigi-las e de encontrar melhores fórmulas de ação. Nesse sentido, procuramos mostrar também o que não mudou com o passar do tempo, ou seja, as permanências em sua estrutura e como elas afetaram seus movimentos e contribuíram para traçar o seu destino.

Como fontes para a construção dessa tese, fizemos uso de um vasto material, que inclui documentos oficiais internos do INM e documentos externos ao mesmo. No primeiro caso, incluem-se os relatórios dos presidentes – em sua maior parte semestrais –, as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e da Junta Deliberativa, a grande maioria dos *Boletins Estatísticos* da autarquia, publicados anualmente, e as suas resoluções. Ainda contamos com diversos documentos avulsos, anexos aos mesmos documentos oficiais do Instituto, tais como: proposições, sugestões, ofícios,

memorandos, telegramas e modelos de resoluções. Essas fontes anexas são oriundas de pessoas e instituições envolvidas direta ou indiretamente com a erva-mate, seja através de órgãos governamentais, das cooperativas e suas federações, ou dos sindicatos de industriais e exportadores.

Em relação às demais fontes, fizemos uso de documentos do Governo Federal, tais como leis e decretos, mas também outros diversos. Além desses, também contamos com fontes de alguns órgãos e instituições envolvidos com a economia ervateira, tais como: os Institutos Regionais de Erva-mate de Santa Catarina e Paraná, que existiram de fins da década de 1920 até 1938; as cooperativas de produtores em geral; a Federação Interestadual das Cooperativas de Produtores de Mate do Paraná e de Santa Catarina, que existiu até inícios da década de 1940; a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate do Paraná; a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate de Santa Catarina; a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai (COPEMA), do antigo sul de Mato Grosso; a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores do Mate (COCPM), de nível nacional, existente entre 1942-1946; o Sindicato dos Industriais e Exportadores do Paraná; o Sindicato dos Industriais e Exportadores de Santa Catarina; o Sindicato dos Industriais e Exportadores do Rio Grande do Sul; a Empresa de Mate do Brasil (EMABRA); a Confederação das Cooperativas de Produtores de Mate – essas duas últimas surgidas em 1959; e a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), criada em janeiro de 1962.

As fontes sobre essas instituições são variadas, tanto diretas como indiretas, em alguns casos disponíveis com algum volume, em outros em bem menor quantidade e dispersas. Embora em menor número, no caso das fontes diretas, temos anais, estatutos e relatórios de atividade. Mas, complementarmente, constam ainda referências indiretas, em maior quantidade, tais como: artigos de jornais, revistas, livros, teses, dissertações, monografias e artigos avulsos.

Uma parte importante das fontes que utilizamos – grande parte dos documentos do INM e seus anexos – já havia sido digitalizada e arquivada antes do início dessa pesquisa, mas foi complementada por nós ao longo da mesma por documentação levantada em arquivos públicos e bibliotecas, físicos e virtuais<sup>1</sup>. No primeiro caso,

---

<sup>1</sup> Os documentos do INM que já se encontravam digitalizados, foram fornecidos pelo prof. Dr. Paulo R. Cimó Queiroz e disponibilizados no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul.

foram levantados materiais nas seguintes instituições: Arquivo Público de Joinville, Santa Catarina; Arquivo Público do Paraná, Biblioteca Romário Martins (anexa ao Museu Paranaense) e Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba; Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul; e Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Em janeiro de 2015 estive ainda em Buenos Aires, Argentina, onde visitei o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC) e a Casa do Historiador, tendo encontrado alguns documentos complementares referentes à produção, importação e consumo de erva-mate daquele país.

Além dessas instituições físicas, também foram levantados inúmeros materiais na internet. Nesse sentido, foi de grande importância o acervo digitalizado da Fundação Biblioteca Nacional, especialmente o que consta na seção *Hemeroteca*. Mas, além desse acervo, foram especialmente importantes os arquivos digitalizados e disponibilizados pelo *Sistema de Bibliotecas y de Información* (SisBi) da Universidad de Buenos Aires, pelo *Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas* (SiNaBiPu) da Biblioteca Nacional do Uruguai, pelo *Center for Research Libraries* (CRL), de Chicago-IL-EUA, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo site *Memória Estatística do Brasil* da Biblioteca do Ministério da Fazenda.

Como se vê, as fontes apontadas nos possibilitaram ter acesso a uma grande quantidade de informações e também construir diversas séries estatísticas, fundamentais para responder às nossas perguntas. Por outro lado, até mesmo em casos importantes, as fontes citadas possuem problemas, limitações e lacunas, mesmo no período posterior à criação do INM. Para o período anterior a 1938, a dificuldade de se conseguir dados sobre produção, estoque e consumo interno é enorme. Elaborar séries estatísticas sobre estes fatores é impossível, limitando a quem deseje – exemplo de Aranha (1967) – a fazer cálculos aproximativos, o que em nosso caso procuramos evitar. Sendo assim, o conhecimento sobre os mesmos fatores é apenas parcial, indireto e, por vezes, os dados são encontrados para poucos anos, sem continuidade. Por esse motivo, as informações encontradas na bibliografia disponível foram fundamentais para compreendermos os contextos e situações e preenchermos o espaço explicativo deixado pelas fontes unicamente quantitativas e seriais.

Depois que o Instituto foi criado, houve uma maior preocupação em conhecer e concentrar as informações sobre os fatores mencionados acima, tendo, no entanto,

persistido importantes deficiências nos registros. No caso da produção, por exemplo, cabe adiantar que o INM não conseguiu manter um registro muito exato, por vezes se limitando apenas a somar as vendas, tanto no mercado externo como no interno, tomando o total das mesmas como sendo o que fora produzido. Ele também nunca foi capaz de conhecer claramente os estoques. Dados sobre o que se encontrava armazenado apareceriam ocasionalmente, por vezes apenas em momentos problemáticos, como em anos em que já se encontrava configurada uma situação de excedentes. Certa carência de precisão também foi uma realidade nos registros do consumo interno, embora nesse caso se tenha conseguido construir algum conhecimento e possamos, com as devidas ressalvas, fazer uso de séries das vendas totais e divididas por estados consumidores. A limitação desses dados, devemos também adiantar, se dá porque neles constam anotados apenas os volumes que passavam pelo registro das *Guias de Livre Trânsito* fornecidas pelo INM através de suas delegacias regionais, escapando aos seus cálculos uma parcela que circulava tanto comercialmente como de forma local e não comercial.

Assim, com os materiais e os métodos apontados acima construímos a presente tese. Lançamos então como nossa primeira hipótese a de que, além de se inserir no contexto mais amplo de criação de outros órgãos semelhantes pelo Governo Federal, que visava agir sobre os principais produtos nacionais de exportação, o Instituto Nacional do Mate surgiu para atender aos anseios dos principais grupos envolvidos com a economia ervateira, sobretudo o grupo conjunto maior que incluía os industriais beneficiadores e os exportadores.

Para demonstrar essa hipótese, elaboramos o **Capítulo 1**, onde procuramos mostrar que o INM foi uma autarquia criada em um momento considerado extremamente crítico para a economia ervateira brasileira, quando, após um período de crescimento geral das vendas, as mesmas começaram a declinar de forma muito significativa ao longo da década de 1930. Tal situação vinha se dando especialmente porque, com exceção do Rio Grande do Sul, os demais estados que se ocupavam da elaboração e da venda do mate em seus diferentes formatos (cancheado ou beneficiado) se encontravam na dependência dos mercados externos, sendo muito pouco importantes as suas vendas no mercado interno brasileiro. Essa situação era ainda mais significativa pelo fato de ser bastante restrito o raio de ação dos exportadores brasileiros, limitado quase exclusivamente a três mercados tradicionais, que em ordem de importância eram:

Argentina, Uruguai e Chile. Dessa forma, o que se passava nesses mesmos mercados afetava fundamentalmente os interesses dos ervateiros brasileiros, seja em relação aos volumes comercializados, seja em relação aos preços pagos. Procuramos, então, contextualizar e mostrar no primeiro capítulo como se encontravam esses países e de que forma eles vinham lidando com a importação da erva-mate brasileira, atentando especialmente para a Argentina, que até os anos 1930 era o principal comprador e que a partir, sobretudo, dessa década passou a criar uma série de embaraços, motivados por questões de interesses, especialmente por causa do crescimento de sua produção interna no território de Misiones – tendo inclusive criado um órgão nacional de defesa da mesma, a Comisión Reguladora de la Producción y Comercio de la Yerba Mate (CRYM).

Mas, ao mesmo tempo, procuramos mostrar em item próprio que, até 1938, também contribuía de alguma forma para o comportamento da demanda – nos mercados tradicionais e em outros países que os indivíduos e grupos envolvidos com o mate tentavam conquistar – os formatos, os tipos e, sobretudo, a qualidade dos produtos brasileiros que eram oferecidos. Procuramos então oferecer um panorama da situação e mostrar que faltava naquele momento uma legislação unificada que padronizasse os processos e os produtos brasileiros do mate e um maior controle da qualidade dos mesmos, pois sobravam problemas que iam do mal preparo, à má conservação e à adulteração propriamente – nesse último caso ocorrendo a mistura de ervas estranhas à *Ilex*, que, por vezes, eram consideradas até mesmo nocivas à saúde.

Com base em referências bibliográficas e em fontes primárias, também inserimos ao longo do **Capítulo 1** questões importantes sobre as trajetórias e as relações dos grupos, sobretudo os seus principais, quais fossem os produtores de cancheada, os industriais beneficiadores e os comerciantes/exportadores<sup>2</sup>. Grupos cujos interesses se encontravam inevitavelmente interligados, formando a cadeia produtiva do mate, mas que não necessariamente se relacionavam de forma harmoniosa. Grupos que divergiam e que para se defenderem vinham dando origem, nos anos anteriores a 1938, às

---

<sup>2</sup> Cabe dizer nesse ponto que, embora apareçam eventualmente no texto, não trataremos dos trabalhadores dos ervais e das relações de trabalho, coisas que, embora reconhecidamente importantes, fugiriam ao objetivo dessa pesquisa. Ainda mais que, logo no primeiro ano do INM, como nós mostraremos em momento oportuno, os grupos que dele participavam foram limitados aos três que apresentamos no corpo do parágrafo – produtores, industriais e exportadores – e também levando em conta que o Instituto dedicou pouca atenção ao longo dos anos aos *trabajadores*, fossem eles dos ervais, fossem eles dos moinhos de beneficiamento.

associações de seu interesse, tais como as cooperativas de produtores e os sindicatos de industriais e exportadores; e que, como um ensaio preparatório um pouco mais geral, deram origem também aos institutos estaduais do mate.

Explicamos então no primeiro capítulo, as experiências tentadas e os motivos que levaram os interessados a discutirem a necessidade de criação de um órgão nacional que atendesse aos anseios gerais e não apenas aos particulares de cada grupo ou estado produtor, coisa que as associações criadas até então não vinham sendo capazes de fazer. Para isso contextualizamos os quatro estados produtores e os mercados do mate, procurando capacitar aos leitores dessa tese para que compreendam a situação em que se encontrava a economia ervateira e o que foi feito, em termos de discussões e práticas, até que se chegasse à criação do Instituto Nacional do Mate em 1938, em inícios do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Depois de ter feito a contextualização inicial, no **Capítulo 2** procuramos esclarecer melhor como e o porquê de o INM ter sido criado, de que forma ele foi estruturado e organizado inicialmente pelo Governo Federal, que grupos o compunham e quais ficaram de fora. Procuramos mostrar que órgãos internos ele possuía e que funções e atribuições lhe foram imputadas, assim como também as funções e poderes dos quais ele não foi dotado, a exemplo, sobretudo, do impedimento em comercializar. Em seguida, procuramos mostrar como se deu a relação dos grupos de interesse com o INM, como ele procurou resolver ao longo dos anos as diferenças e os impasses existentes entre eles e como a persistência de desentendimentos entre os mesmos influenciou nas suas posteriores reorganizações e reestruturações, realizadas, sobretudo, nos primeiros oito anos.

Nós nos preocupamos em mostrar, especialmente, a relação do INM com o movimento cooperativista dos produtores, que crescia desde antes de sua criação e que lhe faria oposição, sobretudo por causa da forma como o Instituto seria organizado e as medidas que ele adotaria desde o início, que favoreceriam os industriais e os exportadores. Inserimos, nesse sentido, considerações sobre a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate (COCPM), criada pelo Governo Federal em 1942, que, como o próprio nome diz, teria a função de organizar e fortalecer o cooperativismo dos produtores ervateiros no Brasil. Complementarmente, buscamos mostrar como o INM se opôs à COCPM, sobretudo por se tratar ela de um órgão que dividia o controle sobre a economia ervateira, o que ia contra as ideias dos dirigentes do Instituto que

intencionavam centralizar todo o controle sobre a mesma. Como resultado, procuramos mostrar como e por que a COCPM foi extinta em 1946 e de que forma o cooperativismo e os produtores cooperados se aproximaram do INM depois disso, levando em conta o fortalecimento das suas Federações e a transformação das mesmas, além de centralizadoras da maior parte da produção, também em industriais e exportadoras.

Além das mudanças e permanências na estrutura e organização do INM, buscamos analisar a sua capacidade de ação, o que inclui os recursos que eram postos à sua disposição e como ele fez uso dos mesmos ao longo dos anos. A ideia é que compreendamos as limitações estruturais e conjunturais de movimento do Instituto, sobretudo, à medida que seus recursos foram escasseando ou se limitando ao pagamento de suas despesas de manutenção – que continuamente aumentavam –, o que teria ocorrido já nos primeiros anos, com reflexos profundos sobre medidas fundamentais, destacadamente as relacionadas à propaganda e ao amparo aos grupos ervateiros, “funções primordiais” que, aliás, havia lhe dado origem. Limitações e problemas que levariam ao longo dos anos a recorrentes questionamentos de sua validade como órgão de defesa e de controle da economia ervateira e, por fim, à sua extinção. Ao mesmo tempo, procuramos mostrar as alternativas buscadas pelo INM, a fim de reduzir gastos e também conseguir recursos externos, tanto do Governo Federal como de instituições financeiras.

Ao final desse capítulo, deverão estar claros alguns pontos principais que nos ajudem a compreender a trajetória do INM ao longo de seus 29 anos e, ao mesmo tempo, compreender os motivos que levaram à sua extinção pelo governo militar de Castelo Branco em 1967. Mas, sobre isso, ainda restarão questões importantes por tratar, inclusive um melhor esclarecimento sobre os resultados do que foi feito pelo INM e o que ele não pode fazer.

É assim que, no **Capítulo 3**, dividimos os itens de forma a mostrarem os efeitos (ou não) da ação do INM sobre cada segmento da cadeia produtiva: produção, indústria de beneficiamento e comércio – esse último item subdividido em mercados tradicionais, novos mercados e mercado interno. Complementando o que dissemos no **Capítulo 2**, o nosso objetivo nesse terceiro é mostrar o que pôde o INM fazer para amparar aos produtores, sobretudo em relação ao financiamento da produção, algo que era essencial diante das constantes e persistentes flutuações nas vendas e preços do mate; mas também no que dizia respeito a melhoraria dos processos, ao oferecimento de

espaços próprios ou favorecimento para a criação de condições mais adequadas de armazenagem; e, enfim, para a facilitação da circulação do que era produzido. No que diz respeito à indústria ervateira, complementando o que já dissemos no **Capítulo 2** sobre a legislação criada para a padronização dos produtos, procuramos mostrar como o INM lidou com os formatos tradicionais, mas, além disso, como ele agiu em relação às novas formas de aproveitamento do mate, com destaque especial ao uso de extratos e também à fabricação do mate solúvel. O ponto seguinte é o comércio do mate, elo final da cadeia produtiva, subdividido por nós de acordo com o destino, quais fossem os mercados tradicionais (Argentina, Uruguai e Chile), os novos mercados e o mercado interno brasileiro. O objetivo nesse caso é mostrar com mais detalhes como se deram as vendas em cada um dos mercados ao longo dos anos, analisando os problemas de cada um, as soluções tentadas pelo INM e as limitações na sua atuação desde que iniciou as suas atividades em 1938 até o ano de sua extinção. Pretendemos fazer um balanço dos diferentes destinos, a fim de saber se o INM conseguiu compensar a existência de problemas com os mercados tradicionais com a tão ansiada e necessária conquista de espaço nos novos mercados e no mercado interno brasileiro. Concluindo o capítulo, reunindo dados e informações, gerais e particulares, no último item nós procuramos mostrar que – ao invés de ganhar – o mate foi perdendo importância ao longo do período 1938-1967, tanto para as economias estaduais como para a economia nacional.

Enfim, com cada um dos itens desse capítulo, nós procuramos mostrar que as ações do INM foram insuficientes e limitadas ou, em sua grande maioria, as medidas adotadas não produziram os efeitos esperados. Procuramos mostrar que sua estrutura e legislação regulamentar que tiveram uma última grande mudança em 1946, não tiveram nenhuma outra adequação significativa depois disso, se mostrando, com o tempo, cada vez mais superadas diante das frequentes mudanças que ocorreriam na economia ervateira. Assim, tiramos nossas conclusões a respeito, a fim de corroborar nossa segunda hipótese central, qual seja a de que, a despeito de existirem outras motivações arbitrárias e autoritárias mais gerais por parte do Governo Federal, *a extinção do INM foi compreensível e justificável, já que o mesmo não cumpriu sua missão*. Isso porque, ao final do texto deveremos ter entendido como a economia ervateira voltou a experimentar uma forte crise, com a situação dos mercados externos, peças fundamentais no quadro da economia ervateira brasileira, se deteriorando, sobretudo a partir da década de 1960, e como a manutenção o INM, por sua vez, foi se tornando cada

vez mais insustentável. Mostramos, em resumo, como a pretensão dos criadores do INM de tirar a economia ervateira da condição de “economia depauperada” simplesmente não surtiu efeito, pelo contrário, mostraremos como ela se tornou ainda mais problemática e pobre, tendo perdido ainda mais importância, se comparada a sua situação nos anos finais com a do início do nosso recorte temporal.

# CAPÍTULO 1

## A ERVA-MATE BRASILEIRA E OS PROBLEMAS QUE LEVARAM À CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DO MATE

Procuraremos neste primeiro capítulo fazer a contextualização da economia ervateira brasileira, com seus estados produtores, em sua relação com os mercados interno e externo, especialmente este último, abordando os problemas que culminaram com a criação do Instituto Nacional do Mate (INM) em 1938.

### 1.1 – Contextualização inicial

A erva-mate (*Ilex Paraguariensis*<sup>1</sup>) é nativa de algumas regiões da América do Sul, que se inserem atualmente em territórios de Brasil, Paraguai e Argentina, e coincidem, em parte, com as grandes bacias dos rios Paraná, Paraguai, Iguazu e Uruguai. No caso brasileiro, especificamente, sua ocorrência se dá nos três estados do sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e mais onde hoje é Mato Grosso do Sul (o sul de Mato Grosso, no período abordado nessa tese), na divisa com o Paraguai.

A árvore de onde se extrai a matéria prima que nos interessa recebeu a sua classificação botânica pelo viajante e pesquisador francês Auguste de Saint-Hilaire no início do século XIX. Sabe-se que ela possui folhas perenes, atingindo em média entre quatro e oito metros de altura quando adulta, podendo chegar a um tamanho maior dependendo de condições favoráveis ao seu crescimento. Além disso,

De acordo com a classificação taxonômica atual, a erva-mate integra a família *Aquifoliaceae* e o gênero *Ilex*, no qual estão incluídas algumas centenas de espécies espalhadas pelo planeta (GERHARDT, 2013, 23).

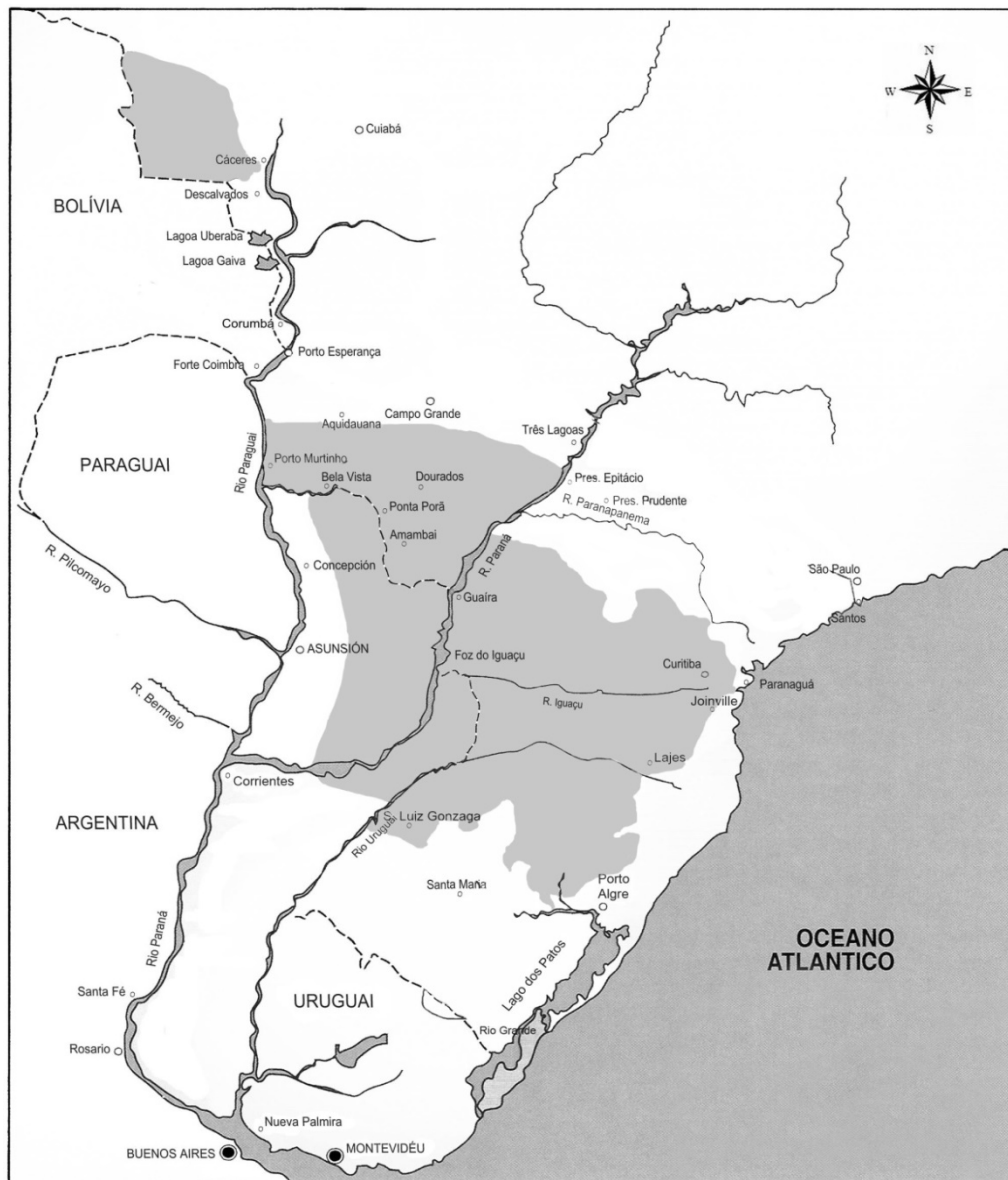
Apesar dessa diversidade do gênero *Ilex*, a espécie que chamados de *erva-mate* é unicamente a *Ilex Paraguariensis*. Dela havia uma grande diferença no que dizia respeito ao paladar dependendo da região em que a mesma florescesse, com suas condições ambientais, e ainda se fosse nativa ou plantada. Em relação à erva-mate

---

<sup>1</sup> *Paraguaiensis* ou *Paraguayensis* como aparece em alguns documentos e livros.

nativa, por exemplo, a do Paraguai era considerada a mais amarga, a do Paraná e a de Santa Catarina, eram mais fracas, a do Rio Grande do Sul se dividia entre fracas e fortes e a do sul de Mato Grosso se aproximava da paraguaia, de acentuado amargor, ou extra-forte. A erva-mate plantada em Misiones, Argentina, a partir do início do século XX, por sua vez, era considerada fraca<sup>2</sup>.

**Mapa 1 - Área conhecida até 1938 de ocorrência da erva-mate na América Latina**



**Fonte:** adaptado de “Los rios nos une”. Bogotá: CAF, 1998; usando como base os mapas que constam em O PROBLEMA do mate. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 22, 1937.

<sup>2</sup> Estudos promovidos pelo INM anos mais tarde definiram as zonas de desenvolvimento natural e características ecológicas mais detalhadas da erva-mate, incluindo a mudança do paladar de uma região para a outra (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa. Rio de Janeiro, out./1945).

O início da exploração econômica da erva-mate remonta ao período colonial brasileiro, mas seria a partir do século XIX que ela se tornaria um dos oito principais produtos de exportação do país e no século XX teria uma participação ainda mais significativa no total das mesmas, chegando a representar 3,7% do valor das exportações nacionais em 1908<sup>3</sup>. Em nível regional, sua produção foi muito importante para a formação de quatro estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso<sup>4</sup>.

A cadeia produtiva ervateira era formada por três etapas principais: o cancheamento, o beneficiamento e o comércio. O *cancheamento* se subdividia em corte, sapeco (primeira operação de secagem ainda no erval), secagem definitiva, malhação (mecânica ou manual) e um primeiro peneiramento (também podendo ser mecânico ou manual)<sup>5</sup>. Na segunda etapa, o mate cancheado passava pelo *beneficiamento*, que consistia na retificação da secagem, adequação na trituração, peneiração, eliminação de materiais grosseiros e refugos, transformação (até a década de 1930, sobretudo, em chimarrão e tereré), padronização e finalmente embalagem adequada ao consumo final, com suas respectivas marcas e descrições de origens e de misturas (FIGUEIREDO, 1967, p. 153-155). Todos os estados produtores exportavam, mas apenas Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul se ocupavam das três etapas principais, sendo que o Mato Grosso se restringia à primeira e à última etapa – cancheamento e exportação –, não tendo sido caracteristicamente beneficiador.

Cabe dizer ainda que existiam diversas padronizações nos dois formatos principais – cancheada e beneficiada –, que eram determinadas, sobretudo, pela origem, a quantidade de paus, a peneiração e os destinos. Não há registro sistemático dos tipos e suas padronizações na documentação oficial no século XIX, havendo registros de legislação, em âmbito estadual, apenas no século XX, ainda assim, com maior detalhamento apenas nos casos paranaense e sul-rio-grandense. É o caso do *Código da Erva-mate* do Paraná, de março de 1926, que pela primeira vez definiu em um

---

<sup>3</sup> ANUÁRIO Estatístico do Brasil de 1939-1940. Rio de Janeiro: IBGE, Ano V, 1940, p. 1379-1380.

<sup>4</sup> Houve alguma exploração no oeste de São Paulo, na região fronteira com o Mato Grosso, mas isso se deu especialmente a partir da década de 1940, não representando muito em comparação com os demais estados, sendo quase irrisório diante de uma economia estadual que viveu durante muito tempo baseada na produção de café. A título de exemplo, dados do INM mostram que em 1940 o estado de São Paulo exportou 480 t (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1945, p. 116).

<sup>5</sup> O mate é consumido nesse formato em algumas situações.

documento legal os tipos comerciais de mate beneficiado, separando-os em 11 categorias, agrupadas em *tipos para exportação*, *tipos comuns* e *tipos para chá*. Detalhava ainda os tipos de mate cancheado (secos em carijo, barbacuá ou alguma outra forma de estufa). Cada tipo de cancheado ou de beneficiado correspondia a uma qualidade. Nos casos do mate beneficiado, variava os tipos com ou sem pó, paus e fibras, mais apurados ou menos apurados, com aproveitamento de resíduos ou sem resíduos de um tipo em outro, com diferença de peneiras (telas de números 18, 14 e 12). No caso do cancheado, com meia ou com cancha inteira, seco em carijo, barbacuá ou outra forma de estufa, contendo percentagem de paus entre 15% e 25%<sup>6</sup>.

Do lado gaúcho, temos pela primeira vez a descrição dos tipos no *Regulamento* surgido com o Decreto 5.426, de 14 de setembro de 1933<sup>7</sup>. Além de outras medidas que estudaremos em tópico específico sobre os cuidados com a produção e o combate a fraude, dividiu-se a erva-mate neste documento em cinco classes (*cancheada*, *barbacuá*, *extra*, *missioneira* e *chá*) e descreveram-se os 10 tipos pelos quais as mesmas classes eram subdivididas, constando a quantidade de paus e os milímetros da peneiração de cada tipo. Para os tipos da classe *Cancheada* determinava-se o conteúdo de paus entre 10% de 2 ½ mm e 25% de 4 ½ mm de diâmetro no máximo. Dois tipos de beneficiada constavam na classe *Barbacuá*, moídos, contendo paus entre 10% de 2 ½ mm e 25% de 4 ½ mm de diâmetro no máximo<sup>8</sup>. Para a classe *Extra* (destinada à Argentina), cortada, determinava-se a quantidade de goma entre 10% e 30% entre o primeiro e o segundo tipo; e o tipo 3 devendo ser formado pela mistura dos dois primeiros, mais 15% no máximo de pecíolo. Na classe *Missioneira*, mate moído, contendo o tipo 1 no máximo 25% de paus de 4 ½ mm de diâmetro e o tipo 2, mate doce, se encontrava nessa lista em caráter transitório, sem maiores informações. Por fim, na classe *Chá*, o tipo 1, com folhas cortadas isentas de pó e madeira, e o tipo 2, com folhas e pecíolos isentos de pó<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Código da Erva-mate, de março de 1926. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

<sup>7</sup> GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 5.426, de 14 de setembro de 1933. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

<sup>8</sup> Aqui se trata de mate beneficiado, de consumo estadual, sendo que a designação “barbacuá” apenas se refere à procedência da matéria prima.

<sup>9</sup> GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 5.426, de 14 de setembro de 1933. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

Em relação à Santa Catarina, embora não haja documento que detalhe os tipos comerciais do estado, o Decreto 16, de 1º de abril de 1931, assinado pelo Coronel Luiz Carlos de Moraes, então interventor do estado, que determinava o preço mínimo do quilo de erva-mate cancheada e beneficiada nos dá algumas informações, fazendo menção aos tipos de beneficiada, que seriam 4 com destino à Argentina, 3 tipos com destino ao Uruguai e 3 com destino ao Chile. Em relação à erva-mate cancheada nada consta em detalhes, a não ser o preço mínimo para exportação à que, no geral, a mesma estaria sujeita<sup>10</sup>.

No caso do sul de Mato Grosso, não há documento legal referente à padronização da erva-mate, embora saibamos que a produção e a exportação fossem apenas de cancheada e que seguisse ela para moinhos ligados à Companhia Mate Laranjeira na Argentina, onde era beneficiada, resultando especialmente na famosa marca *Cruz de Malta*.

Sobre as diferentes formas de se consumir a erva-mate beneficiada até a década de 1930, cabe dizer que o formato mais disseminado era o *chimarrão*, vendido assim nos três mercados tradicionais sul-americanos onde era muito conhecido como *mate*. Novos tipos de chimarrão se formaram ao longo das décadas, que no processo de beneficiamento incluíam misturas de diferentes origens. É o caso da mistura que se fazia com a cancheada brasileira, de paladar mais forte, originária do Mato Grosso, com a erva-mate plantada em Misiones, na Argentina, considerada de paladar fraco, para formar produtos do agrado dos consumidores daquele país. Misturas, aliás, que teriam contribuído fortemente para a sobrevivência das exportações de cancheada brasileira para o mercado argentino a partir da década de 1920, como veremos mais adiante.

Sabe-se que existiram centenas de marcas de chimarrão. A título de exemplo, Victor do Amaral, em 1903, citava pelos menos 32 marcas paranaenses, entre as quais ele fez propaganda destacada das marcas *Organa* e *Maipú*, produzidas por Manoel Nogueira e vendidas nos mercados do Rio da Prata e chileno (1903, p. 27). Em 1916, Angel Vallaro citou algumas marcas vendidas no mercado argentino, diferentes em suas mesclas e/ou em suas composições químicas: a marca paraguaia *Al Caingua Guazú*, a brasileira *Cruz de Malta*, fabricada pela Companhia Mate Laranjeira, as também

---

<sup>10</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 16, de 1º de abril de 1931. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

brasileiras *María* e *Sarranguira* “*Le Te*”, e ainda outras duas paraguaias, *Gallo* e *La Industrial* (VALLARO, 1916, p. 19).

Outros formatos de erva-mate beneficiada de importância comercial menor existiram. Exemplo do *tereré*, cuja utilização é semelhante à do chimarrão, mas com água gelada, que era consumido especialmente em regiões mais quentes, como no Mato Grosso e no Paraguai. Outro exemplo de formato beneficiado era o *chá* (quente ou gelado), cujo comércio se desenvolveu desde as primeiras décadas do século XX, embora de forma mais lenta até 1938, tendo sido apresentado em grandes eventos internacionais ou introduzido em grandes centros do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo. O mesmo chá, que teve propaganda veiculada em diversos jornais do sul do país e de outros estados de forma crescente até a década de 1930, foi também assunto de legislação e constou nas ações de promoção nos mercados novos, especialmente na Europa e nos Estados Unidos<sup>11</sup>.

Sobre a origem da matéria prima, se entre os jesuítas e demais colonizadores do Brasil fora importante o plantio das ervaíras, nos oitocentos e em grande parte dos novecentos a atividade ervateira se restringiria à extração dos vastos ervaís nativos existentes nos estados produtores. Nos dois últimos séculos se ensaiou novamente em alguns momentos o plantio, inclusive havendo campos experimentais em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, mas não se alcançou com isso nada de tão representativo. Desde tempos coloniais usaram-se técnicas rudimentares de extração, produção e beneficiamento da erva-mate, que sofreram algumas mudanças e melhorias ao longo dos séculos, mas ainda assim conservaram diversas de suas características tradicionais que, até a década de 1960, autores envolvidos com o tema reconheceriam ser atrasadas<sup>12</sup>.

Da extração ao comércio, as funções dividiam-se da seguinte maneira: os trabalhadores diretos (indígenas, paraguaios e caboclos); os que coordenavam – que poderia incluir ou não o dono, o arrendatário ou o posseiro da terra; os intermediários

---

<sup>11</sup> Exemplo disso é a Lei 1.898, de 12 de abril de 1919, que isentou de imposto por 5 anos a exportação de chá de erva-mate para os estados do Nordeste, a partir do Espírito Santo (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei n. 1.898, de 12 de abril de 1919. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.]).

<sup>12</sup> Seria o exemplo dos “soques”, tipos de engenhos de mate considerados inferiores (anti-higiênicos) e atrasados, existentes em grande quantidade no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX, que seriam amplamente combatidos pelo INM que buscava a uniformização dos tipos industriais produzidos. Sobre eles veremos em detalhes no capítulo seguinte.

do comércio da cancheada; os industriais, nos casos em que se dava o beneficiamento; os exportadores, que também poderiam ser os industriais; os importadores, do lado dos que recebiam nos mercados externos; e, finalmente, os comerciantes no mercado nacional e no mercado externo (cf. FERNANDES, 2017).

Em relação especificamente aos trabalhadores dos ervais, eles receberam pouca atenção das fontes e mesmo na bibliografia dedicada ao tema. No entanto, existem importantes referências às condições de trabalho em Mato Grosso, sobretudo, tratando do regime análogo à escravidão aplicado aos indígenas e paraguaios pela Companhia Mate Laranjeira (entre outros, ARRUDA, 1997; FERREIRA, 2007)<sup>13</sup>; referências aos caboclos de Santa Catarina e do Paraná, que se tornaram mão de obra para os colonos vindos da Europa, sobretudo, no fim do século XIX e início do XX (GOULARTI FILHO, 2016; LINHARES, 1969); e ainda há referências aos trabalhadores dos ervais sul-rio-grandenses (ARDENGHI, 2003; ECKERT, 2011; ROSA, 2015). Em relação ao trabalho escravo negro no Brasil Império, Temístocles Linhares considera que o mesmo tenha representado pouco na produção catarinense e paranaense, tendo sido aparentemente mais presente no caso gaúcho, afirmação com a qual concorda Lilia da Rosa; enfim, teria inexistido por completo esse tipo de mão de obra no caso mato-grossense que teve o início de sua produção mais tardio (década de 1880) (LINHARES, 1969; ROSA, 2015). Ademais, é importante esclarecer que quando se fala em “produtores” nas fontes, com frequência se refere às pessoas que detinham o controle da produção, mas que não necessariamente se ocupavam do trato direto nos ervais e fases do cancheamento, trabalho esse que era frequentemente legado aos tarefeiros, mineiros, *mensualeiros* e jornaleiros.

A maior parte da produção (no formato cancheado ou no beneficiado) destinava-se ao mercado externo, que desde meados do século XIX se resumia, sobretudo, à Argentina, ao Uruguai e ao Chile. Esses três países formavam os chamados *mercados tradicionais* da erva-mate brasileira e foram eles os responsáveis pelos *anos dourados* da nossa economia ervateira, com o fortalecimento dos *parques moageiros* do Paraná e de Santa Catarina – pelo menos até as primeiras décadas do século XX –, além do início da extração ervateira no antigo sul de Mato Grosso por Thomaz Laranjeira no

---

<sup>13</sup> O caso mato-grossense chegou inclusive a ganhar um filme em 1963, *Selva Trágica*, baseado no romance homônimo de Hernani Donato, contando as situações de exploração dos trabalhadores por parte da Companhia Mate Laranjeira.

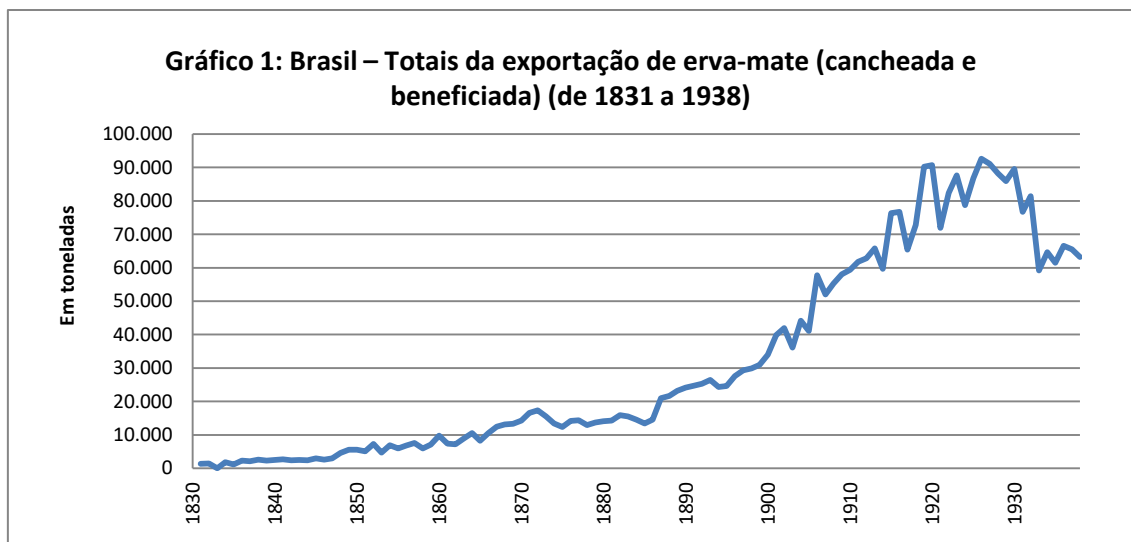
fim do século XIX e o empreendimento que o sucedera, genericamente conhecido como Companhia Mate Laranjeira (cf. FERNANDES, 2017).

Por ordem de importância, o Paraná se consolidaria como o grande produtor, beneficiador e exportador, seguido por Santa Catarina, estado igualmente beneficiador e exportador, que, por sua vez, teria sua produção confundida em alguns momentos com a paranaense, dada a situação limítrofe. O Rio Grande do Sul teria o auge de suas exportações – em volumes e valores – no século XIX, especialmente entre as décadas de 1850 e 1860, com influência direta da Guerra do Paraguai (ROSA, 2015, p. 73-76). Situação essa que foi se alterando até a década de 1930, quando os gaúchos passariam a não exportar mais regularmente, se concentrando, sobretudo, em seu mercado estadual, passando a absorver o que produziam e em diversos momentos comprando dos demais estados (cf. LINHARES, 1969; também GERHARDT, 2013). O Mato Grosso, por fim, se limitaria a exportar quase tudo que produzia e em forma de cancheada, que depois era beneficiada em moinhos argentinos.

Como se vê, o maior impacto no comércio da erva-mate dava-se com as vendas para os mercados externos, possuindo um reduzido mercado nacional (COSTA, 1995, p. 72; LINHARES, 1969; FIGUEIREDO, 1967). Constam registros oficiais de exportação desde 1831, quando teriam sido enviadas 1.347 toneladas, somando 94 contos de réis ou 10.000 libras ouro. Seguindo sua evolução através do **Gráfico 1**, nota-se que em 1886-1887 as exportações passariam pela primeira vez da casa das 20 mil toneladas, mais exatamente 20.941, somando 3.400 contos de réis ou 264.000 libras ouro, continuando a crescer em quantidade, com algumas exceções, ao longo das décadas seguintes<sup>14</sup>. Nesse cenário a Argentina tornou-se o nosso principal comprador (o único no caso de Mato Grosso), especialmente a partir da década de 1870, quando os efeitos da Guerra do Paraguai se fizeram sentir, “isolando” o Paraguai (concorrente do mate brasileiro) do mercado argentino. Outros dois grandes importadores do mate brasileiro, sobretudo do Paraná e de Santa Catarina, eram o Chile e o Uruguai – por muito tempo em menor número que a Argentina, mas com trajetória inicial parecida, também no século XIX.

---

<sup>14</sup> Os valores monetários desse parágrafo foram extraídos de ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 351.



**Fonte:** ESTATÍSTICAS históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 351; COSTA, 1935, p. 51; MARTINS, 1926, p. 249-251; OLIVEIRA, 1974, p. 14.

**Notas:** <sup>1</sup> o dado original das *Estatísticas Históricas* para 1893 (16.460 t) foi por nós alterado, pois segundo Oliveira (1974, p. 14), baseado no relatório do Secretário de Finanças do Paraná, e Costa (1935, p. 51), só este estado teria exportado 20.767 t; <sup>2</sup> O ano de 1930 foi corrigido mediante a soma dos dados de todos os estados; <sup>3</sup> Os dados nacionais das *Estatísticas Históricas* dos anos de 1865, 1867, 1869, 1870, 1878, 1883-1886 e 1895 são inferiores aos apresentados para as exportações paranaenses, por isso, a fim de manter certa coerência (embora não conste neles os dados dos demais estados exportadores), optamos por substituí-los por dados do Paraná apresentados em Martins (1926, p. 249-251).

Como ocorria com os demais produtos de exportação brasileiros nesse período, a erva-mate esteve sujeita ao que ocorria em seus mercados consumidores. Isso incluía as oscilações de preços, os momentos de superprodução sem correspondência da demanda, as condições conjunturais gerais e as trocas bilaterais entre os países envolvidos em seu comércio. Tais fragilidades do subsetor ervateiro tinham efeitos diretos não só sobre os produtores, o elo mais fraco da cadeia produtiva, mas também sobre os industriais, que tinham que arcar com os custos envolvidos no beneficiamento e estocagem. Além disso, a partir das primeiras décadas do século XX, teriam esses mesmos industriais que lidar cada vez mais com a concorrência ou a ameaça dela por parte dos argentinos e paraguaios e, um pouco mais adiante, eles ainda teriam que lidar com alguns industriais que se estabeleceram no Uruguai e alguns outros interessados que ensaiaram estabelecer indústrias também no Chile.

Apesar dessas situações, nas décadas finais do século XIX e início do XX, a economia ervateira estava sujeita apenas a legislações pontuais e localizadas que procuravam garantir a qualidade do produto, determinar as técnicas de produção, incluindo as padronizações dos tipos destinados ao comércio e as ações de fiscalização exigidas (ou ao menos a pretensão de fazê-las). Com algumas exceções relacionadas às

taxações das exportações e medidas de propaganda, inexistia qualquer tipo de controle amplo sobre a produção e políticas de preços, como também não havia nenhum tipo de planejamento. A economia ervateira não sofria interferência – estadual ou nacional – nem de entidades associativas privadas e nem de órgãos governamentais. Essa condição de mercado livre deixava os produtos do mate expostos aos eventos conjunturais e às suas consequências econômicas, como as mencionadas acima. Não havia nem mesmo uma política abrangente e suficientemente continuada de expansão do consumo no país ou fora dele.

O mercado interno brasileiro da erva-mate era bastante reduzido até a década de 1930 do século XX, permanecendo muito aquém dos números de exportação. Não houve em todo esse período nenhuma política ampla – privada ou governamental – de promoção do consumo interno. Da mesma maneira que com o consumo externo, os altos e baixos do consumo interno também eram influenciados por múltiplos fatores, especialmente os de ordem política e econômica nos escassos mercados consumidores. Alguns conflitos no sul do país, por exemplo, afetaram o comércio de erva-mate, como a Revolução Federalista (1893-1895), que envolveu os três estados da região e influenciou nas quantidades circuladas e consumidas no Rio Grande do Sul. Foi ainda o que ocorreu particularmente com Paraná e Santa Catarina, que já no início do século XX eram dois fornecedores para o mercado gaúcho no que lhe faltava da produção interna estadual, que se envolveram na questão do Contestado (1912-1916), tendo sido afetadas as suas produções, vendas e transportes enquanto duraram os conflitos.

Além disso, o aumento do consumo interno brasileiro ocorrido até os anos 1930 não se deu necessariamente pela ampliação do mercado nacional como um todo, mas predominantemente pelo aumento do mesmo no Rio Grande do Sul, o maior consumidor do país, que com o passar das décadas elevou suas compras dos demais estados brasileiros, ao mesmo tempo em que reduzia sensivelmente as suas exportações. Nos demais estados produtores o consumo representava pouco, sendo o mate pouco consumido e mesmo conhecido no Paraná e em Santa Catarina, por exemplo, para além de suas zonas produtoras. Em Mato Grosso, por outro lado, uma parte do mate era consumida em fazendas e aldeias, sem constar por vezes em registros de comércio. Em resumo, em 1938, segundo Teodomiro L. de Souza, o consumo brasileiro estava circunscrito, praticamente aos gaúchos, com uma média *per capita* de 5 kg anuais,

“restando aos demais estados a percentagem irrisória de, aproximadamente, 200 gramas, enquanto na Argentina e no Uruguai esse consumo atinge de 8 a 9 quilos ‘per capita’”<sup>15</sup>.

## 1.2 – Os estados produtores e suas participações na economia ervateira

Se quisermos entender a evolução da economia ervateira brasileira do século XIX até a década de 1930 e os problemas que a mesma enfrentou nesse período, é fundamental atentarmos para a participação de cada um dos quatro estados produtores. Ao fazermos isso, compreenderemos de que forma cada um organizava a sua produção e de que forma cada um contribuía para a composição do que era produzido, comercializado internamente e exportado, percebendo, por fim, a posição de cada um em relação ao que era vendido na forma de cancheada ou na forma industrializada.

Como vimos, é no século XIX que a produção e a exportação brasileiras começaram a crescer, tomando com o tempo o espaço que era do Paraguai. É de meados desse século em diante que a erva-mate passou a se destacar nas exportações do nosso país, primeiramente das então províncias do Rio Grande do Sul e do Paraná, seguidas no fim do mesmo século por Santa Catarina e Mato Grosso. São com esses quatro estados que nos ocuparemos, valendo apenas uma nota em relação ao estado de São Paulo que, excluídas as exportações feitas pela antiga comarca do Paraná, no período que se segue à separação em 1853 restou muito pouco de exploração da erva-mate e ainda assim ocorreu principalmente no século XX<sup>16</sup>.

Para entendermos e compararmos a participação de cada estado produtor, procuramos fazer uso de dados estatísticos, compondo tabelas, quando isso é possível. Sobre isso, vale lembrar que séries estatísticas sobre produção por estado, embora existam dados para alguns anos, são praticamente impossíveis de montar. Quantidades e valores de exportação, por sua vez, constam em documentos oficiais, ainda que esparsos, com dados de fontes diferentes. Não apresentaremos dados sobre consumo

---

<sup>15</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Discurso de Teodomiro L. de Souza, delegado do RS, na Sessão de instalação do INM*, 20/jul./1938.

<sup>16</sup> A produção no estado seria depois incentivada pelo Instituto Nacional do Mate, mas sem grandes resultados. A título de exemplo, o *Anuário Estatístico do Brasil* nos mostra que nos anos de 1937, 1938 e 1939 o estado de São Paulo teria produzido 313, 414 e 792 toneladas, respectivamente (ANUÁRIO Estatístico do Brasil de 1939-1940. Rio de Janeiro: IBGE, Ano V, 1940, p. 159).

interno por estados, até porque isso é ainda mais difícil de obter, por vezes apelando à literatura de referência para dados estimativos.

Dito isso, prossigamos destacando que os dados mais recuados que possuímos remontam à década de 1830. A partir desse período o Rio Grande do Sul já se mostrava como importante área de consumo e também de exportação do mate. Esse produto fez parte das mercadorias cambiadas durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), tendo havido importante produção nas regiões dos Vales do Taquari e do Rio Pardo, que se tornaram “o primeiro centro ervateiro da Província”, seguido de um segundo grande centro na região do Município de Cruz Alta, com a construção de uma fábrica sob a administração do major Athanagildo Pinto Martins.

De modo geral, durante a Farroupilha, a estimulação da produção ervateira ocorreu porque a erva serviu como moeda de troca entre a República Rio-Grandense e os Estados Nacionais vizinhos, especialmente o Uruguai e a Argentina. A República exportava, além de erva-mate, o charque, o couro e o rebanho bovino. Em contrapartida, ela recebia armas, pólvoras, ferros, remédios, cavalos e tecidos, de acordo com a necessidade da população e das tropas (ROSA, 2015, p. 23-24).

Alguns números dos anos que se seguiram nos mostram as exportações gaúchas aos países vizinhos:

Entre 1º de junho de 1857 e 30 de junho de 1858, o Rio Grande do Sul vendeu à Argentina, pelo Porto de Itaqui, 1.324.593 quilos de erva-mate. Esta quantidade, somada às remessas feitas ao Uruguai, oficialmente 1.923.593 quilos, alcançaram o total de 3.248.186 quilos. As exportações paraguaias, por seu turno, no montante de 985.274 quilos, em 1854, saltaram para 1.436.295 quilos, em 1857, e depois para 2.000.737 quilos, em 1860 (EREMITES DE OLIVEIRA; ESSELIN, 2015, p. 295).

Na mesma época em que no Rio Grande do Sul, o mate começava a ganhar importância também na então comarca do Paraná, que aos poucos foi se tornando seu principal produto. Para fins de comparação, não existem dados gerais computando conjuntamente o consumo interno sul-rio-grandense e suas exportações, mas sabe-se que o seu consumo estadual era grande; o que não se deu da mesma forma na comarca e depois província paranaense. Nesse último caso, embora também não constem dados confiáveis de consumo interno, sabe-se que o mesmo não representava muita coisa, pois

sua produção era destinada ao exterior, para os mesmos países compradores do mate gaúcho (Argentina e Uruguai)<sup>17</sup>.

Sendo assim, se tomarmos apenas por base as exportações paranaenses, veremos que até o fim da década de 1840 elas representavam ainda muito pouco. Nos registros levantados pelo ervateiro e estudioso do mate Romário Martins, em 1926, consta que a antiga comarca de São Paulo teria exportado 46 toneladas em 1837/1838, não passando de mil toneladas exportadas até a década de 1840. A partir dos anos finais dessa década é que as quantidades aumentaram de forma acentuada, com oscilações, chegando a 5.500 t no ano fiscal de 1848/1849 (MARTINS, 1926, p. 249-251).

Por ocasião de sua emancipação em 1853, a província do Paraná já mostrava números importantes, chegando a exportar 6.990 t em 1853-1854. Estava tornando-se, enfim, uma competidora em potencial das exportações gaúchas. Tal competição só não foi mais intensa num primeiro momento porque os exportadores do Paraná passaram a viver uma grande crise a partir da segunda metade da década de 1850, ocasionada especialmente pela má qualidade e falsificação do produto paranaense oferecido. Por esse motivo é que em 1857 os paranaenses exportaram apenas 3.890 t; é por essa razão também que ocorreram quedas bruscas nos preços, que de uma média de 5\$000 a 6\$000 a arroba antes da crise, chegou-se a cotar a mesma quantidade entre 1\$600 e 1\$800 em 1858 (LINHARES, 1969, p. 128). Como resultado, as exportações do Rio Grande do Sul seguiam vivendo seu melhor momento, se mostrando “consistentes no período de 1856-62”, com maior pico em 1862, quando registrou essa província 4.800 t (ou 80 mil sacas) (ROSA, 2015, p. 74).

Na mesma década de 1860 o Brasil, ao lado da Argentina e do Uruguai, entrou em guerra com Paraguai (1864-1870). Houve então fornecimento de mate por parte do Rio Grande do Sul às tropas, inclusive ganhando o seu consumo mais espaço entre os combatentes, já que o Paraguai, também um produtor de erva-mate, não se encontrava em condições de alimentar seus mercados consumidores, que eram exatamente o argentino e o uruguaio. Da parte do Paraná, embora desde 1863 os volumes de exportação estivessem aumentando e superando de longe as exportações sul-riograndenses, segundo Linhares, é somente depois da Guerra do Paraguai que “a rigor, se podia falar em estabilização de seu comércio e até em esforço organizado para melhorar

---

<sup>17</sup> Só depois o Chile apareceria como importante mercado.

o produto” (1969, p. 162). Assim é que ainda nos anos de guerra, com os preços sofrendo baixas, os volumes paranaenses de exportação cresceram, oscilando a partir de 1867 até o início da década de 1880 entre 12.000 t e 14.000 t (MARTINS, 1926, p. 249-251).

Em relação à província de Santa Catarina, da primeira metade desse século não há registros de produção e comércio do mate. Ao que se sabe, sua produção na região limítrofe com o Paraná se tornaria importante apenas nas últimas décadas dos oitocentos. Assim, teve sua formação econômica desde fins do século XIX baseada na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais, sendo que no caso do planalto serrano, que nos interessa, a base era a grande propriedade pecuarista e a atividade era extrativista mercantil, caso da erva-mate (GOULARTI FILHO, 2007, p. 71).

A erva-mate em Santa Catarina “concentrava-se no Alto Vale do Rio Uruguai e no planalto norte – desde o atual município de Campo Alegre até Xanxerê –, onde a extração teve início no último quartel do século XIX” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 83).

As grandes reservas de ervais catarinenses situavam-se em toda a extensão limítrofe com o Paraná: Canoinhas, Campo Alegre e Mafra, uma grande parte da região do Contestado, hoje incorporado ao Estado de Santa Catarina (THIAGO, 1988, p. 23).

Por essa condição é que sua produção ervateira teve uma forte ligação com a produção paranaense, “por interesses comerciais, por fontes de produção, por similaridades de tipos de produto exportado e ainda por colheita da matéria-prima na região do ‘Contestado’, Rio Negro e Rio Preto” (ALMEIDA, 1979, p. 10). Por vezes a produção das duas províncias e depois estados se confundiram, ocultando (ou registrando como paranaense) a produção na área que depois de resolvida a questão do Contestado seria território catarinense. Mas, antes disso, é a partir da década de 1870 que pode ser notada alguma separação na produção de Santa Catarina e Paraná, quando a conclusão da estrada Dona Francisca possibilitou o transporte da erva-mate do planalto catarinense para Joinville (THIAGO, 1988, p. 23).

Diferente dos casos do Rio Grande do Sul e do Paraná, não há dados sobre a exportação de Santa Catarina no século XIX. Assim como também não há dados desse período para as exportações de Mato Grosso.

Sabemos, no entanto, que as exportações do antigo sul de Mato Grosso começaram a se fazer importantes na década de 1880. Desde a primeira metade do século XIX, a região já vinha recebendo inúmeros migrantes, sobretudo do sudeste e do

sul do Brasil e também do Paraguai, diversos dos quais se dedicaram à produção de erva-mate. Isso ocorreu especialmente a partir de fins da “década de 1850, quando a região obteve um fácil acesso ao principal mercado consumidor da erva (a Argentina)” (QUEIROZ, 2010, p. 1). Mesmo assim, a produção ervateira da então província só ganhou importância depois da Guerra do Paraguai, quando a república vizinha teve sua produção desorganizada, abrindo espaço para o mate brasileiro no mercado argentino. É exatamente nesse período que, na comissão para demarcação de limites – realizada entre 1872 e 1874 – entre o Brasil e o país vizinho, participou Thomaz Laranjeira, a quem coube a função de fornecedor de víveres à expedição. Ele teria lutado na guerra, o que, somado a sua presença depois nos trabalhos demarcatórios da comissão de limites, pôde ter conhecimento dos extensos ervais existentes.

Em 1882, Thomaz Laranjeira conseguiu através do Decreto Imperial 8.799, de 9 de dezembro, uma primeira concessão para extrair erva-mate, mediante contrato temporário de arrendamento (e não de venda) de terras devolutas da província<sup>18</sup>. Daí em diante, conseguiria Laranjeira e quem a ele se associaria diversas renovações de contrato, ampliações de áreas concedidas<sup>19</sup>; e, finalmente, através do Decreto 520, de 23 de junho de 1890, conseguiu o monopólio da extração<sup>20</sup>. De acordo com a primeira concessão de 1882, Laranjeira não poderia impedir, direta ou indiretamente, a colheita de erva-mate aos moradores do território em questão, situação que continuou com as demais concessões e renovações dos anos seguintes, o que acabou dando margem a algumas concessões feitas a outros interessados. Mas isso mudou com o Decreto 520/1890, quando Laranjeira conseguiu a exclusividade na exploração dos ervais.

Nos anos que se seguiram, o monopólio da extração ervateira em Mato Grosso foi mantido. Thomaz Laranjeira, no entanto, não seguiria seu empreendimento sozinho, tendo organizado em 1891 a *Companhia Mate Laranjeira*, que na forma de sociedade anônima passaria ao controle efetivo da família Murtinho através da empresa recém-fundada denominada Banco Rio e Mato Grosso, que era então presidida pelo Senador

---

<sup>18</sup> BRASIL. Decreto Imperial n. 8.799, de 9 de dezembro de 1882. In *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1882*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. II, p. 530.

<sup>19</sup> A área arrendada à Companhia se tornou imensa, chegando a cerca de 5 milhões de hectares, abrangendo “todos os ervais do Estado, compreendidos entre o [rio] Ivinhema, o [rio] Paraná, a lindeira paraguaia e o alto [da serra] de Maracaju, dilatados por dois graus de latitude e dois de longitude, em área de 1.600 léguas quadradas, aproximadamente” (CORRÊA FILHO, 1954, p. 60).

<sup>20</sup> BRASIL. Decreto n. 520, de 23 de junho de 1890. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. I, fasc.VI, 1895, p. 1412.

Joaquim Murtinho (QUEIROZ, 2010, p. 3). Em 1894, ocorreu nova renovação, mas, dessa vez – dada a característica de autonomia dos estados na República Velha – ela foi feita mediante contrato firmado com o governo estadual, moldado pela Resolução Legislativa 76, de 13 de julho de 1894, que manteria o monopólio e só se encerraria em 1915<sup>21</sup>.

Se de início os demais estados iniciaram exportando principalmente erva-mate beneficiada, o sul de Mato Grosso iniciaria como exportador exclusivamente de erva-mate cancheada. Nesse formato ela tinha como destino certo a Argentina, onde era beneficiada. Os demais estados foram apenas depois de algum tempo que estavam estabelecidas as suas exportações aumentando as suas vendas de cancheada. O Rio Grande do Sul, a partir da década de 1850 teria começado a exportar grande quantidade nesse formato para a Argentina, isso porque o consumo crescia nesse país e Misiones não produzia matéria prima suficiente para dar conta da demanda (ECKERT, 2011, p. 95-96). Apenas no ocaso do mesmo século é que a cancheada passou a ganhar crescente importância também nas exportações do Paraná e – embora em menor quantidade – de Santa Catarina. Nessa condição, os quatro estados concorriam entre si pelo mercado argentino, embora os três estados do sul ainda dividissem o Uruguai e o Chile. Embora, também, o Rio Grande do Sul estivesse se voltando cada vez mais para o seu mercado interno, seguindo assim especialmente nas primeiras décadas do século XX.

Conforme se iniciava o novo século, embora oscilando em alguns momentos, as exportações brasileiras seguiram aumentando, dominadas de longe pelo que era produzido e vendido pelo Paraná. Mas, a participação relativa desse estado no comércio da erva-mate se reduziria enquanto a participação de Santa Catarina aumentaria, sobretudo após ser resolvida a questão do Contestado em 1916. É que tendo o governo federal dado ganho de causa à Santa Catarina declarou como sendo desse estado uma importante área de ervais no Planalto Norte.

Embora não haja dados de produção do Paraná para efeito de comparação, sabemos que a produção de Santa Catarina até os anos finais da década de 1920 cresceu, tendo sido de 4.978 t em 1916, passando a 19.852 t em 1920 e finalmente a 32.503 t no atípico ano de 1928 (GOULARTI FILHO, 2007, p. 84). No caso das exportações, cujos

---

<sup>21</sup> GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Contrato entre o governo do estado de Mato Grosso e a Companhia Mate Laranjeira, de 2 de agosto de 1894; GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Resolução Legislativa n. 76, de 13 de julho de 1894. *Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, n. 611, 17/jul./1894.

dados nos permitem comparar os dois estados, sabe-se que o estado de Santa Catarina, fortemente afetado pela guerra que se desenvolveu em torno da questão de limites, exportou apenas 985 t em 1916, chegando, no entanto, a exportar 6.555 t em 1919 e finalmente 21.317 t em 1928 (MARTINS, 1926, p. 258-259; COSTA, 1935, p. 50); enquanto isso o Paraná, oscilando nesses mesmos anos, exportou, respectivamente, 57.097 t, 39.537 t e 49.927 t (MARTINS, 1926, p. 249-251).

Em Mato Grosso, pela mesma época, o governo se negou a renovar o monopólio da Companhia Mate Laranjeira que havia findado em 1915. Fato que ocorreu quando o governo estadual baixou a Lei 725, de 24 de setembro, abrindo finalmente espaço para o parcelamento dos ervais do estado e para a ação de produtores independentes (CORRÊA FILHO, 1925, p. 65-66; JESUS, 2004). Não que a empresa tenha a partir daí desaparecido, procurando antes moldar-se à nova situação, adquirindo por compra importantes áreas de ocorrência de ervais, estabelecendo novas sedes (Campanário e Guaíra) e novos portos (CORRÊA FILHO, 1954, p. 68); procurando, além disso, se impor sobre os novos produtores, dos quais uma boa parte, sem ter como escoar sua produção por conta própria, acabava se ligando a ela de alguma forma.

Aliás, os números de Mato Grosso, estado exportador de cancheada, foram por muito tempo os números Companhia, mesmo após perder a mesma o virtual monopólio da exploração dos ervais sul-mato-grossenses. Isso porque quem predominantemente comprou e exportou até a década de 1940, ao menos o que foi oficialmente registrado do lado brasileiro, foi a Companhia. Mesmo que incompletos e com as ressalvas de Romário Martins, historiador paranaense, temos dados das exportações mato-grossenses que mostram que nos anos que antecederam ao fim do monopólio da empresa, só em 1902 esteve abaixo de 4 mil toneladas. Além disso, as exportações do estado ultrapassaram mais de 6 mil toneladas em dois momentos: 1911 (6.009 t) e 1913 (6.012 t). Depois disso, cumprindo o que ficou estabelecido na Lei 725, as exportações atingiram 6.000 t a partir de 1918 (MARTINS, 1926, p. 260-261).

Se as exportações de Mato Grosso aumentaram em torno de um único formato que era a cancheada, é importante dizermos que no caso do Paraná, desde o fim do século XIX, passou a ocorrer uma diminuição relativa e absoluta dos volumes das exportações de beneficiada. No entanto, cresceram no geral as vendas paranaenses até a década de 1920, baseadas em boa medida no aumento das exportações de cancheada. Tal crescimento das vendas paranaenses, assim como também o crescimento das

exportações catarinenses, chegou ao seu limite em 1927-1928, tendo ocorrido a partir de então bruscas oscilações nos volumes exportados pelos dois estados, que só se mantiveram – ainda que em parte – graças às reduções nos preços.

Essa nova situação para os dois estados era, em sentido mais amplo e indireto, resultado da crise mundial de 1929 e também das mudanças advindas com a Revolução de 1930. Mas, além disso, era, especial e diretamente, resultado do que aconteceu na Argentina, que já era nesse momento autossuficiente em erva-mate cancheada e por esse motivo passou a reduzir paulatinamente as suas compras desse formato do Brasil. E se não cessaram completamente suas importações de cancheada brasileira, os argentinos lhes impuseram cada vez mais restrições para protegerem sua produção interna e ainda, no caso do mate brasileiro que seguiram importando, priorizaram em diversos momentos à erva-mate cancheada de Mato Grosso, preferida para compor as suas misturas de beneficiada, por seu característico paladar mais amargo, ao invés da cancheada mais fraca dos concorrentes do Paraná e de Santa Catarina.

Ainda nesse contexto, apesar de termos números de exportação do Paraná e de Santa Catarina apenas até 1932, sabemos que houve quedas bruscas em suas vendas em diversos anos da década de 1930. O Paraná, por exemplo, depois de ter exportado 81.347 t em 1927 (um ano de venda excepcional, diga-se), chegou a cair para 42.128 t em 1929, se mantendo pouco acima de 50.000 t nos anos seguintes. Já Santa Catarina, mesmo com suas exportações se mantendo bem acima dos números apresentados nos primeiros vinte anos do século XX, também passou a sofrer com fortes oscilações após 1928. Este estado que exportou 21.317 t em 1928, no ano seguinte exportou apenas 16.831 t, voltando a experimentar um novo grande pico em 1932, quando exportou 29.698 t (COSTA, 1935, p. 50).

Tais oscilações para os dois estados do sul ocorreram ao mesmo tempo em que aumentaram os números das exportações do Mato Grosso, que estabelecendo novo nível nos anos 1930, chegou a exportar 14.320 t no primeiro ano da década<sup>22</sup>. Claro que o mesmo estado também não estava imune ao que ocorria na Argentina, tendo sofrido igualmente com fortes oscilações, chegando a cair suas exportações para 7.673 t em 1934, enquanto que nos demais anos que se seguiram até 1938 estiveram entre 9.000 t e 12.000 t<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1940*. R. de Janeiro, ano I, n. 2, dez./1940, p. 41.

<sup>23</sup> *Idem, Ibidem*.

Ao longo dessa mesma década até 1938 os números das exportações nacionais nos mostram uma média anual de 69.310 t, enquanto que na década anterior a média havia sido de 85.599 t. Isso nos leva a pensar que a situação dos três estados que se mantiveram dedicados às exportações pouco se alterou, para desespero dos industriais e exportadores paranaenses e catarinenses, que ficavam apenas com os mercados uruguaio e chileno – naquele momento de proporção muito menor que o argentino –, e motivo de preocupação também para os exportadores de cancheada dos mesmos estados, cada vez mais ameaçados pelo que ocorria no mercado argentino.

Por fim, situação diferente viveu o Rio Grande do Sul nas primeiras décadas desse século XX, por estar se voltando cada vez mais para o seu mercado interno. Além disso, segundo Zarth, parte dos gaúchos passou a investir no plantio de ervais, que embora fosse conhecido desde o período jesuítico, praticamente não havia se desenvolvido no século XIX por haver problemas para dominar a técnica de germinação da semente, o que limitava iniciativas desse tipo. Exemplificando essas novas tentativas, o autor cita informações do jornal *Correio Serrano*, de 21 de junho de 1918, em que consta o caso de Oscar Oliveira César, que em Erechim, no mesmo ano, havia plantado 56 mil mudas de erveiras, “que lhe custaram 10:000\$000 réis, prevendo uma produção de oitenta mil arrobas por safra, que lhe renderiam 240:000\$000 réis ao preço daquele ano” (ZARTH, 1997, p. 88).

Nos anos que se seguiram, da safra 1915-1916 a safra 1924-1925, embora desconheçamos os resultados desse plantio, temos dados altíssimos de produção sul-riograndense retirados dos anuários estatísticos do estado, que vão de 166.500 t a 190.000 t<sup>24</sup>. A primeira vista, tais números pareceriam fora da realidade, havendo, por exemplo, uma diferença muito grande entre esses dados e o dado apresentado por Costa para o ano de 1920, que totalizou 11.916 t produzidas (1935, p. 29). Acontece que o mesmo Costa registrou quantidades altas para 1928 e 1929, tendo totalizado a produção 100.000 t e 164.600 t, respectivamente (*Idem, Ibidem*). A partir desses números, podemos perceber que nos primeiros anos da década de 1930 houve uma queda acentuada na produção do estado, indo a 73.733 t em 1931, a 15.320 t em 1932 e 15.500 t em 1933.

---

<sup>24</sup> Com exceção de 1920: ANUÁRIO Estatístico do Rio Grande do Sul de 1922. Porto Alegre: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Ano II, Tomo I, 1923, p. 362-368; e ANUÁRIO Estatístico do Rio Grande do Sul de 1924. Porto Alegre: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior/Oficinas Gráficas da Federação, Ano IV, 1925, p. 367.

Duas explicações podem ser dadas para essa grande diferença nos números: 1º) o Rio Grande do Sul, como vimos, foi abandonando a exportação; 2º) estaria ocorrendo concomitantemente um aumento da compra de erva-mate de outros estados brasileiros (beneficiada e também cancheada), sobretudo do Paraná e de Santa Catarina. Em relação à primeira explicação, constatamos que a média das exportações gaúchas para o período que vai de 1921 a 1927 esteve pouco acima de 4.000 t<sup>25</sup>. O periódico *O Observador Econômico e Financeiro* dá conta de que o Rio Grande do Sul até 1930 exportou para a Argentina 40 a 50 mil sacos anualmente (2.400 t a 3.000 t), sendo que em 1935 teria exportado apenas 6 mil sacos, ou seja, 360 t<sup>26</sup>. Daí em diante, no geral, continuaria exportando em níveis baixíssimos, tendo no último ano antes da criação do INM exportado 1.364 t e em 1938, exportado apenas 786 t. Claro que esses dados não mostram o cenário completo, mas, por certo, nos dão uma ideia da evolução das exportações do Rio Grande do Sul.

Em relação à insuficiência que se verificaria na produção sul-rio-grandense e à compra de erva-mate de outros estados, embora não dispondo de dados de consumo do estado, podemos ter uma ideia através de algumas proposições de 1949 do Sindicato dos Industriais e Exportadores do Paraná e Santa Catarina, assinadas por Hans Jordan e Agostinho Ermelino de Leão Junior, e apresentadas à presidência do INM. Nelas se diz que a produção gaúcha ainda era insuficiente e apontava “a falta de liberdade de comércio da erva do Paraná e Santa Catarina” como fator que impedia a difusão do consumo do mate no estado, “precisando [o INM] conciliar os interesses do consumo gaúcho e da indústria moageira do Paraná e Santa Catarina”<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> ANUÁRIO Estatístico do Rio Grande do Sul de 1925-1926-1927. Porto Alegre: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior/Oficinas Gráficas da Federação, Ano V, Tomo II, 1928, p. 858.

<sup>26</sup> O PROBLEMA do mate. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 22, 1937, p. 46.

<sup>27</sup> SINDICATO DOS INDUSTRIAIS E EXPORTADORES DO PARANÁ E SANTA CATARINA. *Mercado do Rio Grande do Sul*. Proposições apresentadas à 7ª Sessão Ordinária Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate. Rio de Janeiro: INM, mar./1949. Para melhor compreensão do texto, ao longo desta tese será feita a atualização ortográfica de todas as citações diretas.

### 1.3 – Os problemas do mate

Os problemas enfrentados pela economia ervateira foram diversos no longo do período que vai da segunda metade do século XIX até o ano de criação do INM. A começar pela deficiência de dados para o controle do que se produzia, pelo desconhecimento dos estoques e pela falta de informações claras sobre a capacidade da demanda. Além disso, uma parcela dos produtos teve sua qualidade frequentemente questionada, seja por se fazer a mistura de plantas que não eram a *Ilex* e que, por vezes, eram nocivas à saúde, seja ainda pela falta de cuidados adequados no preparo, no armazenamento e no transporte, que resultaram não poucas vezes em produtos adulterados e que por isso eram mal vistos nos mercados consumidores. Mas, sem dúvida, o que mais afetou a economia ervateira foram as crises periódicas em seus mercados tradicionais, que alteraram os níveis de demanda e afetaram inevitavelmente os preços. Problemas que se agravaram com as novas condições que se criaram no principal mercado brasileiro, a Argentina, que por estar se tornando produtora passou a reduzir paulatinamente suas importações procedentes do Brasil a partir da década de 1920, fato que gerou uma situação alarmante de superoferta ao longo dessa e principalmente da década de 1930, sem que tenham os interessados do lado brasileiro conseguido compensação importante dessa perda através da abertura de novos mercados.

#### *1.3.1 – Falsificação, má qualidade e má conservação*

Entre os grandes problemas que atingiam a forma como o mate brasileiro era apresentado nos mercados consumidores e também como seus produtos eram vistos nesses mesmos estava o da falsificação, que se somava ao da má qualidade, que era por vezes resultado de um mal preparo e da má conservação. Tanto no cancheamento como no beneficiamento, tais problemas eram recorrentes no século XIX e persistiam ainda nas primeiras décadas do século XX.

Em 1849, o botânico francês Aimé Bonpland, comparando a nossa erva com a paraguaia, se referiu ao mal cuidado dos fabricantes e à prática da falsificação, dizendo que a erva “que se fabrica en el Brasil es la menos estimada de todas, y transportada a

los mercados, es del más ínfimo valor” (*apud* WHIGHAM, 1991, p. 87). A situação era tal que trouxe sérias consequências, tais como a redução de exportações, o que teria chamado a atenção das autoridades dos estados produtores, no sentido de fiscalizar e punir quem fosse flagrado nessas práticas<sup>28</sup>. Segundo Goularti Filho, a reclamação de adulteração na composição do mate com misturas com outros vegetais era mais comum em relação ao mate oriundo do Paraná e de Mato Grosso (GOULARTI FILHO, 2014). Devamos, entretanto, relativizar a situação no caso mato-grossense, já que, desde o início das atividades de Thomás Laranjeira até a empresa que o sucedeu, o mate seguiu cancheado para ser industrializado em firma argentina a eles ligada e por isso deve ter recebido maior cuidado e fiscalização pelos próprios responsáveis.

O aumento da produção ao longo da segunda metade do século XIX exigiu das autoridades locais, provinciais e do Estado nacional a “publicação de normas disciplinares para delimitar a ação tanto de pequenos capitalistas como de grandes companhias ervateiras”. Tais ações ganharam mais intensidade a partir das últimas décadas do mesmo século e se dividiram entre legislações imperiais e provinciais (GOULARTI FILHO, 2014, p. 107).

Já em julho de 1854, no primeiro relatório do recém-implantado governo provincial do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos denunciou as fraudes ocorridas no preparo e comercialização da erva-mate, que “em má hora, inspirada pela maldita sede de ganho, vem piorar notavelmente a condição do mate no país, porque os indivíduos, que dão às folhas da congonha a primeira preparação, costumam adicionar-lhes folhas estranhas”<sup>29</sup>. Resultava disso, segundo o presidente, a descoberta de tal vício nos mercados estrangeiros e com isso a perda de confiança “que lhes mantinha o preço e a extração, desacredita-se consideravelmente e estraga-se nos depósitos”<sup>30</sup>. Nessa ocasião, ele reproduziu em seu relatório as medidas sugeridas pela Câmara Municipal

---

<sup>28</sup> Um exemplo de redução foi a que ocorreu com o Paraná entre 1857 e 1862, que nessa época exportava exclusivamente erva-mate beneficiada, tendo que lidar, além da concorrência com Paraguai e Rio Grande do Sul, com a má qualidade de seu próprio produto, agravada pela falsificação, que fez chegar suas vendas a níveis mais baixos em 1857, somando apenas 259.365 arrobas exportadas (LINHARES, 1969, p. 128).

<sup>29</sup> *Congonha é outra maneira como por vezes a erva-mate aparece na documentação do período. GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curitiba: Tipografia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.*

<sup>30</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. *Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curitiba: Tipografia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.*

de Curitiba<sup>31</sup>. As mesmas incluíam: a criação de uma inspeção nos bairros onde a erva passava pelo primeiro beneficiamento, a cargo do inspetor de quarteirão ou pessoa para isso autorizada, “que examine os carijos depois de estar a mesma erguida e seca”; ainda a obrigatoriedade do dono da erva de avisar o inspetor para ir examiná-la, recebendo um certificado de haver cumprido este dever; a necessidade de outras pessoas serem nomeadas nos lugares onde houvesse mercado ou nas barreiras para examinar tais certificados ou guias, “por onde mostre que a erva foi inspecionada na sua primeira fatura, que é legítima, sem mistura”<sup>32</sup>. Concordando na maior parte desses pontos, fazia o presidente da província a ressalva quanto a garantir a idoneidade dos fiscais, que igualmente poderiam corromper-se, além de salientar que quem mais deveria ser punido eram os industriais, que compravam e aceitavam as ervas adulteradas, por ser-lhes oferecidas por preços menores.

O resultado das *demarches* que se sucederam veio em dezembro do mesmo ano, quando o mesmo Góes e Vasconcelos sancionou o *Regulamento da Erva-Mate*, visando melhorar a qualidade do produto e evitar fraudes. Para isso o documento estabeleceu: o período de colheita entre fevereiro e agosto; as condições de fabrico, com a obrigatoriedade de cobertura dos *carijos* e “malhada sobre forro conveniente, para *não se misturar terra ou qualquer outra matéria estranha*”; precauções com relação ao sapeco e o trato com a humidade, “para não fermentar”; e a proibição da mistura ao mate de “*erva alguma de diversa natureza*”<sup>33</sup>. O *Regulamento* estabeleceu penas em forma de multas, que iam de 50\$000 a 100\$000, cujos valores seriam distribuídos metade para o denunciante e metade para câmara municipal respectiva. Ficou estabelecido, ao contrário do que a Câmara Municipal de Curitiba havia sugerido, que além dos inspetores de quarteirão, que eram obrigados a denunciar as infrações às autoridades policiais, qualquer pessoa também poderia fazê-lo. Determinou, enfim, que às multas estariam igualmente sujeitos “*todos aqueles que comprarem a erva*

---

<sup>31</sup> É interessante esclarecer que a *prefeitura* como sede do poder executivo do município e o cargo de *prefeito* não existiam no Brasil Império, surgindo apenas na República. Na época o poder hoje exercido pela prefeitura cabia à câmara municipal, ao conselho de intendência e à intendência municipal, nos moldes herdados da colonização portuguesa.

<sup>32</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. *Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Tipografia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.

<sup>33</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. *Regulamento da Erva-mate, de 6 de dezembro de 1854*. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

visivelmente viciada (...) e no duplo os que fizerem encomendas de mate misturado com erva de natureza estranha”<sup>34</sup>.

O vice-presidente da província, Henrique Rohan, por sua vez, afirmaria em 1856 que depois de passada a erva-mate pelo beneficiamento, a identificação de adulterações era praticamente impossível<sup>35</sup>. Sobre isso, visão oposta havia manifestado o presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos, que afirmava em 1854:

Dizem alguns que, na ocasião de exportar-se a erva difícil parece o reconhecer-se a mistura de folhas estranhas com o mate, porque o último benefício confundiu-as ainda mais; porém esse conhecimento, de feito, não será impossível, antes mui fácil aos homens, que tiverem experiência do gênero, e tanto isto é assim que a fraudulenta preparação do mate não ilude no mercado consumidor<sup>36</sup>.

De fato, não iludia mesmo, mas isso nos parece que ocorria pela fama que vinha alimentando o mate paranaense nos países compradores. Tanto assim que em 1855 o governo da província havia desistido, ao menos temporariamente, de implantar a inspeção do produto beneficiado, mas voltou atrás tempos depois. Tal era a situação que desencadeou uma crise manifestada, sobretudo, nos preços e nos volumes das vendas, que até 1862, no caso paranaense, esses últimos ficaram sempre abaixo de 4 mil toneladas (MARTINS, 1926, p. 249-251; OLIVEIRA, 1974, p. 7).

Enquanto o Paraná passava por um momento crítico, o Rio Grande do Sul vivia o seu momento de ascensão, devido a melhor qualidade de seu produto. Ainda assim, treze anos depois do regulamento paranaense, com os mesmos objetivos, o governo gaúcho baixou o Decreto 256, de 19 de junho de 1867. Tratava-se de ordenar medida rigorosa de inspeção por uma comissão no momento do embarque, autorizando a queima do mate não legítimo “ou que estivesse por qualquer meio corrompido” (*apud* LINHARES, 1969, p. 126-127). Apesar desse decreto, deve-se notar que em nível estadual não houve no Rio Grande do Sul tão vasta legislação em torno da erva-mate quanto houve no Paraná, sendo que boa parte das regras estabelecidas eram inseridas em

---

<sup>34</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>35</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan.* Curitiba: Tipografia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1856.

<sup>36</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. *Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854.* Curitiba: Tipografia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.

nível local nos *Códigos de Posturas* dos municípios gaúchos. “Essas Leis regulamentavam a extração, a fabricação e a manutenção dos ervais para impedir a poda desenfreada e a conseqüente destruição deles” (ROSA, 2015, p. 61). É o exemplo do *Código de Posturas* do município de Santo Antonio da Palmeira, de 1875, que em seu artigo 48 dizia

É proibido fabricar erva-mate de outra folha que não seja a legítima ou misturada com a legítima outra qualidade de folha: o contraventor incorrerá na multa de trinta mil réis e oito dias de cadeia, e perderá toda erva falsa, ou falsificada, que será imediatamente queimada (*apud* GERHARDT, 2013, p. 84).

Do lado paranaense, em 1873, Manoel Antonio Guimarães, exercendo o cargo de presidente da província, afirmava que o regulamento de 1854 não estava sendo cumprido, permanecendo ainda naquele momento certo descrédito em relação à erva-mate produzida no Paraná<sup>37</sup>. Nesse sentido, seu sucessor, Frederico José Abranches, ainda perseguindo o objetivo de melhor adaptar o produto ao gosto dos consumidores, incentivando assim o aumento da procura pela entrega de um produto de melhor qualidade, promulgou a Lei 429, de 24 de abril de 1875. No geral, mantinha ela as disposições do *Regulamento* de 1854, com exceção das multas desse que já haviam sido alteradas pela Lei 349, de 8 de abril de 1873<sup>38</sup>. Entre as novidades da Lei 429, constava o estabelecimento de novo período de safra entre 15 de fevereiro e 30 de setembro, além de uma série de procedimentos, dentre os quais: um tempo de descanso de três anos entre um corte e outro na mesma erva; a determinação de que a erva fosse sapecada e encarijada no mesmo dia da colheita; que, uma vez cheio o carijo, “lançar-se-ia fogo até a completa torrefação da erva evitando-se neste processo o emprego de madeiras oleosas e resinosas”, devendo após isso ser a erva malhada e encestada; a proibição de misturar-se à erva-mate paus de naturezas diversas, só podendo conter paus das próprias árvores, “não tendo eles mais de dois centímetros de circunferência”, caso contrário devendo ser separados e inutilizados”; por fim, reafirmava a proibição da “venda de

---

<sup>37</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. *Relatório com que o exm. sr. vice-presidente da província, coronel Manoel Antonio Guimarães, abriu a 2ª sessão da 10ª legislatura da Assembleia Provincial do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1873*. Curitiba, Tipografia da Viúva Lopes, 1873, p. 18.

<sup>38</sup> De 50\$000 a 100\$000 aumentou-se para 80\$000 a 200\$000 (GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. Lei n. 349, de 8 de abril de 1873. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.]).

erva-mate que estiver mofada ou por qualquer forma viciada”<sup>39</sup>. Desde então ficou estabelecido que a fiscalização da erva-mate em território paranaense estaria a cargo das câmaras municipais e das autoridades policiais.

Ainda conforme previsto na mesma Lei 429, um novo *Regulamento* foi baixado em 20 de abril de 1876 pelo então presidente da província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins. Mais extenso que o regulamento de 1854, embora usasse diversas de suas disposições sem alterações, continuava procurando garantir a qualidade do produto e reforçar as medidas anteriormente tomadas, quanto ao processo de fabricação inicial, ao acondicionamento e à eliminação de impurezas<sup>40</sup>. Em seu Capítulo II, mantendo as penas estabelecidas pela Lei 349, esse regulamento definia melhor em seu artigo 14 a quem cabia a fiscalização: câmaras municipais e seus agentes; autoridades policiais; inspetores de quarteirão; empregados das barreiras e registros da província. De resto, estabelecia os seguintes processos: apreensão, julgamento pelo procurador da câmara municipal, pagamento das multas e destruição do produto irregular.

Tal legislação, no entanto, não resultaria na resolução do problema, pois, como relataria um chefe de polícia em 1880, era impossível fiscalizar adequadamente a qualidade da erva que circulava pela província (*apud* GERHARDT, 2013, p. 85). Além disso, segundo Aranha, os efeitos da Lei 429 e do novo Regulamento sobre as vendas do Paraná teriam sido relativos, “em virtude da abertura da estrada da Graciosa, em 1876”, pois a mesma diminuiu custos, aumentou a vantagem comparativa do Brasil, aumentou em parte o número de vendas regularizadas e adequadas qualitativamente (1967, p. 66-67). Pretende o autor mostrar que a estrada teria um papel tanto ou mais importante que a própria lei nas melhorias que se seguiram, tendo gerado por outro lado expansão da oferta e com ela ocorrido queda nos preços (*Ibidem*, p. 66). Como resultado, por fim, os problemas permaneceram, não ocorrendo o integral “cumprimento do texto legal, continuando-se a entregar erva viciada, o que deprimiu ainda mais os preços” (*Ibidem*, p. 67).

Já em fins desse século, outra lei surgiu no Paraná, a 270, intitulada *Prescrições sobre a erva-mate*, de 7 de janeiro de 1898. A mesma mostrou que as coisas

---

<sup>39</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. Lei n. 429, de 24 de abril de 1875. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

<sup>40</sup> Exemplo de disposição que não se alterou é o que constava no artigo 9º, que reproduzia a proibição da venda “de erva-mate que estiver viciada por qualquer forma”.

não haviam avançado como se esperava em relação à produção ervateira, passando então a condicionar a exploração de erva-mate nas terras de domínio do estado “que nos termos da lei forem aforadas a particulares” à observação dessas prescrições. Não havia grandes novidades em relação à legislação paranaense anterior, mas enfatizava-se o que antes regulamentara o estado, ou seja: reafirmava a necessidade de tempo de descanso de no mínimo 3 anos para a erva já podada; reafirmava também a necessidade de se processar adequadamente o produto desde o erval até a indústria, a fim de se evitar a umidade, o contato com materiais resinosos ou oleosos e ainda o contato com a fumaça, situações que lhe alteravam indesejavelmente o sabor; seguia com a determinação do máximo de 3 mm de paus na erva-mate a ser vendida, ainda assim que fossem exclusivamente galhos da *Ilex*; por fim, seguia com a proibição do corte ou a mistura de qualquer tipo de erva diferente, consideradas nocivas à saúde pela Repartição de Higiene do Estado. Em relação às multas, para os casos mais leves estabelecia que o infrator pagasse de 20\$000 a 100\$000 por 15 kg; já nos casos de adulteração e mistura de erva estranha estabelecia que o infrator pagasse entre 500\$000 e 1:000\$000 e mais a perda da erva, que seria incinerada – todas as multas aplicáveis seriam pagas em dobro em caso de reincidência.

Segundo Aranha, como o país estava passando por um momento de recuperação pós-Encilhamento, a Lei 270 muito teria contribuído para que se processasse a elevação dos preços da erva-mate no período, já que o Paraná já estava consolidado como principal produtor, beneficiador e exportador (ARANHA, 1967, p. 94). Nesse sentido, os dados de que dispomos mostram que, em libras ouro, o valor médio por tonelada seguiu aumentando a partir de 1898, quando foi de £ 14,8, chegando a £ 25,9 em 1902<sup>41</sup>. Não dispomos de dados que nos permitam acompanhar a evolução dos valores monetários totais e médios das exportações do Paraná individualmente para esse mesmo período<sup>42</sup>; no entanto, podemos ao menos saber que a maior parte do que foi exportado saiu desse estado, ainda que tenha reduzido sua participação percentual em 1902. Em termos de volumes totais, mantendo uma tendência de crescimento, o país

---

<sup>41</sup> Os valores médios por tonelada foram calculados por nós, com base nos dados apresentados nas ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 351.

<sup>42</sup> Exceto para 1901, ano em que o estado participou com 72,68% das exportações (GOULARTI FILHO, 2014, p. 113).

exportou 29.852 toneladas em 1898 e 41.929 toneladas em 1902, dos quais o Paraná participou com uma média de 69%<sup>43</sup>.

Conquanto tivessem continuado a crescer as vendas e, ao menos nos anos anteriormente mencionados, houvesse aumento de preços, não devemos pensar que os problemas da má qualidade e da falsificação tenham desaparecido. Exemplo disso seria a menção feita pelo pesquisador argentino Angel Vallaro em 1916, que lembrou a dificuldade em identificar as adulterações, que no cancheamento era relativamente fácil, mas quando a erva-mate tivesse passado pelo beneficiamento, ainda que fosse possível, a análise se tornava mais complexa e dispendiosa (VALLARO, 1916, p. 20-21). E a despeito de todas as medidas dispostas em legislações existentes até então para combater a fraude e a má qualidade do produto oferecido nos mercados tradicionais, 62 anos depois do primeiro regulamento paranaense – e primeiro regulamento entre os estados produtores brasileiros também –, Vallaro continuava reafirmando que mais recomendáveis seriam as ações preventivas (*Ibidem*, p. 21). O que mostra que o problema ainda persistia.

No caso de Santa Catarina, somente em 1905 surgiu um regulamento, por meio da Lei 700, de 27 de outubro, assinada por Abdon Batista, um dos líderes da oligarquia de Joinville e importante negociante de erva-mate. Além de proibir o corte em erva-mate muito novas, nessa lei “estava previsto que a colheita poderia ser feita somente entre 1º de maio e 30 de setembro, ficando a mesma árvore três anos em descanso”, ficando os infratores sujeitos à multa de 10\$000 por arroba (*Apud* GOULARTI FILHO, 2014, p. 115-116). Mas, nessa lei não constava os procedimentos para aplicação das multas, que foram regulamentados somente em 1927 pelo Decreto Estadual 29, de 27 de abril. Em relação ao beneficiamento, embalagem e comercialização, o detalhamento só se daria com a Lei 1.626, de 4 de outubro de 1922, que por sua vez estabeleceu as multas e ampliou o grau de fiscalização dos órgãos catarinenses sobre a safra de erva-mate (*Ibidem*, p. 116).

No Paraná, novas leis importantes relacionadas à erva-mate surgiriam apenas em 1920. Nesse ano seriam baixadas a Lei 1.956, de 26 de março, e a Lei 1.966, de 31 de março. A Lei 1.956, de autoria do então deputado Romário Martins, traria uma

---

<sup>43</sup> Os dados gerais constam nas ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 351. Em relação a participação do Paraná, o cálculo foi feito com base nos dados apresentados em MARTINS, 1926, p. 249-251.

grande novidade em termos de cuidados com a produção ervateira, criando um *Selo de Garantia Oficial*, facultativo e aplicável aos produtos naturais e fabris destinados a exportação. Para obter tal selo, exigir-se-ia a pureza integral de propriedades e de conservação previamente reconhecidas, em caso de produtos alimentícios, além de excelência específica e de conservação, quando fosse matéria prima, tendo passado por algum beneficiamento prévio ou não. Tal selo deveria ser requerido junto ao Presidente do estado e os pretendentes seriam inscritos em livros com essa finalidade pela Seção de Agricultura e Indústria da Secretaria Geral ou de repartição especial, “a juízo do governo, pagando uma taxa anual de inscrição que o Poder Executivo fica autorizado a arbitrar”. Para obter o selo, haveria fiscalização de agentes do governo e as análises e estudos seriam feitas “nos laboratórios de análises da Faculdade de Medicina e nos Gabinetes de Resistência de Materiais da Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná”<sup>44</sup>. Já a Lei 1.966 elevaria as multas estabelecidas pela Lei 270, que de 1:000\$000 passariam a ser de 5:000\$000, e estenderia a punição aos donos de ervais, foreiros, arrendatários e posseiros dos terrenos em que o corte se fizesse, “bem como aos compradores e intermediários na compra de tais ervais”<sup>45</sup>. Em geral, àquela altura, seguiam as autoridades com o mesmo objetivo de impedir o corte da congonha (aqui já não se confundindo mais essa erva com a *Ilex Paraguariensis*), e outras ervas nocivas à saúde, o que demonstra que depois de tantos anos, a prática ainda não havia sido radicada.

Complementar às leis de 1920, surgiu a Lei 2.023, de 12 de março de 1921, que estabeleceu a obrigatoriedade de análise química e microscópica da erva-mate a ser exportada ou consumida no estado. Mais uma vez poderia o estado se entender com a Faculdade de Medicina e a Escola Agrônômica no sentido de utilizar seus laboratórios, ficando autorizado a organizar o quadro dos funcionários necessários<sup>46</sup>. Seriam ainda criados laboratórios em Curitiba e nos principais portos do estado (Antonina e Paranaguá) – o que segundo Aranha (1967, p. 132-133) e Goularti Filho (2014) de fato ocorreu. Nas embalagens das ervas analisadas seria aplicado o *Selo de Garantia Oficial*

---

<sup>44</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei n. 1.956, de 26 de março de 1920 *apud* MARTINS, 1926, p. 290-291.

<sup>45</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei n. 1.966, de 31 de março de 1920. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

<sup>46</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei n. 2.023, de 21 de março de 1921. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

criado pela Lei 1.956, só que, ao contrário do que havia estabelecido naquele momento, onde o selo era facultativo, através da Lei 2.023 ele se tornaria obrigatório, ficando o infrator sujeito a multas de 1:000\$000 a 10:000\$000, “além de fazer inutilizar o produto que não satisfizer as exigências da análise”. Por fim, para por em prática e manter os trabalhos, criou-se uma “taxa de análise”, que variaria de 2 a 5 réis por quilo<sup>47</sup>.

Um ano depois, através da Lei 2.107, de 25 de março de 1922, ao nomear uma comissão para estudar e propor um meio mais prático e mais conveniente de fazer propaganda da erva-mate nos mercados nacionais e estrangeiros, o governo paranaense se reportaria mais uma vez a necessidade de garantir a autenticidade e a qualidade do produto a ser vendido, devendo para isso tomar as necessárias providências<sup>48</sup>. Procurar-se-ia naquele momento evitar que as fraudes atrapalhassem as vendas para os novos mercados, especialmente para os EUA, que recém se iniciara (ARANHA, 1967, p. 134).

Em março de 1926, um novo regulamento proposto pelo deputado Romário Martins foi decretado pelo Congresso Legislativo do Paraná, dessa vez intitulado *Código da Erva-mate*. Tratava-se de um amplo e detalhado esforço para a normatização da produção e beneficiamento, com a descrição dos zoneamentos da produção do estado. Pela primeira vez se definia em um documento legal os tipos comerciais de mate, separados em 11 categorias, agrupadas essas em *tipos para exportação*, *tipos comuns* e *tipos para chá*. Detalhavam-se ainda os tipos de cancheada (secos em carijo, barbacué ou alguma outra forma de estufa) e as formas de acondicionamento e envasamento da erva a ser exportada nesse formato. Além disso, incluíam-se informações sobre a maneira de se produzir adequadamente o mate cancheado, seguindo pelo aperfeiçoamento industrial e, por fim, tratava sobre a propaganda. No mais, o *Código* detalhava e atualizava as penalidades, as formas de sua aplicação, anexando ainda o *Modelo de Termo de Infração*. Incluía, finalmente, questões fiscais, agrupando nesse caso o mate por classes<sup>49</sup>.

Em 1930, a exemplo do que foi feito no Paraná, o governador de Santa Catarina, Adolpho Konder, criou através do Decreto 1, de 9 de janeiro, o Laboratório de

---

<sup>47</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>48</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei n. 2.107, de 25 de março de 1922. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

<sup>49</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Código da Erva-mate, de março de 1926. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

Análises junto ao porto de São Francisco do Sul, por onde passaria a partir de 1º de fevereiro do mesmo ano “toda a erva-mate, quer bruta quer beneficiada, que se exportar para o estrangeiro”. Após a análise química do mate a ser exportado, visando garantir a pureza do produto, seria expedido um certificado de garantia, com custo de selo de 1\$000 de estampilha estadual, e com um selo de garantia no valor de \$100. Caso fosse verificada impureza, adulteração com mistura de outras plantas, terras ou resíduos de qualquer espécie, “e ainda a que estiver contaminada ou estragada pelo contato ou ação de qualquer agente estranho” seria inutilizada para o consumo, às custas do exportador, cabendo recurso sobre a primeira análise<sup>50</sup>. As multas eram as mesmas que haviam sido estabelecidas pela Lei 1.626 de 4 de outubro de 1928, outro dispositivo do estado a regular a produção e exportação, onde constavam multas de 50\$000 a 5:000\$000 para quem colhesse fora do tempo, colhesse em condições inadequadas ao estabelecido, que derrubasse fora dos casos permitidos, que induzisse outrem a não observar a lei ou que adulterasse a erva-mate – todas as penas seriam aplicadas em dobro em caso de reincidência<sup>51</sup>.

Da parte do Rio Grande do Sul, em 1933, no governo do interventor Flores da Cunha, surgiu um amplo regulamento sobre colheita, preparo, padronização, comércio e fiscalização da erva-mate, fosse ela cancheada ou fosse beneficiada. O mesmo foi aprovado por meio do Decreto 5.426, de 14 de setembro, que estabeleceu que a fiscalização do consumo e do comércio estaria sob a responsabilidade da Comissão Fiscalizadora do Comércio e da Indústria da Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas<sup>52</sup>. Procurou esse documento ainda ligar os trabalhos de fiscalização ao Sindicato do Mate Rio-grandense, oficializado pelo Decreto 5.325, de 4 de maio de 1933<sup>53</sup>; o mesmo, por sua vez,

---

<sup>50</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 1, de 9 de janeiro de 1930. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

<sup>51</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei n. 1.626, de 4 de outubro de 1928. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

<sup>52</sup> GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 5.426, de 14 de setembro de 1933. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

<sup>53</sup> Esse decreto criou a *Taxa Bromatológica*, no valor de \$300 por kg de erva-mate para análise, estando isentos os associados do Sindicato Riograndense. Essa taxa seria adotada depois pelo Paraná e por Santa Catarina, sendo alvo de fortes críticas, como a feita por Antonio Bacilla em 1946, que comentando o seu alto valor para os produtores e o caráter compulsório da sindicalização que a mesma continha, diria que

expediria uma guia gratuita para a análise da erva-mate e ainda procederia ao registro das firmas, “a fim de lhes ser outorgada a necessária licença para tal comércio”. Estabeleceu esse *Regulamento* a obrigatoriedade da declaração nos sacos, barricas ou qualquer outro acondicionamento da classe, tipo ou procedência da erva-mate, para isso definindo essas classes (“cancheada”, “barbacuá”, “extra”, “missioneira” e “chá”) e os tipos pelos quais as mesmas seriam subdivididas, constando a quantidade de paus e a milimetragem da peneiração de cada tipo, totalizando 10 tipos diferentes. Estabeleceu que o destino das ervas irregulares seria a inutilização, a critério da autoridade fiscalizadora, e as multas foram estabelecidas em 1:000\$000 para “subtração das ervas ao exame e controle da Comissão Fiscalizadora” e 1:000\$000, mais o pagamento da chamada *taxa bromatológica*, para as infrações cometidas por quem comercializasse ervas irregulares, para quem não declarasse nos invólucros a classe, o tipo e a procedência, para quem carregasse ou descarregasse em lugares onde não existisse laboratórios e não remetesse amostra para a análise, ou ainda para quem não prestasse as informações que lhe fosse requeridas pela Comissão.

O Decreto 5.426 foi aperfeiçoado em 1938, através do Decreto 7.365, de 12 de julho. Esse último

era o mais amplo [dos regulamentos] dos três Estados produtores [do sul], e era composto de 56 artigos. O nível de detalhamento era tanto que chegava a definir a gramatura das folhas fragmentadas e moídas. Também estavam definidas as infrações e as formas de penalidades (GOULARTI FILHO, 2014, p. 116).

Seguindo com as nossas considerações sobre a qualidade da erva-mate produzida, em termos de tecnologia usada na produção de cancheada, podemos dizer que muito pouca coisa mudou até 1938. Nos estados do sul do Brasil, uma das únicas mudanças veio com a adoção do *barbacuá*, que em meados do século XIX representava algum avanço em relação aos sistemas anteriormente utilizados na secagem da erva, especialmente em relação ao *carijo*<sup>54</sup>. No antigo sul do Mato Grosso, devido ao fato de

---

“Era nitidamente o plano de obstar a marcha do movimento cooperativista, concertado por [Victor] Issler [Sindicato do RS] e Leão [Júnior, presidente do Instituto do PR] e pelo Presidente da Confederação do Mate” (p. 146).

<sup>54</sup> Conforme é de conhecimento geral, após o processo de *sapeco*, a erva-mate passava pela *secagem*, que, no período que nos ocupamos aqui, se dava especialmente por duas formas: *carijo* e *barbacuá*. No primeiro caso, a erva-mate era exposta diretamente ao fogo e resultava na incidência de fumaça e alteração nos aspectos e no sabor do produto; já o *barbacuá* – ainda que com algumas diferenças na sua montagem, de acordo com a região –, era considerado um sistema melhorado, pois o fogo era controlado

fazer fronteira com o Paraguai e ser a mão de obra de origem paraguaia e também guarani, o barbacuá foi desde o princípio da extração na década de 1880 o sistema utilizado para a secagem.

Em relação ao beneficiamento, desde a segunda metade do mesmo século ocorreu uma série de melhorias técnicas que acabaram alterando os processos e com isso melhorando a qualidade do mate. Nisso o Paraná e Santa Catarina passaram à frente do Rio Grande do Sul, que depois de viver o seu melhor momento em meados do século XIX, passou a ter a qualidade de seus processos de beneficiamento cada vez mais questionados ao longo do século XX. Os primeiros registros de engenhos em Santa Catarina são de 1853; já no Paraná, no mesmo ano, ao se instalar a província separada de São Paulo, “já havia nas cercanias de Curitiba 90 engenhos movidos à força hidráulica fazendo a limpeza das folhas e dos paus para depois misturá-los, numa dada proporção, de acordo com os tipos requeridos pelos mercados consumidores” (ARANHA, 1967, p. 47).

Temístocles Linhares identificou três ciclos de desenvolvimento tecnológico do beneficiamento no Paraná. O primeiro, que se encerrou em 1820, em que os processos de industrialização eram mais rudimentares, “Os pilões de soques eram manuais e os índios teriam sido, ao lado de alguns escravos negros, os principais manipuladores” (1967, p. 169)<sup>55</sup>. A produção não se destinava à exportação, mas antes ao consumo local (*Ibidem*, p. 171). No segundo ciclo, o mais longo, a dificuldade de conseguir mão de obra teria levado ao uso do monjolo e depois de pilões mecânicos rudimentares, “de força hidráulica também rudimentar, quando não eram os próprios animais que os moviam” (*Ibidem*, p. 170). Com uma pequena utilização da energia a vapor, esse ciclo teria começado, segundo o autor, “com a instalação do primeiro engenho em Paranaguá, por Francisco Alzaray”, que trouxe seus conhecimentos e experiências do Paraguai. Nesse período houve um deslocamento dos engenhos do planalto para o litoral. Diz Linhares, embora não dê detalhes, que já contava a indústria paranaense com fabricação uniformizada em relação aos tipos e acondicionamento. Em 1875 começou o terceiro ciclo, com novo deslocamento dos engenhos do litoral para o planalto curitibano. Surgiram novas técnicas de industrialização, introduzidas a partir do engenho do

---

a certa distância e não havia incidência de fumaça, pois “as folhas sapecadas recebem o calor por meio de canal subterrâneo, com base em [uma] boquilha irradiadora” (ALENCAR, 1960, p. 27).

<sup>55</sup> Embora aqui devamos lembrar mais uma vez que se tratava do Paraná como uma comarca de São Paulo.

inventor Francisco Camargo Pinto, “que permitiu à indústria paranaense suplantar de todo as suas congêneres do Rio Grande do Sul e do Paraguai”, tornando-se o mate beneficiado do estado preferido nos mercados uruguaio, argentino e chileno (*Ibidem*, p. 172)<sup>56</sup>.

Ainda da parte dos industriais, a fim de distinguir seus produtos e dar ênfase à qualidade dos mesmos, passaram cada vez mais a usar em seus rótulos expressões como “Erva-mate genuína – produto altamente selecionado”, “Yerba mate super-extra”, “Erva-mate extra-superior” e “Super-extra de especial e puríssima erva-mate”. Sobre isso, Gerhardt nos diz que

As palavras “extra” e “especial” correspondiam a níveis das categorias de padronização, mas as demais expressões eram argumentos afirmativos da qualidade do produto, visando destacá-lo das ervas falsificadas ou de qualidade inferior (2013, p. 86).

Nesse sentido também, o industrial Ermelino Leão, em livro de 1931, afirmava que “as fábricas, zelando pelo crédito de suas marcas, exercem rigorosa fiscalização sobre a matéria prima, recusando a que apresenta qualquer defeito ou impureza” (LEÃO, 1931, p. 9). Claro que essa afirmação mostra um aumento da preocupação dos industriais, especialmente nas primeiras décadas do século XX, quando ganhou mais força a ideia de propaganda da erva-mate em novos mercados, especialmente o europeu e o norte-americano. Mas, ao mesmo tempo, pelas razões que já vimos, tal afirmação deve ser relativizada, pois se tratava de uma tentativa de afirmar a qualidade do mate paranaense diante dos demais estados produtores.

Por fim, em relação ao antigo sul de Mato Grosso, ao longo desse tópico puderam observar que não nos referimos às legislações do estado em torno da fraude ou da má qualidade da produção. Isso se dá pelo fato de que praticamente toda sua produção e comercialização do mate cancheado eram controladas pela Companhia Mate Laranjeira, seja por meio do monopólio da produção que durou até 1915, seja por ter controlado a maior parte do comércio depois desse período, o que ainda ocorria em 1938, ano de criação do INM. Por causa dessa situação, a qualidade do mate era controlada pela própria empresa, já que rumava essa matéria prima para a Argentina, onde seria beneficiada por firma a ela ligada. A maior preocupação dos governos de

---

<sup>56</sup> Camargo Pinto também teria desenvolvido técnicas para a produção de cancheada, as quais segundo Linhares trariam a excelência nos processos de colheita, sapeco e secagem. No entanto, essa parte relativa à produção “até hoje inexplicavelmente não [foi] levada a efeito” (1967, p. 177).

Mato Grosso não era regular a forma de se produzir e a qualidade do produto, mas, desde a primeira concessão a Thomás Laranjeira até a década de 1930, a preocupação era garantir um mínimo de produção e exportação. Como pode ser visto com a Lei 725, de 24 de setembro de 1915, que além de extinguir o monopólio da Companhia estabeleceu que a exportação não poderia ser menor que 6.000 toneladas por ano, devendo o estado de Mato Grosso receber pelo menos 350:000\$000, além de mais \$800 por arroba que ultrapassasse essa quantidade mínima (*apud* CORRÊA FILHO, 1925, p. 65-66).

Enfim, delongamo-nos nesse subitem para mostrar que, a despeito de toda legislação criada, com suas orientações e penalidades, somadas ainda às soluções tentadas para as questões de falsificação e de má qualidade da erva-mate, os problemas persistiram sem solução definitiva até a década de 1930 e seriam algumas das questões a serem resolvidas pelo INM a partir de 1938, por meio de medidas que visassem à padronização dos tipos e dos processos de produção de cancheada e de beneficiamento.

### *1.3.2 – As crises de mercados e de preços*

Se os problemas anteriormente apontados mostram aspectos particulares da economia ervateira, outros mais amplos estão relacionados às diversas crises pelas quais os estados produtores e os mercados consumidores passaram desde o século XIX até 1938. Algumas dessas crises foram de caráter regional ou mesmo setorializadas, envolvendo um ou outro estado produtor ou problemas internos dos países consumidores isoladamente. Outras crises foram mais amplas e também mais graves, surgidas a partir de conjunturas mundiais, afetando e por vezes alterando a dinâmica do comércio ervateiro brasileiro em seus mercados tradicionais ou eventualmente algum novo mercado que se pretendeu conquistar. Tomaremos então neste subitem os momentos críticos mais significativos do período, aqueles que nos ajudem a entender os grandes problemas enfrentados pelas classes ervateiras e que serviriam depois como justificativa para a criação do INM.

Um momento de grande crise que o mundo viveu no último quartel do século XIX foi o da chamada Grande Depressão de 1872-1896. Sua manifestação mundial se deu, sobretudo, através do declínio do nível de preços, cuja deflação “ocorreu tanto em

relação aos bens industriais quanto às matérias primas e aos produtos alimentícios” (SAES; SAES, 2013, p. 213). Direta e indiretamente, tal situação afetou a economia brasileira de maneira geral e a ervateira especificamente. Nesse período houve tendência de queda dos preços médios da tonelada da erva-mate exportada, que começou em £ 23,2 em 1871/1872 e terminou em £ 13,6 em 1896, ou seja, uma diferença de - 41,3%. Em valores totais a queda foi de 7,1%, tendo registrado £ 403.000 em 1871/1872 e £ 374.000 em 1896. O ponto mais baixo desse período se deu em 1893, quando as exportações totais de erva-mate somaram apenas £ 168.000; já em relação aos preços médios, o ponto mais baixo se deu em 1892, quando o valor médio da tonelada esteve em apenas £ 8,9<sup>57</sup>.

Em termos de volume de exportação, podemos observar que não ocorreram quedas bruscas nas décadas de 1870, se mantendo a média de 14.482 t, com pico de 17.389 t em 1872. Na década de 1880 a média foi de 16.809 t, com aumento significativo nos três últimos anos, chegando a 23.165 t em 1889<sup>58</sup>. Embora tenham ocorrido oscilações importantes, a década de 1890 seguiu sendo uma década de crescimento nos volumes de exportação, quando mantiveram uma média de 26.726 t, com maior volume no ano de 1899, quando o país exportou 30.932 t<sup>59</sup>.

Assim, enquanto os volumes das exportações aumentaram, com as exceções que vimos, os preços médios em libras caíram entre 1872 e 1896. Era um reflexo da crítica situação política e econômica em que se encontravam os países latino-americanos importadores de erva-mate brasileira. Estes países até então vinham recebendo enorme afluxo de capital externo, sobretudo europeu, seja em compras de seus produtos ou através de investimentos. Estes fluxos de recursos externos, com as instabilidades políticas e sociais argentinas, chilenas e uruguaias, sofreram profundos abalos no período da Grande Depressão do século XIX. Essa grande dependência da existência de saldos positivos de divisas, seja no comércio com o Brasil seja no comércio com as grandes potências industriais do período refletiram, ademais, nas cotações da erva-mate. Segundo Aranha, os saldos de divisas eram importantes também

---

<sup>57</sup> Para os valores totais das exportações: ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 351. Com base nos dados constantes na mesma fonte é que elaboramos o valor médio da tonelada nesse e nos demais casos.

<sup>58</sup> ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 351. Exceto para os anos 1870, 1878, 1883-1886 e 1895, que foram corrigidos com base em MARTINS, 1926, p. 249-251.

<sup>59</sup> ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 351.

“para que, mediante o mecanismo multilateral de pagamentos, pudessem aumentar suas importações de mate ou de outros produtos brasileiros” (1967, p. 72).

A Argentina, então o principal mercado da erva-mate brasileira, viveu um momento crítico, sobretudo, na década de 1890. Devido à brusca contração no influxo de capitais externos no país, que na década de 1880 eram amplamente disponíveis, o pesado serviço da dívida externa contraída nos anos anteriores recaiu sobre as exportações nacionais, mas as mesmas atravessavam uma fase ruim. Desde a década de 1880, vinha ocorrendo queda nos preços do trigo, principal produto argentino exportado, sobretudo, para a Europa, situação que perdurou até os últimos anos do século, acompanhando a Grande Depressão “e dificultando o pagamento da dívida externa” (FILOMENO, 2010, p. 142). Seus momentos mais críticos se deram entre 1891 e 1893, quando o país quebrou e deu um calote nos credores externos, levando à falência do Baring Brothers de Londres, principal instituição financeira estrangeira presente na Argentina no século XIX, fato que, por sua vez, gerou uma crise no mercado financeiro, que se espalhou pela Europa e, posteriormente, pelos EUA. Na Argentina, a crise de 1890, também conhecida como “Crise Baring”, interrompeu por uma década o desenvolvimento da economia exportadora do país. Nesse mesmo ano o saldo negativo do comércio exterior argentino chegou a 41 milhões de pesos-ouro; a dívida externa, por sua vez, chegou ao fim da década de 1890 a 300 milhões de pesos-ouro, tendo aumentado quase 10 vezes desde 1880 (LENZ, 2006, p. 395).

No caso do Uruguai, o segundo maior mercado importador de erva-mate nesse período, tratava-se de um país fundamentalmente criador de gado para exportação e comerciante de seus derivados. Era, ademais, juntamente com a Argentina, uma das economias latino-americanas exportadoras de produtos agrícolas de clima temperado, inseridas na divisão internacional do trabalho vigente naquele momento (FURTADO, 1976, p. 55). Nessa condição, o Uruguai também sofreu os efeitos da Grande Depressão. A partir da década de 1880, ocorreu a queda dos preços do couro e da carne salgada, tendo em vista o crescimento da concorrência de substitutos que apareciam na Europa, e desde 1894, passou também a cair os preços da lã. Em 1887, ocorreu a cessação das compras de carne seca e salgada por parte do Brasil e ocorreu também diminuição das compras por parte da Argentina, outro dos grandes consumidores de produtos uruguaios – o que se deu porque os dois países viviam seus próprios momentos críticos. A situação do Uruguai se mostrou então muito grave, com uma

balança comercial desfavorável. Esse *déficit* na balança comercial esteve determinado pela diminuição da demanda por seus produtos, mas também pelos gastos na importação de bens de luxo (BARRÁN; NAHUN, 1971, p. 10).

Sobre a situação em que se encontrava o país, como um todo, complementam Barrán & Nahun dizendo que:

O por “plétora”, como llamaron los contemporaneos a la superproducción ganadera, o por descenso, lo cierto es que entre 1886 y 1894 la actividad pastoril no respondió a las exigencias crecientes de un medio urbano entregado a la especulación bursátil, el consumo casi siempre improductivo y el endeudamiento externo creciente con la City londrina (1971, p. 10).

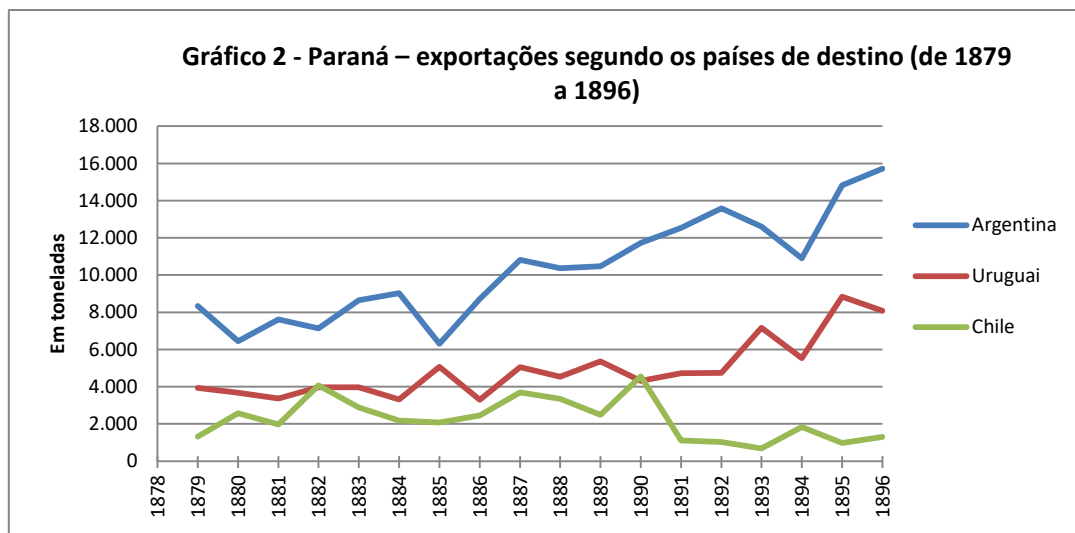
Essa delicada situação econômica uruguaia levou o país a viver um sério momento de convulsões político-militares iniciadas em 1897 com a Revolução, envolvendo mais uma vez Blancos e Colorados, e que só se resolveu em 1904 (RECKZIEGEL, 2008)<sup>60</sup>.

Esses momentos críticos do Uruguai se refletiriam também nos preços da erva-mate importada do Brasil. Em relação aos volumes das compras de erva-mate, temos apenas os dados das exportações paranaenses para o período 1879-1896 (ver **Gráfico 2** a seguir)<sup>61</sup>. Nele se pode perceber que ocorreram oscilações bruscas em alguns momentos, com picos de 5.074 t em 1885, 5.051 t em 1887, 5.368 t em 1889 e 8.831 t em 1895, mas que, no geral, o período da Grande Depressão do século XIX mostrou aumento no volume das importações uruguaias, o que nos faz pensar que isso tenha ocorrido para compensar a queda dos preços.

---

<sup>60</sup> No interior das hostes partidárias *blancas* havia disputas entre os *doctores*, chamados assim os próceres do partido que defendiam os interesses urbanos a partir de Montevideú, e os *líderes caudillescos*, notadamente da fronteira norte do país, calcados numa posição que ensejava a manutenção de um Uruguai rural e tradicional (RECKZIEGEL, 2008).

<sup>61</sup> Sabemos que Santa Catarina também exportava para o Uruguai, mas sobre isso não dispomos de dados.



**Fonte:** MARTINS, 1926, p. 249-251.

No Chile, como ocorreu nos dois outros países que vimos antes, também houve forte presença de capital britânico, investido diretamente em companhias de exploração do principal produto do país que era o salitre, que, aliás, começou a ser explorado em grande escala a partir da década de 1880 (MELLER, 1998, p. 19). A produção salitreira aumentou a partir desse momento, mas o grande problema no país era a instabilidade política e social. O produto foi questão central na Guerra do Pacífico (ou Guerra do Salitre) (1879-1884) contra a Bolívia e o Peru, vencida pelo Chile, que anexou Tarapacá e Antofagasta, territórios ricos em nitratos. Uma das consequências dessa guerra foi a valorização do salitre, produto de grande procura no exterior, que resultou numa melhora na economia chilena, “elevando el nivel total de exportaciones de manera significativa y proporcionando una enorme y creciente fuente de ingresos al gobierno” (MELLER, 1998, p. 24). Porém, o salitre também foi o pivô da guerra civil de 1891, movida pelo Congresso, que manipulou a classe trabalhadora e teve apoio material britânico contra o presidente Balmaceda, governante nacionalista e intervencionista, que acabou por renunciar, assumindo em seu lugar Manuel Baquedano, de tradição liberal. Após esse conflito, iniciou-se o período da República Parlamentar chilena, que durou até 1925 (TOMASSINI, 2009, p. 106).

Esses eventos desestabilizaram econômica, política e socialmente o Chile e pesaram nas relações comerciais com o mundo e o resto da América Latina, tendo impacto negativo nas importações de erva-mate brasileira. Por essa época, o país já era um importante mercado para o produto, que era embarcado em portos paranaenses e

catarinenses, mas ainda assim as quantidades comercializadas não tinham o mesmo desempenho da Argentina e do Uruguai. Os dados das exportações por estado, como já dissemos, são muito difíceis de serem encontrados, os mais completos só sendo registrados a partir do fim da década de 1870. Ainda assim, através dos dados que dispomos referentes aos volumes exportados pelo Paraná, percebemos que, ao contrário de Argentina e Uruguai, os volumes de exportações para o mercado chileno entre a década de 1870 e 1890 sofreram fortes oscilações, com pico de 4.068 t em 1882 e com ponto mais baixo nas vendas em 1893, quando totalizaram apenas 690 t. Chegou-se ao ano de 1896 com um total de 1.300 t exportadas pelo Paraná, pouco abaixo do volume que havia sido vendido em 1879, quando as exportações paranaenses para esse mercado haviam totalizado 1.315 t (ver **Gráfico 2**). Embora se saiba que também havia exportação catarinense para o Chile, devemos lembrar que esta era menor que a paranaense, o que nos faz pensar, por fim, que a situação não era muito diferente do que apresentamos nesse parágrafo.

Outra coisa é que, embora o consumo de erva-mate por muito tempo tenha se dado no sul e no centro do país, sendo praticamente ignorado no norte, era o salitre chileno produzido nessa última região produto de grande importância para o intercâmbio com o mate brasileiro (LINHARES, 1969, p. 367). Mesmo na falta de dados que mostrem os valores das exportações brasileiras de erva-mate para esse país, há que se imaginar que os eventos chilenos dessas duas décadas, somados a ligação do país com a Grã-Bretanha, tiveram resultados também na baixa dos preços da erva-mate. Isso porque o controle estrangeiro sobre a produção salitreira era altíssimo, “Dado que los inversionistas extranjeros controlaban alrededor del 70% de las exportaciones salitreras, las remesas de utilidades habrían alcanzado [na década de 1890] a cerca del 6% del PGB<sup>62</sup>” (MELLER, 1998, p. 30).

Tais momentos críticos porque passaram os três principais mercados brasileiros no fim do século XIX, fizeram com que em diversos momentos entre 1872 e 1896 ocorresse diminuição da capacidade de importar desses centros consumidores. Sem políticas amplas de defesa do mate brasileiro, somente com a redução de preços foi possível (ainda que não em todos os momentos) estimular as saídas para esses mercados

---

<sup>62</sup> Produto Geográfico Bruto (PGB) – para obter o PGB, realiza-se o mesmo cálculo do PIB, mas em uma zona delimitada, por exemplo, uma cidade ou uma província, ao invés do país como um todo. Calcula-se da mesma forma, mas nesse caso a exportação é a que sai da cidade ou província (da mesma forma para o consumo, que é o dos habitantes do lugar). Assim também é com os demais fatores para a zona escolhida.

tradicionais. Mercados cuja recuperação, por sua vez, veio entre os anos finais do século XIX e início do XX, ao tomarem seus governos, com a relativa tranquilidade política, medidas prioritárias para sanarem suas economias, que permitiram o restabelecimento da capacidade de importar.

Momentos de intranquilidade ocorreram também do lado brasileiro, sobretudo entre o fim do Império e os anos iniciais da República. A política monetária imperial, por exemplo, em boa parte do tempo, buscando a conversibilidade da moeda, pautou-se na manutenção da escassez do meio circulante, o que resultou no crescente endividamento externo. Na última década do Império a dívida externa brasileira cresceu de forma constante, indo de 15 milhões de libras em 1882 para 30,3 milhões em 1889 (ORAIR, 2002 *apud* FILOMENO, 2010, p. 153). No fim da mesma década de 1880, ainda no império, a política monetária começou a mudar e continuou mudando com a República. Com a abolição da escravidão e com o grande aumento do fluxo imigratório, sobretudo de europeus, o governo imperial foi forçado a se adequar às novas situações: emitindo moeda para pagar os salários dos negros libertos e, especialmente, dos imigrantes que vinham ao Brasil para substituir aos negros nos cafezais; e emitindo títulos do governo ou moeda para o fornecimento de crédito a compensar os fazendeiros pela perda da mão de obra escrava (LEVY; SAES, 2001, p. 66; PRADO JR., 2004). Nos anos seguintes, ocorreu a transição política para a República, que mesmo não encontrando oposição e nem resistências sérias à mudança de regime, nos anos posteriores a 1889, a situação não se estabilizou e nem normalizou, “senão depois de muitos anos de lutas e agitações” – como foi o caso especialmente da Revolta de Canudos (1893-1897) e da Revolução Federalista (1893-1895) – que, por sua vez, geraram gastos significativos ao governo (PRADO JR., 2004, p. 218).

Além disso, os anos que se seguiram a 1889 foram dos mais graves da história das finanças brasileiras. É nesse contexto que se inseriu a chamada crise do Encilhamento, que estourou durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891). Nesse momento, a crise resultou das medidas adotadas pelo Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Ao modificar a Lei de Reforma Bancária do Visconde de Ouro Preto, de 1888, ele facultou aos bancos a emissão de moeda não conversível, lastreadas em títulos públicos, o que resultou em forte expansão monetária (GREMAUD; SAES; TONETO JÚNIOR, 1997, p. 79). As medidas adotadas por ele destinavam-se inicialmente a atender às necessidades da circulação monetária em face da intensificação das

transações e da vida econômica e financeira em geral, sobretudo por causa da ampliação do trabalho assalariado – urbano e rural. Havia pressões pela flexibilização da política monetária “e por reformas no sistema financeiro de então, tido como inelástico”. O próprio crescimento econômico pressionava no sentido de novas instituições monetárias no país (*Ibidem*, p. 80).

Por esses motivos, são apontados efeitos positivos da expansão monetária, que possibilitaria alívio creditício para a cafeicultura, assim como contribuiria para a expansão de outros setores econômicos. Nesse contexto é que Rui Barbosa facilitou a criação de novas empresas, especialmente sociedades anônimas. Entretanto, o resultado negativo das medidas adotadas é que “as emissões monetárias foram muito além de qualquer medida, dando origem a uma forte crise financeira, conhecida como Encilhamento” (FILOMENO, 2010, p. 157). Houve forte especulação na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, com muitas empresas fictícias tendo sido criadas, com mero fim especulativo, numa bolha que acabou logo estourando. Do lado externo, o câmbio – flexível nesse momento – que havia se mantido estável até 1891, “sofreu desvalorização nesse ano, que se estendeu pelos anos subsequentes”; com essa desvalorização, os problemas fiscais do Governo – que já comprometidos em função dos gastos militares decorrentes das ações de “pacificação” das revoltas internas que mencionamos atrás – se agravaram; a situação do balanço de pagamentos que era estável até o início da República “sofre reversão com saída de capital do país”. Saída que se deu em função da retração do mercado financeiro internacional por conta da crise que enfrentava a Argentina (falência do Banco Baring), que tratamos alguns parágrafos atrás, e por conta da má apreciação da política econômica brasileira no mercado financeiro internacional; além de ter também influenciado a deterioração na balança comercial, “dado o crescimento da importação e a relativa queda das exportações entre 1890 e 1891” (GREMAUD; SAES; TONETO JÚNIOR, 1997, p. 80).

Os problemas enfrentados pela economia brasileira só viriam a ser solucionados na virada do século, com as novas medidas adotadas na presidência de Campos Sales (1898-1902) e no ministério de Joaquim Murinho (FILOMENO, 2010, p. 157). Tais medidas incluíam a negociação da dívida externa brasileira – acordo do *funding-loan* de 1898 – e uma mudança de rumos na política econômica brasileira, com a “reversão da política monetária” e a valorização do câmbio nos anos que se seguiram (GREMAUD; SAES; TONETO JÚNIOR, 1997, p. 82).

Em nível regional, houve também o caso dos estados do sul do Brasil, como a já mencionada Revolução Federalista (1893-1895), que envolveu Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, afetando, sobretudo a produção de erva-mate dos dois últimos estados, com sensível queda do que foi produzido e vendido, sobretudo em 1894. Os produtores em diversas regiões ervateiras do Paraná ficaram impedidos de fazer o corte e a exportação, o que, por outro lado, permitiu ampliar o fornecimento por parte de Mato Grosso no mercado de cancheada (ARANHA, 1967, p. 86). A título de exemplo, no ano de 1894, o Paraná teve queda nos volumes exportados, quando vendeu 10.901 t para a Argentina e 5.532 t para o Uruguai, enquanto que em 1893 havia exportado 12.613 t e 7.164 t, respectivamente (ver **Gráfico 2**).

Nesse contexto de crise e recuperação nos mercados e na economia brasileira, é importante tomarmos aqui uma particularidade da economia ervateira, a fim de fiquem claros os fatores que contribuíram para sua recuperação. Segundo Aranha, a recuperação para o mercado da erva-mate teria se dado nesse fim de século “com a ascensão dos preços reais, consequência do aumento da procura, da *inovação tecnológica* e da melhoria na distribuição e comercialização” (ARANHA, 1967, p. 74, *grifos nossos*). Embora concordemos com os demais pontos, devemos relativizar no que diz respeito à inovação tecnológica. Isso porque, esse autor parece priorizar a indústria de beneficiamento paranaense, dando demasiada importância às transformações ocorridas na tecnologia desse estado, sobretudo, com a valorização das invenções de Francisco Camargo Pinto. Acontece que já é sabido que essas inovações, embora importantes, não estiveram ao alcance da ampla maioria, se restringindo aos poucos industriais que tiveram recursos suficientes para investir no beneficiamento do mate (cf. LINHARES, 1969, especialmente capítulo 14). Sendo assim, com o que vimos anteriormente sobre os estados produtores e sua ligação com os mercados consumidores, cremos ser mais adequado pensar em um aumento da demanda, somado às melhorias nos transportes como fatores que contribuíram de forma mais decisiva para o aumento das vendas. Contribuíram, por fim, com esse aumento nos volumes comercializados as exportações de erva-mate cancheada, que cresceram proporcionalmente nesse fim de século.

O início do século XX foi de relativa estabilidade política e econômica nos mercados sul-americanos da erva-mate, o que não significou a estabilidade dos preços desse produto, que sofreram oscilações e fortes quedas em diversos momentos. Até

1914, os preços médios da tonelada tiveram sua maior queda em 1903, £ 18,7; já às vésperas da Primeira Guerra Mundial teve seu ponto mais alto em 1913, £ 36,0<sup>63</sup>. Daí em diante, o mercado ervateiro seria afetado mais uma vez pelo que ocorria no mundo.

Em 1914, a Primeira Guerra trouxe consequências negativas para a erva-mate, tendo adotado os países europeus medidas protecionistas, reduzindo as importações dos produtos primários dos países sul-americanos, que por sua vez não conseguiram importar erva-mate nos mesmos níveis de preços. Os volumes de erva-mate comercializados nestes mercados tradicionais, por sua vez, exceto em 1917, continuaram a aumentar. Já os poucos países europeus que compravam erva-mate nesse momento, embora em quantidades muito pequenas, reduziram ainda mais seus pedidos ou deixaram de comprar, o que freou o ímpeto de expansão de mercados para essa região.

Segundo Moraes (2014), as ações tomadas pelo governo argentino teriam contribuído para a redução do volume exportado em 1917. Isso porque o país vivia um momento de desequilíbrio em suas contas externas, como resultado da Primeira Guerra, e ainda um momento de investimento em industrialização ervateira em seu próprio território<sup>64</sup>. Esse autor complementa dizendo que

Em 1917 a Argentina ainda mantinha um diferencial na alíquota de importação da erva-mate cancheada (17 pesos ouro/ton) e beneficiada (42,4 pesos ouro/ton). O governo brasileiro, por sua vez estabeleceu um diferencial na alíquota de exportação a fim de quebrar o efeito da medida argentina, taxando a 45 réis o quilograma de erva beneficiada e a 80 réis o de cancheada (lei 1.705 de 25 de março de 1917). De início isso levou a uma retração nas exportações e, em 1918, a alíquota para exportação de erva cancheada foi reduzida a 65 réis/kg, promovendo novamente a extração (MORAES, 2014, p. 8).

É importante dizer que o governador paranaense Afonso de Camargo foi quem promulgou a referida Lei 1.705, não sendo, como Moraes se refere, uma lei do governo brasileiro. É assim que, tendo em conta essa pequena correção, podemos dizer que, entre os estados exportadores do Brasil, o Paraná foi o mais atingido pelas medidas adotadas pelo governo do país vizinho, sendo que, em termos de volume, foi o único que sofreu com redução em suas vendas entre 1916 e 1919. O Paraná havia exportado

---

<sup>63</sup> Dados elaborados com base em ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 351.

<sup>64</sup> Sobre a situação da produção e industrialização interna argentina nós veremos mais adiante, em subitem específico.

um total de 57.097 t (cancheada e beneficiada) em 1916, mas nos três anos seguintes exportou 44.202 t, 42.188 t e 39.537 t, respectivamente (MARTINS, 1926, p. 249-251). Os demais estados sobre os quais temos dados de exportação, Santa Catarina e Mato Grosso, pelo fato de exportarem maior proporção de cancheada ou apenas esse formato – como era o caso mato-grossense –, ao contrário do Paraná, tiveram aumento nas suas vendas para o mercado argentino em quase todo esse período<sup>65</sup>. O Mato Grosso, o segundo maior exportador para a Argentina, teve uma levíssima queda apenas entre 1916 e 1917, quando vendeu, respectivamente 5.589 t e 5.522 t, mas teve aumento nos dois anos seguintes, quando exportou 6.648 t em 1918 e 7.100 t em 1919 (MARTINS, 1926, p. 260-261). Já Santa Catarina, embora vendesse também para o Uruguai e o Chile, cancheada e beneficiada, não sofreu queda em seus volumes exportados, que pelo contrário contabilizaram 1.446 t em 1917, 3.771 t em 1918 e 6.555 t em 1919 (MARTINS, 1926, p. 258-259).

As exportações de erva-mate dos estados sulinos também foram afetadas por um conflito regional que começou antes e terminou durante o período da Primeira Guerra. É que, desde 1912, Paraná e Santa Catarina estiveram envolvidos no evento que ficou conhecido como Guerra do Contestado, que durou até 1916 e causou redução nas vendas, principalmente nas catarinenses. Em 1911, Santa Catarina havia vendido 5.850 t, tendo iniciado a partir de 1912 um período de quedas, reduzindo-se em 1916 a apenas 985 t exportadas (MARTINS, 1926, p. 258-259). Já o Paraná, que havia vendido 46.050 t em 1911, teve queda apenas em 1912, quando exportou 44.936 t, mas voltou a aumentar nos anos seguintes, tendo vendido 57.097 t em 1916 (MARTINS, 1926, p. 252).

Por fim, em relação aos volumes totais de erva-mate vendidos pelo Brasil nos anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve queda acentuada apenas no primeiro ano, totalizando 59.707 t, e em 1917, quando totalizou 65.431 t exportadas, pelas razões internas e externas que já vimos. Enquanto que no restante dos anos o país exportou sempre mais que 72.000 t<sup>66</sup>. O mesmo não ocorreu com os preços, que oscilaram nesse período, valendo a tonelada £ 27,0 em 1914, caindo para £ 24,4 em

---

<sup>65</sup> Não constam dados de exportação do Rio Grande do Sul nesse período.

<sup>66</sup> ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 351.

1915, mostrando ligeira recuperação em 1916, £ 24,6, subindo a £ 27,8 em 1917 e finalmente £ 29,6 em 1918<sup>67</sup>.

A década de 1920, em diversos momentos, seria deveras negativa para a economia ervateira. Houve forte queda de preços entre 1921 e 1923, tendo chegado ao preço médio de £ 13,1 a tonelada em 1923. Os preços só tiveram aumentos importantes nos anos seguintes, para viver seus últimos grandes momentos, culminando em 1926 com o que foi considerado o melhor ano do período, quando do Brasil se exportou 92.657 t, somando £ 3.323.000, o que equivaleu a um preço médio de £ 35,9 (ARANHA, 1967; FIGUEIREDO, 1967; LINHARES, 1969). Depois disso, com os efeitos da Crise de 1929 e das plantações argentinas, que já eram suficientes para alimentar o consumo desse país, os preços médios passaram a cair drasticamente, chegando a £ 6,6 a tonelada em 1938<sup>68</sup>.

Embora tratemos no subitem seguinte especificamente do mercado Argentino, vale adiantar que, nesse contexto irreversível que se desenhou a partir de 1926, ali não houve queda no consumo, mas sim redução das importações, além de uma inversão no formato de erva-mate que o Brasil lhe vendia, que passou a ser cancheado. Ao contrário dos períodos críticos anteriores, dessa vez, devido ao formato importado pelos argentinos e a sua produção interna, os volumes totais do nosso país igualmente baixaram até 1938, tendo vendido em média 84.630 t, entre 1927 e 1932, e 60.350 t entre 1932 e 1938<sup>69</sup>.

Finalmente, tudo o que foi dito nesse subitem serve para nos mostrar as situações a que estavam sujeitos os industriais e exportadores brasileiros e a fragilidade em que se encontravam agindo num contexto de liberdade de mercado. Sem ações conjuntas, até mesmo as firmas industriais e os exportadores mais fortes sofriam os efeitos de crises que reduziam a demanda e conseqüentemente impunham quedas – por vezes drásticas – nos preços. Para lidar com tudo isso, era preciso um conhecimento amplo da situação da economia do mate. Acontece que essas classes ervateiras sofriam também com a qualidade das informações disponíveis na época ou a falta delas: nem os interessados diretos e nem os governos municipais e estaduais, que tinham no mate uma

---

<sup>67</sup> Dados elaborados com base em ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 351.

<sup>68</sup> ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 351.

<sup>69</sup> *Idem, Ibidem.*

fonte fundamental de renda, tinham real conhecimento da dimensão do subsetor e por isso não encontravam uma forma adequada de agir, fosse controlando a produção, os estoques ou a oferta.

### *1.3.3 – A Argentina se tornou produtora*

Se o mate brasileiro era afetado por crises periódicas, que alternavam com momentos de recuperação e até a década de 1920 de crescimento das exportações, um problema se tornaria particularmente preocupante a partir dessa mesma década e no fim se mostraria irreversível: o governo da Argentina, então principal comprador de ervamate brasileira, começou a obter resultados consideráveis em sua própria produção.

A partir de 1903, na Argentina passou-se a investir na plantação de ervais no Território de Misiones. Até então os argentinos importavam do Brasil a maioria do que consumiam e mais uma pequena parcela do Paraguai. Esse mate que importavam era a princípio todo de beneficiado e depois, a partir de fins do século XIX, foi se inserindo cada vez mais nessas compras também o mate cancheado, que em Buenos Aires passava pelo estágio de beneficiamento<sup>70</sup>. Desde fins do século XIX havia uma pequena produção extrativa de cancheado dentro da Argentina, em parte aproveitando os ervais abandonados dos tempos jesuíticos. No início do século XX, no entanto, ela representava menos que 2% do total que era beneficiado e consumido (VALLARO, 1916, p. 25).

Mas, foi a partir desse momento que a “substituição de importações” da ervamate passou a ser no país vizinho assunto de suma importância. Angel Vallaro, em tese de 1916, chamava a atenção para a necessidade de

estudiar la forma de producir esta planta de manera que llene las necesidades de la población y no tener que ser tributarios del extranjero de un producto que nuestro país puede producir de calidad inmejorable [...] de esa manera no solamente habremos llenado las necesidades internas que cada día aumentan sino tambien que con el excedente de su producción enviarlo al exterior para acrecentar la riqueza nacional (VALLARO, 1916, p. 1).

---

<sup>70</sup> O governo da Argentina tomou medidas em 1885 a fim de proteger a indústria nacional ervateira que estava surgindo, estabelecendo aumento de 15% nos direitos de importação que recaíam sobre o mate beneficiado brasileiro, que passaram a representar 700 réis a mais por arroba (LINHARES, 1969, p. 207).

Tais considerações não eram, como veremos, puramente acadêmicas, sem ressonância para além dos muros da Universidade de Buenos Aires, a que Vallaro pertencia. O mesmo autor diz ainda que “en distintos organos de publicidad ha venido haciéndose una atinada propaganda en favor del cultivo de la yerba-mate” (VALLARO, 1916, p. 28).

Nesse sentido, é interessante nos perguntarmos: a quem interessava a produção nacional argentina?

Do lado argentino, aos industriais que foram surgindo no país pouco importava desde que pudessem comprar a erva-mate cancheada – argentina, brasileira ou paraguaia – por menor preço. E esse menor preço se conseguiria por meio de uma produção nacional que tivesse menores custos, incluindo os de transportes e encargos fiscais. Mas, se se conseguisse rebaixar a cancheada brasileira a um preço que estivesse relativamente equiparado ao preço da matéria prima argentina, a preferência recairia sobre a brasileira, que era preferida nas misturas realizadas no beneficiamento por seu paladar mais forte e já estabelecido entre os consumidores. Isso se conseguiria, entre outros meios, através de cotação favorável, através de algum momento de superoferta ou ainda pela combinação dessas coisas com medidas governamentais favoráveis – inclusive medidas protecionistas da produção interna. Ao Estado argentino, a vantagem de se produzir internamente seria devido à economia de divisas, podendo também com isso arrecadar mais com a movimentação interna de erva-mate.

Do lado brasileiro, as perdas maiores estariam, em princípio, do lado dos industriais que perderiam, paulatina e definitivamente, espaço para os beneficiadores argentinos e, de outro, veriam o mate industrializado ser substituído nas importações daquele país pelo mate cancheado. Por fim, do lado dos produtores brasileiros de cancheado a perda poderia ser dupla: de um lado, devido aos preços baixos que recebiam dos intermediários que repassavam aos exportadores, que finalmente vendiam aos importadores argentinos; de outro lado, com a possível cessação completa das vendas para a Argentina, cujas perdas se afiguravam desastrosas.

Seja como for do lado brasileiro, Vallaro justificava a produção dentro do território argentino, ressaltando os gastos feitos na compra de erva-mate brasileira e a “insignificante renda aduanera” auferida com o resultado da importação de cancheada a ser beneficiada em seu país (VALLARO, 1916, p. 25).

A produção que então se desenvolveu na Argentina foi possível porque,

En el año 1881, al federalizarse Misiones y procederse a la mensura del territorio, se constató que aún quedaban yerbales naturales de propiedad fiscal, *lo cual sirvió luego de base para fomentar su cultivo*.

Al principio del siglo que vivimos [XX], vencidas las leyendas de los empíricos que sostenían la imposibilidad de multiplicar los yerbales mediante cultivo, se inician con todo éxito las plantaciones en un área de 400 hectáreas (CARLEVARI; CARLEVARI, 1994, p. 344, grifos nossos).

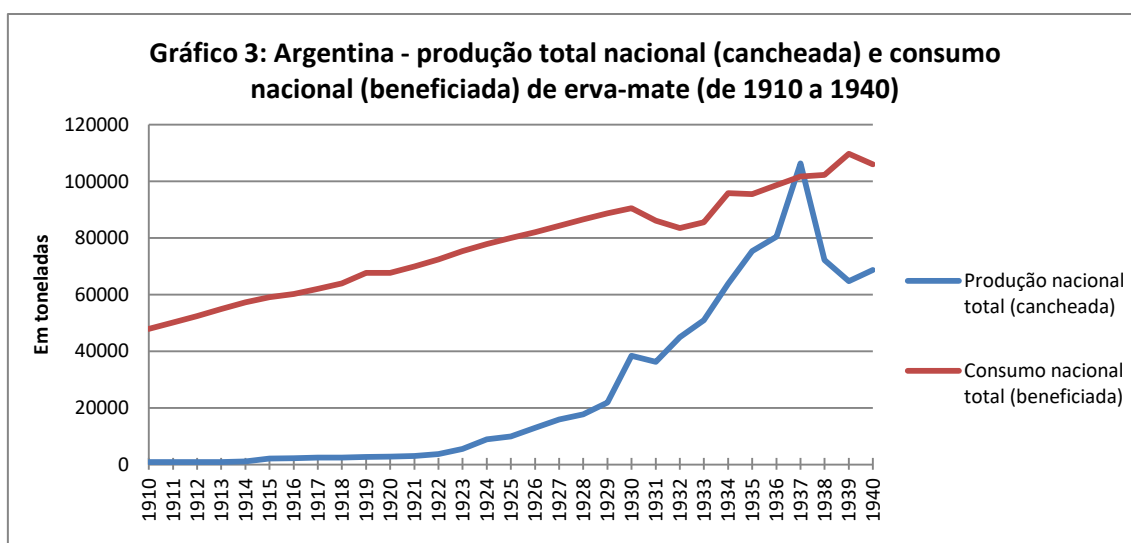
Semelhantes e complementares considerações sobre as plantações e a produção de cancheada argentina foram feitas em 1940 por Luis Converse, quando esse apontou a desapareição quase total dos ervais nativos, a demanda crescente no país e os altos preços da erva-mate como os principais incentivos que tiveram a produção em sua época inicial (1940, p. 28). Nesse processo, desde o início do século XX, o governo argentino teria regulamentado a concessão de lotes fiscais de Misiones, condicionando-a a obrigação de plantar e cultivar erva-mate em até 75% da superfície da área concedida. Converse acrescentou como outra forma de estímulo oficial na Argentina “la ayuda financiera de las instituciones bancarias nacionales a los plantadores” (*Ibidem*, p. 28).

Ainda assim, as plantações andaram lentamente durante pelo menos 20 anos.

Desde el año 1903 hasta el año 1923, el crecimiento de las plantaciones fué muy lento, justificado, por una parte, por el desconocimiento casi absoluto de la técnica necesaria del cultivo racional de una planta que, hasta entonces, se había desarrollado en estado natural, y, por otra, por las dificultades que el medio geográfico ofrecía (CONVERSE, 1940, p. 26).

No fim de 1923, a superfície plantada estava calculada em 5.848 ha, mas, segundo Converse, que usa cifras oficiais, a partir de então, o aumento passou a ser mais significativo, apresentando as seguintes áreas cultivadas e número de plantas declaradas: 33.124 ha em 1928, com 33.712.093 plantas, ou seja, um aumento de 466% na superfície cultivada em apenas cinco anos. Em 1933, a área plantada chegou a 45.050 ha, com 43.615.250 plantas, aumentando em 36% a superfície e 29,3% o número de plantas, em relação a 1928. Continuou crescente até 1935, chegando a 64.979 ha e 55.846.446 plantas, respectivamente, 44,2% e 28% de aumento em relação a 1933 (CONVERSE, 1940, p. 26). Depois disso, os números praticamente estacionaram devido à interdição imposta pelo artigo 9 da Lei 12.236, de setembro de 1935, onde ficava estabelecido que para novas plantações seria obrigatório o pagamento de uma pesada taxa de 4 pesos por cada planta (CONVERSE, 1940, p. 27).

Embora tenha sido acelerado o aumento da área plantada, o mesmo não surtiu efeito imediato sobre a quantidade oferecida no mercado argentino, dado ao fato de que para conseguir o máximo de rendimento da planta haveria que se aguardar não menos que 10 anos<sup>71</sup> (CONVERSE, 1940, p. 30). Os efeitos reais da produção argentina se fizeram sentir, sobretudo, a partir de 1927, momento em que a produção total chegou a 16.000 toneladas, o que equivaleu a 18,9% do que foi consumido no país, que naquele ano totalizou 84.300 t (**Gráfico 3**).



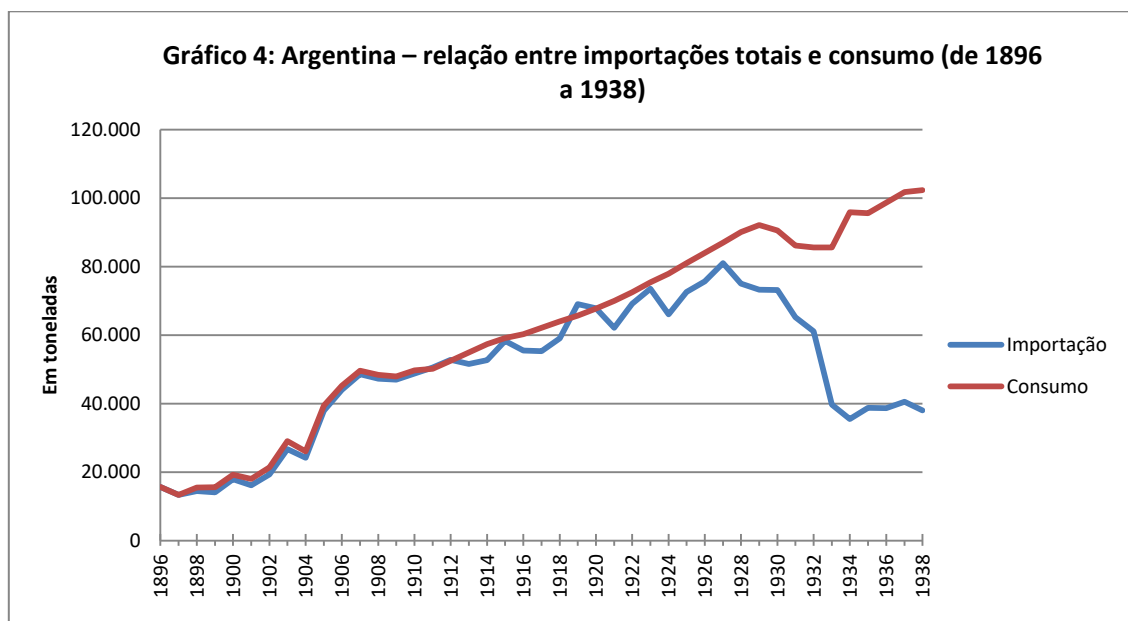
Fonte: JOSSERT, 1964 *apud* FIGUEIREDO, 1967, p. 339-340.

Daí em diante, a produção argentina continuou crescendo ininterruptamente, mesmo sem poderem os produtores fazer novos plantios, apenas auferindo os resultados de seus ervais. Em 1937, a produção alcançou a marca de 106.330 t, ultrapassando pela primeira vez os números do consumo interno do país, que totalizaram nesse mesmo ano 101.729 t. Somando-se aos estoques dos anos anteriores, além do mate importado do Brasil e do Paraguai, era esta uma situação de superprodução, que se continuasse sem interferência seguiria aumentando geometricamente nos próximos 3 anos, respectivamente, para 120.000 t, 130.000 t e 150.000 t (CONVERSE, 1940, p. 32).

A superprodução argentina já era esperada, embora houvesse intervenção do governo, que vinha, pelo menos desde o fim da década de 1920, procurando ter um conhecimento mais amplo e sistemático da capacidade produtiva nacional. O objetivo

<sup>71</sup> Os primeiros cortes podem ser feitos em 3 ou 4 anos, mas em condições mínimas.

era intervir de forma mais direta e eficiente no mercado, evitando ofertas muito superiores à demanda. Ainda assim, a Argentina, como tantos outros países ao redor do mundo, passou a sofrer os efeitos da crise de 1929. Assim, a superprodução nacional e os efeitos na Argentina da crise mundial provocaram uma queda sem precedentes nos preços da erva-mate, o que afetou, por fim, também as importações de mate brasileiro.



**Fonte:** para importação e consumo de 1896-1910: VALLARO, 1916, p. 24; para importação e consumo de 1910-1938: CONVERSE, 1940, p. 34-35; 41-44.

Mesmo com diversas medidas adotadas pelo governo nacional argentino, seja no período provisório ou depois no constitucional, os problemas persistiram, levando em outubro de 1935 à criação da Comisión Reguladora de la Producción e del Comercio de Yerba Mate (CRYM)<sup>72</sup>. Entre seus objetivos estavam: cuidar da economia ervateira, regulando a colheita, procurando lidar com os desajustes na oferta e a demanda que surgiam nessa nova situação de crescente produtora da Argentina.

Su presidente era el ministro de Agricultura y los restantes miembros representaban: uno al Banco de la Nación, otro al Banco Hipotecario Nacional, tres a los plantadores, tres a los elaboradores, uno a los importadores y uno a los consumidores (MAGAN, 2008, p. 3).

<sup>72</sup> Criada através da Lei n. 12.236, que foi aprovada pelo Senado argentino na sessão de 27 de setembro de 1935 e promulgada pelo poder executivo em 4 de outubro do mesmo ano. A CRYM era subordinada à Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca.

A CRYM tinha em mãos uma série de faculdades com poderes amplos, o que lhe dava o controle praticamente total da economia ervateira argentina (CONVERSE, 1940, p. 68-70). Passou ela então a ditar periodicamente normas restritivas à colheita, para isso fazendo estudos detalhados. Além disso, propôs e conseguiu do Poder Executivo, a partir de 16 de maio de 1937, a proibição da venda imediata por parte dos produtores argentinos aos moinhos, através de um estacionamento mínimo de 6 meses, ampliando esse período para 9 meses por outra resolução de 2 de setembro de 1938 (*Ibidem*, p. 56).

Outras medidas, em caráter de urgência, visaram limitar a safra de 1938 às cifras compatíveis com a demanda interna, como foi o caso do Decreto 2.992, de 21 de abril, que baixou o governo argentino e que resultou em uma produção de 72.210 t, 40% menor que a de 1937. Ainda segundo Converse, nos dois anos que seguiram “subsistiendo el peligro enunciado ya, el Poder Ejecutivo, a pedido de la Comisión Reguladora, dicta nuevos decretos limitativos de producción, cuyos alcances son más drásticos que el de 1938” (1940, p. 33). Os dados estatísticos apresentados por Armando Joppert, agente do Instituto Nacional do Mate brasileiro na Argentina confirmariam essa situação, mostrando que a produção continuou abaixo do consumo nos anos que se seguiram, totalizando 64.831 t em 1939 e 68.689 t em 1940 (*Apud* FIGUEIREDO, 1967, p. 339-340).

Seja como for, o que notamos aqui é que o mercado argentino já podia se abastecer sem a importação de erva-mate brasileira, ao menos no que diz respeito ao tipo que eles próprios produziam<sup>73</sup>. Por outro lado, em parte continuariam os argentinos importando cancheado do Brasil por questões que dizem respeito às preferências dos consumidores pelas misturas com a nossa erva, mas, sobretudo, a proveniente de Mato Grosso, considerada mais amarga<sup>74</sup>. Mas isso não é tudo, pois estava em jogo também a compra brasileira de trigo e farinha de trigo, que entre 1929 e 1938 representou 91,5% das exportações argentinas para o nosso país (CONVERSE, 1940, p. 96). Essa situação

---

<sup>73</sup> O tipo de erva-mate importado dos estados brasileiros do Atlântico (Paraná e Santa Catarina) era considerado semelhante ao plantado em Misiones, ambos classificados como de paladar “fraco” (O MATE brasileiro. *O Observador Económico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 45, 1939, p. 43).

<sup>74</sup> “Em geral, a erva para essa mistura era a de tipo extra-forte de Mato Grosso, exportada pela Cia. Mate Laranjeira, cujos moinhos estão instalados em Buenos Aires” (O MATE brasileiro. *O Observador Económico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 45, 1939, p. 43). A situação convinha à Mate Laranjeira, pois ela não precisava se submeter aos preços argentinos da cancheada e assim, ganhar com sua própria produção em Mato Grosso.

era extremamente complicada, pois, quando em alguns momentos o governo argentino tentou criar empecilhos para a importação de erva-mate brasileira, aumentando os direitos aduaneiros, por exemplo, ou ainda criando regras sanitárias que eram meras desculpas para limitarem a entrada do produto em seu país, o governo brasileiro respondeu com bloqueios ou mesmo com fortes restrições à compra de farinha de trigo ou de trigo em grãos. O ponto mais importante dessa situação se deu nos primeiros anos da década de 1930, quando o governo provisório argentino tomou uma série de medidas: por meio do decreto de 31 de dezembro de 1930 estabeleceu cotas de importação; depois, não seguindo orientações da comissão criada por esse mesmo decreto, que aconselhava um limite de importação de 50 mil toneladas, o Ministério da Agricultura, via resolução de 14 de março de 1931, fixou um limite de 60 mil toneladas anuais de erva-mate a serem importadas; por meio do Decreto Nacional de 13 de abril de 1931, tido como promotor de medidas de caráter sanitário, passou o governo argentino a exigir o mínimo de 0,9% de cafeína para importações de erva-mate cancheada, o que teria provocado bloqueio de grandes carregamentos de produtos originários do Paraná e de Santa Catarina; por fim, criou o governo provisório do país vizinho uma taxa aduaneira adicional de 10% sobre toda importação, que a princípio não incluía a erva-mate, mas que, já durante o governo constitucional, por meio da Lei 11.681, de 3 de janeiro de 1933, foi a mesma incluída (CONVERSE, 1940, p. 77; 111-112). O governo brasileiro, por sua vez, reagiu baixando o Decreto 20.325, proibindo a importação de farinha de trigo e restringindo a importação de trigo em grão de procedência argentina (*Ibidem*, p. 114). A situação só se resolveria num primeiro momento com o *Tratado de Comércio e Navegação* de 1933, incluindo seus acordos adjacentes<sup>75</sup>; depois, finalmente, com o *Tratado* de 1935, que ampliava o que estava acordado no seu antecessor, anulando todas as medidas restritivas tomadas pelos argentinos, que mencionamos acima (MAGÁN, 2005).

Ainda assim, em boa parte do tempo, pode-se dizer que o desenvolvimento da produção argentina foi resultado de medidas protecionistas ou de amparo aos ervais de Misiones, que foram sendo adotadas desde o início do século XX, ora com mais ora com menos intensidade pelos governos nacionais. Nesse sentido é que o Diretor de Economia Rural já tinha chamado a atenção do governo em 1911, sendo seguido pelo

---

<sup>75</sup> Incluindo o acordo que ficou conhecido como “Modus Vivendi”, assinado enquanto a Comissão Mista criada para a ocasião ainda não havia concluído os estudos para o Tratado.

apoio do jornal *La Prensa*, declarando serem necessárias medidas de proteção para que a Argentina não continuasse a importar do Brasil vinte e quatro mil contos de erva-mate<sup>76</sup>. Mas a erva-mate brasileira continuou rumando para Buenos Aires e Rosário em volumes totais altos até a década de 1930, reduzindo-se paulatina e irreversivelmente a compra de beneficiada. Já em relação à cancheada, o *Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio* dizia em 1911 que as ervas brasileiras eram “adquiridas brutas [cancheadas] e ali manipuladas em artigo superior, por menor preço”<sup>77</sup>. Esse menor preço se devia aos direitos de entrada em vigor na Argentina, que para cancheada eram de 15 pesos ouro por tonelada, enquanto que para a beneficiada importada do Paraná eram de 40 pesos ouro<sup>78</sup>.

Desse período até os anos 1930, a proporção de cancheada importada só aumentou. Nessa última década, para evitar que o preço pelo qual compravam a erva cancheada brasileira – mesmo já sendo baixíssimo – permitisse no consumo interno preços iguais ou abaixo do custo da sua produção, que não podia ou não devia ser vendida a menos de 1 peso e 10 centavos, criou o governo argentino o imposto móvel de 4 centavos por quilo consumido, revertendo a renda dele resultante para o fundo de cobertura dos prejuízos que a concorrência do Brasil acaso lhe acarretasse<sup>79</sup>. Esses impostos recaíam sobre o consumidor e não sobre o produtor argentino, isso porque, mesmo comprando cancheada do Brasil, entendiam os governantes que deviam cuidar da produção interna e que “para essa defesa do seu produtor, nada deviam pedir [...], em nada deviam onerar”<sup>80</sup>. Somado a isso, diferente do que ocorria quando se procurava financiamentos aqui no Brasil, no país vizinho os produtores não tinham grandes dificuldades com burocracia, pois as autoridades argentinas entendiam ser necessário agir “sob forma de praticabilidade imediata”<sup>81</sup>. Outra coisa é que, a partir de 1935, os

---

<sup>76</sup> ERVA-MATE. *Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio de 1911*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, p. 188.

<sup>77</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>78</sup> O jornal não menciona o Mato Grosso, mas o mesmo deve ser considerado no grupo dos que exportavam cancheada para a Argentina.

<sup>79</sup> Segundo *O Observador econômico e financeiro*, em 1937 pagavam os argentinos pela cancheada brasileira de 1\$500 a até \$500 o quilo (O PROBLEMA do mate. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 22, nov./1937, p. 43).

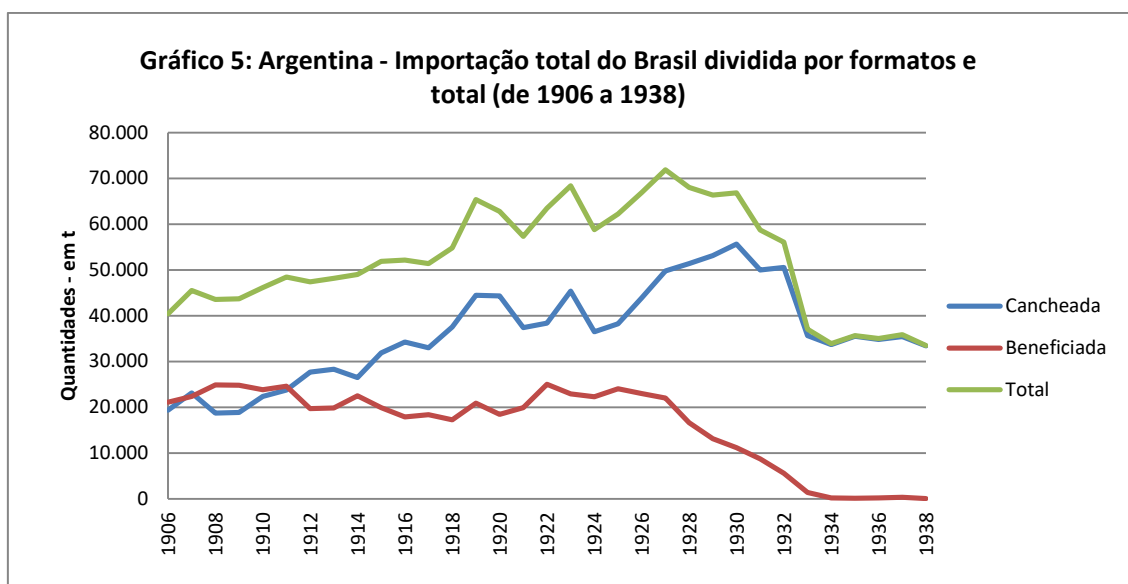
<sup>80</sup> O PROBLEMA do mate. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 22, nov./1937, p. 43.

<sup>81</sup> *Idem, Ibidem*.

produtores passaram a receber dos moageiros certificados do preço porque houvessem vendido e iam à Comisión Reguladora para receber a diferença a que eventualmente tivessem direito de acordo com o preço mínimo de 1 peso e 10 centavos. Finalmente, outra medida muito importante tomada pelo governo argentino foi a criação do Mercado Consignatario de Yerba Mate Nacional Canchada. Ele estava previsto na Lei 12.236, a mesma que criou a Comisión Reguladora, e foi oficialmente criado através do Decreto 83.816, de abril 1936. As suas finalidades eram: concentrar a produção com o fim de procurar regular a comercialização, evitando a pressão sobre o mercado exercida por uma oferta desordenada e precipitada de uma safra de 4 ou 5 meses para abastecer o consumo o ano todo; facilitar ao produtor um crédito agrário amplo, econômico e rápido, que permitisse atender às suas necessidades sem perturbar as operações de venda com ofertas forçadas e fora de oportunidade; procurar o custo mais baixo possível dos gastos de armazenagem e comercialização, como consequência de uma melhor organização do conjunto (MAGÁN, 2008, p. 4-5).

Ainda em relação às medidas em torno dos direitos de entrada, ações em detrimento da beneficiada e em favor da importação cancheada foram tomadas por parte da Argentina, ao menos enquanto não havia produção interna de cancheada suficiente. Essas importações de matéria prima para suas indústrias se chocariam com os interesses dos beneficiadores brasileiros (leia-se do Paraná e de Santa Catarina). Mas, como logo se pôde perceber, a situação que a princípio era complexa apenas para os beneficiadores brasileiros, a partir da década de 1930, passou a ser uma preocupação também para os produtores e exportadores brasileiros de cancheada, pois era de se esperar que os interessados do lado argentino, à medida que aumentassem a sua produção interna, a cada dia mais a defendessem contra a concorrência externa, encontrando na CRYM um espaço de apoio, algo que era inexistente do lado brasileiro. E mesmo enquanto não puderam eles evitar a importação de cancheada brasileira por causa da preferência nas suas misturas ou por outro motivo, procuraram reduzir a quase nada a entrada de beneficiada (ver **Gráfico 5**). Especificamente em relação à erva-mate cancheada, os números mostram como foi se desenrolando a situação, sendo que no processo de substituição da erva brasileira, com o passar do tempo, os argentinos foram diminuindo também as porcentagens da nossa cancheada que usavam em suas misturas: primeiro

eram 10% de erva-mate paraguaia, 80% brasileira e 10% argentina; depois, a partir de 1930, a cancheada brasileira passou a entrar com apenas 20% <sup>82</sup>.



**Fonte:** para 1906-1909: VALLARO, 1916, p. 24; para 1910-1938: CONVERSE, 1940, p. 43.

**Nota:** os mesmos dados para o período 1923-1932 constam em COSTA, 1935, p. 98.

Como resultado dos fatos que vimos anteriormente, temos que a quantidade total média exportada anualmente (contando cancheada e industrializada) para a Argentina foi de 59.772 t entre 1927 e 1932, caindo para pouco mais da metade entre 1933 e 1938, ou seja, uma média de 31.309 t. O ano de criação do INM (1938) representou o montante mais baixo entre esses doze anos, totalizando apenas 24.392 t. Agora, se dividirmos esses números entre os dois formatos que a erva-mate era vendida, teremos como resultado que entre 1927 e 1932, a Argentina importou em média 51.805 t de cancheada, enquanto a beneficiada, em queda acentuada no mesmo período, teve média de 12.903 toneladas. Entre 1933 e 1938, a diferença nos dois formatos foi ainda maior, com média de 34.768 t de cancheada e de apenas 407 t de beneficiada (ver **Gráfico 5**).

Para entendermos ainda melhor a situação, se tomarmos a porcentagem de cada formato, nós perceberemos como de 1927 até 1938 os números da erva-mate beneficiada sofreram quedas cada vez mais acentuadas, pois, em 1927, 30,7% do total que a Argentina importou do Brasil foram nesse formato (totalizando 22.059 t), mas em

<sup>82</sup> *Idem, Ibidem.*

1938, o percentual era praticamente nulo, apenas 0,4% (um total de 101 t). Isso não quer dizer que os volumes totais da importação de cancheada do Brasil tenham se mantido estáveis, pelo contrário, a partir de 1933 até 1938 a média anual foi de 34.768 t, enquanto que nos seis anos anteriores a média havia sido de 51.759 t (ver **Gráfico 5**).

Como já pudemos notar, a condição de produtores dos argentinos afetou profundamente a produção e comércio ervateiro do Brasil. Aranha explica o início desse fenômeno através da perda da vantagem comparativa detida pelo Brasil, que teria ocorrido porque nosso mate experimentou uma alta de preço internacional entre 1898 e 1902 (1967, p. 102). Mas, se observarmos atentamente o que foi visto até aqui, poderemos perceber que não era só uma questão de perda de vantagem comparativa do mate brasileiro, e sim algo mais amplo, devendo-se considerar que desde 1903 a Argentina pretendia economizar divisas, aumentar seus ganhos com a erva-mate, que era um produto passível de ser produzido internamente, e, quando possível, ganhar com a sua exportação. Aliás, sobre esse último ponto, com o passar do tempo, além de superar as necessidades em termos de produção própria, a Argentina ainda ensaiou a conquista de mercados no exterior. Ainda que essa concorrência tenha se dado de forma tímida, não deixava de representar uma possível nova ameaça aos interesses dos ervateiros brasileiros<sup>83</sup>.

#### **1.4 – Em busca de soluções coletivas: das primeiras agremiações à criação do Instituto Nacional do Mate**

Tudo o que foi dito até aqui em relação à evolução da produção/exportação e seus problemas, mexeu com a cabeça dos grupos tradicionais envolvidos com a produção ervateira no Brasil. Fossem eles industriais ou fossem cancheadores, todos eram afetados pelo que ocorria e todos tiveram que encontrar respostas para defender seus interesses de forma coletiva, já que isoladamente não podiam lidar com os grandes problemas da economia ervateira.

---

<sup>83</sup> A título de exemplo, em 1937 a Argentina exportou 7.742 t (ANUARIO Estadístico de Argentina. Provincia de Misiones: Secretaria de Planificación y Control/Dirección General de Estadística y Censos, Tomo I, 1975).

As exportações que sofriam fortes oscilações com as crises que ocorriam ora nos estados produtores, ora nos países importadores, sem uma compensação por parte do mercado interno brasileiro, passaram a cair de forma acentuada a partir da década de 1920. O Uruguai, que por essa época ganhava cada vez mais importância para as exportações do Brasil, se encontrava, no entanto, muito distante de compensar a diminuição das importações por parte da Argentina, que, por sua vez, se tornava produtora e beneficiadora, deixando os industriais brasileiros sem seu mercado mais importante, reduzindo com o tempo também as compras de cancheada brasileira. O Chile, por sua vez, embora fosse importante mercado tradicional, era ainda menor que os outros dois<sup>84</sup>.

Nesse cenário, os preços se mostraram instáveis, embora no total eles tenham aumentado em diversos momentos, fato que só ocorreu porque a produção e os volumes das exportações também aumentaram, pelo menos até os últimos anos da década de 1920. Mas, proporcionalmente, os preços caíram em diversos momentos, com a cotação seguindo as crises mundiais – além das crises nacionais e regionais –, em situação típica de um produto agrícola destinado à exportação. Tal era a situação a que chegaram os preços na década de 1930, que Temístocles Linhares comenta:

Basta dizer que os preços desciam além de qualquer previsão. Trabalhava-se não para livrar dinheiro, como se diz, mas para perdê-lo. Haviam chegado os industriais e exportadores a vender – pois de que eles precisavam era vender, não parar de vender acima de tudo, quaisquer que fossem as condições – com garantia de baixa, uma vez que ninguém, nenhum comprador, acreditava na manutenção dos baixos limites por que o produto era oferecido ou superoferecido, tal a abundância de ofertas (1969, p. 409).

Entre as soluções que foram buscadas esteve a criação de associações, de sindicatos, de institutos e de cooperativas estaduais e interestaduais<sup>85</sup>. Aumentou com o tempo, entre os industriais beneficiadores, a ideia de que defender a erva-mate beneficiada era sinônimo de defender uma “indústria nacional”. Os produtores cancheadores, por sua vez, demoraram mais tempo para se organizar, aparecendo em princípio com alguma participação nos institutos estaduais, mas principalmente, em meados da década de 1930, no movimento cooperativista. Mas, a formação destas

---

<sup>84</sup> Em 1937, ano anterior à criação do INM, do total exportado pelo Brasil (65.519 t), 51,8% ainda teve como destino a Argentina, 33,7% o Uruguai e 13,5% o Chile, sendo o 1% restante correspondeu ao resto do mundo (CONVERSE, 1940, p. 83; 85).

<sup>85</sup> Caso das cooperativas de Paraná e Santa Catarina que surgiram como parte de um movimento conjunto.

agregações teve, não raras vezes, o efeito de acirrar as disputas existentes entre as classes dos produtores cancheadores e dos industriais/exportadores.

Luiz F. Aranha afirma que, pelo menos até o final da década de 1920, o mercado ervateiro não teria sofrido interferência, oficial ou não, vivendo um regime de livre mercado, tendo só a partir dessa década começado um período de intervenções, primeiro descentralizada, com os Institutos Estaduais do Mate (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e depois centralizada, com o Instituto Nacional (ARANHA, 1967, p. 143). Embora faça algum sentido, tal afirmação a nosso ver deve ser relativizada, pois desde o século XIX não faltaram iniciativas oficiais, fossem elas em nível municipal, estadual ou nacional. Isso se deu com as legislações estaduais que visavam um ou outro ponto relacionado à qualidade, à taxaço, ao controle dos formatos a saírem de seus respectivos estados em direção aos mercados consumidores. É o caso também das *démarches* diplomáticas em torno do mate entre o governo brasileiro e os governos dos países destino (especialmente os mercados tradicionais). É ainda o que ocorreu com a criação de associações e sindicatos, que aos poucos foram ganhando feições regionais e classistas.

De qualquer forma, deve ser dito nesse ponto que, por parte de produtores e mesmo dos industriais, não houve até a década de 1930 a intenção de que ocorresse intervenção permanente do Governo Federal. Os pedidos de apoio ao subsetor ervateiro eram apenas ocasionalmente direcionados ao Itamaraty, em momentos em que os próprios interessados por si sós não pudessem resolver ou ainda, já quando tivessem abrido mão de sua liberdade de ação individual, os governos estaduais não os pudessem socorrer por se tratar de ação envolvendo interesses bilaterais dos países envolvidos<sup>86</sup>. O que ocorria com frequência eram as queixas serem direcionadas aos governos dos estados, em situações típicas da chamada República Velha, onde estava em voga a autonomia dos governos estaduais para ditar as regras para suas economias internas e tomar as decisões que cressem mais adequadas. Tal quadro era dado porque o mate era visto por produtores e industriais quase sempre do ponto de vista dos interesses particulares e depois os interesses estaduais, se ligando aos interesses nacionais apenas em momentos em que conviesse – lembrando os produtores e, principalmente, os

---

<sup>86</sup> Basta lembrar aqui o caso do trigo e da farinha argentinos, envolvidos nas trocas por erva-mate.

industriais ao governo central nessas ocasiões a importância do mate nas exportações e na geração de divisas<sup>87</sup>.

Os interesses nacionais enquanto interesses superiores ganhariam importância maior após a revolução que colocou Getúlio Vargas no poder em fins de 1930. O mesmo trouxe consigo a tona a ideia de que a Nação deveria estar acima dos interesses particulares e quebrou o domínio dos grupos regionais. Não que antes disso não houvesse pessoas e grupos que defendessem ocasionalmente a união de interesses entre os estados produtores como meio mais eficaz de resolver os problemas do mate; assim como havia também, do lado oposto, quem defendesse que a ação de seu estado ou do governo federal feria os interesses e liberdades dos grupos conservadores tradicionais. Sobre esse último ponto de vista, uma matéria do jornal *A Gazeta do Povo*, tratando da interferência do estado do Paraná nos assuntos do mate, dizia que não deveriam “as classes conservadores confiar a outrem a defesa de seus interesses, *muito menos à administração pública*”<sup>88</sup>.

Com essas considerações em mente, nos voltemos às primeiras iniciativas de ação coletiva que foram postas em prática.

Do período que vai do último quartel do século XIX até meados do XX, foi constante a preocupação em divulgar as qualidades – reais ou míticas – do mate no mercado externo. Nesse contexto se inseriu a Associação Paranaense de Propaganda da Erva-Mate, instituída pela Lei 888, de 23 de março de 1888, primeira entidade criada no país para defender os interesses dos produtores e comerciantes (GOULARTI FILHO, 2014, p. 111-112). Acontece que, diferente do café, os produtos da erva-mate não eram conhecidos em bares e restaurantes da Europa e dos Estados Unidos. Os comerciantes de café não precisavam investir em propaganda e na difusão do produto, diferente do

---

<sup>87</sup> Exemplo disso é que, em matéria de 23 de agosto de 1930, o *Diário da Tarde*, de Curitiba, tratou sobre um decreto do governo argentino que restringiria a importação de erva-mate beneficiada, recorrendo ao governo federal, através do Itamaraty, para que agisse contra tais medidas, dizendo na ocasião se tratar de interesses que “não são unicamente os do Paraná”, mas sim concorrendo a erva-mate “para a economia nacional com uma parcela que não é absolutamente desdenhável” (A POLÍTICA argentina do mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.828, 23/ago./1930, p. 1). Por outro lado, Getúlio Vargas, nessa ocasião ainda na condição de governador do Rio Grande do Sul, dizia que as medidas do governo argentino não afetariam os interesses de seu estado e nem mesmo os interesses de Santa Catarina e Mato Grosso. Segundo o então governador gaúcho, tais medidas adotadas no país vizinho afetariam apenas os interesses dos industriais paranaenses, por isso os mesmos terem recorrido ao Ministro do Exterior, Octavio Mangabeira, pedindo sua ação junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires (A ERVA-MATE e o governo do Paraná. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.839, 5/set./1930).

<sup>88</sup> *Apud* A ERVA-MATE e o governo do Paraná. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.839, 5/set./1930. Grifos nossos.

que ocorria no caso do mate, cujos industriais tentavam propagar o seu uso, mas cujas tentativas isoladas “eram sempre vãs e o volume exportado para estes [novos] mercados pouco se alterava a cada ano” (*Ibidem*, 2014, p. 112).

A propaganda da erva-mate não era coisa fácil para os interessados, devido ao fato de o produto ser visto frequentemente como exótico ou ser vendido em farmácias como produto medicinal. Além disso, havia o problema dos altos custos dessa propaganda, com os quais não podiam os industriais/exportadores arcar isoladamente. Nesse sentido, no início do século XX, entre as medidas estaduais, uma que foi tomada para expandir os mercados foi a promulgação pelo governador paranaense da Lei 479, de 4 de agosto de 1908, que isentava de imposto por um período de dez anos a erva-mate exportada diretamente para a Europa, a Ásia e América do Norte, além de votar verba para esse fim<sup>89</sup>. No mesmo ano o mate era vendido em Paris ao preço de três francos o quilo e parecia despertar algum interesse em território francês, havendo por essa época, segundo *O observador econômico e financeiro*, “encomendas bastante animadoras”<sup>90</sup>. Segundo o *Retrospecto do Jornal do Comércio de 1911*, outra medida do governo do Paraná, visando a incentivar a conquista de novos mercados se deu em outubro de 1911, quando criou por decreto um prêmio de 100 réis por quilo de mate exportado para qualquer país europeu, asiático ou para os Estados Unidos<sup>91</sup>.

Com o mesmo fim, já no início da década de 1930 o governador do Paraná, Afonso Camargo, reduziu as taxas sobre a exportação da erva-mate, “a fim de que o produto logre vencer as grandes dificuldades da concorrência”<sup>92</sup>.

Crescia nesse meio tempo a ideia de conquista do mercado norte-americano (dos EUA, especialmente). Foi ele objeto de análises por parte dos interessados, com direito a viagens de estudo e memorandos feitos por delegados enviados especialmente do Paraná, que frequentemente lembravam aos interessados das dificuldades de se fazer a propaganda nesse mercado, devido aos altos custos. É o que mostrou, por exemplo, o relatório de viagem de Porto da Silveira aos membros do Instituto do Mate do Paraná

---

<sup>89</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 479, de 4 de agosto de 1908. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

<sup>90</sup> O MATE brasileiro. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 45, 1939, p. 52.

<sup>91</sup> ERVA-MATE. *Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio de 1911*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912.

<sup>92</sup> A REPERCUSSÃO lá fora dos atos beneméritos do governo: a administração do presidente do Paraná elogiada na AC do Rio. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.743, 15/maio/1930.

em 1930, cuja notícia e o seu teor foram reproduzidos em janeiro nas páginas do jornal *Diário da Tarde* – jornal onde, aliás, o mesmo era Diretor. Em matéria de 18 de janeiro, reconheceu Porto da Silveira o tamanho do mercado estadunidense e dos custos para propagar o mate nele, recomendando na ocasião que se começasse a partir de uma grande cidade, sugerindo Chicago, pois dizia ele que “Desde logo se verificou que os preços desta propaganda generalizada [começando por todo país] seriam desproporcionados não só aos recursos dos industriais isolados, como excederiam mesmo as possibilidades dos governos interessados”<sup>93</sup>. Tal fato nos mostra a limitação das possibilidades de propagação do mate da maneira como ela estava sendo feita até então, com recursos dos industriais – individualmente ou em grupos pequenos – e com pouca ajuda dos governos estaduais.

Além da promoção localizada, mencionada acima, outras soluções foram apresentadas aos produtores, industriais e exportadores brasileiros do mate, tanto para a expansão da erva-mate na Europa como nos Estados Unidos. Exemplo disso são as propostas que apresentou o mesmo Porto da Silveira. Naquela ocasião, uma das possibilidades seria propagar o mate através de uma marca de refrigerante norte-americana que já operava em Chicago, a *Yermat*, da companhia Yerba Mate Corporation, fornecendo os exportadores brasileiros a matéria prima e arcando com a metade das despesas de propaganda. Outra proposta – essa também feita por diversos outros interessados dos EUA e de outros países – era agir em associação com companhias nativas, como a companhia que seria constituída com capital de acionistas estadunidenses, que compraria o mate brasileiro e se encarregaria de distribuí-lo naquele mercado<sup>94</sup>.

Mesmo com algumas iniciativas tendo sido estudadas, algumas apenas planejadas e outras postas em prática, as quantidades encomendadas pelos novos mercados – como podemos ver na **tabela 1** em relação aos principais destinos novos – seguiram antes e durante a década de 1930 representando muito pouco no conjunto das exportações comparadas às exportações feitas para os mercados tradicionais, dos quais os brasileiros eram conscientemente dependentes.

---

<sup>93</sup> O MATE e as possibilidades de sua propaganda nos Estados Unidos. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.656, 18/jan./1930, p. 2.

<sup>94</sup> *Idem, Ibidem*.

**Tabela 1: Brasil – volumes de exportação de erva-mate beneficiada para os três principais novos mercados (de 1927 a 1938) – em t**

Ano	Alemanha	Estados Unidos	Inglaterra
1927	8	6	0,8
1928	73	34	40
1929	219	5	32
1930	343	6	40
1931	966	4	30
1932	1.332	13	15
1933	401	132	14
1934	543	43	43
1935	517	107	42
1936	233	58	53
1937	279	23	64
1938	150	9	33

**Fonte:** INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa. Rio de Janeiro, out./1945, p. 111-112.

Claro que se poderia apontar como evento a impedir o aumento do consumo do mate nos Estados Unidos e na Europa os efeitos da Crise de 1929, que começou nos Estados Unidos e irradiou por todo o mundo, tendo afetado os países onde se pretendia introduzir o consumo de erva-mate. Mas, isso não explica de todo a falta de sucesso na conquista desses mercados até então, já que, curiosamente, como se observa na tabela acima, as vendas até chegaram a aumentar nos anos que se seguiram ao *crack* da Bolsa de Nova York – a Alemanha chegou a comprar 1.332 t em 1932 e os EUA até deram sinais no sentido de aumentar suas compras, como se nota em 1933 e 1935. Dessa forma, para além do que ocorreu em nível mundial nesse momento e a fim de entendermos melhor a evolução das exportações (ou a falta dela) para novos ou velhos mercados e melhor compreendermos a situação da erva-mate como um todo, faz-se necessário prosseguirmos na análise das iniciativas de associação por parte de produtores, industriais e exportadores.

Por isso, é importante nos voltarmos nesse ponto para a criação e ação dos Institutos estaduais do mate, os primeiros órgãos de intervenção a pretender agir de forma ampla nos seus respectivos estados. O primeiro desses institutos foi criado em Santa Catarina, em 20 de dezembro de 1927, cuja sede foi instalada em Joinville, que na ocasião era a cidade de maior movimentação ervateira do estado. Seu estatuto foi aprovado por meio do Decreto 2, de 11 de janeiro de 1928<sup>95</sup>. No Paraná, o Instituto foi

<sup>95</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 2, de 11 de janeiro de 1928. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

criado pela Lei Estadual 2.559, de 2 de abril de 1928, e sediado em Curitiba, onde se localizavam os principais industriais do estado<sup>96</sup>. Seu estatuto foi aprovado pelo Decreto Estadual 2.141, de 24 de dezembro do mesmo ano<sup>97</sup>. Finalmente, no Rio Grande do Sul, o Instituto do Mate foi criado pelo Decreto Estadual 4.857, de 14 de setembro de 1931 (GOULARTI FILHO, 2014, p. 118). Diferente dos três estados sulinos, o Mato Grosso não teve um instituto estadual, o que se deve, acima de tudo, ao fato de que naquele momento o escoamento da produção ainda estava sob o controle da Companhia Mate Laranjeira, mesmo com o crescimento dos produtores independentes a partir de 1915, quando a empresa perdeu o monopólio da exploração ervateira no estado. Ainda que tivesse liberdade para produzir, muitos desses produtores mato-grossenses dela dependiam em grande medida para a exportação do produto.

Esses institutos, de maneira geral, procuraram reunir os poderes necessários para controlar os fatores da cadeia produtiva, desde a extração, passando pelo beneficiamento e, finalmente o destino da erva-mate, mas isso era dado, mais uma vez vale lembrar, a partir das preocupações que eram particulares aos seus estados. Além disso, os institutos do Paraná e Santa Catarina não raras vezes procuraram equacionar conjuntamente os seus problemas, lidando com a questão de exportar cancheada ou ainda defender suas indústrias de beneficiamento, ao mesmo tempo em que procuraram resolver a situação de superprodução criada com o aumento crescente da ação das indústrias argentinas. Claro que essa busca de complementariedade entre os dois estados não escondia situações de choques de interesse. O Instituto do Rio Grande do Sul, por sua vez, muito mais voltado ao seu próprio mercado estadual, procurou lidar com sua produção de cancheada e a relação dos produtores com os beneficiadores; ao mesmo tempo em que procurou controlar de alguma forma as compras de cancheada de outros estados que eram feitas pelos seus industriais, que, por sua vez, afetavam os interesses dos cancheadores locais, ao impor-lhes importante concorrência. Chocavam-se, nesse ponto, os interesses dos cancheadores gaúchos com os interesses dos cancheadores de Santa Catarina e Paraná, dando origem a medidas protecionistas, como a chamada *Taxa Bromatológica*, em que o Governo Estadual determinou, em 1933, o pagamento de uma

---

<sup>96</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 2.559, de 2 de abril de 1928. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

<sup>97</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 2.141, de 24 de dezembro de 1928. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

taxa de \$300 por quilo para a análise de erva-mate tanto do estado como da que vinha de fora – o que afetava mais essa última, já que os ervateiros gaúchos tinham o benefício da isenção caso fossem filiados ao Sindicato Rio-Grandense.

Com os recursos que tinham, esses institutos procuraram também abrir espaço no mercado interno nacional (para além do mercado gaúcho). Exemplo disso é o que fez o Instituto do Paraná, ao criar algumas agências em pontos que acreditava serem estratégicos no Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará, que já se encontravam instaladas em fevereiro de 1930<sup>98</sup>. Já em relação às exportações, os institutos estaduais pouco alteraram o quadro em curso, continuando a existir os velhos problemas.

De qualquer forma, esses institutos significaram as primeiras soluções tentadas em nível mais amplo, mas que acima de tudo representaram os interesses dos industriais e exportadores, aos quais se somavam os interesses de alguns grandes produtores de cancheada dos estados em que foram criados, continuando com isso a subordinação dos demais produtores. Além de que, seguiram agindo de maneira marcante os intermediários, aos quais seguiram submetidos os pequenos produtores, que não encontraram nos institutos estaduais ajuda para se libertar.

É assim que, ao longo da década de 1930, as classes ervateiras seguiram defendendo seus interesses particulares e mesmo interesses localizados. Em 19 de março de 1931, foi fundado o Sindicato dos Ervateiros de Joinville, no estado de Santa Catarina. Ao contrário do Instituto do Mate catarinense, que representava teoricamente todas as classes ervateiras do Estado, esse Sindicato estava restrito apenas aos capitalistas localizados em Joinville, fossem industriais fossem exportadores (GOULARTI FILHO, 2014, p. 118). Experiência semelhante, embora mais ampla, se deu em 1933 com a criação do Sindicato dos Ervateiros do Rio Grande do Sul, cuja sede ficava em Ijuí, que atuava junto ao instituto gaúcho na defesa dos interesses econômicos de seus associados (UCHA & BELEDELI, 2012, p. 25). Depois desses dois, surgiria em 20 de março de 1935 o Sindicato Patronal dos Exportadores de Mate de Curitiba, presidido de início pelo industrial Nicolau Mader Junior. Os membros da diretoria desse sindicato

---

<sup>98</sup> O PROBLEMA do mate na mensagem presidencial. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.890, 11/fev./1930, p. 1.

eram, com alguns possíveis acréscimos, os mesmos do Instituto do Paraná; além disso, foi esse sediado de início no mesmo prédio do instituto<sup>99</sup>.

Nesse mesmo período, os produtores de cancheada, ao menos aqueles colocados à margem das políticas dos institutos estaduais, começaram a se manifestar, sobretudo através do nascente movimento cooperativista. De maneira geral, segundo Oliveira, no Brasil o cooperativismo apareceu através dos contingentes imigratórios que adotaram o sistema na zona rural, se estabelecendo a partir de 1932 com o Decreto 22.239, que regulamentou a organização e o funcionamento das cooperativas, ao qual foi complementado em 1938 pelo Decreto-lei 581 (OLIVEIRA, 1974, p. 37-38). As cooperativas ganharam importância, sobretudo, com Getúlio Vargas, que seria um grande incentivador, preocupado que estava em governar diretamente com as classes, sem a intermediação de partidos e de políticos. Esse “incentivo” oficial se juntou ao interesse dos produtores, a princípio nos estados do Paraná e de Santa Catarina, onde, excluídos dos Institutos Estaduais, “promoveriam um grande movimento para sua organização em Cooperativas” (COSTA, 1995, p. 68-69).

O movimento resultaria até a década de 1940 na criação de dezenas de cooperativas de erva-mate nos quatro estados produtores e, como consequência disso, surgiriam também suas organizações centrais, as federações, que com o passar dos anos instalariam, com maior ou menor êxito, uma vasta rede de armazéns e engenhos beneficiadores e passariam a participar das exportações (*Ibidem*, p. 69). Em sua fase inicial, esse mesmo movimento chegou a criar em 1936 uma Confederação Nacional dos Consórcios Profissionais Cooperativos dos Produtores de Mate. Aliás, sobre essa Confederação, cuja existência foi breve, mas muito simbólica, a sua instalação se deu em 4 de maio, em Rio Negro, Paraná, em uma assembleia que reuniu cerca de 300 eleitores dos 108 consórcios cooperativos existentes, que somavam cerca de 5 mil associados. A mesma reuniu também alguns dos mais importantes representantes dos produtores, como Octavio Xavier Rauen (que foi eleito o presidente), José Pavão (eleito presidente da Federação de Santa Catarina), Arnoldo Promann (eleito presidente da Federação do Paraná), Domingos Maciel, Waldomiro Silveira (representante de Mato Grosso), José Faustino Portes, Julio Carneiro Portes e Antonio Bacilla (esse último

---

<sup>99</sup> SINDICATO PATRONAL DOS EXPORTADORES DE ERVA-MATE DE CURITIBA. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 12.031, 21/mar./1935, p. 3.

presente como delegado do Ministério da Agricultura)<sup>100</sup>. A assembleia de instalação da Confederação é interessante ainda para nos dar alguma ideia de como se encontrava a relação entre os produtores e as demais classes ervateiras. É que estiveram presentes também representantes dos Institutos do Mate de Santa Catarina e do Paraná, Antonio Procopiak e Raul de Almeida, respectivamente. A presença dos dois não foi muito bem recebida na assembleia, tendo sido a fala de Procopiak “muito apartada pelos produtores, tendo necessidade do Sr. presidente tocar os tímpanos por diversas vezes, para serenar os ânimos”; por outro lado, a fala seguinte de Antonio Rosa, presidente da União dos Consórcios de Rebouças, Paraná, “foi uma verdadeira sátira contra os exportadores, sendo calorosamente aplaudido”<sup>101</sup>.

As reações dos produtores à presença dos dois representantes dos institutos estaduais não foram um evento isolado, tendo o movimento cooperativista entrado em choque com intermediários, industriais e exportadores. Prova disso é que, por representar os interesses dos produtores, a mesma Confederação sofreu ataques das demais classes ervateiras, tendo essas encontrado inclusive voz em parte da imprensa, como *O Dia* de Curitiba que “alertava” contra os “inimigos do mate” e os “verdadeiros objetivos de uma instituição cujas atividades se destinam tão só a prejudicar grandemente os interesses de todos nós”<sup>102</sup>. A essas reações da parte de industriais e exportadores, somou-se a ausência de aplicação integral do *Plano Geral de Organização Agrária* do Ministério da Agricultura, e, posteriormente, a mudança de legislação cooperativista, que ocasionaram a desagregação da Confederação<sup>103</sup>. Se seguirmos as informações contidas nos anais do Congresso Cooperativo de 1945, nem mesmo as federações, que tiveram suas diretorias eleitas naquele mesmo dia 4 de maio

---

<sup>100</sup> CONFEDERAÇÃO Nacional dos Produtores de Mate do Brasil. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 12.373, 6/maio/1936, p. 2.

<sup>101</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>102</sup> Esse jornal, defensor declarado dos industriais e exportadores, estampava em suas páginas periodicamente propagandas pagas por Leão Júnior, o mais importante industrial do Paraná (OS INIMIGOS do nosso mate. *O Dia*. Curitiba: Empresa Editora “O Dia”, n. 3.600, 26/maio/1936, p. 2).

<sup>103</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. *Plano Geral de Organização Agrária*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Diretoria de Organização e Defesa da Produção, 1934; também: CONGRESSO COOPERATIVO DOS ERVATEIROS DO BRASIL, 1º, Curitiba, 1945. *Anais do 1º Congresso Cooperativo dos Ervateiros do Brasil*. Curitiba, 1945, p. 9.

de 1936, tiveram ação efetiva até pelo menos abril de 1939, quando se formaria a Federação do Mate de Paraná e Santa Catarina<sup>104</sup>.

Outra coisa a se atentar a essa altura é que, mesmo com a existência dos institutos estaduais, dos sindicatos e das ainda nascentes cooperativas, continuou existindo a consciência por parte das classes ervateiras de suas limitações. Diante dessa condição, que impedia a propagação do mate em novos mercados, além de objetivarem juntar forças para lidar com velhos problemas do subsetor, quais fossem os da defesa da produção e do comércio, os interessados, sobretudo os industriais e exportadores, procuraram definir na década de 1930 acordos de ação conjunta.

Exemplo disso foi a experiência malograda da Sociedade Geral do Mate, uma frente única criada no importante Congresso realizado em Curitiba, entre 15 e 18 de março de 1931, e oficializada através do Decreto 23, do interventor de Santa Catarina, Ptolomeu de Assis Brasil, em 2 de maio do mesmo ano<sup>105</sup>. Segundo o artigo 1º desse decreto, a mesma reunia todos os estados ervateiros e visava fiscalizar, orientar e controlar a indústria e o comércio de exportação da erva-mate de todo o país, ainda que de forma provisória, “enquanto não estiver definitivamente organizado o Instituto do Mate do Brasil”. Mas, como dito, a experiência malograda e os compromissos assumidos – incluindo a adoção de preços mínimos para cancheada e beneficiada e de limites de exportação –, o mesmo estado de Santa Catarina rompeu<sup>106</sup>. De qualquer forma, a criação da Sociedade que seria sediada em Joinville teve a participação direta do Ministro do Trabalho, Lindolpho Collor, que presidiu o mencionado congresso, o que mostra o aumento do interesse e da ação do governo federal nas questões estaduais.

Apesar disso, a mesma sociedade não foi oficializada por decreto federal por causa da posição assumida por Santa Catarina, acima mencionada, e ainda porque crescia por essa mesma época a ideia da criação de um Conselho Nacional do Mate<sup>107</sup>. A constituição desse último na capital da República esteve em discussão desde os

---

<sup>104</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>105</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 23, de 2 de maio de 1931. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

<sup>106</sup> A QUESTÃO ervateira. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.890, 16/jun./1931, p. 1. Sobre isso ver também ERVA-MATE. *A Notícia*. Joinville: Emp. Editora “A Notícia”, n. 854, 26/mayo/1931, p. 4.

<sup>107</sup> Em alguns documentos seria mencionado também como Instituto Nacional ou, outras vezes, como Departamento.

primeiros meses de 1931, sobretudo em reuniões dos delegados dos industriais e exportadores e dos representantes dos estados ervateiros com o chefe do Ministério do Trabalho. Em julho de 1931, se dizia que estavam acordadas as bases para sua constituição e se falava ainda em uma da taxa de propaganda (25 réis por quilo), nessa ocasião criticada, aliás, pelo jornal *Diário da Tarde* por ser essa maior do que a taxa que já pagavam os interessados na propaganda do mate (10 réis por quilo), excedendo as suas possibilidades diante dos preços pagos pelo mate, que haviam sido drasticamente reduzidos nos últimos tempos (de 20 mil para 7 mil réis por arroba)<sup>108</sup>.

As discussões em torno do Conselho Nacional seguiram com impasses e modificações nas propostas que eram apresentadas pelos representantes dos estados produtores. Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, através de seus representantes rejeitavam uma proposta remanescente do mencionado congresso de Curitiba de unificação dos tipos comerciais de mate e dos impostos de exportação, “bem como a fixação do preço mínimo, concordando apenas na criação do Departamento Nacional do Mate, com a adoção de uma taxa de 25 réis, destinada à propaganda do produto extra fronteiras”<sup>109</sup>. Como estava posto ao longo de 1931, o Conselho seria constituído de um representante de cada estado, um de cada sociedade regional e de um delegado do Ministério do Trabalho, que teria a função de presidente<sup>110</sup>. Em relação a sua sede, em 18 de agosto desse mesmo ano, interessados do lado catarinense chegaram a concordar que a mesma fosse instalada em Curitiba, “por se achar o Rio de Janeiro afastado dos maiores centros produtores, com comunicações demoradas e dificuldade de reuniões dos principais interessados, exigindo grande perda de tempo e ocasionando vultosas despesas com a sua manutenção”<sup>111</sup>.

De resto, o *Diário da Tarde* de Curitiba, Paraná, e *A Notícia* de Joinville, Santa Catarina, periódicos que dedicaram frequentes artigos nessa década de 1930 para discussão das questões envolvendo o mate (ainda que sobressaindo de forma recorrente os pontos de vista de seus respectivos estados), acatavam – ao menos em alguns momentos – a ideia da indispensabilidade da criação de um órgão central de defesa dos

---

<sup>108</sup> O DESASTRE do mate do Paraná. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.917, 17/jul./1931.

<sup>109</sup> A TRAGÉDIA do mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.927, 29/jul./1931, p. 1.

<sup>110</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>111</sup> O PALPITANTE problema do mate. *A Notícia*. Joinville: Empresa Editora “A Notícia”, n. 942, 22/set./1931, p. 1.

interesses dos quatro estados produtores, “que permita conseguir novos mercados, a fim de eliminar a grande superprodução existente, em consequência da limitação argentina”<sup>112</sup>. Nos momentos em que assumiam essa postura favorável, esses periódicos endossavam a visão dos industriais e exportadores desses dois estados e defendiam – além da instalação de sua sede em Curitiba – o aumento da sobretaxa inicialmente proposta (de 25 para 300 réis por quilo<sup>113</sup>), a ser paga por produtores e industriais, que pudesse ser aplicada na compra do excesso de produção (calculado em 1931 em 20.000 t) e ainda fosse o resultado dessa taxa capaz de arcar com as vultosas despesas requeridas para a propaganda sistemática em novos mercados<sup>114</sup>.

As coisas evoluíram, algumas ideias sobre interesses comuns começaram a se fazer claras para os interessados, mas, ao longo dos sete anos seguintes, os grandes problemas do mate seguiram sem resolução e o Conselho Nacional continuou sendo apenas um projeto. Parte dos industriais e dos exportadores seguiram pedindo cada vez mais a ação federal, o que alimentava os estudos para a sua criação, no entanto, continuaram havendo muitas divergências entre os grupos envolvidos e também divergências entre os interesses estaduais. Havia, além disso, fortes interesses particulares a travar as negociações, como, por exemplo, os de Agostinho Ermelino de Leão Júnior, que era então o maior industrial exportador paranaense para o Uruguai e que – o que é igualmente ou mais significativo – havia sido por diversos mandatos presidente do Instituto do Mate do Paraná. Em setembro de 1931, foi ele enviado como representante do governo paranaense ao Rio de Janeiro para discutir o projeto que vinha sendo estudado e aprovado pelos representantes dos ervateiros e os interventores do Paraná e Santa Catarina. Na capital do país, em reunião com representantes dos industriais de Santa Catarina, Hans Jordan e Cláudio de Almeida, e o Ministro Collor,

---

<sup>112</sup> NOVAMENTE em foco o palpitante problema do mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.970, 24/set./1931, p. 5; também O PALPITANTE problema do mate. *A Notícia*. Joinville: Empresa Editora “A Notícia”, n. 942, 22/set./1931, p. 1. Essa posição em favor da criação de um órgão central não se mantinha sempre, por vezes criticando o *Diário da Tarde*, por exemplo, o fato de existirem institutos, “sem aliás satisfazerem as finalidades para que foram criados” (ESTAMOS bem arranjados! *A Notícia*. Joinville: Empresa Editora “A Notícia”, n. 11.557, 29/ago./1933, p. 1).

<sup>113</sup> Nesse momento, mudando sua postura, o *Diário da Tarde* apoiava não só a criação da taxa como seu o aumento.

<sup>114</sup> No que diz respeito à produção, a ideia era que o Conselho agindo como comprador influiria sobre o mercado, criando estoque de regulação, controlando a oferta e consequentemente agindo sobre os preços (NOVAMENTE em foco o palpitante problema do mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.970, 24/set./1931, p. 5; também O PALPITANTE problema do mate. *A Notícia*. Joinville: Empresa Editora “A Notícia”, n. 942, 22/set./1931, p. 1).

Leão Júnior se manifestou contrário à limitação das exportações no caso do mercado uruguaio, o que segundo artigo de *A Notícia* de Joinville, endossado e transcrito na íntegra pelo *Diário da Tarde* de Curitiba, representava a aniquilação de todo esforço e trabalho dos delegados catarinenses de entendimento e andamento do projeto a ser levado adiante em conjunto com o Paraná “por motivo do interesse particular de um homem apenas”<sup>115</sup>.

Apesar dessas declarações alarmistas dos jornais e da posição definida por Leão Júnior, o projeto não foi de todo “aniquilado” e um acordo (ou frente ampla) de ação conjunta chegou a ser aprovado através do Decreto 51 do governo de Santa Catarina, em 1º de outubro de 1931<sup>116</sup>. Esse acordo, que já havia sido assinado em 16 de julho do mesmo ano pelos representantes dos quatro estados produtores, como vimos, teve seu andamento freado por não se chegar a uma decisão unânime em torno dos seus aspectos gerais. No entanto, apurar os resultados práticos desse acordo é deveras difícil, não nos permitindo ir nada além de algumas considerações sobre os aspectos gerais das exportações. Mas, é possível dizer com certeza que ele não resolveu as dificuldades de entendimento entre os estados produtores, principalmente entre Paraná e Santa Catarina. Sobre isso, o *Diário da Tarde* voltou a se queixar em editorial de 12 de março de 1932 de que os industriais catarinenses não cumpriam os acordos que eram firmados, chegando a afirmar que “aos catarinenses cabe única e exclusivamente a culpa da situação deplorável em que se acha a nossa magna indústria”<sup>117</sup>.

Sejam quais tenham sido os seus resultados, o mesmo Decreto 51 fez oficialmente referência à criação do Conselho Nacional do Mate e reafirmou que a instalação de sua sede se daria na capital da República. Além disso, os interessados seguiram se reunindo para tratar da criação do mesmo<sup>118</sup>.

---

<sup>115</sup> PORQUE não se pôs em prática o plano da erva-mate. *A Notícia*. Joinville: Empresa Editora “A Notícia”, n. 944, 24/set./1931, p. 1; Com título idêntico em: *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.971, 25/set./1931, p. 1. Os dois outros estados produtores (Mato Grosso e Rio Grande do Sul) a essa altura, ao menos oficialmente, se manifestavam favoráveis à ação conjunta da forma como vinha sendo proposta.

<sup>116</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 51, de 1º de outubro de 1931. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

<sup>117</sup> EDITORIAL. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 11.111, 12/mar./1932, p. 1.

<sup>118</sup> Exemplos de reuniões divulgadas na imprensa são a que ocorreu em 16 de maio de 1932, no Rio de Janeiro, entre os representantes dos institutos e dos produtores dos estados com o Ministro do Trabalho (O DEPARTAMENTO Nacional do Mate e sua localização no Rio de Janeiro. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 11.162, 13/maio/1932, p. 1) e outra realizada no dia 12 de fevereiro de 1934, no gabinete do Ministério da Agricultura, a respeito da qual se dizia estar resolvido que o Ministro da Agricultura, Juarez Távora,

Da parte do governo central, uma manifestação a respeito da criação do Conselho se deu em agosto de 1933 pelo Ministro da Agricultura, major Juarez Távora, que se referiu à necessidade da organização sindical cooperativista “para a formação de um instituto”. Nesse sentido, continuava ele, “era essencial que os produtores pusessem termo às suas rivalidades e unissem os seus esforços de modo coordenado”. Uma vez organizados, teriam da parte do mesmo ministério “todas as facilidades, inclusive mesmo a facilidade de crédito”<sup>119</sup>. Em relação isso, é interessante notar que nas discussões do *Diário da Tarde*, que foi o jornal que transcreveu a declaração de Juarez Távora sobre a criação do Conselho Nacional do Mate, considerava-se nunca ter havido tal rivalidade entre os produtores e as demais classes envolvidas com o mate<sup>120</sup>. Mas, o próprio movimento cooperativista – que nessa época dava seus primeiros passos – e as pessoas que estiveram a ele ligadas davam provas de tais rivalidades e da exploração a que estavam sujeitos os produtores.

Aliás, como visto em alguns parágrafos anteriores, o cooperativismo se adiantaria à criação do Conselho. Em torno desse último seguiram as discussões, chegando a ser dada uma data para sua definitiva criação. Segundo diz Nicolau Mader Junior, delegado do Instituto do Mate do Paraná, em 29 de maio de 1934 “ficou definitivamente criado o Conselho Nacional do Mate, sendo ratificado o convênio assinado pelos delegados dos Estados e Institutos, em 1932”<sup>121</sup>. Mas, embora seja justo dar algum crédito às palavras desse importante industrial paranaense, tal fato não resultou em ação efetiva, não tendo o mesmo sido oficializado em legislação do governo federal. É por essa situação que, a partir do final de 1936, os estudos sobre a economia ervateira foram então confiados ao Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), órgão diretamente subordinado à Presidência da República, criado em junho de 1934 com a finalidade de centralizar a política de comércio exterior do país, de forma a racionalizá-la e expandi-la. Esse órgão passou a examinar o anteprojeto de criação do

---

quando regressasse de viagem “convoque os representantes dos Ministérios do Trabalho, Exterior e Fazenda, a fim de que seja dada organização ao Departamento Nacional do Mate” (A DEFESA da ervamate. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 11.695, 14/fev./1934, p. 5).

<sup>119</sup> *Apud* ESTAMOS bem arranjados! *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 11.557, 29/ago./1933.

<sup>120</sup> Nas páginas do mesmo jornal os produtores raramente aparecem ou são mencionados, sempre olhando esse jornal a questão ervateira a partir do ponto de vista da “indústria paranaense”.

<sup>121</sup> CONSELHO Nacional do Mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 11.784, 31/maio/1934, p. 1.

Conselho Nacional Mate elaborado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BACILLA, 1946, p. 174).

Houve a partir daí audiência pública com os interessados, promovida pelo CFCE, na qual compareceram, além de outros, o Governador do Paraná, senadores e deputados representantes dos estados produtores. Nessa reunião o representante de Mato Grosso, apesar de acentuar que ao estado no momento só interessavam os mercados platinos (leia-se, sobretudo, a Argentina) onde vendia erva cancheada, “manifestou-se de acordo com os seus colegas do Paraná e Santa Catarina quanto à criação do Conselho Nacional do Mate” (*Idem, Ibidem*). Os representantes de Paraná e de Santa Catarina, por sua vez, defenderam como sendo inadiável a criação do CNM, a fim de cuidar da standardização da produção, a consolidação dos mercados e a conquista de novos (*Idem, Ibidem*). O representante do Rio Grande do Sul lembrou a situação peculiar de seu estado, consumidor de quase tudo que produzia, mas concordou com a iniciativa, além de opinar no sentido de o Conselho Nacional fixar como tarefa preliminar a padronização do produto (*Ibidem*, p. 175).

Se não tivéssemos atentado previamente para a situação dos grupos de interesse, pareceria que a causa era de consenso geral. Mas, como já visto, não era bem assim.

É interessante acentuar que ao Conselho Federal de Comércio Exterior dirigiram numerosos produtores de erva-mate e respectivas cooperativas protestos contra o plano de criação do aludido órgão coordenador que, na opinião dos mesmos produtores, só podia interessar aos comerciantes exportadores de mate (BACILLA, 1946, p. 175).

Tais protestos traziam à tona mais uma vez o descontentamento resultante da ação os Institutos Estaduais, que não foram capazes de resolver os problemas do mate, entre os quais a própria oposição de interesses existente no seio da economia ervateira. Esse descontentamento apareceu mais uma vez depois em um documento 1937, intitulado *Rumo certo para a política econômica do mate*, que registrou o discurso do deputado paranaense Francisco F. Pereira sobre a criação do Conselho Nacional do Mate e o debate travado em torno do mesmo em sessão da Câmara dos Deputados do Brasil<sup>122</sup>. No texto se pode perceber que a criação do Conselho Nacional do Mate não

---

<sup>122</sup> Convém dizer que os demais detalhes da sessão, como a data em que ocorreu, por exemplo, não foram registrados.

era de todo consensual, tendo os deputados por Mato Grosso e Rio Grande do Sul se manifestado, nessa ocasião, contrários à sua criação.

O autor do discurso mencionou a “conhecida luta” que houve entre Paraná e Santa Catarina, “Aquele beneficiador; este, cancheador” e que com o fato de Buenos Aires ter se “libertado da nossa indústria (...) fez o Paraná também entrasse, deliberadamente, na exportação cancheada”. Santa Catarina, por sua vez, teria desenvolvido sua indústria e os dois estados, segundo ele, “têm os seus interesses mais ou menos harmonizados” (PEREIRA, 1937, p. 9). Na realidade esses interesses comuns eram, sobretudo, os interesses dos industriais e exportadores, sendo que de resto a situação não era harmônica, como se lê nas palavras de Vespúcio de Abreu, no mesmo documento, dizendo que os produtores também se manifestaram contra o projeto, “conforme se verifica de telegrama publicado, hoje, na imprensa” (*Ibidem*, p. 8).

Estava clara para a maioria dos deputados presentes a existência de “interesses antagônicos” entre as classes – como já vimos assinalando também – tanto entre os estados como no interior dos mesmos, como afirmou Generoso Ponce, deputado de Mato Grosso, sobre a existência dos interesses opostos de produtores e industriais (*Ibidem*, p. 9). No Rio Grande do Sul, por exemplo, segundo o próprio Pereira “chegou-se ao cúmulo de se criar [...] a taxa bromatológica, proibitiva, de trezentos réis por quilo de erva, para amparar os interesses locais, em detrimento dos produtores do Paraná e Santa Catarina”. Seguiu Francisco Pereira dizendo que a taxa bromatológica, em vigor até essa ocasião, teria o objetivo de impedir a livre exportação da erva-mate dos demais estados para o Rio Grande do Sul, “onerando-a com 1.500 contos anuais de tributação” (*Ibidem*, p. 9). É que nesse momento, não estando mais interessada em exportar e tendo se voltado ao seu mercado interno, parte dos industriais do estado comprava erva-mate cancheada do Paraná e de Santa Catarina, para beneficiá-la.

Mas, apesar das diferenças e de todo o debate em torno da questão do Conselho Nacional do Mate nessa sessão da Câmara, Francisco Pereira e outros tantos deputados estavam de acordo com a necessidade de criação de um órgão nacional, que encarasse os problemas do mate não “procurando atender aos interesses locais, deste ou daquele Estado, exclusivamente, (...) mas tendo em vista encontrar uma fórmula que possa dar a preeminência que precisa ter o interesse geral do Brasil” (PEREIRA, 1937, p. 27).

O fato é que o projeto de criação do CNM sofreu alterações desde a versão original apresentada em 1936, tendo transitado durante todo ano de 1937 pela Câmara e

por novas plenárias promovidas pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, recebendo parecer favorável do presidente Vargas mais de uma vez. Mesmo assim, sempre voltava à tona sem decisão definitiva, por um ou outro motivo, até que, finalmente, em fevereiro de 1938, o projeto foi entregue ao estudo da Câmara de Produção, Consumo e Transportes, provocando longas discussões, que resultaram em novas modificações, adequando-o, além disso, à realidade do Estado Novo, regime recém-instalado<sup>123</sup>. Além disso, de última hora o título do órgão foi alterado, deixando de ser Conselho Nacional do Mate para ser Instituto Nacional do Mate (BACILLA, 1946, p. 174-177).

Assim, na sessão plenária do dia 8 de março de 1938, o Conselho Federal de Comércio Exterior encerrou a sua tarefa com a aprovação do projeto nos termos em que, a 13 de abril do mesmo ano, foi transformado pelo Presidente da República, no Decreto-lei n. 375 (*Ibidem*, p. 177).

Contando com os apoios ativos dos Institutos estaduais e dos interventores dos estados produtores e uma vez vencidos os pontos de vista contrários – incluindo dos líderes do movimento cooperativista e de alguns deputados que faziam parte da câmara dos deputados – que foi desmontada com a criação do Estado Novo –, prevaleceu o ponto de vista geral de que se fazia necessária a criação do Instituto Nacional do Mate (INM), fato que foi finalmente consumado através do Decreto-lei 375<sup>124</sup>.

Conforme esse decreto-lei, o INM constituir-se-ia como entidade autárquica, administrativa e financeiramente autônoma, com sede e foro na Capital da República. Definiu-se ainda que o mesmo, “órgão oficial dos interesses da indústria do mate”, teria por finalidade coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa de sua produção, comércio e propaganda (artigo 2º). Ele seria, ao menos inicialmente, constituído pelos plantadores, cortadores, beneficiadores, comerciantes e exportadores de erva-mate do Brasil (artigo 1º). Seria formado por três órgãos: uma Junta Deliberativa, uma Diretoria e a Presidência (artigo 3º). Seu Presidente seria designado pelo Presidente da República, enquanto os demais membros seriam escolhidos entre

---

<sup>123</sup> Ocorreu ainda no mesmo processo a rejeição da concessão de um empréstimo pedido pela Confederação Nacional Cooperativa do Mate para o financiamento da produção. Segundo Octávio Rauen, presidente da Confederação, chegou a ser esse financiamento proposto em uma emenda ao projeto de criação do CNM pelo deputado José Muller, que foi, no entanto, negada sob a justificativa de que o mesmo deveria ser assunto resolvido pelo novo órgão a ser criado (AINDA o caso do mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 12.961, 9/abr./1938, p.1; 8).

<sup>124</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 375, de 13 de abril de 1938. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. II, 1939, p. 44.

seus pares, no caso das classes participantes, e pelos governos dos estados, no caso dos seus representantes oficiais (artigo 4º). No entanto, até que o INM fosse devidamente regulamentado – o que ocorreria com Decreto 3.128, de 5 de outubro do mesmo ano<sup>125</sup> – e “devido à impossibilidade de ser observado, desde logo, o processo eleitoral estabelecido”<sup>126</sup>, a escolha dos membros da Junta Deliberativa seria feita, depois de ouvidas as respectivas associações de classe, da seguinte maneira: por designação do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, com relação aos representantes dos industriais, comerciantes e exportadores; e por designação do Ministro da Agricultura, quanto aos representantes dos lavradores, ou cortadores de erva (artigo 21).

De modo geral, a missão principal do INM seria regular o mercado ervateiro, buscando corrigir os erros cometidos até então e dar bom andamento às transações, tanto internas no Brasil, como nas relações com o exterior. Nesse sentido, nos artigos 6º e 10º constavam as listas de atribuições da Diretoria e da Junta Deliberativa, que complementarmente e entre outras coisas visavam: estudar e por em prática a unificação de leis e regulamentos; sugerir aos governos federal e estadual as medidas que fossem necessárias; assentar as bases das instruções a serem ministradas aos produtores, industriais, comerciantes e exportadores para “melhorar o produto e prepará-lo segundo as exigências dos mercados consumidores”, incluindo a padronização dos tipos comerciais; fixar anualmente a taxa de propaganda; auxiliar financeiramente a produção e a indústria; estudar e estabelecer as bases para a propaganda do mate dentro e fora do país, “devendo ser confiada, de preferência, a agências especializadas”; promover entendimentos com organizações congêneres de outros países produtores para uma ação conjunta relativamente à propaganda do mate; e estudar e aprovar contratos de propaganda e publicidade.

O custeio das atividades do INM e de suas secções estaduais para a defesa e propaganda do mate seria feito com a renda da Taxa de Propaganda, cobrada por quilo de mate produzido no país, única para todos os Estados e para todos os tipos de mate, “podendo, todavia, quanto a estes, ser alterada, em casos excepcionais, para a defesa da

---

<sup>125</sup> BRASIL. Decreto n. 3.128, de 5 de outubro de 1938. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. IV, 1939, p. 36.

<sup>126</sup> A primeira eleição dos membros da Junta Deliberativa seria efetuada apenas no quarto mês depois da instalação do Instituto (artigo 24).

indústria nacional, a juízo do Instituto” (artigo 15, § 1º)<sup>127</sup>. Essa taxa não deveria exceder 5% do valor médio do custo do produto nos vários portos de embarque, ficando estabelecida inicialmente em \$050 por quilo líquido (artigo 16). Por fim, o produto da taxa arrecadada deveria ser entregue, quinzenalmente, à agência do Banco do Brasil mais próxima da repartição arrecadadora, à disposição do Instituto Nacional do Mate (artigo 17, § 1º).

Embora não estivesse estabelecido no Decreto-lei 375, as atribuições mais diretamente relacionadas com a regulação dos processos envolvendo a economia ervateira – do erval ao consumidor – seriam postas em prática de duas maneiras principais: através de *cotas* de produção, comércio e exportação; e através de *preços mínimos* estabelecidos para essas transações.

Nessa ação centralizadora do Instituto estavam postas as esperanças de seus criadores. Como resumiu Waldomiro da Silveira, representante do estado de Mato Grosso que participou dos estudos preliminares para organização do INM, em entrevista ao jornal *O Globo* do Rio de Janeiro,

Pela propaganda e boa qualidade do produto teremos maior consumo e, conseqüentemente, maior procura. Os preços até então obtidos serão majorados e a recompensa virá facilmente, consolidando, ainda, uma exportação que vinha decrescendo assustadoramente<sup>128</sup>.

Subjacente a isso, o jornalista paranaense Frederico Faria de Oliveira, do jornal *O Dia* de Curitiba, dizia ter chegado “a hora esperada”, em que se imprimiria “nova e segura orientação aos assuntos ervateiros no Brasil, pondo-os a salvo das ameaças criadas entre os interessados. [...] [E que iria o Instituto] pôr termo à luta indistigável entre cancheadores e beneficiadores”<sup>129</sup>.

Por fim, diante do que apresentamos nos últimos parágrafos, algumas questões fundamentais deverão ser analisados nos dois capítulos que se seguem nessa tese, tais como: quais seriam a partir daí as prioridades do Instituto? Industrializar ou não industrializar? Ele conseguiria realmente regular o mercado? Se sim, isso se daria em favor de quais grupos? Conseguiria dar bom andamento à economia ervateira? Encontrar soluções para seus problemas? Essas perguntas suscitam outras

---

<sup>127</sup> A princípio, o único tipo que não devia pagar a taxa era o mate destinado ao consumo nos próprios estados produtores (artigo 15, § 3º).

<sup>128</sup> *Apud* O INSTITUTO Nacional do Mate e sua esperada criação. *O Dia*. Curitiba: Empresa Editora “O Dia”, n. 4.496, 25/maio/1938, p. 1.

<sup>129</sup> A HORA esperada. *O Dia*. Curitiba: Empresa Editora “O Dia”, n. 4.457, 4/fev./1938, p. 3.

complementares relacionadas à trajetória do INM, tais como: quais características seriam assumidas por ele ao longo de sua trajetória (1938 a 1967)? Por quais reformulações ele passaria? Quais poderes ele concentraria ao longo do tempo? Quais não estariam em suas mãos e por quê? E, sobretudo, quais impactos teriam as medidas adotadas por ele sobre a economia ervateira de modo geral e de forma mais específica sobre cada grupo principal da economia ervateira (beneficiadores, comerciantes/exportadores e produtores cancheadores)? Enfim, ele cumpriria ou não a sua missão de resolver os problemas existentes e desenvolver a economia ervateira?

## CAPÍTULO 2

### O INM: ORGANIZAÇÃO, COMPONENTES, AÇÃO E LIMITES (1938-1967)

Neste capítulo atentaremos para a trajetória do Instituto Nacional do Mate desde a sua criação, em 1938, até a sua extinção, em 1967. Analisaremos seus aspectos formativos, sua organização, os grupos que o compunham e as mudanças estruturais pelas quais ele passou ao longo dos anos. Com isso trataremos de suas ações em geral e procuraremos determinar seus pontos positivos e suas falhas, mostrando ainda de que maneira suas ações sobre os principais problemas da economia ervateira, motivos de sua criação, foram afetadas por suas recorrentes limitações e problemas internos. Criaremos, por fim, condições para a compreensão mais ampla dos resultados do que foi feito pelo INM, o que será objeto do capítulo seguinte.

#### 2.1 – A criação do Instituto Nacional do Mate

O Instituto Nacional do Mate (INM) nasceu em 1938, no início do Estado Novo de Getúlio Vargas, na fase de maior intervencionismo estatal na economia brasileira. Como, em geral, coube às demais autarquias funcionais e corporativistas, o Estado lhe conferiu autonomia econômica, técnica e administrativa, além da “competência para a decretação de normas reguladoras das atividades sujeitas à sua vigilância, ou à sua supervisão”<sup>1</sup>. Embora nesse caso do mate tenha ocorrido com atraso, o INM fez parte de um movimento iniciado pelo Governo Federal na década de 1930, quando foram criados outros Institutos e Departamentos Nacionais, igualmente com funções centralizadoras no controle sobre atividades agrícolas e industriais específicas. Comparado ao INM e com uma composição parecida à sua, embora de maior vulto, surgiu, por exemplo, o Conselho Nacional do Café, em maio de 1931 que, dois anos depois, foi substituído

---

<sup>1</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 4ª sessão ordinária da Junta Deliberativa provisória do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 25/ago./1938.

pelo Departamento Nacional do Café<sup>2</sup>. Também em 1933 foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (cf. SZMRECSÁNYI, 1979; TAUNAY, 1939). Além desses, mais importantes, são outros exemplos o do Instituto Nacional do Sal, criado em 1940, e do Instituto Nacional do Pinho, criado em 1941 (PAES, 2010)<sup>3</sup>.

Por se tratar de uma economia voltada em grande medida ao mercado externo, os estudos e o projeto final para a criação do INM estiveram sob a responsabilidade do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE)<sup>4</sup>. Assim, criado para representar o Estado Nacional intervencionista e centralizador, o INM, sediado na capital da República, concentraria as decisões que antes eram tomadas em nível estadual, devendo, com essa característica abrangente, agir diretamente na economia ervateira. Nesse sentido, cabe dizer que a origem da federalização da economia ervateira se difere da de outros órgãos similares, como o Conselho do Café (depois de 1933, Departamento Nacional do Café), que surgiu, dentre outros fatores, como resultado dos reclames dos estados produtores de menor peso (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro), que buscavam “esvaziar o poder do Instituto do Café de São Paulo, controlado pelos cafeicultores paulistas” (DINIZ, 1997, p. 83, nota 12; p. 102-104). No caso do mate não se tratava de uma oposição declarada entre os estados produtores, embora os maiores interessados fossem, por certo, o Paraná e Santa Catarina, acompanhados no processo de criação do INM pela adesão dos estados de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, que assim o fizeram por se tratar de uma decisão do Governo Federal.

Claro que haviam divergências estaduais, especialmente entre o Paraná e Santa Catarina, que se estranharam de forma recorrente nos primeiros anos da década de 1930. Isso se deu, de modo geral, por causa da diferença de preços, de impostos, das condições de vendas, e porque os acordos que eram firmados para equacionar seus interesses eram quebrados por um ou outro deles. Nesse sentido, o INM confirmaria uma unidade que vinha sendo buscada por esses dois estados. Dessa forma, os preços estabelecidos pela autarquia, de 1938 em diante, seriam os mesmos para os dois – diferenciados apenas pelos custos de transporte e demais encargos –; os tipos

---

<sup>2</sup> Ele foi finalmente transformado, em 1952, em Instituto Brasileiro do Café, que sobreviveu até 1989, quando foi extinto.

<sup>3</sup> O INS foi criado pelo Decreto-lei 2.300, de 10 de Junho de 1940 (In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1940*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. III, 1940, p. 322).

<sup>4</sup> Um representante do CFCE esteve inclusive na Junta Deliberativa provisória do INM, que funcionou até agosto de 1938.

comercializados também receberiam uma única padronização e codificação; por fim, os representantes dos interesses dos industriais e exportadores mostrariam uma constante confluência, dentro e fora do INM, por meio de um único sindicato interestadual (até porque algumas firmas importantes agiam em ambos os estados). Mesmo entre os produtores cancheadores dos dois estados, a unidade de pensamento também se faria presente através do movimento cooperativista, tendo sido, inclusive, formada uma Confederação dos Consórcios Cooperativos – que depois foi extinta, como já vimos no capítulo 1 – e, ao menos até o início da década de 1940, uma única Federação Interestadual de Cooperativas englobando os produtores paranaenses e catarinenses.

No caso do Rio Grande do Sul, a grande questão de interesse regional envolvia o controle do que era comprado dos demais estados para suprir eventuais carências, dado o alto nível de seu consumo interno. Nesse ponto, havia uma preocupação desse estado com a defesa de seus interesses no que diz respeito à sua produção de cancheada, que seria levada frequentemente às considerações e decisões da Junta Deliberativa do INM. Nesse mesmo sentido, quando o Instituto Nacional foi criado, havia em solo gaúcho uma taxa em vigor (a *Taxa Bromatológica*) cobrada sobre o mate que vinha de Santa Catarina e do Paraná, que seria logo em seguida extinta. Também seriam extintos, em geral, todos os impostos interestaduais, como uma medida nacional para promover uma maior integração entre os estados da Federação (CANO, 2005, p. 8).

O Mato Grosso, por sua vez, em princípio, tinha pouco interesse na criação do INM, afinal, o seu único mercado era a Argentina, cujas compras de cancheada lhe pareciam bem regulares e garantidas em 1938. Sua única preocupação naquele momento era com a possível concorrência dos exportadores de erva-mate cancheada do Atlântico (Paraná e Santa Catarina) mas, dado ao paladar particular de sua erva (considerado extraforte), ela era preferida pelos argentinos em detrimento da que era vendida pelos demais estados brasileiros (tidas como de paladar fraco).

Assim, embora houvesse os interesses particulares de cada estado, eles não eram fortes o suficiente para criar um clima de animosidade entre os mesmos. Além disso, cabe também dizer que, embora tivesse sido incluído no sentido mais amplo da política estado-novista, não podemos reduzir a criação do INM à vontade de Getúlio Vargas. Como temos visto, o Instituto surgiu em grande medida também como resposta aos diversos problemas enfrentados pela economia ervateira – quais fossem os de preços, de superprodução e de mercados (a princípio, sobretudo os externos) – e,

consequentemente aos recorrentes pedidos por ação federal dos industriais beneficiadores e dos exportadores – sobretudo de Paraná e Santa Catarina.

Sua criação se deu através do Decreto-lei 375/1938, cujo artigo 2º dizia que eram “fins do Instituto, órgão oficial dos interesses da indústria do mate, coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa de sua produção, comércio e propaganda”<sup>5</sup>. Sua primeira regulamentação foi aprovada através do Decreto 3.128, de 5 de outubro do mesmo ano<sup>6</sup>. Nele complementou-se o que constava em seu decreto-lei de criação, dizendo que o INM teria por finalidade “amparar a produção, a indústria e o comércio do mate e fomentar o seu consumo”<sup>7</sup>. Dessa maneira, objetivava-se: regulamentar o mercado, buscando controlar as fortes oscilações nos preços – especialmente as das exportações –; promover o equilíbrio entre a oferta e a demanda, de forma a se resolverem os problemas de superprodução e, consequentemente, possíveis perturbações nas transações, tanto no mercado interno como no externo; por fim, deveria aumentar o consumo através da propaganda sistemática, no país e fora dele, nos novos e também nos velhos mercados. Para sua manutenção, como já mencionamos no capítulo anterior, o INM foi dotado de uma *Taxa de Propaganda* – cobrada de forma diferente para as exportações e para as vendas no mercado interno brasileiro – e podendo ainda, eventualmente, criar fundos especiais de acordo com a necessidade. No entanto, em princípio, o Instituto não receberia verbas do Governo Federal, devendo bastar-se com os recursos auferidos com a referida taxa e outros eventuais recursos que pudesse extrair da própria economia ervateira.

---

<sup>5</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 375, de 13 de abril de 1938. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. II, 1939, p. 44. Por ter sido publicado com erro no Diário Oficial de 19 de abril, o decreto foi republicado em 28 de abril do mesmo ano. A versão que utilizamos é a corrigida, conforme consta na *Coleção de Leis*.

<sup>6</sup> BRASIL. *Regulamento do Instituto Nacional do Mate*. Anexo ao Decreto n. 3.128, de 5 de outubro de 1938. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. IV, 1939, p. 36.

<sup>7</sup> Regulamento do INM de 1938, art. 1º.

## 2.2 – Os aspectos formativos do Instituto Nacional do Mate

### 2.2.1 - Organização, estruturação e composição iniciais

Durante a instalação e organização do INM houve uma preocupação por parte do Governo Federal – como, aliás, houve desde o início do Estado Novo com o funcionalismo em geral – de racionalização de sua administração e de suas rotinas, visando a sua adequação aos “interesses nacionais”. Nesse sentido contou o Instituto – além da tutoria do CFCE – com a ajuda de importantes órgãos externos. Em 1938, a comissão formada por membros da Junta Deliberativa provisória para estudar os projetos ou anteprojetos de estruturação do INM (organograma, quadro de pessoal e orçamento) e seu respectivo regulamento, teve o auxílio do Instituto Técnico de Organização e Controle, Serviços Hollerith S.A., empresa especializada na organização de serviços públicos e privados<sup>8</sup>. O INM ainda não contaria nesse momento com o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), recém-criado, em 30 de julho de 1938, mas, como era de se esperar, ele se faria presente em todas as reorganizações e reestruturações dos anos seguintes, especialmente as que foram feitas até fins de 1945<sup>9</sup>.

Quando o INM foi criado, estabeleceu-se apenas que ele seria formado por três órgãos: uma Junta Deliberativa, uma Diretoria e a Presidência<sup>10</sup>. Não se definiu, num primeiro momento, os demais órgãos que o comporiam. Isso ocorreu ao longo do período previsto para sua efetiva instalação e definitiva regulamentação, que durou cerca de seis meses. Assim, da conjugação dos trabalhos da Junta provisória e da Diretoria do INM com os Serviços Hollerith, resultou a organização, a estrutura e as rotinas, conforme dispostas em seu primeiro regulamento, aprovado pelo Decreto 3.128. Dessa forma, em caráter definitivo, foram as suas funções melhor distribuídas através de três *órgãos principais*, formados pelo seu órgão orientador e controlador que era a Junta

---

<sup>8</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 4ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa provisória do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 25/ago./1938, p. 5-6.

<sup>9</sup> A partir de outubro de 1945 a ação do DASP se tornaria menos intervencionista, como resultado da reorientação adotada após a deposição de Vargas, que esvaziou grande parte das funções do Departamento (DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO (DASP). Rio de Janeiro: FGV, s.d.. Disponível em <cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>, consultado em 6/ago./2018). De qualquer maneira, após esse período, as reorganizações do quadro de pessoal e os estudos dos gastos do INM foram diversas vezes feitos pelo DASP ou com a sua colaboração direta.

<sup>10</sup> Decreto-lei 375/1938, art. 3.

Deliberativa e seus órgãos executivos, representados pela Presidência e pela Diretoria. Somaram-se a eles os *órgãos auxiliares*, que eram subdivididos entre: *órgãos técnicos*, formados pela Divisão de Defesa da Produção, a Divisão de Controle do Mercado, a Divisão de Propaganda e Publicidade e a Procuradoria; os *órgãos administrativos*, formados pela Gerência e pela Contadoria; e, finalmente, os *técnico-administrativos*, formados pela Inspeção e pelos Departamentos Regionais<sup>11</sup> (vide **Organograma 1**).

Dentre os órgãos que compunham o INM, desde esse primeiro regulamento até sua extinção, alguns tiveram papel auxiliar e funções meramente de rotina. Esse é o caso dos *órgãos administrativos*, responsáveis por cuidar dos serviços internos do INM, e ligados, sobretudo, à sede no Rio de Janeiro e às Delegacias Regionais, sem ação direta sobre a economia ervateira. Além disso, esses órgãos comportaram uma grande dose de continuidade em suas funções, sem alterações importantes ao longo dos anos, a não ser pelo aumento e pelas reorganizações do funcionalismo, e pelos cortes de gastos promovidos na tentativa de manter o equilíbrio orçamentário. Assim, durante a vigência do primeiro regulamento, o grupo dos órgãos administrativos era composto pela Gerência e pela Contadoria, que se subdividiriam com os regulamentos seguintes em várias seções e serviços<sup>12</sup>.

Os *órgãos técnico-administrativos*, por sua vez, teriam função executiva e fiscalizadora. São esses a Inspeção e os Departamentos Regionais. A Inspeção teve vida efêmera e suas três funções principais, segundo o artigo 20 do primeiro regulamento, eram as seguintes: a) superintender a administração e a atividade dos órgãos regionais – em outubro de 1938 representados basicamente pelos Departamentos Regionais – e orientar a fiscalização dos centros produtores e distribuidores; b) estudar e propor medidas de repressão às infrações, fraudes e adulterações, bem como ao contrabando; c) elucidar os interessados na legislação do Instituto. Ocorreu, no entanto, que, com as mudanças pelas quais o INM passaria a partir de fins de 1941, em sua primeira reestruturação, as finalidades da Inspeção seriam esvaziadas, tendo ela

---

<sup>11</sup> Regulamento do INM de 1938, art. 3º.

<sup>12</sup> Regulamento do INM de 1938, art. 18 e 19. Dadas suas características, cabe apenas dizer que esses dois se subdividiram na segunda fase estrutural do INM em seções, que passaram a compor, por sua vez, o Serviço de Administração (Seção de Comunicações, Seção do Pessoal, Seção do Material, Biblioteca e Portaria) e o Serviço de Contabilidade (Decreto 10.755/1942, art. 22, 23 e 25). Finalmente, através do último regulamento, com exceção da Gerência, as seções acima mencionadas passaram a se concentrar todas na Divisão Administrativa, composta por: Seção de Comunicações, abrangendo a Biblioteca e o Arquivo; Seção do Pessoal; Seção de Material, a que pertenceria a Portaria; Caixa; e Contabilidade (Decreto 20.425/1946, art. 28 e 29).

desaparecido com a regulamentação dada pelo Decreto 10.755/1942<sup>13</sup>. As suas funções seriam redistribuídas aos demais órgãos de acordo com a reorientação do INM, tendo sido parte delas repassada aos Departamentos Regionais que, a partir do segundo regulamento, passariam a se denominar Delegacias Regionais.

Esses departamentos regionais, segundo o primeiro regulamento, tinham funções executivas, servindo como braços do INM nos quatro estados produtores. Nos anos seguintes, além desses quatro, já sob a denominação de “delegacias”, seriam instaladas também em alguns estados considerados estratégicos para expansão do consumo, como São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e, a partir dos anos 1960, Brasília<sup>14</sup>. No exterior, um caso especial seria o da Delegacia de Nova York, cuja criação na década de 1940, segundo Aranha, se daria por causa da impossibilidade de o INM vender diretamente aos EUA, tendo assim a finalidade de “promover o produto brasileiro e entabular negociações [com possíveis interessados]” (1967, p. 240)<sup>15</sup>.

Outra coisa é que esses departamentos regionais, já através do primeiro regulamento, absorveram parte das funções que, a princípio, seriam dos antigos Institutos Estaduais. Por outro lado, o que não foi legado aos departamentos no primeiro regulamento foi a autonomia para tomar decisões, seguindo eles apenas como executores do que era decidido na sede do INM no Rio de Janeiro. Nesse sentido, algo interessante é que o artigo 2º do Decreto-lei 375, que criou o INM, dizia que os Institutos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, cujas sedes estavam em Curitiba, Joinville e em Porto Alegre, respectivamente, guardariam “a sua autonomia no que concernir à respectiva administração interna”, devendo, porém, moldar as suas organizações e regulamentos pelas disposições e pelos regulamentos que fossem adotados pelo Instituto Nacional. Inclusive, os presidentes dos Institutos do Paraná (Algacyr Munhoz Mader) e de Santa Catarina (Hans Jordan) participaram da sessão de instalação do INM em julho do mesmo ano, declarando sua disposição em cooperar com

---

<sup>13</sup> BRASIL. Decreto n. 10.755, de 30 de outubro de 1942. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1942*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. VIII, 1943, p. 178.

<sup>14</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1963, p. 24. Algumas delegacias instaladas em estados não-produtores com o tempo se transformariam em agências do INM.

<sup>15</sup> No entanto, como veremos com mais detalhes em outro momento, o INM foi incapaz de manter essa delegacia por muito tempo, tendo a Junta Deliberativa decidido pela sua extinção permanente em 1949, devido ao seu alto custo de manutenção e às “dificuldades de cambiais” do período (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1949, p. 14).

ele<sup>16</sup>. No entanto, ao longo dos meses seguintes, tanto a permanência como a autonomia desses institutos estaduais não se concretizaram e os mesmos desapareceram, tendo as suas funções bem como as suas instalações sido absorvidas pelo INM, e parte delas transferidas aos seus então Departamentos Regionais (depois Delegacias)<sup>17</sup>. Seus antigos dirigentes, como os dois mencionados acima, por sua vez, foram incorporados aos quadros do INM e alguns deles se tornaram, a partir de então, delegados dos departamentos de seus estados.

Em resumo, a esses departamentos foram dadas inicialmente as seguintes funções: a) representar o INM em cada um dos respectivos Estados; b) cumprir as deliberações do Instituto e zelar pela “fiel observância das leis, regulamentos e resoluções relativas ao mate”; c) executar os serviços do Instituto no âmbito regional, de conformidade com as ordens expedidas pelo Presidente<sup>18</sup>. Convém notar que um importante serviço seria prestado por eles desde início no que diz respeito à estatística, já que eles ficariam responsáveis por fornecer e controlar as Guias de Exportação e as Guias de Livre Trânsito, do que resultaria parte significativa do conhecimento do INM sobre o comércio no exterior e no mercado interno<sup>19</sup>.

O INM foi estruturado também com quatro órgãos técnicos (Procuradoria, Divisão de Defesa da Produção, Divisão de Controle do Mercado e Divisão de Propaganda e Publicidade), sendo as divisões os mais importantes. Eram elas fundamentais para o andamento das medidas que afetavam diretamente a economia ervateira. A primeira delas, a Divisão de Defesa da Produção, como o próprio nome diz, se dedicava às questões relacionadas à produção de erva-mate cancheada, desde o corte até a entrega aos industriais beneficiadores – inclusive os projetos de cultivo (onde já existissem por essa época). Suas funções, segundo o artigo 14 do primeiro regulamento, eram bastante amplas e incluíam: a organização do cadastro dos produtores, a serem mantidos atualizados; o estudo e a proposição de medidas necessárias “à racionalização

---

<sup>16</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da sessão de instalação provisória do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 20/jul./1938.

<sup>17</sup> As sedes dos institutos do Paraná e Santa Catarina – com patrimônio no valor de 38:982\$900 – foram doadas por seus respectivos estados ao INM nos primeiros meses de 1939, passando, portanto, a compor seu patrimônio, que totalizou 582:451\$500 no fim do exercício 1938-1939 (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 2ª sessão ordinária da 2ª reunião da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 25/set./1939, p. 2).

<sup>18</sup> Regulamento do INM de 1938, art. 21.

<sup>19</sup> Outras informações sobre os mercados externos eram fornecidas pelos agentes que neles operavam.

e à melhoria da produção do mate” – visando a preservação dos ervais, o melhor aproveitamento do material extraído e a entrega de matéria prima melhor aos industriais ou à exportação; o estudo e proposição de medidas econômicas e financeiras “necessárias ao amparo dos produtores”; a elaboração de análises estatísticas da produção no país e no estrangeiro – o que deveria incluir um controle maior sobre os estoques e um conhecimento melhor da demanda nos casos em que se exportasse cancheada; a superintendência dos serviços de pesquisas e experimentação – a fim de lidar com pragas e condições climáticas adversas; e, finalmente, o estudo das condições e das características da produção no estrangeiro, comparando-a com as condições de produção no Brasil<sup>20</sup>.

Das ações dessa divisão deveriam resultar: certificados de registros; fixação de épocas e condição de poda e colheita nos ervais; higienização e mecanização das operações; adequações de embalagem; classificação botânica; defesa dos ervais contra depredação; aproveitamento industrial; incineração de erva condenada em caso de fraudes e adulterações; determinação das áreas de cultura, nos casos em que isso se aplicasse; melhoramento das condições de trabalho das populações ervateiras com base nos estudos demográficos; políticas econômicas e financeiras envolvendo a produção de modo geral; instalação e funcionamento de laboratórios de análises; instalação de campos experimentais e museus do INM; a fiscalização das análises feitas pelo Instituto ou por outros laboratórios; e, por fim, o mapeamento e a comparação da produção estrangeira (argentina e paraguaia).

Enquanto à Divisão de Defesa da Produção se restringia a etapa da produção propriamente, coube à Divisão de Controle do Mercado atentar para a entrega feita pelos produtores do mate (cancheado ou beneficiado) aos beneficiadores e exportadores. Essa divisão tinha funções relacionadas à organização, estudos e proposições de medidas voltadas à indústria e ao comércio ervateiro<sup>21</sup>. Como industriais e comerciantes (exportadores) teriam um único representante na Junta Deliberativa, os assuntos que lhes dizia respeito igualmente se misturaram nesse órgão do INM.

Cabia a essa divisão manter organizado e atualizado o cadastro dos industriais e comerciantes. Devia ainda estudar e propor medidas necessárias à regularização do beneficiamento e do comércio, tais como: racionalização das condições de mercado,

---

<sup>20</sup> Regulamento do INM de 1938, art. 14.

<sup>21</sup> *Ibidem*, art. 15.

“objetivando a estabilização e a proteção da clientela”; as condições de entrega, pagamento e preços de venda; elaboração dos contratos-tipos; padronização dos tipos a serem comercializados; fixação de preços mínimos; criação de entrepostos reguladores; cuidados com a embalagem do mate, objetivando uma melhor apresentação do produto; garantias de procedência, a fim de lidar com possíveis desconfianças quanto à qualidade; acordos com países estrangeiros visando, sobretudo, a expansão do consumo, mas também acordos com os mercados tradicionais no sentido de sua manutenção; elaboração de normas para as relações entre os interessados na produção, na indústria e no comércio, visando à harmonização da cadeia produtiva e o bom andamento da economia ervateira; estudos e proposições relacionadas às condições técnicas e econômicas dos transportes, incluindo negociações de tarifas marítimas e ferroviárias; e, por fim, a busca do equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Para que essas ações fossem viabilizadas, a Divisão de Controle do Mercado se encarregou de estudar e propor as medidas econômicas e financeiras necessárias de amparo à indústria e ao comércio. Além disso, como não foi criada uma seção específica para os trabalhos estatísticos em fins de 1938, ela ficou encarregada de elaborar análises desse tipo a respeito do comércio do mate no país e no exterior. A partir dessas informações, cabia-lhe estudar as condições e as preferências dos mercados consumidores e controlar ali a influência da propaganda, sugerindo medidas para o aperfeiçoamento da mesma. Essas últimas finalidades eram limitadas e acessórias, tendo em vista a existência de uma Divisão específica: a de Propaganda e Publicidade.

Por fim, os trabalhos da Divisão de Controle do Mercado davam continuidade aos trabalhos feitos pela Divisão de Defesa da Produção, seja no acompanhamento da exportação de cancheada, seja no cuidado do aproveitamento desse formato no beneficiamento.

Além das duas divisões já mencionadas, através do primeiro regulamento, foi criada também a Divisão de Propaganda e Publicidade. A ela coube a organização e manutenção atualizada do cadastro dos elementos a serem usados na divulgação do mate no país e no exterior, incluindo uma biblioteca “especializada nos assuntos de interesse do Instituto, promovendo intercâmbio de publicações”. Além disso, ficou encarregada de elaborar o programa de propaganda do mate e publicidade das atividades do INM, “organizando planos de divulgação, publicações, irradiações, cartazes,

mostruários e centros distribuidores”<sup>22</sup>. Os contratos de propaganda e publicidade eram entregues à Diretoria que, por sua vez, era responsável por sua aprovação ou não.

### 2.2.2 – Os núcleos de poder do INM

Os órgãos apontados até aqui foram criados basicamente para executar, orientar e fiscalizar áreas específicas. O poder centralizado de decisão e controle, no entanto, estava nas mãos de três órgãos: a Junta Deliberativa, a Presidência e a Diretoria. Cabe-nos então atentar para os mesmos, começando pela Junta Deliberativa, mostrando os grupos que a compunham – incluindo considerações sobre os grupos que nela não tinham representação – e suas funções. Seguiremos por uma análise da Diretoria, procurando traçar um panorama breve de suas funções e importância ao longo dos anos. Por fim, trataremos do papel da Presidência.

Desde o início, o poder de controle e orientação do INM ficou a cargo da Junta Deliberativa, composta pelo presidente e por 12 conselheiros, oriundos da própria economia ervateira. Desde o Decreto 3.128 estabeleceu-se que seriam eles eleitos três para cada um dos quatro estados produtores (Mato Grosso – ou Território de Ponta Porã, enquanto este existiu (1943-1946) –, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), todos com peso, teoricamente, igual nas decisões. Eles seriam dispostos da seguinte forma: a) quatro representantes dos produtores cancheadores; b) quatro representantes dos industriais e dos comerciantes (estes últimos mais tarde seriam definidos como *exportadores*)<sup>23</sup>; e c) quatro representantes dos Governos Estaduais<sup>24</sup>.

Embora houvesse, em princípio, a pretensão de englobar todos os segmentos da economia ervateira, a composição definitiva dos conselheiros seria concentrada e excludente. O Decreto-lei 375, que criou o INM em abril de 1938, havia dito que a Junta Deliberativa seria constituída por plantadores, cortadores, cancheadores, beneficiadores, comerciantes e exportadores de mate, além dos representantes dos Governos dos

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, art. 16, alínea b e c.

<sup>23</sup> Os industriais e os exportadores eram representados conjuntamente.

<sup>24</sup> Regulamento do INM de 1938, art. 4º. Além desses membros, a partir de novembro de 1941, com a criação de uma Comissão Fiscal, também passou a participar regularmente das reuniões da Junta um representante do Ministério a que o Instituto estivesse subordinado (Decreto-lei 3.937/1941, art. 7º).

Estados produtores<sup>25</sup>. Entretanto, o regulamento de outubro de 1938 reduziu a gama de participantes nas reuniões e deliberações do INM, restringindo o direito ao voto para conselheiros aos *produtores, industriais e comerciantes* registrados<sup>26</sup>. A definição de cada categoria, por sua vez, se deu através do seu artigo 41: a) **produtor**, a pessoa física ou jurídica, proprietária ou arrendatária de erval e que se ocupasse habitualmente da extração; b) **industrial**, a pessoa física ou jurídica, proprietária ou arrendatária de fábricas ou moinhos e que se ocupasse habitualmente do beneficiamento e da colocação da erva beneficiada nos mercados consumidores; c) **comerciante**, a pessoa física ou jurídica, que se ocupasse habitualmente da exportação da erva cancheada.

Nota-se que ao grupo dos *comerciantes* – que, nos regulamentos seguintes, com idênticas características, seria denominado *exportador* – cabia a “exportação da erva cancheada”<sup>27</sup>. Se bem que aos *industriais* coubesse a “colocação da erva beneficiada nos mercados consumidores”, o que ocorria porque alguns deles constituíam destacados grupos econômicos que controlavam diversos segmentos da cadeia produtiva, inclusive o *comércio* e a *exportação* de cancheada. Além disso, apesar das definições dadas, os dois grupos (industriais e comerciantes/exportadores) elegiam em conjunto um único representante para a Junta Deliberativa. Já na categoria *produtor*, na definição dada pelo mesmo regulamento e mantida inalterada nos demais, tratava-se de pessoa física ou jurídica, que tivesse ou arrendasse ervais e se ocupasse habitualmente da extração, não incluindo em seus textos a condição de *comerciante*. Pela lógica do INM, o *produtor de cancheada* ou *cancheador* não comercializaria e nem exportaria, mas repassaria a algum intermediário ou exportador, a quem ficaria ligado quase que inevitavelmente.

O que queremos mostrar nesse ponto é que, com essas definições, deixaram de ser oficialmente representados ou foram misturados aos demais grupos os *plantadores* e os *cortadores*. Devemos, então, questionar o porquê dessa supressão. Ainda que não explique plenamente, no caso dos *plantadores*, o mais provável é que isso tenha se dado pelo fato de não haver em 1938 – e continuou não havendo até o último regulamento de 1946 – grandes plantações no país, sendo caracteristicamente uma economia extrativa, somado ao fato de eles também serem considerados *produtores*. Já no caso dos

---

<sup>25</sup> Decreto-lei 375/1938, art. 4º.

<sup>26</sup> Regulamento do INM de 1938, art. 24.

<sup>27</sup> Regulamentos de 1942 e de 1946.

*cortadores*, que trabalhavam diretamente no corte – os *caboclos* do Paraná e de Santa Catarina ou os *mineiros* indígenas e paraguaios de Mato Grosso, por exemplo, que se diferenciavam dos *produtores*, que poderiam ou não trabalhar diretamente nos ervais –, qual explicação se poderia dar? No geral, esses cortadores não tinham necessariamente os mesmos interesses que as pessoas que apenas coordenavam a produção. O que pode ter ocorrido é o INM ter tomado por base, exclusivamente, uma parcela dos casos encontrados no sul do Brasil, onde havia grande número de pequenas propriedades em que os donos, com suas famílias, se dedicavam à produção direta. Mas, mesmo nesses casos, eram contratados trabalhadores externos, os chamados *tarefeiros*<sup>28</sup>.

Nesse sentido, podemos dizer que os trabalhadores do mate foram deixados à margem das preocupações do INM – como ocorreu, usualmente, também nos demais institutos e departamentos nacionais criados nas décadas de 1930 e 1940<sup>29</sup>. Mesmo com as alterações que vieram depois do Decreto 3.128/1938, nem o governo e nem o INM se ocuparam da caracterização dos *trabalhadores*, que continuaram não aparecendo como uma categoria representativa. Aliás, quando se fala na documentação sobre as condições de trabalho e de vida, a referência é feita aos *produtores*, de maneira geral, não levando em consideração os muitos casos em que o trabalhador não fosse, necessariamente, o proprietário ou o arrendatário dos ervais. Além disso, as situações dos produtores não representavam necessariamente as mesmas dos trabalhadores, afinal, esses “produtores” por vezes eram apenas os empreiteiros, como ocorreu de forma mais clara no antigo sul de Mato Grosso (*cf.* FERNANDES, 2017). Em suma, os *trabalhadores* dos ervais não foram objeto de atenção do INM, o que deverá nos limitar a analisar a ação do Instituto em relação aos grupos acima mencionados, ou seja, os industriais, comerciantes e produtores.

Outra coisa interessante relacionada à composição da Junta Deliberativa do INM é que ela pode ser comparada aos órgãos dirigentes de outras autarquias criadas por Vargas. Nesse sentido, o caso mais parecido seria o do Instituto Nacional do Pinho

---

<sup>28</sup> COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE MATE. *Relatório anual apresentado pelo presidente Marcello Pimenta Velloso*. Curitiba: COCPM, 1945, p. 38.

<sup>29</sup> Só para citar três exemplos, temos a separação feita pelo Instituto do Açúcar e do Alcool entre fornecedores de cana, donos de engenhos, industriais e exportadores (SZMRECSÁNYI, 1979), as características assumidas pelo Departamento Nacional do Café desde que fora criado em 1933, aliás, herdadas, em parte, das preocupações com a defesa do café dos períodos anteriores (TAUNAY, 1939, volumes XIII-XV) e, por fim, a ação do Instituto Nacional do Pinho, criado em 1941, na busca por atender aos interesses de madeireiros, beneficiadores e exportadores (PAES, 2010).

(INP), criado em 1941, cujos membros de sua Junta Deliberativa também eram oriundos das classes e grupos de interesse, mais os representantes dos seus governos estaduais<sup>30</sup>. Não houve nem no INM e nem no INP a opção por técnicos alheios às suas respectivas economias para representar os segmentos que compunham os seus órgãos decisórios, provavelmente por se entender que os próprios interessados seriam os mais capazes para resolver entre si os seus próprios problemas (LINHARES, 1967, cap. 30).

Com relação às eleições para a composição da Junta Deliberativa, as primeiras atrasaram, por ter ocorrido a instalação definitiva do INM apenas em 15 de agosto de 1938 e o primeiro regulamento ter sido baixado apenas em 5 de outubro. Conforme estabelecido no Decreto-lei 816/1938, que definiu as regras para as primeiras eleições, elas realizaram-se apenas em janeiro de 1939 e a instalação definitiva da Junta – que atuava provisoriamente antes disso – ocorreu somente em 17 de abril de 1939<sup>31</sup>. Depois disso, a própria Junta se responsabilizaria por determinar a época e o modo de realização das eleições para a sua renovação, que ocorreriam bienalmente<sup>32</sup>.

Em termos de atribuições, desde o início ficou estabelecido que a Junta Deliberativa fosse responsável por tomar todas as providências que se fizessem úteis à regularidade e à eficiência técnica, econômica e financeira da produção, da indústria e do comércio. Cabia-lhe supervisionar a propaganda. Sua ação deveria, além disso, levar em conta “as condições peculiares de cada região”, o que, ao menos teoricamente, deveria promover a conciliação de interesses entre os estados produtores, já que eles não objetivavam a mesma coisa ao participarem do INM. Competia ainda à Junta autorizar a Diretoria a realizar as operações de crédito ou financiamento indispensáveis à defesa e ao aperfeiçoamento da produção, ao controle do mercado e à propaganda<sup>33</sup>.

Sobre as fontes de recursos do INM, conforme o regulamento aprovado pelo Decreto 3.128/1938, cabia à Junta fixar, anualmente, “a taxa de propaganda a que se refere o art. 15 do Decreto-lei n. 375” e, ocasionalmente, as demais contribuições

---

<sup>30</sup> A Junta Deliberativa do INP era composta pelo presidente do instituto, um representante do Governo estadual e outro dos produtores, industriais e exportadores de pinho dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (PAES, 2010, p. 14).

<sup>31</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 816, de 27 de outubro de 1938. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. IV, 1939, art. 1, p. 67; INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da sessão de instalação definitiva da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 17/abr./1939.

<sup>32</sup> Decreto 10.755/1942, art. 12, alínea *m*.

<sup>33</sup> Regulamento do INM de 1938, art. 9, alínea *a e b*.

devidas por produtores, industriais, comerciantes e exportadores, que não estavam previstas nesse regulamento<sup>34</sup>. No entanto, essas demais contribuições não foram estabelecidas até 1942 – ano em que houve a primeira mudança regulamentar do INM –, restando apenas a Taxa de Propaganda para a manutenção da autarquia. Ademais, enquanto vigorou o primeiro regulamento do INM, o exame e a aprovação dos orçamentos, dos relatórios e das contas submetidos pelo Presidente ou pela Diretoria, eram feitos pela Junta Deliberativa. Por fim, no que diz respeito às suas ações e decisões, ficou estabelecido que coubesse recurso “para o Conselho Federal de Comércio Exterior, até que se instale o Conselho da Economia Nacional”<sup>35</sup>.

Em relação à Diretoria do INM, a primeira foi escolhida por meio dos votos dos conselheiros que compunham a primeira Junta Deliberativa – ainda provisória e formada de modo indireto – e realizou a sua primeira sessão ordinária apenas em fins de agosto de 1938<sup>36</sup>. Logo em seguida, quando aprovado o primeiro regulamento, à Diretoria, de modo geral, coube “a gestão dos negócios do Instituto”<sup>37</sup>. Dessa forma, segundo o artigo 11 do mesmo, estava entre as suas atribuições principais, “além das inerentes à respectiva função”: estudar os assuntos sujeitos à apreciação da Junta Deliberativa, por iniciativa própria ou que lhe fossem submetidos pelo presidente, opinando sobre os mesmos; aprovar a investidura e a exoneração do pessoal e as designações feitas pelo presidente; estudar a proposta de orçamento anual apresentada pelo presidente e encaminhá-la à Junta; decidir *ad referendum* da Junta as questões que “dependendo, por sua natureza, do prévio assentimento daquela, não possam, pela sua urgência, aguardar a respectiva reunião ordinária ou extraordinária”; e apresentar à Junta relatório semestral sobre a atividade e a administração do INM, acompanhado do balancete da receita e despesas realizadas e de um programa de trabalhos para o semestre seguinte<sup>38</sup>.

Até a instalação definitiva da Junta Deliberativa no início de 1939, os diretores se encarregaram também de tomar algumas decisões fundamentais para o projeto

---

<sup>34</sup> *Ibidem*, art. 9º, alínea c.

<sup>35</sup> *Ibidem*, art. 9, § 2.

<sup>36</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 1ª sessão ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 29/ago./1938, p. 1.

<sup>37</sup> *Ibidem*, art. 10.

<sup>38</sup> *Ibidem*, art. 11, alíneas a a e.

traçado naquele momento para o INM. É o exemplo principalmente dos estudos que foram feitos para a criação de Centros Beneficiadores e Exportadores nos estados do sul do Brasil, a análise e aprovação dos seus contratos – por serem formados por firmas privadas – e a formalização do plano para criação dos entrepostos reguladores que seria realizada pelo INM e que aos centros estariam ligados<sup>39</sup>. Mas sua importante influência não se restringiu ao período de instalação do INM. De maneira geral, entre 1939 e 1942, podemos dizer que a Diretoria agiu como uma espécie de filtro do que era depois deliberado pela Junta. Nesse sentido, ela se encarregou de importantes temas – baixando inclusive resoluções – relacionados diretamente com o controle sobre a economia ervateira. A Diretoria decidiu nesse período, por exemplo, sobre os preços e as cotas. Decidiu ainda sobre os contratos de propaganda firmados pelo INM. Embora diversos desses assuntos seguissem para análise por parte da Junta, os diretores faziam uma primeira triagem, selecionando o que se enquadrava no conjunto do que eram considerados “interesses coletivos” ou “interesses da nação”. Por isso, podemos dizer que a Diretoria, nesse período, representava bem o sentido do corporativismo varguista e da centralização das decisões entre aqueles sujeitos que a compunham.

De início a Diretoria era composta pelo presidente do INM e por mais três diretores, com mandato de dois anos<sup>40</sup>. A sua escolha, segundo o primeiro regulamento, era feita por voto dos conselheiros da Junta Deliberativa<sup>41</sup>. Enquanto foi dessa maneira não houve renovação dos membros da Diretoria, tendo o primeiro grupo – composto por Carlos Gomes de Oliveira, Waldomiro Silveira e Nicolau Mader Junior – permanecido até meados de 1941<sup>42</sup>. Posteriormente, a partir do Decreto-lei 3.937/1941, que reorganizaria o INM pela primeira vez, a escolha dos diretores passaria a ser feita por nomeação, em comissão, pelo Presidente da República, assim como já ocorria desde o início com a escolha do presidente da autarquia<sup>43</sup>.

---

<sup>39</sup> Sobre os centros e os entrepostos veremos em detalhes logo adiante.

<sup>40</sup> Regulamento do INM de 1938, art. 5.

<sup>41</sup> *Ibidem*, art. 24, alínea b.

<sup>42</sup> Com essa composição, a Diretoria se reuniu entre 29/ago./1938 e 13/maio/1941. Já no período que vai de 28/maio a 11/set./1941, Waldomiro Silveira e Nicolau Mader Junior foram os dois únicos diretores, enquanto o mesmo Carlos Gomes de Oliveira assumiu a Presidência, não sendo, no entanto, escolhido um novo diretor para o seu lugar.

<sup>43</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 3.937, de 13 de dezembro de 1941. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1941*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. VII, 1942, p. 631, art. 9.

Entre os três órgãos principais, a figura central no Instituto Nacional do Mate era a do presidente. Desde o início coube a ele “além da presidência da Junta Deliberativa e da Diretoria, superintender a atividade e a administração do Instituto”. Nesses órgãos ele tinha seu próprio voto e mais o voto de desempate, o que lhe dava importante poder de decisão sobre os destinos da economia ervateira. Nesse sentido, o Decreto 3.128/1938 atribuiu-lhe a administração do INM, com poderes gerais, tais como: organização dos serviços; admissão, exoneração, promoção, transferência, licenciamento, premiação e punição do pessoal; e a autorização da efetivação e do pagamento das despesas previstas em orçamento. Somado a isso, coube-lhe gerir as atividades do Instituto de acordo com a orientação da Junta Deliberativa, diligenciando sobre a aplicação dos recursos ordinários e extraordinários. Por fim, além dos serviços de praxe relacionados às convocações para reuniões da Junta e da Diretoria, cabia-lhe cumprir e fazer cumprir as determinações da Junta e representar o INM em juízo ou fora dele, “em suas relações com os poderes públicos e com os particulares”<sup>44</sup>.

Ademais, pode-se dizer que os presidentes foram a voz do INM e do mate brasileiro nesse período e nos que vieram depois, se fazendo presentes nas negociações com organismos internacionais, com os governos federais, estaduais e mesmo com os municipais em alguns momentos. Dessa maneira, ao longo dos anos, eles negociaram – direta ou indiretamente – acordos de cooperação entre o Brasil e os países compradores do nosso mate, buscando defender a sua importação, especialmente procurando manter e ampliar o mercado do produto beneficiado, mas também negociando constantemente com os argentinos a manutenção das importações de cancheada. Coube-lhes com frequência adiantar os trabalhos da Junta Deliberativa, ao negociar ajustes nos preços com esses mercados – especialmente os tradicionais. Outra coisa é que, como o INM não tinha poder direto sobre o câmbio, seus presidentes procuravam entabular negociações com os órgãos responsáveis pelo mesmo no Brasil e no exterior. Além disso, os presidentes participaram com frequência de reuniões externas que eram realizadas pelos próprios interessados. Em diversos momentos eles tomaram parte em reuniões conjuntas das diferentes classes, onde mediaram negociações e a busca por solução de conflitos.

Todas essas atividades desenvolvidas pelo presidente – somadas às informações fornecidas pelos diversos órgãos do INM – constavam em relatórios, cuja

---

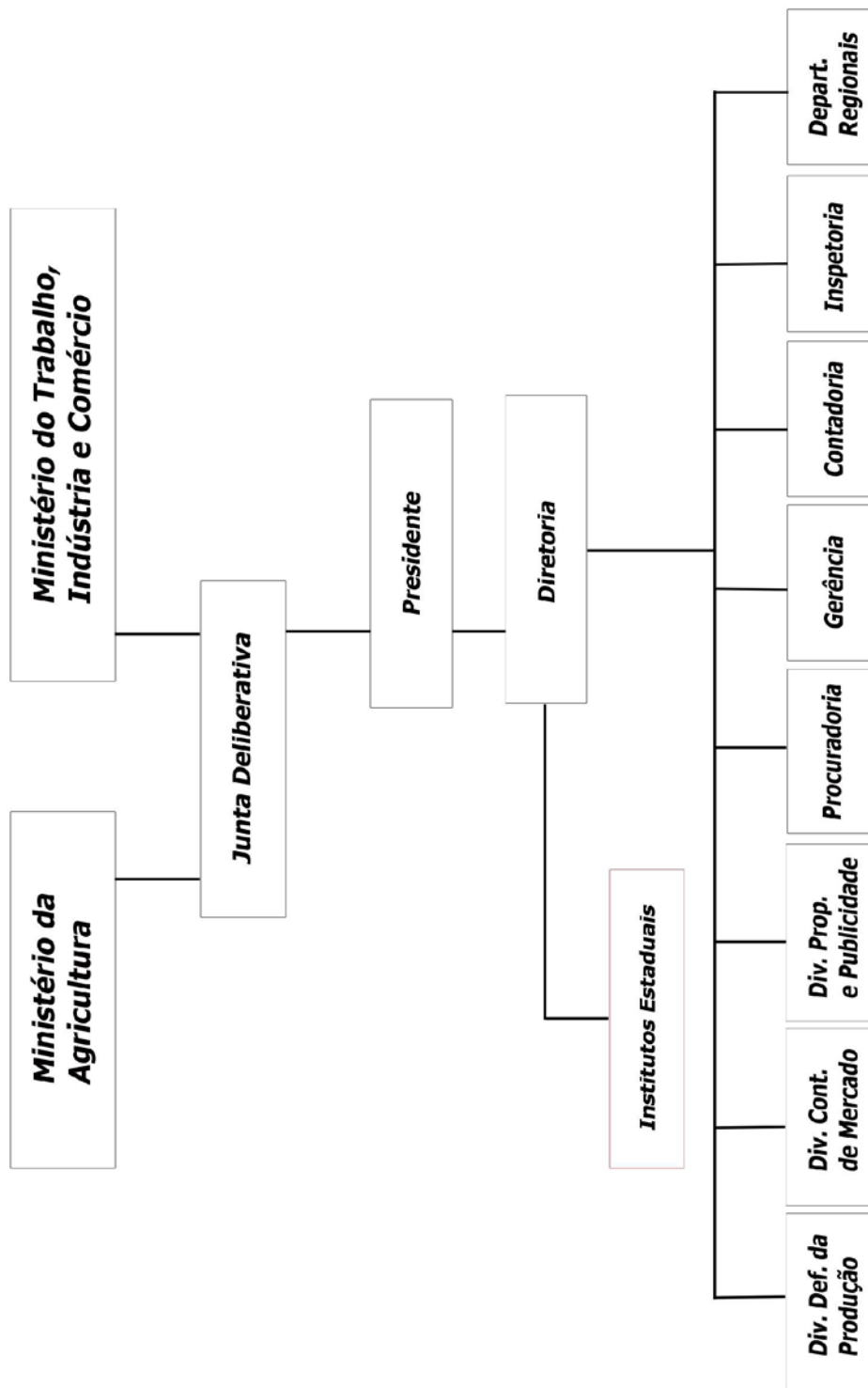
<sup>44</sup> Regulamento do INM de 1938, arts. 12 e 13.

frequência seguiu as mesmas alterações feitas em relação à periodicidade das reuniões ordinárias da Junta Deliberativa, alternando entre um e dois por ano. No que diz respeito à escolha do presidente do INM, o primeiro regulamento da autarquia dizia que ele seria “nomeado, em comissão, pelo Presidente da República”<sup>45</sup>. No entanto, não dizia, por exemplo, qual seria a sua origem ou se possuía de fato conhecimento sobre a economia ervateira. Consequentemente, essa situação ligaria a sua escolha aos interesses diretos do chefe da Nação.

---

<sup>45</sup> *Ibidem*, art. 6.

**Organograma 1 - Instituto Nacional do Mate - 1938**



## 2.3 – O INM: das expectativas à realidade (1938-1941)

### 2.3.1 - As primeiras ações e seus resultados gerais

Conforme pudemos observar nos últimos parágrafos, reproduzidos no **Organograma 1**, a estrutura inicial do INM visava controlar todos os aspectos e principais segmentos da cadeia produtiva do mate. Isso se nota também pelo fato de o Governo Federal ter subordinado o INM ao Ministério da Agricultura e ao mesmo tempo ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Essa dualidade de comando não era gratuita, e tinha em vista o fato de o INM “reunir interesses de duas classes diferentes – produtores [cancheadores] e industriais” (ARANHA, 1967, p. 188). No entanto, desde os primeiros anos começariam a aparecer as limitações e os empecilhos à ação do INM.

A primeira limitação já se encontrava em sua origem e o acompanharia por todo seu período de existência: ele não podia comerciar. O artigo 42 do primeiro regulamento era claro ao dizer que era "vedado ao Instituto praticar as operações usuais de comércio do mate, salvo para fins de propaganda". Como preencher, então, tal lacuna? A solução nos primeiros anos foi buscada através da ação em associação direta com os industriais e exportadores. Foi assim que nasceram o Centro dos Exportadores Brasileiros de Erva-Mate (Centrex) e o Centro dos Industriais e Exportadores Rio-Grandenses do Mate (Centrilex).

O Centrex foi formado inicialmente por 26 firmas exportadoras de cancheada e beneficiada do Paraná e de Santa Catarina; já o Centrilex reunia inicialmente 29 firmas comerciantes no próprio mercado gaúcho e mais três firmas exportadoras<sup>46</sup>. O INM discutiu e aprovou em reuniões da Diretoria os contratos desses centros<sup>47</sup>. Além disso, planejou a instalação de entrepostos reguladores (ou, como também eram chamados, os *armazéns recebedores*), que seriam construídos com um empréstimo a ser buscado junto ao Banco do Brasil. Estes entrepostos serviriam como ferramentas aos mesmos

---

<sup>46</sup> Havia ainda a pretensão de a iniciativa chegar até o Mato Grosso, mas acabou depois não se concretizando.

<sup>47</sup> CONTRATO da Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada “Centro dos Exportadores Brasileiros de Erva Mate, Limitada”. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 8ª sessão ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 1º/dez./1938, p. 5; CONTRATO de Organização do Centro dos Industriais e Exportadores Riograndenses do Mate Ltda, de 28 de fevereiro de 1939. In *Ata da 5ª sessão extraordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 10/mar./1939, p. 2.

centros para recolher a produção dos cancheadores, além de servirem como meio para que o INM financiasse a produção e garantisse o preço estabelecido.

Entretanto, o mais importante é que, enquanto existiram (1939-1943), os centros influenciaram diretamente no estabelecimento de cotas e de preços mínimos para todos os segmentos da cadeia produtiva (produção de cancheada, beneficiamento e comércio), encarregados que eram de estudá-los e sugeri-los para depois serem aprovados pela Diretoria do INM. O Instituto deu tanta importância a esses centros, que nos estados em que tiveram influência só comercializava ou exportava quem fosse membro deles. Assim, cabe dizer que, do ponto de vista do INM, o tempo de existência dos centros coincidiu com um dos únicos momentos – senão o único – em que ele conseguiu chegar mais próximo do seu ideal de controle da economia ervateira. Também do ponto de vista do INM – e dos industriais e exportadores –, os resultados conseguidos para a economia ervateira foram positivos.

Dessa forma, a partir de 1939, com a ajuda dos centros, o INM procurou corrigir os principais problemas que a economia ervateira enfrentava. Seus primeiros estudos e ações foram direcionados especialmente no sentido de resolver o problema da superprodução então existente. No entanto, essa última se mostrou uma tarefa difícil, entre outras coisas, porque persistiram as dificuldades que existiam antes de 1938 para o conhecimento real da produção e dos estoques. Sem números exatos sobre a produção nos primeiros anos, o INM se limitou a somar o consumo interno e o externo para ter alguma ideia da produção do ano em curso e fazer apenas estimativas para os anos seguintes<sup>48</sup>. Quanto à demanda, o conhecimento do mercado interno era limitado, oriundo das Guias de Livre Trânsito que só começaram a ser distribuídas pelos então Departamentos Regionais a partir de 1939<sup>49</sup>. Por outro lado, houve desde o início um quase perfeito conhecimento das exportações e das necessidades dos mercados externos, entre outras coisas, porque eles eram muito mais importantes que os internos, e porque as exportações se limitavam quase que completamente aos mercados tradicionais, onde o INM contava com agências herdadas dos antigos Institutos Estaduais.

---

<sup>48</sup> Isso aparece, por exemplo, nos relatórios que eram elaborados pelas divisões, dos quais os três primeiros – de abril e setembro de 1939 e março de 1940 – foram preservados e por nós consultados.

<sup>49</sup> Segundo a CODEPAR, os dados do INM – para todo seu período de existência –, conseguidos através das Guias de Livre Trânsito, são “subestimados”, já que não registram “as vendas efetuadas fora das vistas do INM e que atingem níveis extraordinários” (1965, vol. 1, p. 4/2).

Com essas informações internas e externas, o INM, considerando a média dos três anos anteriores, distribuiu as cotas de beneficiamento, comércio e exportação às firmas inscritas nos Centros de Industriais e Exportadores dos estados do sul do Brasil e aos exportadores individuais de Mato Grosso. Consequentemente, distribuiu as cotas de produção aos produtores regularmente cadastrados, resultando daí o seu controle sobre o que foi produzido. Com estas cotas determinou, por sua vez, os limites das safras e seus períodos de realização, evitando, entre outras coisas, os cortes fora de época (as chamadas safrinhas), vistos naquele momento como prejudiciais.

Concomitantemente, o INM procurou levar adiante o plano de instalação de entrepostos reguladores. Conforme estava previsto, “todo o mate que os exportadores e moageiros necessitassem, iriam buscá-lo nos entrepostos” (BACILLA, 1946, p. 163). Dessa forma, constava no plano do Centrex a instalação de 10 entrepostos destinados a coletar o mate nos estados do Paraná e Santa Catarina: 5 deles no Paraná (Ponta Grossa, Curitiba, Rio Negro, São Mateus e Malé) e 5 em Santa Catarina (São Bento, Mafra, Canoinhas, Valões e Herval)<sup>50</sup>. Outros 5 entrepostos estavam incluídos nos planos para o Centrix, no Rio Grande do Sul (BACILLA, 1946, p. 159). Sua construção estava entre as primeiras ações a serem realizadas pelo INM, cuja execução se ligou à expectativa de um empréstimo junto ao Banco do Brasil no valor de 10.000 contos de réis<sup>51</sup>. Essa quantia seria ainda complementada pela comissão paga pelos engenhos beneficiadores pelo mate que eles comprassem no valor de \$500 a arroba. Esses dois recursos seriam usados para custear a organização inicial dos entrepostos e também todas as demais despesas, tais como a de financiamento da produção e dos adiantamentos a serem feitos aos produtores<sup>52</sup>. A manutenção inicial desses entrepostos estava orçada em 1.050 contos de réis (BACILLA, 1946, p. 159).

A partir de 1939, o INM fez algumas construções, comprou alguns galpões já construídos e alugou outros espaços. No entanto, as limitações logo se fizeram presentes e o efeito da criação dos entrepostos sobre a economia ervateira não se mostraria como o esperado. Isso aconteceu porque o empréstimo tão ansiado pelo INM para levar adiante o projeto não saiu, inviabilizando a manutenção dos entrepostos que foram instalados e

---

<sup>50</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 3ª sessão ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 15/fev./1939, p. 1.

<sup>51</sup> Os entrepostos estavam previstos no artigo 15 do primeiro regulamento de 1938.

<sup>52</sup> O MATE brasileiro. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 45, 1939, p. 44.

a construção de outros. Além disso, três anos depois, o contador do INM, Synesio Soares, em reunião da Junta Deliberativa, diria “não ter havido dotação para o serviço central de entrepostos, nem para os serviços regionais de entrepostos do Paraná e Santa Catarina”. Eles haviam sido criados legalmente pela Junta Deliberativa, que ficou de dar verba posteriormente para sua instalação efetiva e manutenção. No entanto, conforme a comissão designada para estudar os gastos do INM em 1942, os que existiam representavam um excesso nas despesas do Instituto, que não tinha sobras de seu orçamento para satisfazer o que faltava<sup>53</sup>. Dessa forma, dados os altos gastos que representavam esses entrepostos – ou o que se conseguiu levar adiante dos mesmos –, eles seriam depois extintos.

Apesar das dificuldades até aqui apontadas (em relação à estatística e ao estabelecimento e manutenção dos entrepostos), para os primeiros anos, que vão de 1939 a 1942, com base nos dados apresentados pelo INM, pode-se dizer que algumas medidas adotadas, especialmente para controlar a superprodução por meio do estabelecimento de cotas, com apoio dos Centros Beneficiadores e Exportadores, surtiram efeitos positivos. Tais medidas, segundo Linhares, teriam salvado a “indústria brasileira do mate” e os exportadores do colapso total (1969, p. 411)<sup>54</sup>. Temos, dessa forma, que a produção que registrava mais de 100 mil toneladas em 1939, declinou para 66.963 t no ano seguinte e terminou em 75.669 t em 1942, volumes que foram todos exportados ou vendidos no mercado brasileiro<sup>55</sup>. Tomando as exportações, teria havido alguma melhora nos quatro anos seguintes à sua criação, tendo registrado 50.794 t em 1939, 50.583 t em 1940, 52.010 t em 1951 e 58.466 t em 1942<sup>56</sup>.

Teria representado outro ponto positivo para os exportadores o fato de que, desde o início da ação do INM, todo valor de exportação do mate tenha passado a ser FOB, “ao contrário do valor considerado anteriormente, que era CIF”, ou seja, o

---

<sup>53</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 8ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 17/dez./1942, p. 1.

<sup>54</sup> Do mesmo ponto de vista são também UCHA & BELEDELI, 2012, p. 25.

<sup>55</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da Sessão Extraordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate, em homenagem ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Dr. Waldemar Falcão*. Rio de Janeiro, 25/set./1939; *Boletim Estatístico de 1944*. Rio de Janeiro: INM, 1945; *Boletim Estatístico de 1945*. Rio de Janeiro: INM, 1946.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, 1974, p. 63; também INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1944*. Rio de Janeiro: INM, 1945. O mesmo não ocorreu, no entanto, com as vendas no mercado interno, que não tiveram alteração importante, registrando 16.380 t em 1940, 17.553 em 1941 e 17.203 t em 1942 (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1944*. Rio de Janeiro: 1945).

comprador – e não mais o exportador – passou a assumir todos os riscos e custos com o transporte da mercadoria, assim que ela fosse colocada a bordo do navio. Por esse e por outros motivos o diretor Nicolau Mader Junior, encarregado da Divisão de Controle de Mercado, dizia no início de 1940: “[...] a nossa exportação melhorou consideravelmente, sob a ação racionalizadora do Instituto”<sup>57</sup>.

No entanto, para além dos resultados positivos obtidos no controle da produção e alguma recuperação nas exportações, é preciso que observemos a evolução dos preços, a fim de entendermos melhor o que sucedeu. Os dados fornecidos pelo INM indicam que os preços nominais de exportação em geral cresceram em todos os anos que vão de 1938 a 1942<sup>58</sup>. Mas em termos reais isso não ocorreu. Pelo contrário, os valores médios reais das exportações para os mercados tradicionais – aqueles que geralmente representavam 99% das compras – caíram todos entre 1940 e 1942. A Argentina, por exemplo, que nesse período ainda era o principal mercado comprador brasileiro, importando apenas cancheada, principalmente de Mato Grosso, registrou preço médio por arroba de 15 quilos de Cr\$ 4.177,95 em 1940, Cr\$ 3.754,95 em 1941 e Cr\$ 3.277,05 em 1942. Para o Uruguai, segundo mercado em importância nesse momento, comprador tanto de cancheada como de beneficiada, exclusivamente do Paraná e de Santa Catarina, a queda nos preços médios reais da arroba foi menos acentuada, mas também ocorreu, registrando Cr\$ 4.660,05 em 1940, Cr\$ 4.404,75 em 1941, e Cr\$ 4.243,80 em 1942. Finalmente para o Chile, que importava menor quantidade e apenas beneficiada – também originária do Paraná e de Santa Catarina –, os preços reais por arroba foram Cr\$ 5.945,55, Cr\$ 5.560,20 e Cr\$ 5.461,80, respectivamente<sup>59</sup>.

Embora sejam dados parciais, ainda assim nos levam a crer que o INM não foi capaz de dar aumento real aos preços a favor dos beneficiadores e exportadores, como afirmava. Como se viu, os preços médios reais para os principais mercados tiveram quedas constantes nos três últimos anos do período considerado. Ocorreram quedas também nos preços reais da arroba no mercado interno – que entre 1940 e 1942

---

<sup>57</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório n. 3 das Divisões da Defesa da Produção e de Controle do Mercado, apresentado à Diretoria do INM*. Rio de Janeiro: INM, mar./1940, p. 69.

<sup>58</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório n. 3 das Divisões da Defesa da Produção e de Controle do Mercado, op. cit.*, p. 69; também OLIVEIRA, 1943.

<sup>59</sup> Valores deflacionados a preços constantes de janeiro de 1965, com base no IPC-FIPE. A fim de facilitar a compreensão, todos os preços foram convertidos para Cruzeiros, padrão monetário adotado pelo governo brasileiro em 1942. Há registros totais das exportações em preços correntes para 1938 e 1939, no entanto, só é possível deflacionar valores por meio do referido índice a partir de 1940.

registraram, respectivamente, Cr\$ 4.488,30, Cr\$ 4.050,00 e Cr\$ 3.538,35 –, ainda que, nesse caso, as rebaixas devam ter ocorrido em parte como medida de incentivo ao consumo, pois, além disso, os comerciantes pagavam um valor menor de Taxa de Propaganda em comparação à taxa paga pelos exportadores<sup>60</sup>.

Mas se os preços de venda em geral tiveram quedas, cabe uma pergunta: por que então se afirma que o INM salvou a economia ervateira nesse momento do colapso total? O caminho para a resposta pode estar nas críticas feitas por Antonio Bacilla, que afirma que a política de preços mínimos do INM favoreceu os beneficiadores e exportadores, já que, por exemplo, entre a compra da cancheada dos produtores e a venda aos importadores estrangeiros resultava uma margem significativa de lucro aos mesmos, que correspondia, “em média, o dobro do que pagam ao produtor” (BACILLA, 1946, p. 163-164). A confirmar essa afirmação, afinal, temos que, enquanto os preços nominais estabelecidos pelo INM a serem pagos aos industriais e exportadores tiveram reajustes entre 1939 e 1942, os preços nominais a serem pagos aos produtores se mantiveram sem qualquer alteração. Em valores nominais – convertidos para cruzeiros, a fim de padronizar a análise –, o preço médio a ser pago aos produtores se manteve no período 1939-1942 em Cr\$ 7,50 a arroba de 15 kg. Enquanto isso, o preço médio nominal da arroba pago aos exportadores em geral, recebendo reajustes consecutivos, foi de Cr\$ 17,10 em 1940, Cr\$ 18,00 em 1941 e Cr\$ 19,35 em 1942. Agora, se como vimos há pouco – convertidos a preços constantes de janeiro de 1965 (com base no IPC-FIPE) – os valores pagos aos exportadores em geral sofreram importantes oscilações ao longo do período (Cr\$ 4.125,75, Cr\$ 3.368,85 e Cr\$ 3.804,45, respectivamente), feita a conversão também dos preços pagos aos produtores, veremos que houve um declínio ainda mais importante, sobretudo por não ter havido reajustes: Cr\$ 2.008,50 em 1940, Cr\$ 1.805,25 em 1941 e Cr\$ 1.560,45 em 1942<sup>61</sup>.

Como resultado de tal situação, somada à vinculação do INM com os centros beneficiadores e exportadores, seria criado, afinal, um grande obstáculo à ação do Instituto sobre o conjunto da economia ervateira, sobretudo pela forte resistência da

---

<sup>60</sup> Os *novos mercados*, nos quais se depositava grandes esperanças, embora não tenham passado disso nesse período, registraram preços constantes em geral mais altos que os dos *mercados tradicionais*, oscilando bastante, de qualquer forma: Cr\$ 5.865,15 em 1940, Cr\$ 8.584,50 em 1941, Cr\$ 6.420,90 em 1942 (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1947*. Rio de Janeiro, 1948).

<sup>61</sup> Para os preços pagos aos produtores: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 10ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 19/dez./1942 (sessão da tarde, inclusive anexo).

parte do crescente movimento cooperativista. Vejamos como se deu a relação desse último com o INM nos primeiros anos.

### 2.3.2 – *Um grande empecilho: as cooperativas*

Para que pudesse exercer seu poder controlador e orientador, o INM deveria buscar a conciliação dos interesses das classes envolvidas na cadeia produtiva do mate. Isso, em outras palavras, significava a necessidade de sua parte de controlar a totalidade da produção de cancheada: em primeiro lugar, para resolver a superprodução; em segundo, para que não houvesse atritos entre os produtores e os beneficiadores; em terceiro, para que não houvesse perturbações no fornecimento regular de cancheada aos exportadores (nos casos em que fosse exportada a erva-mate no formato cancheada).

Mas essa “conciliação” desde o início não se mostrou uma tarefa de fácil execução por causa, sobretudo, da maneira como o próprio INM agiu, através dos centros. Favorecendo aos industriais e exportadores, ele acabou alimentando os atritos pré-existentes entre eles e um importante (e crescente) número de produtores de cancheada, reunido em torno do movimento cooperativista que procurava representá-los<sup>62</sup>. A prioridade dada a um grupo específico – dos industriais e exportadores –, deixava brechas para críticas e resistências, que levariam à extinção dos centros.

As reações não tardaram a surgir do lado dos produtores que faziam parte do movimento cooperativista, que se sentiram prejudicados. Segundo Antonio Bacilla, um dos principais líderes do movimento naquele momento, e ferrenho crítico do INM, o

---

<sup>62</sup> Quando dizemos “importante número” de produtores, temos em mente que nem todos aderiram ao movimento: em 1939, excluindo as cooperativas do Rio Grande do Sul, cujo número é desconhecido, a Federação Interestadual das Cooperativas do Paraná e de Santa Catarina possuía 1.590 associados; o INM nesse mesmo ano contava com 15.054 produtores inscritos. Além disso, algumas entre as cerca de 30 firmas industriais inscritas no INM no mesmo ano compunham importantes grupos econômicos, em cujas atividades incluía-se a produção de cancheada. Em 1943, entretanto, o número de cooperativas e cooperados já havia crescido bastante (e continuaria a crescer nos anos seguintes): enquanto haviam 20.258 inscritos no INM, apenas os produtores associados à Federação das Cooperativas do Paraná (desmembrada da Federação Interestadual) somavam 5.596. **Fontes:** para 1939: produtores e industriais inscritos no INM: *Relatório n. 3 das Divisões da Defesa da Produção e de Controle do Mercado, apresentado à Diretoria do INM*. Rio de Janeiro: mar./1940, p. 9; *Ata da Sessão Extraordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate, em homenagem ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Dr. Waldemar Falcão*. Rio de Janeiro, 25/set./1939; produtores cooperados: BACILLA, 1967, p. 179. Para 1943: produtores inscritos no INM: *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1943; produtores cooperados: PLANIFICAÇÃO cooperativista do mate. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 172, Ano XV, 1950, p. 190.

grande problema estava no fato de os dois centros instalados (Centrex e Centrilex) serem órgãos comerciais com monopólio e monopólio dos negócios internos e externos do mate, com preço fixo de compra e venda, dividindo as cotas de exportação entre seus membros (BACILLA, 1946, p. 157). Assim, como resultado negativo da associação desses centros com o INM, os preços oficialmente estabelecidos a serem pagos ao produtor no Paraná e em Santa Catarina se mantiveram, como vimos, inalterados durante todo período que vai de abril de 1939 a dezembro de 1942. Outro resultado, também dito antes, era que só comercializava quem fosse membro dos centros e “se alguém quisesse exercer suas atividades no comércio do mate não poderia, porque os ‘lugares’ estavam ocupados”; além disso, “o produtor não tinha o direito de participar da exportação. Tinha de ficar somente como produtor e nada mais” (BACILLA, 1946, p. 161). Esse último ponto ia de encontro a uma das pretensões das cooperativas, que era justamente participar das exportações<sup>63</sup>.

Dessa forma, não é por acaso que as cooperativas, que desde o início estavam entre as preocupações do INM, continuaram longe do seu controle até, pelo menos, a segunda metade da década de 1940. Nesse tempo muitos dos produtores e elas filiados se mantiveram alheios ao INM, não colaboraram com ele e mesmo lhe fizeram oposição, o que representou um empecilho ao equilíbrio entre as classes ervateiras da maneira que a autarquia pretendia. Segundo o presidente Carlos Gomes de Oliveira, de sua parte, o INM até procurou trazer as cooperativas para o seu controle (OLIVEIRA, 1943, p. 26-27). Mas fez isso a partir do seu próprio ponto de vista, por um lado tentando invalidar o movimento cooperativo autônomo da maneira como vinha se desenvolvendo e, de outro, deliberando na Junta sobre a criação de uma taxa que serviria à manutenção de novas cooperativas que viessem a ser criadas e das existentes, caso cedessem e houvesse uma aproximação. Mas, de qualquer forma, essas medidas não surtiram o efeito esperado pela autarquia.

Isso ocorreu porque, desde 1939, as cooperativas vinham procurando o Governo Federal, com processos que ofereciam denúncias contra o INM e os centros beneficiadores e exportadores. A primeira delas foi apresentada ainda em 1939 pelas cooperativas existentes no Paraná e em Santa Catarina, através de sua Federação

---

<sup>63</sup> Segundo Bacilla, os objetivos da Federação Interestadual das Cooperativas de Produtores de Mate do Paraná e de Santa Catarina incluíam a produção, a industrialização e a venda de mate dos seus associados, “libertando-os da comissão de intermediários” (1946, p. 180).

Interestadual, junto ao Conselho Federal de Comércio Exterior. Na mesma denúncia a Federação pedia: 1) a administração dos entrepostos de recebimento de mate, sob o controle e a fiscalização do INM; 2) o direito de exportar; e 3) para interferir junto ao Banco do Brasil no sentido de lhe ser concedido o financiamento de que necessitava, até que formasse capital próprio (BACILLA, 1946, p. 180-181).

Em seguida a essa primeira denúncia, a Cooperativa de Produção e Industrialização de Mate, sediada em Passo Fundo, e a Cooperativa Regional de Produtores, sediada em Catuípe, ambas no Rio Grande do Sul, apresentaram também ao CFCE uma exposição sobre a situação do mate naquele estado. Diziam elas fazê-lo com o fim de ser levada a efeito uma intervenção direta do Governo Federal “no sentido de imprimir ao Instituto Nacional do Mate rumos de agir mais consentâneos com a índole do regime e os imperativos da moderna política econômica”. Pleiteavam essas duas cooperativas: 1) a substituição do Centrex e do Centrilex “como instrumentos do Instituto, por um órgão técnico alheio à vida dos negócios”; 2) a revisão das cotas de venda então vigorantes no Rio Grande do Sul, especialmente das concedidas à Empresa Riograndense de Mate Ltda; 3) a aceitação das cooperativas de produção como elementos industrializadores, “desde que possuam meios para o beneficiamento do mate”, e concessão às mesmas de cotas para venda, “proporcionais à produção efetiva dos seus associados” (BACILLA, 1946, p. 181-182).

Os dois processos foram analisados por comissões mistas, tendo como resultado uma resolução do Presidente da República de 27 de agosto de 1940. A mesma adotava “medidas de emergência [...] sem prejuízo do estudo de uma política econômica adequada à proteção de nossos produtos exportáveis”, quais fossem: 1) a revisão imediata das cotas de venda para o mercado interno e exportação que constavam nas Resoluções 49 e 53 do INM; 2) a redistribuição das quantidades totais, tanto para consumo interno como na exportação, “por todos quantos tenham instalações para beneficiamento de mate comparáveis às das atuais cotistas do Centrex e do Centrilex”; 3) a obediência à capacidade real de produção dos cotistas admitidos de acordo com o item anterior; 4) o registro imediato no INM das cooperativas legalmente constituídas e que se “proponham, em seus estatutos, a receber, beneficiar e vender mate de seus associados dentro das normas prescritas pelo INM”; 5) a permissão a essas cooperativas da venda de seus associados nos mercados internos e externos “em igualdade de condições com outras quaisquer firmas comerciais”; 6) o controle dos mercados e dos

negócios do mate feito diretamente pelo INM e não através do Centrex e do Centrilex; 7) o estabelecimento de acordos entre o INM e as cooperativas, a fim de que os armazéns destas servissem como entrepostos reguladores (BACILLA, 1946, p. 183).

Apesar dessa resolução do Presidente da República, que traria mudanças importantes à orientação do INM, não só em relação ao cooperativismo, mas também à economia ervateira em geral – inclusive ao poder de agir diretamente sobre o comércio ervateiro –, o caso não teve desfecho imediato e algumas medidas acabaram simplesmente não indo adiante. Especificamente em relação às cooperativas, o INM, de sua parte, resistiu o quanto pode, defendendo sua posição diante do cooperativismo independente, descumprindo as determinações dessa resolução. Por esse motivo, diante de novas reclamações, em dezembro de 1940, o CFCE voltou a estudar a matéria. Formou-se, então, em janeiro de 1941 uma comissão, “a fim de proceder a amplo inquérito sobre a situação da economia ervateira e a ação do Instituto em torno dos respectivos problemas” (BACILLA, 1946, p. 184). Mas, a princípio, os trabalhos dessa comissão não tiveram continuidade, devido à mudança na presidência do INM, deixando o cargo Diniz Júnior e assumindo Carlos Gomes de Oliveira, em maio de 1941<sup>64</sup>. Este último teria então se comprometido com o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, João Alberto, a dar nova orientação à ação do Instituto, o que incluiria o cumprimento das resoluções do CFCE de fins de 1940 e a dar publicidade às medidas adotadas (BACILLA, 1946, p. 187).

Nos meses seguintes à posse de Carlos Gomes, pouca coisa foi feita. Uma exceção foi que o INM chegou a dar cotas de exportação, ainda para o ano de 1941, às Federações de Cooperativas do Paraná e de Santa Catarina, que haviam recém se separado<sup>65</sup>. Aconteceu, no entanto, segundo Marisa C. de Oliveira, que as mesmas cotas foram retiradas já para as exportações do ano seguinte, sem explicação por parte do Instituto (1974, p. 42). Nesse meio tempo, o CFCE continuou estudando a situação do INM, o que resultou, em dezembro de 1941, na primeira reorganização do mesmo, dada pelo Decreto-lei 3.937. O próximo passo foi então dado pelo ministro João Alberto ao criar, através da Portaria 14 do Serviço de Economia Rural, a Comissão de Organização

---

<sup>64</sup> Diniz Junior deixou a presidência do INM para atuar no Itamaraty (EMPOSSADO o novo presidente do Instituto Nacional do Mate – O Sr. Diniz Junior vai servir no Ministério das Relações Exteriores. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá: [s.n.], n. 00484, 21/maio/1941, p. 1).

<sup>65</sup> E as mesmas foram aproveitadas, tendo a Federação de Santa Catarina, por exemplo, exportado 1.000 toneladas em 1941 (OLIVEIRA, 1974, p. 42).

Cooperativa dos Produtores de Mate (COCPM) em 1942, com envergadura nacional. Esse ato provocaria, por sua vez, a extinção dos centros industriais e beneficiadores e do serviço de entrepostos, já que às cooperativas caberiam exclusivamente o recolhimento do mate dos produtores associados, e seria ainda reafirmado que o INM faria a distribuição das cotas e determinaria os preços sem interferência externa<sup>66</sup>. Por fim, como conclusão do processo de transformação em curso, em outubro do mesmo ano, seria baixado o Decreto 10.755, dando novo regulamento ao Instituto Nacional do Mate.

### 2.3.3 – Ainda outros problemas

Os problemas enfrentados pelo INM nesse período foram além dos apresentados até aqui. Havia outras contribuições importantes para as mudanças que vieram a partir de 1941, tanto no que diz respeito à própria estrutura da autarquia, como a outras limitações que mostrariam que a realidade não condiria exatamente com as expectativas que haviam sido construídas no momento de sua criação e instalação.

Nesse sentido, outro grande problema diria respeito aos recursos financeiros limitados de que o INM disporia e ainda à forma como seriam utilizados. A economia ervateira era vista desde o início como uma economia “depauperada” (COSTA, 1958, p. 7; OLIVEIRA, 1974, p. 55). Mas esperava-se que ela poderia – e deveria – prosperar, afinal, esse era um dos principais motivos para a existência do INM. De qualquer maneira, nessa fase a economia ervateira não colocou grandes recursos à disposição de sua autarquia, como era, por exemplo, o caso da economia cafeeira com o Departamento Nacional do Café. Nesse último caso, dado sua importância destacada na economia brasileira, os recursos eram ora conseguidos entre os próprios produtores, ora por meio de empréstimos externos ou mesmo, ainda, através do governo que, para controlar a superprodução e fazer política de preços já vinha comprando café para destruir desde o início da década de 1930 (DINIZ, 1997, p. 102-103). Desde 1938 esse não foi o caso do INM, que teve como única fonte de renda a Taxa de Propaganda, não foi amparado pelo Governo Federal – nem o buscou nesse momento, em realidade – e não conseguiu nem

---

<sup>66</sup> PORTARIA 14, de 4/nov./1942. Reproduzida em O MATE – organização de sua economia em bases cooperativistas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 00262, 7/nov./1942, p. 7. Baseamo-nos também nas considerações feitas por OLIVEIRA, 1974, p. 43-44.

mesmo um empréstimo junto ao Banco do Brasil para manter os entrepostos reguladores e financiar a produção. Dessa forma, embora tenham sempre esperado um crescimento do comércio do mate e um possível aumento da arrecadação, com o passar dos primeiros anos os dirigentes do INM perceberam que os recursos de que dispunham não eram suficientes para levar adiante todas as ações que pretendiam para uma eficaz intervenção nos mais amplos aspectos da economia ervateira.

Em termos de recursos alocados, a propaganda do mate, por ser um dos principais motivos de sua existência, recebeu especial atenção do INM desde o início. Embora as fontes de informação sobre propaganda no período 1938-1942 sejam limitadas, é possível ter alguma visão do que ocorreu. Sabemos, por exemplo, que os gastos previstos com propaganda e publicidade no curto exercício fiscal inicial que vai de agosto de 1938 a junho de 1939, representavam 36% dos gastos totais previstos do INM: enquanto as despesas da autarquia foram orçadas em 2.773 contos de réis, os gastos com propaganda e publicidade foram orçados em 1.000 contos<sup>67</sup>.

No entanto, os valores gastos com propaganda tiveram reduções importantes já nos anos seguintes, motivadas especialmente pelo aumento dos demais gastos de manutenção do INM e por eventuais quedas na arrecadação. Em decorrência desse último ponto, por exemplo, os diretores buscaram a todo custo – e conseguiram – o equilíbrio fiscal da autarquia, mantendo os gastos abaixo da arrecadação.

**Tabela 2: Receitas e despesas gerais e gastos com propaganda – valores realizados (de 1938 a 1942, anos disponíveis) – em Réis / Cruzeiros (para 1942)**

Ano	Receita total	Despesa total	Gastos com Propaganda
1938/1939 <sup>1</sup>	2.990:636\$600	2.978:875\$300	-
1939/1940	-	-	-
1940	-	-	-
1941 <sup>2</sup>	5.315:133\$900	4.941:250\$900	1.297:028\$700
1942	4.914.313,40	4.726.372,90	816.205,80

**Fonte:** para o período de out./1938-jun./1939: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 4ª sessão ordinária da Junta Deliberativa provisória do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 25/ago./1938, p. 3; *Ata da 2ª sessão ordinária da 2ª reunião da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 25/set./1939, p. 1-2; para o período 1941-1942: OLIVEIRA, 1943, Anexos.

**Notas:** <sup>1</sup> orçamento e despesas de 1938-1939 para 8 meses (8/out./1938 a 30/jun./1939). A fórmula de julho a agosto foi usada em 1939/1940. Já a partir de 1940, foi apenas calculado o duodécimo restante para esse ano. <sup>2</sup> Em 1941, mudou-se para o ano calendário.

<sup>67</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 4ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 25/ago./1938, p. 3.

No entanto, o esforço para manter os gastos dentro dos recursos arrecadados acarretou sacrifícios. Nesse sentido, de acordo com os dados disponíveis, para o ano de 1941, de uma despesa total realizada de 4.941:372\$900 foram gastos com propaganda 1.297:028\$700 (26,25%). Já no ano seguinte, de uma despesa total realizada (no novo padrão monetário) que somou Cr\$ 4.726.372,90, apenas Cr\$ 816.205,80 (17,27%) representaram gastos com propaganda (OLIVEIRA, 1943, Anexos).

Devemos dizer ainda sobre a propaganda que, tanto nesse período como nos que viriam depois, o INM procurou expandir o consumo no mercado interno brasileiro, ainda proporcionalmente muito pequeno. Mas, nesse momento em específico, procurou mais ainda ampliar o consumo no exterior para além dos mercados tradicionais, especialmente nas regiões e países mais fortes economicamente: Europa e Estados Unidos. Dessa maneira, parte importante dos gastos com propaganda foi feita no mercado norte-americano, tido como um dos que possuíam o maior potencial para a expansão do consumo do mate. O INM, inclusive, criou nos Estados Unidos uma Delegacia, localizada em Nova York, e participou nesse país de feiras internacionais. O entusiasmo nesse período parecia ter algum fundamento, tendo em vista que as vendas para esse país, embora muito pequenas, foram de 9 toneladas em 1938 para 623 toneladas em 1942<sup>68</sup>.

Mesmo com os contratemplos provocados pela Segunda Guerra Mundial, o INM se manteve otimista. Os gastos nos EUA, no entanto, eram apontados como altos demais e os recursos do INM como insuficientes. Sobre isso, o relatório da Comissão Fiscal que examinou as contas de 1942, diz que entre as “Despesas de Propaganda” figuravam os “altos gastos com a manutenção da Delegacia de Nova York”, motivo pelo qual “as despesas propriamente de publicidade ficaram bastante reduzidas”<sup>69</sup>. Dos Cr\$ 816.205,80 alocados em propaganda nesse ano, Cr\$ 324.778,00 (39,7%) foram gastos apenas com a manutenção dessa Delegacia (OLIVEIRA, 1943, Anexos).

Mas, um dos principais motivos para que os recursos disponíveis para propaganda se tornassem cada vez mais limitados entre 1938 e 1942, foram os crescentes gastos do INM com o funcionalismo, que contribuiriam, além disso, decisivamente para limitar sua ação em outras iniciativas fundamentais como, por

---

<sup>68</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1944*. Rio de Janeiro, 1945.

<sup>69</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 2ª sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 25/out./1943, p. 2.

exemplo, em construções e apoio direto à produção e/ou à indústria. Segundo declarou o presidente Carlos Gomes em outubro de 1943, “quando saiu a lei com a obrigatoriedade dos 25% [Decreto-lei 3.937/1941], já se gastava [com pessoal] no Instituto verba superior a esse limite”, por isso teria ele, na ocasião como diretor do INM, se dirigido ao DASP procurando mostrar que a adequação a esse limite “só poderia ser posta em prática com a organização do Instituto, com o novo regulamento”<sup>70</sup>. Na verdade, cabe corrigir dizendo que, no primeiro regulamento aprovado pelo Decreto 3.128/1938, já havia o limite de 25%; tendo, de qualquer forma, os gastos com pessoal, como diz o mesmo presidente, se mantido dentro do que era determinado nos primeiros anos e excedido esse teto a partir de 1941.

De qualquer maneira, a situação em que se encontravam as contas do INM em 1942 era, no mínimo, limitadora. Nesse sentido, segundo a Comissão Fiscal de 1943, os gastos com o pessoal nos anos anteriores vinham onerando extraordinariamente o INM. Dizia essa Comissão que “apesar de não ter havido nomeação alguma, nem preenchimento de vagas”, ainda assim o número de funcionários na sede dos seus serviços excedia “as necessidades administrativas, tanto que, parte desse pessoal, permanece sem função ou servindo em outros órgãos da administração [pública], às expensas do Instituto”<sup>71</sup>. Dessa forma, diante dos gastos excessivos com pessoal e dos demais problemas que temos visto até agora, especialmente das limitações e das necessidades de transformações na economia ervateira e no INM, a autarquia foi reorganizada através do Decreto-lei 3.937/1941 e recebeu novo regulamento através do Decreto 10.755/1942.

#### **2.4 – A primeira reorganização, o novo regulamento e as tentativas de corrigir as falhas (1941-1946)**

Através do Decreto-lei 3.937/1941 foram feitas mudanças profundas na estrutura do INM e em seus órgãos centrais. Especialmente em relação a esses últimos, se a *Diretoria* – e os diretores – teve uma importância destacada nos primeiros anos, a partir desse decreto-lei ela simplesmente deixou de existir como órgão decisório,

---

<sup>70</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 6-7.

constando apenas o artigo 3º para dizer que o Instituto seria “orientado e dirigido pela Junta Deliberativa e pelo Presidente” e que aos diretores caberia auxiliar ao presidente. Esse decreto-lei foi depois levemente modificado pelo Decreto-lei 4.870/1942 que, por sua vez, foi confirmado pelo novo regulamento dado pelo Decreto 10.755/1942, que, reduziu, afinal, o número de diretores para dois<sup>72</sup>. Embora a documentação não seja clara a respeito disso, podemos imaginar que teve peso nessa mudança a desconfiança de alguns grupos – especialmente de produtores – em relação à forma como o INM controlava a economia ervateira, não se sentindo representados pela Diretoria.

A partir de 1941, continuaram a serem nomeados diretores, que, no entanto, passaram a estar diretamente vinculados à presidência<sup>73</sup>. Como resultado, no período que vai do fim de 1941 ao início de 1946, eles não realizaram reuniões em separado, agindo, como diria um desses diretores, Generoso Ponce Filho, como “meros auxiliares do Presidente, sem nenhum direito a voto ou decisão [...] em apagada função de rotina”<sup>74</sup>. Consta na documentação apenas que eles ocuparam cargos de comando nas Divisões do INM e participaram – sem direito de voto – das reuniões da Junta.

Ademais, em relação às finanças do INM, a partir do mesmo Decreto-lei 3.937/1941, uma das funções anteriormente legadas à Diretoria passou a ser responsabilidade de uma Comissão Fiscal. Essa última era composta inicialmente de dois membros da Junta Deliberativa – depois, pelo segundo regulamento, ampliado para três –, eleitos anualmente e auxiliados por um funcionário especializado em contabilidade designado pelo Ministério a que o INM era jurisdicionado<sup>75</sup>. Com finalidade bastante específica, ela ficou incumbida de fazer o exame contábil da gestão do INM ao final de cada exercício financeiro, “devendo apresentar à JD um relatório circunstanciado dos seus trabalhos” que, por sua vez, concluiria por sua aprovação ou não<sup>76</sup>. Isso representou uma preocupação do Governo Federal em controlar mais

---

<sup>72</sup> Decreto 10.755/1942, art. 3, § único.

<sup>73</sup> Presidência que, por sua vez, com a supressão da diretoria, aumentou seu poder de ação. Passou da diretoria para a presidência, por exemplo, a prerrogativa de baixar Resoluções e demais orientações *ad referendum* da Junta Deliberativa.

<sup>74</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1946, p. 4.

<sup>75</sup> De 1941 a 1943 o INM foi jurisdicionado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto-lei 3.937/1941, art. 7º). A partir desse último ano, através do Decreto-lei 5.740, de 11 de agosto, o Instituto passou à jurisdição do Ministério da Agricultura (In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1943*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. V, 1943, p. 78).

<sup>76</sup> Decreto 10.755/1942, art. 10, § 1º.

diretamente os gastos do INM, devendo o contador designado apontar falhas na execução orçamentária e sugerir mudanças nas formas de aplicação dos recursos.

A Junta Deliberativa, de sua parte, trouxe para si algumas decisões que, desde que o INM havia sido criado deveriam, em tese, ser suas, mas que, de fato, eram tomadas pela Diretoria. É que os principais mecanismos de controle do INM, até 1941, sobretudo o estabelecimento de preços e de cotas para todos os segmentos da cadeia produtiva do mate, estiveram nas mãos da Diretoria, que contou nesse caso com a participação direta dos Centros de Beneficiadores e Exportadores nos estados do sul do país. Assim, podemos dizer que o controle do estabelecimento de preços e de cotas até 1941 era pouco democrático, pois não passava, necessariamente, pela ampla deliberação das diferentes classes interessadas, o que gerou desconfianças, como nos referimos há pouco. Isso começou a mudar a partir do Decreto-lei 3.937, quando a Junta Deliberativa passou a se encarregar de fixá-los<sup>77</sup>. Ampliou-se, dessa forma, o espaço aos representantes das principais classes envolvidas para se manifestarem e discutirem assuntos de extrema importância.

Ainda em relação à Junta Deliberativa, a partir de 1941, ficou estabelecido que a ela coubesse “julgar os recursos dos atos dos presidentes”; por outro lado, os recursos às suas decisões, que antes se direcionavam ao Conselho Federal de Comércio Exterior passaram a ser encaminhados, “sem caráter suspensivo, para o Presidente da República”, através do Ministro a que o INM estivesse subordinado<sup>78</sup>. Essas decisões sobre a quem caberia analisar os recursos das ações dos presidentes e da Junta significaram um aumento da preocupação do Governo Federal em submeter o INM ao seu controle mais direto e alinhá-lo ainda mais às suas posições assumidas. Eram, afinal, um resultado dos embates que vinham sendo travados até então entre o Instituto e o movimento cooperativista, saindo desse último importantes recursos contra as ações do primeiro, como os que vimos alguns parágrafos atrás. Além disso, essas mudanças resultaram, conseqüentemente, em uma perda importante da autonomia do INM, que era representada por sua natureza autárquica. A transferência dos destinos dos recursos contra os atos da Junta Deliberativa do Conselho Federal de Comércio Exterior para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio abriu ainda mais a possibilidade de que algum elemento de uma das classes ervateiras – integrante ou não da Junta Deliberativa

---

<sup>77</sup> Decreto 20.425/1946, art. 15º, alínea g.

<sup>78</sup> Decreto-lei 3.937/1941, art. 11, 15 e 16.

– que se sentisse prejudicado tivesse um canal de comunicação mais direto com o Presidente da República<sup>79</sup>.

Outras mudanças realizadas no INM tiveram a ver com a presidência e suas atribuições. Assim é que se no período inicial de 1938-1941 o presidente – na ocasião José de Diniz Junior – “dividiu” o domínio de fato do INM com a Diretoria, a partir desse último ano, com a extinção da Diretoria, os presidentes passaram a concentrar novos poderes. O principal deles, conforme o Decreto-lei 3.937/1941, foi o de baixar atos, “para por em execução as resoluções da Junta Deliberativa”<sup>80</sup>. Mas não ficou só nisso, pois o regulamento dado pelo Decreto 10.755/1942 tornaria sua ação mais ampla ao permitir que eles se adiantassem e baixassem resoluções, instruções e editais, atos que depois seriam apreciados pela Junta, podendo ser aprovados ou não. Ao mesmo tempo, essa possibilidade de adiantar sua ação, permitia também que o presidente tivesse tempo de elaborar alguma defesa de seu próprio ponto de vista a respeito do assunto que estivesse em questão<sup>81</sup>. A influência dos presidentes só não seria mais ampla porque, como vimos, o mesmo Decreto-lei 3.937/1941 estabeleceu que a Junta Deliberativa ficasse responsável por julgar os recursos impetrados contra os seus atos<sup>82</sup>. Por outro lado, como os atos da Junta também estavam sujeitos a recursos, a serem encaminhados ao Presidente da República, aos presidentes havia mais uma chance de impor seus pontos de vista, já que estavam eles diretamente ligados ao chefe da Nação.

Ainda sobre a presidência, ocorreria outra importante mudança através do Decreto-lei 3.937, que depois seria confirmada através do artigo 57 do regulamento dado pelo Decreto 10.755/1942. Através desses dois documentos, ao menos no papel, determinava-se de forma clara que o presidente do INM seguiria sendo designado pelo presidente da República, mas entre os membros da Junta Deliberativa do mesmo<sup>83</sup>. Dessa forma, primeiramente seriam eleitos os conselheiros da Junta Deliberativa e apenas depois seria escolhido entre eles o chefe da autarquia pelo Presidente da

---

<sup>79</sup> Depois disso, os recursos seguiram como uma opção, embora tenham ocorrido novos reenquadramentos ministeriais, sucessivamente ao Ministério da Agricultura a partir de 1946, ao Ministério da Indústria e do Comércio em 1960 e, finalmente, voltando à alçada do Ministério da Agricultura já em fins de 1966.

<sup>80</sup> Decreto-lei 3.937/1941, art. 10, alínea *h*.

<sup>81</sup> Decreto 10.755/1942, art. 18, alíneas *c* e *d*.

<sup>82</sup> Decreto-lei 3.937/1941, art. 11.

<sup>83</sup> *Ibidem*, art. 4, § 1.

República. Mas, esse dispositivo nem chegou a ser posto em prática e Carlos Gomes, presidente na ocasião, se manteve no cargo até outubro de 1945. Isso ocorreu porque esse dispositivo foi alterado já em 1943 através do Decreto 11.453, que determinou que os presidentes e também os diretores do INM seriam designados pelo Presidente da República “dentre os empregados ocupantes de cargos das tabelas permanente ou suplementar, ou dentre os servidores, federais ou estaduais, postos à disposição daquele órgão, nos termos da legislação” (OLIVEIRA, 1943, p. 153). Em consequência disso, daí em diante não houveram eleições para os presidentes, continuando a ser todos os demais, em conjunto com os diretores, nomeados de acordo com os interesses dos Presidentes da República e substituídos, com poucas exceções, de acordo com as mudanças na chefia da Nação. Assim, as substituições dos presidentes e diretores coincidiriam, em boa medida, com momentos de importantes mudanças na política brasileira<sup>84</sup>.

No que diz respeito aos demais órgãos que compunham a estrutura do INM, entre as mudanças trazidas pelo segundo regulamento dado pelo Decreto 10.755/1942, esteve a transformação das três divisões antes existentes em três Seções, que passaram a se reunir todas na Divisão Econômica: Seção de Produção e Indústria; Seção de Comércio e Transporte; e Seção de Controle e Estatística. Além das três, a antiga Divisão de Propaganda e Publicidade, mantendo as mesmas atribuições, foi rebaixada, transformando-se em Serviço de Propaganda, passando a estar também sob o controle da Divisão Econômica<sup>85</sup>.

Entre essas seções, cabe notar que a criação da Seção de Controle e Estatística representou uma das importantes novidades advindas com o novo regulamento<sup>86</sup>. Basta lembrar que, antes dela, os trabalhos de cadastramento, estatística e suas atualizações eram realizados de forma compartimentada pela Divisão de Defesa da Produção, pela Divisão de Controle do Mercado e pela Divisão de Propaganda e Publicidade. Não havia um órgão específico responsável por eles, o que representou a partir do regulamento de 1942 um esforço por uma melhor organização das informações disponíveis e por levantar, centralizando os trabalhos para um melhor aproveitamento

---

<sup>84</sup> Só para citarmos alguns exemplos, isso ocorreria com a queda de Vargas em outubro de 1945, com a morte do mesmo Vargas em agosto de 1954, durante a presidência conturbada de João Goulart e, finalmente, com sua derrubada e a implantação da Ditadura civil-militar em 1964.

<sup>85</sup> Decreto 10.755/1942, art. 4.

<sup>86</sup> *Ibidem*, art. 3º, itens V, VI, VII e VIII.

dos resultados<sup>87</sup>. De resto, a divulgação dessas informações continuou sendo feita através dos *Boletins Estatísticos*, publicações iniciadas em 1940.

Com essa nova estrutura, reproduzida logo abaixo no **Organograma 2**, entre 1941 e o início de 1946, o INM procurou por em prática medidas de reconhecimento e ação sobre os diversos segmentos da cadeia produtiva. Assim é que estudos que haviam sido planejados e iniciados nos primeiros anos seriam continuados, ao mesmo tempo em que novos planos seriam elaborados. Fazem parte desse contexto os estudos geoeconômicos das regiões ervateiras, que o INM havia iniciado na fase anterior. Esses estudos, no entanto, seguiram devagar nessa nova etapa, o que só não foi pior por ter o Instituto contado com alguma colaboração do Ministério da Agricultura. Sobre eles, em fins de 1944 o presidente do INM dizia:

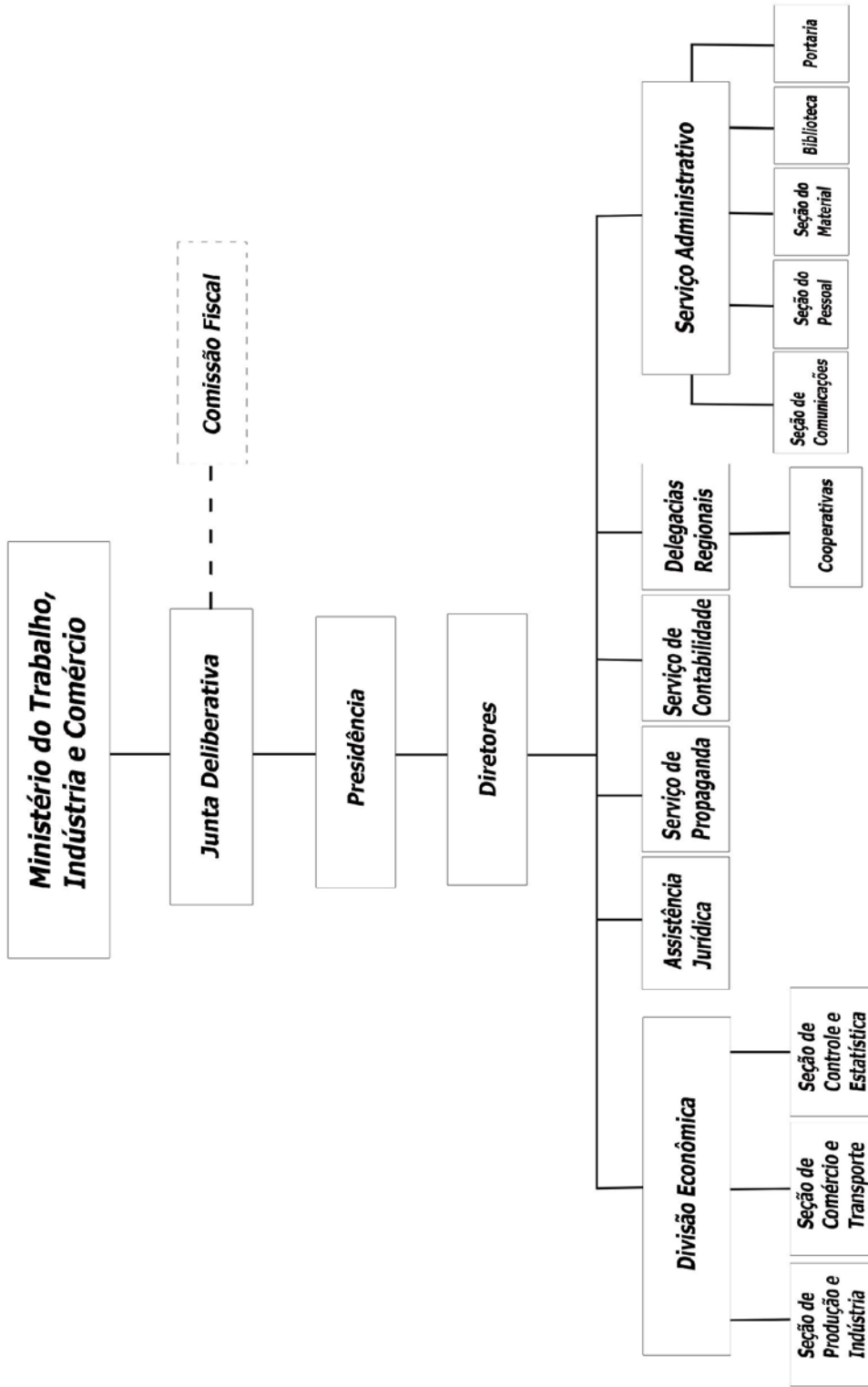
Começamos pela execução da planta estadual, sua divisão em Municípios e Distritos. Aí fizemos a localização das propriedades, convencionando as suas áreas. Assinalamos zonas ervateiras. Linhas de escoamento do produto. Localização das Cooperativas<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> Depois disso, a partir do regulamento de 1946, agregando uma nova função, passaria a se chamar Seção de Controle, Pesquisas e Estatísticas (Decreto 20.425/1946, art. 27, § 3º).

<sup>88</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1944, p. 17 ss.

**Organograma 2 - Instituto Nacional do Mate - 1942**



Assim, até o início de 1946, embora ainda restasse por concluir importantes estudos – incluindo sobre a “biologia do mate” – o INM havia avançado em parte naqueles que diziam respeito à separação das regiões ervateiras em zonas e “manchas” de ervais, o que facilitou a identificação onde havia maior densidade produtiva, as formas de escoamento, os centros de confluência da cancheada e onde se localizavam as indústrias beneficiadoras<sup>89</sup>.

Em relação especificamente ao consumo, por meio desses estudos, o INM pôde conhecer melhor onde ele era maior ou menor nos próprios estados produtores, lembrando que entre estes o Rio Grande do Sul ainda seguia sendo soberano como consumidor no mercado interno. Além disso, o INM procurou ter real conhecimento sobre as possibilidades nos demais centros do Brasil e nos principais países que eram alvos da expansão do consumo para além dos mercados tradicionalmente estabelecidos. Nesse ponto, sobretudo em relação aos novos mercados externos, os resultados foram muito menos importantes, dado ao fato de o INM não contar com recursos e nem pessoal suficientes para estudos mais aprofundados, contando em parte apenas com o que era informado pela agência mantida nos Estados Unidos, por algum indivíduo ocasionalmente enviado à Europa ou ainda através da participação em feiras e eventos realizados nessas regiões.

Mas é interessante notar ainda que, de forma mais ampla, as mudanças iniciadas no INM a partir de 1941 começariam a afetar a maneira como ele se orientava em relação aos mercados. Assim, do jeito como se encontrava antes, com sua vinculação a dois ministérios (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e ao Ministério da Agricultura) e tutelado pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, sua visão e preocupações se orientavam de forma quase que exclusiva para as exportações, que, aliás, era – com exceção do IAA – uma orientação entre as demais autarquias federais similares (DNC, INP, etc.). De 1941 em diante, no entanto, passando à jurisdição única do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, embora as exportações ainda tenham continuado a receber sua atenção principal, o INM começaria a dar sinais de que atentaria mais para o mercado interno. Com esse intuito é que o Instituto passou considerar mais atentamente a possibilidade da criação de novas agências em alguns estados brasileiros, que, por sua vez, se somariam às quatro agências que ele já

---

<sup>89</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1946, p. 3 ss.

mantinha no exterior nos mercados tradicionais e nos Estados Unidos. No caso das agências em solo nacional, o objetivo era conhecer as possibilidades dos mesmos estados para expansão do consumo do mate e então fazer propaganda. No entanto, até que novas mudanças fossem feitas na organização e estrutura do INM o projeto das mesmas não andou, especialmente pela situação financeira do Instituto, que se mostraria deveras problemática, sobretudo entre 1943 e 1946.

Mas, antes de falarmos mais a respeito dos problemas financeiros do Instituto, suas causas e principais efeitos sobre sua ação, cabe dizer que as mudanças feitas nos órgãos do INM e em suas funções haviam sido pensadas, ainda desta vez, no sentido de controlar todos os segmentos da cadeia produtiva ervateira. Mostra disso é que, a partir do regulamento de outubro de 1942, as Delegacias Regionais do INM ganharam uma nova função: centralizar a ação das cooperativas<sup>90</sup>. Isso confirma o que já temos visto sobre o grau a que havia chegado a preocupação da autarquia com o movimento cooperativista no início da década de 1940 e, ao mesmo tempo, era uma nova tentativa de sua parte de definir o que lhe cabia ou o que podia fazer a respeito. Mas, embora tenha constado deste regulamento, essa função não chegou a ser exercida efetivamente, o que se deu nessa fase devido ao surgimento da Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate (COCPM) no mesmo ano de 1942.

#### *2.4.1 – A COCPM, os industriais e exportadores e o INM*

Como vimos há pouco, a partir de 1941, o INM passou através do Decreto-lei 3.937 à jurisdição exclusiva do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Segundo Aranha (1967), essa mudança teria representado uma resposta aos apelos da organização sindical dos industriais e exportadores na defesa de seus interesses de classe e teria a fortalecido na luta em que se empenhava contra o movimento cooperativista, que segundo o autor, ameaçava seus interesses. Como resultado, pelo mesmo decreto-lei teria se tornado “mais fácil aos industriais e exportadores operar no mercado, defendendo os seus interesses em detrimento do [interesse] dos agricultores” (1967, p. 224-225). De fato, é nesse contexto que, em maio de 1942, surgiu o Sindicato das

---

<sup>90</sup> Decreto 10.755, art. 46, alínea b.

Indústrias do Mate do Rio Grande do Sul (SINDIMATE), organização patronal sediada em Porto Alegre<sup>91</sup>. Logo em seguida, teria sido criado o Sindicato dos Industriais e Exportadores do Paraná e de Santa Catarina<sup>92</sup>. Esses dois novos sindicatos, heranças das experiências anteriores, estavam alinhados ao que havia estabelecido o Governo Vargas através do Decreto-lei 1.402/1939, na qualidade de associações profissionais, congregando os industriais e exportadores de sua região de representação e dispostos em seus estatutos a colaborar com os poderes públicos e demais associações “no sentido da solidariedade das profissões e da sua subordinação aos interesses nacionais”<sup>93</sup>.

Devemos, no entanto, relativizar as visões de Aranha sobre o fortalecimento dos industriais e exportadores. Essa situação parece realmente se adequar à postura do INM, o que, afinal, não representava uma novidade, já que as referidas classes teriam procurado se impor desde os primeiros anos de sua existência e agora ganhariam maior força representativa. Mas, por outro lado, as forças começaram a ser contrabalançadas já a partir de 1942. É que nesse ano pesou favoravelmente aos produtores um ganho de poder ainda maior alcançado pelo movimento cooperativista, que passou a contar com a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate (COCPM), criada, paradoxalmente, também pelo Governo Federal, só que pelo Serviço de Economia Rural (SER) do Ministério da Agricultura<sup>94</sup>.

Criada através da Portaria 14, de 4 de novembro de 1942, a COCPM, sediada em Curitiba, começou suas atividades efetivamente a partir de 1943. Ela era presidida por um representante do SER, Marcelo Pimenta Veloso, e composta por mais um representante do Coordenador da Mobilização Econômica e de outro do INM – esses dois últimos escolhidos pelo presidente da Comissão. Apesar da presença do representante do INM, ela agiria praticamente paralela a ele no que diz respeito à

---

<sup>91</sup> Antes dele já existia desde 1933 o Sindicato do Mate Rio-grandense, sediado em Ijuí, que, no entanto, não tinha a mesma força e abrangência (UCHA & BELEDELI, 2012, p. 21; 25).

<sup>92</sup> Neste caso, houve uma junção das experiências originárias dos primeiros anos da década de 1930, representadas pelo Sindicato dos Ervateiros de Joinville, Santa Catarina, fundado em 1931 e do Sindicato Patronal dos Exportadores de Mate de Curitiba, criado em 1935 (GOULARTI FILHO, 2014, p. 118; SINDICATO Patronal dos Exportadores de Erva-Mate de Curitiba. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 12.031, 21/mar./1935, p. 3).

<sup>93</sup> BRASIL. Decreto-lei 1.402, de 5 de julho de 1939. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. VI, 1940, p. 3.

<sup>94</sup> Esse paradoxo seria, em parte, solvido em 1943, quando através do Decreto-lei 5.740, de 11 de agosto, o Instituto também passaria à jurisdição do Ministério da Agricultura (BRASIL. Decreto-lei 5.740, de 11 de agosto de 1943. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1943*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. V, 1943, p. 78).

produção (BACILLA, 1946, p. 185). Para sua manutenção e ação foi ela dotada de uma taxa de Cr\$ 1,00 cobrada por arroba de mate produzido no país, paga pelos industriais e exportadores, recolhida pelo INM e a ela repassada em conta do Banco do Brasil<sup>95</sup>.

Suas principais atribuições incluíam: a divisão da região ervateira em setores geoeconômicos; a organização de cooperativas de produtores de mate, além das já existentes, consideradas essas cooperativas como os centros de convergência econômica; o controle, a assistência e a fiscalização das cooperativas de produtores de mate; determinação das épocas de arrecadação da contribuição de Cr\$ 1,00; a movimentação da renda proveniente da contribuição; o financiamento da produção através das cooperativas; aquisição e montagem do maquinário necessário ao beneficiamento do mate e aproveitamento dos subprodutos; a articulação das cooperativas com o INM; e o comércio do mate consignado pelos produtores com as cooperativas de que eram associados. Além dessas atribuições, uma determinação de extrema importância foi estabelecida através do artigo 5º da mesma Portaria 14 do SER, segundo qual a Comissão passou a ser a fornecedora preferencial de mate cancheado aos beneficiadores, só podendo eles legalmente comprar de produtores não cooperados após a extinção dos estoques das cooperativas e suas federações<sup>96</sup>.

Dessa forma, enquanto agiu efetivamente, a COCPM (1943 a 1946), procurou fortalecer as cooperativas já existentes, instalar outras, consolidar suas federações nos quatro estados e amparar os produtores, “instituindo, com recursos próprios, o regime de financiamento ao produtor, pesagem e classificação honesta do produto”<sup>97</sup>. Sua ação, de maneira geral, resultaria numa melhor organização dos produtores, com o aumento do número de cooperativas e de federações. Segundo escreveria *O Observador Econômico e Financeiro* em 1950:

(...) foi somente em fins de 1942 que afinal o governo federal traçou o plano definitivo de organização dos produtores de mate em Cooperativas com inabalável determinação de levá-lo até ao fim, resultando daí a atual cadeia de cooperativas que hoje [1950] cobre toda a área ervateira do Brasil economicamente produtiva – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso – com um total de

---

<sup>95</sup> PORTARIA 14, de 4 de novembro de 1942. Reproduzida em O MATE – organização de sua economia em bases cooperativistas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 00262, 7/nov./1942, p. 7. Baseamo-nos também nas considerações feitas por OLIVEIRA, 1974, p. 43-44.

<sup>96</sup> PORTARIA 14, *op. cit.*.

<sup>97</sup> CONGRESSO COOPERATIVO DOS ERVATEIROS DO BRASIL, 1º, Curitiba, 1945. *Anais do 1º Congresso Cooperativo dos Ervateiros do Brasil*. Curitiba, 1945, p. 23.

quase quarenta sociedades agremiadas em torno de quatro Federações estaduais, representando os interesses de mais de 20.000 ervateiros<sup>98</sup>.

A COCPM teria dividido as regiões ervateiras em zonas, com cada uma constituindo uma cooperativa, “com tantos postos de recebimento do produto quantos fossem os locais de convergência e escoamento da produção”, dispondo de uma cadeia de armazéns e depósitos para a guarda e distribuição do mate<sup>99</sup>. Para que se tenha uma ideia, apenas entre as cooperativas do Paraná – maior produtor, beneficiador e exportador – o número de cooperados saltou de 5.596 em 1943 para 9.403 em 1946<sup>100</sup>. Foram também criadas pela COCPM a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai (COPEMA), com sede em Ponta Porã – capital do então Território Federal homônimo – em 1944, e a Federação das Cooperativas de Produtores Rio-grandenses, com sede em Porto Alegre, em 1945<sup>101</sup>. Essas duas federações se somaram às outras duas que já existiam do Paraná e de Santa Catarina, desmembradas algum tempo antes da extinta Federação Interestadual.

Ao contrário do que se dava quando o INM foi criado, a situação no momento em que a COCPM começou a agir em 1943 era de subprodução, o que, segundo os representantes dos produtores, era resultado da situação em que eles se encontravam: desmotivados, com preços baixos pagos por sua produção e sem condições de barganha e defesa; além disso, os mesmos preços eram burlados com frequência por pressão dos intermediários e por necessidade dos pequenos produtores de sobreviver<sup>102</sup>. Nesse sentido, segundo *O Observador*, a COCPM teria pressionado o INM para que ele reajustasse os preços, tendo conseguido um desfecho favorável aos produtores, com os mesmos passando “a um nível mínimo remunerador”. Complementarmente, a COCPM procurou dar maior garantia de que fosse respeitado o preço mínimo fixado durante toda a safra<sup>103</sup>. Para que isso fosse possível, procurou tomar algumas medidas: realizar o

---

<sup>98</sup> PLANIFICAÇÃO cooperativista do mate. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 172, maio/1950, p. 184.

<sup>99</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 190.

<sup>101</sup> COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE MATE. *Relatório anual apresentado pelo presidente Marcello Pimenta Velloso*. Curitiba: COCPM, 1945, p. 21.

<sup>102</sup> QUEIXAS dos produtores de mate do Rio Grande do Sul. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 14.411, 25/out./1941, p. 5.

<sup>103</sup> Claro que devemos ter em conta que se procurou dar tal garantia aos produtores cooperados e, mesmo nesse caso, com o crescente aumento do número dos mesmos, ficou cada vez mais difícil de fazê-lo.

financiamento no ato de entrega do produto na base de 90% do preço fixado; fazer o armazenamento apropriado; e promover o escoamento da produção<sup>104</sup>. Além disso, com a divisão que realizou da região ervateira procurou cuidar “do controle e estímulo das safras”<sup>105</sup>. Esse conjunto de medidas teria então resultado no aumento da produção de 1945 em diante, como veremos com mais detalhes alguns parágrafos à frente.

Por ora, o que nos cabe mostrar é que, apesar das suas ações e de ter conseguido resultados positivos para os produtores, a situação da COCPM não foi de tranquilidade. Pelo contrário, a Comissão foi combatida pelos presidentes do INM – sobretudo no mandato de Carlos Gomes de Oliveira (1941-1945) –, por considerarem eles que a mesma dividia as classes ervateiras, exercendo funções que seriam da alçada do Instituto, o que viam como inadmissível. Isso se deu porque, com a criação da COCPM, o cooperativismo seguiu afastado do INM, conseqüentemente indo de encontro com suas pretensões.

Em 1942, o novo regulamento do INM havia criado a Seção de Produção e Indústria, com a inclusão das duas classes – produtora e beneficiadora – em um único órgão. Com isso objetivava-se organizar as ações do INM de acordo com atividades que estivessem diretamente interligadas e, do seu ponto de vista, melhor tratar das contradições de interesses, que se encontravam extremadas nos primeiros anos. No modelo institucional implantado em 1938, as duas classes eram tratadas como compartimentos estanques, cujo resultado já foi analisado, não tendo resolvido os conflitos existentes. Na nova organização do INM, entretanto, os produtores e os industriais passaram a estar em uma mesma seção, que deveria, em tese, equacionar os seus interesses, a fim de que se alcançasse a desejada harmonia na economia ervateira. Mas, desde o início, a ação do INM nesse sentido esteve limitada já que, para controlar a totalidade dos produtores, era preciso controlar o movimento cooperativista, o que não ocorreu, por causa da existência da COCPM.

Como consequência, o Instituto precisou procurar se entender com essa Comissão, o que não fez sem combatê-la e reclamar para si o título de único e legítimo órgão representante de todas as classes. Embora dissesse reconhecer contribuições

---

<sup>104</sup> PLANIFICAÇÃO cooperativista do mate. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 172, maio/1950, p. 184.

<sup>105</sup> COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE MATE. *Relatório anual apresentado pelo presidente Marcello Pimenta Velloso*. Curitiba: COCPM, 1945, p. 11-12.

positivas da COCPM, o presidente Ponce Filho, em março de 1946, diria que todo trabalho de amparo e fomento da produção fazia parte do programa do INM, “e deverá ser executado por este órgão de defesa da produção, da industrialização e do comércio do mate”, dizendo ainda que “não me parece de bom aviso haver-se tirado da jurisdição do Instituto um dos serviços que por sua natureza deveria fazer parte integrante deste organismo oficial”. Concluiria, por fim, que havia ficado a COCPM e o INM como “entidades paralelas, cuidando de assunto que não poderia, não deveria jamais ser bifurcado”, pois, a economia ervateira “era uma só”, sendo então prejudicada “por falta de unidade de ação e comando”<sup>106</sup>.

Ademais, é preciso que esclareçamos que a COCPM não controlou toda a produção, o que não ocorreu porque, enquanto um grande número de produtores resistiu em se cadastrar no INM por ser cooperado, outra parte importante de produtores jamais se tornou cooperada; ainda ocorreu de outros terem abandonado o movimento, passando a agir à parte. Houve inclusive discussões em torno do cooperativismo compulsório, que vigorou durante o período aqui considerado (1942-1946), embora não tivesse sido de todo respeitado<sup>107</sup>. Dos produtores que não se tornaram cooperados, já existiam desde antes de 1938 algumas firmas que além de atuarem no beneficiamento e na exportação também eram produtoras, a exemplo das Indústrias Adalberto Araújo S.A. e da firma Leão Júnior & Cia. S.A., ambas do Paraná, para citar duas das maiores (BERTAGNOLI, 1978). Essas firmas, situadas no diminuto grupo de grandes produtores, desde que o INM foi criado haviam se ligado a ele, resistindo ao cooperativismo e enquanto a COCPM existiu questionaram sua validade e lhe fizeram oposição.

Por fim, além das manifestações contrárias, a situação da Comissão se ligaria aos eventos políticos e econômicos do Brasil inaugurados com a deposição de Vargas em outubro de 1945 e, logo em seguida, os primeiros anos do governo Dutra. Haveria especialmente durante esse último momento discussões sobre a viabilidade do INM, que incluiriam questionamentos mais amplos sobre a necessidade de um órgão centralizador da economia ervateira e qual seria esse. O resultado acabaria sendo a manutenção do

---

<sup>106</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1946, p. 1-8.

<sup>107</sup> O cooperativismo compulsório deixaria de existir em 1947, por sugestão do então Ministro da Agricultura, Daniel Carvalho (OFÍCIO do representante do Ministério da Agricultura ao presidente do Instituto Nacional do Mate com sugestões sobre a economia do mate, de 21 de março de 1947. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1947, p. 53-57).

INM, enquanto seria extinta a COCPM através do Decreto-lei 9.361, de 15 de junho de 1946<sup>108</sup>. Em suas partes introdutórias esse decreto-lei dizia que era conveniente unificar a ação oficial no setor ervateiro, considerando “que o Instituto Nacional do Mate é o órgão incumbido da defesa das atividades da economia do mate”. A taxa de Cr\$ 1 por arroba que antes era destinada à COCPM, continuaria a ser cobrada pelo INM, ficando indefinido, a princípio, que órgão controlaria os valores arrecadados, constando apenas que sua aplicação se daria “especialmente na produção e no incremento do cooperativismo”<sup>109</sup>. Por fim, em seu artigo 5º, se dizia que as cooperativas e suas Federações teriam o mesmo tratamento que os produtores não cooperados, ficando “sujeitas à política ervateira orientada pelo Instituto Nacional do Mate”.

#### 2.4.2 – *Nova fase, novos problemas*

Se a extinção da COCPM em 1946, representaria uma vitória para o INM, por outro lado, como já mencionamos nos últimos parágrafos, o mesmo também teria sua existência questionada. Isso ocorreu porque entre 1941 e 1946 ele acumulou problemas, velhos e novos, que continuaram limitando a sua ação. Alguns deles mostrariam a ineficácia de suas ações no controle de aspectos fundamentais da economia ervateira, o que daria ensejo aos questionamentos sobre sua validade como órgão de defesa e controle da mesma, originando estudos para decidir sobre sua manutenção ou extinção.

Dos problemas novos que surgiram nesse período, um em especial contribuiria para questionar o poder de ação do INM sobre a produção: é que, se nos primeiros anos a preocupação recaía sobre a superprodução, a partir de 1943, teve início um período de subprodução, causado especialmente pela redução da produção dos estados exportadores de cancheada, e pelo esgotamento dos estoques dos anos anteriores. Segundo informações do INM, nesse mesmo ano, em relação ao que era previsto, houve uma redução de 30% na produção do então Território de Ponta Porã, 20% do Paraná e

---

<sup>108</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 9.361, de 15 de junho de 1946. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. III, 1946, p. 207.

<sup>109</sup> Decreto-lei n. 9.361/1946, art. 2º. O que ocorreria depois é que, até a extinção do INM em 1967, a taxa não ficaria com ele, mas seria repassada às federações das cooperativas, como voltaremos a falar oportunamente.

24% de Santa Catarina<sup>110</sup>. O Rio Grande do Sul foi o único estado que escapou a essa queda, dada sua situação de grande produtor e grande consumidor da própria produção, registrando, pelo contrário, 7% a mais sobre o previsto<sup>111</sup>.

Tal situação passou a ter especial atenção do INM, através de sua Divisão Econômica, no sentido de estudar medidas para o restabelecimento dos níveis considerados adequados de produção e de fornecimento de matéria prima às indústrias e aos exportadores. Fez-se assim um esforço para melhor acompanhar as possibilidades da produção, incluindo contatos com a COCPM na ocasião para ter real conhecimento dos estoques existentes e dos motivos da redução dos volumes produzidos.

Em termos práticos, o INM adotou então medidas procurando resolver o problema. Uma delas foi o adiantamento da safra de 1943 em 15 dias e a prorrogação também por 15 dias nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. Mas a insuficiência de erva-mate cancheada persistiu e, por causa disso, para 1944 o presidente do INM baixou a Resolução 150, que autorizou um corte suplementar (safrinha) no período entre 15 de janeiro e 15 de março, “procurando assim reajustar a produção com o consumo”<sup>112</sup>. Nesse mesmo ano, o INM pretendia ao menos atingir a estimativa de exportação de 50.000 t, tendo em vista que em 1943 a exportação não havia chegado nem perto da quantidade estimada<sup>113</sup>. De qualquer forma, segundo os dados do INM, mais uma vez foram reduzidos os volumes disponíveis, totalizando apenas 63.887 t, ou seja, 2,1% a menos em relação a 1943, ano em que somou 65.278 t. Essa redução mais uma vez se refletiu nas exportações globais, que, embora tenham tido leve aumento em relação a 1943, registraram tão somente 47.633 t em 1944<sup>114</sup>.

---

<sup>110</sup> Tomando a produção do Território de Ponta Porã e de Mato Grosso em conjunto, antes da breve separação, a COCPM mostra que a produção foi de 16.000 t em 1939 para 8.500 t em 1943 (*Relatório anual apresentado pelo presidente Marcello Pimenta Velloso*. Curitiba: COCPM, 1945, p. 40).

<sup>111</sup> Para os dados de todos os estados: PARECER da Comissão Fiscal do Instituto Nacional do Mate. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à *Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1944, p. 66.

<sup>112</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 2ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 25/out./1943, p. 5.

<sup>113</sup> De 64.000 t estimados para 1943, foram exportadas apenas 46.765 t (CODEPAR, 1965, v. 1, p. 4/7).

<sup>114</sup> Para a produção e as exportações: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1945*. Rio de Janeiro, 1946.

A situação só parece ter começado a dar sinais de melhora de 1945 em diante, ainda assim aquém das expectativas e à custa de novas medidas extraordinárias<sup>115</sup>. Embora não tenha sido possível encontrar dados do total produzido nesse ano consta que, nos dois estados de maior produção (Paraná e Santa Catarina), o INM distribuiu cotas para as cooperativas no montante de 70.156 t, das quais 52.486 t para as paranaenses e 17.670 t para as catarinenses. No entanto, segundo o então presidente Ponce Filho, “apenas 59% dos cooperativistas se dedicaram à safra do mate”, o que resultou em um novo ano de baixa na produção. O INM chegou a permitir a produção livre de cotas, mas nem assim resolveu-se o problema, totalizando a produção das cooperativas dos dois estados apenas 44.099 t<sup>116</sup>. Dada essa situação, acreditamos que a produção total em 1945 tenha ficado muito aquém da previsão otimista do INM, que era de 90 mil toneladas e mesmo das 80 mil toneladas previstas pela COCPM<sup>117</sup>.

Em geral, o INM apontou como grandes causadores da subprodução o surgimento de outras atividades mais remuneradoras – sobretudo a extração de madeiras no Paraná e em Santa Catarina –, que atraíam grande número de trabalhadores, e a elevação dos custos de vida<sup>118</sup>. Outros fatores foram apontados, por sua vez, pela COCPM que, ao se referir ao ano de 1944, diz ter havido inúmeras dificuldades para escoar a produção, especialmente por causa dos problemas criados pela guerra sobre os transportes, ligados ainda a outros de ordem climática. Teria havido falta de gasolina, o que restringiu o transporte rodoviário; as ferrovias, superlotadas, dificultaram a vasão da produção; por fim, as vias fluviais tradicionais – como o rio Iguaçu, por onde transitava

---

<sup>115</sup> Através da Resolução 183, de 29 de dezembro de 1944, visando aumentar as disponibilidades diante dos resultados obtidos em 1944, foi autorizada, “sem limites de cotas e aos preços vigentes”, uma safra extraordinária entre 15 de janeiro e 15 de março de 1945 para os estados do Paraná e de Santa Catarina. (*O Dia*. Curitiba: [s.d.], n. 06561, 3/jan./1945, p. 3). Outra medida extraordinária foi adotada através da Resolução 195, de 1 de agosto de 1945, que prorrogou a safra nos dois estados mencionados até 31 de outubro do mesmo ano (*O Dia*. Curitiba: [s.d.], n. 06751, 29/ago./1945, p. 5).

<sup>116</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1946, p. 44-45.

<sup>117</sup> ESTIMATIVA da produção de mate. *O Dia*. Curitiba: [s.d.], n. 06862, 16/fev./1946, p. 3; COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE MATE. *Relatório anual apresentado pelo presidente Marcello Pimenta Velloso*. Curitiba: COCPM, 1945, p. 40.

<sup>118</sup> PARECER da Comissão Fiscal do Instituto Nacional do Mate. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1944, p. 66.

apreciável volume do mate paranaense – “estiveram em consequência de prolongadas secas no período mais crítico das entregas, absolutamente inavegáveis”<sup>119</sup>.

É muito importante ainda lembrarmos que, uma parte significativa da produção nessa fase esteve ligada à ação da COCPM, que controlava as cooperativas e suas federações, sendo por isso a mesma responsabilizada pelos industriais e exportadores pela persistente falta de matéria prima<sup>120</sup>. No entanto, em relatório de 1945, o presidente da COCPM deixava claro que a mesma surgiu exatamente no momento em que as safras já se encontravam “em marcha de produção decrescente”, sem contrapartida em estoques de anos anteriores, incapazes, portanto, de satisfazer às necessidades de exportação, “cujas cotas estavam fixadas em função da capacidade dos mercados consumidores”. Por esse motivo é que a COCPM, de sua parte, buscando resolver o problema, de início procurou “estabilizar os preços para cuidar, em seguida, do controle e estímulo das safras”<sup>121</sup>.

A ação da COCPM, nesse sentido, teria contribuído para forçar o INM a reajustar os preços mínimos ao produtor, ocorrendo assim, segundo o presidente do Instituto, um “notável aumento” para a erva-mate cancheada entre 1943 e 1945<sup>122</sup>. Se tomarmos como base os dados da **Tabela 3**, veremos que, em valores correntes, entre 1942 e 1945, houve de fato reajustes nos preços mínimos a serem pagos aos produtores.

---

<sup>119</sup> COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE MATE. *Relatório anual apresentado pelo presidente Marcello Pimenta Velloso*. Curitiba: COCPM, 1945, p. 38.

<sup>120</sup> Segundo dados do INM, em 1945, no Paraná as cooperativas controlavam 85% dos produtores que se encontravam inscritos na autarquia, enquanto que em Santa Catarina controlavam 75% (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1946, p. 44).

<sup>121</sup> COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE MATE. *Relatório anual apresentado pelo presidente Marcello Pimenta Velloso*. Curitiba: COCPM, 1945, p. 11.

<sup>122</sup> Preços correntes em: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. R. Janeiro, mar./1946, p. 10-20; 44-45.

**Tabela 3: Preços estabelecidos pelo INM a serem pagos aos produtores por estado (de 1942 a 1945) – em Cr\$ (valores correntes)**

Ano	Paraná (@ 15 kg)	Santa Catarina (@ 15 kg)	T. de Ponta Porã (@ 10 kg)	Rio Grande do Sul (@ 15 kg) <sup>1</sup>
1942	7,50	7,50	8,00	8,00
1943	9,00	9,00	10,00	12,00
1944	12,50	12,50	13,00	13,00
1945	18,00 <sup>2</sup>	18,00 <sup>2</sup>	14,00	14,00

**Fonte:** INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1945, p. 10 ss; RESOLUÇÃO 184. In *O Dia*. Curitiba: [s.d.], n. 6.639, 11/ abr./1945, p. 7.

**Nota:** <sup>1</sup> no caso do Rio Grande do Sul, os preços representam uma média estadual, pois variavam de acordo com a zona produtiva. <sup>2</sup> Correspondente à erva de 1ª qualidade coada em peneira de 1 ½ mm, posto em Curitiba ou Joinville, enquanto a de 2ª qualidade custava Cr\$ 1,00 a menos.

Mas, se nominalmente o aumento de preços se deu para todos os estados, conforme mostra a **Tabela 4**, em termos reais – tomando apenas os três estados que sofriam com subprodução – veremos que o aumento ocorreu apenas para o mate paranaense e catarinense, tendo, pelo contrário, ocorrido queda para o Território Federal de Ponta Porã. Assim, por exemplo, – a preços constantes de janeiro de 1965 –, para os estados do Paraná e de Santa Catarina, o mate cancheado que custava Cr\$ 1.477,39 a arroba de 15 kg em 1942, chegou a Cr\$ 1.991,82 em 1945. Já no Território de Ponta Porã, onde as vendas eram contadas em arroba castelhana (10 kg), os preços reais chegaram a aumentar num primeiro momento, indo de Cr\$ 1.575,89 em 1942 para Cr\$ 1.746,67 em 1943, só que em 1945 o valor era menor do que no início do período, registrando Cr\$ 1.549,20.

**Tabela 4: Preços estabelecidos pelo INM a serem pagos aos produtores por estado (de 1942 a 1945) – em Cr\$ (valores constantes)**

Ano	Paraná (@ 15 kg)	Santa Catarina (@ 15 kg)	T. de Ponta Porã (@ 10 kg)	Rio Grande do Sul (@ 15 kg) <sup>1</sup>
1942	1.477,39	1.477,39	1.575,89	1.575,89
1943	1.572,00	1.572,00	1.746,67	1.984,34
1944	1.506,10	1.506,10	1.566,35	1.566,35
1945	1.991,82	1.991,82	1.549,20	1.549,20

**Fonte:** elaborada com base nos dados da **Tabela 3**.

**Nota:** Valores deflacionados a preços constantes de janeiro de 1965, com base no IPC-FIPE. <sup>1</sup> no caso do Rio Grande do Sul, os preços representam uma média estadual, pois variavam de acordo com a zona produtiva. <sup>2</sup> Correspondente à erva de 1ª qualidade coada em peneira de 1 ½ mm, posto em Curitiba ou Joinville, enquanto a de 2ª qualidade custava Cr\$ 1,00 a menos.

Dessa forma, embora tenha servido para atrair parte dos produtores de volta aos ervais nos estados do Paraná e Santa Catarina e tenha causado algum aumento na produção a partir de 1944, os aumentos nominais de preços não foram suficientes para resolver o problema de imediato. Isso foi explicado pelo presidente da COCPM em 1945, que disse que o preço mínimo estabelecido pelo INM era insatisfatório, pois não acompanhava o custo de vida nos demais setores rurais<sup>123</sup>. Conseqüentemente, a subprodução só começou realmente a melhorar em 1946, mas isso também como resultado das transformações profundas ocorridas em nível nacional tanto na política como na economia com o novo governo de Dutra que, afinal, resultariam em novas mudanças na estrutura e na organização do INM, que seriam acompanhadas, entre outras coisas, de novos reajustes nos preços do mate<sup>124</sup>.

Mas, ainda como resultado imediato da subprodução, vemos que não houve expansão do consumo nem no exterior e nem no mercado interno brasileiro. Dessa forma, as exportações tiveram queda importante em 1943, tendo somado apenas 46.765 t, enquanto que no ano anterior haviam somado 58.466 t. Nos dois anos seguintes os números se mantiveram baixos, com sinais de recuperação em 1945, quando foram exportadas 52.099 t<sup>125</sup>. Em relação ao mercado interno, no geral, as vendas se mantiveram sem grandes mudanças, registrando entre 16.000 e 18.000 t<sup>126</sup>. A subprodução se refletiu ainda nas ações de propaganda do mate, afinal, como propagar um produto sem ter o que vender? Em realidade, os exportadores ficaram até mesmo impossibilitados de atender a parte dos pedidos usuais. Só que não foi só isso, pois os investimentos realizados em propaganda e publicidade seguiram a tendência do fim do período anterior e sofreram grande redução entre 1943 e 1945. Claro que isso ocorreu por causa da redução do volume de mate ofertado, o que, conseqüentemente, resultou na diminuição da arrecadação do INM, que foi bem menor que a dos anos anteriores. Em relação ao que foi previsto para ser arrecadado em 1943, por exemplo, verificou-se uma

---

<sup>123</sup> COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE MATE. *Relatório anual apresentado pelo presidente Marcello Pimenta Velloso*. Curitiba: COCPM, 1945, p. 15-16.

<sup>124</sup> Para 1946, constam apenas os preços nominais para Paraná e Santa Catarina, que, aliás, tiveram três reajustes por parte do INM: Cr\$ 19,00, Cr\$ 20,00 e Cr\$ 21,00 (Resoluções 210, 215 e 217: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1946, p. 27; 29-30.

<sup>125</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1944*. Rio de Janeiro, 1945; CODEPAR, 1965, v. 1, p. 4/7.

<sup>126</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1944*. Rio de Janeiro, 1945; CODEPAR, 1965, v. 1, p. 4/13.

diferença para menos de Cr\$ 765.908,70: de Cr\$ 5.832.000,00 se conseguiu Cr\$ 5.066.091,30. Por esse motivo, nesse mesmo ano, foram gastos com ações de propaganda e publicidade apenas Cr\$ 868.926,10, enquanto que a quantia prevista inicialmente era de Cr\$ 1.560.000,00, ou seja, 44,3% a menos<sup>127</sup>. Mas, os valores efetivamente gastos com a promoção do mate se manteriam em níveis ainda mais baixos nos anos que seguiram, tendo totalizado apenas Cr\$ 615.751,00 em 1944 e Cr\$ 694.768,00 em 1945, respectivamente 14,8% e 15,7% dos totais gastos pelo INM nos mesmos anos<sup>128</sup>.

Nesse cenário de reduções de investimentos em propaganda ficava difícil imaginar a conquista de novos mercados no exterior. Embora os Estados Unidos tenham continuado a ser um alvo privilegiado – ainda contando com uma agência do INM –, os gastos exigidos para propaganda nesse país seguiram totalmente fora do alcance da autarquia. A título de exemplo, em contato com organizações distribuidoras de alimentos, o recém-empossado presidente do INM, Generoso Ponce Filho, dizia em seu relatório de março de 1946, que havia interesses por parte dos norte-americanos de “entrarem em larga escala na importação, propaganda e distribuição do mate”, mas, todos deixavam claro desde o início que “desejavam que o Brasil – no caso o INM – ou a economia ervateira – entrem pelo menos com a metade das despesas de propaganda necessária”. Mas, como o Instituto poderia arcar com as despesas que eram estimadas em US\$ 200 mil, quando era “mais ou menos essa a renda total do INM, que gasta nos EE.UU. apenas mil dólares por mês”?<sup>129</sup>.

Além desses fatos, os efeitos da Guerra também se fizeram sentir sobre as ações de propaganda, especialmente na Europa, uma vez que os problemas de movimentação e comunicação com os grandes centros daquele continente dificultaram ainda mais o avanço dos planos de expansão do mate. Diante dessas limitações, uma

---

<sup>127</sup> PARECER da Comissão Fiscal do Instituto Nacional do Mate. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1944, p. 66.

<sup>128</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1945, p. 35-36; PARECER da Comissão Fiscal do Instituto Nacional do Mate. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1946, p. 57.

<sup>129</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1946, p. 10.

boa parte da propaganda empreendida pelo INM nessa fase esteve voltada para o mercado interno brasileiro, especialmente as capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Afinal, outro problema enfrentado pelo INM nesse período foram os gastos com pessoal e manutenção. O problema não era novo, mas se agravou, limitando ainda mais as suas finanças e entravando suas ações, fossem elas de propaganda, fossem de qualquer outra espécie que se pretendesse colocar em prática para promover estudos, melhorias e ampliar o atendimento aos interessados das classes ervateiras. Para que se tenha ideia, em 1944, as despesas com pessoal representaram 57,82% dos gastos totais do INM, no ano seguinte subiram a 60,58% e, finalmente, em 1946 chegaram a incríveis 70,66%.

Diante do acúmulo de problemas, a partir de 1945, apareceu mais uma vez a necessidade de uma nova reestruturação do INM. Além disso, como aconteceu com a COCPM, o Instituto também seria afetado pela conjuntura política nacional, especialmente com o fim do Estado Novo e as novas políticas adotadas pelo governo provisório de José Linhares e continuadas pelo presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, a partir de 1946. Mas, se ao longo dos primeiros meses do Governo Dutra a COCPM seria extinta, o INM seria visto como necessário e por isso ele seria mantido. O próprio Dutra, pouco antes de ser eleito presidente, já declarava ser válida a existência do INM e ainda diria ser “digno de encômios”, o que ele e o INP (Instituto Nacional do Pinho) vinham “realizando em dois importantes setores da economia – o do mate e o da madeira, atualmente [novembro de 1945] subordinados a um planejamento e a uma técnica merecedora da particular atenção, em que pese as doutrinas do *laissez-faire*, da velha economia liberal e individualista”. Assim, seguiria ele dizendo, “apesar das opiniões em contrário, as medidas tomadas [pelo INM até ali] vieram corrigir muitos erros, injustiças sociais e sofrimentos oriundos de crises e atritos de toda ordem”<sup>130</sup>.

No entanto, o quadro pintado não era tão atraente como parecia aos olhos do futuro presidente, não tendo depois a manutenção da existência do INM se dado sem mudanças importantes. Nesse sentido, procurar-se-ia resolver sua situação e, ao mesmo tempo, adequar sua máquina administrativa ao novo momento, reduzindo a intervenção do Estado na economia e o grau de centralização das decisões. Essa redução, de qualquer forma, não deveria ser total, pois, como dizia ainda Dutra, a “sábria e oportuna

---

<sup>130</sup> Apud INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1946, p. 4.

política de planejamento” instituída para o mate vinha produzindo “seus efeitos, eliminando a competição excessiva que prejudicava tanto os produtores como os industriais e os exportadores [...] sem precisar ferir liberdades essenciais”<sup>131</sup>. Assim, inicialmente, em outubro de 1945, a situação conjuntural levou à troca do presidente e dos diretores do INM e, depois, no início de 1946, levou à sua reorganização, através do Decreto-lei 8.709, e à sua nova regulamentação, por meio do Decreto 20.425, ambos baixados em 17 de janeiro<sup>132</sup>.

## **2.5 – A nova-velha estrutura, o último regulamento e as mudanças que nada mudaram (1946-1967)**

Em janeiro de 1946, como um dos últimos atos do governo provisório de José Linhares, o INM foi reorganizado e também recebeu seu último regulamento, o que, afinal, representou a confirmação da sua sobrevivência. Daí em diante, as mudanças promovidas pelo Governo Federal na estrutura do INM procuraram, entre outras coisas, adequar as suas contas com a arrecadação. Motivo pelo qual, através do Decreto-lei 8.709 e do Decreto 20.425, o Instituto recuperou parte da sua organização inicial, em princípio, mais enxuta que a que fora seguida entre 1941 e 1946. Daí em diante, as mudanças – que afetariam alguns de seus órgãos de maneira profunda, com acréscimos e supressões de finalidades – seguiriam ocorrendo de forma mais intensas até fins da década de 1940; da década de 1950 até 1967, no entanto, muito pouca coisa mudaria, permanecendo praticamente inalterados os órgãos do INM e suas funções.

Como se percebe logo de início, o período abrangido por essa nova etapa é bastante longo. Por esse motivo, devemos nos ocupar nos próximos parágrafos apenas dos traços principais relacionados aos moldes, à trajetória e às ações do INM, deixando outras discussões, como resultados e pontos mais específicos, para serem tratados no próximo capítulo. Dessa maneira, no que diz respeito aos seus órgãos centrais, a Presidência seguiria com as mesmas atribuições e poderes que constavam no segundo

---

<sup>131</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>132</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 8.709, de 17 de janeiro de 1946. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. v, 1943, p. 208; BRASIL. Decreto n. 20.425, de 17 de janeiro de 1946. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. II, 1946, p. 163.

regulamento. Da mesma forma, as atribuições da Junta Deliberativa seguiriam, em regra, sendo as mesmas.

Sobre a Junta, cabe apenas destacar sobre sua composição que, em termos de grupos representativos, ela nada mudaria, continuando seus conselheiros a sair das mesmas três categorias principais: *produtores*, *industriais* e *exportadores*. O que mudaria, por outro lado, é que as Federações de Cooperativas, após a extinção da COCPM, se aproximariam cada vez mais do INM. Nesse sentido, devemos lembrar que já havia sido estabelecido desde antes, pelo Decreto 10.755/1942, que tanto os conselheiros como os seus suplentes poderiam ser eleitos por voto “ou designados pelas respectivas associações de classe”<sup>133</sup>. No entanto, quando a regra foi originalmente estabelecida, as federações ainda estavam em formação, tendo seguido, depois de sua constituição, atreladas à COCPM, que se manteve, em grande medida, distante do INM. Isso mudaria, afinal, a partir de junho 1946, quando, procurando participar mais das decisões da autarquia, as federações passariam a eleger alguns líderes do movimento cooperativista para representar os produtores na Junta Deliberativa<sup>134</sup>. Essa situação dos representantes das cooperativas difere do que ocorreu com os Sindicatos dos Industriais e Exportadores, que, como vimos, haviam se tornado mais ativos já a partir de 1942, tendo os seus dirigentes maior atuação na Junta Deliberativa desde então.

Ainda em termos dos órgãos do INM, a maior novidade desse novo período foi que a Diretoria voltou legalmente a existir<sup>135</sup>. Através do Decreto-lei 8.709/1946, confirmado pelo Decreto 20.425/1946 procurou-se reaver, ao menos em parte, a força detida por ela nos primeiros anos, mantendo-se de qualquer forma sua ligação com a Presidência. Nesse sentido é que o artigo 16 do Decreto 20.425/1946 diz que ela teria “por função estudar e decidir, na gestão dos negócios do Instituto, as questões de

---

<sup>133</sup> Decreto 10.755/1942, art. 7.

<sup>134</sup> No entanto, cabe destacar que a representação dos *produtores* na Junta Deliberativa não seria sempre feita por líderes do cooperativismo e isso ocorreria porque nem todos os produtores faziam parte do cooperativismo que, além do mais, a partir de 1946 se tornou facultativo. Isso já ocorria e seguiria ocorrendo por uma parte deles – sobretudo os médios e grandes produtores – não se sentir representada, por preferir continuar negociando diretamente com industriais e exportadores ou ainda – como já dissemos em outro momento – por alguns deles serem também industriais e exportadores. Essa última situação era diferente da grande maioria de pequenos produtores que tinha pouco ou nenhum recurso para se defender sozinha dos intermediários e por isso buscavam representação nas cooperativas e suas federações.

<sup>135</sup> Mas, mesmo antes da nova reestruturação e do novo regulamento, a Diretoria havia voltado a se reunir em novembro de 1945, após José Linhares assumir a presidência interina do Brasil (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 1ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 22/nov./1945).

relevância, quando convocada pelo Presidente”. Essa volta da Diretoria – além de outras coisas – era resultado da busca por restabelecer a “vigência do Regulamento a que se refere o decreto n. 3.128 [de 1938]”<sup>136</sup>.

Daí em diante, essa “nova” estrutura do INM permaneceria, com muito poucas mudanças, até a extinção do INM, em 1967. De qualquer maneira, comparado ao primeiro, no terceiro regulamento houve algumas mudanças nas funções da Diretoria, diminuídas que foram em alguns casos e ampliadas em outros. Em relação aos preços e às cotas, por exemplo, ela continuou se ocupando eventualmente deles mas, ao que parece, de forma acessória, ficando as decisões finais aos cuidados da Junta Deliberativa. Coube à Diretoria, em geral, os estudos, opiniões e trabalhos preparatórios e organizativos sobre esses e outros assuntos que seguiam depois para apreciação da Junta. Por outro lado, voltaram a ser de responsabilidade da Diretoria algumas ações mais diretas, às quais requeriam sua apreciação, aprovação e supervisão. Esse é o caso especialmente dos contratos a serem firmados pelo INM, entre os quais os contratos de propaganda e publicidade, que se somavam às decisões sobre as demais ações de propaganda direta a serem executadas – a exemplo da distribuição gratuita de mate para degustação em repartições públicas e em eventos diversos.

Também a partir de 1946, a Diretoria passou a se encarregar dos estudos das formas de colaboração com autoridades responsáveis pelos meios de repressão às fraudes, adulterações e contrabandos do mate. Ficou responsável ainda por manter organizado o registro dos produtores, industriais e exportadores. Com isso, objetivava-se manter o controle – e, na medida do possível, ampliá-lo – sobre a produção e a circulação do mate. Concomitantemente, a Diretoria ficou encarregada de se manter a par da situação das organizações de classe, passando a promover o registro das “entidades legalmente constituídas, com fins econômicos, para congregar, em cooperativas ou outros organismos, os que se dedicam às atividades ervateiras”<sup>137</sup>.

Ademais, ela também ficou encarregada de providenciar os “trabalhos afetos ao laboratório de análise do Instituto”, incentivando pesquisas científicas e industriais, podendo ainda solicitar e contratar, em casos especiais, a colaboração de laboratórios de outras instituições<sup>138</sup>. Contaria, nesse sentido, com a Seção de Controle, Pesquisa e

---

<sup>136</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>137</sup> Decreto 20.425/1946, art. 18, alínea f.

<sup>138</sup> *Ibidem*, art. 18, alínea g.

Estatística, cujo novo setor responsável pela pesquisa deveria daí em diante regularizar “a situação desses trabalhos, até então feitos esporadicamente, por uma Seção congestionada de finalidades como era a antiga Seção de Produção e Indústria”<sup>139</sup>.

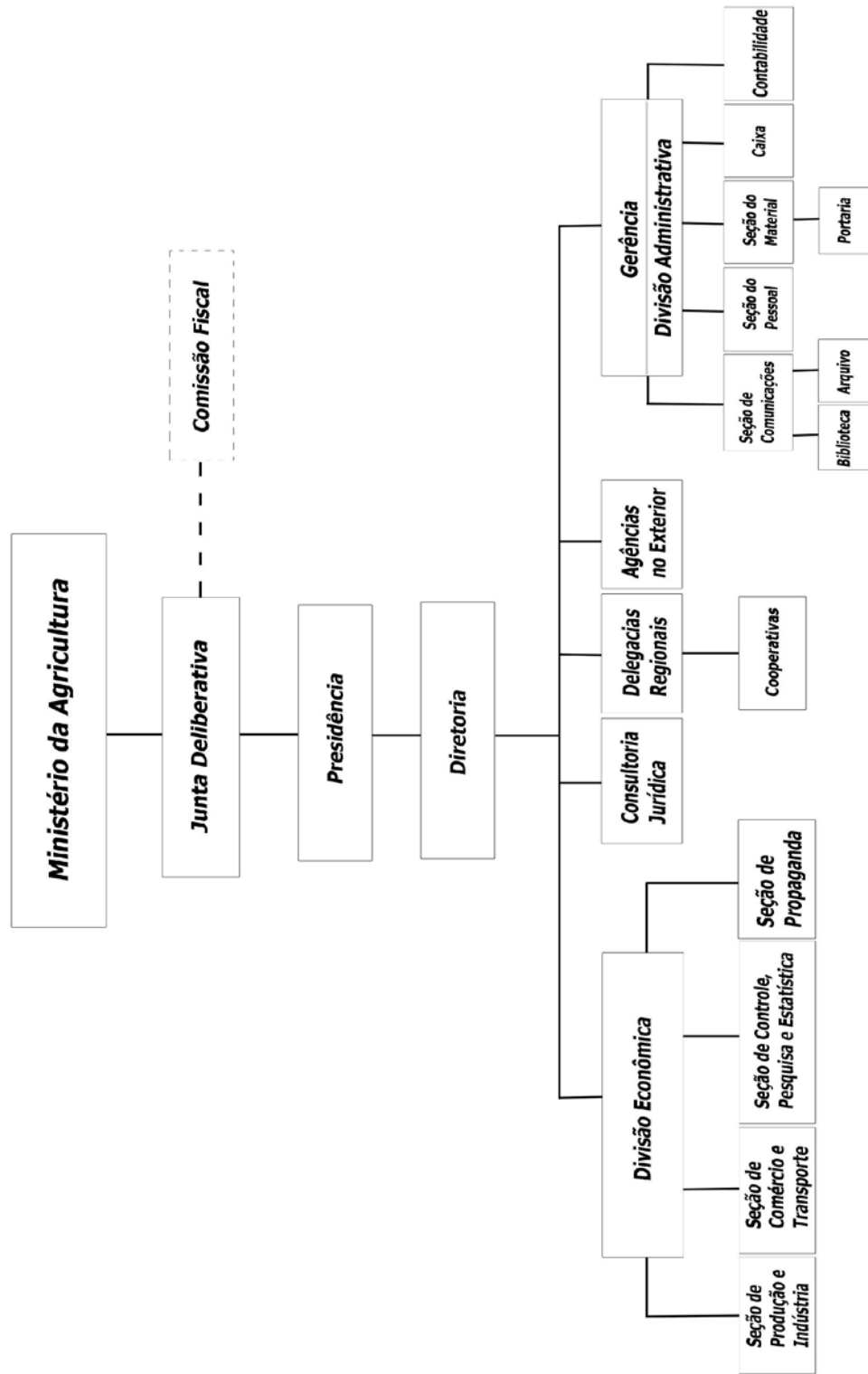
Como se vê, as atribuições da “nova” Diretoria eram amplas. No entanto, importa adiantar que, no longo período que vai de sua volta como órgão formalmente estabelecido até a extinção do INM, as suas reuniões não foram constantes, realizadas esporadicamente e até mesmo deixando de ocorrer, por exemplo, em todo o ano de 1950. Somado a isso o fato de os presidentes e a Junta Deliberativa terem se tornado relativamente mais fortes, a Diretoria não recuperaria toda importância que tivera entre 1938 e 1941. O que permitiu aos diretores, ao menos em parte, por em prática as atribuições da Diretoria, entre 1946 e 1967, é que eles foram designados pelos presidentes do INM para comandar as Divisões Econômica e Administrativa.

Por fim, em relação aos demais órgãos internos, o INM seguiu com duas Divisões (Administrativa e Econômica), que passaram a controlar a maior parte das seções. Especificamente em relação à Divisão Econômica, cabe dizer que se ampliaram os poderes concentrados por ela, que além de continuar contando com a Seção de Produção e Indústria e a Seção de Comércio e Transporte, passou a englobar também a Seção de Propaganda e a já mencionada Seção de Controle, Pesquisas e Estatísticas. Ainda em 1946, também no âmbito da Divisão Econômica, surgiria um órgão interessante, mas que teria vida efêmera: a Seção de Assistência às Cooperativas (SAC). De resto, além das duas divisões, o INM contaria ainda com a Consultoria Jurídica, as Delegacias Regionais e as Agências.

---

<sup>139</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1946, p. 45.

**Organograma 3 - Instituto Nacional do Mate - 1946**



Mas as avaliações oficiais sobre o INM e as mudanças pelas quais ele passaria nessa terceira fase não parariam com o Decreto-lei 8.709 e o Decreto 20.425. Para além da nova estrutura e organização, o INM continuou subordinado ao Ministério da Agricultura. Esse, por sua vez, se encarregou de 1946 em diante de avaliar sua situação e continuar repensando sua ação, além de repensar a situação da economia ervateira como um todo – já que o movimento cooperativista, até a metade desse ano, ainda escapava completamente ao controle do Instituto. Nesse sentido é que o representante do Ministério da Agricultura, Gil Stein Ferreira, recebeu a incumbência de viajar pelos estados ervateiros, onde deveria fazer observações, e também de participar das reuniões do INM, traçando, afinal, conclusões sobre a conveniência de sua manutenção ou a sua extinção.

Os estudos se encerraram no início de 1947, tendo sido encaminhado ao INM um ofício, datado de 21 de março. Nesse documento, apesar de apontar afirmativamente para a viabilidade de sua permanência como órgão orientador da economia ervateira, Gil Stein apresentou para discussão da Junta Deliberativa uma série de sugestões para que fosse “estudada a sua organização e simplificados os seus serviços”, enquadrando-o na orientação ministerial adotada e obtendo “o encaminhamento conveniente das questões relativas à economia da erva-mate”. Em primeiro lugar, em sintonia com a postura liberalizante assumida pelo Governo Federal naquele momento, foi sugerida pelo representante ministerial a extinção do regime de cotas individuais de produção, de indústria e do comércio – sugestão que foi acatada de fato pelo Instituto, ao menos por alguns anos imediatamente seguintes. Foi-lhe sugerido também que estudasse a organização cooperativista, “visando especialmente à redução das despesas de administração dessas entidades e a aplicação criteriosa dos recursos à sua disposição”. No mesmo sentido, sugeriu que o INM assegurasse à organização cooperativista o recebimento da taxa de Cr\$ 1,00, “pelo menos ainda durante o corrente ano a fim de que as cooperativas e suas federações possam cumprir os seus orçamentos de despesas” – recebimento que acabou se prolongando por todo resto da existência do INM. Por fim, sugeriu que o Instituto se encarregasse de extinguir o cooperativismo compulsório, o que também foi realizado<sup>140</sup>.

---

<sup>140</sup> OFÍCIO do representante do Ministério da Agricultura ao presidente do Instituto Nacional do Mate com sugestões sobre a economia do mate, de 21 de março de 1947. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1947, p. 53-57, grifos nossos.

Além dessas, destacava-se ainda a seguinte sugestão:

v – Estudar a organização e o funcionamento do Instituto Nacional do Mate, ouvida a Junta Deliberativa, [...] *visando especialmente à redução do quadro de funcionalismo que conforme dados constantes do penúltimo relatório do Sr. Presidente do INM [de outubro de 1946], absorveu perto de 80% da sua renda e a simplificação da sua organização e dos seus serviços*<sup>141</sup>.

Tais considerações de Gil Stein mostravam a necessidade de o INM rever seu quadro de funcionários e manter o equilíbrio orçamentário, o que, em teoria, surtiria efeito a partir do exercício de 1948, quando ele procuraria apresentar em seus orçamentos anuais os gastos exatamente no mesmo valor que a receita prevista. De resto, tendo em vista as sugestões feitas, o representante do Ministério da Agricultura traçou o que seriam – com as ressalvas que veremos ao longo do restante desse capítulo e no próximo –, as funções gerais do Instituto Nacional do Mate daí em diante:

- a) fixar o preço para o produtor e estabelecer o preço teto no exterior, com a indicação do tipo de erva;
- b) fiscalizar o produto bruto no interior e o produto de exportação;
- c) organizar a estatística da produção e da exportação;
- d) estabelecer cotas globais de exportação para os estados produtores e reestabelecer cotas individuais de produção, industrialização e exportação, quando necessário;
- e) determinar os períodos de safra;
- f) padronizar os invólucros para o consumo interno e exportação;
- g) proceder a estudos sobre a melhoria da produção;
- h) fiscalizar as cooperativas de produtores de mate e suas federações;
- i) manter o registro e efetuar o controle da admissão de novos exportadores e da instalação de novos moinhos, podendo delimitar o número de uns e de outros, enquanto perdurar a subprodução de matéria prima que ora se verifica no país<sup>142</sup>.

Deve-se ressaltar de início entre essas funções gerais a delegação ao INM da fiscalização das cooperativistas e suas federações, o que, entretanto, veio apenas confirmar as intenções e ações do Instituto manifestadas e postas em prática após a extinção da COCPM no ano anterior. Nesse sentido, antes de entrarmos nos demais pontos, vejamos no subitem seguinte como ficaram o cooperativismo e sua relação com o INM ao longo dessa última fase.

---

<sup>141</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>142</sup> *Idem, Ibidem.*

### 2.5.1 – A nova fase do cooperativismo e da sua relação com o INM

Antes mesmo da conclusão dos estudos de Gil Stein Ferreira, com a extinção da COCPM em junho de 1946, os dirigentes do INM já haviam se adiantado no sentido de trazer para si o controle e a fiscalização das cooperativas e suas federações e, conseqüentemente, os produtores que ainda estavam distantes da sua órbita. É dessa maneira que o INM criou a Seção de Assistência às Cooperativas (SAC), através da Resolução 216, de 4 de julho desse mesmo ano.

Conforme as primeiras instruções baixadas pelo presidente do INM, em 6 de julho, delegaram-se a ela as seguintes funções: propagar aos produtores as vantagens de se tornar cooperado; providenciar a fundação e a instalação de cooperativas; estudar e providenciar a montagem de instalações industriais de uso coletivo; estudar e propor medidas atinentes ao financiamento da produção e auxílio financeiro a ser prestado às organizações cooperativas, controlando a aplicação das verbas que fossem fornecidas pelo Instituto; orientar, controlar e entrosar a ação das cooperativas com o INM; e, por fim, promover a educação cooperativista do produtor<sup>143</sup>.

Como se vê, a intenção era controlar completamente os movimentos das cooperativas e de suas federações. No entanto, a ação prática da SAC teve alcance muito restrito. Isso se deu, em parte, porque o cooperativismo seguiu, por lei, sendo fiscalizado pelo Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, até o início da década de 1960. Além disso, outra limitação importante foi que, mesmo com a extinção da COCPM, a “taxa das cooperativas” – como ficaria conhecida – não foi transferida ao INM. De sua parte, o Instituto projetou que a SAC estudasse formas de aproveitamento e controle dos recursos auferidos, que esperava controlar, mas os valores passaram a ser encaminhados às Federações, dotando-as de recursos que seriam usados na execução de seus projetos, especialmente na construção de armazéns e no financiamento da produção<sup>144</sup>. Sem essa fonte de recursos, a SAC não conseguiu efetivar algumas de suas principais finalidades, especialmente o estudo e a montagem de instalações industriais de uso coletivo. De sua parte, impossibilitado que se encontrava

---

<sup>143</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Instruções n. 1, do Presidente do Instituto Nacional do Mate, reguladoras das atividades da Seção de Assistência às Cooperativas*. Rio de Janeiro, 6/jul./1946.

<sup>144</sup> Depois disso, no entanto, a mesma taxa não receberia reajustes, continuando Cr\$ 1,00. Como consequência, permanecendo os seus valores totais praticamente estacionários, não acompanhando a inflação, especialmente à medida que essa começou se tornar mais grave a partir de fins dos anos 1950.

o INM, tampouco lhe dirigiu verbas para o financiamento da produção e auxílio financeiro às organizações cooperativas.

Enfim, pouco pode fazer esse órgão para assistir de fato às cooperativas e promover o cooperativismo, se limitando a promover estudos e observações sobre o andamento do mesmo. Em sessão da Junta Deliberativa de outubro de 1949, o próprio presidente reconhecia que a SAC vinha auxiliando o INM, “especialmente no que diz respeito à Estatística, *mas realmente, a não ser neste particular, com a precariedade e exiguidade das verbas de que dispõe o Instituto, não pode esse Serviço ter a amplitude desejada*”<sup>145</sup>. Assim, dadas as suas limitações e levando em conta, que para sua manutenção, a mesma gerava gastos ao limitado orçamento do INM, essa Seção foi extinta em fins de 1949, através da Resolução 292<sup>146</sup>. Daí em diante, da parte do Instituto, o cooperativismo continuou entre as preocupações gerais das suas Delegacias Regionais e da Divisão Econômica, embora mais conscientes dos limites de suas ações.

Da parte do próprio cooperativismo, daí em diante, ao mesmo tempo em que as federações mantiveram um grau considerável de autonomia nas suas próprias decisões, seus líderes passaram a participar com frequência como conselheiros da Junta Deliberativa. Iniciou-se uma maior aproximação com o INM, embora os representantes das federações e suas cooperativas tenham passado – agora de dentro dela – a embater em alguns momentos com os representantes dos industriais e exportadores. Isso se daria especialmente porque o cooperativismo, que havia amadurecido, contava com quatro federações fortalecidas, mais capazes de reclamar o direito de exportarem com regularidade e também de promoverem sua transformação, de algumas de suas cooperativas e mesmo de alguns de seus associados em industriais beneficiadores<sup>147</sup>.

---

<sup>145</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 6ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 27/out./1949, p. 5, grifos nossos.

<sup>146</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1950, p. 73. Como resultado da extinção da SAC, conforme proposta do representante do governo do Paraná, a JD aprovou em sessão de outubro do mesmo ano que as verbas correspondentes a ela – que representavam naquele momento Cr\$ 138 mil – fossem transferidas “aos órgãos estaduais especializados, a título de subvenção ao desenvolvimento do cooperativismo ervateiro” (*Ata da 6ª sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 27/out./1949, p. 4).

<sup>147</sup> A título de exemplo, em 1950, só as 14 cooperativas filiadas à Federação de Produtores do Paraná – estado em que o cooperativismo mais avançou – contavam com cerca de 10.000 associados e 100 armazéns construídos e instalados pela mesma federação (PLANIFICAÇÃO cooperativista do mate. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 172, maio/1950, p. 186).

Esse fortalecimento das federações começaria a se materializar ainda em 1946, quando o Governo Federal, procurando dar sequência ao movimento cooperativista após a extinção da COCPM, baixou os Decretos-lei 9.361 e 9.856, respectivamente de junho e setembro, através dos quais determinou que o INM desse às cooperativas e suas federações cotas de comercialização, industrialização e exportação<sup>148</sup>.

Nesse sentido, saiu na edição do jornal *Diário da Tarde*, de Curitiba, de 4 de novembro de 1946, a manchete “Grande vitória das cooperativas de mate no Brasil”, onde tratou-se de noticiar que as mesmas haviam conseguido finalmente o direito de exportar. Dessa vez – diferentemente do que ocorrera pouco tempo antes, em que as cotas foram liberadas pelo INM e, logo em seguida canceladas –, o espaço conquistado pelas federações seria permanente, tendo o INM feito a revisão das cotas e baixado a Resolução 227, de 12 de outubro, alterada logo em seguida pela Resolução 228. Essa última definiu que a partir de 1947 as cooperativas e suas federações teriam cotas de 6% da beneficiada e 20% da cancheada a serem exportadas – além disso, garantiu-lhes, na ocasião, a continuidade do fornecimento exclusivo de cancheada aos industriais e beneficiadores, só podendo os mesmos comprar de outros fornecedores quando os estoques das cooperativas fossem declarados extintos<sup>149</sup>.

Como resultado, daí em diante as federações assumiriam papel cada vez mais significativo, criando uma dicotomia com os “velhos” exportadores. Exemplo especial disso é o que ocorreria em Mato Grosso, onde a Federação Amambai (COPEMA), com sede em Ponta Porã, contando com quatro cooperativas, passaria a rivalizar com a poderosa Companhia Mate Laranjeira tanto na produção estadual como nas vendas de cancheada para a Argentina, superando-a definitivamente nos dois segmentos na década de 1950. Conforme podemos observar na **Tabela 5**, tendo em vista que a quase totalidade da produção desse estado era exportada, em 1952, a Companhia Mate, ainda predominante, produziu 3.632 t, enquanto que a COPEMA produziu 1.848 t. Essa última,

---

<sup>148</sup> Decreto-lei n. 9.361, *op. cit.*; BRASIL. Decreto-lei n. 9.856, de 13 de setembro de 1946. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. R Janeiro: Imp. Nacional, Vol. v, 1946, p. 372.

<sup>149</sup> Para a reportagem foram entrevistados Julio Portes, Athanagildo Schimitt e Francisco Quirino dos Santos, sendo o primeiro na ocasião presidente da Federação do Paraná e os demais membros da mesma (GRANDE vitória das cooperativas de mate no Brasil. *Diário da Tarde*. Curitiba: Editora “Diário da Tarde”, n. 16.187, 4/nov./1946, p. 1; 6).

no entanto, já a partir do ano seguinte iniciou seu domínio irreversível, quando produziu 4.155 t, enquanto a Companhia produziu apenas 2.325 t<sup>150</sup>.

**Tabela 5: Mato Grosso – produção (de 1952 a 1963) (principais produtores) – em t**

Ano	Federação Amambai	Cia. Mate Laranjeira
1952	1.848	3.632
1953	4.155	2.325
1954	-	-
1955	6.095	2.313
1956	5.026	4.546
1957	6.590	4.130
1958	10.065	2.800
1959	5.802	1.800
1960	8.865	2.800
1961	10.353	2.420
1962	5.659	1.360
1963	4.699	1.920

Fonte: FIGUEIREDO, 1967, p. 272-273.

No caso do Paraná – estado onde o cooperativismo mais se desenvolveu –, o jornal *A Tarde*, de Curitiba, em 13 de maio de 1957, reproduziu um discurso pronunciado pelo deputado Rocha Loures na Câmara dos Deputados, onde defendendo o cooperativismo do mate, procurou demonstrar o poder e importância que o mesmo havia alcançado. No discurso, embora não tenha apresentado números das vendas, afirmou que a Federação do Paraná – que contava com 15 cooperativas, cobria 40 municípios e tinha mais de 10.000 filiados – já era naquele momento “a maior exportadora do produto para o Chile” e tinha “seguras e promissoras relações comerciais com a Argentina e o Uruguai”<sup>151</sup>.

No mesmo processo, embora de forma um pouco mais lenta, as federações se tornariam também beneficiadoras. Como um primeiro passo nesse sentido, já constava na citada Resolução 228 que as federações conseguiram cota de 6% do mate beneficiado que seria exportado a partir de 1947, o que, por certo, seria de produtos das próprias cooperativas e não de mate comprado de outros beneficiadores e revendidos.

<sup>150</sup> Embora a Cia. Mate Laranjeira já viesse anunciando o abandonando dos negócios do mate desde a década de 1940, é importante ter em mente que um de seus dirigentes, Orlando Mendes Gonçalves, participou da Junta Deliberativa do INM como representante dos industriais e exportadores matogrossenses de março de 1957 até pelo menos março de 1966. Isso mostra, por certo, uma preocupação ainda existente da empresa com as exportações do produto.

<sup>151</sup> COOPERATIVISMO ervateiro. *A Tarde*. Curitiba: [s.d.], n. 02088, 15/maio/1957, p. 2-3.

Mas, mais importante que isso, entre 1947 e 1950, as federações cooperativas seriam envolvidas em uma polêmica com os industriais “tradicionais”. É que elas foram incluídas nos estudos do conhecido Plano Salte<sup>152</sup>. Seu anteprojeto, conforme foi apresentado inicialmente pelo presidente Dutra em 1947, previa uma dotação às federações no valor de Cr\$ 105 milhões, a ser usada no desenvolvimento de sua indústria de beneficiamento e também na sua propaganda do mate no Brasil e no exterior.

Isso gerou descontentamento da parte dos industriais “tradicionais”, que buscaram se apoiar no INM. Além disso, procurando ir além do Instituto, o Sindicato da Indústria do Mate do Paraná também elaborou um *Memorial sobre o Plano SALTE*, assinado por seu presidente Leão Júnior e por Hans Jordan, presidente do Sindicato da Indústria do Mate de Santa Catarina, com apoio de entidades patronais dos dois estados, tais como a Sociedade Rural e Associação Comercial do Paraná. O documento foi encaminhado ao Presidente Dutra, ao Ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho, e aos deputados líderes das bancadas dos estados produtores de erva-mate no Congresso Nacional. Nele os industriais diziam-se “contra as injustiças constantes desse documento [anteprojeto do Plano Salte] referente ao setor ‘Mate’” e denunciavam como “incontestável o objetivo de sujeitar esta economia a sistema coletivista contrário a nossa formação e verdadeiramente oposto ao nosso regime democrático”<sup>153</sup>.

De sua parte, Generoso Ponce Filho, presidente do INM no período dos estudos do plano, se manifestou em outubro de 1948 contra o projeto original, afirmando que o governo agia em detrimento dos “industriais tradicionais”, não contribuindo para a solução dos problemas existentes, pelo contrário, alimentando ainda mais a oposição entre as classes ervateiras. Diria ainda ele que o governo criaria situação “privilegiadíssima”, dando recursos às Federações para se industrializarem, o que as tornaria “concorrentes dos atuais industriais”, em situação especial, “pois que detentores da maioria da produção, teriam os elementos para a eliminação completa dos atuais

---

<sup>152</sup> Através desse Plano, o Governo Federal objetivava dar prioridade às áreas de saúde, de alimentação, de transporte e de energia. Cada um desses setores mereceu minuciosa análise, sendo propostos programas específicos para cada um dos principais problemas diagnosticados, sendo, complementarmente, enfatizada a necessidade de resolvê-los em conjunto com as medidas tomadas nos demais setores abrangidos pelo plano (SARETTA, 2002).

<sup>153</sup> MEMORIAL “PLANO SALTE”, dos Sindicatos da Indústria do Mate do Paraná e de Santa Catarina, em conjunto com entidades patronais do estado do Paraná, a Sociedade Rural e a Associação Comercial. Anexo n. 4 da *Ata da 9ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 27/out./1948, p. 10.

industriais, que têm vultosos capitais invertidos e cuja atuação, através de várias gerações, afinal foi quem criou a indústria da erva-mate no Brasil”<sup>154</sup>.

O presidente do INM também procurou se entender com deputados federais e senadores, além de dialogar com o Presidente da República e o Ministro da Agricultura, tendo se prontificado a colaborar com uma possível reestruturação do projeto do Plano Salte, com sugestões de modificações e “reajustes”, para serem feitas adequações às condições que acreditava serem mais equitativas, “enquadrando-as dentro da imprescindível ação do órgão legalmente criado para a defesa dos interesses de todas as classes ervateiras, que é este Instituto”. Dizia, de resto, confiar num exame mais detido do Congresso, onde o assunto seria estudado, e dizia que os recursos deveriam ser destinados ao Instituto, para que ele tomasse as medidas necessárias para o desenvolvimento da economia ervateira<sup>155</sup>.

Finalmente, como resultado do caso, o INM conseguiu que lhe fosse registrada na lei que aprovou o Plano Salte, em 18 de maio de 1950, uma dotação no valor de Cr\$ 50 milhões, que deveria ser usada “para amparo à economia ervateira e promoção do consumo do mate dentro e fora do país”. Às federações cooperativas, por sua vez, foi determinada a quantia de Cr\$ 105 milhões, que, no entanto, ao contrário do que constara no projeto inicial, não seria mais liberada pelo Governo Federal na forma de dotação orçamentária, mas sim de empréstimos, a serem pagos em longo prazo e a juros baixos. Seria ainda criada uma Estação Experimental do Mate, “para estudos de métodos racionais de defesa e melhoria do produto”, que receberia uma subvenção anual da verba do INM<sup>156</sup>. A mesma estação experimental ficaria sob a responsabilidade da Confederação das Cooperativas do Mate, entidade que deveria ser criada nesse processo – que, no entanto, só o seria realmente criada em 1959, como veremos.

No que diz respeito aos empréstimos a serem feitos às federações, não há muitos registros do que ocorreu depois. Mas, por outro lado, o que se sabe é que as federações seguiram a marcha de sua transformação em industriais beneficiadoras. Nesse sentido, constituiria um primeiro ponto de destaque a inauguração do “Engenho Cooperação” da Federação de Cooperativas do Paraná, feita no 2º Congresso

---

<sup>154</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1948, p. 43.

<sup>155</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>156</sup> Lei n. 1.102/1950, Anexo 2, setor Alimentos, item XII. (In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1950*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Vol. II, 1951, p. 55).

Cooperativo Ervateiro, realizado em Curitiba em julho de 1957. Construído no bairro do Cajuru, nesta mesma cidade, tratava-se de um conjunto com instalações para o beneficiamento do mate recebido pela referida federação, “dotado de todos os modernos requisitos, inclusive armazéns com capacidade para cerca de três milhões de quilos de mate”<sup>157</sup>. O mesmo foi descrito pelo *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, como “o maior e mais moderno no país”, que se somaria com outro engenho da Federação do Paraná que já existia também em Curitiba. Essas instalações físicas, além de demonstrarem avanços no beneficiamento e comércio de mate das cooperativas, estavam ligadas também às relações comerciais recém-estabelecidas entre a Federação de Cooperativas de Mate do Paraná e a Federação das Cooperativas de Consumo do Uruguai, para a venda de chimarrão, que segundo o jornal era “de ótima qualidade”<sup>158</sup>.

Claro que os industriais e exportadores “tradicionais” não aceitaram passivamente essa transformação das cooperativas e federações em beneficiadoras e nem a distribuição de cotas de exportação às mesmas. A nova situação “acendeu reações no meio dos industriais e dos exportadores” tidos como “tradicionais”, alimentando, como diria o presidente do INM em março de 1948, “as incompreensões e a concorrência entre elementos dos dois setores [produtor e industrial/exportador]”<sup>159</sup>. Esses elementos “tradicionais” resistiram, procurando obstar a marcha das cooperativas, a exemplo de suas reações ao Plano Salte, como apontamos. No entanto, sua resistência não foi suficiente, tendo eles que se conformar, com o passar dos anos, com a disputa de espaço com as novas concorrentes.

No entanto, se por um lado as federações foram se tornando concorrentes dos “tradicionais” beneficiadores e exportadores, por outro, haveria em alguns momentos importante aproximação com os mesmos. O primeiro convênio entre eles, de caráter circunstancial, foi firmado logo em 1949, quando a economia ervateira vivia um novo momento de superprodução. Desde 1947, as cooperativas vinham acumulando grandes estoques, tendo então as suas federações procurado se entender com os demais exportadores, assinando um acordo para que os mesmos comprassem esses excedentes.

---

<sup>157</sup> GRANDES resultados colhidos pelo 2º Congresso dos Ervateiros. *O Dia*. Curitiba: [s.d.], n. 10580, 19/jul./1957, p. 3.

<sup>158</sup> VENDA direta de chimarrão aos consumidores uruguaios. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 16.688, 2/jun./1957, 6º Caderno, p. 7.

<sup>159</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1948, p. 12.

Em troca, de sua parte, as federações se comprometeram a pagar “a redução de Cr\$ 2,50 por arroba de mate, compensando o exportador em acréscimos que tenham ocorrido nas despesas com o produto destinado à exportação”<sup>160</sup>. Como veremos em outro momento, essa medida de emergência surtiria efeito positivo para as cooperativas – apesar de alguns contratemplos –, com a regularização da sua situação em inícios dos anos 1950, assim como a regularização da produção de modo geral, ao menos nos anos imediatamente próximos.

Outro momento importante – e mais duradouro – de aproximação entre as federações e os demais industriais e exportadores seria registrado a partir do final da década de 1950, quando os mesmos entrariam em acordo para agir conjuntamente. Nesse contexto é que em 1959 seria criada a Empresa de Mate do Brasil (EMABRA) e a Confederação Nacional das Cooperativas de Produtores de Mate. Como também teremos oportunidade de ver em outro momento, em meio a novos problemas de mercado que começavam a se afigurar especialmente a partir de 1958-1959, as duas entidades se juntariam com o objetivo de melhorar a indústria de beneficiamento e de expandir os mercados para os produtos, que nos anos seguintes passariam a incluir como novidade o recém-desenvolvido mate solúvel. A parceria se estenderia, afinal, pelos anos restantes da vida do INM.

Por fim, além do que vimos até aqui, cabe ainda dizer que, nas décadas que seguiriam ao fim da COCPM, as federações passariam a colaborar com o INM no que dizia respeito à busca pela melhoria dos processos tanto de produção como de beneficiamento. Isso ocorreria, por exemplo, na tentativa de adequação de pequenos engenhos de seus associados nos moldes propostos pela autarquia – especialmente no Rio Grande do Sul, onde havia grande número de *soques*, pequenos estabelecimentos beneficiadores, considerados precários e anti-higiênicos, que por isso o INM procuraria transformar ou suprimir. A colaboração das cooperativas e de suas federações se daria também em relação à fiscalização da qualidade da erva cancheada produzida, em um primeiro momento, e da beneficiada, à medida que elas fossem se tornando beneficiadoras. Nesse caso se incluía a observação dos tipos de produtos e subprodutos e a sua adequação aos padrões estabelecidos pelo INM. Afinal, as federações e cooperativas também teriam papel importante nas tentativas de desenvolver novos

---

<sup>160</sup> PROBLEMAS da produção ervateira. *O Dia*. Curitiba: [s.n.], n. 08131, 12/jun./1949, p. 7.

produtos, cujo resultado mais importante no tempo de vida do INM seria o mate solúvel que, como veremos, seria uma das grandes esperanças da economia ervateira nos anos 1960.

### *2.5.2 – O INM - suas ações ou a tentativa delas (1946-1967)*

Conforme observamos no item anterior, na nova fase que começou em 1946, a questão da produção se colocou de forma um tanto diferente para o INM, já que as cooperativas cresceram em importância, passando a congregar a grande maioria dos produtores (87% em 1950). Dessa forma, daí em diante, qualquer medida tomada em relação à produção teve, inevitavelmente, que levar em conta as cooperativas e suas federações. Num primeiro momento, através da criação da SAC, o INM bem que tentou – como, aliás, desde o início vinha tentando – controlar diretamente as cooperativas, mas, diante do insucesso desse órgão, teve que encontrar formas de ação colaborativa com as mesmas e suas federações. Com o passar do tempo, essa colaboração teve que ocorrer também em relação aos demais segmentos principais da cadeia produtiva, tendo em conta a transformação das cooperativas e suas federações em exportadoras e em beneficiadoras.

Por outro lado, no que lhe cabia diretamente, o INM buscou atingir uma série de objetivos – novos e velhos. Buscou, por exemplo: formas de resolver em definitivo as oscilações nos níveis de produção; formas de garantir o preço mínimo por ele estabelecido – especialmente aos produtores –; e, em conexão com os pontos anteriores, procurou financiar a produção – ao menos àquela parte que não era atendida pelo cooperativismo. Mas, além disso, o INM procurou adotar medidas para a produção e a indústria, que incluíram a continuidade de estudos que se encontravam em andamento e a promoção ainda de outros novos. Constataram, dessa forma, estudos e medidas para: o desenvolvimento de novas formas de preparo da cancheada e beneficiada; a melhoria das instalações e dos processos de beneficiamento; e melhoria da qualidade e higiene dos produtos, através da adoção de padrões mais adequados.

Nesse sentido, entre os primeiros pontos estudados e levados adiante pelo Instituto, estiveram os que diziam respeito à qualidade e à padronização dos produtos. Eles seriam fundamentais para o prosseguimento dos estudos e das medidas

relacionadas tanto com a produção como com a indústria de beneficiamento. Assim, depois de 1946 houve uma relação de continuidade com o que vinha se fazendo desde os primeiros anos. Desde sua instalação em 1938, em parceria com os Centros de Industriais e Exportadores, o INM procurou definir os tipos adequados de produtos e suas composições. Mas, naquele momento, nada mais fez do que reunir os tipos e as padronizações como eles já vinham sendo comercializados nos mercados tradicionais e no mercado interno brasileiro<sup>161</sup>.

Definições mais adequadas seriam adotadas pela primeira vez apenas a partir da Resolução 91, de 18 de março de 1941. A mesma resultou de um “meticuloso estudo” feito pela Divisão Econômica nas regiões ervateiras, afetando “a padronização de todos os tipos de mate, quer para beneficiamento, quer para exportação ao exterior, adotando o critério da maior ou menor existência de paus e folhas trituradas”<sup>162</sup>. Tal foi a importância dada a essa resolução que ela foi confirmada através do Decreto 7.902/1941, assinado pelo Ministro da Agricultura, Carlos de Souza Duarte<sup>163</sup>. Em linhas gerais, o decreto reafirmou as características fundamentais esperadas dos produtos da erva-mate, formados “exclusivamente por folhas de *Ilex Brasiliensis* (*paraguariensis*, Saint-Hilaire), secadas, ligeiramente tostadas, rotas ou grosseiramente pulverizadas, com fragmentos de galhos tenros, pecíolos ou pedúnculos”<sup>164</sup>.

A partir dessas definições, separou os produtos – tanto cancheados como beneficiados – em classes, grupos e tipos, obedecendo às preferências dos mercados consumidores. Os tipos cancheados foram enquadrados em três grupos e os beneficiados foram enquadrados em sete grupos. Estabeleceu ainda as embalagens permitidas para a exportação da beneficiada (barricas de pinho ou pequenos envases confeccionados com folha de flandres, madeira de pinho, papel impermeável ou outro acondicionamento que satisfizesse as exigências de uma boa conservação). Determinou, por fim, que o armazenamento devesse ser feito “em depósitos próprios, ventilados,

---

<sup>161</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 8ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 1º/dez./1938, p. 3.

<sup>162</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1947, p. 19.

<sup>163</sup> BRASIL. Decreto 7.902, de 24 de setembro de 1941. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1941*. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, Vol. I, 1941, p. 590; Vol. VIII, Apenso, p. 66.

<sup>164</sup> Decreto 7.902/1941, art. 1º.

assoalhados e que ofereçam toda segurança para a sua perfeita conservação”, ou seja, livre de humidade e de deteriorações<sup>165</sup>.

Pode-se observar que essa primeira grande medida foi adotada antes do período que nos ocupamos no momento, mas, como dissemos, a padronização dos tipos comportou certo sentido de continuidade e complementariedade. Dessa forma, novas e importantes mudanças na legislação ocorreriam apenas em meados da década de 1950. O principal e mais definitivo dispositivo nesse caso foi a Resolução 485, baixada em 25 de outubro de 1955, que determinou a necessária revisão da Resolução 91 e do Decreto 7.902 (ALENCAR, 1960, p 51). O objetivo, segundo o presidente na ocasião, Candido Mader, era atualizar a legislação anterior, consolidando-se “as Resoluções que criaram tipos de beneficiada, bem como o imperativo de modificar-se certos aspectos de natureza regional”<sup>166</sup>.

Ao todo, foram reunidos e definidos por essa nova resolução 23 tipos de beneficiada e 11 tipos de cancheada, sendo a maior parte produzida no Paraná e em Santa Catarina (16 tipos de beneficiada e 4 tipos de cancheada), seguidos do Rio Grande do Sul (6 tipos de beneficiada e 5 de cancheada) e do Mato Grosso (2 tipos de cancheada e 1 de beneficiada de consumo estadual). Fato interessante é que, confirmando-se uma fórmula que vinha sendo usada há algum tempo, todos os tipos originários do Paraná e de Santa Catarina – tanto de cancheada como de beneficiada – passaram a ser unificados, tendo em vista a “semelhança do paladar (fraco) e dos processos de produção” (ALENCAR, 1960, p 52). Outra coisa interessante é que, a fim de facilitar a identificação, incorporou-se nessa resolução outra prática dos anos anteriores: todos os tipos passaram a receber códigos formados por letras e números, que correspondiam em geral ao local de origem, ao local de destino e mais um número que indicava a qualidade do produto. Assim, por exemplo, os tipos vendidos pelo Paraná e por Santa Catarina, destinados ao Uruguai, de primeira qualidade, eram identificados como P.U.1<sup>167</sup>.

---

<sup>165</sup> *Ibidem*, artigos 11-12.

<sup>166</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1955, p. 6.

<sup>167</sup> Existiam algumas exceções. Se fosse chá, recebia três letras e um número: o tipo P.P.E.2, por exemplo, correspondia ao chá preto, produzido no Paraná ou em Santa Catarina, para exportação, de 2ª qualidade. Em alguns outros casos se identificava também o local onde era a erva cancheada: a de *barbacué*, do Paraná e de Santa Catarina, recebeu o código C.B., enquanto a cancheada de *carijo* foi codificada como C.C.. Cada uma dessas codificações era subdividida, por sua vez, em duas qualidades (primeira e

Finalmente, conforme Alencar, as alterações que vieram depois da Resolução 485, foram “secundárias e circunstanciais”, não afetando as linhas gerais traçadas por ela (1960, p 51) – aliás, assim seguiria sendo até 1967. De qualquer forma, alguns acréscimos foram feitos. É o caso, por exemplo, da Resolução 606/1959, que estabeleceu o tipo M.O.1 a ser produzido Mato Grosso que se destinava ao mercado do Oriente Médio. Nesse caso, visava-se sua adaptação “ao paladar dos consumidores daquela área” e, ao mesmo tempo, estimular a industrialização mato-grossense (FIGUEIREDO, 1967, p. 189). Outro exemplo é o da Resolução 681/1961 que, procurando uniformizar a beneficiada em um tipo que se adaptasse ao paladar dos novos mercados em geral, criou o tipo P.N.M.1, elaborado nos estados de Paraná e Santa Catarina (FIGUEIREDO, 1967, p. 189-190). Por fim, tem-se a Resolução 712/1962, que criou o tipo P.N.M.2, também dos estados de Paraná e Santa Catarina, para exportação com destino aos mercados do Oriente Médio<sup>168</sup>.

Ao mesmo tempo em que trabalhava na padronização dos tipos, no caso especificamente da produção, o INM projetou e procurou instalar estações experimentais e campos de produção de sementes e mudas. Com os mesmos objetivava criar ferramentas para os estudos das formas de cultivo do mate – ampliando-o –, assim como promover o adensamento dos ervais nativos através do fornecimento de mudas. Nesse último caso, as medidas adotadas visariam à recuperação de espaços depredados ou onde os ervais estivessem envelhecidos, o que, por sua vez, resultaria em melhor aproveitamento da produção, aumentando a produtividade, a menores custos e em volumes mais constantes. Com os campos experimentais e de mudas, o INM procuraria ainda avançar nos estudos da ecologia da erva-mate, complementares aos estudos geográficos, que haviam sido realizados nos anos anteriores a 1946. Esperava-se ainda, em último caso, que servissem como alguma fonte de renda para o INM, a ser conseguida mediante a venda das mudas.

O projeto já estava em estudo desde 1945, mas os dois tipos de estabelecimento foram sendo instalados apenas no período 1951-1959. Surgiram, dessa forma, os campos experimentais de Mafra, em Santa Catarina, São Mateus do Sul, Paraná, e

---

segunda), cujo número era acrescentado à sigla (ex.: C.C.1, C.B.2, etc.). Por fim, no caso gaúcho, a cancheada poderia ser identificada também por seu paladar, como a G.E.2 (considerada extra forte), a G.F.2 (forte) e G.C. (elaborada em carijo, de segunda qualidade) (ALENCAR, 1960, p. 55-56).

<sup>168</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1963, p. 20.

Venâncio Aires e Ilópolis, no Rio Grande do Sul. No caso dos campos de mudas, além dos que funcionavam conjuntamente aos campos experimentais – destacadamente os de Ilópolis e São Mateus do Sul –, até o fim do mesmo período foram instalados outros dois em Lapa e Prudentópolis, no Paraná. Assim como na sua instalação, no caso dos campos de mudas, houve constantes atrasos também na produção, tendo os primeiros – de Lapa, São Mateus e Mafra – começado a produzir apenas em 1958<sup>169</sup>. Apenas em março de 1960, diria o presidente do INM, Pedro Firman Neto, que “parecia” que era satisfatório o desenvolvimento dos mesmos, tendo já sido entregues 18.200 mudas a partir dos campos de São Mateus, Lapa e Prudentópolis<sup>170</sup>. Afinal, já no fim de 1960, existiam encomendas no montante de 70.000 mudas, quantia que Firman Neto dizia estar “em condições de fornecer a qualquer momento”<sup>171</sup>.

Em 1959 foi instalado o Centro de Pesquisas de Erva-mate (CEPEMATE), o mais destacado campo de pesquisas e de produção de mudas do INM, localizado em Ilópolis – na época pertencente ao município de Encantado, no Rio Grande do Sul. Localizado em uma zona de grande produção, ele contava com um agrônomo cedido pelo Governo Estadual. Em outubro de 1959, quando o mesmo estava em processo de instalação, o presidente do INM dizia que iam procurar dotá-lo “dos requisitos necessários ao seu aproveitamento como verdadeiro laboratório de estudos e observações”, esperando que os assuntos ervateiros pudessem, “em futuro próximo, seguir orientação mais segura e mais técnica”<sup>172</sup>. Além disso, com perspectiva de produção de 1.800.000 mudas, esperava-se que ele se tornasse autofinanciável já em 1961<sup>173</sup>. No entanto, nos anos que se seguiram à sua criação – embora tenha ele apresentado melhores resultados que os seus congêneres – o autofinanciamento não se concretizou e foram ainda apontados importantes problemas no seu aparelhamento, cuja

---

<sup>169</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1958, p. 1.

<sup>170</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1960, p. 3-4.

<sup>171</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1960, p. 2.

<sup>172</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1959, p. 18-19.

<sup>173</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1960, p. 5-6.

resolução definitiva e adequada sofreu frequentes atrasos – não tendo sido resolvidos no tempo de vida do INM.

Até houve alguma regularidade nas vendas de mudas do CEPEMATE. Em 1962, por exemplo, se vendeu mais de 50.000 mudas, que renderam Cr\$ 516 mil<sup>174</sup>; apenas no período de março a setembro de 1963 se vendeu 47.000 mudas, arrecadando o INM Cr\$ 800 mil<sup>175</sup>; por fim, nos seis primeiros meses de 1966 haviam sido vendidas 74.021 mudas, esperando-se até o fim do mesmo ano vender 90.000<sup>176</sup>. Mas, ainda assim, as suas deficiências e limitações persistiram. No último registro que consta sobre o CEPEMATE na documentação, de outubro de 1966, o então presidente do INM, Harry Carlos Wekerlin, concluiu dizendo que ele ainda não havia atingido “as finalidades para as quais foi criado”, mas confiava que “seus resultados virão a longo prazo”<sup>177</sup>. A confiança, no entanto, não se concretizaria, afinal, o INM teria muito mais tempo, sendo extinto em fevereiro do ano seguinte.

No caso de Mato Grosso, o projeto para instalação de campos de mudas esteve em estudo especialmente em 1958. Dizia-se na ocasião que havia sido oferecida uma área da fazenda Campanário pela Empresa Agrícola e Pastoril Campanário – empresa que controlava a Companhia Mate Laranjeira na época –, situada no município de Ponta Porã, chegando-se a implantar os primeiros campos de muda no mesmo ano<sup>178</sup>. Além desse, chegou a iniciar-se algum plantio também no município de Amambai. No entanto, essas experiências no estado são pouco conhecidas, podendo-se acreditar que, em geral, não tiveram resultado de destaque; especificamente sobre a experiência de Campanário, o geógrafo Alvanir Figueiredo, em 1967, diria apenas que a mesma teve resultado “tímido” (p. 129).

Assim, em termos dos resultados gerais, apesar das expectativas em torno dos estudos e do plantio, os mesmos não surtiram grande efeito ao longo dos anos. No caso dos campos de muda, os resultados teriam sido mais significativos no Rio Grande do

---

<sup>174</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1963, p. 3.

<sup>175</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1963, p. 5.

<sup>176</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Harry Carlos Wekerlin, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1966, p. 5.

<sup>177</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>178</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1958, p. 1.

Sul e, com menor significação existiram ervais artificiais “em áreas de colonização europeia do setor Norte do Estado de Santa Catarina, em alguns municípios centrais do Paraná” e nos já citados municípios de Ponta Porã e Amambai, em Mato Grosso (FIGUEIREDO, 1967, p. 127). Figueiredo nos diz que era “difícil aquilatar a significação real da mateicultura, em termos quantitativos, dada a falta de dados sobre a proporção entre erva-mate proveniente de ervaíras plantadas e nativas”, mas, de qualquer maneira, o número de ervais plantados continuou sendo muito pequeno comparado com a exploração dos ervais nativos (1967, p. 126).

Para além dessa tentativa de promover o plantio e o adensamento de ervais, mas ainda voltado para a produção, o INM desenvolveu o projeto de “barbacuás coletivos”. Tratava-se de estabelecimentos para o cancheamento que deveriam ser instalados em cada uma das zonas ervateiras, no interior dos quatro estados, a fim de que com maquinário moderno, melhorassem a qualidade desse formato, tornando-o mais de acordo com os padrões determinados pelo Instituto que vimos anteriormente. Segundo o presidente Firman Neto declarou ainda em outubro de 1959, a despeito da existência das cooperativas e suas federações:

[...] a maioria dos produtores não dispõe de instalações adequadas para cuidar de uma produção boa e barata, capaz de satisfazer os padrões oficiais e proporcionar-lhes melhor remuneração pelo seu trabalho, razão porque a matéria prima que há muito se vem produzindo é, infelizmente, de qualidade inferior, muito “pintada” – que significa mal sapeco, além de conter excesso de paus triturados – que denuncia malhação exagerada<sup>179</sup>.

Nesse sentido, esses barbacuás foram vistos como uma ferramenta de extrema importância, pois atenderiam a um número grande de produtores, que pagariam uma taxa de utilização pelo uso dos mesmos. Desde 1946 já se falava neles, considerando-os “medidas preliminares impositivas” para o melhor aproveitamento da produção<sup>180</sup>. Apesar disso, devido à recorrente falta de recursos próprios e de financiamentos, a instalação de barbacuás coletivos foi constantemente protelada, tendo, enfim, resultado em poucos estabelecimentos construídos, embora apenas um tenha realmente se

---

<sup>179</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1959, p. 21-22.

<sup>180</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1946, p. 13-14.

enquadrado nos moldes que o INM havia projetado<sup>181</sup>. Esse era o caso do barbacuá instalado em Prudentópolis, Paraná, que ficou pronto só em 1957<sup>182</sup>.

Mesmo nesse caso, no entanto, em nenhum momento se conseguiu produção satisfatória seguindo esse estabelecimento subutilizado em todos os anos seguintes. Em março de 1959, por exemplo, o presidente do INM dizia que ainda não havia atingido “as finalidades que justificaram sua criação” porque, “apesar de sua eficiência, não tem sido procurado, como seria de se esperar, pelos produtores da região, embora a campanha de esclarecimentos [tenha sido] realizada pela Delegacia Regional do Paraná”<sup>183</sup>. Em outubro do mesmo ano, se diria que ele se encontrava paralisado, aventando-se inclusive a possibilidade de sua venda<sup>184</sup>. Depois disso, o INM não se desfez dele, mas a situação não teve melhora.

Além da falta de interesse dos produtores, contribuiu também para sua situação a falta frequente de trabalhadores<sup>185</sup>. De sua parte, buscando um maior aproveitamento, o INM chegou a comprar “erva crua” (em folhas) em alguns momentos, para processar por conta própria, além de ter arrendado alguns ervais, o que fazia com a finalidade de propaganda e como uma alternativa para completar o que faltava para sua “atividade normal”. De qualquer forma, os presidentes continuariam se queixando do seu subaproveitamento, como fez Jorge de Lima em outubro de 1963, dizendo que apesar de “aparelhado e em condições de produzir 30.000 arrobas de cancheada por safra, terá

---

<sup>181</sup> O relatório do presidente do INM de março de 1956 disse que nesse ano se iniciariam as construções de barbacuás coletivos em Mato Grosso e Santa Catarina. No entanto, no caso de Santa Catarina, apenas em março de 1963 fala-se sobre um barbacuá em Canoinhas, que já tinha sido construído e estava “praticamente pronto para ser usado”, que, mesmo assim, no começo de 1965 se encontrava paralisado, tendo sido envolvido em alguma questão administrativo-jurídica não detalhada (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1963; *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel Oliveira Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1965, p. 7). O barbacuá de Mato Grosso, por sua vez, apesar de terem sido feitos estudos de localização e entendimentos do INM com a Federação Amambai, a fim de agirem conjuntamente, nunca chegou a ser terminado.

<sup>182</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1957, p. 2.

<sup>183</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1959, p. 2.

<sup>184</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1959, p. 23-24.

<sup>185</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1959, p. 3.

este ano o seu funcionamento reduzido à produção de apenas 5.000, em virtude do desinteresse manifestado pelos produtores”<sup>186</sup>.

No que diz respeito ao beneficiamento, quando o INM foi criado já havia uma preocupação com a padronização e melhoria da qualidade do produto comercializado. Assim, seguir nesse sentido era um dos seus importantes objetivos, tendo em vista que da qualidade do produto dependia sua aceitação nos mercados e o aumento do consumo<sup>187</sup>. Desde o início houve uma preocupação com os estabelecimentos beneficiadores, mas isso só começou a virar regra de fato a partir de fevereiro de 1940, quando o INM baixou a Resolução 37<sup>188</sup>. A mesma determinou que a solicitação para a montagem de qualquer instalação destinada ao beneficiamento deveria ser “instruída com plantas e comprovantes que satisfaçam às exigências que o INM adotar, concernentes às condições técnicas e higiênicas de tais estabelecimentos”<sup>189</sup>. Tais solicitações foram então vinculadas ao registro no Instituto<sup>190</sup>. Além disso, o INM definiu que se entenderia com os governos estaduais para a adoção de um comum acordo, “com relação às condições higiênicas das fábricas e moinhos [já] estabelecidos nos seus territórios e das providências a serem concertadas” em relação aos mesmos<sup>191</sup>.

Para aquelas firmas que se cadastraram no INM desde o início – que até 1943 fizeram parte dos Centros de Industriais e Exportadores (Centrex e Centrix) –, se enquadrar nessas normas não foi nenhum problema. O problema era que, além delas, existia mais de uma centena de outras pequenas instalações de beneficiamento – os chamados *soques* – consideradas precárias e anti-higiênicas, que, apesar da Resolução 37, continuariam existindo e produzindo nos anos seguintes, sem que alterações fossem feitas nas suas estruturas. Como declararia o presidente Ponce Filho em março de 1945, das 150 firmas beneficiadoras cadastradas, cerca de 120 se encontravam nessas condições. O estado onde essa situação era mais problemática era o Rio Grande do Sul, onde, segundo levantamento da Divisão Econômica, dos 44 beneficiadores registrados

---

<sup>186</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1963, p. 3.

<sup>187</sup> Nós nos concentraremos aqui nas ações do INM, deixando para dar maior atenção aos resultados econômicos de tais medidas no próximo capítulo.

<sup>188</sup> INSTITUTO Nacional do Mate – Resolução n. 37. *Correio do Paraná*. Curitiba: Órgão do Partido Liberal Paranaense, n. 08202, 18/mar./1940.

<sup>189</sup> Resolução 37/1940, art. 1º, § 2º.

<sup>190</sup> *Ibidem*, art. 2º.

<sup>191</sup> *Ibidem*, art. 4º.

apenas sete poderiam “ser enquadrados como Engenhos de Mate”, e os “demais não passam de ‘soques’, acionados por ‘azinha’ e, de uma maneira geral, desfrutando de deficientes condições higiênicas”<sup>192</sup>.

Tal situação mostrou, afinal, que a Resolução 37 havia resultado mais em uma “carta de intenções” do que propriamente em uma norma que tenha sido levada às suas últimas consequências. Diante disso é que novos estudos foram feitos a partir de 1946. Em 1947 foi então baixada a Resolução 249, que representou a busca por parte do Instituto por dar um passo adiante, estabelecendo condições mínimas para o funcionamento dos estabelecimentos, visando, sobretudo, quatro pontos: dar maior uniformidade aos tipos de beneficiada; acabar com os soques; melhorar o produto sob o aspecto higiênico; e possibilitar a produção em grande escala, para atender aos mercados norte-americano e europeu – claro que contando nesse último caso com a possível conquista de espaço nesses mercados<sup>193</sup>. Com esses objetivos o INM criou nessa ocasião duas categorias de engenho às quais deveriam se enquadrar os beneficiadores: *Universal* e *Regional*. O primeiro, considerado o modelo ideal, com os equipamentos adequados, deveria ser capaz de produzir todos os tipos de chimarrão e chá, padronizados, nos montantes mínimos anuais de 2.000 t e de 300 t, respectivamente. Quanto aos engenhos *Regionais*, deveriam ser capazes de produzir tipos de chimarrão de consumo estadual e “facultativamente, chá, padronizados pelo INM”. O seu montante anual mínimo de produção de chimarrão era de 1.000 toneladas.

Mas, ainda no mesmo ano, a Resolução 253, de 3 de dezembro, substituiria a 249<sup>194</sup>. Tratava-se de uma atualização, ao contemplar uma terceira categoria de engenho, *Colonial*, cujas exigências estariam – supostamente – mais próximas da realidade dos pequenos beneficiadores, que eram definidos como *soques* e não tinham recursos para se adequar às categorias *Universal* e *Regional*. Para esse novo tipo oficial, de capacidade muito mais limitada, estabeleceu-se que deveria produzir tipos de chimarrão de consumo estadual, padronizados pelo INM, no montante mínimo anual de 5 toneladas. A fim de “satisfazer às condições de higiene e segurança do trabalho”, esse

---

<sup>192</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1946, p. 34.

<sup>193</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1947, p. 31-32.

<sup>194</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1948, p. 65; 83.

tipo deveria ainda dispor de peneira de limpeza de cancheada, moinho ou pilão, peneira de separação plana ou cilíndrica. Além disso, deveria dispor de *noque* (depósito) para beneficiada, com paredes duplas, e piso forrado de madeira, mantendo as instalações em área coberta (FIGUEIREDO, 1967, p. 183-184).

A partir da Resolução 253 foram determinados também os prazos para as adequações dos estabelecimentos – inicialmente até 6 de dezembro de 1949 –, depois do qual quem não estivesse enquadrado, se sujeitaria às sanções do INM (principalmente a apreensão do mate produzido e o cancelamento de seu registro), passando ainda a ser considerado o seu produto clandestino e, conseqüentemente, proibido de circular. Pela mesma resolução foram estabelecidos também os “termos de inspeção”, a serem distribuídos entre as Delegacias Regionais, para serem preenchidos pela fiscalização<sup>195</sup>. Mas, na prática, essas e outras medidas tomadas nos anos que seguiram tiveram pouco efeito sobre os “socadores”. Muitos deles continuariam tendo seus registros concedidos pelo INM “a título precário” e os prazos para sua adequação tiveram que ser renovados várias vezes, sem que as determinações fossem cumpridas.

Para que se tenha ideia, a situação era tal que, em março de 1954, o presidente Pretextato Tabora Júnior relataria terem sido cancelados 120 registros, 104 deles só do Rio Grande do Sul. Mas, como reconheceu o próprio, tais cancelamentos iriam ter impacto negativo nas receitas do INM, desfalcando-as, “como também [...] propiciará a prática do comércio desonesto entre os que não tiveram legalizada sua situação”, que venderiam – como já faziam, aliás – o seu produto às fábricas legalizadas, que por sua vez, o revenderia com suas próprias marcas. O principal motivo para a pouca eficácia das ações do INM, segundo o presidente, era que o mesmo não dispunha de meios suficientes e adequados para fiscalizar e coibir as infrações e nem poderia contar com o auxílio dos governos estaduais, “uma vez que os infratores da legislação ervateira [do INM] são contribuintes dos referidos estados, através do Imposto de Indústrias e Profissões”<sup>196</sup>. Como resultado, algum tempo depois, os cancelamentos dos registros mencionados teriam que ser revogados pelo impotente Instituto.

---

<sup>195</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1949, p. 141.

<sup>196</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Tabora Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1954, p. 5.

Em termos de legislação, uma última grande tentativa de o INM agir foi feita através da Resolução 476, de 31 de março de 1955, que atualizou e complementou a legislação anterior, incorporando, além disso, os novos tipos oficializados nos últimos anos<sup>197</sup>. Através dela o Instituto procurou estabelecer de forma mais definitiva as normas para construção, registro, modificação de aparelhagem e transferência de localização (FIGUEIREDO, 1967, p. 181). Como ponto de destaque, no sentido que estamos falando nos últimos parágrafos, um dos principais objetivos continuou sendo a adequação dos soques minimamente à categoria *Colonial*. Procurando seguir nessa direção, por exemplo, é que foram enviados às Delegacias Regionais em 1956 dois projetos de engenhos da categoria *Colonial*, “com os respectivos memoriais descritivos, para facilitar sua difusão entre os interessados”. Além disso, em parceria com o Instituto de Tecnologia, foram feitas “pesquisas, análises e experimentações relativas ao mate”, e com o apoio do Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul – estado que mais possuía soques – foram feitos trabalhos no sentido da higienização e fiscalização dos carijos, barbaquás e outras instalações<sup>198</sup>. Por fim, complementarmente a essas medidas, no início de 1958, surgiu a proposta de construção de “engenhos coletivos”, a serem implantados em centros que comportassem o beneficiamento do mate de maneira econômica, como uma maneira de “selecionar o produto, uniformizando-o e escoimando-o de impurezas”, o que – esperava-se – concorreria para a “extinção desses ‘soques’, há muito condenados”<sup>199</sup>.

O que se viu daí em diante, no entanto, foi o recorrente malogro dessas mesmas iniciativas. Os “engenhos coletivos”, apesar de terem sido projetados, nunca passaram disso e os soques seguiram sendo uma realidade, situada entre aquelas que o INM foi incapaz de transformar. Nos últimos anos do Instituto, ele apenas procuraria conviver com eles, aceitando o seu registro, embora seguissem as objeções de seus dirigentes sobre a qualidade do que os soques produziam. Nesse sentido, não foi por acaso que o número de beneficiadores inscritos no Instituto, que em 1945 somava 152, chegou a 297

---

<sup>197</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1959, p. 28.

<sup>198</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1956, p. 4.

<sup>199</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1958, p. 3.

em 1966<sup>200</sup>. O INM aceitou muitos de seus registros, o que por certo não representou uma expansão qualitativa, mas meramente quantitativa dos estabelecimentos e, enfim, serviu ao longo do tempo para alimentar os questionamentos sobre o seu limitado poder de ação.

Para além dos estudos técnicos e das tentativas de resolver algumas carências da produção e da indústria, o INM procurou também seguir com suas ações de propaganda na tentativa de expandir o consumo. Continuou a mirar, de início, destacadamente os novos mercados no exterior (EUA e Europa, sobretudo), mas, diante da falta de recursos para fazer frente aos altos gastos necessários para as ações nessas áreas, chegou a fechar a agência própria que mantinha em Nova York em 1949 e procurou se apoiar mais em escritórios comerciais das embaixadas brasileiras e em acordos com o Itamaraty<sup>201</sup>. A partir dos anos 1950, passou também a dar cada vez maior atenção ao mercado interno, que se apresentaria crescentemente como uma alternativa mais real para contrabalançar uma possível perda de espaço nos mercados tradicionais. Dessa forma, o INM passou a investir mais em propaganda e publicidade em rádios e jornais brasileiros, além de anúncios espalhados em alguns pontos de cidades consideradas estratégicas; promoveu degustações, participou de eventos por todo país e manteve um fornecimento regular de produtos de mate em órgãos e repartições públicas.

Nesse contexto, comprovando a mudança de orientação do INM dos chamados novos mercados externos em direção ao mercado interno brasileiro, entre as principais medidas que adotou, ele promoveu a instalação de agências suas em alguns estados brasileiros e de estabelecimentos a elas ligados que receberam o nome de *Lojas do Mate*<sup>202</sup>. As agências, como observado em outra parte desse capítulo, já existiam nos três mercados tradicionais desde a criação do INM. Já para o mercado nacional, ao longo das décadas de 1940 e 1950, em princípio foram criadas Delegacias que depois foram extintas, dando lugar às agências, como a de São Paulo (transformada novamente em Delegacia em 1964) e a de Belo Horizonte; em 1960 surgiram as agências de Salvador e

---

<sup>200</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel Oliveira Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1966, p. 8.

<sup>201</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1949.

<sup>202</sup> Por vezes, principalmente no início do projeto, elas eram chamadas de *Casas do Mate*, o que gerava confusão pela existência de iniciativas privadas que levavam o mesmo nome.

de Recife<sup>203</sup>. De forma geral, as agências criadas no mercado nacional tinham por missão servirem como pontos de apoio da sede do INM, como ferramentas de sondagem, para o intercâmbio de informações e pesquisas sobre peculiaridades do comércio local, além de serem ferramentas na promoção do mate através de degustações – em órgãos públicos e particulares –, de observação dos gostos e, enfim, de promoção de entendimentos com possíveis compradores locais.

As Lojas do Mate, por sua vez, foram pensadas como espaços para venda a título promocional, no formato de chá – quente e gelado –, mas também para a introdução de novidades, como o mate no formato refrigerante gaseificado e, a partir dos primeiros anos da década de 1960, o mate solúvel. Além disso, como se tratavam de espaços de promoção, o consumidor aprendia a preparar o mate dentro da forma e sistema mais recomendáveis. A ideia era que fossem instaladas Lojas do Mate em cidades brasileiras consideradas com boas possibilidades de consumo. Elas já se encontravam idealmente concebidas pelo INM desde agosto de 1949 mas, como ocorreu com outras iniciativas, essa também sofreu atrasos, sendo a primeira loja instalada em São Paulo apenas em outubro de 1957<sup>204</sup>. Depois dela, apenas a partir da década de 1960 seriam instaladas outras: em Belo Horizonte e Salvador em 1960, Recife em 1961 e Brasília 1963<sup>205</sup>.

Além dessas efetivamente instaladas, em outubro de 1961, dizia-se que estava autorizada a construção de uma Loja do Mate em Campo Grande, Mato Grosso, que dependia “apenas da escolha do local”<sup>206</sup>. No entanto, a mesma não chegou a se efetivar. A construção de uma última loja a ser instalada em Erechim, Rio Grande do Sul, chegou a ser anunciada pelo presidente Harry Wekerlin na 1ª Festa Nacional do Mate, realizada em novembro de 1966 no mesmo município, mas a ideia também não foi adiante, dada a extinção do INM já em fevereiro do ano seguinte<sup>207</sup>.

---

<sup>203</sup> O INM chegou ainda a se estabelecer em Brasília no mesmo ano, mas, apesar de ter funções parecidas com as de uma agência, nesse caso ela foi criada como Delegacia.

<sup>204</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1957, p. IV.

<sup>205</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1961, p. 21-22.

<sup>206</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>207</sup> MATE terá produção modificada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 00260, 5/nov./1966.

### 2.5.3 – O agravamento dos problemas e a extinção do INM

Embora as medidas apresentadas no item anterior representem apenas parte da ação do INM, elas são indícios importantes do que ocorreu no período 1946-1967. A partir delas podemos identificar e entender, entre outras coisas, as dificuldades que o Instituto teve que enfrentar e os limites de sua ação nesse período, dada a sua estrutura, os eventos conjunturais e também as escolhas feitas por seus dirigentes. Essas medidas apresentadas servem, por fim, para começarmos a perceber que os grandes problemas enfrentados desde os primeiros anos persistiram, entre os quais a falta de recursos e o aumento dos seus gastos com pessoal e com manutenção devem certamente ser destacados como limitadores da sua ação.

O INM bem que procurou superar suas deficiências e resolver os problemas que se apresentavam desde as fases anteriores. Nesse sentido, reduzir suas despesas, com certeza, foi um dos objetivos principais. Até porque isso fazia parte das orientações do Ministério da Agricultura – a exemplo das que foram feitas em 1947 por seu representante Gil Stein Ferreira – e dos demais ministérios que o Instituto viria a ser jurisdicionado posteriormente. Dessa forma, seus dirigentes procuraram estudar – com a ajuda do DASP em diversas ocasiões – a sua organização e funcionamento, visando especialmente a reestruturação e a redução do quadro de funcionalismo, além da simplificação de processos administrativos. No entanto, apesar de suas intenções e ações, o INM seguiu até o fim apresentando as mesmas e graves deficiências, algumas das quais, com o tempo, se mostrariam decisivas para traçar o seu destino. Um dos pontos a serem destacados, nesse sentido, é que seus gastos de manutenção, com exceção de alguns anos, manter-se-iam muito elevados, alavancados especialmente pelos gastos com pessoal.

Conforme podemos observar na **Tabela 6**, em termos dos gastos anuais realizados pela autarquia (conforme consta na **Tabela 7**), as parcelas destinadas a pagar o pessoal em alguns momentos superaram 70% – chegando a alarmantes 79,6% em 1954<sup>208</sup>. Mesmo a partir de 1957, quando o percentual se mostra mais baixo, em

---

<sup>208</sup> Mesmo tendo nesse ano o INM registrado seu maior *superávit* (Cr\$ 9.867.166,60), parte do mesmo (Cr\$ 6.238.944,10), no entanto, teria destino certo registrado nas *Contas a Pagar*: Cr\$ 3.989.903,40 referentes às prestações pela compra da Sede no Rio de Janeiro e da Delegacia Regional do Rio Grande do Sul; Cr\$ 508.692,70 referentes às “contas de fornecedores e jornais, na maioria da gestão anterior”;

realidade, parece mais ter tido a ver com a forma como tais gastos passaram a ser registrados que com uma diminuição do mesmo<sup>209</sup>. Mesmo assim, a média entre 1957 e 1963 – anos que possuímos dados dos gastos efetivamente realizados, conforme registrados na rubrica *Pessoal* – foi de 38,5% dos gastos totais do INM. De qualquer forma, se levamos em conta apenas a previsão, teríamos que os gastos com pessoal em 1964 já registravam 43,4%; por fim, para 1967 foi calculada uma parcela de 54,7% dos gastos totais previstos da autarquia, o que, nesse caso, como sabemos não se realizaria devido à extinção do INM.

**Tabela 6 – Despesas do INM com pessoal (1946 a 1967) – em Cr\$**

Ano	Orçada inicialmente	Realizada	% da receita total efetuada	% da despesa total prevista	% da despesa total efetuada
1946	3.261.000,00	4.725.687,90	68,13	63,61	70,57
1947	5.279.880,00	5.089.588,10	60,92	70,00	74,16
1948	5.902.780,00	5.409.129,90	62,33	69,78	53,39
1949	6.013.640,00	7.501.265,00	70,61	56,14	60,97
1950	7.464.280,00	7.425.617,90	63,07	60,60	53,22
1951	-	8.741.802,90	74,76	-	72,97
1952	9.788.540,00	8.917.545,90	71,46	69,07	77,57
1953	-	8.865.236,80	58,25	-	78,01
1954	14.707.360,92	14.490.441,50	51,62	74,33	79,61
1955	16.160.839,46	-	-	60,62	-
1956	-	25.753.869,70	64,23	-	51,45
1957	-	24.740.731,20	35,89	-	37,07
1958	-	30.965.285,60	35,35	-	36,62
1959	-	38.260.422,60	36,19	-	43,75
1960	38.276.942,50	41.500.772,80	31,25	34,44	35,23
1961	-	-	-	-	-
1962	69.490.852,40	91.411.118,30	37,00	26,61	32,44
1963	96.824.036,80	177.635.945,20	40,08	30,04	46,30
1964	250.003.486,40	-	-	43,40	-
1965	437.378.142,80	-	-	43,62	-
1966	-	-	-	-	-
1967	1.032.581.104	-	-	54,77	-

Fonte: Relatórios dos presidentes do INM (vários anos).

Assim, dados os seus altos gastos de manutenção, de forma recorrente, o INM registraria *déficits* orçamentários no longo período entre 1946 e 1967, só conseguindo se

---

outros Cr\$ 1.740.348,00 referentes a empréstimo junto ao Banco do Brasil (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1955, p. 33).

<sup>209</sup> Ao que parece os gastos com pessoal considerado *Eventual* passaram a ser anotados nos *Diversos Encargos* do INM e não junto na rubrica *Pessoal*, o que nos impossibilita sua contagem exata.

recuperar em alguns momentos graças a regimes de “rigorosa economia” e também mediante alguns empréstimos junto ao Banco do Brasil<sup>210</sup>. Aliás, esses empréstimos apenas corroeriam ainda mais os recursos da autarquia para os anos seguintes, não sendo usados nem para propaganda e nem para financiamento da produção. Como se vê na **Tabela 7**, a segunda metade da década de 1940 e os primeiros anos da década de 1950 apresentaram constantes déficits, só registrando saldos no balanço anual a partir de 1952. Assim seguiria até 1961, devido a momentos relativamente favoráveis vividos em parte dos anos 1950, mas também como resultado de sacrifícios e constantes reajustes nas Taxas de Propaganda. Através da mesma tabela, nota-se novo *déficit* em 1962. Depois disso, os *superávits* seriam apenas virtuais, mantidos os gastos abaixo da arrecadação por meio da forte contenção de algumas despesas, ao mesmo tempo em que ocorriam constantes aumentos em outras, tais como salários, gratificações, abonos e afins, que impediam que se levassem satisfatoriamente adiante as “medidas precípua” do INM.

**Tabela 7: Receitas e despesas totais – previstas e efetuadas (de 1946 a 1967) – em Cr\$**

Ano	Receita prevista	Receita efetuada	Despesa prevista	Despesa efetuada
1946	5.126.400,00	6.936.391,40	5.126.400,00	6.696.224,30
1947	7.542.600,00	8.353.582,40	7.542.600,00	6.862.974,80
1948	8.457.806,70	8.676.207,60	8.457.806,70	10.130.957,30
1949	10.712.200,00	10.623.079,00	10.712.200,00	12.302.767,30
1950	12.317.000,00	11.772.748,70	12.317.000,00	13.951.582,70
1951	22.625.000,00	11.692.878,00	22.625.000,00	11.980.464,20
1952	14.172.000,00	12.479.490,60	14.172.000,00	11.496.812,00
1953	14.029.200,00	15.220.565,80	14.029.200,00	11.363.560,20
1954	19.783.800,00	28.068.898,50	19.783.800,00	18.201.731,90
1955	26.041.700,00	40.094.685,80	26.660.136,30	30.281.913,70
1956	41.349.600,00	61.417.927,00	34.537.496,40	50.041.872,90
1957	64.461.500,00	68.934.136,30	59.791.500,00	66.733.257,10
1958	69.570.000,00	87.603.182,90	62.650.000,00	84.566.437,30
1959	78.560.000,03	105.699.382,60	75.560.000,00	87.462.367,00
1960	128.614.000,00	132.743.373,80	111.143.030,00	117.795.377,50
1961	144.282.800,00	183.607.947,10	143.165.636,00	161.682.584,40
1962	273.171.554,00	247.012.014,80	261.033.390,00	281.761.725,60
1963	332.810.000,00	443.081.951,80	322.335.000,00	383.629.059,60
1964	439.677.743,00	1.035.860.183,10	576.065.133,40	779.010.174,40
1965	1.002.654.618	1.022.123.734	1.002.654.620,50	874.705.869
1966	1.100.298.009	-	1.090.806.736	-
1967	1.884.816.469	-	1.884.816.469	-

Fonte: Relatórios dos Presidentes do INM (vários anos).

<sup>210</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Tabora Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1953, p. 4.

Ainda sobre as contas do Instituto nos anos 1960, outro ponto importante a ser destacado é que a Argentina, já há tempos produzindo suficientemente no Território de Misiones, suspenderia completa e definitivamente as suas compras do Brasil em 1965 – compras que, aliás, eram mantidas por causa de acordos entre os dois países e também por causa da preferência dos consumidores argentinos pelas misturas do mate cancheado brasileiro ao de seu país. Em 1966 seriam feitas apenas as entregas de algumas encomendas. Assim, embora não existam os dados das receitas e das despesas efetivadas do INM em 1966 e 1967, a explicação a ser dada para os altos valores das previsões constantes na referida tabela – além do efeito inflacionário vivido naquele momento –, era que havia uma forte esperança – em alguns momentos havia mesmo a convicção, ao menos declarada – de que o mercado argentino seria recuperado<sup>211</sup>. Mas não foi. Por isso, cremos que os valores realizados em 1966 tenham ficado muito aquém da previsão; já para 1967, nem houve tempo.

Devemos lembrar que o INM era uma autarquia, que deveria se manter com recursos próprios. Mas, com as dificuldades que enfrentava, além da poupança forçada e dos empréstimos que fazia o Instituto, a falta de recursos também o levou, mais de uma vez, a tentar a liberação de verbas junto ao Governo Federal e aos governos dos estados produtores. Esses recursos, no entanto, não eram fáceis de serem conseguidos, restando com frequência apenas intenções e promessas não cumpridas. Basta lembrarmos o movimento feito em torno do Plano Salte, que já comentamos quando falamos da relação do INM com o cooperativismo. O Instituto havia conseguido a inserção de uma verba de Cr\$ 50 milhões na lei que aprovou o Plano em maio de 1950<sup>212</sup>. Ocorreu, no entanto, que nem mesmo a primeira parcela dessa verba prevista para 1951, no valor de Cr\$ 10 milhões, chegou a ser entregue pelo Governo Federal, o que causou, naquela ocasião, transtornos ainda maiores que aqueles que o Instituto habitualmente já enfrentava, tendo em vista que ele elaborou o seu Projeto Orçamentário do mencionado ano contando com tais recursos. Diante da impossibilidade da receita atingir o nível elevado das despesas, “procurou a direção da Autarquia estabelecer [mais uma vez] um

---

<sup>211</sup> WEKERLIN mais otimista acredita que Argentina voltará a comprar mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 03460, 31/jan./1967, 1º Caderno, p. 4.

<sup>212</sup> Lei n. 1.102/1950, *op. cit.*

regime de rigorosa poupança, de modo a não se agravarem as suas precárias condições financeiras”<sup>213</sup>.

O INM voltaria a procurar o Governo Federal em outros momentos, especialmente na década de 1960, quando sua situação financeira se agravou sobremaneira. Nessa década os presidentes da autarquia reclamavam da falta completa de recursos, mesmo tendo a Junta Deliberativa por diversas vezes aumentado o valor da Taxa de Propaganda. O que não bastou, como afirmou Jorge de Lima em 1963,

[...] não restando a esta presidência outra alternativa que [não seja] a de economizar, brutalmente até, – e para que? – para arrecadar a fim de cobrir os encargos com pessoal e, apenas, manter o funcionamento do Instituto. Na verdade, e ainda a duras penas, satisfazem aos compromissos meramente burocráticos da Repartição e *nem sequer permitem pensar em reformular a política de expansão do consumo do mate, com base na arrecadação de uma taxa de propaganda totalmente absorvida*<sup>214</sup>.

O INM procurou então solicitar verbas ao Governo Federal. Dessa forma, em 1963, foram pedidas na verba de Subvenção e Auxílio da União, duas dotações no Orçamento do ano seguinte, sendo uma delas, de Cr\$ 200 milhões, com a finalidade exclusiva de propaganda do mate. No entanto, nesse caso a mesma foi reduzida pela Câmara a Cr\$ 100 milhões<sup>215</sup>. Outra dotação foi pedida no valor de Cr\$ 200 milhões e seria usada na construção de barbacuás coletivos e armazéns reguladores nos quatro principais estados produtores, na proporção de 50 milhões para cada. No entanto, nem parte desse pedido chegou a ser atendido, continuando INM sem contar com armazéns reguladores e nem mesmo conseguindo levar adiante – da maneira como pretendia – o projeto dos barbacuás coletivos, coisa, aliás, que já nos referimos no item anterior.

As medidas adotadas para tentar resolver os problemas orçamentários foram além da busca de recursos do Governo Federal. O INM também procurou solucionar o problema entre os próprios interessados da economia ervateira, através da criação de alguns fundos especiais. Entre eles, o exemplo mais simbólico para mostrar as dificuldades de o Instituto conseguir recursos foi o do *Fundo de Expansão do Mate*. Ele foi pensado, segundo seu presidente, em comum acordo com as classes interessadas

---

<sup>213</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Tabora Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1952, p. I-II.

<sup>214</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1963, p. II-III, grifos nossos.

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. v.

depois de a SUMOC ter elevado o preço do dólar de Cr\$ 460,00 para Cr\$ 600,00, através da Instrução 239, de 22 de abril de 1963<sup>216</sup>.

Depois disso, Adjalmo Saldanha, um dos diretores do INM, procurou entendimento com a mesma Superintendência para a retenção de Cr\$ 40,00 (6,7%) por dólar do mate exportado, que seriam cedidos pelos industriais e pelos exportadores<sup>217</sup>. O fundo seria gerido pelo INM e pelos próprios contribuintes por meio de uma comissão, dando, segundo o presidente do INM, Jorge de Lima,

ponderável soma de recursos, que teria permitido encaminhar solução definitiva de toda economia ervateira, quer no sentido de amparo ao produtor, *quer na elaboração de um programa eficiente de propaganda, capaz de incrementar tanto o consumo interno quanto o externo, e de conquistar novos mercados*<sup>218</sup>.

Ocorreu, no entanto, segundo o mesmo presidente, que “por incrível que pareça, as autoridades monetárias não tomaram consciência do significado da medida pleiteada para esse setor da economia nacional”<sup>219</sup>. Dessa forma, sem o apoio direto da SUMOC, que lhe daria caráter oficial e abrangente, de sua parte, por meio da Resolução 748, de 18 de outubro de 1963, o INM criou o fundo com uma roupagem mais “voluntária” e reduziu a contribuição para 6% do valor da taxa de câmbio, ficando conhecido como *Contribuição Para Expansão do Mate*<sup>220</sup>. Além disso, a fraqueza do fundo ficaria ainda mais visível através da Resolução 749, do dia 30 do mês seguinte, que aos industriais, exportadores e às Federações cooperativas dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul tornou facultativo o pagamento da contribuição.

Como consequência, esvaziado o fundo de sentido obrigatório originalmente pensado, o resultado não foi o esperado pelo INM, gerando, pelo contrário, confusão e resistência. Alguns exportadores se negaram a pagar a contribuição, inclusive

---

<sup>216</sup> SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO. Instrução n. 239, de 22 de abril de 1963. In *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 24/abr./1963.

<sup>217</sup> FUNDO de expansão do mate. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 21.503, 12/maio/1963, Segundo Caderno, p. 9. Medidas semelhantes haviam sido aprovadas pela SUMOC para outros produtos, como o “Fundo de Reservas de Defesa do Café”, a “quota de contribuição” para as exportações de cacau em bagas ou ainda a “quota de contribuição” para as exportações de algodão (BALANÇO de pagamentos e câmbio. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: IBRE/FGV, fev./1964).

<sup>218</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1963, p. IV, grifos nossos.

<sup>219</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>220</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1964, p. 39.

“ingressando, então, em juízo, impetrando Mandados de Segurança contra esse ato [Resolução 748], obtendo medida liminar para sustar seus efeitos”<sup>221</sup>. Diante disso, o mesmo fundo foi extinto através da Resolução 751, de 27 de dezembro de 1963, sendo depois por meio da Resolução 759, de 17 de março de 1964, determinada a devolução das importâncias que haviam sido arrecadadas e depositadas em conta especial do Banco do Brasil, que somavam na ocasião Cr\$ 21 milhões, “de acordo com a participação feita por cada um”<sup>222</sup>.

Diante dessa situação e das demais que temos visto até aqui, começamos a perceber os motivos que levariam a extinção do INM em 1967. Ao longo dos anos seus dirigentes se viram em situação cada vez mais complicada, sem recursos para ir muito além de sua manutenção burocrática e sem poder contar com o Governo Federal. Ao contrário da defesa de outro produto nacional, o café, por exemplo, que recebera especial atenção do Governo Federal durante boa parte do mesmo período, o mate não contou com igual apoio, tendo sido deixado à própria sorte, ou melhor, à sorte do INM, cujos dirigentes sempre esperaram que bons resultados criassem as condições e as oportunidades para uma defesa efetiva do mate, o que, com exceção de alguns momentos de lampejo – especialmente em parte dos anos 1950 –, afinal, não ocorreria.

Como resultado dessas dificuldades e dos problemas apontados, a ação do INM, em geral, seria restringida e as principais ferramentas que justificavam sua existência se mostrariam ineficazes. Sobre algumas delas e seus efeitos ainda teremos oportunidades de ver mais de perto no capítulo seguinte, mas podemos adiantar, por exemplo, que o controle e o amparo da produção – especialmente o financiamento ao produtor, tão importante para garantir os preços mínimos estabelecidos pela própria autarquia – foram praticamente impossíveis sem recursos. Assim também foram deveras limitados os

---

<sup>221</sup> PARECER do relator da Proposição n. 1. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa. Rio de Janeiro, mar./1964, p. 73-74; PROPOSIÇÃO N. 1. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, op. cit., p. 80.

<sup>222</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Manoel de O. Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa. Rio de Janeiro, out./1964, p. 32; 39. No entanto, para que se tenha ideia do quão enrolado continuou o caso, em fins de 1965 o valor arrecadado seguia sem ser devolvido. Nesse sentido é que foi baixada a Resolução 824, de 22 de novembro de 1965, que mais uma vez determinou a sua devolução, em duas parcelas (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Manoel Oliveira Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa. Rio de Janeiro, mar./1966, p. 32).

recursos para promover melhorias nos processos de produção e de beneficiamento, a exemplo das iniciativas dos barbacuás coletivos, que já falamos.

Muito difícil também foi levar adiante as ações de propaganda e publicidade, que foram constantemente afetadas, tendo havido em diversos anos, por exemplo, cortes nos contratos com rádios e jornais.

**Tabela 8: Despesas gerais com propaganda (alguns anos) – em Cr\$**

Ano	Propaganda – prevista	Propaganda – efetuada	% da despesa prevista	% da despesa realizada
1946	976.000,00	1.051.521,70 <sup>1</sup>	19,04	15,70
1947	1.052.000,00	917.264,00 <sup>2</sup>	13,95	13,37
1948	-	2.487.597,50	-	24,55
1949	1.132.000,00	2.888.323,90	10,57	23,48
1950	2.020.345,20	4.120.345,20	16,40	29,53
1957	15.000.000,00	18.936.000,00	25,09	28,38
1960	31.721.000,00	24.998.000,00	28,54	21,22
1961	20.761.550,00	-	14,49	-
1963	15.350.000,00 <sup>3</sup>	-	-	-

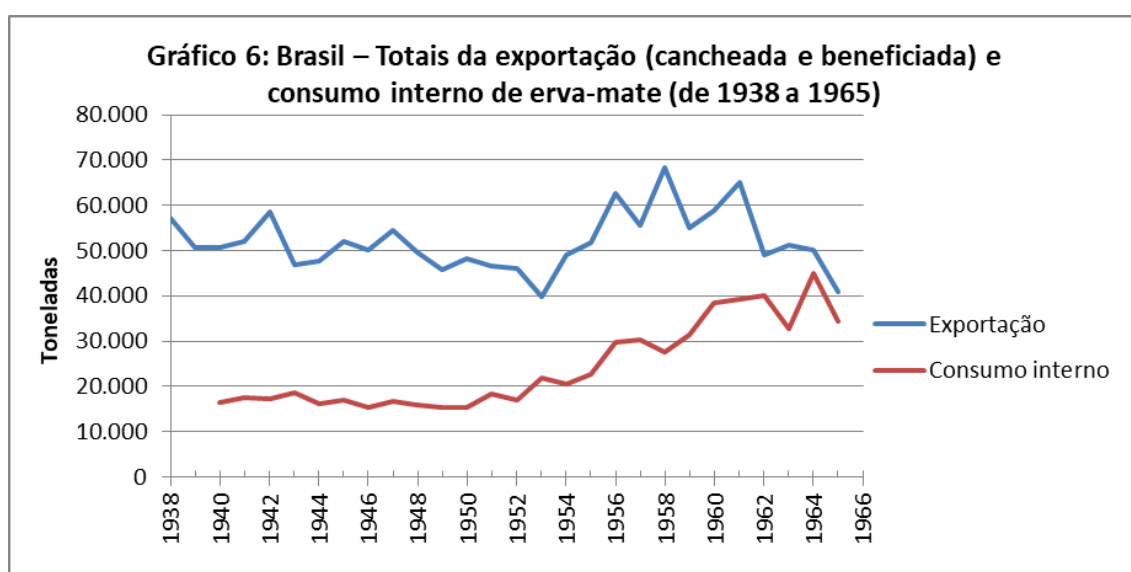
**Fonte:** Relatórios dos Presidentes do INM (vários anos).

**Nota:** com exceção de 1966 e 1967, para todos os demais anos da receita orçada e dos gastos previstos do INM excluem-se os valores referentes à Taxa das Cooperativas. <sup>1</sup> Do total gasto com propaganda em 1946, Cr\$ 222.181,10 foram apenas com a Delegacia de Nova York. <sup>2</sup> Essa quantia inclui um valor aproximado de Cr\$ 200 mil referentes aos gastos com a Delegacia de Nova York – excluindo-se o mesmo, o valor registrado no balanço foi de 717.264,90. <sup>3</sup> Essa quantia é referente apenas ao que deveria ser gasto com propaganda e publicidade no exterior.

Os dados disponíveis dos valores gastos com propaganda são bastante limitados, como se pode observar na **Tabela 8**. No entanto, é sabido que no geral os valores foram insuficientes para levar adianta uma campanha eficaz de promoção da erva-mate. Com base no que temos de informações e nos relatos feitos por seus presidentes, podemos dizer que o início desse período registrou investimentos muito baixos em propaganda, tendo em vista que, em 1946, os mesmos representaram apenas 15,7 % do que foi efetivamente gasto pelo INM, tendo mesmo caído para 13,3% no ano seguinte. Depois disso, com base nos mesmos dados, vemos que houve um gasto mais elevado em 1949 e alguns anos seguintes. Depois disso, de 1960 em diante, os dados para os dois anos disponíveis tendem a confirmar a deterioração da situação do INM na sua última década de vida, registrando uma previsão de apenas 14,4% a ser gasta com propaganda em 1961.

De modo geral, mesmo nos anos de boas vendas de mate – e consequente aumento de arrecadação –, os frequentes aumentos de salários e outras despesas

administrativas da autarquia, em parte resultado também de escolhas mal feitas na aplicação dos recursos, impediram o aumento da verba destinada à Seção de Propaganda e, conseqüentemente, à promoção de ações de maior amplitude e eficácia. Como resultado, outra pretensão fundamental do INM que se viu em grande parte malograda foi a expansão de mercados: os novos mercados externos, encarados como necessários para defender o mate das ameaças dos mercados tradicionais e também aumentar os espaços de consumo, não foram conquistados, representando sempre por volta de 1% do total das exportações, como veremos com mais detalhes no capítulo seguinte.



**Fonte: Exportações** - para 1938: *Relatório n. 1 das Divisões da Defesa da Produção e de Controle do Mercado, apresentado à Diretoria do INM*. Rio de Janeiro, abr./1939, p. 13; para 1939-1940: OLIVEIRA, 1974, p. 63; para 1941-1944: *Boletim Estatístico do INM de 1944*. Rio de Janeiro, 1945; para 1945-1964: CODEPAR, 1964, p. 4/7; para 1965: *Boletim Estatístico do INM de 1965*. Rio de Janeiro, 1966. **Consumo interno** - para 1940-1944: *Boletim Estatístico do INM de 1944*. Rio de Janeiro, 1945; para 1945-1963: CODEPAR, 1964, p. 4/13; para 1964: BRASIL consumiu mais e exportou menos erva-mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 03287, 15/jan./1965; para 1965: *Boletim Estatístico do INM de 1965*. Rio de Janeiro, 1966.

Em termos gerais, apenas para ilustrarmos aqui o que estamos dizendo, observando os volumes comercializados (**Gráfico 6**), com exceção de alguns momentos de euforia, especialmente na década de 1950 e até mesmo um ou outro ano na década de 1960, vemos as exportações não tiveram aumento sustentado. Na realidade, os volumes apresentados em 1964 eram praticamente os mesmos de 1946, tendo inclusive sido menores que os volumes desse último ano em 1965. Os resultados nas vendas – leia-se das exportações – só seriam, em parte, contrabalançados porque o consumo interno aumentou de forma muito significativa, destacadamente a partir de meados da década de

1950. Assim temos que para o mercado externo, na década de 1940 foi vendida uma média anual de 50.775 t, tendo um leve aumento na década de 1950, quando se registrou uma média de 52.286 t. Na década seguinte houve um ou outro bom momento que gerou esperanças nos dirigentes do INM, especialmente por causa de um pico de 65.076 t exportadas registrado em 1961. No entanto, o corte nos pedidos argentinos em 1965 jogou um balde de água fria nas expectativas do Instituto, tendo a média dos cinco primeiros anos dessa década sido de apenas 51.275 t<sup>223</sup>. Embora não haja dados das exportações em 1966 e 1967, podemos imaginar como esse corte teria afetado exportações de forma extremamente negativa, ainda mais tendo em vista que a Argentina havia importado 16.745 t do Brasil em 1965<sup>224</sup>. Por fim, como dissemos, ainda que em parte, compensando essas situações do mercado externo, se tivermos em conta os dados registrados pelo INM através das Guias de Livre Trânsito fornecidas às Delegacias Regionais, veremos que o mercado interno teve um notável crescimento entre 1946 e 1965 (último ano de que existem dados disponíveis). A média anual das vendas, nesse caso, foi de 16.620 t na década de 1940, aumentando para 23.480 t na década de 1950 e, finalmente, chegando a 37.726 t no período 1960-1965<sup>225</sup>. Mas, já adiantando algo que teremos oportunidade de mostrar com mais calma no capítulo seguinte, essa compensação do mercado interno seria parcial e insuficiente diante da constante perda de espaço no mercado externo.

Cremos não haver dúvidas de que as contas do INM pesaram contra ele levando, mais de uma vez, ao questionamento de sua validade como órgão de defesa e controle da economia ervateira. Sua existência que já era contestada antes de 1946, depois desse ano, mesmo com as mudanças inicialmente tentadas, em mais de uma ocasião voltou ser posta em cheque. Isso se deu em 1947, quando foram realizados os estudos do Ministério da Agricultura, a que já nos referimos. Depois disso, o INM voltou a ser questionado de forma mais destacada em 1951. Em 25 de julho o Projeto de Lei

---

<sup>223</sup> Para os anos 1941 a 1944: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1944*. Rio de Janeiro, 1945. Para os anos 1945 a 1964: CODEPAR, 1964, v. 1, p. 4/7. Para 1965: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1965*. Rio de Janeiro, 1966.

<sup>224</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1965*. Rio de Janeiro, 1966. Para o primeiro semestre de 1966: Oliveira, 1974, p. 56.

<sup>225</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1944*. Rio de Janeiro, 1945; também *Boletim Estatístico de 1965*. Rio de Janeiro, 1966; e CODEPAR, 1965, v. 1, p. 4/13. Devemos ter claro aqui que os dados oferecidos pelo INM a respeito do consumo interno não representavam toda a realidade, tendo em vista que parte do mate comercializado no Brasil fugia aos seus cálculos, mas, mesmo com essas limitações, eles nos mostram um significativo aumento (CODEPAR, 1965, vol. 1, p. 4/2).

915/1951, de autoria do deputado gaúcho Hermes de Souza, propondo a extinção do INM, chegou a ser apresentado e discutido na Câmara dos Deputados. O mesmo apontava como justificativa a ineficiência do Instituto para resolver os grandes problemas do mate, chegando a dizer que ele nada mais era que um “viveiro de funcionários, à custa dos produtores, dos negociantes e dos industriais do mate”. Do outro lado, a defesa da permanência do INM – ainda que apontasse na ocasião para a necessidade de novas e importantes reestruturações – foi feita, sobretudo, pelo deputado federal Aramis Athayde, representante do Paraná, do qual parte do discurso e dos comentários de outros deputados foram reproduzidos no jornal *O Dia*, do Paraná, em edição de 8 de agosto de 1951. Defendeu Athayde que o fim do INM provocaria anarquia nos meios produtores e apontou ainda que a autarquia, “[...] uma vez dotada do financiamento de que necessita, e convenientemente reaparelhada, *terá condições* de se converter num instrumento eficaz de amparo desse importante setor da produção brasileira”<sup>226</sup>.

Afinal, como resultado, todas as comissões que examinaram o PL 915 concordaram com a defesa e concluíram pela inconveniência da extinção do INM, dizendo o relator da Comissão de Constituição e Justiça, Vieira Lins, que a justificativa apresentada por Hermes de Souza para a extinção do Instituto “não convence”<sup>227</sup>. Foram ouvidas também as principais classes ervateiras que participavam da autarquia, cujos representantes foram unânimes em afirmar a necessidade de sua permanência. Por fim, o Ministério da Agricultura concluiu pela sua continuidade. Dessa forma, mais uma vez venceriam os que defendiam a existência do INM, sem que, no entanto, fossem feitas as mudanças apontadas como necessárias. Na ocasião, até mesmo uma reorganização chegou a ser proposta pela Comissão de Economia, constando mesmo um projeto de decreto, mas o mesmo não teve qualquer resultado prático.

Aliás, esse último ponto mostra outro aspecto negativo a ser considerado, porque após as mudanças estruturais e regulamentares de 1946, a legislação e a estrutura do INM se mantiveram praticamente inalteradas até o fim de sua trajetória na década de 1960. Não que não tenha havido outras críticas ou tentativas de mudança profunda.

---

<sup>226</sup> DISCURSO pronunciado pelo deputado Aramis Athayde. *O Dia*. Curitiba: Empresa Editora “O Dia” S.A., n. 08777, 8/ago./1951, p. 3. Grifos nossos.

<sup>227</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. Relatório ao PL 915/1951. In *Dossiê do PL 915/1951*. Rio de Janeiro: 1951, p. 1.

Houve sim. Mas, depois das discussões em torno do PL 915/1951, devido a um momento relativamente favorável vivido pela economia ervateira em alguns anos da década de 1950, os ânimos parecem ter se amainado e uma importante tentativa de reestruturar o INM só viria a ser feita novamente no final de 1962, ou seja, onze anos depois, quando “novos” problemas nos mercados externos começaram a pesar sobremaneira sobre os ombros dos dirigentes do Instituto. Em 1962, ano em que vigorava o Parlamentarismo no Brasil, uma comissão chegou a ser criada e um anteprojeto foi apresentado em dezembro ao Conselho de Ministros, acompanhado de uma mensagem e considerações do então Ministro da Indústria e Comércio, Octavio Augusto Dias Carneiro<sup>228</sup>.

No anteprojeto previa-se, entre outras coisas, a mudança do nome do INM para Instituto Brasileiro do Mate (IBRAM), sua adequação às políticas econômicas governamentais daquele momento, uma mudança nos seus órgãos de controle – devendo concentrar as decisões na Diretoria e na Junta Deliberativa – e ainda a atribuição ao Instituto de uma verba orçamentária da União Federal. Especialmente no caso da verba orçamentária, a concessão seria feita a título de subvenção, que segundo o Ministro era “coisa que até então não tinha sido obtida, mas que parece essencial à implementação de tudo que até agora se tem planejado a respeito da economia ervateira”, o que se impunha, segundo suas considerações, dada “a extrema fraqueza desta economia, e sua incapacidade de prover-se a si própria de recursos necessários”<sup>229</sup>. Entretanto, o projeto de reestruturação do INM não teve seguimento, tendo sido abandonado com o fim do Parlamentarismo e a volta do Presidencialismo em janeiro de 1963<sup>230</sup>. Da mesma forma, dada à situação econômica do país que crescentemente se agravava naquele momento, a ideia de uma verba orçamentaria a ser

---

<sup>228</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 4.893/1962 – Denomina Instituto Brasileiro do Mate, o Instituto Nacional do Mate dando-lhe nova organização. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1963, p. 108-112.

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 111.

<sup>230</sup> Ao que parece, o novo Ministro da Indústria e do Comércio, Antônio Balbino, até chegou a criar uma nova comissão para dar seguimento ao anteprojeto, através da Portaria 14, de 22 de fevereiro de 1963, mas que igualmente não teve resultado prático (REQUERIMENTO N. 11, do Sindicato da Indústria do Mate no Estado do Paraná. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1963, p. 107).

destinada ao Instituto também foi abandonada nos anos que seguiram do Governo de João Goulart<sup>231</sup>.

A partir de 1964, a situação do INM voltou a ser alvo de críticas importantes. As mesmas foram expressas em outubro pelo seu próprio presidente, Oliveira Franco, que considerava a legislação do Instituto “caduca” e não condizente com a realidade da economia ervateira<sup>232</sup>. No início da sua administração foi criado um grupo de trabalho que chegou a elaborar um anteprojeto de atualização da lei orgânica do Instituto. Inserido no contexto de mudanças na administração pública e de contenção de despesas do novo regime político iniciado pelos militares em abril do mesmo ano, esse anteprojeto foi considerado “como de real importância para a atualização da estrutura da entidade”, incluindo, segundo reportagem do jornal *Correio do Paraná*, várias alterações, “visando melhor aparelhar a entidade para a execução dos seus objetivos”, prevendo nova forma de incidência das taxas sobre a erva-mate, que ao invés de serem por peso “seriam fixadas *ad valorem* nas bases de 8% e 12%, respectivamente, sobre o produto beneficiado e a matéria prima (cancheada)”; eram previstas modificações nos órgãos auxiliares da administração, a reabertura de agências no exterior e a criação de um setor de fiscalização. Por fim, em caráter extraordinário – e mesmo paradoxal à política de contenção de gastos que o Governo pregava naquele momento –, o anteprojeto propôs ainda que fosse consignada, “anualmente, no orçamento da União, pelo prazo de cinco anos, uma subvenção de 500 milhões [de cruzeiros]” para o custeio exclusivo da expansão do consumo nos mercados internos e externos<sup>233</sup>.

Ao fim do seu mandato, no início de 1966, Oliveira Franco dizia que os estudos promovidos pelo INM para a elaboração desse anteprojeto já se encontravam

---

<sup>231</sup> Os desequilíbrios econômicos resultantes, em grande medida, da forma como foi levado adiante o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, foram deixados como herança ao curto Governo Jânio Quadros e se agravaram no conturbado e incompleto Governo Goulart. Esse último, desde dezembro de 1962 havia anunciado o Plano Trienal, que objetivava a estabilização econômica e ao mesmo tempo promover amplas reformas de base, alterando aspectos estruturais da economia brasileira. No entanto, como se veria nos momentos seguintes, as medidas adotadas pelo Governo Goulart seriam incapazes de resolver os problemas econômicos, que se somando à instabilidade política, culminariam com o Golpe de 1964 (SKIDMORE, 1982; GIAMBIAGI et al., 2011, Cap. 3).

<sup>232</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel de O. Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1964, p. II.

<sup>233</sup> ECONOMIA ervateira deverá ser impulsionada com a nova estruturação do INM. *Correio do Paraná*. Curitiba: Órgão do Partido Liberal Paranaense, n. 01587, 11/out./1964, p. 3.

concluídos, tendo sido feitas “largas consultas” com essa finalidade<sup>234</sup>. Nesse meio tempo, é interessante dizer que os dirigentes do INM puderam ter acesso inclusive a um estudo intitulado *Economia do Mate*, encomendado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), em dezembro de 1964, e executado pelo Escritório Técnico de Planejamento (ETP), terminado em 1965. Embora não estivesse ligado ao INM e tivesse como ponto de partida a economia paranaense, esse estudo da CODEPAR não se limitou a ela, mas antes teve como objetivo principal fazer um diagnóstico global da economia ervateira, buscando saber quais eram as suas perspectivas, “se os seus impulsos [para essa economia] já se tinham cessado definitivamente ou se, com a promoção de medidas adequadas, fosse possível alcançar a sua recuperação” (CODEPAR, 1965, Apresentação). Aquela altura, embora a conclusão do relatório tenha sido no sentido da segunda hipótese, ele apresentou uma série de problemas que continuavam carecendo de resolução em todos os segmentos da cadeia produtiva da erva-mate.

O resultado desse estudo da CODEPAR teve o caráter essencialmente de um relatório, no sentido de oferecer diagnósticos e sugestões. Entre esses, interessa-nos o fato dele ter concluído que o principal “problema” da economia ervateira era justamente o Instituto Nacional do Mate, da maneira como o mesmo se encontrava, sugerindo como medida radical que, para se readequar a realidade da economia ervateira, era preciso a sua extinção e a constituição de um “novo órgão”. Segundo o relatório, o INM havia se tornado “um organismo totalmente inoperante dentro da economia, restringindo-se praticamente a ratear as exportações e a fixar preços mínimos, e nada mais”, considerando que seu “pior erro” se concentrava nos “elevados gastos de custeio que consomem a quase totalidade dos recursos da entidade” em serviços desnecessários e um excesso de pessoal – esse último “quase que inteiramente burocrático, a desempenhar tarefas que pouco interessam às reais necessidades da economia ervateira”. Corroborando o que vimos tentando mostrar de nossa parte e assim continuaremos o fazendo, o relatório da CODEPAR concluiu que da maneira como se encontrava o INM, suas principais responsabilidades ficavam relegadas, “pela impossibilidade da entidade de cumpri-las”, o que tornou sua estrutura superada “nas suas grandes linhas”. Propunha então que se montasse uma nova estrutura

---

<sup>234</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa. Rio de Janeiro, mar./1966, p. I.

administrativa, mais enxuta, que possibilitasse dispor de recursos para as despesas necessárias para propaganda, a fim de ampliar o consumo, e para a elevação da produtividade e a melhora do produto. Acreditava que os recursos até então à disposição do INM e os que ainda se pudesse conseguir deveriam ser redistribuídos, ficando 40% para manutenção (pessoal e demais despesas), 40% para propaganda (recurso que deveria ser gerido por um Comitê de Propaganda a ser criado) e 20% para financiamentos (que constituiriam um fundo rotativo) (CODEPAR, 1965, vol. 2, p. 9/12-14).

Como se vê, a CODEPAR não propunha a ausência completa de controle sobre a economia ervateira. Mas, para que a nova fórmula por ela proposta funcionasse, o Instituto Nacional do Mate deveria ser extinto, colocando seus funcionários à disposição do Ministério de Indústria e Comércio; desapareceria a sede no Rio de Janeiro, com a ideia de aproximar os que se ocupassem das questões do mate “dos problemas específicos da economia ervateira”, ao mesmo tempo em que se criaria a sede para o novo órgão no Paraná, “região que abriga a porção mais representativa da produção ervateira nacional”; seriam extintas também todas as agências que o INM havia criado em Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e São Paulo, “mantendo-se apenas correspondentes comerciais”; segundo o mesmo, deveria ser fechada inclusive a agência de Buenos Aires (CODEPAR, 1965, vol. 2, p. 9/15). A mudança na forma de controle da economia ervateira se daria mediante a criação de uma Junta Reguladora, fortemente inspirada na experiência argentina. No caso brasileiro se trataria de uma entidade civil, “subordinada à legislação civil e do trabalho, no aspecto jurídico-institucional”, desempenhando por delegação “encargos e responsabilidades do Poder Público” (CODEPAR, 1965, vol. 2, p. 9/18). Esse órgão seria criado por lei com prerrogativa de recolher, em caráter compulsório, “contribuições havidas por convenientes para atingir seus objetivos” (*Ibidem*, p. 9/19). Para alcançar seus objetivos essa Junta delegaria, mediante contratos e convênios, a execução das suas atribuições, que assumiriam sempre a forma e o conteúdo de programas plurienais, como seria o caso, por exemplo, de um Programa de Assistência aos Produtores. A Junta Reguladora seria composta de: um representante do Governo Federal; um representante de cada estado produtor; um representante dos produtores e industriais de cada estado; um representante do Conselho de Desenvolvimento do Extremo-Sul e outro da Superintendência de Valorização da Fronteira Sudoeste. Enfim, os órgãos executivos dessa Junta, por sua vez, seriam a

Presidência, a Secretaria Executiva, o Comitê de Propaganda e os Escritórios Regionais (CODEPAR, 1965, vol. 2, p. 9/18-31)<sup>235</sup>.

Como se vê, as mudanças propostas pela CODEPAR eram bastante radicais para serem ignoradas pelos dirigentes do INM. Assim, embora não tenham se atido a elas e discordassem naturalmente de muitas das suas principais sugestões, especialmente da necessidade substituição do INM por outro órgão, os dirigentes do Instituto também estavam conscientes da necessidade de mudanças profundas e, por isso, levaram em consideração, ao menos em parte, o conteúdo do relatório da CODEPAR enquanto executavam os seus próprios estudos e elaboravam o seu anteprojeto de atualização. Assim, voltando a esse último, em inícios de 1966, o presidente Oliveira Franco afirmava ter o INM concluído a parte que lhe cabia nos estudos, mas, entretanto, chamava atenção para o fato de que até aquele momento as coisas não haviam se desenrolado como esperava e “os resultados [em termos de mudanças efetivas] foram nulos”. Conforme constou em seu último relatório de março desse mesmo ano, o problema em torno da nova regulamentação havia sido então entregue a uma *Comissão Interministerial*, sob a orientação do Ministério do Planejamento<sup>236</sup>.

Logo em seguida, visando dar seguimento aos mesmos estudos, já na administração do último presidente da autarquia, Harry Carlos Wekerlin, foi criada a *Comissão de Estudos de Reorganização do INM*, através da Resolução 840, de 9 de agosto de 1966<sup>237</sup>. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que o assunto passava a ser analisado pelo Ministério da Agricultura, a quem o INM havia voltado a estar sob o controle em junho<sup>238</sup>. Nesse sentido é que Carlos Wekerlin comentaria em outubro sobre a existência de uma *Comissão Técnica Externa*, formada por Luiz Melchior Carneiro de Mendonça, economista, Fernando Otávio Freire de Souza, advogado, e Ivo Mathias, engenheiro agrônomo. Essa última comissão ficou encarregada de elaborar um anteprojeto de reforma da legislação do INM e da sua estrutura, tendo na ocasião o seu

---

<sup>235</sup> Diversas considerações, informações e dados constantes no relatório da CODEPAR já vêm sendo usados por nós nesse capítulo e continuarão sendo no próximo, por isso, não cremos que seja necessário nos delongarmos muito nele por ora.

<sup>236</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1966, p. I.

<sup>237</sup> Essa comissão foi extinta através da Resolução 841, do dia 31 do mesmo mês (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Harry Carlos Wekerlin, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1966, p. 26).

<sup>238</sup> Isso se deu através da Lei 5.025, de 10 de junho de 1966 (In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1966*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. III, 1966, p. 105).

relatório final sido concluído e entregue ao mesmo. O relatório seria posteriormente encaminhado pelo Instituto ao Ministro da Agricultura, “para as devidas providências”<sup>239</sup>.

O *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, em poucas palavras comentaria que o mesmo ministério teria elaborado um “longo estudo”, que o ministro Severo Gomes levou ao presidente Castelo Branco, propondo a “transformação daquela autarquia em Instituto Nacional do Mate e do Chá, ampliando-lhe o campo de ação”<sup>240</sup>. No entanto, ao invés disso, a providência tomada não foi nem a reestruturação, nem a atualização da legislação do INM e nem mesmo sua transformação em um órgão mais abrangente, mas sim a sua extinção, através do Decreto-lei 281, de 28 de fevereiro de 1967<sup>241</sup>. Essa atitude nos leva essa altura a nos perguntarmos: por que, no fim de seu mandato, o presidente Castelo Branco tomou essa decisão? Havia alguma alternativa que pudesse salvar o INM? Que caminho o Governo Federal seguiu afinal?

Para procurarmos responder a essas questões, começemos pela segunda. A outra opção que se apresentava naquele momento ao Governo Federal era amparar financeiramente o INM e dar-lhe assim maior poder de ação. Claro que carecia para isso ser a ajuda acompanhada das necessárias mudanças estruturais que vinham sendo discutidas e propostas, a fim de não “inchar” ainda mais a autarquia. Esse apoio financeiro, aliás, como vimos em outros momentos, já vinha sendo requerido pelo Instituto desde pelo menos a época do Plano Salte (fins da década de 1940) e assim continuou em mais de uma ocasião, especialmente nos seus seis últimos anos inteiros de vida. Mas esses recursos nunca saíram, ainda mais nos últimos momentos, quando o Governo Federal enfrentava seus próprios problemas, que envolviam a crise econômica, a necessidade de redução de gastos e a ideia de reorganizar profundamente a máquina administrativa pública, o que culminou na preferência do governo militar por extingui-lo. Claro que isso nos leva ainda a duas perguntas complementares: qual teria sido a relação da decisão final do governo com o Decreto-lei 200/1967<sup>242</sup>? A decisão por

---

<sup>239</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Harry Carlos Wekerlin, apresentado à Junta Deliberativa. Rio de Janeiro, out./1966, p. II.

<sup>240</sup> PERISCÓPIO. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 13.585, 4/mar./1967.

<sup>241</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 281, de 28 de fevereiro de 1967. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. I, 1967, p. 488.

<sup>242</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. I, 1967, p. 240.

extinguir o INM pode ser considerada, enfim, apenas uma decisão arbitrária dos militares?

O Decreto-lei 200, baixado três dias antes do Decreto-lei 281, que extinguiu o INM, tinha por objetivo principal a descentralização da administração pública brasileira e o rompimento com o intervencionismo e a centralização que se davam na economia brasileira desde a Revolução de 1930. Sem dúvidas ele trouxe mudanças profundas, marcando mesmo uma nova fase de transformações na história administrativa do Brasil (BRESSER-PEREIRA, 1987). Por isso, devemos imaginar uma importante ligação do Decreto-lei 200 com a extinção do Instituto Nacional do Mate, assim como teve uma ligação com a extinção ou substituição de diversos outros órgãos federais, tais como o Conselho Florestal Federal, o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, o Instituto Nacional do Pinho (INP), o Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR) e o Instituto Nacional do Livro.

No caso do INM, como desdobramento do Decreto-lei 281, em maio de 1967, de forma temporária, foram criadas as Divisões da Economia Ervateira (DEE) em cada um dos quatro estados produtores, a quem competia “especificamente superintender e executar a política da erva-mate, subordinadas à direção local do Ministério da Agricultura”, e também foi criada a Comissão Coordenadora da Produção e Comercialização do Mate (COMATE), “com a finalidade de realizar estudos, propor medidas, assessorá-lo [Ministério da Agricultura] sobre a matéria, inclusive sugerindo a celebração de convênios com os governos estaduais dos Estados ervateiros, para execução da política do mate”<sup>243</sup>. No mesmo mês de maio ainda foram estabelecidos os termos da liquidação do INM, através do Decreto 60.779<sup>244</sup>.

Depois disso, como conclusão do processo, as atribuições que antes eram do INM foram transferidas para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que havia sido criado no mesmo dia da extinção do INM<sup>245</sup>. Essa transferência, no

---

<sup>243</sup> BRASIL. Decreto n. 60.742, de 23 de maio de 1967. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. IV, 1967, p. 304.

<sup>244</sup> BRASIL. Decreto n. 60.779, de 30 de maio de 1967. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. IV, 1967, p. 337.

<sup>245</sup> Conforme o decreto-lei de sua criação, o IBDF foi criado como “entidade autárquica, integrante da administração descentralizada do Ministério da Agricultura dotado de personalidade jurídica própria com sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o Território Nacional (BRASIL. Decreto-lei n. 289, de 28 de fevereiro de 1967. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. I, 1967, p. 498).

entanto, foi feita oficialmente através do Decreto 61.680, de 13 de novembro de 1967, com a justificativa de caber ao IBDF “executar a política relativa a todos os produtos florestais renováveis”, levando em conta ainda que as atribuições e serviços que competiam ao INM melhor se situassem dentro da estrutura desse órgão. Acrescentava-se nesse caso que a reunião do mate e outros produtos de ordem florestal – como o pinho, por exemplo, cujo instituto também fora extinto no mesmo processo – em um único órgão era a escolha mais econômica, já que se trataria de um órgão muito mais enxuto, com atribuições que seriam mais limitadas e que, por consequência, gerariam menos gastos para sua execução<sup>246</sup>.

Nesse sentido, de forma definitiva, foi criado no âmbito do IBDF o Departamento da Erva-mate (DEM), a quem competiria “especificamente, superintender e executar a política da erva-mate, os setores da produção, beneficiamento, industrialização, comercialização e propaganda do produto”. A política da erva-mate daí em diante seria orientada pela Comissão de Política Florestal, também do IBDF, e a política de comércio exterior do produto, por sua vez, “em suas diferentes formas”, seria determinada pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), criado em junho do ano anterior e subordinado ao Ministério da Agricultura. Por fim, também por meio do referido Decreto 61.680/1967, ficou estabelecido que os recursos necessários ao atendimento dos serviços técnicos e administrativos do DEM seriam concedidos pelo Ministério da Agricultura<sup>247</sup>.

Enfim, diante do que temos visto ao longo de todo esse capítulo – e procuraremos continuar mostrando no capítulo que segue –, embora reconheçamos as mudanças que foram feitas pelos militares e sua carga impositiva e autoritária, especialmente a partir do Decreto-lei 200, de inícios de 1967, que foi seguido de legislação complementar que extinguiu várias entidades públicas, dentro da proposta de profundas transformações e reformas administrativas, tal fato não anula as considerações que vimos fazendo sobre a situação crítica em que se encontrava o INM. O que na verdade a atitude dos militares fez, antes de qualquer coisa, foi concluir algo que vinha sendo apontado, discutido e proposto até então, ainda que o desfecho não tenha se dado da maneira como esperavam, de maneira geral, os dirigentes e

---

<sup>246</sup> BRASIL. Decreto n. 61.680, de 13 de novembro de 1967. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. VIII, 1967, p. 516.

<sup>247</sup> *Idem, Ibidem.*

conselheiros do Instituto. Defendemos a ideia de que a ação dos militares só veio ao encontro da realidade em que vivia o INM naquele momento, devendo começar a ficar claro a essa altura que sua extinção se deu pelo fato de ele não ter sido capaz de resolver os grandes problemas do mate, ou, dizendo em outras palavras, ele não cumpriu a sua missão.

No entanto, evidentemente, restam algumas questões importantes, as quais nós procuraremos esclarecer melhor no capítulo seguinte, a exemplo das seguintes: em que resultaram, afinal, as ações do Instituto Nacional do Mate? Que efeitos elas realmente tiveram – ou não – sobre a economia ervateira? Como essa mesma economia se comportou no período de sua existência e como se relacionou com o contexto mais amplo da economia nacional? Como ficaram os estados ervateiros e suas economias? Que peso teve o mate na economia desses estados ao longo dos anos? Como andaram os mercados do produto ao longo dos anos, especialmente os tradicionais e o mercado interno brasileiro? Que considerações ainda poderiam ser feitas sobre o fracasso da conquista dos novos mercados? Por fim, deveremos chegar aos parágrafos derradeiros do mesmo capítulo tendo compreendido para quê serviu o Instituto Nacional do Mate, demonstrando o porquê dele ter sobrevivido por 29 anos e, afinal, confirmando se foi justificável a sua extinção em 1967.

### **CAPÍTULO 3**

## **INSTITUTO NACIONAL DO MATE: SUAS AÇÕES E RESULTADOS**

No capítulo anterior pudemos perceber como o INM sofreu, ao longo dos anos, com a escassez de recursos, fato que limitou profundamente a sua ação nos mais diversos pontos em que deveria ter agido. Nesse capítulo, com o objetivo de ir além, procuraremos mostrar os efeitos da sua ação sobre a economia ervateira em seus principais segmentos (produção, beneficiamento e comércio). Procuraremos, assim, entender que contribuições foram dadas – ou deveriam ter sido dadas – pelo INM no sentido de defender, incentivar e proteger a produção, melhorar e desenvolver a indústria e manter ou ampliar o comércio do mate. Mostraremos assim o que não foi feito, o que não foi resolvido e em que sentido ele não cumpriu as suas finalidades fundamentais.

No que diz respeito ao mercado externo, trataremos sobre cada um dos três mercados tradicionais, procurando entender como o Instituto procurou lidar com o problema do mercado argentino, que se somou ao longo dos anos a novos problemas, e situações envolvendo o Uruguai e o Chile. Além disso, buscaremos explicar melhor como andaram as vendas e os contatos com os novos mercados que eram pretendidos e porque as ações do INM não surtiram o efeito esperado. Por fim, sobre o mercado interno brasileiro, analisaremos o seu crescimento, especialmente a partir da década de 1950, aprofundando o que já foi dito no capítulo 2, no sentido de mostrar seu significado diante de uma economia que, em geral, perdia cada vez mais importância. Assim, procuraremos mostrar como ficou a posição do mate na economia nacional entre 1938 e 1967, como ele se posicionou entre os principais produtos brasileiros exportados e ainda como foi o seu papel nas economias estaduais ao longo desses anos. Com isso buscaremos aprofundar o entendimento sobre os resultados que foram conseguidos nas exportações e no mercado interno.

Enfim, esse capítulo, através de cada um dos pontos principais apontados acima, tem a intenção de responder às perguntas que deixamos em aberto no fim do capítulo anterior, visando especialmente mostrar para quê serviu o INM, porquê ele

voltou a ser fortemente questionado na década de 1960, e tornar ainda mais claros os porquês dele ter sido extinto em 1967.

### **3.1 – A ação do INM sobre a produção e a indústria ervateira**

#### *3.1.1 – O INM, a produção e os produtores*

Um dos segmentos que foram menos atendidos pelo INM foi o da produção. O regime de cotas e outras medidas adotadas não foram suficientes para lidar com os excessos de produto; em outro sentido, as medidas praticadas para estimular a produção em períodos em que a mesma se mostrou abaixo das necessidades, apenas a certo custo surtiram efeito positivo. Por falta de recursos, o Instituto nunca conseguiu financiá-la. Sem financiamento, não conseguiu garantir os preços estabelecidos aos produtores, que em diversos momentos entregaram seu produto a qualquer preço. Enfim, sem recursos, o INM não conseguiu criar uma rede de armazéns e depósitos que pudessem servir ao controle efetivo dos mesmos preços. Mas, vejamos cada um desses pontos com mais calma para entendermos a situação dos produtores e da produção e sua relação com o INM entre 1938 e 1967.

Como já é sabido, o INM surgiu para resolver os grandes problemas da economia ervateira, entre os quais se encontrava o da superprodução. Nesse sentido, procurou resolvê-la, entre outras coisas, através do estabelecimento de cotas de produção. Com essa ferramenta – e a questionada colaboração dos Centros de Beneficiadores e Exportadores, criados em função de ele não poder comprar e vender diretamente –, até 1941-1942, a produção teria sido controlada, resultado que seria usado para mostrar que o INM era necessário, quando nos anos seguintes começaram a aparecer os questionamentos de sua validade.

No entanto, como já tivemos oportunidade de mostrar, a partir de 1943, a situação se inverteu e passou a ocorrer um período de subprodução. Assim, o INM procurou agir, dilatando os períodos de safra, autorizando cortes adicionais (safrinhas), liberando a produção do regime de cotas por breves momentos e, por fim, promovendo aumentos nos preços a serem pagos aos produtores – que aderiam cada vez mais às cooperativas. A ideia era que os produtores se sentissem estimulados a produzir mais,

mas a recuperação dos níveis de produção não foi rápida, só começando a partir de 1946. De qualquer maneira, novamente a recuperação parecia mostrar que o INM era capaz de lidar a produção.

Nos momentos seguintes, no entanto, a situação da produção começaria a mostrar que o controle que o INM procurava impor sobre a mesma não tinha efeito duradouro. Mais de uma vez a produção sofreria fortes oscilações, ora com excedentes ora com volumes insuficientes. No primeiro caso, os excedentes seriam resultado de aumentos importantes de produção, mas também causados por reduções bruscas nas compras dos três mercados tradicionais. Foi o que aconteceu já a partir de 1947, quando se iniciou um período de acúmulo de estoques sem comprador – especialmente das cooperativas – que só teria fim a partir de 1950. Contribuíram especialmente para isso as situações políticas e econômicas dos mercados tradicionais. A Argentina, por falta de divisas, ficou praticamente a metade de 1947 sem fazer novas compras, só fazendo novos pedidos em julho. Como resultado, até conseguiu registrar uma significativa importação de 25.609 t, mas se tratava de entregas que acumulavam os pedidos do ano anterior; o reflexo veio a partir do ano seguinte, quando começou a cair sua importação, registrando 23.239 t, chegando, por fim, em 1950 a importar apenas 11.953 t. O Chile, outro mercado que representou um problema para o mate brasileiro na ocasião, devido a questões internas (que também envolveram a falta de divisas) passou a reduzir suas compras: depois de ter importado 9.498 t em 1946, os chilenos reduziram para apenas 6.309 t em 1947 e chegaram a importar apenas 4.120 t em 1948<sup>1</sup>.

Mas não foi só isso. Se por si só essa nova ocorrência de excedentes invendáveis já era suficiente para gerar dúvidas sobre a ação do INM em relação à produção, as mesmas ganhariam ainda mais força pelo fato de que para isso teria contribuído a decisão da própria Junta Deliberativa de extinguir o regime de cotas em 1947 nos vários seguimentos da cadeia produtiva do Paraná e de Santa Catarina – o que se deu, aliás, por sugestão do Ministério da Agricultura<sup>2</sup>. Essa deliberação e a

---

<sup>1</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatórios do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1947, p. 32, e mar./1949, p. 80. Também CODEPAR, 1965, v. 2, p. 7/23.

<sup>2</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatórios do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1947. A extinção do regime de cotas foi aprovada pela Resolução 238, declarando através do seu artigo 1º a liberdade geral, “mas no artigo segundo estabelecia que nos Estados onde houvesse acordo entre as classes, de um lado os produtores, do outro os exportadores e industriais, poderia o regime de cotas ser mantido”. Foi o que ocorreu com os estados do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso, que continuaram no regime de cotas, *status quo* que foi

consequente “abundância de ofertas”, teria causado acúmulo de estoques nas cooperativas e também apreensão, especialmente nos mercados tradicionais – inclusive no uruguaio<sup>3</sup>.

No entanto, compreender tal situação e quantificar essa ou outra ocasião de “abundância” de oferta – ou mesmo a insuficiência do produto, quando isso se dava –, é apenas em parte possível, pois inexitem séries para a produção total e também por estados<sup>4</sup>. Sabe-se, de qualquer forma que, na fase em questão, as safras nas áreas de controle das cooperativas no Paraná e em Santa Catarina tiveram um aumento de 17,1% e 25,7%, respectivamente, entre 1946 e 1947<sup>5</sup>. Só no Paraná – onde a situação se mostrou mais problemática –, os estoques acumulados em janeiro de 1949 totalizavam 17.591 t, divididos entre a Federação Cooperativa (9.096 t), os produtores não cooperados (1.085 t) e os exportadores (7.409 t)<sup>6</sup>.

De sua parte, diante do aumento da produção e da falta de escoamento dos excedentes, o INM voltou atrás e restabeleceu o regime de cotas em 1949. Na ocasião o próprio presidente da autarquia reconheceu ser o regime de cotas “[...] o que mais uma vez se mostrou útil para conter os níveis de produção e de oferta nos mercados tradicionais”<sup>7</sup>. Mas, além disso, para que a situação fosse controlada, o Instituto precisou reduzir períodos de safra – em 1950, por exemplo, nos estados do Paraná e

---

confirmado pela Junta (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1949, p. 86).

<sup>3</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1948, p. 24.

<sup>4</sup> Uma grande falha ou deficiência, a nosso ver, é que o INM não registrou em nenhum de seus *Boletins Estatísticos* anuais os volumes produzidos, concentrando-se apenas nos números do comércio, dos tipos (produto e embalagens) e dos compradores. O que o INM – e autores que estudaram o mate – fazia em muitos casos, considerando isso como *produção*, era somar as vendas nos mercados externo e interno, desconhecendo com antecedência a exatidão dos estoques. Esse último dado só aparecia depois, como resultado dos eventos que vimos comentando, sem serem as informações, no entanto, suficientemente claras. Além disso, os volumes produzidos no Brasil nem sempre aparecem em outros documentos do INM, inviabilizando com isso a criação de séries completas do mesmo tipo. Mesmo os dados de produção do IBGE para os anos seguintes a 1952, reproduzidos por Luiz Fernando Aranha (1967), nada mais são que a soma das exportações com o consumo interno. Até mesmo um documento que poderia ser de grande valia – as *Estatísticas Históricas* do IBGE, de 1989 –, simplesmente não contam com dados de produção, apenas de exportação (com seus volumes e valores).

<sup>5</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1947, p. 38-39.

<sup>6</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1949, p. 80 ss.

<sup>7</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 7ª sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 28/out./1949, p. 1.

Santa Catarina, a safra se limitou a apenas 46 dias (15 de julho a 31 de agosto), quando normalmente as safras duravam em média 3 meses<sup>8</sup>. Por fim, nessa ocasião, para que os estoques acumulados fossem escoados, o INM teve também que promover um acordo entre as federações cooperativas e os industriais e exportadores “tradicionais”, para que esses últimos, na medida de suas possibilidades, comprassem os estoques parados nos armazéns das primeiras. Esses aceitaram comprá-los, mas o fizeram mediante uma compensação pelos “acréscimos que tenham ocorrido nas despesas com o produto destinado à exportação”<sup>9</sup>. Por fim, como resultado do acordo federações-exportadores e do esforço representado pela limitação da safra, segundo Jocelyn Furtado Neves, presidente da Federação das Cooperativas do Paraná, em junho de 1950 os estoques já estavam quase todos escoados<sup>10</sup>. A situação dos mercados tradicionais, no entanto, só em parte começaria a apresentar melhora: no caso chileno, que em 1949 importou 8.254 t, em 1950 importou 11.089 t; os argentinos, que haviam importado 12.460 t em 1949, reduziram sua importação em 1950 para 11.953 t, e em 1951 importaram 12.347<sup>11</sup>.

Depois disso, novas ocorrências mostrariam que a fase de excedentes do período 1947-1950 não se tratava de um momento isolado, assim como, demonstrando a constante instabilidade da economia ervateira, haveria também outros momentos com produção insuficiente.

Com novos problemas nos mercados externos e aumentos na produção, ocorrências de excedentes seriam relatadas – com maior ou menor gravidade – mais de uma vez pelos presidentes do INM<sup>12</sup>. Seria assim especialmente a partir dos anos finais da década de 1950 e, novamente, a partir de meados da década de 1960, no que contribuiria fundamentalmente a situação dos três mercados tradicionais. Como teremos oportunidade de ver com mais detalhes em outro momento, o mercado argentino, depois de apresentar um crescimento em suas compras, veria sua situação cada vez mais incerta desde fins da década de 1950, e as suas importações do Brasil oscilantes nos anos seguintes, até decretar o fim das importações em 1965; nesse período, o mercado chileno continuaria bastante instável para representar um substituto à altura do mercado

---

<sup>8</sup> PROBLEMAS da produção ervateira. *O Dia*. Curitiba: [s.n.], n. 08131, 12/jun./1949, p. 7.

<sup>9</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>10</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>11</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

<sup>12</sup> Embora os volumes produzidos no Brasil não tenham sido sistematicamente anotados por eles, como já dissemos antes.

argentino; e o uruguaio, o grande mercado do mate beneficiado brasileiro nas primeiras décadas de vida do INM, que também mostraria importante crescimento nos anos 1950, cada vez mais se voltaria para o seu beneficiamento interno, pressionando para a um constante aumento proporcional da importação do mate cancheado brasileiro, começando a reduzir suas compras gerais de forma muito significativa na virada dos anos 1950 para a os 1960. Evidentemente esses momentos de instabilidade – tanto para mais, como para menos – teriam efeito sobre os produtores. Por isso devemos nos perguntar: como ficou a sua situação ao longo do período de existência do INM? Como ficaram eles nesses momentos de alteração dos níveis produzidos? Como se posicionaram? O que pôde ou não a autarquia fazer para ampará-los?

As oscilações na produção – além de influenciadas pelo que ocorreria nos mercados, sobretudo os externos – eram ao mesmo tempo um resultado da ação – ou reação – dos produtores e um sintoma da sua condição. Os períodos de produção mais contraída, por exemplo, entre 1943 e 1946 eram, em boa medida, uma reação dos produtores diante da condição em que se encontravam, reclamando dos preços pagos pelo seu mate. Mas eles iam além, pois muitos desses que eram pequenos produtores e que dividiam suas atividades anualmente com trabalhos em outras culturas agrícolas, desestimulados, abandonavam – temporária ou definitivamente – o mate para se ocuparem em atividades mais remuneradoras. Assim, como já tivemos oportunidade de mostrar, durante o período acima considerado, através do cooperativismo – cujo controle se encontrava centralizado na ocasião na COCPM –, os produtores lograram alguns aumentos nos preços, o que acabou por incentivar sua produção dos anos seguintes.

Mas, além do período 1943-1947, sobretudo a partir dos primeiros anos da década de 1950, com uma melhora nas vendas para os mercados tradicionais e, depois de 1954, quando o INM começou a registrar números crescentes de consumo no mercado interno brasileiro, seus dirigentes começaram a enxergar perspectivas de aumento positivo da produção. Como exemplo disso, o presidente Taborda Junior teria afirmado com entusiasmo em março de 1954 que “o desejo de uma safra abundante domina os setores ervateiros”, em decorrência da maior procura e “do preço que alcançou o produto na última colheita”<sup>13</sup>. Segundo ele, em valores correntes, os preços

---

<sup>13</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1954, p. 77 ss.

pagos aos produtores no Paraná e em Santa Catarina, em 1953, haviam ido de Cr\$ 26,00 a Cr\$ 37,00 a arroba<sup>14</sup>. Por outro lado, ao mesmo tempo, o mesmo presidente alertava também para dois “perigos”: a predominante falta de braços e a retenção do produto – esse último caso como resultado da “expectativa de preço igual ou melhor, mais compensador ainda” que o alcançado na safra de 1953<sup>15</sup>.

Porém, braços desviados para outras atividades e, eventualmente, a retenção em estoque não eram os únicos fatores que poderiam contribuir para uma redução da oferta do produto. Embora menos frequentes, havia ainda a possibilidade de ocorrência de eventos climáticos e de pragas. Nesse último caso, de forma mais grave, os ervais dos estados sulinos foram atacados pela lagarta *coruquerê* (*Alabama argillacea*) em 1957, momento em que o INM chegou a mobilizar certos recursos para minorar seus efeitos. Entretanto, para piorar, no mesmo ano, a mesma região sofreu com fatores climáticos, contra os quais o INM pouco pôde fazer. Assim, como resultado conjunto dessas eventualidades, o presidente Souza Artigas diria que “o receio que manifestamos em nosso último relatório [out./1957], foi confirmado, com a retração da safra do ano passado, tão castigada pelas chuvas copiosas, pela geada e pelo ‘curuquerê’, principalmente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”<sup>16</sup>. Nesse ano, no entanto, a redução na produção só não resultou em carência de mate por causa da coincidente redução das compras em dois dos três mercados tradicionais, em relação a 1956: o Uruguai comprou 5.000 t a menos em 1957 e o Chile, reduziu em 6.000 t as suas compras. A exceção foi a Argentina, que, por também ter sofrido redução na sua produção de Misiones, por causa de problemas de erosão do solo, e por ter autorizado *permisos* automáticos para as transações com o Brasil, importou a mais 6.764 t de nosso mate<sup>17</sup>.

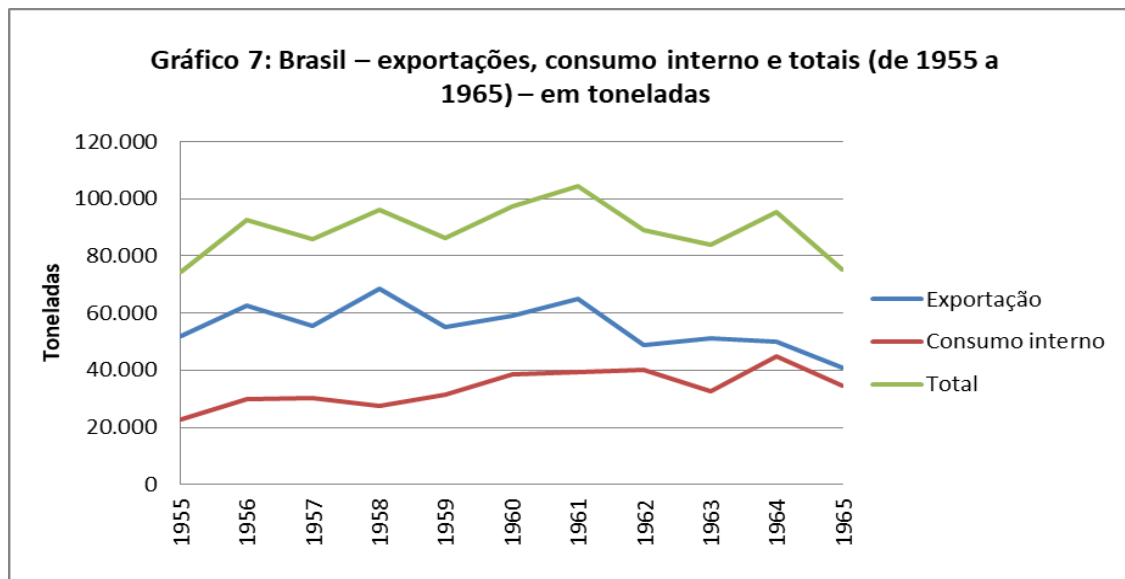
---

<sup>14</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Tabora Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1953, p. 30; também *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Tabora Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1954.

<sup>15</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Tabora Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1954, p. 77 ss.

<sup>16</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1958, p. II ss.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. VI-V.



**Fontes:** para exportações: 1945-1964: CODEPAR, 1964, p. 4/7; para 1965: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1965*. Rio de Janeiro: 1966; para consumo interno: 1945-1963: CODEPAR, 1964, vol. 1, p. 4/13; para 1964: BRASIL consumiu mais e exportou menos erva-mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 03287, 15/jan./1965; para 1965: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1965*. Rio de Janeiro: 1966.

Nos anos que se seguiram, como podemos observar no **Gráfico 7**, as oscilações nas vendas, sobretudo para o mercado externo, continuariam ocorrendo. Nesse caso específico haveria alguns momentos de altas consideráveis nas compras, o que geraria expectativas e resultaria em novos aumentos na produção de cancheada. Esses aumentos eram ótimos quando era garantida a sua colocação, mas, quando ocorriam quedas bruscas nas compras dos mesmos mercados de um ano para o outro – como foi o caso de 1959, 1962, 1963 e, finalmente, de 1965 em diante –, elas geravam excedentes sem saída. Nesse sentido, nem mesmo o aumento do consumo interno brasileiro que vinha ocorrendo desde meados da década de 1950, seria suficiente resolver os problemas resultantes para a produção.

Sobre essa a situação, destaquemos o caso de Mato Grosso em 1965. Em meio ao anúncio de que a Argentina cortaria a importação de mate brasileiro, o INM ainda acreditava numa reversão. Nesse sentido é que os produtores seguiram produzindo, aumentando a oferta em relação aos anos anteriores. Segundo informações do INM, a produção do estado nesse ano “foi considerada boa”, atingindo 9.331 toneladas, que somadas ao estoque da safra anterior, 4.470 t, totalizavam 13.801 toneladas – essa produção era superior a da safra de 1964, registrando-se aumento de 565 t em relação a essa última. Esse volume era suficiente para satisfazer às necessidades da exportação, de um eventual consumo interno e, ainda às expectativas, de desenvolvimento das vendas –

incluindo de mate solúvel – que “prometem atingir melhor repercussão econômica”<sup>18</sup>. Só que nenhum desses fatores se mostrou positivo: a Argentina não compraria mais mate brasileiro desse ano em diante; o consumo interno no caso mato-grossense – como veremos em detalhes em outro momento – se mostraria quase insignificante; e as vendas para qualquer outro destino em geral não se mostrariam nada diante do que era vendido aos argentinos.

Mas, o problema de quedas bruscas nas vendas não era exclusividade de um estado apenas. Em graus e formas diferenciadas, os efeitos para os produtores dos quatro estados se mostrariam maléficos, ainda mais porque seria difícil reter seus produtos em estoques – individualmente e, por vezes, até mesmo por meio das cooperativas –, o que lhes impedia de negociar preços. A situação por vezes levava alguns produtores a vender por preços abaixo dos estabelecidos pelo INM.

Nesse mesmo sentido, vale dizer que até mesmo as cooperativas encontraram dificuldades para financiar a produção, especialmente à medida que o número de produtores cooperados se tornava mais alto, ultrapassando suas capacidades. Sobre isso, o periódico *O Observador Econômico e Financeiro*, em 1950, já dava conta de que, com o crescimento do número de associados, as federações cooperativas começavam a ter dificuldades para fazer os adiantamentos aos produtores pelo mate entregue nos seus armazéns<sup>19</sup>. Devemos ter em vista ainda que, desde quando foi criada em 1942, a taxa das cooperativas não teve o seu valor reajustado em nenhum momento, permanecendo em Cr\$ 1,00 durante todo o período de nossa pesquisa. Com isso, conforme os dados que dispomos reproduzidos a seguir na **Tabela 9**, os recursos auferidos não tiveram aumento e não acompanharam nem mesmo as altas taxas de inflação apresentadas na economia brasileira a partir, especialmente, de fins década de 1950. A atenuante, nesse caso, é que as federações se tornaram beneficiadoras e também exportadoras, o que lhes possibilitava, por exemplo, fazer alguns empréstimos junto aos órgãos federais de amparo às cooperativas.

---

<sup>18</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel Oliveira Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Assuntos Econômicos. Rio de Janeiro, mar./1966, p. 6.

<sup>19</sup> PLANIFICAÇÃO cooperativista do mate. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 172, maio/1950.

**Tabela 9: Resultados da Taxa de Cr\$ 1,00 das cooperativas (de 1949 a 1963) – em Cr\$**  
(valores correntes)

Ano	Total arrecadado	Ano	Total arrecadado
1949	3.766.309,10	1957	5.339.295,30
1950	4.011.977,10	1958	6.076.628,50
1951	3.953.199,90	1959	5.304.651,40
1952	3.890.985,30	1960	5.971.272,80
1953	3.647.712,40	1961	6.000.000,00 <sup>1</sup>
1954	4.381.755,40	1962	5.447.416,60
1955	4.742.921,20	1963	6.000.000,00 <sup>1</sup>
1956	5.631.302,70		

**Fonte:** *Relatórios dos presidentes do INM* (Vários anos).

**Nota:** <sup>1</sup> valor aproximado. No valor de cada ano não se incluía o que era pago pela Companhia Mate Laranjeira, que era pago diretamente à Federação Amambaí.

Da parte do INM, apesar de constar em sua legislação, e de afirmarem seus dirigentes, que era ele o órgão de defesa de toda a economia ervateira, e não apenas de um ou de outro segmento, o mesmo não seria capaz de evitar as fortes oscilações nos mercados e nem de dar-lhes respostas eficazes. Sem recursos financeiros suficientes – quase todos imobilizados por suas despesas de manutenção – ele não tinha como defender a produção. O INM procurou agir. Durante todo seu tempo de vida foram discutidas e tentadas algumas ações para amparar – ou ao menos controlar – a produção. Assim foi que se criou o serviço de entrepostos em 1939, então estreitamente ligado aos Centros de Industriais e Exportadores. Os entrepostos (ou armazéns reguladores) serviriam como coletores da produção de cancheada e como pontos exclusivos de fornecimento aos industriais, conseqüentemente, como instrumentos para o controle da produção e dos preços. Seria essa experiência o mais próximo que o INM chegaria de “amparar” os produtores e de controlar a produção. No entanto, como já mostramos, os Centros sofreram ataques – especialmente por parte do movimento cooperativista –, além de não ter o INM conseguido o financiamento esperado por parte do Banco do Brasil, que era fundamental para levar adiante o projeto dos entrepostos, para instalar os estabelecimentos na quantidade necessária e fazer a sua manutenção. Esses fatos somados provocaram, então, a extinção dos Centros, juntamente também com a extinção dos entrepostos que haviam sido instalados.

Daí em diante, o INM nunca mais conseguiria montar uma rede própria de armazéns, ou mesmo dar suporte adequado para que os produtores ou seus representantes – as cooperativas – os construíssem, apesar de a Junta Deliberativa ter

projetado, criada legislação e, frequentemente rediscutido o assunto. Depois do mencionado plano de entrepostos, a primeira tentativa do INM de promover a criação de um conjunto de armazéns – em conjunto com outras instalações – foi através do *Projeto de Racionalização da Produção*, lançado em 1944. No projeto, além da ideia de instalação de “usinas” de cancheamento com aparelhagem considerada adequada para a produção em massa e de forma padronizada, constava a formação de uma “rede de armazéns”. Ambos seriam construídos em áreas de maior densidade produtiva nos quatro principais estados produtores e entregues às cooperativas<sup>20</sup>.

Em linhas gerais, as *usinas* seriam compostas de sapecador mecânico, izimador, cancheador, peneiras e noques (depósitos). A princípio, a ideia era construir 68 usinas nos estados do Paraná e Santa Catarina, que produziriam 15.300 t de mate cancheado em 50 dias úteis de safra. Os armazéns, por sua vez, seriam divididos em duas unidades-tipo: *Armazéns Coletores* (sob a sigla ARMCO), que seriam colocados em área de produção intensiva, e *Armazéns de Escoamento* (sob a sigla ARMES), que seriam instalados às margens das vias rododiferroviárias. O ARMCO, diretamente vinculado à produção, seria um depósito capaz de comportar, no mínimo, 150 toneladas; o ARMES, por sua vez, estaria vinculado diretamente ao escoamento, com capacidade que poderia ser idêntica a do ARMCO, porém, “podendo variar conforme a maior ou menor intensidade de escoamento”<sup>21</sup>.

O projeto inicial de instalação foi orçado em Cr\$ 50 mil para cada um dos armazéns (tanto ARMCO como ARMES) e Cr\$ 100 mil para cada “usina” de cancheamento, totalizando o projeto em Cr\$ 10.200.000,00. O INM pretendia ligar o projeto à taxa de Cr\$ 1,00 das cooperativas – que havia sido criada em 1942 e era então direcionada à COCPM –, a qual via como o meio para obtenção de um crédito junto ao Banco do Brasil no valor de Cr\$ 30 milhões, que seriam distribuídos às cooperativas dos estados produtores, de acordo com a quantidade e representatividade das mesmas<sup>22</sup>. Para que isso fosse possível, o INM entendia que seriam necessárias modificações no

---

<sup>20</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1944, p. 3.

<sup>21</sup> PROJETO de racionalização da produção. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1944.

<sup>22</sup> Previa-se que Cr\$ 20 milhões caberiam ao Paraná e Santa Catarina, Cr\$ 6,5 milhões ao Rio Grande do Sul e Cr\$ 3,5 milhões ao então Território de Ponta Porã. O financiamento seria feito pelo INM aos interessados, com juros de 7% em 15 anos (PROJETO de racionalização da produção. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1944, p. 5 ss).

Decreto-lei 6.635/1944, que rezava que a taxa de Cr\$ 1 se destinava “à *organização cooperativista* da economia ervateira”, no caso a COCPM. Com vistas a trazer a taxa para si ou controlar sua aplicação de alguma forma, o INM dizia que o produto da mesma “não pode ser destinado só à *Organização* cooperativista, mas também à assistência às cooperativas de produtores”<sup>23</sup>.

O Governo Federal, no entanto, manteve o dispositivo legal inalterado, e as cooperativas, enquanto existiu a COCPM, seguiram caminho próprio, assim como a aplicação da referida taxa seguiu sob o controle dessa Comissão, que se responsabilizava pela sua aplicação da maneira como lhe parecia mais conveniente. Com a extinção da COCPM em 1946, pareceu ter sido aberta uma brecha e o INM procurou insistir, criando a Seção de Assistência às Cooperativas (SAC) que, no entanto, se mostrou um fracasso: não tendo controle sobre as cooperativas, e muito menos sobre a taxa de Cr\$ 1,00 e sua aplicação, foi extinto esse órgão já em 1949. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que se dava o fortalecimento das federações cooperativas que, de 1946 em diante, mantiveram o controle da referida taxa e passaram elas mesmas a buscar financiamentos, construir estabelecimentos para cancheamento e beneficiamento e instalar seus próprios armazéns. Como resultado, as 14 cooperativas filiadas da Federação de Produtores do Paraná – a mais destacada entre as federações –, em 1950, já haviam instalado cerca de 100 armazéns<sup>24</sup>.

Diante disso, ao INM só restou tentar se aproximar das Federações, no sentido de lhes oferecer os estudos (incluindo plantas e orçamentos de construção), e procurar impor a padronização dos armazéns e demais instalações, mas sem conseguir o controle das ações do cooperativismo como pretendiam os seus dirigentes.

Por outro lado, com o passar dos anos, mesmo com as cooperativas tendo construído um grande número de armazéns, ainda continuaria sendo apontada a carência dos mesmos, enquanto que a ideia das “usinas” de cancheamento se transformaria no projeto dos barbacuás coletivos que já tivemos oportunidade de analisar no capítulo anterior. Mas especificamente sobre os armazéns, um documento de autor desconhecido, anexo ao relatório do presidente Souza Artigas de outubro de 1957, destacaria como urgente, entre outras coisas, a formação pelo INM de uma rede de

---

<sup>23</sup> PROJETO de racionalização da produção. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa. Rio de Janeiro, out./1944, p. 5 ss.

<sup>24</sup> PLANIFICAÇÃO cooperativista do mate. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 172, maio/1950, p. 186.

armazéns, para além dos que já vinham sendo construídos pelas federações cooperativas, para assim “receber as safras, regulando a sua distribuição entre os exportadores, mesmo que para isso tenha que estudar um ‘modus vivendi’ com as cooperativas e Federações”. Essa rede era vista como um dos pontos fundamentais caso o INM pretendesse ser realmente o órgão controlador da economia ervateira como um todo, e da produção especificamente, coisa que, segundo o mesmo documento, o Instituto não vinha conseguindo ser<sup>25</sup>. Não se tratava, de qualquer maneira, de assunto novo, inserindo-se tal documento em discussões mais amplas que já estavam sendo feitas pela Junta Deliberativa no sentido de novamente tentar por em prática o antigo projeto de criação de uma “rede de armazéns”. Mas, ao contrário da tentativa feita em anos anteriores, dessa vez o INM procuraria instalar armazéns com recursos próprios e mantê-los diretamente, sem ligar sua ação, necessariamente, às federações cooperativas. A ligação se daria apenas no sentido de somarem-se os seus armazéns com os armazéns das cooperativas.

No mesmo ano de 1957, como forma de lhe direcionar recursos, a construção de armazéns foi incluída, num primeiro momento, entre outras medidas que o INM pretendia por em prática através do que se chamou de *Plano de Produção*<sup>26</sup>. Além disso, para que sua ação tivesse caráter oficial, o INM baixou a Resolução 554, em 13 de agosto de 1957, aprovando o regulamento interno da *Rede de Armazéns de Mate* (REARMA). O anexo dessa resolução, tratando dos armazéns, “sua natureza, localização e fins”, diria que o REARMA seria “um dos organismos de ação do INM no meio ervateiro”, cuja composição seguiria sendo basicamente a mesma do projeto de 1944, ou seja, formado por duas unidades-tipo: *Armazéns Coletores* (ARMCO) e *Armazéns de escoamento* (ARMES) (ALENCAR, 1960, p. 75-78).

Os recursos necessários para construção tanto dos armazéns como dos demais itens do *Plano de Produção*, entretanto, não foram conseguidos. Apesar da declarada carência de armazéns nos anos que seguiram à sua regulamentação, o projeto teve resultados praticamente nulos. Os recursos que o INM dispôs, por sua vez, foram

---

<sup>25</sup> ESTUDO sobre a economia ervateira, autor desconhecido. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa. Rio de Janeiro, out./1957, p. 3.

<sup>26</sup> No *Plano de Produção*, além dos armazéns, incluir-se-ia ainda a instalação de barbacuás coletivos, campos de sementes e de secadores manuais e mecânicos, mediante financiamento do INM ou por intermédio dele (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa. Rio de Janeiro, mar./1958, p. III).

insuficientes ou não foram direcionados para essas construções, sendo usados para outros fins, sobretudo tendo em vista ser dessa época a criação do barbacué coletivo de Prudentópolis, Paraná, e a instalação da primeira Loja do Mate em São Paulo capital, projetos que requereram um considerável esforço da parte do Instituto. O certo é que, até 1967, apenas dois armazéns foram postos a disposição dos produtores pelo INM, um instalado por ele e outro comprado: o primeiro no antigo sul de Mato Grosso e o segundo no Paraná.

No primeiro caso, com o aumento da importância de Porto Esperança, que se tornou o principal escoadouro do mate mato-grossense a partir da década de 1940, aumentou também a necessidade de um armazém nessa localidade que fosse capaz de resguardar o mate até que este fosse posto nos navios que rumavam para a Argentina ou nos vagões da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Em 1955, a NOB possuía um pequeno armazém em Porto Esperança, mas que, em situações de urgência e aumento do fluxo de produtos, não dava conta da demanda. Por vezes, também, fazia-se necessário “o transporte urgente de comboios com mate a fim de completar a carga” por não possuir a NOB máquinas suficientes, deixando esses comboios estacionados “semanas, em diversos desvios, acarretando prejuízos”<sup>27</sup>. Esse problema se agravava pelo fato de que os avisos de abertura de créditos aos compradores argentinos chegarem “às mãos dos interessados [brasileiros] já em vésperas de seus vencimentos”, acarretando a necessidade de embarques imediatos, impedidos pela “exiguidade dos armazéns existentes em Porto Esperança e a dificuldade de transporte rápido pela E. F. NOB”<sup>28</sup>.

Esse armazém já vinha sendo construído pelo INM mesmo antes da regulamentação da REARMA, mas foi inaugurado um mês depois da mesma, em setembro de 1957. A construção foi feita pelo INM com recursos próprios, sendo ele um armazém de grandes proporções, enquadrado como *Armazém de Escoamento* (ARMES)<sup>29</sup>. Para atender as suas despesas de manutenção e serviços, estabeleceu-se uma

---

<sup>27</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1955.

<sup>28</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1956.

<sup>29</sup> ARMAZÉM-ESCOADOURO para o mate de Mato Grosso. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 19.775, 12/set./1957.

taxa própria, que era atualizada via resoluções do INM<sup>30</sup>. Além disso, como algo um tanto incomum, o Governo Federal também contribuiu para essa obra, tendo liberado recursos para instalações acessórias, tais como uma ponte de embarque, cuja verba foi entregue no mesmo ano pelo Departamento de Portos, Rios e Canais<sup>31</sup>.

Mas, o entusiasmo em torno do armazém de Porto Esperança não duraria muito tempo. Isso porque como podemos ver na **Tabela 10**, alguns anos depois de sua inauguração, uma mudança importante nas exportações de Mato Grosso afetaria diretamente os planos do INM. A partir da década de 1960, Porto Esperança deixaria de ser o ponto principal de escoamento desse estado, perdendo seu posto para o Porto de Concepción, no Paraguai. Esse último, que teve uma reduzida circulação de mate brasileiro na década de 1950, se comparado com Esperança, tomaria o seu lugar a partir de 1962, consagrando-se a partir de então, após ser feito “porto livre por acordo entre esta República e a do Brasil” (FIGUEIREDO, 1967, p. 269). Já Porto Esperança, como resultado, acabaria sendo abandonado, desaparecendo dos registros de exportação do INM, e, conseqüentemente, se mostrando um investimento perdido, sem contribuição real e duradoura à produção.

**Tabela 10: Mato Grosso – Escoamento do mate segundo os portos de embarque (1957-1965) (em toneladas)**

Portos	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
<b>Esperança</b>	8.032	11.000	3.852	8.001	7.275	–	–	–	–
<b>Concepción</b>	300	290	2.368	2.000	3.562	5.609	6.657	6.536	6.465
<b>Mendes</b>	2.540	1.654	1.382	1.664	1.936	1.409	–	–	700*
<b>Santos</b>	148	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>11.020</b>	<b>12.945</b>	<b>7.602</b>	<b>11.665</b>	<b>12.773</b>	<b>7.019</b>	<b>6.657</b>	<b>6.536</b>	<b>7.165</b>

**Fonte:** para 1957-1964: FIGUEIREDO, 1967, p. 273; para 1965: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1965*. Rio de Janeiro: 1966. **Nota:** \* nos documentos do INM não está declarada a origem exata, mas, pudemos identificá-lo como sendo de Mato Grosso pela soma desse volume com o que foi exportado via Concepción, que dá exatamente o total da exportação desse estado.

<sup>30</sup> A primeira delas, a Resolução 555/1957, estabeleceu a taxa de Cr\$ 8,00 por volume. Na mesma constava que a armazenagem, o seguro, a carga, o carreto, a descarga, a pesagem à entrada com empilhação, a extração de amostras, a viração, a pesagem e saída correriam por conta e risco do INM, já a troca da sacaria seria feita pelo exportador (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1957, p. 21; 97).

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 2.

Outro armazém que o INM conseguiu não chegou a ser construído, mas sim foi comprado, em Guaíra, no Paraná. Localizada na divisa com o estado de Mato Grosso, Guaíra havia sido propriedade da Companhia Mate Laranjeira. Essa empresa havia construído uma estrada de ferro particular ligando Guaíra a Porto Mendes, transpondo as corredeiras das Sete Quedas, de onde parte importante do mate produzido pela empresa era escoada para a Argentina desde 1913 (QUEIROZ, 2004a). Em meados dos anos 1950, Guaíra já era município, continuando a transitar por ele uma parte da produção de Mato Grosso. Surgiu então a proposta de construção de um armazém ali por parte do INM, porque se encontrava precária a situação em Porto Mendes. Inclusive, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) – que desde 1944 havia encampado a Estrada de Ferro Guaíra a Porto Mendes, assim como os materiais e instalações fixas, instalações portuárias e todas as instalações e materiais flutuantes antes pertencentes à Mate Laranjeira – teria determinado a suspensão do serviço ferroviário entre Guaíra e este porto em 1955. Isso teria se dado, ao que nos parece, em caráter definitivo, sugerindo o SNBP ao Ministro da Viação o abandono definitivo da estrada de ferro em questão.

Nesse sentido, o presidente do INM na ocasião, Cândido Mader, dizia que “a região se achava em franca expansão e, dia a dia, mais se ressentia desse serviço ferroviário, que deveria ser melhorado e ampliado para atender às exportações de mate, madeira e posteriormente de café”<sup>32</sup>. Essa via férrea, a única ligação que contornava as cachoeiras das Sete Quedas, se achava em péssimas condições o que, somado a fatores administrativos, fez cessar seu tráfego. Enquanto não se resolvia o problema, os interessados faziam o transporte mediante acordo com os funcionários da estrada de ferro que ali permaneceram, “aliás com boa vontade, pois que exigiam somente as despesas com lenha, etc.”. Entretanto, a via férrea “sem qualquer conservação e o material rodante sem assistência”, logo se tornou imprestável, cessando então o tráfego dos comboios. O governo do estado do Paraná se voltou, então, para a construção de uma estrada de rodagem, com apoio da agora prefeitura de Guaíra e dos interessados que, concluída, se tornou o ponto de ligação no transporte de erva-mate entre esta localidade e Porto Mendes, apesar do preço elevado nesse momento<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1955.

<sup>33</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1956.

De qualquer maneira, nos anos finais da década de 1950, um armazém na região ainda era apontado como uma carência que, da parte do INM, parecia ser um valioso amparo aos produtores, especialmente aos mato-grossenses. Para que se tenha uma ideia, as exportações de Mato Grosso por Porto Mendes, embora bem menores do que por Porto Esperança ou por Concepción, representaram 14,26% do total em 1960 e 15,16% em 1961 (**Tabela 10**). A Diretoria do INM chegou, então, a autorizar a construção de um armazém em Guaira em 1961, o que possibilitaria aos produtores mato-grossenses e também aos paranaenses continuarem escoando erva-mate via Rio Paraná<sup>34</sup>. Mas, em março de 1962, o INM, ainda querendo melhorar as condições das exportações por esse rio e ao que parece não conseguindo levar adiante tal construção, anunciou que havia adquirido um armazém que pertencia à Companhia Mate Laranjeira<sup>35</sup>.

A essa altura, no entanto, esse armazém seria o último nos planos do INM. Além do mais, em termos de resultados, embora os registros de que dispomos cheguem somente até 1965, é possível perceber claramente que este, assim como foi o caso do armazém de Porto Esperança, também se mostraria um mau investimento, sem quase nenhuma utilidade. Isso porque, segundo os dados fornecidos pelo INM, constantes na **Tabela 11**, as últimas exportações importantes via Porto Mendes se dariam justamente no ano de 1962 (2.669 t). Nesse mesmo ano, conforme consta na **Tabela 10**, as exportações de Mato Grosso por esse porto somariam 1.409 t – momento, aliás, em que as vendas desse estado já começavam a declinar de forma muito importante, somando apenas 7.019 t contra as 12.773 t exportadas em 1961. Depois disso, não constam quaisquer volumes escoados via Porto Mendes em 1963 e em 1964, voltando a aparecer apenas em 1965, quando, sem especificar o estado de origem, o INM registra que foram escoadas por ali apenas 700 toneladas.

---

<sup>34</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1961, p. 5.

<sup>35</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1962.

**Tabela 11: Escoamento geral do mate via Porto Mendes (1957-1965) (em toneladas)**

Ano	Volume	Ano	Volume
1957	3.608	1962	2.669
1958	1.309	1963	-
1959	1.382	1964	-
1960	1.664	1965	700
1961	1.936		

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

Dessa forma, o que podemos dizer é que, semelhante ao que se deu com os barbacuás coletivos, os campos experimentais e os campos de sementes, em relação os quais o INM pouco fez – ou pode fazer –, o projeto dos armazéns igualmente não vingou. Sobre esse e os demais projetos, de forma realista, o presidente Jorge de Lima resumiria as ações do Instituto até outubro de 1963 da seguinte maneira:

Como medida de amparo e assistência, afora a fixação de preços e o estabelecimento de tipos – atos formais – apenas existem: no Rio Grande do Sul, um campo de produção de mudas; em Mato Grosso, dois pequenos armazéns; em Santa Catarina, um barbacuá em construção; e no Paraná, um barbacuá coletivo e um pequeno campo de produção de mudas. No todo é quase nada, e nada mais se fez<sup>36</sup>.

Daí em diante, apesar de ainda ter o INM pouco mais três anos pela frente, não houve mudança. Em outubro de 1965, o então presidente, Oliveira Franco Sobrinho, lamentaria a inexistência de uma rede de armazéns mas, a essa altura, diante da situação das finanças do INM que se agravava – ainda mais pela perda do mercado argentina naquele mesmo ano –, ele se limitaria a dizer que os armazéns eram necessários para “propiciar razoável equilíbrio entre a procura e a oferta de matéria prima e, ainda, possibilitar a execução de uma política de preços compensadores para as partes interessadas”, sem o qual “a produção ver-se-á sempre submetida às variações decorrentes de fatores negativos de várias espécies”<sup>37</sup>.

Mas, se promover construções que contribuíssem para melhorar a situação da produção e dos produtores foi difícil para o INM, impossível foi financiá-los. Desde o início, nos regulamentos do INM constou que ao mesmo caberia dar suporte – direto ou

<sup>36</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1963, p. XI. Uma ressalva, nesse caso, é que um dos armazéns mencionados se localizava em território paranaense – Guaíra –, embora afetasse diretamente parte da produção de Mato Grosso, como vimos.

<sup>37</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel de O. Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1965, p. 1.

indireto – e amparar tanto aos produtores como aos industriais da erva-mate<sup>38</sup>. No entanto, o que foi recorrente ao longo dos anos foi a falta ou a insuficiência de recursos próprios, além das dificuldades em conseguir recursos junto aos órgãos financeiros oficiais ou mesmo junto ao Governo Federal. Conseguir dinheiro entre os grupos que compunham a economia ervateira também se mostrou impraticável, considerando os seus representantes na Junta Deliberativa e fora dela que as taxas que deles eram cobradas pelo INM já eram demasiado altas, não suportando eles novos encargos, tais como se viu através da tentativa de se criar fundos especiais e as reações geradas que relatamos no **Capítulo 2**. Não foram raras ainda as negativas por parte do Banco do Brasil aos pedidos de financiamento do INM; quando não negaram, os valores que foram liberados estiveram abaixo do esperado e necessário<sup>39</sup>. Ocorreu também de, em alguns momentos, os recursos terem sido conseguidos apenas para cumprir compromissos que ficavam pendentes de exercícios anteriores.

Conseguir crédito junto às instituições financeiras privadas, por sua vez, era coisa para muito poucos produtores, ainda assim restrito àqueles grandes cujas atividades abrangiam outros segmentos da cadeia produtiva. No caso do Paraná, por exemplo, esse era o caso de algumas grandes empresas de beneficiamento e exportação – especialmente a Leão Jr. S.A. –, que conseguiam obter financiamentos através da CODEPAR ou do BADEP (BERTAGNOLI, 1978, p. 221). Mas, mesmo nesses casos, segundo José Lacerda Júnior, representante do estado do Paraná na Junta Deliberativa em diversos momentos, “sempre houve falta de capitais por parte da indústria brasileira de beneficiamento de erva-mate, principalmente para financiar o setor produtivo”<sup>40</sup>.

De qualquer forma, se a esses era difícil o acesso a crédito em instituições privadas ou públicas, aos pequenos e médios produtores restava apenas como opção o financiamento através das cooperativas, órgãos criados fundamentalmente para assisti-los e defendê-los. Mas, mesmo para as cooperativas, como vimos antes, a partir,

---

<sup>38</sup> Regulamento do INM de 1938, art. 1º e 9º.

<sup>39</sup> Para se ter uma ideia, até outubro de 1947, o Banco do Brasil e a Caixa de Crédito Cooperativo haviam negado total ou parcialmente cinco pedidos de financiamento. Na 5ª tentativa, o INM, agindo em favor da Federação das Cooperativas Paraná-Santa Catarina, havia pedido Cr\$ 10 milhões para a safra de 1947, no que foi atendido com apenas Cr\$ 3 milhões (PARECER da comissão encarregada de examinar o plano de financiamento do Presidente do INM. Anexo ao INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1947, p. 4).

<sup>40</sup> LACERDA JÚNIOR, José. Entrevistado por Lucrecia C. Bertagnoli, em 27/abr./1976. *Apud* BERTAGNOLI, 1978, p. 222.

sobretudo, da década de 1950, não seria tão fácil financiá-los. O que ocorreu devido ao grande crescimento que teve o número de produtores que lhe acorriam e o fato de os recursos arrecadados pelas mesmas através da Taxa das Cooperativas não terem acompanhado esse crescimento. Essa taxa nunca foi reajustada (continuando sempre Cr\$ 1,00) e, além do mais, estando o seu produto diretamente ligado ao comércio do mate, sofreu com as suas flutuações e reduções de volumes e valores ao longo dos anos.

Além do que já dissemos até aqui, saber a condição dos produtores e em que sentido especificamente as ações do INM contribuíram ou não para a melhoria da mesma não é uma tarefa tão simples. Com frequência se menciona na documentação a respeito da vida difícil dos produtores, além da falta de incentivos e de ações para mantê-los ligados à produção ervateira – situações que mudaram pouco ao longo dos anos. Ainda assim, do que foi feito para transformar a realidade social dos mesmos, é quase impossível separar o que foi resultado das ações do Instituto e o que foi resultado das ações das cooperativas, embora possamos dizer, de qualquer forma, que essas últimas contribuíram muito mais positivamente com os produtores do que o INM.

Tendo isso em mente, para nos ajudar a entender um pouco a condição dos produtores, ainda assim partindo de observações feitas já na década de 1960, devemos levar em conta o estudo *Economia do Mate*, encomendado pela CODEPAR, que já tivemos oportunidade de citar em outro momento (1965, 2 volumes). Entre as preocupações desse estudo, estava a de saber em que pé se encontravam a produção e os produtores. Assim, em termos numéricos, o estudo estimou que 275.115 pessoas estivessem envolvidas na extração do mate em todos os estados produtores em 1960, dos quais a maioria (115.063) se localizava no Rio Grande do Sul, seguido do Paraná (78.525), Santa Catarina (57.440) e Mato Grosso (24.087). Esta estimativa estaria próxima da estimativa do INM: esse, crendo haver nesse mesmo ano cerca de 25.000 propriedades ervateiras, onde por volta de 10 pessoas, entre o produtor e sua família e os tarefeiros e seus familiares, eram ocupadas por safra, chegava ao número de 250 mil pessoas ocupadas com o mate em alguma de suas fases (1965, vol. 1, p. 2/1-2).

De sua parte, continuando a CODEPAR o seu cálculo, com base nas taxas de crescimento da população rural em cada estado no decênio 1950/1960, estimava que a população que se ocupava da extração do mate teria chegado em 1965 a 320.183 pessoas, dividindo-se esse número entre o Paraná (106.580), o Rio Grande do Sul

(120.335), Santa Catarina (63.108) e Mato Grosso (30.160)<sup>41</sup>. Enfim, com base nesses números, a CODEPAR dizia que o “operário” do erval e o pequeno produtor, em 1965, constituíam 90% do pessoal ligado à atividade extrativa ervateira (CODEPAR, 1965, vol. 1, p. 2/2).

Com isso em mente, embora estejamos cientes de variações – e mesmo imprecisões – nos registros, os dados da **Tabela 12**, reunidos a partir das informações fornecidas pelo INM, nos dão uma ideia da proporção dos produtores registrados na autarquia em relação ao total dos que se ocupavam da produção. Conforme a definição dada pelo Instituto, que apresentamos no **Capítulo 2**, os trabalhadores diretos – agregados e tarefeiros – não se encaixavam na categoria *produtores*. Sendo assim, se confiarmos em tais dados veremos que, embora proporcionalmente muito menor que o número dos trabalhadores, o número de *produtores* – incluídos os pequenos, médios e grandes – teve algum aumento até 1963, continuando mais ou menos o mesmo nos anos seguintes.

**Tabela 12: Produtores registrados pelo INM, por estado e totais (de 1959 a 1966)**

Ano	Paraná	Santa Catarina	Mato Grosso	R. Grande do Sul	Total
1959	13.236	6.506	1.355	4.775	25.872
1960	-	-	-	-	-
1961	13.576	6.631	1.364	4.797	26.368
1962	13.576	6.631	1.414	4.798	26.419
1963	13.577	6.752	1.497	4.807	26.633
1964	13.577	6.752	1.497	4.752	26.578
1965	-	-	-	-	-
1966	13.577	6.752	1.497	4.807	26.633

Fonte: *Relatórios dos Presidentes do INM* (Vários anos).

Devemos ter em vista que um maior número de produtores que antes se encontravam fora do controle do INM – especialmente por causa da sua participação nas cooperativas – passaram a se registrar nele, especial a partir de fins da década de 1940. Nesse sentido, esses números são importantes para sabermos, ao menos aproximadamente, quantos eram os indivíduos que se dirigiam ao INM ou às cooperativas. Dessa forma, em relação às condições sociais especificamente dos produtores, a CODEPAR considerou em seu estudo que era boa a situação dos médios e dos grandes, seja por terem mais recursos, seja por se ocuparem também de outras

<sup>41</sup> Essas estimativas, no entanto, não levaram em conta a pequena produção de São Paulo.

atividades além da erva-mate, seja ainda porque alguns produtores eram também industriais beneficiadores e exportadores. Em certa medida, esses conseguiam agir e se defender por conta própria e ocasionalmente buscavam auxílios do INM ou outra de instituição.

Já no que diz respeito aos pequenos produtores – que constituíam a grande maioria – e também aos trabalhadores dos ervais, cujas condições de vida eram semelhantes, o estudo da CODEPAR declarou ter encontrado os mesmos em situação de penúria e disse ainda que “poucas vezes temos deparado com quadros tão chocantes quanto aos observados” nos ervais<sup>42</sup>. Continuava seu diagnóstico dizendo que, morando em casas de madeira, quase sempre, improvisadas, “efetivamente, a pobreza, a doença e a baixa produtividade, formam um círculo vicioso, no centro do qual [o ervateiro e sua família] permanecem, há mais de um século” e isso sem que pudessem “vislumbrar perspectivas breves de melhoria em sua situação social dentro dos quadros regionais”. Completava dizendo que situação era generalizada, envolvendo “tanto o pequeno produtor quanto – e principalmente – o exército de agregados, tarefeiros e demais categorias de trabalhadores braçais que ‘lutam com a erva’” (CODEPAR, 1965, vol. 1, p. 2/6-10).

Essa situação dos pequenos produtores se refletia ainda, em diversos sentidos, nas formas de produção e na qualidade do que era produzido. Assim, pela falta de recursos, persistiram até o fim da vida do INM velhas técnicas de produção, que iam desde a maneira de cortar o mate, usando o facão e decepando quase totalmente a erva, até aos métodos de secagem em carijos e barbacuás, em sua maioria, manuais ou apenas parcialmente mecanizados. Sem auxílio adequado, os pequenos produtores não tiveram condições de adotar todas as melhorias técnicas desenvolvidas ao longo dos anos, coisa que apenas os grandes – e alguns médios – produtores tinham como fazer. Somavam-se a isso as formas de estocagem, prevalecendo em casos nada raros as formas “tradicionais” de fazê-lo, sem ensacamento, em montes acumulados em ranchos mais ou menos precários, o que aumentava o teor de umidade e podia, por vezes, causar alterações indesejadas no produto e até estragá-lo. O *noque*, por exemplo, tipo de local de estocagem que se enquadrava nos padrões mínimos exigidos pelo INM, com paredes duplas, assoalho suspenso à altura considerada adequada para que não houvesse

---

<sup>42</sup> O *pequeno produtor* é caracterizado como aquele que fazia erva em minifúndios, explorando ervais de menos de 5 hectares (CODEPAR, 1964, vol. 1, p. 2/10).

corrente de ar livre e evitar, sobretudo, a umidade, também ficou limitado aos médios e grandes produtores (CODEPAR, 1965, vol. 1, capítulos 4 e 5).

Enfim, com o que vimos até aqui nesse subitem e em outras partes dessa tese, devemos já ter conseguido entender como os produtores foram atendidos de forma insuficiente, direta ou indiretamente, pelo INM. Se não houve atenção devida dos demais poderes públicos, estaduais ou federais, incluindo as cooperativas e suas federações, tampouco pôde fazer o INM, com seus recursos limitados, para melhorar as condições sociais da grande massa de produtores e trabalhadores dos ervais. Em resumo, pouco pôde o Instituto fazer para amparar a produção, segmento fundamental da cadeia produtiva do mate.

### 3.1.2 – O INM e a indústria ervateira

Avaliar os efeitos das medidas do INM sobre a industrialização ervateira brasileira passa por entender suas tentativas de criar tipos e subtipos, promover pesquisas e incentivar o uso de extratos da planta. Torna necessário ter em mente os trabalhos de padronização – dos quais, aliás, falamos no capítulo anterior – e seguir com a análise no sentido de identificarmos e compreendermos os incentivos ao desenvolvimento de produtos e subprodutos que teriam como destino tanto os “mercados velhos” como os novos a serem conquistados. Nesse sentido, devemos pensar, mais uma vez, nos formatos que a erva-mate era conhecida em 1938 e a partir daí nas novas formas as quais ela foi apresentada ao público, especialmente nos novos mercados pretendidos (externos e internos).

Sendo assim, podemos lembrar que a erva-mate era reconhecida frequentemente em sua forma mais tradicional, o *chimarrão*. Trata-se de um tipo de mate quente consumido por meio de uma cuia e uma bombilha. Em 1938, quando o INM foi criado, o chimarrão era o tipo soberano no comércio, sobretudo nos países do rio da Prata (Argentina e Uruguai), mas também, no mercado interno brasileiro, sobretudo no Rio Grande do Sul. Além do chimarrão, nos estados mais quentes do Brasil, como o antigo sul de Mato Grosso, a erva-mate foi adotada pelos índios desde tempos imemoriais e depois também pelos não índios (que aprenderam com eles) no formato

*tereré*, tipo de mate gelado, tomado com equipamentos semelhantes aos do chimarrão, mas aceitando tipos menos elaborados e com peneiração mais grossa<sup>43</sup>.

Outro formato que surgiu antes do INM e acabou se tornando um dos carros-chefes de sua propaganda foi o *chá de mate*, que os consumidores sul-americanos chamavam de “té de yerba”, consumido tanto quente como gelado, com ou sem açúcar<sup>44</sup>. Uma variação que seria muito difundida seria o *mate queimado* ou *mate tostado*, popularizado, sobretudo, com a marca *Matte Leão*. Ao longo das décadas de 1940 e 1950 os chás de mate receberam melhores definições, passando a se caracterizar como *chá verde* ou *preto*. Isso ocorreu primeiramente através da Resolução 91/1941, revisada depois pela Resolução 485/1955. Em termos amplos, ao lado do chimarrão, que tinha seu núcleo de consumidores nos estados do sul – sobretudo o Rio Grande –, o *chá* foi se tornando, a partir do crescimento do consumo interno brasileiro ocorrido na década de 1950, um dos produtos de erva-mate mais popularmente consumidos nas demais regiões do país, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro (incluindo o Distrito Federal e, depois de 1960, a antiga Guanabara), mas também tendo alguma receptividade, em sua variação gelada, no Nordeste<sup>45</sup>.

À medida que estudava e colocava em prática sua legislação de padronização de tipos e de estabelecimentos, o INM procurou enquadrar adequadamente os três formatos principais mencionados acima, assim como buscou a melhoria da qualidade do que era produzido. Nesse contexto, conforme constou desde a Resolução 253/1947, o tipo de engenho *Colonial* – o que menos exigia dos beneficiadores que possuíam menos recursos –, predominou durante os anos que se seguiram até 1967. Essa predominância ocorreu também porque, como nós vimos no capítulo anterior, existia em 1938 e seguiu existindo até 1967 um grande número de *soques*. Esses últimos, precários estabelecimentos de beneficiamento, produziam boa parte do chimarrão consumido no Rio Grande do Sul. Em alguns momentos em que ocorria o cancelamento ou suspensão provisória de seus registros, alguns *socadores* vendiam o mate que produziam aos beneficiadores maiores, legalizados, que, por sua vez, os embalava e revendia com suas

---

<sup>43</sup> Segundo Alencar, outra forma de consumo do *tereré*, comum no Paraguai, era através da maceração da erva em água fria, que depois era coada e tomada em xícaras, com ou sem açúcar (1960, p. 34).

<sup>44</sup> Os tipos de chá ganharam versões misturadas ao longo dos anos, sendo a mais usual com leite, embora também já se encontrassem nos primeiros anos de vida do INM misturas com canela, pêssego, limão, além de *drinks* alcoólicos.

<sup>45</sup> Sobre o consumo interno, veremos mais em item próprio.

marcas – o fazendo, de qualquer maneira, em nível estadual (ALENCAR, 1960, p. 66). Isso porque, dada a sua qualidade inferior, os tipos produzidos pelos soques eram proibidos pelo INM de serem exportados. Coisa semelhante ocorria com os soques que existiam, em menor quantidade, nos demais estados, sobretudo, em Santa Catarina e Mato Grosso – o Paraná era o estado onde havia menos soques.

Os tipos de chimarrão para exportação saíam do Paraná, em primeiro lugar, e em segundo lugar de Santa Catarina e tinham como destino principal o Uruguai. Esses tipos de mate eram produzidos principalmente nos engenhos *Universais*, os mais numerosos depois dos engenhos *Coloniais*. Cabe lembrar, no entanto, que o número das firmas que se enquadravam como *Universais* era proporcionalmente muito menor, pois apenas algumas firmas grandes e tradicionais tinham os recursos que esse tipo de estabelecimento exigia (CODEPAR, p. 6/9).

Essas mesmas grandes firmas se encarregavam também da produção do chá que era exportado para o Chile e para os demais eventuais compradores nos mercados novos. Exceto o Rio Grande do Sul e, talvez, Santa Catarina, onde havia grande número de engenhos *Coloniais* – grande parte deles composta simplesmente de *soques* mais ou menos adequados ao longo dos anos –, os produtos vendidos para o mercado interno brasileiro eram produzidos tanto pelos engenhos de tipo *Regional* como de tipo *Universal*.

### 3.1.2.1 – O INM e as novas formas de aproveitamento do mate

Além dos três formatos mostrados anteriormente, ao longo da existência do INM foram feitos outros experimentos e usos diversos do mate. Alguns empresários tentaram a fabricação de mate em forma de *refrigerante gaseificado*, desde pelo menos a década de 1950. Esse era o caso da Cervejaria Corumbaense, de Corumbá, antigo sul de Mato Grosso que, em 1956, estava fabricando um refrigerante à base de mate denominado "Mate Chimarrão"<sup>46</sup>. Segundo dizia o diretor Carlos Vandoni de Barros, seu refrigerante era "o que de melhor se conseguiu fazer até hoje, no gênero, não só pelo

---

<sup>46</sup> O nome foi contestado pelo INM, pois não tinha nada a ver com o tipo *chimarrão* a que nos referimos nos parágrafos anteriores deste texto.

seu agradável sabor, como pela sua magnífica apresentação"<sup>47</sup>. Mas, além do refrigerante gaseificado, o mate também recebeu outras versões de bebidas refrescantes, como o mate batido, o chope do mate e o mate espumante (ALENCAR, 1960, p. 34). Em 1958 chegou-se a anunciar que o professor Arnaldo Foschini, da Universidade de Roma, chegara à conclusão de que era possível produzir licores e um tipo de uísque à base de mate que considerava “tão bom como o da Escócia”<sup>48</sup>. No entanto, esses variados tipos de produto, embora continuassem sendo consumidos ocasionalmente e cogitados para a expansão do mate dentro e fora do país, nos anos que se seguiram, não emplacaram, existindo até 1967, de forma mais experimental – e mesmo exótica – do que outra coisa.

Mas, além dos produtos propriamente, também foram objeto de atenção do INM e de particulares os extratos de erva-mate. Sobre eles, o presidente Ponce Filho citou em seu relatório de março de 1947, indústrias que extraíam substâncias químicas do mate, tais como: a clorofila, a teobromina, a vitamina K, carvão ativo, entre outros<sup>49</sup>. Essas substâncias, no entanto, apenas ocasionalmente apareceriam nos documentos do Instituto ao longo dos anos. Por outro lado, um extrato do mate que teve especial atenção, gerou fortes expectativas e mesmo alguns resultados, ao menos num determinado momento, foi a *mateína*, ou cafeína do mate.

Essa substância química havia sido identificada no mate já na primeira metade o século XIX por Lloyd Bullock e depois estudada por outros cientistas até a criação do INM, em especial por Peckolt, que comparou a incidência de cafeína no mate e no café, atestando haver uma dose maior no primeiro caso que no segundo<sup>50</sup>. Conforme o jornal *Correio da Manhã*, era possível extrair “do mate um coeficiente notável de cafeína da melhor qualidade”<sup>51</sup>. Os estudos do INM sobre esse extrato ganharam alguma importância logo nos primeiros anos após a sua criação, mas, de qualquer forma,

---

<sup>47</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 22ª Sessão Ordinária da Diretoria*. Rio de Janeiro, 27/fev./1956.

<sup>48</sup> MATE brasileiro serve para produzir uísque. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 20.142, 22/nov./1958, p. 7.

<sup>49</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1947, p. 15.

<sup>50</sup> FULIGEM do café (palestra realizada na União Farmacêutica de São Paulo pelo farmacêutico A. Giachetto). *A Gazeta da Farmácia*. Rio de Janeiro: Órgão Independente, Informativo e Defensivo dos Interesses da Farmácia, n. 153, jan./1945, p. 9. Também ALENCAR, 1960.

<sup>51</sup> PRODUÇÃO e comércio da cafeína no Brasil. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 14.547, 7/abr./1942, p. 7.

começaram a ter destaque apenas no início da década de 1940, como resultado dos trabalhos do químico Enio Leitão, encarregado do Serviço de Pesquisas do INM, que realizava, segundo os dirigentes do Instituto, experiências “com resultados promissores”<sup>52</sup>.

Por essa época, em termos comerciais, para se ter uma ideia da importância da cafeína (fosse qual fosse sua origem, extraída do mate ou não), o Brasil importava em média 5 mil quilos anuais, cujo valor pago em 1939 era de 70\$000 o quilo<sup>53</sup>. Em virtude da Segunda Guerra e da conseqüente dificuldade para sua obtenção, em 1940, as importações reduziram-se para 3,5 toneladas e o preço teve duas importantes altas, para 108\$000 o quilo e em seguida para 170\$000; depois disso, ainda teve nova alta em outubro 1941, quando passou a custar 600\$000 o quilo<sup>54</sup>. Mas, mesmo com as elevações do preço, a demanda interna até esse último ano não diminuiu, pelo contrário. Segundo Artur Torres Filho, representante da agricultura no Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1941, o Brasil já consumia “em média, 30.000 quilos de cafeína por ano”<sup>55</sup>. O que seria feito então para satisfazer essa demanda nacional e possíveis demandas externas?

Com o apoio técnico do INM, em 1941 foi instalada uma fábrica de extração de cafeína em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, inaugurada em 5 de outubro, por iniciativa das Indústrias Reunidas Jaraguá S.A., importante grupo de estabelecimentos fabris fundado por Rodolfo Hufenuessler. Era a primeira fábrica de cafeína do Brasil e, conforme telegrama do interventor federal Nereu Ramos ao presidente do INM, a “primeira também a utilizar-se, na América do Sul, do mate como matéria prima”. Acreditava-se que ela e as demais que surgissem viriam contribuir tanto para “o escoamento da produção ervateira, como para o aumento do parque industrial brasileiro”<sup>56</sup>.

---

<sup>52</sup> PADRONIZAÇÃO do mate. *O Dia*. Curitiba: Empresa Editora “O Dia” S.A., n. 05351, 10/jan./1941, Primeira Seção, p. 7.

<sup>53</sup> A IMPORTAÇÃO de cafeína no Brasil e nos Estados Unidos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 00159, 9/jul./1941, p. 14.

<sup>54</sup> A SEMANA do Conselho Federal do Comércio Exterior. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 00256, 30/out./1941, p. 6.

<sup>55</sup> VAMOS extrair cafeína do mate. *Correio da Manhã*. R. de Janeiro: [s.d.], n. 14.415, 30/out./1941, p. 3.

<sup>56</sup> UMA FÁBRICA de extração de cafeína em Jaraguá. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 00233, 7/out./1941, p. 6.

Logo em seguida a essa fábrica, surgiriam ainda outras duas do mesmo tipo no país. Conforme telegrama de Enio Leitão ao Presidente Vargas, outra fábrica de extração de cafeína de mate havia sido construída em São Caetano, São Paulo, e inaugurada em 21 de outubro de 1941 pela firma Sociedade Intercâmbio Mercantil Argentino-Brasileira (SIMAB)<sup>57</sup>. Segundo o jornal carioca *Correio da Manhã*, essa fábrica consumia diariamente 6 toneladas de mate cancheado, produzidos no próprio estado de São Paulo, podendo adquirir matéria prima de outros estados produtores “se as exigências do mercado aumentarem”<sup>58</sup>. Uma terceira firma, a Companhia Alves de Produtos Químicos Ltda., de Santa Catarina, estava sendo instalada em janeiro de 1942<sup>59</sup>. Em relação à produtividade das mesmas, sabemos que a fábrica de Jaraguá do Sul tinha capacidade diária para produzir 10 kg de cafeína e a SIMAB tinha capacidade diária para produzir 60 kg<sup>60</sup>. Acreditava-se que as três já mencionadas pudessem satisfazer a demanda do país pelas 30 toneladas anuais de cafeína – apenas a produção da fábrica de São Caetano estava orçada em 15 toneladas anuais<sup>61</sup>.

Nos anos que se seguiram, a extração de cafeína de mate atraiu novos interessados e o número de estabelecimentos continuou aumentando. Em maio de 1944, uma pequena nota do Ministério da Agricultura publicada em diversos jornais deu conta de que já havia oito fábricas extraíndo cafeína de mate, embora não tenha apresentado detalhes das mesmas: 1 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, 1 em São Paulo, 3 no Paraná e 3 em Santa Catarina<sup>62</sup>. Sobre algumas dessas, em 1945, o periódico *A Gazeta da Farmácia* apresentou alguns detalhes: no Paraná se encontravam a Indústria Ervateira Paranaense S.A., a Companhia Química Paraná, e ainda a Indústria Química Barthelmess Ltda., localizada em Curitiba; em Santa Catarina, as já mencionadas

---

<sup>57</sup> A PRODUÇÃO e comércio da cafeína no Brasil. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 00016, 20/jan./1942, p. 7.

<sup>58</sup> MAIS uma fábrica de cafeína do mate inaugura-se no Brasil. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 14.407, 21/out./1941, p. 2; também VAMOS extrair cafeína do mate. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 14.415, 30/out./1941, p. 3.

<sup>59</sup> A PRODUÇÃO e comércio da cafeína no Brasil. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 00016, 20/jan./1942, p. 7.

<sup>60</sup> TELEGRAMAS recebidos pelo chefe do Governo. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 00248, 24/out./1941, p. 13.

<sup>61</sup> VAMOS extrair cafeína do mate. *Correio da Manhã*. R. de Janeiro:[s.d.], n. 14.415, 30 /out./1941, p. 3.

<sup>62</sup> MINISTÉRIO da Agricultura – cafeína extraída do mate. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 15.195, 17/maio/1944, p. 3.

fábricas das Indústrias Reunidas Jaraguá e da Companhia Alves de Produtos Químicos Ltda., além de uma terceira não identificada localizada em Oxford<sup>63</sup>.

Entretanto, a produção de cafeína do mate não teve constância e nem continuidade. Afora o grande entusiasmo demonstrado pelo INM até meados da década de 1940, esse extrato quase que desapareceu das considerações dos seus presidentes e mesmo das preocupações da Junta Deliberativa nos momentos seguintes. No que diz respeito ao seu comércio, a documentação não fornece dados e elementos para uma visão muito clara a respeito. Sabemos, de qualquer maneira, que as firmas que mencionamos que trabalhavam especificamente na extração da cafeína de mate não constaram nos registros dos boletins estatísticos do INM. Firmas desse tipo, como a Indústria Ervateira Paranaense S.A., por trabalharem com os demais produtos de mate, apenas por causa da euforia momentânea devem ter se ocupado da extração da cafeína. Não há registro da exportação dessa substância – ou qualquer outro extrato de mate – nos boletins estatísticos do INM. Nesse sentido, há duas hipóteses: ou o Instituto não controlava o comércio desse tipo de produto ou o comércio da cafeína de mate simplesmente não teve resultados importantes.

Em confirmação à primeira hipótese temos a determinação do coordenador da Mobilização Econômica, de 1944, encarregando o Banco do Brasil da distribuição de cotas de exportação de cafeína (seja qual fosse a origem)<sup>64</sup>. Agora, no que diz respeito à segunda hipótese nós pouco sabemos, embora possamos pensar que, especificamente no caso do mate, a participação relativa na produção e na venda de cafeína tenha diminuído com o tempo<sup>65</sup>. Isso porque alguns fatores devem ter contribuído para o “esfriamento” do ímpeto para a produção de cafeína de mate: o fim da guerra e aumento da produção

---

<sup>63</sup> CAFEÍNA – produção e exportação. *A Gazeta da Farmácia*. Rio de Janeiro: Órgão Independente, Informativo e Defensivo dos Interesses da Farmácia, n. 00154, fev./1945, p. 17. O nome da Companhia Química Paraná não aparece nessa fonte, mas sim em: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 13ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 20/set./1946, p. 1-3.

<sup>64</sup> COTAS de exportação de cafeína. *Correio da Manhã*. R. de Janeiro: [s.d.], n. 15.592, 31/ago./1944, p. 2.

<sup>65</sup> Embora a produção e comércio da cafeína de qualquer origem, ao menos na década de 1940, tenham sido importantes. Apenas tomando as exportações, estas registraram um total apreciável de 116 toneladas em 1943, e chegaram a vender 125 t em 1944 (até outubro) (CAFEÍNA – produção e exportação. *A Gazeta da Farmácia*. Rio de Janeiro: Órgão Independente, Informativo e Defensivo dos Interesses da Farmácia, n. 00154, fev./1945, p. 17). Três anos depois, embora registrando importante queda, o Brasil ainda exportou um total de 86 toneladas – volumes destinados especialmente à Argentina (14 t), aos EUA (12 t), à Suíça (10 t) e à Grã-Bretanha (7 t) (EXPORTAÇÃO de cafeína e teobromina. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 16.943, 23/mar./1948, p. 3). Segundo consta em outra edição do *Correio da Manhã*, em novembro de 1948, o Brasil era então o maior exportador de cafeína do mundo (QUÍMICOS para o Brasil. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 17.082, 24/nov./1948, p. 3).

de outros países, principalmente dos EUA, que extraía a substância, entre outras fontes, das cinzas do café<sup>66</sup>; a redução dos “preços de guerra” para os “preços de paz”, que, como mostramos anteriormente, tendo se elevado bastante no período dos conflitos bélicos, se tornaram atraentes para os que usavam a erva-mate como matéria prima naquele momento<sup>67</sup>; ainda o aumento no Brasil da extração de cafeína de outras matérias primas, tais como o café, o guaraná, o chá da índia e mesmo o cacau<sup>68</sup>; e, por fim, a situação – incluindo os problemas – da própria produção brasileira de mate, especialmente em momentos de produção insuficiente ou apenas suficiente para atender aos pedidos usuais de outros produtos de mate de mercados mais garantidos.

Especialmente nesse último caso, basta destacar que as fábricas de extração de cafeína de mate foram logo de início afetadas por aquele que pode ser considerado o mais significativo momento de carência de erva-mate cancheada da vida do INM, iniciado em 1943 e só terminado em 1946. Nesse momento, a subprodução impediu até mesmo o atendimento aos pedidos dos mercados tradicionais, o que fez o INM – que embora não controlasse o comércio de cafeína, controlava o fornecimento de matéria prima – proibir “em caráter de emergência” a venda da matéria prima para extração de cafeína de mate no Paraná e em Santa Catarina. Isso se deu através da Resolução 213, de 30 de abril de 1946, que determinava que “até 30 de setembro e nas zonas de ação das Cooperativas, só fosse permitida a compra e venda de erva que se destinasse a suprimentos aos industriais ou exportadores [de produtos tradicionais]”<sup>69</sup>. Tendo em

---

<sup>66</sup> Em 1945, segundo o Escritório de Expansão Comercial do Brasil em Nova York, havia nos EUA “trinta importantes laboratórios que produzem cafeína para fins farmacêuticos e para a fabricação de bebidas; dezessete fábricas produzem cafeína para utilização como alcaloide; e quinze estabelecimentos produzem tipos especiais de cafeína para a indústria farmacêutica” (CAFEÍNA – produção e exportação. *A Gazeta da Farmácia*. Rio de Janeiro: Órgão Independente, Informativo e Defensivo dos Interesses da Farmácia, n. 00154, fev./1945, p. 17).

<sup>67</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>68</sup> Logo em 1941 surgiu em São Paulo a Indústrias Químicas Reunidas (Orquina), grande companhia destinada a produzir cafeína a partir do cacau (O GRAVE problema da industrialização do cacau. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 15.456, 23/mar./1945, p. 3). Por essa época a extração da cafeína era vista também como uma forma de aproveitar o “café inservível para bebida” ou mesmo os excedentes da produção. Esse era o objetivo, por exemplo, da firma Produtos Químicos Alca S.A., de São Caetano, São Paulo, que em julho de 1945 apresentou no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, um “plano de racionalização” que estava executando para a industrialização dos “cafés imprestáveis” (PRODUTOS Químicos Alca S.A. *Correio da Manhã*. R. de Janeiro: [s.d.], n. 15.565, 31/jul./1945, p. 9). Ainda à base de café, havia em 1945 uma fábrica das I.R. Matarazzo, que tinha capacidade para produção de 150 kg diários. Enfim, no mesmo ano, a Indústria Química S.A. estava montando uma fábrica que utilizaria o chá da índia como matéria prima (CAFEÍNA – produção e exportação. *A Gazeta da Farmácia*. Rio de Janeiro: Órgão Independente, Informativo e Defensivo dos Interesses da Farmácia, n. 00154, fev./1945, p. 17).

<sup>69</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1946, p. 28.

vista que nesses dois estados se localizava a maioria das fábricas de cafeína à base de mate a resolução, sem dúvidas, gerou incertezas, imaginando os que se ocupavam da mesma a possibilidade de adoção de novas restrições do mesmo tipo por parte do INM<sup>70</sup>. Como resultado, a resolução deve ter contribuído para desviar a atenção dessas firmas para as outras fontes de matéria prima para extração da cafeína, que não fosse mais o mate.

Enfim, ocorreu ao longo das décadas de 1950 e 1960 que o INM continuou dando prioridade aos produtos tradicionais (chimarrão e chá). Assim, tanto a cafeína como os outros extratos do mate continuaram sendo mencionados, embora o seu aproveitamento não tenha ganhado mais nenhum destaque nos relatórios dos presidentes do INM. Nem mesmo o livro *Erva-mate*, de Rodrigues Alencar, publicado em 1960 pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, com apoio do INM, com notas elogiosas sobre os trabalhos feitos pela autarquia, faz qualquer referência à extração e comércio da cafeína.

### 3.1.2.2 – Uma grande esperança, o mate solúvel

Se a cafeína de mate foi deixando de chamar a atenção dos dirigentes do INM, o *mate solúvel*, subproduto concentrado destinado a ser consumido como chá, ofereceria uma nova e destacada perspectiva de aproveitamento da erva-mate de forma industrial. O INM e os particulares interessados se ocuparam de seu desenvolvimento por alguns anos, encomendando estudos e fazendo testes, até que em abril de 1955, foi anunciada a descoberta feita pelo cientista americano Bernard Chiego de um processo que permitia preparar “economicamente o mate solúvel instantaneamente, mesmo em água fria, conservando todas as propriedades e o sabor desse produto”<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Um dos diretores da Cia. Química Paraná, Henrique Zylbermann, demonstrou preocupação com a possível falta de oferta de mate para a produção de cafeína, dizendo em resposta à proibição de 1946 que esperava “uma solução quanto ao fornecimento, para o futuro, de matéria prima para o suprimento da indústria brasileira, achando que o INM não deve dar preferência à exportação de matéria prima para indústria estrangeira”. Esse mesmo senhor enfatizou que para que sua fábrica continuasse funcionando, era preciso saber “qual a orientação a ser dada pelo INM, com referência ao fornecimento”, já que ela necessitava de “9 milhões de quilos anuais” (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 13ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 20/set./1946).

<sup>71</sup> MATE solúvel – descoberta de um cientista americano. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 19.032, 14/abr./1955, p. 19.

A partir daí foram feitas provas de aceitação pelo INM com o público em eventos nacionais e internacionais que, ao que se dizia, o mate solúvel tinha excelente receptividade<sup>72</sup>. Ele passou, então, a ser considerado como uma das grandes esperanças para ampliação dos mercados, sobretudo para romper a resistência que havia ao consumo do mate em formato chimarrão – ou mesmo do chá de mate tradicional – nos Estados Unidos e na Europa<sup>73</sup>. O empreendimento gerava tão grandes expectativas que o presidente Cândido Mader declarou em 1956 que

ainda no campo da indústria, cabe-me informar, que temos procurado estimular, por todos os meios ao nosso alcance, a industrialização do “mate solúvel”, que há muitos anos vem sendo submetido a testes, mas que, agora, parece, está em condições de despertar interesse aos mercados consumidores<sup>74</sup>.

Mas, além dos consumidores, após a participação na Exposição Internacional de Comércio de Nova York, realizada em abril de 1957, onde o INM pela primeira vez montou *stand* para apresentação de mate solúvel, surgiu também o interesse de algumas firmas estrangeiras e capitalistas em investir na produção e distribuição do mesmo no exterior. Nesse sentido, um caso que se destacou foi o da firma Nu-Matte Corporation, fundada em Nova York logo após a referida exposição. A companhia americana chegou a procurar José Brito de Carvalho, brasileiro que havia fornecido o mate solúvel que foi distribuído pelo INM naquela Exposição Internacional, a fim de agirem em conjunto, já que a fábrica do mesmo ainda era bem pequena. A parceria com o mesmo acabou não dando certo e a companhia planejou a instalação de outra fábrica em território brasileiro, maior que a de José Brito, possivelmente, em Joaçaba, oeste de Santa Catarina<sup>75</sup>. Sua ideia era fabricar, divulgar e vender especialmente nos EUA e no Canadá, “não somente

---

<sup>72</sup> O primeiro sucesso de aceitação teria sido conseguido na Exposição Internacional de Comércio de Nova York, realizada em abril de 1957, onde o INM montou *stand* para distribuição de mate solúvel, de folhetos “com um pouco da história da produção ervateira no Brasil” e também para explicar sobre o novo método de preparo da bebida (MATE brasileiro poderá obter mercado de 100 milhões de dólares. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 19.669, 11/maio/1957, p. 6). A mesma aceitação teria sido conseguida depois na Feira de Colônia, Alemanha Ocidental, também em 1957 (MATE solúvel na Alemanha. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 19.795, 5/out./1957, p. 19).

<sup>73</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 60ª sessão da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 15/ago./1957, p. 1.

<sup>74</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Cândido Mader, *apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1956.

<sup>75</sup> PRIMEIRA fábrica de mate solúvel em nosso país. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 00682, 4/jul./1957, p. 2.

como chá, em suas várias modalidades [especialmente o solúvel], como também, dos diversos subprodutos derivados da industrialização da erva brasileira”<sup>76</sup>.

A Nu-Matte contava em novembro de 1958 com capital autorizado de US\$ 3 milhões e teria reservado para subscrição por brasileiros uma parte das ações da firma norte-americana (30%). O INM ficou com o direito de dividir no meio ervateiro as ações reservadas ao Brasil e, caso a opção não fosse subscrita no Brasil, seria incorporada pelos componentes norte-americanos da firma. Também seria constituída uma firma no Brasil, “cuja maioria de ações [70%] será subscrita por brasileiros”<sup>77</sup>. Da parte do INM, todavia, o mesmo deveria contribuir com “uma verba para as despesas de propaganda do produto nos Estados Unidos e Canadá”<sup>78</sup>. Enfim, uma reportagem do jornal *Correio da Manhã*, de 5 de novembro de 1958, dava conta de que a companhia responsável pelo projeto havia encaminhado a proposta à sede do INM, “que aceitou em princípio, enviando ao governo federal para solução final”<sup>79</sup>.

Porém, a solução ficou, em realidade, nas mãos do próprio INM, e o que ocorreu foi que nem esse e nem qualquer outro empreendimento para produção em associação com capitais ou firmas estrangeiras avançaram nos anos seguintes. Mas o que impediu o sucesso dessa e de outras iniciativas?

Entre os primeiros pontos a serem considerados está, por certo, a falta ou a insuficiência de recursos da parte do INM. Apesar do entusiasmo dos seus dirigentes em relação à difusão do mate solúvel, a partir de 1957, a autarquia passou a viver situação desfavorável, tendo havido forte contenção de gastos. Inúmeras ações de propaganda no Brasil, por exemplo, foram canceladas ou adiadas “para momento oportuno”. Além disso, o INM já vinha se comprometendo financeiramente com outros projetos, como a já citada construção do barbacué coletivo de Prudentópolis e a instalação da Loja do Mate de São Paulo, além dos campos experimentais e de sementes de que também já falamos. Nesse sentido, pensar em contribuir com propaganda no exterior, ainda mais

---

<sup>76</sup> COMPANHIA norte-americana propôs industrialização do mate para os EUA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 20.127, 5/nov./1958, Segundo Caderno, p. 2.

<sup>77</sup> EXPANDE-SE o interesse pela comercialização do mate nos Estados Unidos: formada a Nu-Matte. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 01097, 12/nov./1958, p. 8.

<sup>78</sup> COMPANHIA norte-americana propôs industrialização do mate para os EUA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 20.127, 5/nov./1958, Segundo Caderno, p. 2.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 2.

pagando em dólares, era impossível para a autarquia<sup>80</sup>. Mas, a situação do INM não ficou restrita ao ano de 1957, perdurando nos anos seguintes, especialmente 1959. Isso também era resultado, evidentemente, da situação enfrentada pela economia ervateira que, de modo geral, vivia um momento ruim, em decorrências de diversos fatores, tais como: a produção que foi insuficiente ou, como em 1958, que foi apenas suficiente para atender aos compromissos rotineiros dos mercados tradicionais; queda nas vendas; redução nos lucros das firmas brasileiras; e consequentes reduções na arrecadação do INM. De sua parte, os industriais e exportadores do mate, possíveis interessados em se associar, também não estavam em condições de fazer investimentos em novos empreendimentos. Além disso, como vinham sofrendo com o fornecimento insuficiente, esses industriais passaram a resistir ao fornecimento de matéria prima para outros empreendimentos que não fossem aqueles em que atuavam tradicionalmente, produtores de chimarrão e chá<sup>81</sup>.

Por fim, essa situação coincidiu ainda com o surgimento da Empresa de Mate do Brasil (EMABRA) e da Confederação das Cooperativas de Produtores de Mate, ambas criadas em 1959. Essas duas instituições procurariam levar adiante suas próprias iniciativas, fazendo uma opção de ação nacional, o que complementa as explicações no sentido da não associação dos industriais brasileiros – fossem federações cooperativas, fossem particulares – com o capital externo. O que se cogitou foi a criação de fábricas de solúvel por parte da EMABRA e da Confederação tendo, nesse sentido, recebido ajuda do INM na elaboração um plano inicial ainda em 1959 que, entre outras coisas, previa a instalação dessas mesmas fábricas nos quatro estados produtores<sup>82</sup>. Mas, a prioridade das ações das duas, que estiveram conectadas desde o início por interesses mútuos, acabou recaindo sobre a propaganda dos produtos tradicionais – sobretudo do chá de tipos habituais, seguida em menor significação pela propaganda do chimarrão. Assim, apenas a Federação de Mato Grosso continuaria com a ideia e construiria uma fábrica, da qual falaremos logo a seguir, enquanto a EMABRA, por sua vez, não construiria nenhuma – pelo menos não até a extinção do INM em 1967.

---

<sup>80</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 2ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 18/set./1957.

<sup>81</sup> Relatório dos presidentes do INM de março e outubro de 1958 e de 1959.

<sup>82</sup> ANTEPROJETO de criação do Banco de Crédito do Mate. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 20.601, 25/maio/1960, Primeiro Caderno, p. 14.

Diante das diversas situações expostas nos parágrafos anteriores por parte do INM, a opção que restou foi agir em nível nacional, tendo procurado continuar auxiliando ao empreendimento de José Brito de Carvalho e, se a situação melhorasse nos anos seguintes, auxiliar com seus próprios recursos outros possíveis interessados em instalar fábricas de mate solúvel. Outras duas opções seriam procurar recursos junto ao Governo Federal ou ainda agir junto à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) no sentido, por exemplo, de obter adiantamentos de parcelas de fundos de ágios<sup>83</sup>. Todavia, de sua parte, nos anos seguintes, além de prestar importante apoio técnico aos interessados, o INM pouco pode fazer para contribuir financeiramente para a instalação de fábricas de mate solúvel, tendo apenas conseguido, em parte, financiar a aquisição de equipamentos complementares para a fábrica de José Brito de Carvalho. Já no que diz respeito ao entendimento com a CACEX, consta na documentação que recursos conseguidos em 1960 resultariam apenas em mais um estabelecimento.

Uma terceira alternativa seria conseguir recursos junto ao Governo Federal. Foi com isso em mente que, em 1960, a Diretoria do INM chegou a aprovar a apresentação aos Deputados Federais de uma minuta de emenda ao Orçamento Geral da União, anexo ao Ministério da Agricultura, estipulando a dotação de duzentos milhões de cruzeiros. Essa quantia seria direcionada à Confederação das Cooperativas de Mate e à EMABRA, visando, entre outras finalidades, o “financiamento da *instalação de fábricas de mate solúvel*” dentro do projeto que nos referimos no capítulo anterior<sup>84</sup>. A sugestão foi encaminhada pelo Diretor da Divisão Econômica do INM, Willy Froehlich, aos deputados dos estados ervateiros, com a justificativa de que os problemas da economia ervateira – incluindo a construção dos barbacuás coletivos e de fábricas de mate solúvel – dependiam de “providências do Poder Legislativo”<sup>85</sup>. Porém, esse recurso do Governo Federal nem chegou a ser aprovado.

Assim, sob as condições acima descritas, foram devidamente instaladas apenas duas fábricas de mate solúvel entre 1956 e 1967. A primeira delas, já referida anteriormente, foi a fábrica instalada em Niterói por José Brito de Carvalho, em 1956.

---

<sup>83</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1960, p. VIII.

<sup>84</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *5ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 27/maio/1960, p. 2 e 3, grifos nossos.

<sup>85</sup> 200 MILHÕES para instalar fábricas de mate solúvel. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 01582, 24/jun./1960.

Essa fábrica foi a única que recebeu algum financiamento do INM. Nos primeiros anos sua produção era relativamente pequena, perfazendo 500 kg mensais (6 toneladas anuais), o que, segundo se dizia em fins de 1958, não atendia à procura que crescia<sup>86</sup>. Em fevereiro de 1959, seu proprietário dizia que não havia aumentado sua produção “pois ressentido de maquinaria, que é nacional, e de auxílio financeiro, apesar da ajuda que é dada pelo INM”. Ele esperava, de qualquer forma aumentar sua produção para uma tonelada mensal, “para dar vazão às encomendas recebidas do interior do país e do estrangeiro”<sup>87</sup>. Assim, perseguindo a ideia de aumentar a produção de solúvel e também levando em conta a distância dos centros de produção de matéria prima, ele se associou em 1959 com Fausto Sant’Ana e outros, transferindo sua fábrica, no ano seguinte, para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde ela passou a se chamar *Mate-Nal*, Mate Solúvel S.A. – Indústria e Comércio<sup>88</sup>.

As novas instalações passaram então a produzir entre 2 e 3 toneladas mensais, “com possibilidades imediatas de duplicar a produção de acordo com a demanda e ainda possibilidades maiores, dado o espaço que a fábrica dispõe”<sup>89</sup>. Segundo o *Diário do Paraná*, em 1961, a Mate-Nal estava “remetendo todo o produto para São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Norte do país”. Em boa medida, no entanto, sua produção seguiria nos anos posteriores sendo adquirida pelo próprio INM, que a usaria para fins de propaganda. Além disso, segundo o mesmo jornal, era contraditório que não tenha sido difundido o consumo do mate solúvel no Paraná, ressentindo-se ainda do fato de o maior estado produtor brasileiro não possuir uma fábrica desse tipo<sup>90</sup>. E continuaria não possuindo pelos anos seguintes.

Uma segunda e última fábrica foi a Matex, a mais importante produtora de mate solúvel enquanto o INM existiu. Ela foi instalada no período 1960-1962 em Ponta Porã, sul de Mato Grosso, pela Federação das Cooperativas de Mate Amambai (COPEMA), com estudos da firma Equiplan, tendo sido imaginada e construída pela

---

<sup>86</sup> MATE brasileiro serve para produzir uísque. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 20.142, 22/nov./1958, p. 7.

<sup>87</sup> AUMENTA o consumo de mate solúvel. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 20.217, 22/fev./1959, p. 13.

<sup>88</sup> MATE solúvel abre perspectiva para aumento de consumo e exportação. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 20.671, 14/ago./1960, Segundo Caderno, p. 13.

<sup>89</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>90</sup> MATE solúvel nova fonte de renda. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 01582, 24/jun./1960.

firma suíça Luwa do Brasil. Na Matex foram investidas altas quantias de capital (Cr\$ 200 milhões), arrecadadas “com as sobras das altas dos preços em virtude da elevação do dólar (uso de retorno)”, as quais os 1.192 sócios da COPEMA concordaram em destinar à construção da fábrica (FIGUEIREDO, 1967, p. 371).

Com capacidade para oferecer ao mercado grande quantidade do subproduto, operava com três conjuntos de geradores e uma caldeira a vapor e possuía ainda um silo elevado com capacidade para 750 sacos de 60 kg e processo de armazenamento mecanizado, “com a erva solta circulando por conduto controlado da base”, o que inicialmente a programava para ter capacidade de 1.200 kg diários e 420 toneladas anuais de produto pronto. Para sua manutenção, ficou estabelecido um esquema de contribuição das cooperativas filiadas à COPEMA (com 10% de sua produção) (FIGUEIREDO, 1967, p. 371). Havia inclusive uma ideia por parte da Federação de fabricar *refrigerante engarrafado*, a fim de “competir com os refrigerantes atuais” (*Ibidem*, p. 373).

Entretanto, começando a fabricar mate solúvel em setembro de 1962, a partir do tipo cancheado M.B.1, produzido no próprio estado de Mato Grosso, o empreendimento acabou não dando o retorno esperado, devido à falta de mercados. Segundo Figueiredo, até meados da década de 1960, a Matex trabalhava anualmente apenas uns três meses ao ano, acarretando inúmeros problemas, tais como o da “renovação constante de mão-de-obra” e do acúmulo de estoques (FIGUEIREDO, 1967, p. 372). Afinal, como desfecho, já em 1966, ou seja, apenas quatro anos depois de ser instalada, Giulite Coutinho, vice-presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Produtos Industriais, que visitou a zona ervateira mato-grossense a convite do governador Pedro Pedrossian, diria que a fábrica se encontrava paralisada<sup>91</sup>.

Para que entendamos melhor essa situação, tratando-se do mate solúvel em geral, no mercado interno brasileiro, onde esse produto mais foi promovido, o consumo se mostrou muito reduzido, muito aquém do que se esperava. Isso pode ser notado na **Tabela 13**, onde consta o total do consumo interno desse produto no período 1963-1965.

---

<sup>91</sup> MATE para vendas e leva à miséria 20 mil famílias. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 22.485, 24/jul./1966, Segundo Caderno, p. 6. Dois anos depois, uma nota publicada no *Diário do Paraná* daria conta de que a mesma continuava paralisada “por falta de recursos” e que as autoridades ligadas ao mate – especialmente a COPEMA e também o DEM-MT do IBDF – estavam estudando a sua reativação (MATE solúvel. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 03864, 1º/jun./1968).

**Tabela 13: Brasil – Vendas intra e interestaduais de mate solúvel (1963-1965) – em kg**

Ano	Intraestaduais	Interestaduais	Totais
1963	-	6.790	6.790
1964	4.124	9.320	13.444
1965	389	2.800	3.189

Fonte: FIGUEIREDO, 1967, p. 327-328.

Ao observarmos essa tabela, temos uma boa ideia da enorme distância entre a capacidade produtiva e o que foi consumido. Nesse sentido, basta nós lembrarmos que a Mate-Nal tinha capacidade para produzir de 2 a 3 toneladas por mês e a Matex mais 420 toneladas por ano. Enquanto isso, o consumo nacional de mate solúvel em seu melhor ano (1964) chegou a apenas 13 toneladas, portanto, menos do que Matex era capaz de produzir em 13 dias de trabalho! Além disso, cabe notar que, de forma muito significativa, o consumo se concentraria basicamente nos próprios estados produtores – sendo vendido dentro do próprio estado produtor ou entre eles –, não conquistando, portanto, novos espaços dentro do país. Segundo o *Boletim* do INM de 1964, por exemplo, no ano em que mais se comercializou mate solúvel, de um total de 13.444 t, foram vendidas pela Matex 8.673 t no Sul do país, 4.124 t no próprio estado de Mato Grosso e o restante, que totalizou apenas 647 t, foi vendido nas regiões Leste e Nordeste<sup>92</sup>. No ano seguinte, para piorar, apresentando uma queda em relação ao que fora vendido em 1964, a Matex vendeu 389 t em Mato Grosso e 2.800 t nas demais regiões, dentre as quais o Sul ficou com a maioria (2.247 t)<sup>93</sup>.

Obviamente, seria de se esperar, ainda, a existência de algum movimento de exportação, afinal, quando os dirigentes do INM pensavam nas possibilidades com o mate solúvel tinham em mente tanto o mercado interno brasileiro como os novos mercados a serem conquistados no exterior. De sua parte, como incentivo, o INM chegou a aprovar, através da Resolução 710/1962, a isenção da taxa de propaganda para as exportações de mate solúvel e outros derivados de mate, com período de validade

<sup>92</sup> Curiosamente as vendas da Mate-Nal não aparecem nos boletins do INM nos anos 1960, o que possivelmente pode ter acontecido por sua produção, que não era tão grande, ter continuado a ser vendida diretamente para o Instituto, que continuou a utilizando para propaganda.

<sup>93</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1964*. Rio de Janeiro: 1965; *Boletim Estatístico de 1965*. Rio de Janeiro: 1966.

entre 19 de outubro de 1962 e 19 de outubro de 1967<sup>94</sup>. Essa resolução, no entanto, não resultou em praticamente nada. Além dessa medida, em setembro de 1964, o presidente do INM, Oliveira Franco, disse ter pedido a inclusão do mate solúvel na lista dos produtos brasileiros amparados pela ALALC, o que também não teve sucesso, aparecendo como proposição junto à mesma ainda 1967<sup>95</sup>. Assim, como pudemos apurar com base nos dados de que dispomos sobre as vendas de mate solúvel, sabemos que essas medidas, somadas a quaisquer outras ações de propaganda feitas pelo Instituto e por particulares, foram incapazes de disseminar o consumo desse formato nos novos mercados ou mesmo inseri-lo nos mercados tradicionais. Entre 1963-1965 existe um único registro de venda do mate solúvel para o exterior: uma venda feita pela Matex ao Paraguai em 1964, ainda assim na quantidade ínfima de 2 toneladas<sup>96</sup>.

De acordo com os registros do INM, os mercados tradicionais, pelo menos até 1965 – último ano que temos disponíveis os seus boletins –, não haviam comprado mate solúvel do Brasil. Os exportadores para o Chile, por exemplo, apenas em 1964 haviam demonstrado “interesse em lançar o mate solúvel” naquele mercado, sem que, no entanto, a ideia tenha prosperado<sup>97</sup>. Nos dois anos finais do INM nada mudaria e não apareceriam nada mais que especulações sobre possibilidades de vendas nesses velhos e nos novos mercados – a Argentina, especialmente, de 1966 em diante não compraria nem mesmo os tipos usuais. Os novos mercados, por sua vez, apenas receberam o mate solúvel de forma experimental e como forma de divulgação em feiras e eventos. Nada mais que isso. Aliás, devemos adiantar que tal fato não diz respeito somente ao mate solúvel, mas a tudo que para esses mercados foi vendido. Se tomarmos os totais do que importaram do Brasil – incluindo todos os produtos – no período 1960-1967, veremos que nesses novos mercados, que haviam gerado tantas expectativas – especialmente os EUA e a Alemanha Ocidental –, o mate de forma geral teve resultados mínimos: a

---

<sup>94</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1963, p. 20.

<sup>95</sup> MATE solúvel na lista da ALALC. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 03192, 23/set./1964. O Itamarati continuava em 1966 pedindo essa e outras providências junto à ALALC, nesse momento especialmente tentando resolver a questão das importações argentinas de mate, que afetaram direta e profundamente o estado de Mato Grosso (MATO GROSSO acusa o INM: boicota o mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 13.539, 7/jan./1967, Primeira Sessão, p. 7).

<sup>96</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1964*. Rio de Janeiro: 1965.

<sup>97</sup> ATINGIRAM 1,8 milhões de dólares as vendas de mate ao Chile em 1964. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 03389, 18/maio/1965.

Alemanha Ocidental, que havia importado um total de 228 t em 1960, em 1967 importou 101 t em produtos de mate; os EUA, por sua vez, que em 1960 importaram 18 t, em 1967 importaram apenas 11 t<sup>98</sup>.

Em parte, o que ocorreu com o mate solúvel – assim como com outros extratos e produtos – tem explicação na postura assumida por importantes representantes da própria indústria de beneficiamento e da exportação, que se consideravam “tradicionais”. Alguns deles se manifestaram contra as ações do INM de incentivo de instalação de fábricas e promoção do mate solúvel. Um desses personagens foi Ivo Leão, que presidiu por muitos anos o Sindicato das Indústrias de Mate do Paraná e desde a década de 1940 era o presidente da Leão Jr. & Cia, firma industrial, comerciante e exportadora, que na década de 1950 se transformou em Leão Jr. S.A. Em 1961, ele se manifestou através do *Diário do Paraná*, criticando a postura do INM e dizendo que “não se pode considerar o solúvel [...] em termos de ponderável comercialização, capaz de superar na economia ervateira, o chimarrão e o chá”. Dessa forma, embora concordando com a necessidade de se expandir os mercados da erva-mate, dizia ele:

O mate solúvel e o concentrado, certamente, poderão ser difundidos, mas não considerados no momento, como forma ideal de conquista, *solapando, perigosamente as bases em que se estrutura o setor econômico do mate*<sup>99</sup>.

A seu ver, o caminho a ser seguido na busca pelos consumidores nas novas áreas, aparelhando-se tanto o INM como os particulares interessados, deveria ser “firmado nos processos alcançados na industrialização tradicional”, ou seja, chimarrão, sobretudo, seguido do chá em seus variados tipos<sup>100</sup>.

Poder-se-ia dizer que a visão de Ivo Leão, tenha sido algo isolada, apenas coisa de momento, restrita aos anos iniciais da década de 1960. No entanto, na ocasião em que se pronunciou, o mesmo se encontrava mais uma vez na presidência do Sindicato das Indústrias de Mate de seu estado, cargo que ocupara por diversas vezes até sua morte em 1963; nessa posição representava a tradicional e influente família Leão que, aliás, teve mais de um de seus integrantes como presidentes do mesmo órgão<sup>101</sup>. De

---

<sup>98</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

<sup>99</sup> COMERCIALIZAÇÃO da erva-mate depende ainda das suas formas tradicionais de apresentação. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 01951, 12/out./1961. Grifos nossos.

<sup>100</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>101</sup> Ivo Leão esteve à frente desse sindicato especialmente partir da década de 1950, tendo intercalado na presidência do mesmo, com poucas exceções, com membros de sua família, como o pai Agostinho

qualquer maneira, ele não falava apenas por si só ou no interesse exclusivo de sua firma de origem familiar, e sim também em nome de uma classe – ou pelo menos uma parcela importante dela. Mas, além de Ivo Leão, a mesma visão seria manifestada com destaque também por Temístocles Linhares, em 1969, no seu livro clássico *História Econômica do Mate*.

Linhares, também de família ligada tradicionalmente à indústria do mate, havia sido Delegado do INM no Paraná em diversos anos, possuindo amplo conhecimento da situação. Nessa condição, no capítulo 28 do seu livro ele dedicou um espaço para lamentar – embora de forma mais velada que Ivo Leão – a falta de avanço na propaganda do mate e o fato de o INM ter se dedicado mais a promoção dos chás em geral (incluindo o solúvel), quando deveria ter investido na promoção do formato chimarrão, especialmente no mercado interno brasileiro. Segundo ele, havia um “verdadeiro *parti pri*” que o INM, ou outro interessado qualquer, deveria ter combatido. Considerava errôneas as ideias de que por ser amargo o chimarrão não era de fácil acesso e aceitação, ou que era incompatível com o clima tropical ou, enfim, que exigia muito tempo para seu preparo e uso, imperando a visão de que “na era atômica em que vivemos a velocidade constitui fator decisivo de seu grande enigma civilizador: fazer o máximo no mínimo de tempo disponível” (LINHARES, 1969, p. 387). Por essa razão, considerava Linhares que dar maior atenção aos chás “sem dúvida, tem sido o maior erro de todas as nossas campanhas publicitárias, uma vez que no chimarrão é que reside a força do mate” (1969, p. 388).

Assim, podemos dizer que essas visões são sintomáticas em relação à indústria do mate, como um todo, pois mostram as reações “conservadoras” dos que se identificavam como “tradicionais”, que buscavam defender seus interesses. Elas nos ajudam a entender o porquê de algumas firmas estrangeiras, que demonstraram interesse em produzir e distribuir mate solúvel e mesmo outros produtos novos, terem desistido do negócio. A isso se soma outra questão: a de que os industriais “tradicionais” – e cremos que tenha ocorrido também com as cooperativas – não queriam abrir mão da industrialização, vendendo matéria prima para o exterior. Isso seria visto nos embates

---

Ermelino de Leão Junior e também o irmão Luiz Abreu Leão (Sobre os membros da família Leão ver: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Espirais do Tempo*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. Disponível em <  
<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=233>>, consultado em 21/abr./2019, p. 161).

que se travariam em relação ao mercado uruguaio, tendo em vista que, com indústrias de mate instaladas em seu próprio território, alguns indivíduos desse país procurariam cada vez mais aumentar sua importação de cancheada, o que geraria resistência por parte dos industriais brasileiros e teria peso importante no desenrolar da história do mate e do INM nos anos que se seguiram na década de 1960. Ou ainda, como já ocorria há muito tempo também com a Argentina, que importava cancheada de Mato Grosso, em maior volume, mas também do Paraná e de Santa Catarina, estados industriais “tradicionalis”<sup>102</sup>.

Por outro lado, isso nos faz pensar que os industriais “tradicionalis” não queriam ver firmas e capitalistas estrangeiros muito mais fortes que eles, tomando o seu lugar, procurando, dessa forma, os nacionais, protegerem-se da concorrência estrangeira. Nesse sentido é que os grupos que se formaram a partir de 1959 – EMABRA e Confederação de Cooperativas de Produtores – discutiram e cogitaram a construção de fábricas de mate solúvel, embora na prática tenham instalado apenas a Matex, em Ponta Porã. Enfim, como o INM era controlado através das decisões da Junta Deliberativa, esses pontos de vista em defesa da “indústria nacional” se impuseram. Ainda mais que os beneficiadores “tradicionalis” contavam, quase sempre, com o apoio formal dos governos estaduais – especialmente o do Paraná, maior beneficiador e exportador de mate –, sendo, por isso, a maioria na hora de deliberar na Junta (LINHARES, 1969, capítulo 28).

Mas, além dessas questões, é importante pensarmos ainda que, se a situação dos produtores, como vimos, comportou uma série de dificuldades, os industriais tradicionalis e as cooperativas que se envolveram com o beneficiamento também enfrentaram diversos problemas ao longo dos anos de vida do INM sem poder contar com ajuda adequada de sua parte. Prova disso – para irmos além da questão da persistência dos já analisados soques – foi o fato de que algumas firmas, entre aquela dezena que poderíamos considerar como de médio e grande porte, tiveram que inovar, se transformar, se fundir ou, ainda, tiveram que diversificar as suas atividades para além do mate, a fim de continuar trabalhando ou mesmo para sobreviver. Foi o ocorreu, por exemplo, com as grandes firmas paranaenses Adalberto Araújo S.A., Leão Jr. S.A. e Guimarães & Cia que, para continuarem existindo durante o tempo de vida do INM, tiveram que passar por um ou mais dos referidos processos. Como outro exemplo

---

<sup>102</sup> Sobre as questões envolvendo os mercados tradicionalis veremos mais logo adiante.

simbólico desse processo, também temos a Moinhos Unidos Brasil-Mate, sociedade anônima que foi resultado da fusão, em maio de 1953, de importantes firmas paranaenses tradicionais de origem familiar, tais como: Fábricas Fontana S.A., David Carneiro & Cia S.A., B. R. de Azevedo & Cia. Ltda., Vitorino Correia Leite, Jordão Mader Neto, Caetano Munhoz da Rocha Neto, Alfredo Ribeiro e José Lacerda & Cia. Ltda. (BERTAGNOLI, 1978, capítulo 15). Outros exemplos parecidos a esse último foram o da Empresa de Mate do Brasil (EMABRA) e o da Confederação das Cooperativas de Produtores de Mate, surgidas em 1959. A diferença dessas duas em relação à Moinhos Unidos S.A. é que, por exemplo, a EMABRA era uma junção de esforços de grandes firmas e grupos paranaenses e catarinenses – incluindo a Moinhos Unidos – para ação em conjunto, sem interferir na autonomia de cada firma ou grupo, objetivando, entre outras coisas, o desenvolvimento da economia ervateira e a difusão do mate; objetivo que era também o da Confederação, embora nesse caso a diferença em relação à Moinhos Unidos e a EMABRA fosse quanto às entidades englobadas que eram de interesse coletivo, ou seja, as cooperativas e suas federações. Afinal, entre as grandes firmas, podemos citar ainda desta vez a Matex, criada pela Federação de Cooperativas de Mato Grosso para produzir, sobretudo, mate solúvel que, apesar do alto investimento que recebeu da mesma e das expectativas que gerou, especialmente entre os cooperados e os produtores do estado de maneira geral, acabou representando um grande fracasso, fechando as suas portas poucos anos depois de ter sido instalada.

Enfim, muitas outras firmas, especialmente aquelas consideradas de menor porte – inclusive cooperativas –, não tinham nem capital e nem crédito “suficiente para empreender novos investimentos ou inovações” exigidas diante das diferentes situações problemáticas que foram sendo enfrentadas, sobretudo, a partir de fins da década de 1950, entre as quais o agravamento dos problemas nos mercados externos, a não conquista de novos mercados e o não crescimento do mercado interno nas medidas necessárias para compensar as perdas nos primeiros; além ainda da concorrência de produtos similares tanto no mercado interno como no externo, a exemplo do café, do chá da Índia e outras bebidas não alcoólicas. Como resultado desses fatores e sem amparo adequado do INM, até fins da década de 1960, diversas firmas de pequeno porte desistiram de trabalhar com erva-mate ou mesmo faliram (BERTAGNOLI, 1978, p. 219; 222).

## 3.2 – O INM e o comércio do mate

Procuramos mostrar nos itens anteriores os fatores que influíram e afetaram as atividades dos produtores cancheadores e dos industriais beneficiadores. Levando em conta a conexão com estes dois segmentos da cadeia produtiva do mate, ao representar o elo final da mesma, nesse item nós daremos atenção ao comércio. Sobre ele, procuraremos aprofundar o que já dissemos no capítulo anterior, identificando e analisando de forma mais atenta os resultados da ação do Instituto, seja nos mercados tradicionais, dos quais a economia ervateira brasileira seguiu sendo dependente durante todo período 1938-1967, seja nos novos mercados, sobre os quais procuraremos esmiuçar as causas do fracasso na sua conquista, seja, por fim, no mercado interno, em que tomaremos os resultados ao longo dos anos para mostrar erros e acertos das medidas adotadas pelo INM.

### 3.2.1 – *Os mercados tradicionais*

Se quisermos entender o comércio do mate e os resultados das medidas adotadas pelo INM, obrigatoriamente devemos dar especial atenção aos mercados tradicionais (Argentina, Uruguai e Chile). Quando o Instituto foi criado, um dos seus objetivos era cuidar dos mercados que já havia, garantindo sua existência, para então conquistar novos mercados. Mas o que aconteceu com eles acabou por selar o seu destino em 1967, especialmente tendo em conta o que ocorreu com o mercado argentino.

#### 3.2.1.1 – *O mercado argentino*

Sobre esse mercado, como sabemos, quando o INM foi criado, ele já havia se tornado um comprador exclusivamente de cancheada. De qualquer maneira, embora o INM pretendesse, em grande medida, ampliar o mercado de produtos industrializados, conquistando novos espaços, a existência da Argentina ainda era encarada como fundamental, pois era o único país comprador da erva-mate cancheada que era

produzida em Mato Grosso e de parte da cancheada que era produzida no Paraná e em Santa Catarina. Porém, manter o mercado argentino foi sempre um desafio para o Instituto, pois constantemente ressurgia a ameaça de corte nas suas importações, dada a grande produção no território de Misiones. A continuidade das importações foi conseguida até 1965, entre outros fatores, através de sucessivos acordos e mesmo tratados firmados entre o Brasil e a Argentina.

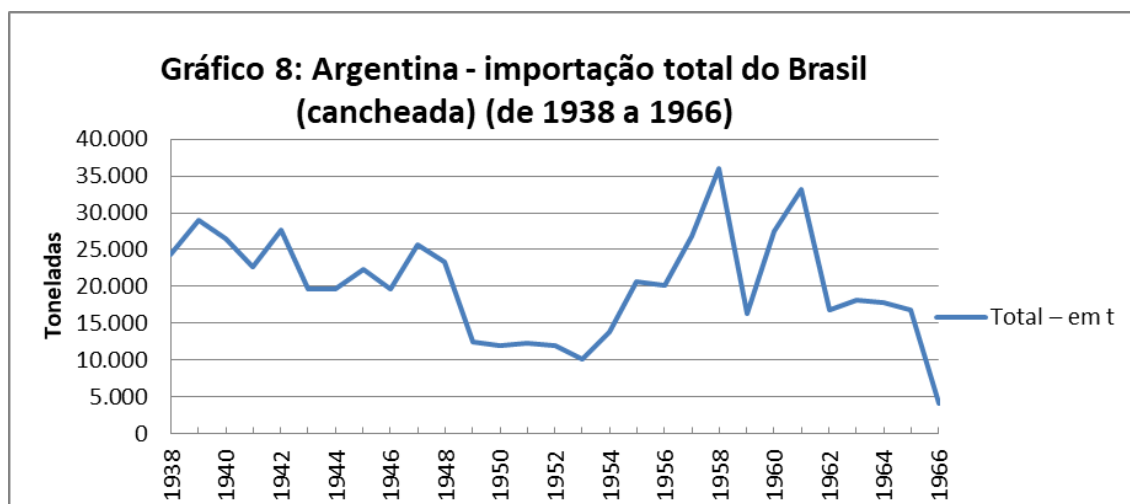
De sua parte, desde 1935, a Argentina contava com a Comisión Reguladora de la Producción y Comercio de Yerba Mate (CRYM), órgão de defesa e controle da economia ervateira que, por vezes, foi considerado muito mais eficiente que o INM, especialmente no amparo aos produtores. Como ferramenta da CRYM para amparar e – como ocorreu em diversos momentos – incentivar a sua produção, havia o Mercado Consignatário de la Yerba Mate Nacional Canchada, criado em 1936 que, estando ligado ao Banco de la Nación, atendia aos produtores (LINHARES, 1969, p. 365 ss). A existência desses órgãos serviria para reforçar a ideia que existia por lá, inclusive por parte do próprio governo argentino, de que a erva-mate era “uma importação precária que poderia ser suspensa sem maiores consequências, mediante simples redução nos *permisos* futuros”<sup>103</sup>. Esse era o ponto de vista dos produtores de Misiones, que de forma recorrente pressionariam o governo no sentido de sustar ou ao menos reduzir a importação de mate brasileiro.

De qualquer maneira, as importações continuaram por quase todo tempo de vida do INM. E por que isso ocorreu então? Como tivemos oportunidade de mostrar no primeiro capítulo e veremos ainda mais um pouco nos parágrafos seguintes, isso se deu por três motivos. Primeiro por questões de trocas comerciais entre Brasil-Argentina, envolvendo especialmente o trigo e seus derivados dos nossos vizinhos. Em segundo lugar – ao menos era o que sempre se dizia –, por uma questão de paladar, já que o mate brasileiro – especialmente o mato-grossense – era preferido para compor as *mezclas* com o mate missioneiro que era considerado de paladar fraco. Nesse contexto, existia a Camara de los Molineros, associação dos beneficiadores argentinos, que mantinha a demanda pela cancheada brasileira e pressionava o governo de lá para a manutenção das compras de cancheada do Brasil e, em menor número, do Paraguai. Um terceiro motivo a contribuir para a manutenção das importações de mate cancheado brasileiro eram as

---

<sup>103</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Tabora Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1953.

eventuais reduções na produção interna argentina, resultado de alguns fatores eventuais, tais como, por exemplo, o clima, a redução da produtividade das erveiras devido ao envelhecimento e fatores geológicos, como a erosão de solos.



**Fontes:** INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

**Notas:** para 1966, apenas primeiro semestre, entregas dos pedidos do ano anterior.

Nesse sentido, de 1935 até fins da década de 1940, as trocas entre Brasil e Argentina seguiram o *Tratado de Comércio e Navegação* de 1935 (MAGÁN, 2005). Por quase dez anos, esse tratado e as ações do INM mantiveram as compras argentinas mais ou menos no mesmo nível que a autarquia encontrou em 1938. Conforme podemos observar no **Gráfico 8**, com exceção de 1939, quando pareceu haver uma tendência de aumento dos pedidos, somando 29.035 toneladas, nos anos que se seguiram até 1947, as importações argentinas registraram em média 23.677 t. No entanto, já em 1948 começaram a cair (23.239 t), iniciando em 1949 uma fase de redução drástica, com pedidos que somaram nesse ano apenas 12.460 t. Por sua vez, se tomarmos os dados da **Tabela 14**, veremos que o valor das exportações para esse mercado, em moeda estrangeira, chegou a registrar um pico em 1948, contabilizando US\$ 5.925.945, mas, acompanhando a marcha dos volumes, voltaria a cair de forma importante depois disso, estabelecendo-se numa média de US\$ 3.468.887 anuais no período 1949-1952.

**Tabela 14: Argentina – valores e preços médios das exportações de erva-mate brasileira (de 1946 a 1965) – em dólares**

Ano	Valor total	Valor médio da tonelada	Ano	Valor total	Valor médio da tonelada
1946	2.648.835,00	135,00	1957	6.423.360,00	240,00
1947	3.457.215,00	135,00	1958	8.631.360,00	240,00
1948	5.925.945,00	255,00	1959	3.358.018,40	206,80
1949	3.177.300,00	255,00	1960	4.073.700,00	148,00
1950	3.048.015,00	255,00	1961	4.900.576,00	148,00
1951	3.765.835,00	305,00	1962	2.490.692,00	148,00
1952	3.884.400,00	325,00	1963	2.678.060,00	148,00
1953	5.017.500,00	500,00	1964	2.630.108,00	148,00
1954	3.299.156,00	239,00	1965	2.805.000,00	167,51
1955	4.936.067,00	239,00	1966	-	-
1956	4.343.000,00	215,00	1967	-	-

**Fonte:** INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos); CODEPAR, 1964, v. 2, p. 8/54.

**Nota:** O valor total das exportações para a Argentina só estão registrado nos documentos do INM em moeda nacional. Para conseguir o valor em dólares fizemos a conversão com base nas taxas de câmbio implícitas constantes nas ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 345-351; p. 570-571.

Diante dessa preocupante situação em que se encontrava o mate brasileiro, o INM procurou apoio no governo federal, para que esse agisse por via diplomática. A essa altura, a ideia principal do INM não seria mais a de ampliar o mercado argentino, coisa que já parecia distante da realidade mas, ao menos conseguir retornar as vendas aos níveis anteriores a 1948. A solução, no entanto, não seria dada de pronto, só tendo sido assinado um novo tratado entre os dois países em 1953. Isso porque, nesse meio tempo, as negociações entre o Brasil e a Argentina não envolveram apenas a erva-mate, mas também uma série de outros produtos, tais como: café, madeira, trigo, frutas, ferro, aço e cacau.

Segundo Reckziegel, procurando manter uma posição neutra ante a Guerra Fria, o então presidente argentino Juan Domingo Perón perseguia uma “terceira opção”, defendendo “uma posição equidistante de Washington e Moscou” (RECKZIEGEL, 2005). Dessa forma, ele via como fundamental cooptar o apoio dos países latino-americanos, insistindo “na formação de blocos regionais, cuja finalidade era a de acelerar o intercâmbio de comércio, principalmente”. Foi assim que já desde 1946 a Argentina vinha propondo “uma união dos países do sul [...] com Bolívia e Chile, e nos anos 1950

com Brasil e Chile” (*Ibidem*, p. 3). Ao mesmo tempo, Perón queria também revalorizar a produção agrícola argentina que vinha sendo preterida pelas atividades urbanas e as ligadas ao desenvolvimento industrial do país (*Idem, Ibidem*).

Do lado brasileiro, em 1952, o agente do INM naquele país, Armando Joppert, enviou um memorial a Diniz Junior, ex-presidente da autarquia e agora conselheiro da Embaixada brasileira na Argentina, que presidia a comissão mista para elaboração do *Tratado*. No memorial se pedia, entre outras coisas, a cota anual de 30.000 toneladas de erva-mate – pedido que ia ao encontro das requisições da *Camara de Molineros* argentina. Armando Joppert ainda chamou a atenção para o fato de a Argentina ter consumido nesse período cerca de 130.000 t, tendo importado do Brasil cerca de 10% nos anos de 1949, 1950 e 1951, enquanto havia importado 20% nos anos 1947 e 1948 – nesses dois últimos, o mercado argentino havia representado mais de 47% de toda exportação anual de mate brasileiro<sup>104</sup>.

Contudo, a situação econômico-financeira argentina nesse período era difícil, a política e a diplomática não estavam diferentes<sup>105</sup> (*cf.* BANDEIRA, 1993). Além do mais, após a Segunda Guerra Mundial haviam se acirrado as divergências entre Brasil e Argentina, que predominavam sobre as convergências, que, por sua vez, apareciam mais em momentos estratégicos, de ambos os lados, sendo efêmeras e conjunturais (MELLO, 1996, p. 33). Dessa forma, segundo Reckziegel, a resolução em torno das relações comerciais entre os dois países não teria sido tranquila, como se esperava.

Em que pesem os esforços do embaixador [brasileiro Batista] Lusardo em Buenos Aires, no sentido de concluir os acordos comerciais, a oposição dos setores governamentais não-alinhados com a política de aproximação bilateral acabaram por emperrar o andamento das negociações (RECKZIEGEL, 2005, p. 3).

Até o início de 1953, apesar de terem sido resolvidas algumas questões referentes às exportações brasileiras para a Argentina, a situação do mate ainda se encontrava sem alteração apreciável e as negociações em torno do *Tratado* entre os dois países não haviam sido concluídas. Ainda assim, em março, o presidente do INM,

---

<sup>104</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Tabora Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1952.

<sup>105</sup> Diferente do período 1946-1952, em que o governo Perón experimentou uma situação deveras favorável, a partir de 1952, após a sua reeleição, a economia do país já não vivia bom momento e ele passou a enfrentar cada vez mais as duras críticas da oposição. Nos anos que se seguiriam, ocorreriam manifestações públicas, tentativas frustradas de derrubada do governo e atentados – como o da Plaza de Mayo de abril de 1953. Finalmente, os movimentos da oposição culminariam depois no golpe de setembro de 1955, que o tiraria do poder (ROMERO, 2010).

Taborda Júnior, demonstrava otimismo em relação ao desfecho das negociações, confiando que a presença do ministro João Alberto em Buenos Aires trouxesse boa conclusão ao acordo<sup>106</sup>. Interessante que, a princípio, o mesmo João Alberto tinha ressalvas quanto à ação do embaixador Batista Lusardo, e mesmo quanto ao preço pedido pelos argentinos pelo trigo. Mas tais ressalvas foram dirimidas, mudando ele de posicionamento, evoluindo “para uma atitude conciliadora e até mesmo favorável a uma transação com o país vizinho” (RECKZIEGEL, 2005, p. 6). Da parte argentina, o próprio presidente Perón pressionava para que se resolvessem os impasses e se chegasse a uma resolução já que, entre outras coisas, isso seria importante para a produção nacional de grãos e conseqüentemente para o setor agrícola argentino.

A resolução veio, afinal, no dia 23 de março de 1953, quando as autoridades dos dois países firmaram o *Tratado Comercial Brasil-Argentina*. Assim, ficou estabelecido que o Brasil durante um ano, contando a partir dessa data, teria permissão para exportar até o limite de 82 milhões de cruzeiros anuais em erva-mate (cerca de 12.000 toneladas)<sup>107</sup>. Esse volume estava abaixo do esperado pelas autoridades brasileiras, que almejavam 30.000 toneladas, entretanto, no mesmo tratado abria-se espaço para novas exportações, de acordo com as necessidades do mercado argentino (FERNANDES, 2012, p. 57-58).

Após a assinatura do tratado, o mercado argentino começaria a aumentar seus pedidos de mate brasileiro. De qualquer forma, não devemos superestimar seus efeitos, pois também contribuiria para esse aumento a ocorrência de fatores climáticos adversos do lado argentino. Em realidade, o governo do país vizinho até vinha tomando medidas para conter um relativo abandono da produção local que estava ocorrendo por parte de alguns produtores, aumentando o preço interno da erva-mate cancheada a fim de estimulá-los. Tais medidas, em um primeiro momento, surtiram efeitos positivos, mas foram logo anuladas por uma série de prejuízos causados pela natureza nas colheitas das diversas cidades da província de Misiones, que reduziram drasticamente a produção em 1953<sup>108</sup>.

---

<sup>106</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1953.

<sup>107</sup> De forma ampla, o *Tratado* previa: de parte da Argentina, a exportação de 1.500 toneladas de trigo e da parte brasileira, a venda de madeira no valor de 50% sobre o acordo, de café, no valor de 25%, de aço, 4% e de cacau, 3%, além de frutas, erva-mate e outros produtos (RECKZIEGEL, 2005, p. 6).

<sup>108</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1953.

No ano seguinte os fatores climáticos dariam nova contribuição para os exportadores brasileiros. A região de Misiones foi novamente atingida por violentos temporais na época da colheita, que assolaram por muitos dias os ervais, causando devastação, com a perda de mais de 20% de folhas caídas. Para piorar a situação, houve a ocorrência de geada no começo do inverno, o que não seria tanto um problema para ervais nativos, mas que causaram sérios danos aos ervais plantados missioneiros, inutilizando mais cerca de 5 a 10% da produção. Além disso, as chuvas tornaram os caminhos impraticáveis, o que dificultou grandemente o transporte de mercadorias que restaram para os armazéns (FERNANDES, 2012, p. 60-61). Por fim, aos problemas com a natureza se somaram os problemas de mão de obra, que tiveram que ser dispensadas, se mostrando depois difíceis de serem reorganizadas em Misiones – ainda mais porque esses trabalhadores foram procurados posteriormente para o prosseguimento do corte em períodos irregulares<sup>109</sup>. Como resultado, segundo o agente do INM, Armando Joppert, a produção argentina foi reduzida a 106.000 toneladas em 1954, 24.000 t a menos em relação a 1952 e 14.000 a menos em cotejo com a produção de 1953<sup>110</sup>.

Assim, conseqüentemente, em 1954 as exportações brasileiras para a Argentina superariam a referida cota de 12.000 toneladas, registrando 13.804. Mas, com uma grande contribuição dos recorrentes fatores adversos acima referidos, o aumento não parou por aí: em 1955, eles atingiriam 20.653 t e, continuando a crescer, chegariam a 35.964 t em 1958. Coincidentemente – apesar de os preços médios do mate terem tido uma importante redução a partir de 1954 –, acompanhando os aumentos nos volumes, os valores totais do mate exportado para a Argentina também conheceriam um aumento significativo ao longo da década de 1950, especialmente no período 1955-1958: depois de registrar US\$ 5.017.500 em 1953, ano do *Tratado*, o valor das exportações para esse mercado chegaria a cair para US\$ 3.299.156 em 1954, voltando a aumentar no ano seguinte (US\$ 4.936.067) e chegando, enfim, a US\$ 8.631.360 em 1958<sup>111</sup>.

No entanto, devemos ter claro que esses aumentos não representavam uma melhora sustentada nas relações com o país vizinho. Isso porque, nesse mesmo período, com importantes mudanças ocorrendo na Argentina, alterando especialmente o jogo

---

<sup>109</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1954.

<sup>110</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1955.

<sup>111</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos); CODEPAR, 1964, vol. 2, p. 8/54.

político-social, seriam postas em prática medidas que afetariam a economia e a agricultura em geral e a erva-mate em particular. Entre essas medidas, o governo da nação vizinha adotou e reviu seus regimes de câmbio. Assim é que, após a destituição de Perón via golpe, o curto governo de Eduardo Lonardi adotou uma nova taxa cambial em 27 de outubro de 1955, provocando alterações nas importações do país, ao fixar em 18 pesos o dólar para conversões de divisas de transações com o exterior, enquanto a taxa que vigorava há vários anos no mercado oficial era de 7,50 pesos (CAVALLO; RUNDE, 2018, p. 226, 227). Ou seja, essa medida de proteção ao mate que era produzido no país afetaria o preço da cancheada importada do Brasil na proporção de 140%. A ele ficariam sujeitos os pagamentos de todas as mercadorias importadas, exceto as que já se achassem amparadas por licença de câmbio anterior<sup>112</sup>.

Mas o Governo argentino, que em novembro do mesmo ano passaria por nova mudança – com Pedro Eugenio Aramburu assumindo a presidência –, não contava que, no ano seguinte, ocorressem novas baixas na sua produção. Essas seriam causadas pela natureza e outras circunstâncias diversas, tais como pragas, erosão do solo, enfraquecimento dos ervais, chuvas excessivas e rigoroso inverno. Em todo o ano de 1956 o país produziu apenas 92.000 toneladas, enquanto em 1955 havia produzido 112.000 t. Com isso o INM aproveitou o momento e chamou a atenção dos importadores argentinos para o fato de os produtores brasileiros estarem prontos, mais uma vez, para atender à demanda, mostrando, além disso, a necessidade de novos contatos diplomáticos. Os importadores argentinos, sem alternativas, aceitaram a primeira sugestão, importando 20.200 toneladas em 1956 e continuando a importar volumes crescentes nos anos imediatamente seguintes, como vimos<sup>113</sup>.

Além disso, em 1957, vendo que as formas de controle dos *permisos* mantidas desde o tratado de 1953 não davam os resultados esperados, o país vizinho alimentou mais uma vez o otimismo dos exportadores brasileiros, ao adotar medidas a fim de facilitar a importação. Em 26 de julho, o Banco Central argentino baixou uma Circular através da qual decidiu adotar o “*regime automático para a concessão de licenças de*

---

<sup>112</sup> Como efeito sobre o mate brasileiro, das 20.653 toneladas transacionadas, 12.000 toneladas ficariam submetidas a essa nova taxa de câmbio (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Cândido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1956).

<sup>113</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1957.

*importação para a erva cancheada do Brasil*, a exemplo do que já estabelecera para o cacau, pinho, café, e outros produtos”. O resultado dessa medida seria positivo para os exportadores brasileiros de mate, afinal, até então eram obrigados a esperar meses para que fossem liberados os *permisos*<sup>114</sup>.

Em seguida a essa atitude, através da Circular 3.331, de 19 de setembro de 1957, o governo argentino adotou novo regime de câmbio, extinguindo a taxa oficial e adotando o câmbio livre. Com esse regime de câmbio, o Banco Central da Argentina determinou que as importações provenientes dos países limítrofes (incluindo o Brasil), efetuadas até então pela taxa oficial de 18 pesos por dólar, passariam a ser liquidadas 50% por essa taxa e 50% pelo câmbio livre, com exceção das compras cujas licenças tivessem sido requeridas até a véspera da resolução, que continuariam reguladas pelo regime anterior<sup>115</sup>. Isso seria positivo para o mate brasileiro, contribuindo para se chegar aos picos de 35.964 toneladas e de US\$ 8.631.360 nas importações argentinas em 1958.

Entretanto, em seus passos seguintes, o governo argentino logo interrompeu esse bom momento, agindo mediante “a aplicação de diferentes sobretaxas no câmbio das importações”, o que resultou em descontentamento do lado argentino, especialmente por parte dos industriais, pelo aumento da aplicação de capitais e a possibilidade de redução nas importações. Do lado brasileiro, dizia o presidente do INM que, “se por um lado tinha-se a isenção de adicionais” com a decretação da liberdade de câmbio, sobretudo para importação do mate, de outro lado, as medidas complementares adotadas posteriormente “anulariam em grande parte os benefícios desse favor”, ao encarecer os produtos importados<sup>116</sup>.

Ao mesmo tempo em que agia sobre o câmbio, o Estado argentino não se acomodou em relação à situação da produção. Ao contrário, continuou incentivando seus produtores, tanto nos preços de venda garantidos, como no financiamento e na colocação do produto. Em seu último ano na presidência *de fato* do país, Aramburu adotou, inclusive, medidas excepcionais para a recuperação dos ervais de Misiones e para a sua autossuficiência, tendo a Comisión Reguladora, em 1957, declarado “la

---

<sup>114</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1957, grifos nossos.

<sup>115</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1958.

<sup>116</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1959.

caducidad de las autorizaciones realizadas por la Dirección de Yerba Mate que no se hubieran iniciado hasta el momento, permitiendo, al mismo tiempo, la libre plantación hasta un máximo de 15 hectáreas” (MAGÁN, 2008, p. 11-12). O resultado, nesse caso, foi que, recuperada dos problemas anteriormente mencionados, a produção argentina voltou a crescer.

Sendo assim, somando as medidas em relação ao câmbio às ações de incentivo à produção e mais ainda a uma nova ocorrência de escassez de divisas na Argentina, o resultado foi uma queda vertical nas importações de mate brasileiro em 1959. Nesse ano as importações argentinas somariam apenas 16.238 t, representando uma queda de 54,5% em relação a 1958 – o valor das mesmas nesse ano, por sua vez, somaria tão somente US\$ 3.358.018,40, o que significava uma redução de 61,10% em relação ao ano anterior<sup>117</sup>.

Daí em diante, com exceção de 1960 e 1961, as relações brasileiras com esse mercado só piorariam. O ano de 1960 começou com as vendas para o mercado argentino se processando com restrições, com as ofertas ali se acumulando e excedendo os limites de procura. Apesar disso, ao final, sem interrupções prolongadas nos embarques, ele registraria importação de 27.525 t – com alguma recuperação no valor total, que somou US\$ 4.073.700 –, chegando mesmo a se apresentar como o mais estável e o mais regular entre os mercados tradicionais do mate brasileiro no ano (FERNANDES, 2012, p. 64). No ano seguinte, uma nova alta nos volumes e também no valor total das importações para a Argentina daria esperanças aos exportadores brasileiros: os argentinos nos compraram 33.112 t, com valor total de US\$ 4.900.576<sup>118</sup>.

Mas a euforia teria fim já a partir de 1962. A alta da inflação e os tropeços decorrentes de uma nova fase de intranquilidade política na Argentina, que, aliás, atingiram também quase todos os países da América Latina, inclusive o Brasil, alterariam significativamente o quadro das nossas relações com o país vizinho. Desde 1958 até esse ano, os governos de Brasil e Argentina haviam iniciado conversas diplomáticas a fim de estreitar relações políticas e comerciais. Visando relações bilaterais e um desenvolvimento conjunto, visitas presidenciais e reuniões foram feitas

---

<sup>117</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1959; também *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1960.

<sup>118</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1962*. Rio de Janeiro: 1963.

pelos presidentes e pelas demais autoridades dos dois países, tendo como pano de fundo o projeto da chamada *Operação Pan-Americana*, idealizada por Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi. A aproximação parecia se tornar cada vez mais real, apontando no sentido mesmo de juntar forças na América Latina para melhorar a posição dos dois países no continente e no mundo e ainda para servir como alternativa à dominação continental dos Estados Unidos (CAVLAK, 2009). O grande problema é que, a partir de março de 1962, a situação mudaria drasticamente no país vizinho: Frondizi seria deposto por um golpe militar e a situação política e social interna argentina entraria numa nova fase problemática, com recorrentes golpes de Estado e cinco presidentes que se sucederiam em pouco mais de dez anos<sup>119</sup>. Como resultado, em sentido geral e imediato, isso esfriaria o ímpeto daqueles que defendiam à época uma estreita aproximação entre os dois países mais importantes do continente sul-americano. De forma particular, somados a outros fatores relacionados às próprias classes ervateiras argentinas – especialmente a pressão dos produtores argentinos –, os eventos que se sucederiam no país vizinho, acarretariam sérias restrições ao mate brasileiro. Nesse caso, o resultado imediato seria uma queda em cerca de metade tanto nos volumes quanto no valor total das importações argentinas do nosso produto já em 1962, que somariam apenas 16.829 toneladas e US\$ 2.490.692 (CODEPAR, 1964, vol. 2, p. 8/54; COPEMA, 1969, vol. 1, p. 3/36).

É interessante dizermos que, nesse meio tempo, surgiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Formalizada através do *Tratado de Montevideú*, em fevereiro de 1960, tratava-se de um acordo internacional firmado entre as repúblicas da Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, México, Paraguai e Peru. O *Tratado* propunha a redução de tarifas e a criação de uma zona de livre comércio entre os seus membros. Segundo Celso Furtado, objetivava-se “liberalizar o intercâmbio na área e não propriamente formar uma união aduaneira” e seus processos operacionais consistindo em “negociações bilaterais produto por produto, excluindo os esquemas de

---

<sup>119</sup> Com a deposição de Arturo Frondizi, assumiu o presidente do Senado José María Guido – já que o vice-presidente já havia renunciado anos antes –, que completaria o mandato do antecessor e promoveria eleições presidenciais limitadas em 1963. Nessa, continuando o Partido Peronista ilegal, seria eleito Arturo Umberto Illia, da União Cívica Radical. O governo de Illia, no entanto, também não seria completado. Novos eventos levariam à sua deposição também por um golpe, em junho de 1966, assumindo em seu lugar o militar Juan Carlos Onganía, que governaria a Argentina até junho de 1970, quando, aliás, ele também sofreria um golpe de estado (LUNA, 1974).

liberalização automática e linear que caracterizaram o desenvolvimento da Associação de Livre Comércio Europeia e a Comunidade Econômica Europeia” (1976, p. 262).

Especificamente no caso do mate, a ALALC seria uma das instâncias a que o INM procuraria recorrer, especialmente quando o alarme da possível suspensão das compras argentinas de mate brasileiro começou a soar mais forte, especialmente a partir em 1962. Após esse último ano o Instituto promoveu estudos e os entregou à Delegação Brasileira, se pautando em certas cláusulas do *Tratado de Montevideu* que, na sua visão, preservariam a erva-mate brasileira dos gravames que despontavam. Esses estudos procuravam salientar que não poderia haver impedimento nas importações da erva-mate brasileira, a não ser em casos discriminatórios e incrementos antieconômicos de produção pelo lado argentino. Após ampla discussão em torno desse *Tratado* e das ações a serem tomadas pelos países envolvidos, havia sido aceita por parte dos argentinos a posição brasileira contrária ao projeto de restrição ou suspensão da importação de erva-mate (FERNANDES, 2012, p. 65 ss).

Mesmo assim, na prática, o problema não havia sido resolvido. Em março de 1964 o então presidente do Instituto, Jorge de Lima, continuaria dizendo que “quanto à Argentina, o problema não é fácil”, pois o volume da produção na região missioneira prosseguia em aumento cada vez mais acentuado, ainda mais porque trabalhava o governo desse país na substituição dos ervais envelhecidos<sup>120</sup>. A manutenção do mercado argentino começava a se mostrar precária e, mesmo não querendo acreditar, os dirigentes e conselheiros do INM viam em seu enalço a assombração da autossuficiência argentina.

Somando-se a isso, dois outros fatores contribuiriam para preocupar ainda mais os dirigentes do INM: a Argentina, com a produção regularizada, recomeçava um velho projeto de exportar erva-mate; ao mesmo tempo, aumentava a compra de cancheada do Paraguai. Desde 1953, Argentina e Paraguai haviam firmado a *União Econômica*, acordo celebrado como regime de exceção e isenção de licenças prévias, o que representaria uma ameaça às exportações brasileiras de mate. No entanto, até fins dessa década, o Paraguai ainda não havia tido condições de oferecer quantias de mate que representassem uma real ameaça. Sua produção total não havia atingido 6 mil toneladas anuais até o começo dos anos 1960. A própria firma Industrial Paraguaia, dona de um

---

<sup>120</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1964.

dos maiores moinhos argentinos, havia se retirado do ramo, cedendo suas propriedades no Paraguai para empresas inglesas derrubarem as erveiras e plantarem café. Mas, com o passar dos anos as coisas mudaram, tendo somado as quantias exportadas pelo Paraguai para a Argentina mais de 4 mil toneladas em 1963. Haveria ainda como sério agravante, segundo o presidente Jorge de Lima, o fato de ter se somado a essa quantia uma parcela de erva-mate contrabandeada de Mato Grosso via Concepción, também no Paraguai, sem os registros do INM<sup>121</sup>.

Quanto à condição da Argentina como exportadora, isso já vinha sendo pensado mesmo antes de o INM surgir. No entanto, por um ou outro motivo, não havia se mostrado muito uma realidade, mesmo contando com o apoio do governo. Na década de 1960, por sua vez, diversos exportadores argentinos passaram a oferecer seus produtos no exterior com facilidades de pagamento, ganhando em vantagens dos exportadores brasileiros. Dessa forma, os números começaram a mostrar que a ameaça de concorrência argentina estava bem viva, começando a preocupar. Segundo dados do INM, em 1963, os vizinhos exportaram mais de 500 toneladas, com uma renda de cerca de US\$ 200 mil, enquanto os novos mercados conquistados pelo Brasil somaram apenas 387 toneladas e renderam US\$ 90 mil<sup>122</sup>. E esses números continuariam aumentando nos anos que se seguiriam: nos anos de 1964 e 1965, os argentinos venderiam 1.118 e 1.564 toneladas, respectivamente; em 1966 venderiam 2.045 toneladas; finalmente, em 1967, ano da extinção do INM, tais vendas registrariam 2.245 t (OLIVEIRA, 1974, p. 60; LINHARES, 1969, p. 460). O fato mais grave nisso era que os argentinos começaram a vender mate também para os dois outros mercados tradicionais brasileiros. Em 1966, por exemplo, o Uruguai compraria a maior parte (633 t), seguido do Chile (188 t). Já em 1967, o Chile compraria 913 t e o Uruguai 149 t (LINHARES, 1969, p. 460).

De qualquer maneira, a grande questão para o mate brasileiro naquele momento era mesmo a autossuficiência da produção argentina. Os industriais continuavam considerando imprescindível a mistura de determinadas percentagens de cancheada brasileira com a cancheada nacional, para melhorar a qualidade do seu produto, enquanto os produtores argentinos procuravam dificultar essa importação sob o fundamento de que os seus estoques já ultrapassavam as necessidades de consumo do país. Esses últimos chegaram a levar o caso à 3ª Assembleia da ALALC, realizada em

---

<sup>121</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>122</sup> *Idem, Ibidem.*

Montevidéu, Uruguai, no último trimestre de 1963. Na ocasião, as cooperativas de produtores ervateiros argentinas pleitearam a aplica o de um adicional de 100% na taxa cambial das importa es, na inten o de um verdadeiro boicote com amparo no *Tratado de Montevidéu*, ou então a exclusão pura e simples da erva-mate das listas nacionais de importa o, como facultaria o artigo 8  do mesmo documento legal<sup>123</sup>. De qualquer maneira, a Argentina e o Paraguai, neste momento, estavam presos por interesses comuns com o Brasil, tendo determinado conjuntamente a realiza o de estudos que possibilitassem assinatura de um acordo ou convênio que disciplinasse a conquista de novos mercados comuns externos. Segundo o INM, alguns pequenos passos nesse sentido já haviam sido dados<sup>124</sup>.

No ano seguinte, as vendas para a Argentina no primeiro semestre não se mostraram animadoras para o Brasil, mas reagiram no segundo semestre, o que pareceu indicar a “volta de um relativo equilíbrio”. Para corroborar isso, o presidente que assumiu o INM no segundo semestre de 1964, Manoel Oliveira Franco Sobrinho, dizia ter o apoio da Comisión Reguladora argentina. No entanto, a mesma têm também destinava grande verba para propagandas do mate argentino no país e no exterior<sup>125</sup>. Essa posi o aparentemente contraditória da Comisión deve ter confundido os dirigentes do Instituto e impedido que eles percebessem adequadamente os reais rumos que vinham sendo tomados pela Argentina. A Junta Deliberativa do INM parece não ter se dado conta, no final de 1964 e durante todo o ano de 1965, de que os argentinos já estavam a fechar o cerco contra a importa o do mate brasileiro. O presidente do INM acreditava que as situa es críticas daquele momento pudessem ser superadas lentamente e insistia que “a erva-mate brasileira pode e deve reconquistar esse mercado”<sup>126</sup>. Chegou mesmo a falar em “bom andamento” das exporta es para este país em 1965<sup>127</sup>. O agente do Instituto na Argentina, Armando Joppert, demonstrando maior consciência da situa o, já no começo de 1965, alertou para o fato de a produ o daquele país ter aumentado além das necessidades nacionais. Por causa disso, o próprio governo argentino teria limitado os

---

<sup>123</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>124</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>125</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel Oliveira Franco Sobrinho, apresentado   Junta Deliberativa.* Rio de Janeiro, mar./1965.

<sup>126</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel Oliveira Franco Sobrinho, apresentado   Junta Deliberativa.* Rio de Janeiro, out./1964.

<sup>127</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel Oliveira Franco Sobrinho, apresentado   Junta Deliberativa.* Rio de Janeiro, out./1965.

volumes das safras para 1964 e 1965, que não poderiam exceder 200 mil toneladas em conjunto, o que já era muito, em vista dos estoques que estariam acumulados dos anos anteriores<sup>128</sup>.

**Tabela 15: Argentina – produção nacional de erva-mate (cancheada) (de 1938 a 1965)**

Ano	Total – em t	Ano	Total – em t	Ano	Total – em t
1938	72.210	1948	111.446	1958	112.000
1939	64.831	1949	117.301	1959	106.000
1940	68.689	1950	103.275	1960	110.000
1941	72.120	1951	106.281	1961	121.000
1942	81.500	1952	137.032	1962	124.000
1943	79.900	1953	127.926	1963	153.707
1944	84.000	1954	109.656	1964	150.000
1945	91.000	1955	115.271	1965	50.000*
1946	99.411	1956	92.102		
1947	121.427	1957	107.888		

**Fonte:** para 1938-1962: JOPPERT *apud* FIGUEIREDO, 1967, p. 339. Para 1963: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1963*. Rio de Janeiro, 1964; para 1964-1965: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel Oliveira Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1965, p. 31.

**Nota:** \* essa produção do ano de 1965 é apenas uma estimada de acordo com a limitação imposta pelo governo argentino, não estando disponível o volume real produzido no ano.

Mas, mesmo com a tentativa de limitação das safras, como se vê na **Tabela 15**, só em 1964 os argentinos haviam produzido 150 mil toneladas, o que os forçaria a produzir tão somente 50 mil em 1965. No entanto, embora não tenhamos dados da produção desse último ano, não é difícil imaginar que essa quantia tenha sido ultrapassada. Isso porque, como já sabemos, como conclusão desse processo, a Argentina sustou definitivamente as compras de mate do Brasil em 1965.

Ainda que dissesse acreditar na possibilidade de reaver esse mercado, em março de 1966, o presidente Oliveira Franco reconheceu a gravidade da situação. Em seu relatório apresentado em reunião ordinária da Junta Deliberativa do INM, disse que “a grande produção argentina de Missões está exigindo, agora, a suspensão das nossas importações”. Chamou a atenção ainda para a existência de um acordo *Memorandum*, firmado entre Brasil e Argentina em 1965, que se encontrava em vigor, onde resolviam

<sup>128</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel Oliveira Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1965.

dar um “tratamento conjunto, sobretudo no que se refere ao equacionamento dos objetivos”<sup>129</sup>. Mas, como era perceptível, não vinha sendo e nem seria respeitado, pois em 1966 os argentinos apenas cumpririam os compromissos já firmados com os exportadores brasileiros no ano anterior.

### 3.2.1.2 – O mercado uruguaio

Ao analisarmos o mercado uruguaio e os resultados da ação do INM, devemos ter em mente duas questões principais: em primeiro lugar, os volumes totais importados por ele e seus valores; e, em segundo, os formatos que foram transacionados (se cancheado ou beneficiado) – o que, neste caso, deve nos levar a pensar nos volumes, nos valores e na importância relativa de cada formato.

Em termos de volumes totais, quando o INM foi criado em 1938, o Uruguai era o segundo mercado entre os tradicionais, recebendo 42% do que era exportado pelo Brasil. Sendo, de início, a grande maioria do que importava composta de mate beneficiado, permaneceria na segunda posição até meados da década de 1940, quando as suas compras ultrapassariam pela primeira vez as compras argentinas. Em 1944, enquanto as compras dos argentinos representaram 41%, as compras dos uruguaios, que assumiram a primeira posição, representaram 45%, sendo o restante dividido entre o Chile e uma diminuta parcela para os novos mercados<sup>130</sup>.

No entanto, a primeira posição dos uruguaios nesse momento era apenas em termos percentuais, não representando um aumento real nos volumes. Pelo contrário, em 1944, eles compraram menos mate brasileiro do que em 1938: enquanto nesse último ano os volumes totais haviam somado 23.914 t, em 1944 somaram 22.059 t. Nesse meio tempo, houve até mesmo reduções importantes, registrando as importações uruguaias 18.122 t em 1940 e 18.378 t em 1943<sup>131</sup>. Além do mais, contribuiu para que o Uruguai assumisse a primeira posição em 1944 o fato de a economia ervateira estar passando por uma fase de subprodução, que havia se iniciado no ano anterior e que

---

<sup>129</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Atas das Sessões da 1ª Reunião Ordinária da Junta Deliberativa do INM*, de 16 a 18/mar./1966. Rio de Janeiro, 1966.

<sup>130</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

<sup>131</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

terminaria em 1946, afetando as vendas para os mercados tradicionais, especialmente as vendas para a Argentina e o Chile.

Nos anos que se seguiram na segunda metade da década de 1940, não houve alterações significativas nos volumes se comparados com 1944, registrando uma média de 22.643 t. Nesse meio tempo, a Argentina até mesmo retomaria temporariamente a primeira posição nas importações de mate brasileiro em 1947 e 1948. Uma nova fase no intercâmbio com os uruguaios, em termos de volume, começaria a ser registrada apenas a partir de 1949, ano em que importariam 24.918 t do Brasil e retomariam à primeira posição – que manteriam em quase todos os anos daí em diante. Dessa vez, não se tratava apenas de assumir uma posição relativa, mas sim em termos reais, tendo 1949 excedido mesmo as “expectativas mais otimistas” dos dirigentes do INM, tendo seu presidente dito que a situação desse mercado “nunca foi tão próspera”<sup>132</sup>. Nesse ponto é interessante dizer que essa boa fase, como podemos observar a seguir na **Tabela 16**, não era apenas em termos de volume, mas vinha se dando também em termos de valores: percebemos como os mesmos vinham aumentando de forma intermitente já nos anos anteriores, chegando em 1949 à US\$ 7.288.040.

**Tabela 16: Uruguai – valores das exportações de erva-mate brasileira (de 1946 a 1967) – em dólares**

Ano	Valor total (US\$)	Ano	Valor total (US\$)
1946	5.765.745,00	1957	5.479.003,66
1947	6.564.000,00	1958	7.328.945,48
1948	6.227.000,00	1959	6.339.955,00
1949	7.288.040,00	1960	4.543.757,94
1950	7.658.420,00	1961	3.680.363,00
1951	9.498.100,00	1962	3.694.126,00
1952	8.524.505,00	1963	4.042.070,90
1953	n.d.	1964	3.933.620,00
1954	4.334.215,12	1965	3.011.058,00
1955	5.097.304,70	1966	n.d.
1956	6.277.304,12	1967	3.417.994,00

**Fonte:** para 1946-1965: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico* (Vários anos); para 1967: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968, p. 43.

**Nota:** Os valores totais das exportações só estão registrados nos documentos do INM em moeda nacional. O valor em dólares foi conseguido mediante a taxa de câmbio implícita constante em ESTADÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 345-351; p. 570-571. **N.d.** – dado não disponível.

<sup>132</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1950, p. 15-16.

Nos anos seguintes, tal situação, tanto em termos de volume quanto de valores, continuaria experimentando melhoras. Claro que isso não se deu de maneira constante. De forma mais ampla, ao longo de toda década de 1950, as vendas para o Uruguai conheceriam altos e baixos, ainda assim com alguns anos registrando volumes consideráveis, por exemplo, com pico de 29.510 t em 1954. Só em termos de volumes, com uma média de 25.158 t, poder-se-ia afirmar que essa tenha sido a melhor década para as exportações brasileiras de mate para o Uruguai. Mas isso também seu deu em termos de valores, mesmo passando igualmente por altos e baixos: o melhor ano dessa década registraria US\$ 9.498.100; além disso, afora a falta de dados para 1953, levando em conta os dados que temos disponíveis, o resultado é uma média interessante de US\$ 6.726.417.

Ainda que, com a ressalva de quedas nas vendas e nos valores nessa década, no geral, o mercado uruguaio foi muito importante para que a economia ervateira experimentasse uma fase de relativa estabilidade em termos de comércio exterior<sup>133</sup>. Contribuiu, sem dúvida, para isso, o fato de o Uruguai ter vivido nessa década o seu melhor momento em termos de crescimento econômico, ao menos até 1957. Entre 1945 e esse ano, o país vizinho registrou uma taxa anual de crescimento do Produto Bruto Interno (PBI) de 7,1 %; a maior taxa de crescimento desde a década de 1930, quando iniciou uma nova fase de desenvolvimento “para dentro” – como também o fizeram de forma muito semelhante outros países latino-americanos –, caracterizada pelo processo de substituição de importações (ANICHINI, 1969, p. 9).

Por outro lado, convém dizer também que, quando a década de 1950 começou, o Uruguai era tido pelo INM como um mercado “tradicionalmente conquistado” ou ainda que a posição do mate brasileiro ali era “perfeitamente sólida”<sup>134</sup>. Além do mais, com uma população de cerca de 2,3 milhões de habitantes em inícios da mesma década, já era o maior consumidor *per capita* de erva-mate – 12 kg – e parecia aos olhos dos exportadores brasileiros não comportar maiores aumentos<sup>135</sup>. Por esses motivos, o INM não fez grandes esforços de propaganda nesse país e suas ações e, pelo menos até fins

---

<sup>133</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

<sup>134</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1947, p. 48.

<sup>135</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1950, p. 15-16.

da década de 1950, foram adotadas em grande medida no sentido da manutenção do *status quo* e de negociar os formatos e tipos comprados (cancheada ou beneficiada) e os preços desses.

Em outras palavras, não é que não tenha havido nenhuma contribuição das medidas adotadas pelo INM para o aumento que ocorreu nas importações nessa década, mas cremos que o motivo tenha tido muito mais a ver com um aumento “natural” da demanda uruguaia, no sentido mesmo do aumento do consumo *per capita* e da existência de condições favoráveis naquele país para isso. De qualquer forma, o bom momento para o mate brasileiro nesse mercado não iria muito além. Amostras desse limite do mercado uruguaio e de que as medidas adotadas como resposta pelo INM foram pouco eficazes, encontramos já nas mudanças ocorridas no início da década seguinte.

Apesar das altas taxas de crescimento econômico que apontamos anteriormente, desde pelo menos 1955 o país começaria a se debater com problemas internos, mas cujos seus efeitos para o mate começariam a serem sentidos apenas alguns anos depois, mais exatamente a partir de 1960. A crise que foi se instalando no Uruguai incluía a contração nas suas exportações, “resultante da estagnação da produção pecuária e desvio de uma crescente parcela de produtos agrícolas para o consumo interno”, resultando na redução de divisas disponíveis e na obstaculização do seu desenvolvimento econômico (BAKLANOFF, 1970, p. 160). Em outras palavras, a “crise econômica se traduziu na visão de ruptura de uma ‘industrialização sem horizontes’, de um ‘agro estancado’ e sem mercados, de um ‘comércio exterior desequilibrado’”<sup>136</sup>. Nesse cenário, no início do ano de 1960, o país promoveu uma completa reforma no seu sistema cambial, o que “ocasionou um aumento de cerca de 80% no custo dos produtos importados”. Entre outros produtos vindos de fora, essa medida teria atingido fortemente a erva-mate, colocando a sua importação, segundo o presidente do INM, “em níveis financeiros praticamente proibitivos”<sup>137</sup>.

Os exportadores brasileiros bem que tentaram agir, por exemplo, decidindo em reuniões da Junta Deliberativa do INM, e com a aprovação da SUMOC, por uma redução de 30% nos preços do mate vendido aos uruguaio. Eles acreditavam que com isso

---

<sup>136</sup> URUGUAI. In *Enciclopédia Latino-americana*. São Paulo: Boitempo. Disponível em < <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/u/uruguai> >, consultado em dez./2018.

<sup>137</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1960, p. III.

conseguiriam, senão aumentar, ao menos manter as vendas nos níveis altos que vinham dos anos anteriores<sup>138</sup>. No entanto, tal medida não foi suficiente e, em 1960, o Uruguai importou seu volume mais baixo desde 1943: tão somente 19.967 t, enquanto que em 1943 havia importado 18.378 t<sup>139</sup>. Consequentemente também, nesse mesmo ano de 1960, o valor das importações, que já vinha de uma significativa baixa de 1959 em relação a 1958 – de US\$ 7.328.945 para US\$ 6.339.955 –, caíram ainda mais, registrando US\$ 4.543.757.

De qualquer forma, apesar do grande baque sofrido em 1960, era de se esperar que, por meio da ALALC, criada através do *Tratado de Montevideu* em fevereiro do mesmo ano, se chegasse a um acordo e que a situação se regularizasse no caso do mate e que os volumes voltassem a aumentar nos anos seguintes. Era de se esperar ainda, por fim, que uma possível melhora na situação interna do Uruguai também desse a sua contribuição nesse sentido. De fato, os volumes vendidos para esse mercado tiveram alguma recuperação, pelo menos até 1964, sem, no entanto, se igualarem aos bons momentos da década anterior ou apresentarem resultados duradouros. A média entre 1961 e 1964 seria de 22.351 t – no melhor ano, 1963, as vendas somariam 23.161 t<sup>140</sup>. Os valores totais das exportações, por sua vez, seriam ainda mais baixos nos anos seguintes a 1960: em 1961 eles registrariam US\$ 3.680.363 e em 1962 registrariam US\$ 3.694.126; até ensaiaram uma recuperação em 1963, quando, acompanhando um novo aumento nas vendas, somaram US\$ 4.042.070, mas começaram a cair novamente já no ano seguinte, quando registraram US\$ 3.933.620<sup>141</sup>.

Depois disso, o pior ainda viria a partir de 1965. Nesse ano o governo do Uruguai, enfrentando os efeitos da crise interna, que seguia se agravando, e adotando restrições de crédito, levaria a uma importação do Brasil de tão somente 12.730 t, quase 44% a menos do que as cotas que haviam sido liberadas pelo INM, que totalizavam 22.729 t<sup>142</sup>. Em outubro de 1966, embora não apresentando dados exatos para esse ano, o presidente do INM, tentando mostrar otimismo, dizia que o mercado uruguaio vinha reagindo e, entre janeiro e setembro, apresentava “volume já superior ao importado

---

<sup>138</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>139</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

<sup>140</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

<sup>141</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

<sup>142</sup> Nesse ano, o valor total das vendas, caindo ainda mais em relação aos anos anteriores, somaria US\$ 3.011.058 (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1965*. Rio de Janeiro: 1966).

durante o ano de 1965”. Ele completou mencionando sua participação em reuniões com os importadores de cancheada e beneficiada em Montevideú, “trocando ideias sobre o comportamento daquele mercado”, afirmando que “felizmente, há um ambiente de compreensão no tocante ao equilíbrio de 40 e 60% [na proporção] para cancheada e beneficiada”<sup>143</sup>.

Seja como tenha sido o ano de 1966, a redução drástica das vendas para o Uruguai em 1965 não seria um momento isolado. Era, na verdade, mais uma prova de que o INM era incapaz de lidar adequadamente com esse mercado, que havia se mostrado ao longo dos anos uma boa alternativa ao mercado argentino. Em outubro de 1966 até chegou a ser apresentada uma proposição na Junta Deliberativa, que pedia a “urgência” de se iniciar “intensas” campanhas de propaganda tanto no Uruguai como no Chile, como “única forma para restabelecer o consumo normal, quando não aumentá-lo”<sup>144</sup>. Segundo o presidente na ocasião, Harry Wekerlin, uma firma especializada até havia sido incumbida de “apresentar plano e orçamento, para que, também naquele mercado, seja iniciada o mais breve possível, a propaganda do nosso produto”<sup>145</sup>. No entanto, o INM não possuía recursos para tal campanha. Em um segundo parecer sobre a mesma proposição, o presidente do INM colocou de forma clara a situação, ao dizer que

o Orçamento do Instituto para o corrente exercício consigna [tão somente] uma verba de cerca de Cr\$ 10 milhões para a propaganda no país e no exterior. Tal fato nos impede de acolher a sugestão no corrente exercício, a não ser que o autor da proposta indique os recursos necessários à sua consecução<sup>146</sup>.

Nessas condições dizia o presidente que, “embora acolhendo com todo interesse a proposta”, sentia-se “no dever de informar que somente em 1967 poderá o assunto ser cogitado, isso mesmo dentro das limitações permissíveis na Proposta Orçamentária em objeto de exame por esta Junta”<sup>147</sup>. Uma das esperanças do presidente do Instituto era conseguir os recursos com o Governo Federal, o que, afinal, como

---

<sup>143</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Harry Carlos Wekerlin, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1966, p. v.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p. 119.

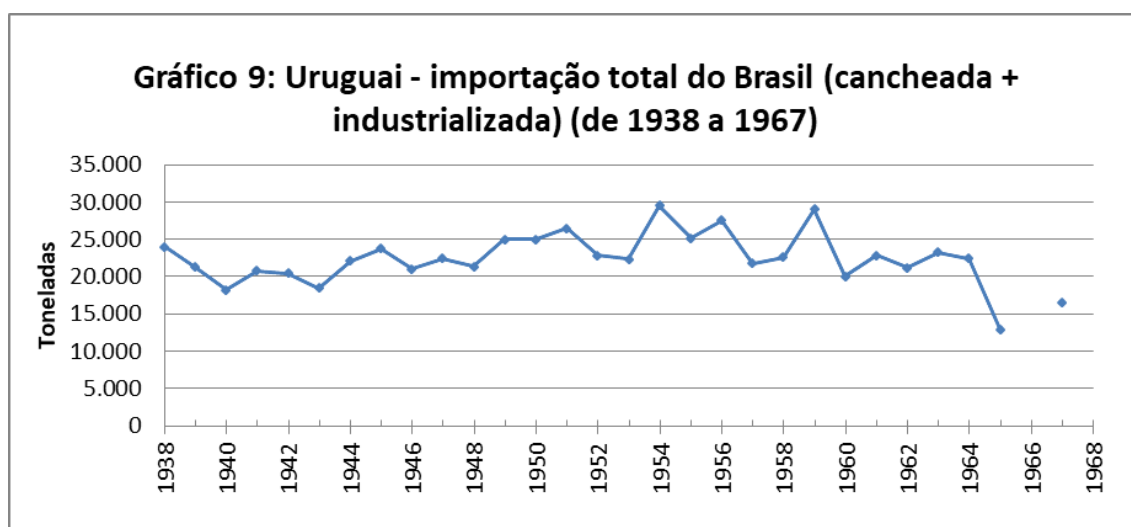
<sup>145</sup> PARECER sobre a Proposição n. 8. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Harry Carlos Wekerlin, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1966, p. 120.

<sup>146</sup> PARECER do presidente do INM sobre a Proposição n. 8. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Harry Carlos Wekerlin, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1966, p. 128.

<sup>147</sup> *Idem, Ibidem*.

ocorreu em outras tentativas, não teve sucesso. Como resultado, no ano de 1967 – que a partir de fevereiro a economia ervateira já não contaria mais com o INM – a importação uruguaia registraria mais uma vez reduzido volume, somando apenas 16.363 t, com valor total que – seguindo a baixa média dos anos 1960 – somaria US\$ 3.417.994<sup>148</sup>.

Enfim, em resumo, podemos afirmar que os seis anos na década de 1960 em que o INM efetivamente agiu – ou tentou agir – sobre o mercado uruguaio (1960-1966), serviram apenas como mais uma amostra da crise em que se encontrava a economia ervateira brasileira, cujo resultado fatal para a autarquia já sabemos.



**Fontes:** para 1938-1965: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos); para 1967: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968, p. 43.

No entanto, a essa altura do nosso texto devemos nos perguntar: o que mais explicaria a situação do mate no Uruguai nessa última década que, afinal, também daria sua contribuição para os questionamentos sobre a validade do INM e sua extinção em 1967? Já vimos que a posição do mate brasileiro nesse mercado – em todo período de vida do INM e não apenas na década de 1960 – não era tão “sólida” quanto se pensava. Por isso, a resposta para essa questão deve passar também pelo entendimento do segundo grande fator que mencionamos no início desse subitem: o formato de mate comprado do Brasil.

Embora não fosse área de ocorrência natural da erva-mate, desde fins do século XIX, havia sido criado no Uruguai um moinho de beneficiamento. Ali, como na

<sup>148</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968, p. 43.

Argentina, fora tentado o plantio que, no entanto, não teve o mesmo sucesso que tiveram os ervais de Misiones. Ainda assim, até a criação do INM, o número de beneficiadores uruguaios havia chegado a cerca de meia dúzia (LINHARES, 1969, p. 372-373). Para manter essa indústria, os uruguaios, desde o início, compravam cancheada brasileira. Até 1943, a cota desse formato em relação ao total de mate que nos importavam foi mantida pelo INM em menos que 15%. Depois disso, a partir segunda metade da década de 1940, essa percentagem seria levemente ultrapassada, ainda assim chegando a um máximo de 18,8%, por exemplo, em 1949<sup>149</sup>. De qualquer forma, começava a despertar preocupações por parte dos beneficiadores brasileiros que exportavam para o Uruguai.

Exemplo disso é um ofício de Ivo Leão, endereçado ao INM, de março de 1948. Grande industrial e maior exportador para esse mercado, ele pedia a atenção da Junta Deliberativa para o perigo de ocorrer com esse país o mesmo que havia acontecido com a Argentina, onde, segundo ele, “o tácito consentimento em suprir a Argentina de cancheada, olhando exclusivamente o resultado imediato, proporcionou a essa nação, a sua emancipação como consumidora de nosso mate”<sup>150</sup>. Embora saibamos que não tenha sido apenas por causa dos favores das nossas autoridades que a Argentina se tornou produtora e compradora apenas de cancheada brasileira, de qualquer maneira, tal documento não deixava de ser uma importante amostra da preocupação com “os problemas” que poderiam resultar de se alimentar os moinhos de Montevideú.

O ano anterior a esse ofício de Ivo Leão havia sido ruim para as vendas brasileiras para o Uruguai, assim como seria também 1948, o que deve ter alimentado o ponto de vista de Ivo Leão entre os beneficiadores brasileiros. No entanto, com o início de uma fase de aumentos importantes nos volumes e nos valores das vendas para esse mesmo país que se iniciou já em 1949, os alertas em relação à venda de cancheada parecem ter ressoado menos do que se esperava entre os dirigentes do INM e conselheiros da sua Junta Deliberativa. Ao menos por algum tempo.

---

<sup>149</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1944*. Rio de Janeiro: 1945; *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1948, p. 15; *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1961, p. 126.

<sup>150</sup> OFÍCIO de Ivo Leão ao INM, de 16/mar./1948. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1948, p. 76.

O certo é que as cotas de cancheada estabelecidas pelo INM continuaram sendo ultrapassadas e os seus volumes continuaram aumentando. Se esses últimos não eram maiores ainda era porque essas cotas eram mantidas a certo custo pelo INM, que controlava as saídas de cancheada como, por exemplo, por meio da suspensão do fornecimento de guias de controle, durante certos meses do ano<sup>151</sup>. Mas diante da pressão dos moinhos uruguaios, o percentual de cancheada não pararia de crescer. Em 1950 ele passaria pela primeira vez de 20% – registrando na realidade 21,1%. No restante dessa década esse número se aceleraria, até chegar a 42,5% em 1959<sup>152</sup>. Tal avanço, ao mesmo tempo em que animava os exportadores de cancheada, preocupava cada vez mais os beneficiadores brasileiros, que a cada ano viam de forma mais clara diante de si a possibilidade de perder seu importante mercado. Não que os beneficiadores brasileiros não protestassem antes, como vimos, mas, até então, os volumes de “matéria prima” que para esse mercado rumavam, pareciam toleráveis aos dirigentes do INM pois, ao mesmo tempo em que aumentavam as vendas de cancheada, aumentavam também as de beneficiada. Dessa forma, houve certa aceitação da situação, mesmo que fosse para manter uma indústria ervateira “artificial” e concorrente da brasileira. Afinal, em último caso também, o que importava era ter para quem vender mate e isso vinha acontecendo.

No entanto, ao longo do ano de 1961, na segunda presidência de Cândido Mader, a questão ganhou importante embate na Junta Deliberativa do INM entre os exportadores de cancheada e os exportadores beneficiadores. É que havia algum tempo estava em vigor a Resolução 599, que definia as cotas de cancheada e beneficiada na proporção de 35% e 65%, respectivamente<sup>153</sup>. O problema é que, na prática, como vimos, desde 1958 não vinha sendo respeitada nem pelos moinhos uruguaios, que pleiteavam maior proporção fixa de cancheada, nem pelos exportadores brasileiros desse formato<sup>154</sup>.

---

<sup>151</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1950, p. 18.

<sup>152</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Cândido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1961, p. 126.

<sup>153</sup> REGULARIZAÇÃO do mercado externo do mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 01452, 10/jan./1960.

<sup>154</sup> PORCENTAGEM para a exportação de erva-mate para o Uruguai. *Diário da Tarde*. Curitiba: Propriedade da Viúva Hildebrando de Araújo, n. 20.418, 12/ago./1961, p. 5.

O assunto foi então discutido pela Junta Deliberativa que decidiu, em sessão de 21 de março, confirmar uma decisão anterior do presidente da autarquia que havia estabelecido em caráter conciliatório as proporções 40% e 60%<sup>155</sup>. Entretanto, o representante do governo do Paraná, José Lacerda Júnior, discordando da decisão, recorreu ao Presidente da República, por intermédio do Ministério da Indústria e Comércio, tendo conseguido prover recurso, que resultou na Resolução 656, que autorizava “a exportação para aquele mercado dentro dos limites do recurso provido”, ou seja, 35% e 65%, respectivamente para cancheada e beneficiada<sup>156</sup>.

Mas a questão não havia se encerrado, tendo então o presidente do INM, Cândido Mader, planejado uma reunião entre os exportadores brasileiros e os *molineros* uruguayos, na intenção de conciliar os interesses em jogo. Em resposta, os industriais brasileiros, que não estavam dispostos a ceder, logo se manifestaram. Ivo Leão, então presidente do Sindicato das Indústrias de Mate do Paraná e também representante dos industriais paranaenses na Junta Deliberativa, através do jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, se manifestou defendendo a Resolução 656 e afirmou ser desnecessária a intencionada reunião do presidente do INM, por tratar-se de “interesses descabidos dos fornecedores de nossa matéria-prima”. Finalizou ele colocando a ação da autarquia nos seguintes termos:

O Instituto é um órgão paraestatal, que obedece à política econômica do Governo da República. Este é quem dá a última palavra sobre assuntos ervateiros. A posição do Instituto Nacional do Mate, não é apenas cumprir ordens, mas, sim, entrosar-se nessa política, adotá-la como sua própria e tudo fazer nesse sentido<sup>157</sup>.

No entanto, o presidente do INM, secundado por parte importante da Junta Deliberativa, dessa vez fez prevalecer o seu ponto de vista, favorável à conciliação de interesses com os exportadores de cancheada e os industriais uruguayos, ainda mais tendo em vista as péssimas vendas do ano anterior. Baixou-se então a Resolução 663, em 9 de agosto de 1961 que, segundo Cândido Mader, “resolveu o problema do mate

---

<sup>155</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1960, p. [112-113].

<sup>156</sup> LUTA entre industriais de mate e os exportadores de cancheada. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: S.A. Diário de Notícias, n. 11.821, 28/maio/1961, Primeira Seção, p. 5.

<sup>157</sup> A PEDIDOS. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: S.A. Diário de Notícias, n. 11.824, 1/jun./1961, Primeira Seção, p. 5.

cancheado para o Uruguai, contentando a todos, isto é, a produtores e exportadores”<sup>158</sup>. Fixou-se assim as proporções em 40% para a cancheada e 60% para a beneficiada, o que, de acordo com essa última resolução teria validade até 31 de dezembro de 1964, estando “revogadas as resoluções 611, 651 e 656 e quaisquer outras disposições em contrário”<sup>159</sup>.

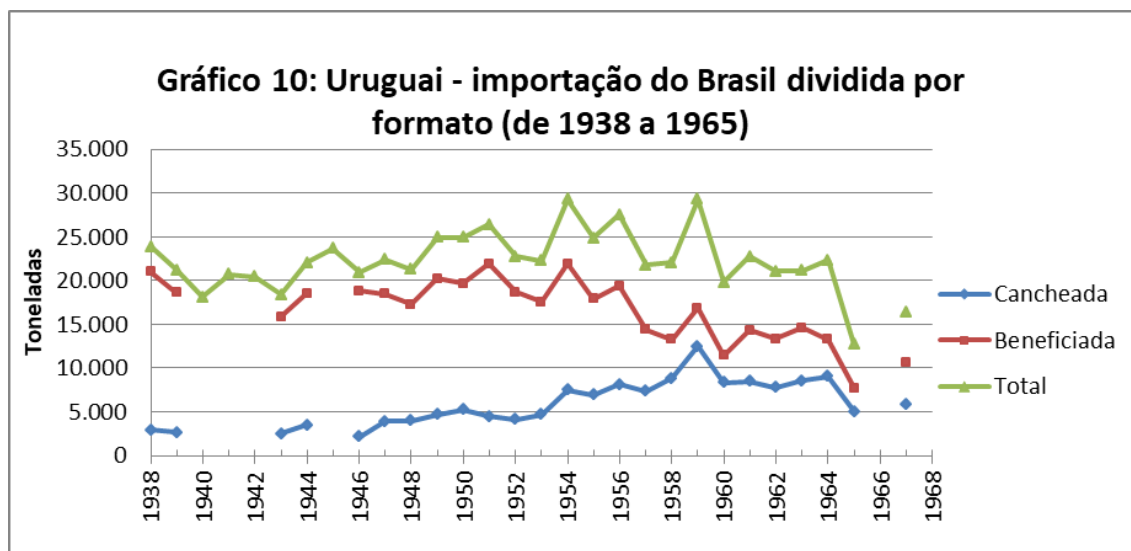
Nessa ocasião, tinha-se claro o medo de perder o mercado uruguaio, ainda mais depois do péssimo ano que fora 1960. Dessa forma, a continuidade das exportações mediante o aumento cota de cancheada, ainda que em relativo detrimento dos interesses da classe dos industriais beneficiadores – além de resultar em menor arrecadação para o INM e menor geração de divisas para o governo brasileiro –, era uma saída possível. Em outro sentido, pairava sobre o mate brasileiro a ameaça de que se não vendessem cancheada, os argentinos ou até mesmo os paraguaios o fariam. Enfim, ao iniciar a década de 1960, isso era claramente colocado como uma questão de sobrevivência: ou o INM aceitava vender cancheada, ou perderiam um de seus grandes mercados.

Mas, mesmo com essas concessões, que garantiram a continuidade das exportações para o Uruguai em níveis importantes por pelo menos mais alguns anos, os problemas não estavam de todo resolvidos. Isso ficaria claro em 1965, ano em que, como nós vimos, as vendas para esse país teriam tão drástica queda, somando apenas 12.730 t. Do ano de 1966 não possuímos dados, mas o dado de 1967 – 16.363 t – confirma, igualmente, essa situação: a cota de cancheada foi reduzida novamente para 35%, mas o custo foi alto, pois reduziu-se com isso também o volume total exportado.

---

<sup>158</sup> ERVATEIROS estão tranquilos com últimas providências do INM. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: S.A. Diário de Notícias, n. 11.894, 22/ago./1961, Primeira Seção, p. 6.

<sup>159</sup> PORCENTAGEM para a exportação de erva-mate para o Uruguai. *Diário da Tarde*. Curitiba: Propriedade da Viúva Hildebrando de Araújo, n. 20.418, 12/ago./1961, p. 5.



**Fontes:** para 1938-1939: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório Nº 3 das Divisões da Defesa da Produção e de Controle do Mercado, apresentado à Diretoria do INM*. Rio de Janeiro: INM, mar./1940, p. [105]; para 1943-1944: *Boletim Estatístico de 1944*. Rio de Janeiro: 1945; para 1946-1947: *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1948; para 1948-1960: *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1961; para 1962: *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1963; para 1963: *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1964; para 1964-1965: *Boletim Estatístico de 1965*. Rio de Janeiro: 1966; para 1967: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968, p. 43.

Nesse ponto, devemos evocar uma tese de Samuel Guimarães da Costa. O mesmo, que fora importante jornalista paranaense e membro de família tradicional no meio ervateiro, criticou a falta de flexibilidade dos membros da Junta Deliberativa. Segundo ele, se o INM tivesse olhado de uma forma diferente a questão da venda de cancheada para o mercado uruguaio – ou outros possíveis compradores que a quisessem para beneficiamento nos tipos tradicionais ou para qualquer outro aproveitamento industrial em seus territórios –, o destino da economia ervateira, e mesmo do INM, teria sido outro. Esse seria mesmo o caminho que o Instituto deveria ter seguido, “um novo esquema econômico para o mate”, aquele “que consiste apenas nisto: incrementar a exportação do mate, facilitando por todas as formas a saída do produto primário, isto é, na sua forma de ‘cancheada’” (1995, p. 82-83). Isso porque esse autor via o beneficiamento dos tipos tradicionais como apenas uma “etapa complementar e secundária ligada à preparação e apresentação do produto para o consumidor final”.

Portanto, Guimarães da Costa pensava diferente de outros interessados da economia ervateira, como Ivo Leão e Hans Jordan, por exemplo. Esses últimos – como vimos, quando falamos sobre as malogradas pretensões de firmas estrangeiras em

instalar fábricas de mate solúvel –, entendiam o mate cancheado como matéria prima e labutavam para “proteger” o que consideravam a “indústria nacional”. A seu modo, eles se inseriam no contexto da economia brasileiro da época, com a ideia de evitar a condição de simples exportadores de matéria prima. Mas Guimarães da Costa, por sua vez, não via o mate cancheado como matéria prima, mas sim como “produto primário” – a exemplo do café em grão –, que poderia e deveria sim alimentar o comércio da erva-mate brasileira, como questão de sobrevivência, mas não foi o que ocorreu (*Ibidem*, p. 76).

Seguindo esse raciocínio, devemos ter em mente que, em geral, o mate cancheado seria mais acessível aos importadores uruguaios, que viveram momentos difíceis na década de 1960. Depois do grande desenvolvimento vivido no período 1945-1957, a economia uruguaia passou a enfrentar graves problemas, com uma taxa de crescimento anual do PBI de -0,5% no período 1957-1968. O endividamento do país era alto, a balança comercial era deficitária, portanto, se encontrava com problemas para manter importações prioritárias, como os bens intermediários e de capital necessários para manter suas indústrias (ANCHINI, 1969, p. 9). Conseqüentemente, o país tinha ainda mais dificuldades para manter importações não-prioritárias, como era o caso do mate – o beneficiado, sobretudo. Além disso, segundo Di Segni e Mariani, dado o aumento do custo de vida, consequência da hiperinflação e também do aumento dos custos de importação, o consumo *per capita* do mate vinha se reduzindo ano a ano, se “achicando”, como dizem os autores, em cerca de 50% no período considerado (1969, p. 183).

Nesse cenário, dado o diferencial de preços, o mate cancheado exigiria bem menos das escassas divisas uruguaias. Isso possibilitaria que os nossos vizinhos mantivessem suas compras em níveis mais altos do que vinham fazendo e, quem sabe, pudessem aumentá-las ainda mais à medida que a sua economia fosse se recuperando. Nesse sentido, a **Tabela 17** – apesar de ter mais lacunas que a tabela que mostramos anteriormente com os valores totais das exportações para esse país – nos ajuda a ter alguma ideia do que estamos dizendo em relação a essa diferença dos preços da cancheada em relação aos preços da beneficiada.

**Tabela 17: Uruguai – valores das exportações de erva-mate brasileira (de 1946 a 1967, alguns anos) – em dólares**

Ano	Valor total		Valor médio da tonelada	
	Cancheada	Beneficiada	Cancheada	Beneficiada
1946	499.785,00	5.265.960,00	233,00	280,00
1947	1.014.000,00	5.550.000,00	260,00	300,00
1948	1.040.000,00	5.187.000,00	260,00	300,00
1949	1.217.840,00	6.070.200,00	260,00	300,00
1950	1.372.020,00	6.286.400,00	260,00	320,00
1951	1.379.190,00	8.118.910,00	310,00	370,00
1952	1.333.475,00	7.191.030,00	325,00	385,00
1956	1.751.605,00	n.d.	215,00	n.d.
1957	1.759.440,00	n.d.	240,00	n.d.
1958	n.d.	3.788.928,00	n.d.	286,00
1959	2.455.276,80	3.884.678,20	196,80	230,73
1960	1.641.508,80	2.902.249,14	196,80	253,67
1961	1.317.728,00	2.362.635,00	155,50	165,00
1962	1.013.977,40	2.260.851,60	130,29	169,70
1963	1.353.428,00	2.688.642,90	158,00	184,21
1967	1.074.180,00	2.343.814,00	186,01	221,35

**Fonte:** para o período 1946-1963: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos); e CODEPAR, 1964, vol. 2, p. 8/54; para 1967: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968, p. 43.

**Nota:** os valores totais das exportações só estão registrados nos boletins do INM em moeda nacional, sendo que apenas para parte dos anos constam dados em dólares em outros documentos do Instituto. Por isso, ressalvadas as diferenças de uma fonte para outra, achamos útil fazer a conversão para moeda estrangeira com base nas taxas de câmbio implícita constantes nas ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 570-571. Para conseguir o valor médio da tonelada, dividimos valor total em dólares pelo volume total exportado de cada formato no ano. **N.d.** – não disponível.

Portanto, acreditamos que vender uma porção maior de cancheada poderia ter sido sim uma medida alternativa adotada pelo INM, ao menos em curto ou mesmo em médio prazo. No entanto, os beneficiadores e exportadores desse formato, mantiveram-se irredutíveis em suas posições e conseguiram barrar novas mudanças na proporção de cancheada que rumava para o Uruguai, que seguiu sendo de 40% até 1966, conforme atesta o último presidente do INM, e depois, em 1967, reduziram-se novamente para 35%<sup>160</sup>. Claro que, ligando isso ao que vimos dizendo sobre a condição desse mercado, nós percebemos com os dados da tabela acima como os preços do mate brasileiro que

<sup>160</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Harry Carlos Wekerlin, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1966, p. v; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968, p. 43.

para lá rumava foram se desvalorizando ao longo dos anos, se encontrando em 1967 – apesar de ter mostrado alguma reação no final – muito abaixo do que eram em 1946, isso tanto para um quanto para outro formato. Mas, concomitantemente, também devemos notar que, como resultado, os valores totais das exportações de cancheada em 1967 seriam 56,25% menores do que em 1959; da mesma maneira que os valores das exportações de beneficiada também cairiam, sofrendo uma variação de -39,67% no mesmo espaço de tempo. De resto, o desenrolar da história nesse mercado e como consequência do que aconteceu com ele já sabemos bem, tanto para a economia ervateira brasileira como para o Instituto Nacional do Mate.

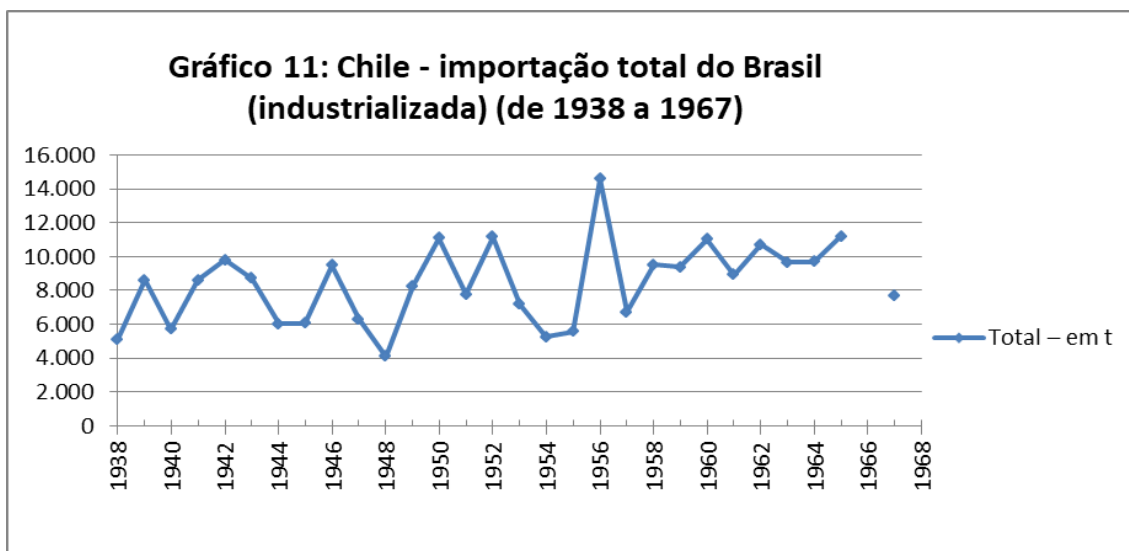
### 3.2.1.3 – *O mercado chileno*

Comprando exclusivamente erva-mate beneficiada o Chile era, em 1938, e assim continuou sendo até 1967, o terceiro na ordem de importância entre os mercados tradicionais do mate brasileiro. O que mudou ao longo dos anos foram os volumes, os preços e os valores totais das importações, que sofreram constantes e, por vezes, fortes oscilações, causadas por problemas internos do Chile, ora políticos, ora econômicos, ou mesmo pela soma dos dois. Em meio a esses problemas, a falta de divisas nesse país se mostrou algo recorrente.

Como podemos ver no **Gráfico 11**, em termos de volume, a média das importações chilenas de mate brasileiro na década de 1940 foi de 7.308 t, tendo uma leve melhora na década de 1950, registrando 8.827 t. Depois disso, se tomarmos todo o período 1960-1967, chegou a haver mais uma leve melhora, com uma média anual de 9.842 t. No entanto, com números bastante instáveis de ano para ano, o Chile esteve longe de criar uma alternativa segura para aos demais mercados tradicionais, necessária especialmente diante dos problemas que os outros dois (Argentina e Uruguai) apresentaram para o mate brasileiro na última década. Em geral, com exceção de 1956, quando comprou do Brasil 14.592 toneladas, no restante do período 1938-1967, o Chile nunca importou mais que 12.000 toneladas – em realidade, a maior parte desse tempo, ele comprou menos que 10.000 t<sup>161</sup>.

---

<sup>161</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).



**Fontes:** para 1938-1965: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos); para 1967: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968, p. 43.

A situação das vendas brasileiras para esse país fica ainda mais clara quando nós temos em mente os valores totais e os preços pagos pelo nosso mate ao longo dos anos. Nesse sentido, conforme podemos observar na **Tabela 18**, que apresenta dados do período 1946-1967, a média do valor total das vendas para o Chile nos anos 1946-1949 foi de US\$ 1.514.728,75; depois disso, assim como ocorreu com os volumes, a média dos valores totais apresenta uma melhora na década de 1950, registrando US\$ 2.217.555,80; e, em seguida, voltando a sofrer quedas, os valores totais registrariam uma média de US\$ 1.951.855,36 no período 1960-1967 – não incluindo o ano de 1966, que não possuímos dados. Por sua vez, em termos de preços, podemos observar que, no período 1946-1949, a tonelada foi vendida em média a US\$ 215,00, chegando à média de US\$ 260,65 a tonelada com a melhora ocorrida na década de 1950. No entanto, seguindo-se um período de crises no Chile na década seguinte, a tonelada de mate comprada do Brasil passaria a valer, em média, US\$ 199,11 entre 1960 e 1967 (mais uma vez com a exceção de 1966).

**Tabela 18: Chile – valores das exportações de erva-mate brasileira (de 1946 a 1967) – em dólares**

Ano	Valor total	Valor médio da tonelada	Ano	Valor total	Valor médio da tonelada
1946	2.042.070,00	215,00	1957	2.115.855,00	315,00
1947	1.356.435,00	215,00	1958	2.999.745,00	315,00
1948	885.800,00	215,00	1959	2.586.394,00	275,50
1949	1.774.610,00	215,00	1960	3.039.316,00	275,50
1950	2.273.245,00	205,00	1961	1.677.991,20	188,20
1951	1.596.540,00	205,00	1962	1.973.378,00	188,20
1952	2.175.615,00	195,00	1963	1.730.396,30	188,20
1953	1.775.436,00	247,00	1964	1.831.495,00	188,20
1954	1.488.863,00	283,00	1965	1.901.325,00	169,80
1955	1.574.329,00	283,00	1966	n.d.	n.d.
1956	4.129.536,00	283,00	1967	1.509.086,00	195,70

**Fonte:** INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos); CODEPAR, 1964, vol. 2, p. 8/54; para 1967: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968, p. 43.

**Nota:** os valores totais das exportações só estão registrados nos boletins do INM em moeda nacional, sendo que apenas para parte dos anos constam dados em dólares em outros documentos do Instituto. Por isso, ressaltadas as diferenças de uma fonte para outra, achamos útil fazer a conversão para moeda estrangeira com base nas taxas de câmbio implícita constantes nas ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 345-351; p. 570-571. **N.d.** – dados não disponíveis.

Mas vejamos um pouco mais sobre o que se sucedeu nesse mercado. Uma coisa que alentava os exportadores brasileiros era o fato de o Chile ser comprador exclusivamente de beneficiada, portanto, com um valor agregado maior. No entanto, em 1946, essa situação chegou a ser ameaçada. Num impulso que podemos inserir no processo mais amplo de substituição de importações, que desde a década de 1930 já se encontrava em curso no Chile – e outros países da América Latina –, em 1946 surgiu a ideia de se criar uma “indústria chilena do mate”. Segundo o presidente do INM, um poderoso grupo capitalista, de larga projeção e influência política pretendia resolver a terrível crise do enxofre em que se debatiam, “criando uma indústria moageira de mate, com cujos lucros julgavam poder suprir os déficits da outra”<sup>162</sup>. Ainda segundo o

<sup>162</sup> As influências políticas e financeiras que procuravam estabelecer a indústria ervateira chilena incluíam o próprio Ministro da Economia do país, Manoel Hidalgo, aliás, o autor da ideia, cuja discussão em 1946 corria adiantada no Conselho de Comércio Exterior chileno. Ali o Deputado Eduardo Alessandri, filho do ex-Presidente da República e então Senador Arturo Alessandri, juntamente com homens ligados à indústria do enxofre, batiam-se pela pronta execução da ideia, tendo Manoel Hidalgo ido previamente à Argentina, onde estudara o assunto e “procurava interessar nossos concorrentes platinos, associando-se ao projeto” (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1946, p. 13).

presidente do INM, várias notas foram enviadas ao Itamarati pela Embaixada Brasileira naquele país, onde “pusera a par o Instituto da proposta que nos fazia referido grupo de comprar, ao invés de mate beneficiado, dez milhões de quilos de cancheada, para o estabelecimento ali da indústria moageira do mate”, sob pena “de passarem a suprir-se da matéria prima na Argentina”, caso os brasileiros se negassem a vender-lhes.

Diante dessa ameaça a reação do INM, evidentemente, foi contrária, considerando que uma vez fosse aceita essa proposta, a mesma representaria “o retrocesso nosso, passando a fornecedores de matéria prima num mercado onde nossa indústria do mate já se fixara há quase um século”<sup>163</sup>. O INM então procurou se movimentar e a ideia foi debelada através de negociações diplomáticas e também por ser economicamente inviável. O presidente do INM se fez presente, acompanhado por uma comissão técnica brasileira, convencendo aos interessados de que para a alimentação das novas indústrias de beneficiamento seria preciso conseguir matéria prima com custo muito mais elevado do que os outros países beneficiadores, especialmente Brasil e Argentina, que a tinham à mão. Em reunião no Chile o presidente do INM afirmou aos presentes que a indústria a se instalar ali “seria artificial e deficitária”, estando o Brasil, por outro lado, em condições de continuar fornecendo o mate já industrializado “e por um preço muito razoável, que de maneira nenhuma poderia ser oferecido ao consumidor chileno por uma indústria nacional que ali se estabelecesse, dependendo de nossa matéria prima”<sup>164</sup>. E ele tinha razão ao chamar a atenção para os preços do mate beneficiado que os chilenos importavam do Brasil, que em 1946 custava em média US\$ 215,00 a tonelada. Esse valor era inferior ao que os uruguaios pagavam pela beneficiada brasileira (US\$ 280,00, a tonelada) – era menor até mesmo que o que esses últimos pagavam pela nossa erva cancheada (US\$ 233,00, a tonelada) (**Tabelas 17 e 18**).

Os membros da referida comissão do INM fizeram questão de promover entendimentos também na Argentina e no Uruguai, a fim de evitar que os argentinos vendessem sua cancheada para o Chile e evitar que os uruguaios, por sua vez, revendessem parte da cancheada que compravam do Brasil. Com esse propósito estiveram como assessores do presidente do INM o então Deputado Hans Jordan,

---

<sup>163</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>164</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1946, p. 10.

industrial e exportador (de cancheada e beneficiada) de Santa Catarina, Fido Fontana, industrial do Paraná, na ocasião presidente da Associação Comercial do Paraná, e no Uruguai participou também Agostinho Leão Junior, o maior exportador de erva-mate industrializada para aquele país. Ao final, a viagem foi considerada um “êxito completo”<sup>165</sup>. Para isso concorreu também o fato de, no Chile, os interessados brasileiros terem contado com o apoio fundamental do Presidente recém-eleito, Gabriel Gonzalez Videla que, segundo o presidente do INM, assegurava que “jamais aprovaria a criação de qualquer indústria competidora das nossas, especialmente a do mate”<sup>166</sup>.

Afinal, o desfecho favorável veio no ano seguinte, quando Brasil e Chile assinaram um *Tratado*, no qual, entre outras coisas, ficou acordado “que fosse elevado para dez milhões o nosso contingente de erva-mate não sujeito a licenças de importação” e, o mais importante para os beneficiadores brasileiros, é que conseguiram “declaração expressa de que o Chile não permitirá a criação da indústria ervateira”<sup>167</sup>.

Mas, se por um lado se conseguiu, ao longo do período 1938-1967, garantir que o único formato vendido para o Chile fosse o beneficiado, por outro devemos lembrar que esse mercado continuou sendo muito instável. Mostra disso é que, apesar de constar no referido *Tratado* o contingente de 10 milhões de quilos sem necessidade de licença de importação, as compras chilenas só atingiram essa marca em 1950, quando somaram 11.089 t. Ainda assim, como vemos no **Gráfico 11**, desse ano até 1967, apenas em cinco oportunidades esse contingente seria atingido.

Com exceção de 1956, nos demais anos de consideráveis volumes de importações de mate brasileiro, certamente contribuíram as eventuais melhoras na situação econômica chilena. Assim foi, por exemplo, em alguns anos da década de 1950, quando o cobre – principal produto de exportação do país – viveu momento relativamente favorável. Foi também o que aconteceu entre os anos 1959 e 1962 quando, depois de uma longa crise, o país viveu um breve período de tranquilidade econômica e de desenvolvimento no início do governo de Jorge Alessandri. Esse período positivo favoreceu o aumento dos volumes de erva-mate comprados do Brasil, especialmente em 1960 (11.032 t), mas também, de certa forma, em 1962 (10.696 t).

---

<sup>165</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1946, p. 6.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>167</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1947, p. 8.

Em outros termos, podemos apontar para os valores das vendas, em dólares (**Tabela 18**). Eles se mostram coincidentes com os bons momentos das vendas, ou seja, com os aumentos nos volumes, em alguns anos ao longo década de 1950 e início da década de 1960. Foi assim no ano de 1950 (US\$ 2.273.245,00) e em 1952 (US\$ 2.175.615,00), chegando aos valores de 1956 (US\$ 4.129.536,00) e voltando a ter um último pico – embora já menor que o anterior – em 1960 (US\$ 3.039.316,00). Claro que, em meio a esses anos bons, ocorreram fortes oscilações nos mesmos valores totais das exportações brasileiras para o Chile, com quedas bruscas, como as que verificamos em 1954 (US\$ 1.488.863,00) e depois em 1961 (US\$ 1.677.991,20). Claro também que os preços que, a partir de 1952, iniciaram uma tendência de aumento – chegando a US\$ 315,00 o valor médio da tonelada em 1957 –, começaram a cair de forma cada vez mais significativa a partir de 1959, chegando a serem pagos em média US\$ 169,80 a tonelada em 1965.

Assim, apesar dos bons momentos vividos pelo mate brasileiro nesse mercado, as constantes limitações nas importações chilenas se mostraram eventos mais recorrentes ao longo dos anos, causadas por problemas internos e externos que afetavam a economia nacional. Isso porque, ainda dependendo em grande medida das vendas e dos preços internacionais pagos pelos seus poucos produtos de exportação, o Chile sofria com a diminuição de sua capacidade de importar, resultado das repetidas carências de divisas (CANO, 2000, 300-303). Assim foi em parte da década de 1950 e, também, depois do breve período de acelerado crescimento econômico (1959-1962), quando o país voltou a enfrentar uma nova crise cambial, que entre outros efeitos provocou novas restrições até mesmo para as importações consideradas de primeira necessidade, quanto mais para a importação de erva-mate.

Mas, além dos problemas do próprio país, outro aspecto importante a ser considerado, sem dúvida, é quanto à propaganda do mate brasileiro feita por lá. Sabemos bem que o INM dedicou grandes esforços para conquistar novos mercados até meados dos anos 1950 e, nessa mesma década, passou a dedicar especial atenção ao mercado interno brasileiro. Enquanto isso, muito menos atenção foi dada à propaganda nos mercados tradicionais. Ainda assim é de se notar que, nos primeiros anos, o INM dispensou ainda menos atenção ao Chile em comparação com os outros dois “mercados velhos”. De qualquer forma, cresceu ao longo da década de 1940 e principalmente da década de 1950 a ideia de que o Chile era um mercado apenas parcialmente

conquistado, que precisava receber melhor atenção, dada sua grande população e o seu consumo *per capita* de erva-mate que era considerado pequeno, ainda mais se comparado com o Uruguai que, com uma população muito menor, tinha o maior consumo *per capita* de mate de todos.

Segundo Linhares, no Chile o consumo do mate se dava no Sul e no Centro, sendo que a região Norte o desconhecia completamente (1969, p. 367). No país como um todo o mate tinha como principal concorrente direto o chá da Índia, mas em seu favor pesava, ao menos hipoteticamente, o fato de custar bem menos que esse último, além do fato de o mate cumprir seu papel de equilíbrio na balança comercial Brasil-Chile. Agora, o que pesava contra o mate brasileiro era o fato de o chá da Índia contar desde muito tempo com vultosos investimentos em propaganda, que, além do mais, tinham regularidade e organização (*Ibidem*, 369-370). Nesse sentido, apesar das recorrentes limitações internas apontadas entendia-se que, com propaganda sistemática e bem feita, o Chile poderia consumir muito mais mate e de forma mais estável do que vinha fazendo.

Entretanto, com o passar do tempo, dada a recorrente falta de recursos, ficou cada vez mais claro que o INM não poderia arcar sozinho com as ações necessárias nesse mercado. É assim que, na segunda metade dos anos 1950, com as dificuldades orçamentárias e também para conseguir recursos extraorçamentários, os dirigentes do INM, cada vez mais conscientes de suas limitações, procuraram incentivar ações por parte da iniciativa privada. Não que já não o fizessem desde o início mas, desse período em diante essa passou a ser uma opção, ao que lhes parecia, com melhores chances de resultados positivos. Assim é que surgiu a Exportadora de Mate do Brasil (EMABRA), sociedade anônima que, como já vimos em outro momento, formou-se no início de 1959 pela grande maioria das firmas do Paraná e de Santa Catarina<sup>168</sup>. Essas firmas, de sua parte, não estavam contentes com os resultados alcançados até aquele momento pela ação exclusiva do INM. Sobre isso, aliás, Algacyr Munhoz Mader, o primeiro presidente da EMABRA comentou que, a seu ver,

---

<sup>168</sup> Formada com capital inicial de Cr\$ 5 milhões, a EMABRA esperava contar nos anos seguintes com mais recursos, “graças à retirada de seis cruzeiros por dólar do mate exportado, durante um prazo de quatro anos”, devendo assim alcançar um capital da ordem aproximada de Cr\$ 300 milhões a Cr\$ 500 milhões (ERVATEIROS do país lançam nova ofensiva na conquista de mercados: criada a EMABRA. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados/S.A. Diário do Paraná, n. 01149, 14/jan./1959, Primeiro Caderno, p. 8).

os esforços fragmentários que o INM vinha desenvolvendo no setor da propaganda, sem dúvida, carentes da indispensável continuidade, não poderiam produzir os resultados que agora se podem esperar da sistemática adotada<sup>169</sup>.

Fato importante ainda é que visando, entre outras coisas, a expansão do mate no exterior, houve uma aproximação entre a EMABRA e a Confederação das Cooperativas de Produtores, entidade criada também no início de 1959, pelo Ministro da Agricultura<sup>170</sup>. Essa aproximação resultou na elaboração de um *Convênio*, com duração de cinco anos, e a constituição de um fundo cuja orientação estaria a cargo de uma comissão composta por um representante da EMABRA, um das Federações de Cooperativas, mais um do INM e um da Cacex do Banco do Brasil<sup>171</sup>. O presidente que assumiu o INM em março de 1959, Pedro Firman Neto, se mostrou bastante entusiasmado com esse acordo, dizendo:

Os planos elaborados, tanto por uma como pela outra organização, solicitamente aceitos e apoiados pela Cacex, tendentes a obter, como adiantamento, uma parcela dos fundos de ágios para a imediata instalação de fábricas de mate solúvel e início de pesquisas no exterior, marcaram o início de uma etapa objetiva, que de nenhum modo pode parar e merece ser empolgada por este Instituto junto aos Poderes Públicos<sup>172</sup>.

Assim, de sua parte, o próprio Instituto procurou ajudar à EMABRA e à Confederação das Cooperativas de Produtores na sua empreitada. Primeiro, em 1960, ao incluí-las em uma minuta de emenda ao Orçamento Geral da União apresentada aos Deputados Federais, “estipulando a dotação de duzentos milhões de cruzeiros para financiamento da instalação de fábricas de mate solúvel, [...] bem como para financiamento e melhoria da produção”<sup>173</sup>; valor que, afinal, como já dissemos em outro

---

<sup>169</sup> PROPAGANDA racional para brasileiro beber mais mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados/ S.A. Diário do Paraná, n. 01392, 30/out./1959, Primeiro Caderno, p. 8.

<sup>170</sup> LIBERADAS as importações de mate pelo Uruguai: mercado de 7 milhões de dólares. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados/ S.A. Diário do Paraná, n. 01204, 21/mar./1959, Primeiro Caderno, p. 1.

<sup>171</sup> SURGEM novas e promissoras perspectivas para o futuro da economia ervateira. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados/S.A. Diário do Paraná, n. 01166, 3/fev./1959, Primeiro Caderno, p. 8. O representante da EMABRA era Ivo Leão, industrial e exportador – o maior exportador para o mercado uruguaio –, que na ocasião era também presidente do Sindicato da Indústria do Mate e da Associação Comercial do Paraná (LIBERADAS as importações de mate pelo Uruguai: *op. cit.*).

<sup>172</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1960, p. VIII.

<sup>173</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 5ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 27/maio/1960, p. 2 e 3, grifos nossos.

momento, acabou não saindo. Depois, de sua parte, na medida do que lhe pareceu possível, o INM fez um acordo diretamente com a EMABRA – preliminarmente ainda em junho 1959 e, de forma mais definitiva, em 16 de junho de 1961 – pelo qual lhe destinaria recursos de seu orçamento para a realização de propaganda, focada, sobretudo, no mercado chileno<sup>174</sup>.

Esses recursos, a título de crédito, no entanto, dada à fragilidade das finanças do INM, parecem não terem sido efetivamente usados pela Exportadora ao longo dos anos que se seguiram. A exceção teria sido apenas as duas primeiras parcelas que foram liberadas em 1960 e 1961, uma no valor de Cr\$ 3 milhões e outra no valor de Cr\$ 1,5 milhão – essa última destinada especificamente à promoção do mate no Chile<sup>175</sup>. Depois disso, outra parcela no valor de Cr\$ 5 milhões apareceria repetidamente como “passivo financeiro” não reclamado nos relatórios fiscais dos exercícios do INM de 1963, 1964 e 1965<sup>176</sup>. Em março desse último ano a Comissão Fiscal disse haver um passivo financeiro nesse valor como “crédito da EMABRA”, correspondente “a acordo já sem finalidade, merecendo [por isso] a atenção, mais uma vez, desta Doutra Junta”<sup>177</sup>.

Enfim, embora não disponhamos de informações e dados que nos permitam melhor esclarecer a ação da EMABRA na promoção do mate na década de 1960, com base no que sabemos sobre as exportações brasileiras para o Chile – e, em geral, para os demais mercados –, podemos dizer que, de sua parte, a Exportadora não conseguiu obter grandes resultados, como também não conseguiu o INM. As vendas para o Chile não tiveram grandes mudanças: o ano de maior venda nessa década, 1965, por exemplo,

---

<sup>174</sup> 3 MILHÕES de cruzeiros para propaganda do mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados/ S.A. Diário do Paraná, n. 01283, 25/jun./1959, Primeiro Caderno, p. 4. O Convênio definitivo foi firmado após deliberação da Junta do INM em reunião de 21 de março de 1961 (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Reunião Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 21/mar./1961, p. 5).

<sup>175</sup> INFORMAÇÃO da seção de contabilidade. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1961, p. 147; INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Reunião Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 21/mar./1961, p. 5.

<sup>176</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. R. de Janeiro, mar./1963, p. II; PARECER da comissão fiscal do Instituto Nacional do Mate. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1964, p. 66; PARECER da comissão fiscal do Instituto Nacional do Mate. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel de O. Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1965, p. 125.

<sup>177</sup> PARECER da comissão fiscal do Instituto Nacional do Mate. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel de O. Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1965, p. 125.

registrou uma importação de 11.197 t de mate brasileiro, praticamente o mesmo volume de 1950, quando foi registrada a importação de 11.089 t<sup>178</sup>.

Não sabemos o volume comprado em 1966, mas sabemos o que foi no ano seguinte: esse mercado compraria apenas 7.711 t em 1967, o que mais uma vez mostrou seu caráter instável. Além disso, mostrou também que, ao longo dos anos, o INM não teve sucesso na ampliação do consumo no Chile, mesmo quando indiretamente ele procurou incentivar a iniciativa privada nos últimos anos. Em resumo, não se conseguiu resolver o problema da necessidade de expansão de mercados externos nem mesmo naqueles que já eram tradicionais compradores do Brasil. O que ocorreu com o Chile serviu apenas para confirmar a ineficácia da ação do INM e a sua incapacidade em agir sozinho, ou mesmo dando suporte a terceiros, especialmente na década de 1960, quando a sua situação financeira, que já se mostrava complicada no início, se agravou ainda mais com o passar dos anos. Essa última situação, ao mesmo tempo em que era resultado do fracasso do INM, era também resultado do desenrolar do comércio com o mesmo mercado chileno, tendo em vista que ocorreria uma enorme queda no valor total exportado para esse país nessa última década, que havia sido de US\$ 3.039.316,00 em 1960 e terminou em US\$ 1.509.086,00 em 1967. E mesmo uma queda nos preços, que, em média – embora tenham conhecido algum aumento em 1967 – eram 28,97% menores que em 1960: nesse ano a tonelada do mate vendido ao Chile valia, em média, US\$ 275,50, enquanto em 1967 ela terminou valendo US\$ 195,70. Ou seja, o que se veria ao longo dos anos 1938-1967, enfim, não seria um aumento do consumo do mate brasileiro no Chile, como se esperava, mas antes, pelo contrário, se veria uma perda crescente de sua importância nesse mercado, tanto em volume quanto em valor.

### 3.2.2 – *Os mercados novos*

Sobre os mercados novos já tivemos oportunidade de adiantar informações importantes no **Capítulo 2**. De qualquer forma, vale fazer ainda aqui algumas considerações complementares sobre os resultados da ação do INM, a fim de deixar ainda mais clara a sua incapacidade em conquistar espaços tão importantes para economia ervateira. Nesse sentido, cabe inicialmente lembrar que as vendas tiveram

---

<sup>178</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estadísticos* (Vários anos).

algum destaque – se assim podemos dizer – especialmente em meia dúzia de países, sendo no resto comprado apenas ocasionalmente.



**Fontes:** para 1938-1965: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos); para 1967: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968, p. 43.

Sendo assim notemos, a princípio, que o mate já aparecia em acordos comerciais com os Estados Unidos desde pelo menos a época do *Tratado Comercial* de 1935, que foi fundamental para a posição do Brasil na Segunda Guerra Mundial e nos anos seguintes à mesma. Naquele momento a erva-mate foi incluída na lista dos seis produtos que teriam as suas tarifas rebaixasadas (MOURA, 1980, p. 79-80)<sup>179</sup>. No entanto, ao contrário do que se esperava, as vendas de erva-mate para os Estados Unidos não tiveram aumento, mas sim redução em relação aos anos anteriores: de 1933 até o ano do *Tratado*, ela teve um pico de 107 t exatamente em 1935; depois dele, sofreu reduções até chegar a 9 t em 1938<sup>180</sup>. Mas, como se pode observar na **Tabela 19**, que contém dados dos quatro principais novos mercados, a situação das vendas para os Estados Unidos não teve grande melhora a partir da criação do INM. De 1938 até 1944, a média das vendas para o mercado norte-americano foi de apenas 126 t. E isso só foi possível

<sup>179</sup> A lista inicialmente continha, além do mate: bálsamo de copaíba, ipecacuanha, minério de manganês, castanhas e mamona. A mesma incluiria depois também outros produtos que ficariam livres de tarifa: café, cacau, cera de carnaúba, castanhas, óleo de babaçu e madeira (MOURA, 1980, p. 80).

<sup>180</sup> A média anual no período 1935-1938 foi de 65 t (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1945, p. 112).

por causa do pico registrado em 1942, em plena Segunda Guerra, quando o Brasil vendeu 623 t de mate para os norte-americanos<sup>181</sup>.

**Tabela 19: Brasil – vendas nos principais novos mercados (de 1938 a 1945) – em toneladas**

País	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Alemanha	150	114	-	-	-	-	-	-
Inglaterra	33	59	35	3	-	-	-	-
França	34	84	-	-	-	-	-	-
EUA	9	14	15	73	623	27	-	2

**Fonte:** INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários Anos).

Aliás, apesar das dificuldades de transporte e circulação de produtos, especialmente em seus anos finais, a Segunda Guerra chegou a dar esperanças aos dirigentes do INM. O entusiasmo pode ser notado nos relatórios de seus presidentes daqueles anos, especialmente os de Carlos Gomes de Oliveira (1941-1945). Mas, apesar dos investimentos feitos em propaganda – incluindo a criação de uma delegacia do INM em Nova Iorque, mantida por um tempo e com muita dificuldade –, conforme podemos observar nas **Tabelas 19, 20 e 21**, os anos seguintes provaram que não passava de uma esperança que, afinal, não se concretizou. Em toda década de 1940, os Estados Unidos compraram em média 113 t e na década de 1950, a média despencou para 17 t. Finalmente, no período 1960-1967, quando as finanças do INM lhe tornaram proibitivas ações de importância no mercado norte-americano, a média das vendas foi ainda menor, somando apenas 14 t<sup>182</sup>.

Do outro lado do Atlântico a promoção do mate também foi tentada por parte do INM, sobretudo depois da Guerra. Ações e negociações estiveram em pauta em diversos países europeus, como Alemanha, Inglaterra, Itália e outros, onde o INM se fez presente em exposições internacionais e eventos diversos, montando *stands* e apresentando o mate ao público no formato chá, gelado ou quente – a partir de fins dos anos 1950, incluiu também o mate solúvel. Alguns desses países europeus compravam mais que os Estados Unidos. É o caso, sobretudo, da Alemanha, o maior entre os novos mercados que, antes da Segunda Guerra mantinha boas médias, se comparado com os demais novos mercados: 490 t no período 1927-1932 e 354 t no período 1933-1938.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 111.

<sup>182</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

Essa boa relação, entretanto, ruiu durante os conflitos mundiais, sobretudo depois da aliança do Brasil com os EUA e a consequente declaração de guerra ao Eixo. É assim que os alemães fariam sua última compra de erva-mate em 1939, na quantia de 114 t, só voltando a fazê-lo dez anos depois<sup>183</sup>.

Como ocorreu com os Estados Unidos, as vendas de erva-mate para a Alemanha – e demais países europeus – do pós-Guerra acabaram não rendendo o esperado, apesar de recorrentes manifestações de entusiasmo por parte dos representantes, agentes e presidentes do INM<sup>184</sup>. Uma vez terminados os conflitos, e com a consequente divisão do território alemão em dois países nos anos que se seguiram, a Alemanha Oriental se fechou para o mate – ou qualquer outro produto – brasileiro e a Alemanha Ocidental, por sua vez, quando reiniciou suas compras em 1949, criou expectativas, mas logo começou a reduzir suas importações novamente. No ano em que a Alemanha Ocidental voltou a comprar mate brasileiro, ela importou 158 t. Na década de 1950, após começar registrando uma queda, chegou a gerar grandes expectativas, com uma crescente importação, que foi de 40 t em 1950 até 343 t em 1955. Mas, nos anos seguintes, os números oscilaram por um momento e começaram a cair de forma quase constante, até chegar a apenas 88 t em 1965<sup>185</sup>. Tal situação não melhoraria, tendo a Alemanha, afinal, comprado apenas 101 t em 1967<sup>186</sup>.

Além da Alemanha, nos demais mercados que o INM quis conquistar, alguns capitalistas demonstraram interesse por investir na comercialização de erva-mate dentro de seus países. No entanto, como já vimos a respeito de alguns casos, os obstáculos foram quase sempre intransponíveis, com barreiras impostas por governos e desacordos nas negociações entre os interessados. Esse foi o caso da Inglaterra, que segundo o presidente do INM demonstrava “desusado interesse”, manifestado por pequenas encomendas e a aproximação do Instituto com “firmas de importância” que desejavam

---

<sup>183</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1945, p. 111-113.

<sup>184</sup> Em outubro de 1949, por exemplo, o presidente do INM falava sobre as pequenas vendas que haviam sido feitas aos países europeus e aos EUA, “mas demonstradoras do real interesse crescente pelo nosso mate, tinham se efetuado ultimamente”, chegando o INM a baixar na ocasião a Resolução 291 “estabelecendo os preços uniformes do nosso chá de mate para esses mercados” (INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1949, p. 8-9).

<sup>185</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

<sup>186</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968, p. 43.

comprar erva-mate, mas que em meados da década de 1940 tinham o sério embaraço imposto pelo governo inglês, que “limitava ali as licenças de importação a 30 toneladas apenas, anualmente”. Nesse caso, o INM buscou o Ministério das Relações Exteriores, que através de um convênio que incluiu o mate, conseguiu a revogação da medida limitadora, abrindo a possibilidade de concretizar ainda um acordo preliminarmente estabelecido pelo Instituto com a firma Hugo C. Braun, de Londres, que estaria interessada em colocar um mínimo de 500 toneladas anuais, “mantendo o serviço de propaganda na Inglaterra por sua conta e responsabilidade”. Essa firma esperava também, segundo o presidente do INM, aplicar igual critério aos mercados de Itália, Espanha, Suécia, França, Bélgica, Suíça e Portugal<sup>187</sup>.

Mas, como ocorreu com esses países, tomando os números especificamente do mercado inglês (ver **Tabelas 19, 20 e 21**), percebemos que as coisas não ocorreram como o esperado pelo INM. Depois de importar uma média de 32,5 t no período 1938-1941, a Inglaterra também ficou um tempo sem importar nada durante a Segunda Guerra, voltando apenas em 1946, quando comprou 14 t de mate brasileiro. Depois disso, apenas nos anos de 1947 e 1950 esse país nos compraria volumes de alguma importância: 213 e 136 toneladas, respectivamente. Nos anos restantes, os ingleses nos comprariam em média apenas 39,2 t na década de 1950 e em média 26,2 t no período 1960-1967.

Fora da Europa, em menor quantidade, o mate também chegou a despertar algum interesse nos países do Oriente Médio, especialmente na Síria, no Líbano e em Israel. Lá o contato do INM era feito através das suas embaixadas sem ter, de sua parte, realizado ações diretas de propaganda. O que o INM fez foi criar alguns tipos de mate especificamente para esses mercados, como o M.O.1 produzido Mato Grosso a partir de 1959, e o P.N.M.2, produzido nos estados de Paraná e Santa Catarina a partir de inícios da década de 1960. No entanto, as vendas para esses mercados, oscilando bastante em quantidade, nunca tiveram muito expressividade. Em alguns momentos, nos primeiros anos, as remessas de mate eram anotadas até mesmo sem especificar o país de destino separadamente, incluído apenas em “outros destinos”. Nesse último caso, conforme Figueiredo, as vendas registrariam 292 t para o conjunto dos países do Oriente Médio

---

<sup>187</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1946, p. 48-49.

em 1940 (1967, p. 336b). Agora, nos anos reunidos nas **Tabelas 20 e 21**, num momento de “boa” venda, especificamente para a Síria, haveria um registro de 160 t em 1964.

**Tabela 20: Brasil – vendas nos novos mercados (de 1946 a 1959) – em toneladas**

País	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Alemanha	-	-	-	158	-	40	129	154	287	343	238	305	253	218
Inglaterra	14	213	25	1	136	4	13	26	56	47	28	28	22	32
França	-	-	-	-	44	9	4	6	19	32	23	35	22	22
EUA	4	-	1	54	8	24	11	15	26	20	18	22	13	19
Cuba	-	-	5	-	5	5	10	5	10	4	10	15	15	15
Síria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	17
Itália	-	-	-	-	4	0,1	-	-	-	0,08	0,5	-	10	5
Suécia	9	7	2	2	0,6	0,5	0,5	1	2	8	8	5	3	3
Portugal	2	0,6	0,6	-	8	1	-	3	-	2	3	5	4	2
Suíça	-	2	3	3	2	-	1	2	3	2	3	2	1	0,7
Bélgica	-	3	-	-	-	1	1	0,4	-	-	0,8	-	0,05	0,2
Austrália	-	-	6	0,7	0,8	-	0,3	0,4	0,5	0,8	0,5	-	-	-
Equador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Áustria	-	-	-	-	-	-	1	-	4	0,008	1	2	-	1
Noruega	0,7	-	-	0,06	0,8	1	0,4	1	0,4	0,6	0,4	0,9	1	0,4
Canadá	-	-	-	0,4	0,1	-	1	-	2	1	0,9	1	2	2
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Líbano	-	-	-	-	30	-	-	-	-	0,015	-	-	-	-
África do Sul	-	1	1	-	1	-	0,2	-	0,5	1	0,6	-	-	-
Israel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
México	-	-	-	-	-	0,01	-	0,049	0,006	0,03	-	0,028	0,056	-
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	1	0,5	-	-	-	-	-	-
Holanda	-	-	-	-	-	-	-	0,091	19	-	-	-	2	-
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>228</b>	<b>47</b>	<b>222</b>	<b>245</b>	<b>87</b>	<b>176</b>	<b>220</b>	<b>430</b>	<b>477</b>	<b>338</b>	<b>424</b>	<b>360</b>	<b>341</b>

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

**Tabela 21: Brasil – vendas nos novos mercados (de 1960 a 1967) – em toneladas**

País	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1967
Alemanha	228	139	206	134	139	88	101
Inglaterra	30	32	29	26	24	20	23
França	27	26	25	23	19	20	27
EUA	18	18	25	11	5	14	11
Cuba	15	10	14	33	-	-	-
Síria	-	1	5	125	160	10	20
Itália	-	5	4	4	-	5	2
Suécia	2	4	2	6	4	4	6
Portugal	2	1	3	0,6	5	2	6
Suíça	2	3	1	0,4	1	3	2
Bélgica	0,5	4	0,05	-	1	1	-
Austrália	-	-	-	-	-	-	-
Equador	1	1	1	1	1	1	1
Áustria	1	1	1	1	1	-	1
Noruega	0,7	0,7	0,7	1	-	1	0,7
Canadá	0,3	0,9	0,4	0,4	0,4	1	2
Espanha	-	1	2	1	-	-	-
Líbano	-	-	-	10	-	22	-
África do Sul	0,6	-	5	-	-	0,6	-
Israel	-	-	-	-	1	-	4
México	-	-	-	0,09	-	-	-
Dinamarca	-	0,05	-	-	-	-	-
Holanda	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>253</b>	<b>331</b>	<b>387</b>	<b>366</b>	<b>198</b>	<b>206</b>

**Fonte:** para 1960-1966: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos); para 1967: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968, p. 43.

No conjunto dos novos mercados, o que ainda podemos dizer é que os números das vendas se mostraram irrisórios se comparados com o total das exportações e ainda piores se comparados com o total de mate comercializado. Como podemos observar na **Tabela 22**, dos anos em que não há lacuna nos dados, apenas em 1942 as vendas para os novos mercados somaram mais que 1% do total das exportações e em nenhum momento isso ocorreu em relação às vendas totais. De resto, o que se vê são percentuais insignificantes – o mais baixo deles em 1944, quando, em plena guerra e tendo em vista a entrada do Brasil na mesma, se exportou para os novos mercados tão somente 3 t e a sua participação nas exportações foi de 0,01%.

**Tabela 22: Brasil – exportações totais e para os novos mercados e participação percentual desses últimos (de 1938 a 1967) – em toneladas**

Ano	Exportação	Total das vendas	Novos mercados	% em relação ao total das exportações	% em relação ao total das vendas
1938	57.253	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
1939	59.058	n.d.	192	0,33	n.d.
1940	50.583	66.963	344	0,67	0,51
1941	52.010	69.563	92	0,18	0,13
1942	58.466	75.668	676	1,16	0,89
1943	46.765	65.280	52	0,11	0,08
1944	47.633	63.888	3	0,01	0,00
1945	52.099	69.150	10	0,02	0,01
1946	50.104	65.338	32	0,06	0,05
1947	54.534	71.300	228	0,42	0,32
1948	49.696	65.578	47	0,09	0,06
1949	45.855	61.221	222	0,48	0,36
1950	48.210	63.631	245	0,51	0,38
1951	46.617	65.027	87	0,19	0,13
1952	46.059	63.038	176	0,38	0,27
1953	39.717	61.525	220	0,54	0,36
1954	49.005	69.618	430	0,88	0,62
1955	51.772	74.352	477	0,91	0,64
1956	62.632	92.475	338	0,54	0,37
1957	55.564	85.780	424	0,76	0,49
1958	68.368	96.013	360	0,53	0,37
1959	54.916	86.207	341	0,62	0,40
1960	58.856	97.434	332	0,55	0,33
1961	65.076	104.442	253	0,38	0,24
1962	48.960	88.995	331	0,67	0,37
1963	51.297	83.933	387	0,75	0,45
1964	50.173	95.173	366	0,73	0,38
1965	40.870	75.289	198	0,48	0,26
1966	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
1967	24.289	n.d.	206	0,85	n.d.

**Fontes:** para 1938-1965: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos); para 1967: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968, p. 43.

**Note:** N.d. – dado não disponível.

Assim, o que os números apresentados confirmam ainda esta vez é, primeiramente, o quanto a economia ervateira continuou dependente dos mercados tradicionais e, ao mesmo tempo, mostram o total fracasso das ações do INM para conquista de novos mercados. Podemos dizer que parte considerável desse insucesso se deva a um conjunto de fatores que vimos apresentando desde o **Capítulo 2** e ao longo desse. O primeiro diz respeito, sem dúvidas, à falta de recursos do INM para propaganda, o que impossibilitou ações de peso sistemáticas e continuadas nesses novos territórios. Também lhe faltou meios para incentivar a indústria do mate, a fim de que a

mesma se desenvolvesse e se adequasse ao paladar europeu e norte-americano, que não via com bons olhos o consumo de chimarrão e formatos semelhantes. Esse último ponto se ligava ao primeiro, tendo em vista que o INM e demais classes interessadas buscavam se inserir em um espaço que já era dominado por produtos muito mais fortes e de aceitação muito mais ampla, com grandes somas de recursos aplicados em sua produção e/ou em propaganda, tais como o café, o chá da Índia e os refrigerantes comerciais que ganharam cada vez mais espaço, a exemplo da Coca-Cola.

Em outros casos, também a contribuir para o insucesso na conquista dos novos mercados, havia os jogos de interesse, onde os ervateiros brasileiros queriam fornecer o mate já industrializado, o que impedia o atendimento de algumas exigências por parte de alguns investidores, desejosos de comprar matéria prima, ou seja, cancheada ou derivados de mate. Nesse sentido, como já falamos em outro momento, a aceitação do fornecimento de cancheada seria, segundo Guimarães da Costa (1995), fundamental para manter o mercado ervateiro, o que não foi aceito pelos industriais e exportadores brasileiros. Com exceção do que ocorreu com o mate que seguia cancheado para a Argentina e, de forma crescente para o Uruguai, não há quaisquer notícias de que os empreendimentos novos para o aproveitamento do mate tenham dado resultado no exterior, ao menos enquanto o INM existiu.

Enfim, é interessante dizer que, ao longo dos anos de vida do INM, estudos foram feitos, seguidos de algumas ações de propaganda, onde se buscava mostrar que o mate tinha propriedades medicinais ou, no mínimo, ações ativas no organismo, servindo como diurético e organizador da flora intestinal. As ações do INM tiveram, nesse sentido, o objetivo de mostrar o mate no formato chá – inclusive o solúvel. No entanto, essa maneira de apresentar o mate não fez nada além de confirmar o jeito como ele era visto em diversos países, especialmente os da Europa, permanecendo durante todo o período, em grande medida, como algo um tanto quanto exótico. Prova disso é que na Alemanha (a una e a Ocidental depois da Segunda Guerra), por exemplo, o mate continuou sendo conhecido mais como botica do que como sobremesa, vendido em *Reformhäuser* (lojas de produtos dietéticos)<sup>188</sup>. Sem ultrapassar essa barreira, não se conseguiu criar uma imagem mais ampla e necessária do mate, especialmente como

---

<sup>188</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 32ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 28/jun./1962.

sobremesa, coisa fundamental para sua disseminação nos novos mercados, tendo como resultado o já foi visto.

### 3.2.3 – O mercado interno brasileiro

A análise do mercado interno brasileiro é um tanto quanto complicada se tivermos em conta a qualidade dos dados disponíveis, mas, apesar disso, com as informações que possuímos, são possíveis e fazem-se necessárias algumas considerações complementares ao que já dissemos até agora nessa tese<sup>189</sup>.

Segundo os dados do INM, as vendas no mercado interno brasileiro até o início da década de 1950 variaram entre 16.000 e 18.000 toneladas, com quase todo consumo tendo sido restrito ao estado do Rio Grande do Sul. Mas, isso mudaria nos anos seguintes, em parte como resultado das medidas de propaganda adotadas pelo INM. Assim, a partir de 1953, o consumo dentro do país começou a aumentar de forma muito significativa. Registrando 21.808 toneladas nesse ano, ele cresceu de forma constante até alcançar 30.216 t em 1957. Em 1958, haveria uma queda nesses números, registrando 27.645 t, mas, logo retomaria a sua marcha ascendente, que seguiria até 1962, quando registraria 40.035 t.

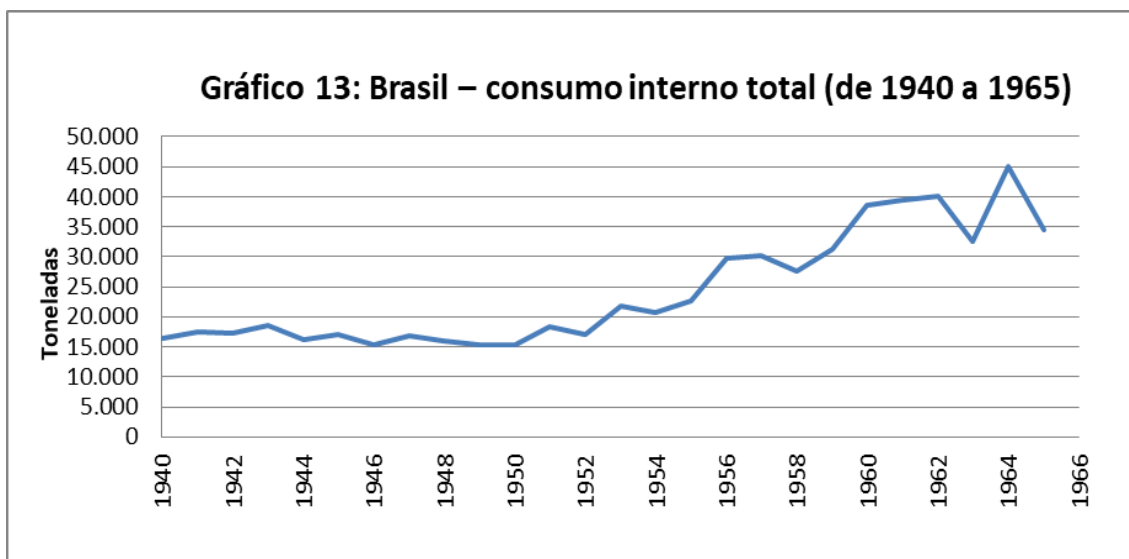
Ainda desta vez é importante lembrar que o mercado externo sempre foi o pilar principal da economia ervateira brasileira mas, com base no **Gráfico 13**, temos uma noção da importância que ganhou o consumo interno a partir dos anos 1950. Para que se tenha uma ideia, nessa mesma década a média do consumo nacional foi maior que a média das vendas feitas para o Uruguai, que havia assumido o primeiro lugar nas compras entre os mercados externos tradicionais: enquanto a média do Uruguai foi de 25.158 t, a média do consumo brasileiro foi de 33.765 t<sup>190</sup>. De qualquer maneira, devido à crise pela qual a economia ervateira passaria na década de 1960, os volumes do

---

<sup>189</sup> Há uma grande dificuldade em se estabelecer números precisos para o comércio interno. Mais essa vez devemos lembrar que os dados disponíveis são referentes às *Guias de Livre Trânsito* que eram fornecidas pelas Delegacias Regionais do INM, que não representam exatamente todo mate que circulou comercialmente ou ainda o que foi consumido de forma não comercial em nível local (FIGUEIREDO, 1967, p. 316). De qualquer forma, ainda que com essas ressalvas, optamos primeiramente pelos dados do Instituto, por eles darem uma ideia importante, ainda que imperfeita, da realidade, adotando outros dados e informações quando não houver registros por parte da autarquia.

<sup>190</sup> JORDAN, Felinto. A erva-mate na indústria catarinense. *A Notícia*. Joinville: [s.n.], 5/set./1962.

mercado interno também sofreriam oscilações importantes. Com quedas significativas, as vendas no Brasil somariam 32.636 t em 1963, se recuperariam em 1964 – 45.000 t – e teria nova queda em 1965, quando somariam 34.419 t<sup>191</sup>. Depois disso, no último relatório do INM, o seu presidente, recortando apenas o período janeiro-setembro dos anos de 1965 e 1966, nos mostra um consumo interno de 25.303 t e 31.943 t, respectivamente. Como que querendo criar um otimismo, diria que esse momento era “assaz animador”, esperando chegar até o fim de 1966 a 40 mil t<sup>192</sup>. De qualquer maneira, embora não saibamos o resultado para esse ano, sabemos que o crescimento do consumo no mercado interno não foi suficiente para mudar a situação em que se encontrava a economia ervateira e muito menos para alterar o destino do INM.



**Fonte:** para 1940-1963: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos); para 1964: BRASIL consumiu mais e exportou menos erva-mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 03287, 15/jan./1965; para 1965: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1965*. Rio de Janeiro: 1966.

Claro que, além dessas considerações, devemos ainda levar em conta que a evolução do mercado interno na década de 1960 mostrou que uma das principais jogadas do INM, as agências instaladas em alguns estados brasileiros considerados estratégicos, não teve o efeito esperado, sendo antes um gasto a mais no orçamento

<sup>191</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (vários anos).

<sup>192</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Harry Carlos Wekerlin, apresentado à *Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1966, Assuntos Econômicos, p. 6.

apertado da autarquia<sup>193</sup>. Com a possível exceção de São Paulo, como poderemos observar nas três tabelas seguintes, os resultados das vendas nos estados em que havia agências e nos estados próximos a eles foram completamente insatisfatórios. Esse quadro fica ainda mais representativo tendo em vista que, ligadas a essas agências, o INM instalou com recursos próprios as chamadas Lojas do Mate.

**Tabela 23: Brasil – consumo interno por estados (de 1940 a 1949) – em toneladas**

Estado	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
RS	13.271	12.953	19.961	15.519	13.428	14.861	12.590	14.878	13.786	12.919
PR	-	-	-	288	805	639	532	352	397	358
SC	-	-	-	471	172	89	199	177	251	218
SP	-	-	-	790	694	578	728	487	575	862
MT	-	-	-	452	296	288	363	319	350	261
MG	-	-	-	20	31	32	29	17	18	44
BA	-	-	-	70	50	7	54	36	44	28
PE	-	-	-	135	28	38	50	17	25	35
RJ	-	-	-	18	17	11	28	35	9	27
PA	-	-	-	4	16	5	2	4	4	11
ES	-	-	-	4	4	2	7	6	9	10
GO	-	-	-	0,023	-	-	0,050	-	0,1	1
AM	-	-	-	13	5	4	9	3	1	7
CE	-	-	-	16	3	3	2	3	3	4
DF	-	-	-	675	690	483	616	416	390	563
MA	-	-	-	1	2	1	3	0,8	1	2
PB	-	-	-	16	1	-	1	2	3	2
RN	-	-	-	7	1	0,7	5	1	2	1
AL	-	-	-	1	1	0,3	2	1	1	1
PI	-	-	-	0,9	0,6	0,3	0,6	-	0,2	1
SE	-	-	-	2	2	0,7	2	1	2	1
T. Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	13.271*	12.953*	19.961*	18.514	16.255	17.050	15.233	16.765	15.882	15.365

**Fonte:** para 1943-1949: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1947*. Rio de Janeiro: 1948. Para consumo do Rio Grande do Sul nos anos 1940-1942: *Boletim Estatístico de 1944*. Rio de Janeiro: 1945.

**Nota:** \* não há registro de consumo dos demais estados.

<sup>193</sup> Antes dessas agências, nos primeiros anos do INM, nos estados não produtores existiam as Delegacias que foram extintas na segunda metade da década de 1940, como resultado das reformulações na estrutura do Instituto e da necessidade, na ocasião, de conter gastos.

**Tabela 24: Brasil – consumo interno por estados (de 1950 a 1959) – em toneladas**

Estado	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
RS	11.407	12.573	13.591	13.646	12.683	16.617	18.545	22.468	20.417	21.946
PR	1.487	3.496	763	4.913	3.953	2.776	8.082	4.481	2.803	4.773
SC	316	341	446	796	763	819	1.116	1.129	1.071	1.472
SP	1.159	615	788	1.096	1.508	865	846	826	1.037	1.044
MT	292	638	853	609	776	636	494	777	1.371	1.229
MG	37	64	29	40	53	54	41	43	68	83
BA	42	61	25	31	41	76	24	23	40	70
PE	41	40	31	28	39	40	26	34	49	40
RJ	27	45	20	22	38	38	18	22	40	24
PA	12	17	11	10	12	29	9	10	12	26
ES	12	16	13	9	8	20	7	10	11	13
GO	3	0,3	-	-	-	-	0,3	-	3	13
AM	9	12	8	7	10	14	21	7	2	7
CE	9	3	4	7	5	11	8	2	8	13
DF	549	504	376	585	701	558	584	363	690	511
MA	2	2	2	3	3	2	4	2	0,9	4
PB	2	6	3	1	2	5	-	2	5	6
RN	1	3	3	2	3	5	4	1	2	3
AL	1	2	2	2	1	4	1	2	3	3
PI	0,8	3	2	2	1	1	1	4	1	2
SE	2	1	1	2	2	1	5	0,1	1	0,2
T. Amapá	-	-	-	-	-	0,1	0,1	0,1	0,3	-
<b>Total</b>	<b>15.420</b>	<b>18.421</b>	<b>16.978</b>	<b>21.819</b>	<b>20.613</b>	<b>22.581</b>	<b>29.843</b>	<b>30.217</b>	<b>27.645</b>	<b>31.290</b>

Fonte: FIGUEIREDO, 1967, p. 331-331a; INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

**Tabela 25: Brasil – consumo interno por estados (de 1960 a 1965) – em toneladas**

Estado	1960	1961	1962	1963	1964	1965
RS	29.295	29.295	27.063	21.840	26.711	25.803
PR	4.422	7.878	7.868	6.180	8.956	4.273
SC	1.588	1.671	1.642	1.278	1.333	1.197
SP	1.140	1.420	1.390	1.296	1.732	1.233
MT	1.226	1.156	1.247	1.164	1.589	1.268
GB*	629	739	465	528	543	335
MG	92	129	123	143	151	90
BA	27	71	43	49	33	50
PE	50	71	39	22	58	36
RJ	21	46	57	44	53	40
PA	15	26	15	16	20	15
ES	15	16	16	15	39	14
GO	5	4	20	17	51	19
AM	7	24	7	10	15	6
CE	8	15	9	6	10	7
DF	4	22	1	6	13	3
MA	5	12	1	3	2	3
PB	2	4	7	4	3	1
RN	2	4	3	1	6	1
AL	3	5	2	0,5	2	1
PI	0,8	2	1	2	1	1
SE	0,4	0,5	2	2	0,7	2
T. Amapá	-	-	-	-	-	0,6
<b>Total</b>	<b>38.568</b>	<b>42.620</b>	<b>40.032</b>	<b>32.635</b>	<b>41.334</b>	<b>34.418</b>

Fonte: FIGUEIREDO, 1967, p. 331-331a; INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

Nota: \* antiga Guanabara.

Começando por Minas Gerais, o INM instalou uma agência em Belo Horizonte em 1956. Comparado com o período anterior a sua existência, podemos adiantar que não houve grandes mudanças no consumo. Para os anos que possuímos dados, na década de 1940, a média das vendas para este estado fora de 27 t; na década de 1950, nos anos que antecederam à sua criação, a média fora de 46 t. Da criação da mesma, em 1956, até 1965, embora tenha havido leve aumento nas vendas, registrando uma média de 96 t, esse estado não representou nada que se pudesse considerar estável e significativo, no sentido de um espaço conquistado a compensar os gastos com a manutenção da agência e de sua Loja do Mate ou contribuir para solucionar os problemas de mercado enfrentados pela economia ervateira.

Além dessa agência, em 1960 foram instaladas outras duas em Recife, Pernambuco, e em Salvador, Bahia. Essas duas seriam encaradas como pontes que o INM procuraria estabelecer para a difusão do mate no Nordeste brasileiro, região onde o calor fazia crer que o chá de mate gelado se difundiria com alguma facilidade. Mas, sobre a agência de Pernambuco, nem mesmo dentro do próprio estado o consumo do mate assumiu proporções consideráveis: enquanto a média no período 1943-1949 havia sido de 46 t, a da década de 1950 foi de 36 t; e, enfim, a média do período 1960-1965, já sob a influência da agência de Recife, foi de tão somente 46 t. A agência de Salvador, da mesma forma, teve resultados tão insignificantes quanto à de Recife: sem alterar o quadro das vendas no estado que vinham das décadas anteriores, no período 1960-1965, a Bahia comprou uma média de 44 t, enquanto no período 1943-1949 e na década de 1950, as médias haviam sido de 41 t e 43 t, respectivamente.

Agora, como dissemos antes, uma possível exceção foi a agência de São Paulo, transformada depois, em 1964, novamente em Delegacia. Apesar de não podermos exagerar seus efeitos, a mesma teve desempenho mais ou menos satisfatório até 1967. Contando, a partir de fins da década de 1950, com a mais equipada Loja do Mate dentre as que foram instaladas pelo INM, a agência instalada na capital paulista daria alguma contribuição para aumentar o consumo no estado. Assim, a média no período 1943-1949 que havia sido 673 t, em toda década seguinte aumentou para 978 t. Enfim, no período 1960-1965, registrou uma média de 1.369 t. Curiosamente, baseados nos dados do INM, para os anos de 1963 a 1965, nós notamos que o consumo anual de São Paulo foi maior que o de Santa Catarina: enquanto este último estado consumiu 1.278, 1.333 e

1.197 toneladas, São Paulo registrou um consumo de 1.296, 1.732 e 1.233 toneladas, respectivamente. Mas, nesse caso, a ressalva é que parte do mate que era consumido em Santa Catarina, não passava pelos registros do INM.

Além dos estados vistos anteriormente, o caso do Rio de Janeiro – incluindo o Distrito Federal, até 1959, e depois a Guanabara, a partir de 1960 – é diferente, pois dada a existência da sede do INM na cidade do Rio de Janeiro, ali não foi instalada agência. Nessa região o mate também ganhou alguma importância, como resultado das ações de propaganda postas em práticas pelo Instituto, especialmente através das degustações gratuitas continuamente promovidas em repartições governamentais e ocasionalmente em eventos e em escolas públicas. Sobre o *chá tostado*, por exemplo, ao longo das décadas, os tipos gelados também eram vendidos nas praias do Rio de Janeiro, em quiosques e por vendedores ambulantes. Todavia, curiosamente, o mate não teve ali a mesma difusão que teve em São Paulo. Somando as vendas do antigo Distrito Federal com as do restante do estado do Rio de Janeiro, temos que a média no período 1943-1949 foi de 568 t e na década de 1950 foi de 571 t. Finalmente, somando as vendas do estado da Guanabara com as vendas do restante do estado do Rio de Janeiro, temos que, em realidade, a média no período 1960-1965 permaneceu praticamente inalterada em relação à média da década anterior, registrando apenas 583 t.

Para além desses estados e afora as imperfeições que possam ser imputadas aos dados do INM, podemos dizer que os principais números foram mesmo os que foram apresentados pelos próprios estados produtores<sup>194</sup>. Entre esses, os três estados – Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso – que até meados dos anos 1950 consumiam pouco, se comparado à sua produção e ainda mais se comparado ao alto nível de consumo do Rio Grande do Sul, a partir dessa década, tiveram especial aumento em volume e em participação percentual no mercado interno brasileiro.

A começar por Santa Catarina, notamos nas **Tabelas 23, 24 e 25** que houve aumento no consumo, mas não tanto quanto se esperava por se tratar de um estado beneficiador: no período 1943-1949, a média das vendas dentro desse estado foi de apenas 225 t, tendo subido a 826 t na década de 1950 e chegando a uma média de 1.452 t

---

<sup>194</sup> Nesse caso, foge às estatísticas durante todo período, o mate que era produzido e consumido em fazendas, aldeias indígenas – caso especialmente do antigo sul de Mato Grosso –, em colônias – como no caso da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), também no sul de Mato Grosso, e das colônias onde existia erva-mate no Sul do Brasil – e alguns outros espaços, onde a erva-mate era elemento cultural importante, concomitantemente à situação de objeto de comércio (cf. BRAND, FERREIRA, ALMEIDA, 2015; FERREIRA, 2007; FERNANDES, 2017; também EREMITES DE OLIVEIRA, ESSELIN, 2015).

no período 1960-1965. Aliás, como dissemos a pouco, em alguns anos dessa última década, Santa Catarina consumiu menos do que São Paulo, estado que comprava praticamente tudo de fora<sup>195</sup>. Mas, entre os três estados produtores aqui considerados, o Paraná foi o que teve o crescimento mais importante no consumo interno. De uma média de 481 t na década de 1940, foi a 3.753 t na década de 1950, chegando a 6.596 t no período 1960-1965. Esse mesmo estado teve um pico de 8.082 t em 1956 e teria um novo pico de 8.956 t em 1964.

Agora, deixamos Mato Grosso por último por comportar esse estado duas situações: primeiro, podemos identificar um aumento relativamente importante na média do consumo – tendo em vista os dados registrados pelo INM; em um segundo momento, a situação mudou profundamente com o corte das importações por parte da Argentina, único comprador externo desse estado, o que afetaria toda sua produção de cancheada, inclusive afetando a sua produção de mate solúvel. A média do consumo interno mato-grossense foi de 332 t nos anos 1943-1949 a 767 t na década de 1950 e, finalmente, chegou a uma média de 1.275 t no período 1960-1965. Por ter sido um estado que, na maior parte do tempo, foi apenas produtor e exportador de erva-mate cancheada, seus números se aproximaram bastante dos números de Santa Catarina, onde já havia moinhos de beneficiamento desde o século XIX. No entanto, esse aumento no consumo mato-grossense seria, em grande medida, anulado no ano de 1965, tendo sido mesmo paralisada quase toda a produção para fins comerciais no ano seguinte, devido ao corte das importações argentinas. O que restou então foi parte da produção e do comércio que não foram anotados devidamente pelo INM, somada a uma parte que provavelmente passou a ser comprada de outros estados produtores brasileiros, além, claro, da produção para consumo não comercial, nos termos que já mostramos antes.

Seja como tenha sido o aumento geral do consumo no mercado interno, o fato é que o mesmo não foi suficiente para reverter o quadro em que se encontrava a economia ervateira e evitar a extinção do INM. Mas, além disso, podemos dizer que a sua evolução no período de vida do Instituto esteve ligada à situação econômica nacional. Em termos gerais, essa última teve um desenvolvimento crescente entre as décadas de 1930 e 1950 e, a partir de fins dessa última, experimentou uma crise que só teria fim a partir dos últimos anos da década de 1960, já em plena Ditadura Militar (FURTADO, 1976).

---

<sup>195</sup> Lembremos que havia uma pequena produção no oeste de São Paulo, mas que não chegou a ser nada muito representativo ao longo do período 1938-1967.

Inserido nesse contexto, poderíamos imputar a causa do baixo consumo do mate no Nordeste, por exemplo, à condição de região empobrecida, comparada com o Centro-sul brasileiro, que cresceu economicamente, sobretudo, ao longo do século XX. Mas, mesmo nesse último caso, vimos que o crescimento do consumo de mate em Minas Gerais, o estado mais populoso do país, não teve qualquer significação. Além desse, em São Paulo, estado mais rico do Brasil, e no Rio de Janeiro, capital federal em boa parte do período, apesar de não ter sido desprezível, comparado com a maioria dos demais estados, o consumo não aumentou exatamente como que se esperava. Enfim, em relação aos estados produtores de erva-mate do Sul, que foram se fortalecendo economicamente, especialmente depois da década de 1930, o consumo do mate também não ganhou a proporção que o INM pretendia.

Cabe então, no item final deste capítulo, atentarmos um pouco mais para a situação do mate na economia brasileira e dos estados produtores, a partir, especialmente da sua contribuição e significação ao longo dos anos.

### **3.3 – Ao final, uma economia (ainda mais) “depauperada”**

As situações do INM e da economia ervateira evidentemente eram muito mais complexas e iam muito além do que o mercado interno, envolvendo, como já vimos até aqui, diversos outros fatores. Por esse motivo, as últimas considerações desse capítulo devem nos ajudar a visualizar alguns outros resultados da ação do Instituto. É muito importante, nesse sentido, lembrarmos que ele foi criado com o objetivo de centralizar as decisões, controlar os diferentes setores e assistir às diferentes classes ervateiras. Com essas atribuições, esperava-se tirar a economia ervateira da condição de “economia pobre” – ou “depauperada” – e fazer dela uma economia mais forte. Nesse sentido, deveria a autarquia conquistar mercados, ampliando os já existentes, ao mesmo tempo, preservando os tradicionais. Em sentido mais amplo, esperava-se também que a exportação do mate crescesse e assim gerasse mais divisas, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento da economia nacional.

Mas, como já deve estar claro a essa altura, o INM falhou em boa parte das ações que pôs em prática ao longo do período 1938-1967 e a economia ervateira continuou sendo pobre. Em realidade a situação, ao final, terminou pior do que

começou: o Instituto não conseguiu se quer manter os mercados externos nas condições em que os encontrou no momento de sua criação, tendo se deteriorado ainda mais a situação externa do mate. O Chile seguiu sendo um mercado instável, sem apresentar segurança e não tendo seu mercado ampliado, como se pretendeu; o Uruguai aumentou a proporção de suas compras de cancheada até onde pôde, sem, no entanto, o INM ter chegado a um entendimento em torno da questão, dada a resistência dos tradicionais beneficiadores-exportadores brasileiros para esse mercado, o que provocou reduções muito importantes nas suas compras nos últimos anos; e a Argentina simplesmente cortou suas importações do Brasil em 1965, causando um forte impacto na produção do Paraná e de Santa Catarina e paralisando a produção de Mato Grosso, inclusive a produção de mate solúvel desse último estado, produto que era visto como uma das soluções para fazer a economia ervateira crescer e até mesmo se tornar mais industrial. Enfim, o que se viu, ano após ano, foi uma diminuição sensível no valor das exportações para esses três mercados, sobretudo ao longo da década de 1960.

Isso é muito significativo, pois embora o consumo interno tenha crescido bastante, como foi visto, o mercado externo ainda continuou sendo encarado como uma via fundamental de comércio para o mate brasileiro em geral e para os estados produtores em particular – diga-se do Paraná, de Santa Catarina e de Mato Grosso. Dessa forma, para esses últimos, os problemas apontados acima serviram como fatores de desestímulo, levando a frequentes reduções nas produções estaduais, eventualmente recuperadas em momentos favoráveis, mas finalmente afetadas ao longo da década de 1960.

Nesse cenário das vendas para fora do estado e do país, o Rio Grande do Sul foi a grande exceção, por não depender das exportações, dado o fato já sabido de ser ele consumidor tudo que produzia, comprando ainda alguma parcela do Paraná e de Santa Catarina. E assim continuou fazendo durante todo período. O estado de São Paulo até possuía alguma produção, inclusive registrando alguma exportação, que apareceu em alguns registros do INM nos primeiros anos, mas logo deixou de ser registrada pelo mesmo em seus *Boletins Estatísticos* anuais.

**Tabela 26: Brasil – exportação por estados (de 1938 a 1967) – em toneladas e % do total**

Ano	PR	%	SC	%	MT	%	RS	%	SP	%
1938	36.202	57	14.262	23	11.117	17	1.659	3	-	-
1939	35.397	56	9.028	14	16.928	27	1.329	2,5	223	0,5
1940	27.891	55	8.048	16	12.951	26	1.211	2	480	1
1941	29.526	57	9.564	18	12.110	23	759	1,5	51	0,5
1942	33.740	58	11.265	19	12.077	21	1.383	2	-	-
1943	26.807	57	8.748	19	10.374	22	834	2	-	-
1944	26.032	55	11.642	24	8.884	19	1.050	2	-	-
1945	25.438	49	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
1946	28.838	57,5	9.998	20	9.569	19	1.521	3	177	0,5
1947	32.382	59	10.665	20	10.100	19	1.116	2	-	-
1948	30.541	60	5.809	11,5	13.353	26,5	804	2	-	-
1949	31.117	68	7.517	16,5	6.613	14,5	408	1	-	-
1950	32.730	68	9.421	19,5	5.964	12	150	0,5	-	-
1951	31.170	67	7.592	16,5	7.207	15,5	602	1	-	-
1952	31.205	68	7.268	16	7.229	15,5	267	0,5	-	-
1953	26.862	68	5.798	14,5	6.789	17	268	0,5	-	-
1954	33.912	69	10.041	20,5	5.052	10,5	-	-	-	-
1955	33.990	65,5	9.630	18,5	8.152	16	-	-	-	-
1956	40.151	64	12.287	19,5	10.041	16	152	0,5	-	-
1957	29.531	53,5	14.131	25,5	11.020	20	882	1	-	-
1958	38.989	57	15.593	23	13.015	19	771	1	-	-
1959	35.094	64	12.160	22,5	7.602	14	60	0,5	-	-
1960	33.744	57	13.087	22	11.665	20	360	1	-	-
1961	40.072	61,5	11.931	18	12.773	19,5	300	1	-	-
1962	35.046	72	6.504	13	7.020	14	390	1	-	-
1963	40.743	79	3.371	7	6.658	13	525	1	-	-
1964	38.850	77	4.675	9	6.536	13	112	1	-	-
1965	29.896	73	3.809	9	7.165	18	-	-	-	-
1966	17.697	-	n.d.	n.d.	-	-	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
1967	15.247	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

**Fonte:** para 1938-1939: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório Nº 3 das Divisões da Defesa da Produção e de Controle do Mercado, apresentado à Diretoria do INM*. Rio de Janeiro: INM, mar./1940, p. 70; para 1940-1944: *Boletim Estatístico de 1945* (primeiro semestre). Rio de Janeiro: 1946; para 1945: OLIVEIRA, 1974, p. 65; para 1946-1965: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos); para 1966-1967: OLIVEIRA, 1974, p. 65.

**Nota:** n.d. – dados não disponíveis.

Por outro lado, dos estados que dependiam das vendas para fora, o Paraná era o principal. Os dados do INM reproduzidos acima na **Tabela 26** nos mostram que, apesar de alguns momentos isolados, suas vendas não viram crescimento sustentado, se mantendo em realidade em constantes e fortes oscilações. Para que se tenha ideia, na década de 1950, em que em geral as vendas foram consideradas boas para o mate paranaense, em termos de volumes, elas oscilaram entre 40.151 t (1956) e 26.862 t (1953). Ainda em termos de volume, entre 1960 e 1964, as vendas oscilaram entre

33.744 t (1960) e 40.743 t (1963). Mas, ao chegarmos ao ano de 1965 – último ano que temos dados do INM para este estado –, perceberemos que suas exportações foram menores que as realizadas no ano de criação do Instituto: enquanto em 1938 as vendas para fora do país feitas pelos paranaenses haviam somado 36.202 t, em 1965 elas somaram 29.896 t<sup>196</sup>. Desse ano em diante, se tomarmos uma fonte diferente – os *Anuários Estatísticos* do IBGE, reproduzidos por Marisa Correia de Oliveira – teremos, enfim, que o Paraná seguiu conhecendo reduções ainda mais drásticas em suas exportações: 17.697 toneladas em 1966 e apenas 15.247 toneladas em 1967 (1974, p. 65).

O estado de Santa Catarina, por sua vez, durante a maior parte do tempo se manteve como segundo maior exportador, mas perdeu espaço para o estado de Mato Grosso em alguns momentos. Essa última situação se deu, em parte, porque Santa Catarina fornecia erva-mate cancheada para o Paraná, que depois a reexportava já beneficiada<sup>197</sup>. Mas, além dessa situação, mesmo experimentando alguns aumentos importantes em termos de volumes, sobretudo na década de 1950, as exportações catarinenses viam uma redução drástica entre um extremo e outro do período 1938-1967. Embora não possuamos dados para os anos 1966 e 1967, sabemos que as suas exportações, que somaram 14.262 t em 1938, em 1965 somaram apenas 3.809 t. Em termos percentuais, a sua participação nas exportações gerais de mate brasileiro despencou de 23% em 1938 para pouco mais de 9% em 1965<sup>198</sup>.

O caso de Mato Grosso, por fim, era o mais sensível, já que esse estado dependia de apenas um comprador, que era a Argentina. Suas exportações que haviam somado 11.117 t em 1938 até chegaram a animar os produtores mato-grossenses no ano seguinte, somando 16.928 t. Mas, depois disso, esse estado sofreu com as constantes ameaças do mercado argentino, que, como mostramos, ocorreram devido à questão do

---

<sup>196</sup> Para 1938-1939: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório N° 3 das Divisões da Defesa da Produção e de Controle do Mercado, apresentado à Diretoria do INM*. Rio de Janeiro: INM, mar./1940, p. 70; para os demais anos: *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

<sup>197</sup> Ao longo dos anos, dentre as firmas que agiam nos dois estados temos, entre outras, a Bernardo Stamm, a H. Douat & Cia, a Hans Jordan & Cia e a J. Procopiak & Irmão. Essas firmas faziam circular o mate dos ervais no norte de Santa Catarina até moinhos localizados no Paraná, especialmente nas regiões mais próximas da fronteira entre os dois estados. Dos moinhos paranaenses o mate já beneficiado seguia até os portos de Paranaguá e Antonina, no mesmo estado, de onde era exportado.

<sup>198</sup> Para 1938-1939: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório N° 3 das Divisões da Defesa da Produção e de Controle do Mercado, apresentado à Diretoria do INM*. Rio de Janeiro: INM, mar./1940, p. 70; para os demais anos: *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

aumento de sua produção interna e aos problemas econômicos e políticos internos desse país que, ao longo dos anos, o faziam reduzir as suas compras. Com isso, o Mato Grosso viu seus números em constantes e fortes oscilações, indo das mencionadas 16.928 t de 1939 a apenas 5.052 t em 1954. Apesar de alguns bons momentos, especialmente na década de 1940 e, novamente, entre a segunda metade da década de 1950 e os dois primeiros anos da década de 1960, a situação mato-grossense se mostraria cada vez mais frágil, chegando ao ano de 1965 com uma exportação de 7.165 t. A partir de 1966, devido ao duro golpe dado pelos argentinos, que cortaram definitivamente as importações de mate brasileiro, é sabido que o estado só atenderia aos compromissos já firmados e se veria então na urgente situação de ter que encontrar produtos alternativos para a sua economia estadual<sup>199</sup>.

Enquanto ocorriam essas instabilidades e as perdas nas exportações de erva-mate, outros produtos ganhavam cada vez mais importância nas economias estaduais. No Paraná, o grande estado produtor e exportador, desde a década de 1930, o mate já havia perdido o primeiro lugar que ocupava até então na economia estadual e que não recuperaria mais: a princípio isso se deu com a madeira e depois com o café. As mudanças promovidas, sobretudo, pelo café, estavam ligadas a um maior fluxo migratório das frentes pioneiras que ocuparam o Norte do estado, responsáveis pelo fim da “fase tradicional” da economia paranaense – ligada fortemente ao mate no sul – e que deram início a uma nova fase (OLIVEIRA, 1974, p. 115-116). Especificamente em relação ao café, como podemos observar na **Tabela 27**, as exportações paranaenses começaram a ganhar destaque em fins da década de 1930, mas se tornaram ainda mais importantes a partir de fins da década de 1940. A partir dessa última década já podemos observar a enorme diferença entre o café e o mate, tanto em volume quanto em valor, o que, afinal, seguiu aumentando nas décadas seguintes.

---

<sup>199</sup> Essa situação levou, por exemplo, a Federação das Cooperativas de Produtores Mate do estado a buscar novos caminhos para seguir e promover um estudo, que seria publicado em 1969, onde a mesma fez um balanço econômico, apresentou aspectos geográficos, políticos e sociais e procurou apontar alternativas econômicas para os espaços que antes eram ocupados, sobretudo, na produção do mate no sul de Mato Grosso (COPEMA - Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai. *Programa Regional de Investimento: Estudo Básico*, 2 volumes, 1969).

**Tabela 27: Paraná – volumes e valores da exportação da erva-mate e do café (alguns anos)**  
 – valores correntes em cruzeiros / volumes em toneladas

Ano	Erva-mate		Café	
	Volume	Valor total	Volume	Valor total
1939**	35.397	43.453.000	30.943	59.672,00
1941**	29.526	35.314.620	53.713	140.759.990
1945	25.438	59.524.920	4.043	21.562.000
1947	32.382	93.260.160	117.413	1.023.254,29
1948	30.541	89.485.130	69.845	603.233,00
1949	31.117	97.085.040	116.143	4.149.099.300
1950	32.730	103.426.800	113.233	2.161.971.000
1951	31.170	106.601.400	n.d.	22.497.180.600
1952	31.205	113.586.200	188.975	3.829.456.000
1953	26.862	120.610.380	599.481	67.357.000
1954	33.912	160.742.880	1.823.682	4.194.516.000
1955	33.990	163.557.000	1.817.987	3.995.718.000
1956	40.151	191.692.000	3.858.731	6.388.569.000
1957	29.531	149.257.000	2.114.797	4.375.348.000

**Fonte:** INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins estatísticos do INM* (Vários anos); OLIVEIRA, 1974, p. 117.

**Notas:** \* o valor das exportações de erva-mate para os anos 1947-1954 foram conseguidos a partir da multiplicação dos volumes vendidos pelos preços médios das exportações nacionais (valores a partir dos dados do INM). \*\* o valor das exportações foram transformados em cruzeiros para facilitar a compreensão. **N.d.** – dado não disponível.

Apesar de não possuímos dados de 1958 em diante, sabemos que a produção de café continuou sendo de longe a primeira na economia estadual, atingindo seu apogeu no início da década de 1960. Nesse período o Paraná passou a ser o primeiro produtor e exportador do país, ultrapassando inclusive o estado de São Paulo, então o líder<sup>200</sup>.

Ligando essas considerações à situação do mate, até se poderia chamar a atenção para o fato de que as mudanças ocorridas na economia paranaense terem estado conectadas à ocupação de novos espaços e às crescentes vantagens econômicas dos novos produtos – sobretudo o café –, pesando esses fatores mais que qualquer outra coisa. Mesmo sendo isso verdade, ao mesmo tempo, temos que levar em conta também o crescente desinteresse pela produção ervateira, coisa que o INM não conseguiu reverter. O motivo disso pode ser observado nos números constantes na **Tabela 27**, apresentada alguns parágrafos atrás, e na **Tabela 28**, a seguir, que nos mostram como as

<sup>200</sup> Na produção isso se deu na safra 1959/1960, quando o Paraná produziu 20.691 sacas de 60 kg, enquanto São Paulo produziu 15.620 sacas (LIMA, 2014, p. 55).

vendas de mate do Paraná, oscilando bastante ano a ano, foram reduzindo até final do período, se encontrando as exportações, por exemplo, em volumes cada vez menores, sem serem compensadas no mesmo nível pelas vendas inter e intraestaduais.

**Tabela 28: Brasil – vendas por estados (exportações, mercado interno e totais) (alguns anos) – em toneladas**

Ano	Paraná			Santa Catarina			Mato Grosso			Rio Grande do Sul		
	Exp.	M. I.	Totais	Exp.	M. I.	Totais	Exp.	M. I.	Totais	Exp.	M. I.	Totais
1940	27.891	2.433	30.324	8.048	572	8.620	12.951	n.d.	n.d.	1.211	n.d.	n.d.
1946	28.838	2.776	31.614	9.998	581	10.579	9.569	69	9.638	1.521	11.806	13.327
1950	32.730	n.d.	n.d.	9.421	n.d.	n.d.	5.964	n.d.	n.d.	150	n.d.	n.d.
1955	33.990	3.991	37.981	9.630	4.777	14.407	8.152	282	8.434	-	13.530	13.530
1960	33.744	6.030	39.774	13.087	7.503	20.590	11.665	799	12.464	360	24.246	24.606
1965	29.896	5.797	35.693	3.809	5.563	9.372	7.165	949	8.114	-	22.110	22.110

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletins Estatísticos* (Vários anos).

Nota: Exp. – exportações; M.I. – mercado Interno; n.d. – dados não disponíveis na fonte.

Em Santa Catarina, por sua vez, a erva-mate teve importância de destaque, sobretudo, até inícios da década de 1940. Segundo Goularti Filho, ela insere-se com destaque na periodização 1880-1945, que é caracterizada pela origem e crescimento do capital industrial catarinense. Nesse período houve aumento da importância relativa do mate na economia estadual especialmente até as décadas de 1920 e 1930, iniciando seu declínio nessa última. Nesse sentido, enquanto em 1929 o mate representava 16,6% das exportações catarinenses, em queda, ele chegaria a 2,1% já em 1943. Nesse último ano o mate ficou apenas na 8ª posição na economia estadual, atrás de madeira, banha, arroz, mandioca, tecidos, fios/roupas/meias, carvão e até mesmo do polvilho (GOULARTI FILHO, 2016, p. 77-78; p. 369).

Depois disso, segundo o mesmo autor, com o início de uma nova fase na economia estadual em 1945, Santa Catarina passou a conhecer uma maior diversificação e ampliação da base produtiva, que, enfim, nos anos 1960 experimentaria a integração e a consolidação de sua indústria. Assim, podemos dizer que essas transformações, sobretudo as que tiveram início na década de 1940, relegaram cada vez mais a erva-mate a um plano secundário na economia do estado, com outros produtos se tornando muito mais importantes.

Claro que poderíamos lembrar a estreita ligação catarinense com o Paraná, vendendo para esse estado parte de sua produção de cancheada. Mas, se observarmos

mais uma vez a **Tabela 28**, veremos que, apesar de as vendas catarinenses no mercado interno (intra e interestaduais) terem aumentado até certo ponto, elas não foram suficientes para contrabalançar a redução ocorrida nas vendas para o mercado externo. Os totais do estado (mercado interno + exportações) que haviam somado animadoras 20.590 toneladas em 1960, não somaram nem a metade disso em 1965 – último ano que possuímos dados –, quando registraram apenas 9.372 t. A situação era tal que o volume das vendas em 1965 ficou pouco acima do que havia sido 25 anos antes: em 1965 ele foi apenas 8,72% maior do que em 1940, ano que Santa Catarina havia vendido 8.620 t no total. De 1966 em diante, embora não possuamos dados, podemos imaginar uma piora ainda maior nas vendas desse estado, isso porque o mesmo também foi afetado de alguma forma pelo corte nas compras argentinas de mate brasileiro.

O Mato Grosso, por fim, que tinha no mate uma de suas fundamentais fontes de renda, foi vendo surgir outros produtos, sobretudo, a partir da década de 1940. Nessa década ocorreria, especialmente, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que receberia uma grande leva de migrantes, sobretudo do Nordeste brasileiro. Apesar de ter demorado mais tempo do que o Governo Federal esperava para dar resultados econômicos, a CAND foi instalada exatamente em uma vasta região ervateira do sul de Mato Grosso antes dominada pela Companhia Mate Laranjeira, onde seus colonos passaram cada vez mais a promover a cultura e extração de produtos que tinham como destino os grandes centros econômicos brasileiros – especialmente o Sudeste – e, com isso, parte deles, foram derrubando os seus ervais (FERNANDES, 2017; MENEZES, 2012; NAGLIS, 2007).

Assim é que, entre outros produtos, foi ganhando destaque especial nessa região da CAND e na economia estadual a extração da madeira de lei, mas, também, ao longo do tempo, em ordem de importância, a produção de milho, arroz, mandioca e feijão, além de outras culturas<sup>201</sup>. Finalmente, a partir de fins da década de 1960, começaria uma nova fase, onde a agricultura mecanizada aceleraria o processo e completaria a transformação em curso, fomentando a cultura de extensão, aumentando a produção do milho e incrementando a produção de soja. É também nesse novo período

---

<sup>201</sup> Segundo o estudo da COPEMA, em 1967, o milho representava 44,73% das culturas agrícolas da região sul de Mato Grosso, seguido do Arroz (29,68%), Mandioca (11,14%), Feijão (4,96%), outras (9,49%) (COPEMA, 1969, Vol. 1, p. 3/5).

que ganhou cada vez mais destaque a criação de gado no então sul do estado (onde alguns anos depois viria a se constituir o Mato Grosso do Sul) (FERNANDES, 2017).

De qualquer forma, apesar dessas mudanças na economia mato-grossense, quando a Argentina anunciou em 1965 que pararia de comprar o mate do Brasil, houve manifestações do governo estadual, já que o mesmo ainda era considerado um produto de grande importância econômica, que ocupava, segundo informação do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, por volta de 17 mil famílias<sup>202</sup>. O governador Pedro Pedrossian, inclusive, teria procurado o INM no Rio de Janeiro e o Governo Federal, em Brasília, com o objetivo de encontrar soluções e alternativas para essa situação, sem, no entanto, ter conseguido resultado favorável<sup>203</sup>. O INM, de sua parte, como nós vimos anteriormente, também tentou reverter essa situação, procurando entendimentos com autoridades do país vizinho. Buscou, inclusive, promover entendimentos diretamente com o presidente Juan Carlos Onganía, que assumiu em junho de 1966, para que esse revertesse o corte nas importações de mate brasileiro. Mas, também nesse caso, não houve sucesso, e as pressões dos produtores de Misiones se fizeram prevalecer, em detrimento dos interesses dos produtores mato-grossenses.

Enfim, nesse mesmo contexto, vale dizer que o Mato Grosso não contava com grande espaço no mercado interno brasileiro, como contavam os estados do Sul. Além disso, sua população – muito menor que a desses – não era considerada suficiente para substituir o mercado argentino através de um aumento do consumo estadual (COPEMA, 1969, Vol. 1, p. 3/42). De acordo com o *Censo de 1960*, do IBGE, enquanto a população dos três estados do Sul do país somava 11.873.495 habitantes, a população do estado de Mato Grosso somava 910.262 habitantes<sup>204</sup>. Complementarmente a isso, vale dizer ainda que as vendas de Mato Grosso no mercado interno brasileiro – inclusive dentro do próprio estado – somaram 949 toneladas em 1965, ou seja, apenas 11,70% das vendas totais mato-grossenses nesse ano<sup>205</sup>; não havendo, enfim, qualquer motivo para crermos que isso tenha melhorado nos anos imediatamente seguintes.

---

<sup>202</sup> Claro que devemos ter em mente que essas famílias muito provavelmente se ocupassem, proporcionalmente cada vez mais, também de outras culturas, não sendo o mate exclusividade.

<sup>203</sup> BONILHA diz que Instituto do Mate trai Mato Grosso. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 22.626, 7/jan./1967, Primeiro Caderno, p. 11.

<sup>204</sup> *Apud* ANUÁRIO Estatístico do Brasil de 1967. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, v. 28, 1967.

<sup>205</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1965*. Rio de Janeiro: 1966.

Além da situação do mate nas economias estaduais, outra maneira de percebermos os resultados da ação do INM é atentando para os valores das exportações de mate e observando sua participação nas exportações nacionais no período 1938-1967. Nesse sentido, os primeiros dados de que dispomos (**Tabela 29**) são do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, que foram reproduzidos pela CODEPAR em 1965. Embora diferentes dos dados do INM e só chegando até 1963, eles são muito úteis, pois, considerando o valor das exportações brasileiras em cruzeiros (em valores correntes), registram, ano a ano, a perda de participação do mate nas mesmas. Como se observa, no ano de criação do INM, o mate participava com 1,16 % das exportações nacionais; em 1963 – último ano dessa série – só representava 0,76% das mesmas, ou seja, pouco mais de 65% do que representava em 1938.

**Tabela 29: Brasil – participação do mate no total das exportações (de 1938 a 1963) – em valores correntes**

Ano	Quantidade (em t)	Valor a bordo no Brasil (em Cr\$ 1.000)	% do valor total das exportações
1938	63.241	59.378	1,16
1939	60.157	63.453	1,13
1940	50.520	61.037	1,23
1941	49.762	61.679	0,92
1942	55.276	72.565	0,97
1943	48.139	69.522	0,80
1944	43.691	86.305	0,80
1945	49.829	111.287	0,91
1946	49.224	132.766	0,73
1947	55.434	159.534	0,75
1948	46.775	138.016	0,64
1949	47.369	148.327	0,74
1950	45.774	145.948	0,59
1951	50.054	169.691	0,52
1952	44.566	164.371	0,63
1953	34.831	173.433	0,54
1954	49.851	379.503	0,88
1955	52.404	643.597	1,18
1956	58.042	767.744	1,29
1957	55.044	800.704	1,32
1958	56.602	1.030.140	1,62
1959	55.297	1.256.505	1,15
1960	56.130	1.610.117	1,09
1961	60.946	2.418.562	0,98
1962	47.558	2.759.420	0,89
1963	48.428	4.208.193	0,76

Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda. *Apud* CODEPAR, 1965, vol. 2, p. 4/18.

Mas, além da tabela acima, tomando os dados constantes nas *Estatísticas Históricas* do IBGE, em moeda estrangeira, para os seis principais produtos agrícolas exportados pelo Brasil, temos a **Tabela 30**. Essa apresenta resultados muito semelhantes aos anteriores, só que com informações mais completas, abrangendo todo período que nos interessa e possibilitando melhor comparar a situação do mate com a de outros produtos. Conforme esses dados, apesar de algumas oscilações, os valores da exportação de erva-mate iniciaram uma marcha ascendente a partir de 1941, começando com 3.176 dólares, até atingir o limite máximo de 15.863 dólares em 1956. Daí em diante, no entanto, eles tomaram o sentido inverso, passando a cair constantemente até chegar a apenas 4.984 dólares em 1967. Entre outras coisas, isso quer dizer que nesse último ano os valores do mate exportado eram pouco mais de 31% do haviam sido registrados 26 anos antes. Ou ainda, quer dizer que este último valor era apenas levemente maior que os 4.531 dólares registrados em 1944.

**Tabela 30: Brasil – valor da exportação dos principais produtos agrícolas e participação da erva-mate no total (de 1938 a 1967) – £ 1000 – 1938-1939 / US\$ 1000 – 1940-1967**

Ano	Açúcar	Algodão	Borracha	Cacau	Erva-mate	Café	Total	% da erva-mate no total
1938	20	6.559	329	1.502	419	16.192	25.021	1,67
1939	156	7.645	377	1.494	420	14.892	24.984	1,68
1940	249	5.401	499	1.236	393	81.346	89.124	0,44
1941	498	52.039	4.696	16.220	3.176	103.894	180.523	1,76
1942	2.481	33.816	7.788	11.368	3.808	103.164	162.425	2,34
1943	908	21.687	9.909	17.944	3.643	146.901	200.992	1,81
1944	5.999	35.071	19.209	16.164	4.531	203.693	284.667	1,59
1945*	2.828	55.295	18.233	12.078	5.866	224.559	318.859	1,83
1946*	3.817	155.815	14.202	34.537	7.042	341.667	557.080	1,26
1947*	11.876	165.743	11.003	56.451	8.595	417.839	671.507	1,28
1948*	37.283	182.489	2.534	57.463	7.440	486.202	773.411	0,96
1949*	4.163	108.164	1.484	51.929	7.994	625.779	799.513	1,00
1950*	3.316	104.451	2.249	77.999	7.874	858.199	1.054.088	0,75
1951	3.459	205.962	871	68.741	9.142	1.047.838	1.336.013	0,67
1952	5.006	34.399	1.588	41.022	8.836	1.032.885	1.123.736	0,79
1953	22.411	101.756	1.667	75.223	7.246	1.088.270	1.296.573	0,55
1954	12.380	223.116	1.825	135.606	12.832	948.077	1.333.836	0,96
1955	46.911	131.365	1.616	90.907	13.567	843.937	1.128.303	1,20
1956	1.604	85.944	1.190	67.207	15.863	1.029.782	1.201.590	1,32
1957	45.871	44.207	1.867	69.693	14.144	845.531	1.021.313	1,38
1958	57.367	24.768	1.219	89.415	15.096	687.515	875.380	1,72
1959	42.771	35.541	1.894	59.447	12.650	733.040	885.343	1,43
1960	57.815	45.586	2.958	69.181	8.983	712.714	897.237	1,00
1961	65.611	109.682	5.308	45.923	9.484	710.386	946.394	1,00
1962	39.495	112.166	5.208	24.227	7.476	642.671	831.243	0,89
1963	72.412	114.241	1.500	35.030	7.664	748.284	979.131	0,77
1964	33.134	108.259	2.632	34.816	7.776	759.703	946.320	0,82
1965	56.727	95.651	5.007	27.689	6.940	706.587	898.601	0,77
1966	80.535	111.004	3.797	50.731	6.876	763.983	1.016.926	0,67
1967	80.426	90.844	3.888	59.161	4.984	704.725	944.028	0,53

Fonte: ESTADÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 345-351; p. 570-571.

Notas: \* O valor das exportações para os anos 1945-1950 só está registrado em moeda nacional. A conversão para moeda estrangeira foi feita com base na taxa de câmbio implícita constante na mesma fonte.

Apenas com esses dados já percebemos uma situação de estagnação para o valor do mate brasileiro nos anos finais da década de 1950 e de declínio constante ao longo da década de 1960. De qualquer forma, como um dos objetivos aqui é mostrar a importância do mate nas exportações brasileiras, não podemos tomá-lo de forma isolada dos demais produtos. Nesse sentido, com base nos dados comparados do valor (em moeda estrangeira) dos seis principais produtos agrícolas exportados pelo Brasil entre 1938 e 1967, constantes na mesma tabela, percebemos que a erva-mate começou com uma participação de 1,67% do total e terminou registrando 0,53%. Nos últimos sete anos do INM, com exceção de 1960 e 1961, ele não participou nem ao menos com 1% do valor total do mesmo conjunto de exportações. Mas, além disso, também devemos chamar a atenção para o fato de que mesmo nos momentos em que houve aumento da participação do mate nas exportações, isso não significou só e necessariamente um aumento do seu valor total, mas em geral foi acompanhado de uma redução nos valores de outros produtos. Assim, por exemplo, em 1942, ano em que registrou sua melhor participação percentual – 2,34% –, foi o ano em que o café, principal produto da nossa pauta de exportações e com proporções imensamente maiores que a *Ilex* – e a maioria dos demais produtos – registrou uma queda importante no valor da sua exportação em relação ao ano anterior, indo de 180.523.000 dólares em 1941 para 162.425.000 dólares em 1942.

Em outras palavras, começando em 1938 como 4º colocado nessa lista, a erva-mate perdeu espaço para o açúcar, especialmente a partir da década de 1950, e chegou a perder posição até mesmo para a borracha em 1944 e 1947, anos em que a *Ilex* caiu para 6º lugar. Depois de 1947, chegou a ocupar novamente a 4ª posição em seis ocasiões, mas ficou na 5ª posição a maior parte do tempo, posição em que se encontrava, afinal, em 1967. Claro que devemos ter em conta o ganho de importância dos demais produtos ao longo dos anos, mas não se trata apenas disso, pois, de sua parte, o mate, como vimos, depois de conhecer uma melhora em números absolutos – especialmente na década de 1950 –, fez o movimento contrário. Dessa forma, o que os dados dos valores e da participação da erva-mate no total das exportações nos mostram até aqui é uma situação de constante perda de importância – tanto relativa quanto absoluta – da mesma no cenário nacional.

Ainda complementando o que já temos visto, a **Tabela 31** nos apresenta dados de volume, valor total e preço médio das exportações dos últimos dez anos do INM divididos entre os dois formatos – cancheada e beneficiada.

**Tabela 31: Brasil – valor das exportações dividido por formato (de 1957 a 1967)**

Ano	Cancheada			Beneficiada		
	Volume total	Valor total (em US\$ 1.000)	Preço médio (Kg)	Volume total	Valor total (em US\$ 1.000)	Preço médio (Kg)
1957	31.926	7.399	0,23	23.118	6.745	0,29
1958	33.461	8.070	0,24	23.141	7.026	0,30
1959	28.922	6.046	0,20	26.375	6.604	0,25
1960	33.487	4.905	0,14	22.643	4.078	0,18
1961	37.363	5.454	0,14	23.583	4.030	0,17
1962	23.780	3.356	0,14	23.778	4.120	0,17
1963	25.361	3.568	0,14	23.066	4.095	0,17
1964	25.389	3.535	0,13	23.025	4.240	0,18
1965	22.176	3.179	0,14	19.587	3.761	0,19
1966	11.660	1.913	0,16	23.761	4.963	0,20
1967	5.775	1.074	0,18	18.515	3.910	0,21

**Fonte:** COPEMA, Vol. 1, 1969, p. 3/37; ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990, p. 345-351; p. 570-571.

Tendo em mente a redução dos volumes, em geral e de forma específica, podemos perceber mais uma vez como o valor das exportações tanto de um como de outro formato teve vertiginosa queda ao longo do período 1957-1967. Percebemos que os valores das exportações de erva-mate beneficiada caíram quase pela metade (42,03%) entre um extremo e outro, enquanto que no caso do cancheada, ainda mais grave, houve uma redução de 85,48% entre 1957 e 1967. Além disso, para os dois formatos, embora os preços médios tenham recuperado um pouco nos últimos anos, eles ainda continuavam bem abaixo dos preços médios de 1957. Isso também serve para mostrar, mais uma vez, que o INM não soube lidar com a questão dos formatos a serem exportados – especialmente com vistas ao que ocorreu em relação ao mercado uruguaio, mas não só –, tendo o Instituto procurado priorizar a venda de erva-mate beneficiada, em detrimento da venda de cancheada. Escolhendo seus dirigentes e parte importante dos seus conselheiros esse caminho, o resultado foi uma diminuição espantosa do valor da cancheada, que acompanhou, além do mais, os seus volumes, que foram de 31.926 toneladas em 1957 para tão somente 5.775 toneladas em 1967!

Afinal, com base no que dissemos até aqui, especialmente tendo em conta as últimas tabelas desse subitem e a posição do mate dentro do panorama nacional, podemos afirmar que, em 1967, a economia ervateira se encontrava em declínio, vivendo um novo momento crítico e deixando, além disso, de representar grande coisa na captação de divisas, tão importantes em uma economia como a brasileira. Nessas condições, mesmo tendo em conta as razões políticas que levaram às transformações estruturais ocorridas em nível nacional após o Golpe de 1964, torna-se compreensiva a extinção do INM em 1967.

Também se torna compreensível a imagem que alguns vinham pintando para o mesmo nesse momento, como um “depósito de funcionalismo”, um peso a mais para as classes ervateiras, um “gigante imóvel”, que se perdeu nos “entrechoques de interesses” e nas “omissões administrativas” (CODEPAR, 1965, Vol. 1, p. 4/17). Ou ainda uma autarquia “abandonada, superada e complexada”, como declararia José Lacerda Junior, representante do governo do Paraná, sobre o INM, em março de 1966<sup>206</sup>. A situação do INM era, afinal, aquela resumida por Samuel Guimarães da Costa:

[...] a deficiência do INM está justamente no seu sistema autárquico, de órgão que pretende bastar-se a si mesmo. A economia ervateira, como economia depauperada que não tem meios para recuperar-se por si só, quanto mais para sustentar, sozinha, um organismo oficial destinado a realizar essa recuperação<sup>207</sup>.

Em resumo, ao longo do tempo, tornou-se ele um órgão imobilizado por seus altos gastos de manutenção, cada vez mais asfixiado pela falta de recursos e que não pôde contar com recursos externos, sobretudo, do Governo Federal. Governo este que, em pleno regime militar, que buscava maior “eficiência financeira”, assim como fez com outros órgãos federais, optou por extinguir o Instituto Nacional do Mate em fevereiro de 1967.

---

<sup>206</sup> INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata sessão de instalação da 1ª reunião ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 16/mar./1966, p. 1.

<sup>207</sup> *Economia Ervateira*. Apud INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1963, p. 4-5.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos a esse ponto do nosso texto e com um olhar panorâmico, devemos ter entendido duas coisas. A primeira é que, ao mesmo tempo em que se inseriu nas políticas intervencionistas de Getúlio Vargas, a criação do INM foi necessária e atendia aos anseios de grupos de interesse da própria economia ervateira, sobretudo dos industriais e exportadores. A segunda coisa é que o INM não cumpriu a missão que lhe coube de desenvolver a economia ervateira e, portanto, a sua extinção, em 1967, tem justificativa no fato de ele não ter tido sucesso na maior parte das medidas que propôs. Ele não atendeu às necessidades dos mesmos grupos, inclusive dos produtores, conforme constava em seus decretos regulamentares desde o início, que diziam que ele havia sido criado para “amparar a produção, a indústria e o comércio do mate e fomentar o seu consumo”<sup>1</sup>.

Desde o **Capítulo 1** procuramos mostrar que a existência de um órgão nacional de controle e de amparo à economia ervateira se fazia necessário. Produto que, desde as primeiras décadas do século XIX, começou a se tornar importante tanto para as economias estaduais como para compor a pauta de exportações do Brasil, a erva-mate – como, em geral, era o caso dos demais produtos de exportação brasileiros – sempre esteve na dependência do que ocorria nos países compradores, sobretudo nos chamados *mercados tradicionais* (Argentina, Uruguai e Chile). Era assim que, como consequência de crises vividas por esses países, as vendas do mate sofriam constantes oscilações, fossem nos volumes, fossem nos preços. Esses três países latino-americanos, dos quais o mate brasileiro sempre foi dependente, tinham economias frágeis, dependentes, em maior ou menor grau, do que ocorria em âmbito mundial, dada a sua posição na divisão internacional do trabalho, em geral, como fornecedores de produtos primários. Foi assim que o mate sofreu especialmente com o período crítico dos anos 1890, que afetou de diferentes formas e em diferentes proporções os mercados argentino, chileno e uruguaio; foi assim também que o mate sofreu nas primeiras décadas do século XX, sobretudo, com os efeitos profundos da Crise de 1929. A oferta, por sua vez, também

---

<sup>1</sup> Regulamento do INM de 1938, Art. 1º.

foi afetada ao longo de todo esse período por eventos internos do Brasil, como a Revolução Federalista (1893-1895) e a chamada Guerra do Contestado (1912-1916), que criaram inúmeros problemas para as produções dos estados sulistas. Enfim, essa situação de constante instabilidade prejudicava os interesses dos estados produtores brasileiros, especialmente do Paraná, que após sua separação da antiga província de São Paulo em 1853 e posteriormente à Guerra do Paraguai (1864-1870), foi se tornando o principal exportador, seguido pelo Rio Grande do Sul, por Santa Catarina e, por fim, a partir da década de 1880, por Mato Grosso.

Ao mesmo tempo, se fazia importante um órgão que encontrasse e conquistasse mercados alternativos, que conquistasse novos espaços para o mate brasileiro. As medidas isoladas de cada exportador ou mesmo de cada estado não vinham tendo continuidade e não vinham produzindo efeitos importantes e duradouros. Criar um órgão central, nesse sentido, era fundamental para agir de forma mais ampla, continuada e organizada. Ainda mais que, à medida que os anos avançaram nas primeiras décadas do século XX, a Argentina, que vinha plantando erveiras em Misiones, começou a colher os frutos dessa empreitada, passando a ameaçar assim romper com o Brasil e inclusive passou a oferecer-lhe a possibilidade de concorrência. Problemas também eram oferecidos pelo Uruguai e pelo Chile, que se mostravam muito instáveis, dadas as características que apontamos acima.

Experiências embrionárias de junção de forças surgiram então na década de 1920, especialmente com a criação de Institutos de âmbito estadual, mas também através da criação de sindicatos de industriais e exportadores e de associações cooperativas de produtores, que se espalharam de início pelo Paraná e por Santa Catarina. Essas experiências, entretanto, continuaram se mostrando limitadas e restritas aos seus próprios campos de interesse, o que inviabilizava o desenvolvimento da economia ervateira como um todo. Promoveram-se diálogos, fizeram-se reuniões. Criou-se, enfim, o INM, em 1938, com o objetivo de juntar esses grupos que procuravam agir em separado, de superar as diferenças existentes entre cada um deles e centralizar as decisões em um único órgão, que agiria “imparcialmente” em benefício dos interesses gerais e, ao menos de início, dos “interesses da Nação”.

Criar o INM era uma necessidade também para oferecer um produto de melhor qualidade. Como mostramos no primeiro capítulo, até 1938, sobravam problemas tanto no processo produtivo, como na conservação do produto, como ainda nas recorrentes

adulterações, que geravam desconfianças entre os compradores tradicionais e contribuíam para a pouca aceitação do mate nos novos mercados, onde ele era considerado produto exótico e, por vezes, pouco higiênico. Nesse aspecto, pode-se dizer que o INM teve parcial sucesso, já que ele revisou e ampliou significativamente a legislação existente de padronização dos formatos e tipos produzidos. Mas, por outro lado, as ações práticas em relação a essa questão não tiveram o impacto esperado, entre outras coisas, devido à persistência dos inúmeros estabelecimentos de beneficiamento precários chamados *soques*. Contra estes, além das constantes ameaças de pura exclusão, as medidas recorrentemente tentadas pelo INM de transformação e readequação das instalações foram inócuas, continuando os mesmos estabelecimentos a existir em grande quantidade por todo tempo de vida do Instituto.

Em relação aos demais pontos citados acima, sob os quais se fazia necessário agir, nós pudemos mostrar que os resultados da ação do INM foram, em sua maioria, limitados ou insuficientes. Pudemos perceber, por exemplo, que, depois da euforia e das esperanças geradas com a criação do Instituto, a realidade logo se fez presente. De pronto se apresentaram os obstáculos e os problemas oriundos tanto da forma como ele se organizou e estruturou como das medidas que ele adotou. Impossibilitado legalmente de comercializar – conforme esteve explícito desde o início e assim continuou estando em seus subsequentes decretos regulamentares –, o INM desde o começo se viu limitado em seu poder de ação, tendo por isso nos primeiros anos se ligado ao projeto de criação de Centros de Beneficiadores e Exportadores (Centrex e Centrix) e de seus entrepostos (ou armazéns reguladores). Essa ligação gerou pronta oposição das cooperativas que, com razão, viram nos dois centros criados uma forma de o INM favorecer aos industriais e beneficiadores, em detrimento dos interesses dos produtores cancheadores. Como consequência, além do fato importante de o Instituto não ter tido recursos suficientes para a instalação e manutenção dos entrepostos, manifestações da parte das cooperativas foram feitas e embates foram travados, o que forçou o Governo Federal a agir, obrigando o Instituto a mudar a sua estrutura e levando à extinção dos centros apenas quatro anos depois deles terem sido criados.

Depois disso, mesmo com algumas mudanças tendo sido feitas, o cooperativismo ainda não se aproximou do INM. Isso ocorreu, entre outras coisas, porque o próprio Governo Federal optou pela criação de um órgão à parte de controle e incentivo das cooperativas. Esse órgão era a Comissão de Organização Cooperativa dos

Produtores de Mate (COCPM), que, como vimos no segundo capítulo, agiria de forma paralela ao INM até 1946, ano de sua extinção. Apenas depois disso é que ocorreria uma paulatina aproximação das cooperativas e suas Federações com o Instituto, ainda assim com as primeiras mantendo relativa autonomia de ação, controlando daí em diante, por exemplo, a *Taxa de Cooperativa*, fonte de recursos que havia sido criada juntamente com a COCPM anos antes, e disputando cada vez mais espaço com os beneficiadores e exportadores “tradicionalistas”.

Se por um lado a experiência dos centros beneficiadores/exportadores durou pouco, por outro lado, duas ferramentas de ação do INM seriam mantidas durante quase todo seu período de vida: as cotas e os preços tabelados. O grande problema, nesses casos, foram os resultados práticos conseguidos. Se por um lado – principalmente no início – o regime de cotas serviu para controlar a produção e a oferta, possibilitando mesmo o controle da superprodução até então imperante, seus resultados não seriam duradouros e elas seriam recorrentemente questionadas, levando inclusive à sua extinção no curto período 1947-1949. Os questionamentos se dariam, em geral, por causa da persistência de constantes oscilações nas vendas para os mercados externos de um ano para o outro, o que resultava em duas situações: ou ocorriam sobras invendáveis nos anos de reduções fortes nos pedidos; ou ocorriam faltas de produto quando, motivados por reduções nas vendas no ano anterior, se estabeleciam cotas menores e a produção efetiva acabava não atendendo ao possível aumento da demanda no ano corrente. Seja como for, o INM não foi capaz de encontrar outra fórmula que melhor servisse ao controle da economia ervateira. Com a exceção do período 1947-1949, foi sempre descartada a liberdade de comércio, mesmo tendo sido essa proposta mais de uma vez, especialmente em fins dos anos 1950 e ao longo dos anos 1960. Por outro lado, mesmo mantendo as cotas para os diferentes segmentos na maior parte do tempo, sem o complemento necessário do controle adequado dos estoques e mesmo o seu conhecimento real, por exemplo, coisas que o INM nunca teve, e sendo, além disso, afetado de muitas maneiras pelo que ocorria nos mercados interno e externo, o Instituto não encontrou um equilíbrio duradouro entre a oferta e a procura.

Os problemas com os mercados externos, com os quais o INM não foi capaz de lidar – o que deveria ter incluído uma ampliação dos mesmos e a conquista de novos espaços –, geraram ao longo do tempo efeitos também sobre os preços em cada um dos grandes segmentos da cadeia produtiva (produção, beneficiamento e comércio). Isso se

deu através de rebaixamentos oficiais e ainda através dos – por vezes inevitáveis – desrespeitos aos preços que eram estabelecidos pelo INM, tanto por parte dos exportadores, que ofereciam por vezes bonificações, como por parte dos produtores, que para sobreviver vendiam a qualquer preço. Ainda sobre os preços, que continuaram sendo um problema persistente, vimos no segundo e especialmente no terceiro capítulo, como, em relação destacadamente aos mercados tradicionais, eles caíram de forma importante entre o início e o fim do período de vida do INM. Somadas às reduções dos volumes e dos valores totais em moeda estrangeira das vendas para esses mesmos mercados, essa queda dos preços nos mostrou, afinal, um resultado contrário ao que era esperado, tendo ocorrido uma constante perda de significância da erva-mate – tanto da cancheada quanto da beneficiada –, dada a incapacidade do Instituto de promover a valorização do mate brasileiro.

Mas, além do comércio, os efeitos eram especialmente maléficos para os produtores, ainda mais tendo em vista que, quase sempre sem recursos disponíveis, o INM jamais pôde ampará-los através de financiamento da produção. O INM também pouco conseguiu fazer também em relação aos processos produtivos. Mesmo com a tentativa de introdução de tesouras, por exemplo, persistiram formas predatórias de extração nos ervais, com o corte das folhas e galhos sendo feito por facão, decependo quase completamente as erveiras e prejudicando a recuperação das mesmas para futuras extrações. Além disso, persistiram também métodos tradicionais de preparo da cancheada, baseados em barbacuás e carijos que, em sua maioria, eram apenas minimamente equipados e, por vezes, eram mesmo precariamente instalados. Nesse último caso, projetos foram elaborados tanto para melhoria dos processos – construção de barbacuás coletivos e “usinas de cancheamento” –, como para o armazenamento – exemplo da *Rede de Armazéns*. No entanto, na prática pouca coisa foi adiante. Nunca se chegou a instalar uma rede de armazéns do INM, no máximo foi construído um armazém em Mato Grosso e foi adquirido e reaproveitado outro já existente no Paraná, tendo ainda assim efeito reduzido e duvidoso. Além disso, dos estabelecimentos que foram efetivamente instalados pelo INM para melhoria dos processos, além de terem sido instalados tardiamente – já em fins dos anos 1950 –, os mesmos continuariam apresentando problemas e deficiências, além de terem sido subutilizados. Tal foi o que ocorreu com o barbacuá coletivo de Prudentópolis, Paraná, que tendo demandado muito tempo e importantes recursos, até a extinção do INM, seus presidentes ainda diziam que

requeria importantes adequações e ajustes, continuando, de resto, sem “funcionar plenamente”.

Pouco efeito tiveram também as estações experimentais e os campos de mudas instalados pelo INM, cuja finalidade era o adensamento dos ervais desgastados e depredados e o incentivo ao plantio racional. Sobretudo em relação aos últimos, com o desestímulo a que eram expostos os produtores, a procura por mudas para o adensamento de ervais não foi a esperada. Ocorreu antes o paulatino abandono da produção em muitas regiões, onde, aliás, o mate há tempos já vinha dividindo espaço com outras culturas e ocupações, tendo em vista que a produção ervateira ocupava alguns poucos meses do ano. Sem estímulo e amparo adequado da parte do INM – e mesmo das cooperativas, cujos recursos parecem não ter crescido na mesma proporção e necessidade dos cooperados –, muitos produtores foram trocando o mate por outros trabalhos e culturas mais rentáveis.

O Instituto também não foi capaz de incentivar indústria ervateira e criar condições para o seu desenvolvimento. Foi incapaz de encontrar uma forma de fazer crescer o aproveitamento de extratos do mate, tendo antes persistido no interior da sua Junta Deliberativa as visões e posições de defesa das formas tradicionais de aproveitamento da *Ilex*, sobretudo o chimarrão e os chás. Nem mesmo conseguiu resolver questões relativas ao desenvolvimento da produção e comércio do mate solúvel, produto visto como uma das grandes esperanças para fazer a economia ervateira crescer, especialmente a partir de fins dos anos 1950. Nesse sentido, como pudemos mostrar no **Capítulo 3**, as medidas adotadas pelo INM de propaganda e também a criação de uma resolução que isentava o mate solúvel de taxas de exportação, foram insuficientes, incapazes garantir o aumento da demanda de mate solúvel até mesmo ao essencial necessário para aproveitar minimamente a capacidade produtiva das duas fábricas instaladas (Mate-Nal e Matex).

Em relação aos mercados, pudemos constatar com essa pesquisa duas situações opostas: um crescimento importante e sustentado do mercado interno e a perda crescente de espaço nos mercados tradicionais, sobretudo devido ao corte definitivo dos argentinos, mas também devido à redução das compras por parte do Uruguai e do Chile. O crescimento do mercado interno se deu especialmente a partir de meados da década de 1950 e seria excelente para os ervateiros brasileiros. O grande problema é que ao invés de se somar aos mercados já existentes, o que se viu foi uma perda crescente

desses últimos a partir de fins da mesma década de 1950, tanto em volumes quanto em valores. Daí em diante, as vendas internas serviriam apenas para contrabalançar – ainda assim em parte – as reduções nas exportações. Além disso, pudemos apontar também que o crescimento das vendas internas do mate se deu de forma concentrada nos próprios estados produtores, mais as exceções dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. A ação do INM por meio das agências e das Casas do Mate, instaladas em alguns estados considerados chave para a expansão do consumo no mercado nacional, mostrou-se ineficaz. As vendas nos estados em que as mesmas foram instaladas e regiões próximas – com a única exceção talvez de São Paulo – foram insignificantes.

Uma segunda e complementar saída para perda de espaço nos mercados tradicionais deveria ter sido a conquista de novos mercados externos. E o Instituto buscou isso ao longo dos anos, direta ou indiretamente, através do uso de recursos próprios ou através das embaixadas e escritórios comerciais brasileiros. Mas, como também foi possível constatar, as medidas adotadas pelo INM, voltadas, sobretudo, para os EUA e para a Europa, grandes centros econômicos do mundo, foram ainda mais inócuas e os resultados se mostraram insignificantes. As vendas que tinham esses destinos nunca passaram de 1% do volume total das exportações.

Dessa forma, se as oscilações nas vendas gerais criaram desconforto e desconfiança entre os grupos que compunham a cadeia produtiva do mate, a perda crescente de espaço nos mercados externos tradicionais, sobretudo, a partir de fins dos anos 1950, os desestimulou ainda mais. Como resultado, o mate que já perdia espaço nas economias estaduais para outros produtos desde antes de 1938, viu intensificar esse processo ao longo do tempo de vida do INM. O mesmo ocorreu em relação à participação do mate na economia nacional, tendo ele perdido cada vez importância – tanto em termos relativos como absolutos – nas exportações brasileiras, gerando cada vez menos divisas para uma economia que delas tanto dependia.

Nesse ponto, cabe dizer ainda que não quisemos mostrar com a nossa tese que não houve nenhum momento positivo para a economia ervateira enquanto o INM existiu. Os anos finais da década de 1940 e parte dos anos 1950, em geral, foram positivos para a economia ervateira, de uma forma ou de outra, ora em termos de valores ora em termos de volumes. Houve certa estabilidade e mesmo melhora nas vendas para os argentinos – especialmente depois do tratado Brasil-Argentina de 1953 até pelo menos 1958 –, houve melhora nas vendas para os uruguaios, que se tornariam nossos principais

compradores, e, em alguns anos, para os chilenos, o que, ao menos durante algum tempo, se somou ao crescimento das vendas no mercado interno. Isso porque, como já dissemos, foi na década de 1950 que o consumo nacional passou a crescer de forma realmente importante. Esses fatores nos ajudam a entender o porquê de o INM não ter sofrido mudanças estruturais e regulamentares profundas depois de 1946, pois parecia possível acreditar que a economia ervateira pudesse ganhar a importância e a estabilidade que pretendiam os interessados. Esse bom momento nos permite pensar num certo conformismo com a situação geral da economia ervateira e com a ação do INM, justificando o pensamento que parecia mais ou menos geral nesse período de que se era “ruim com o Instituto, pior sem ele” (LINHARES, 1969). Isso explica ainda o fato de o INM só ter voltado a receber novas críticas importantes a partir de fins da década de 1950. É a partir desse último momento que, com os problemas, sobretudo, com as exportações voltando a se agravar, os questionamentos sobre a validade estrutural e existencial do INM voltaram a aparecer com mais força.

Também não quisemos passar a impressão com o nosso texto de que o Instituto possuía um destino determinado, a-histórico, que “era pra ter sido assim mesmo”, que “não poderia ter sido de outro jeito”. Evidentemente uma série de fatores tiveram peso e diversos sujeitos, econômica, política e socialmente localizados, contribuíram com suas ações e decisões para que ele tivesse a trajetória que teve. De qualquer forma, as limitações que nasceram com o INM e continuaram existindo – como a impossibilidade de comercializar –, somadas às outras limitações que foram aparecendo ao longo dos anos – tal como os aumentos dos gastos de manutenção, que não foram acompanhados de maior arrecadação e nem de amparo por parte do Governo Federal – seriam por certo fatores importantíssimos para limitar uma ação mais intervencionista e controladora de sua parte. Ação efetiva essa que talvez tivesse evitado o agravamento dos problemas enfrentados pelo mate nos últimos anos ou servido como remédio para os efeitos negativos que os mesmos acarretaram.

É nesse sentido que podemos dizer que os pontos negativos se sobressaíram aos positivos ao longo dos 29 anos em que o INM existiu e foram, enfim, determinantes para a sua extinção em 1967. Ao chegarmos a esse ano, fica claro que a estrutura do Instituto era rígida demais para dar respostas adequadas aos problemas enfrentados, que nem eram de todo novos, pelo contrário, muitos deles já afetavam os interesses ervateiros desde o início, apenas retornando mais graves ao final. Fica claro também

que a legislação do Instituto estava superada, não dando conta das reais necessidades da economia ervateira.

Por outro lado, procuramos responder no **Capítulo 3** à pergunta do porquê de o Governo Federal não ter auxiliado o INM, liberando-lhe recursos extraorçamentários que poderiam ter contribuído de forma importantíssima para levar adiante seus projetos. Como pudemos mostrar especialmente no **Capítulo 2**, as fontes não são muito claras a esse respeito. De qualquer forma, o que podemos dizer é que durante todo período 1938-1967 o Governo Federal, de forma geral, priorizando os projetos de desenvolvimento da indústria nacional, relegou a um plano secundário o setor primário nacional. Mas, certamente contribuíram para isso também os problemas vividos pelo próprio Governo Federal, que o impediram de levar adiante ações tais como as que constavam no Plano Salte no início dos anos 1950. Nesse caso, um dos raros momentos em que o governo se dispôs a auxiliar a economia ervateira, tendo ele enfrentado seus próprios problemas financeiros, os recursos destinados à mesma não chegaram a ser liberados.

Depois disso, o Brasil viveu períodos conturbados, que incluíram a crise do segundo governo Vargas, seu suicídio, os efeitos advindos do mesmo, as presidências interinas do país que se sucederam e a problemática posse de Juscelino Kubitschek em 1956. No governo desse último, o *Plano de Metas* priorizou mais uma vez as indústrias, sobretudo as de base, não dando igual atenção à produção de alimentos. O mesmo *Plano*, com os esforços que requereu da parte do governo, deixou problemas importantes e de difícil solução para os governos seguintes, tais como: o que dizia respeito ao caminho que deveria ser seguido para continuar o Governo promovendo o desenvolvimento brasileiro; as dívidas contraídas durante o governo JK; e a abertura ao capital externo promovida pelo mesmo. Já desde o fim de seu governo, coincidentemente, começavam a surgir – ou ressurgir – problemas de difícil solução tanto na política quanto a economia nacional. Esses problemas, por sua vez, desencadeariam uma nova crise, que seria deixada como herança ao efêmero governo de Jânio Quadros, se agravaria no turbulento governo Jango e, enfim, levaria os militares ao poder, após esses, com importante apoio civil, darem um golpe e assumirem o controle do país em abril de 1964. Sem nos delongarmos muito nas questões políticas e sociais envolvidas nesse processo, reconhecidamente tão importante da história do nosso país, o que queremos apontar aqui especialmente é que os problemas econômicos

experimentados, desde fins da década de 1950 até o fim do mandato de Humberto Castelo Branco, em inícios de 1967, recorrentemente impossibilitaram que o Governo Federal atendesse aos pedidos de recursos feitos pelos dirigentes do INM.

Por outro lado, mais uma vez devemos lembrar que a própria forma como o INM foi criado e estruturado também deram sua fundamental contribuição para sua situação. Dotando-o de uma única fonte de recursos, uma “taxa de propaganda” que insidia sobre as exportações e as vendas no mercado interno – taxa essa que era maior para as exportações, justamente as que mais passariam a dar problemas na virada dos anos 1950 para os 1960 –, o Governo Federal deixou o INM a depender da própria sorte da economia ervateira. Confiava-se – tanto o governo como, aliás, os próprios dirigentes do INM – que uma possível, significativa e sustentada futura melhora no comércio dotasse o Instituto de recursos bastantes para fazer frente aos seus compromissos burocráticos e ainda levar adiante as medidas necessárias de amparo às classes e de promoção do mate. Mas, não foi o que se viu, antes, pelo contrário, pois esse crescimento sustentado nunca veio, a manutenção do INM se tornou cada vez mais onerosa, sem que nada fosse revisto e readequado, e suas ações cada vez mais foram se tornando limitadas e inócuas. Mostramos sobre isso como o Instituto Nacional do Mate conviveu com constantes *déficits* orçamentários que lhe engessavam, que foram controlados na década de 1960 apenas para manter vivo um órgão sem poder de ação, aguardando ele uma reestruturação e um amparo por parte do Governo Federal que nunca vieram.

Ao final, a situação do INM já não lhe possibilitava mais defesa contra quem pedisse a sua liquidação. Assim é que, apesar de comissões de estudo terem sido criadas, interna e externamente ao INM, para avaliar sua estrutura e organização e apontar alternativas, o governo militar, sob a presidência de Castelo Branco, preferiu extingui-lo em fevereiro de 1967. Claro que, com base no que vimos até aqui, não podemos ser levados a pensar que essa decisão final do governo militar tenha sido meramente arbitrária, ainda que esse fator tenha tido importância a final. Além disso, ao extinguir o INM, ao menos num primeiro momento, o Governo Federal não acabou totalmente com o controle sobre a economia ervateira, mas descentralizou as decisões, confiando o futuro da economia ervateira a órgãos mais simplificados e baratos: em suas linhas gerais, aos Departamentos de Erva-mate vinculados ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e, no que dizia respeito à política de comércio

exterior do produto, em suas diferentes formas, ao Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX).

Embora não tenha sido o nosso objetivo com essa pesquisa, vez ou outra nós fizemos e poderíamos fazer ainda aqui conjecturas sobre possibilidades, sobre o que poderia ter ocorrido caso as decisões tomadas e situações vividas tivessem sido outras. Como teria sido caso o INM – digam-se os conselheiros da Junta Deliberativa – tivesse aceitado sem tanta resistência, embora de maneira racional e estratégica, a condição de fornecedor de cancheada para os uruguaios ou outros possíveis interessados? Como teria sido se a Argentina tivesse voltado atrás antes de 1967, reiniciando suas compras de mate brasileiro antes que o Governo Federal decidisse extinguir o Instituto? O INM teria sido poupado? Teria, afinal, recebido a necessária reformulação? Poderíamos, enfim, continuar imaginando as possibilidades de ação e mesmo de maior controle, caso o Governo Federal tivesse mudado a legislação do Instituto ao longo do tempo e tivesse permitido a ele praticar atos de comércio – coisa que o Instituto do Açúcar e do Alcool, por exemplo, fez especialmente com o álcool combustível no mercado interno brasileiro. Mas, como dissemos, são apenas conjecturas, pois as escolhas e possibilidades foram outras e como a história não aceita *ses*, os resultados foram os que apresentamos nessa tese.

Por fim, como últimas palavras, esperamos que esse estudo tenha contribuído de alguma forma para lançar luz sobre mais um importante aspecto da história da ervamate no Brasil. Claro que poderíamos ainda destacar alguns pontos que vão além do que pretendíamos ou podíamos tratar nessa tese e que merecem mesmo novas pesquisas, caso se encontrem novas fontes que as façam possíveis. Esse é o caso especialmente do cooperativismo ervateiro. Por certo que se poderia ir muito além do que fizemos aqui e do que foi feito também por outros estudiosos que já trataram do tema antes de nós, como, por exemplo, Marisa Correia de Oliveira, que dedicou algum espaço ao cooperativismo, especialmente o paranaense e o catarinense, em sua dissertação de mestrado de 1974. Ainda no mesmo âmbito, poderíamos indicar também a COCPM como um órgão passível de estudo mais aprofundado, tendo em vista que a mesma é pouco conhecida e recebeu muito pouca atenção de qualquer estudioso do mate até agora. Caberia auscultar arquivos físicos e digitais e compilar informações em fontes dispersas e diversas, a fim de ir mais fundo do que fizemos, a fim de melhor explorar suas ações e sua trajetória, analisando a sua importante influência sobre o

cooperativismo ervateiro brasileiro. Poderiam ainda ser objeto de um estudo mais aprofundado, as relações de trabalho nos ervais e fábricas de beneficiamento do mate, coisa que já foi feita, entre outros, em âmbito mais estrito, por Gilmar Arruda em relação à exploração selvagem dos trabalhadores indígenas e paraguaios no antigo sul de Mato Grosso por parte da Companhia Mate Laranjeira, e por nós mesmos em artigo sobre os trabalhadores dos ervais do Brasil (ARRUDA, 1997; FERNANDES, 2012).

Enfim, no mesmo sentido, nós esperamos que esse nosso texto, além de trazer respostas sobre a trajetória do Instituto Nacional do Mate e sua ação sobre a economia ervateira, sirva também como incentivo para novas pesquisas sejam feitas sobre outros tantos temas, personagens e instituições relacionados que, devido ao espaço e ao tempo que nos limitaram, foram apenas ocasionalmente tratados ou mesmo citados de relance, mas que poderiam, por certo, ajudar ainda mais a compreender a rica história do mundo ervateiro brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes primárias

ANUARIO Estadístico de Argentina. Provincia de Misiones: Secretaria de Planificacion y Control/Direccion General de Estadistica y Censos, Tomo I, 1975.

ANUÁRIO estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Ano V, 1939-1940.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil de 1967. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, v. 28, 1967.

ANUÁRIO estatístico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Ano II, Tomo I, 1922.

ANUÁRIO estatístico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior/Oficinas Gráficas da Federação, Ano IV, 1924.

ANUÁRIO estatístico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior/Oficinas Gráficas da Federação, Ano V, Tomo II, 1925-1926-1927.

BRASIL. Decreto n. 519, de 23 de junho de 1890. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 1, fasc. VI, 1895.

BRASIL. Decreto n. 520, de 23 de junho de 1890. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 1, fasc. VI, 1895.

BRASIL. Decreto n. 7.902, de 24 de setembro de 1941. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1941*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. I, 1941.

BRASIL. Decreto Imperial n. 10.390, de 9 de outubro de 1889. In *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1889*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 2, 1889.

BRASIL. Decreto Imperial n. 8.799, de 9 de dezembro de 1882. In *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1882*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 2, 1883.

BRASIL. Decreto Imperial n. 9.692 bis, de 31 de dezembro de 1886. In *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1886*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 2, 1886.

BRASIL. Decreto n. 10.755, de 30 de outubro de 1942. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1942*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. VIII, 1943, p. 178.

BRASIL. Decreto n. 20.425, de 17 de janeiro de 1946. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. II, 1946, p. 163.

BRASIL. Decreto n. 3.128, de 5 de outubro de 1938. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. IV, 1939, p. 36.

BRASIL. Decreto n. 3.937, de 13 de dezembro de 1941. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1941*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. VII, 1942, p. 631.

BRASIL. Decreto n. 60.742, de 23 de maio de 1967. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. IV, 1967, p. 304.

BRASIL. Decreto n. 60.779, de 30 de maio de 1967. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. IV, 1967, p. 337.

BRASIL. Decreto n. 61.680, de 13 de novembro de 1967. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. VIII, 1967, p. 516.

BRASIL. Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. I, 1967.

BRASIL. Decreto-lei n. 281, de 28 de fevereiro de 1967. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. I, 1967, p. 488.

BRASIL. Decreto-lei n. 289, de 28 de fevereiro de 1967. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. I, 1967.

BRASIL. Decreto-lei n. 1.402, de 5 de julho de 1939. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. VI, 1940, p. 3.

BRASIL. Decreto-lei n. 375, de 13 de abril de 1938. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. II, 1939.

BRASIL. Decreto-lei n. 2.300, de 10 de Junho de 1940. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1940*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. III, 1940.

BRASIL. Decreto-lei n. 3.937, de 13 de dezembro de 1941. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1941*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. VII, 1942.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.870, de 23 de outubro de 1942. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1942*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. VII, 1943.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.740, de 11 de agosto de 1943. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1943*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. V, 1943.

BRASIL. Decreto-lei n. 8.709, de 17 de janeiro de 1946. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. V, 1943.

BRASIL. Decreto-lei n. 816, de 27 de outubro de 1938. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. IV, 1939.

BRASIL. Decreto-lei n. 9.361, de 15 de junho de 1946. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. III, 1946, p. 207.

BRASIL. Decreto-lei n. 9.856, de 13 de setembro de 1946. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. V, 1946, p. 372.

BRASIL. Lei n. 1.102, de 18 de maio de 1950. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1950*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Vol. II, 1951.

BRASIL. Lei n. 5.025, de 10 de junho de 1966. In *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. III, 1966, p. 105.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Plano Geral de Organização Agrária*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Diretoria de Organização e Defesa da Produção, 1934.

CAF - Corporación Andina de Fomento. *Los ríos que nos unem - Integración Fluvial suramericana*. Colômbia: Ed. Guadalupe, 1998. Disponível em <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/868>>, consultado em 6/set./2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. Relatório ao PL 915/1951. In *Dossiê do PL 915/1951*. Rio de Janeiro, 1951.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto Lei n. 4.893/1962 – Denomina Instituto Brasileiro do Mate, o Instituto Nacional do Mate dando-lhe nova organização. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1963.

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE MATE. *Relatório anual apresentado pelo presidente Marcello Pimenta Velloso*. Curitiba: COCPM, 1945.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ (CODEPAR). *Economia do mate*. 2 vol.. Curitiba, 1965.

CONGRESSO COOPERATIVO DOS ERVATEIROS DO BRASIL, 1º, Curitiba, 1945. *Anais do 1º Congresso Cooperativo dos Ervateiros do Brasil*. Curitiba, 1945.

CONTRATO da Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada “Centro dos Exportadores Brasileiros de Erva Mate, Limitada”. In *Ata da 8ª sessão ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 1º/dez./1938.

CONTRATO de organização do Centro dos Industriais e Exportadores Rio-grandenses do Mate Limitada. In *Ata da 5ª Sessão Extraordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 10/mar./1939.

COPEMA - Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai. *Programa Regional de Investimento: Estudo Básico*, 2 volumes, 1969.

ERVA-MATE: origem, cultura e industrialização. IBDF/Departamento de Industrialização e Comercialização. Brasília: Ministério da Agricultura, 1975.

ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil – Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 3, 1990.

ESTUDO sobre a economia ervateira, autor desconhecido. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate*, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa. Rio de Janeiro, out./1957.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. Lei n. 349, de 8 de abril de 1873. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. Lei n. 429, de 24 de abril de 1875. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. Regulamento da Erva-mate, de 6 de dezembro de 1854. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício, Henrique de Beaupaire Rohan*. Curitiba: Tipografia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1856. Disponível em <[www.crl.edu/brazil/provincial/paraná](http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraná)>, consultado em fev./2017.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. *Relatório com que o exm. sr. vice-presidente da província, coronel Manoel Antonio Guimarães, abriu a 2ª Sessão da 10ª legislatura da Assembleia Provincial do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1873*. Curitiba: Tipografia da Viúva Lopes, 1873. Disponível em <[www.crl.edu/brazil/provincial/parana](http://www.crl.edu/brazil/provincial/parana)>, consultado em mar./2017.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. *Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Tipografia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. Disponível em <[www.crl.edu/brazil/provincial/parana](http://www.crl.edu/brazil/provincial/parana)>, consultado em fev./2017.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. *Contrato entre o governo do estado de Mato Grosso e a Companhia Mate Laranjeira*, de 2/ago./1894.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Resolução Legislativa n. 76, 13 de julho de 1894. *Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, n. 611, 17/jul./1894.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 1, de 9 de janeiro de 1930. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 16, de 1º de abril de 1931. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 2, de 11 de janeiro de 1928. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 23, de 2 de maio de 1931. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 51, de 1º de outubro de 1931. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei n. 1.626, de 4 de outubro de 1928. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Código da Erva-mate, de março de 1926. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 2.141, de 24 de dezembro de 1928. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 2.559, de 2 de abril de 1928. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 479, de 4 de agosto de 1908. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Espirais do Tempo*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. Disponível em <  
<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=233>>, consultado em 21/abr./2019.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei n. 1.898, de 12 de abril de 1919. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei n. 1.966, de 31 de março de 1920. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei n. 2.023, de 21 de março de 1921. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei n. 2.107, de 25 de março de 1922. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate* – de 1833 a 1935. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do Paraná, ao instalar-se a 1ª. Legislatura da Segunda República, em 1º de setembro de 1936*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1936.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem do Governador do Estado Affonso Alves Camargo enviada ao Congresso Legislativo*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1930. Disponível em <[www.crl.edu/brazil/provincial/parana](http://www.crl.edu/brazil/provincial/parana)>, consultado em jun./2017.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 5.426, de 14 de setembro de 1933. In INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Legislação sobre o mate – de 1833 a 1935*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, [s.d.].

INFORMAÇÃO da seção de contabilidade. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1961.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Atas das Sessões da 1ª Reunião Ordinária da Junta Deliberativa do INM*, de 16 a 18/mar./1966. Rio de Janeiro, 1966.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 1ª Sessão Ordinária Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 29/ago./1938.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 1ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 22/nov./1945.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 2ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 18/set./1957.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 2ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 25/out./1943.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 2ª Sessão Ordinária da 2ª reunião da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 25/set./1939.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 3ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 15/fev./1939.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Reunião Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 21/mar./1961.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 32ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 28/jun./1962.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 4ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa provisória do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 25/ago./1938.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 5ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 27/maio/1960.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 6ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 27/out./1949.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 7ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 28/out./1949.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 8ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 1º/dez./1938.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 8ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 17/dez./1942.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 9ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 27/out./1948.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 10ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. RJ, 19/dez./1942 (sessão da tarde).

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 13ª Sessão Ordinária da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 20/set./1946.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 22ª Sessão Ordinária da Diretoria*. Rio de Janeiro, 27/fev./1956.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da 60ª Sessão da Diretoria do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 15/ago./1957.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata sessão de instalação da 1ª reunião ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 16/mar./1966.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da Sessão de Instalação Definitiva da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 17/abr./1939.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da Sessão de Instalação Provisória do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 20/jul./1938.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Ata da Sessão Extraordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate, em homenagem ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Dr. Waldemar Falcão*. Rio de Janeiro, 25/set./1939.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1940*. Rio de Janeiro, ano I, n. 2, dez./1940.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1944*. Rio de Janeiro, 1945.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1945*. Rio de Janeiro, 1946.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1947*. Rio de Janeiro, 1948.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1962*. Rio de Janeiro: 1963.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1963*. Rio de Janeiro, 1964.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Boletim Estatístico de 1965*. Rio de Janeiro, 1966.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Discurso de Teodomiro L. de Souza, delegado do RS, na Sessão de instalação do INM, 20/jul./1938*.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Instruções n. 1, do Presidente do Instituto Nacional do Mate, reguladoras das atividades da Seção de Assistência às Cooperativas*. Rio de Janeiro, 6/jul./1946.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1957.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1957.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1958.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1958.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Antonio Souza Artigas, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1959.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1955.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1956.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1956.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1961.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1961.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Candido Mader, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1962.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1943.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1944.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1945.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1946.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1946.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1947.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1947.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1948.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1948.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1949.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1949.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1950.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Harry Carlos Wekerlin, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1966.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1961.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1963.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1963.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1964.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1964.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel Oliveira Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1965.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel Oliveira Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1965.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1966.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1959.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1959.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1960.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pedro Firman Neto, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1960.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1952.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1952.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1953.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1953.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1954.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1954.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Pretextato Taborda Júnior, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1955.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório n. 3 das Divisões da Defesa da Produção e de Controle do Mercado, apresentado à Diretoria do INM*. Rio de Janeiro: INM, mar./1940.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE: Resolução n. 183. *O Dia*. Curitiba: [s.d.], n. 06561, 3/jan./1945. Disponível em <[memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932)>, consultado em jun./2018.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE: Resolução n. 195. *O Dia*. Curitiba: [s.n.], n. 06751, 29/ago./1945. Disponível em <[memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932)>, consultado em jun./2018.

MEMORIAL “Plano Salte”, dos Sindicatos da Indústria do Mate do Paraná e de Santa Catarina, em conjunto com entidades patronais do estado do Paraná, a Sociedade Rural e a Associação Comercial. Anexo n. 4 da *Ata da 9ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*, de 27/out./1948.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Comércio exterior do Brasil – 1967*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, 1968.

OFÍCIO de Ivo Leão ao INM, de 16/mar./1948. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1948.

OFÍCIO do representante do Ministério da Agricultura ao Presidente do Instituto Nacional do Mate com sugestões sobre a economia do mate, datado de 21 de março de

1947. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1947.

PARECER da comissão encarregada de examinar o plano de financiamento do Presidente do INM. Anexo ao INSTITUTO NACIONAL DO MATE. *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1947.

PARECER da Comissão Fiscal do Instituto Nacional do Mate. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1944.

PARECER da Comissão Fiscal do Instituto Nacional Do Mate. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce Filho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1946.

PARECER da Comissão Fiscal do Instituto Nacional do Mate. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1964.

PARECER da Comissão Fiscal do Instituto Nacional do Mate. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Manoel de O. Franco Sobrinho, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1965.

PARECER de Gil Stein Ferreira, representante do Ministério da Agricultura sobre a erva-Mate. In *Ata da 3ª Sessão Ordinária da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate*. Rio de Janeiro, 24/mar./1947.

PARECER do presidente do INM sobre a Proposição n. 8. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Harry Carlos Wekerlin, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1966.

PARECER do relator da Proposição n. 1. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1964.

PARECER sobre a Proposição n. 8. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Harry Carlos Wekerlin, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1966.

PROJETO de racionalização da produção. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Carlos Gomes de Oliveira, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out/1944.

PROPOSIÇÃO N. 1. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1964.

PROPOSIÇÃO N. 8. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Harry Carlos Wekerlin, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, out./1966.

REQUERIMENTO N. 11, do Sindicato da Indústria do Mate no Estado do Paraná. Anexo ao *Relatório do Presidente do Instituto Nacional do Mate, Jorge de Lima, apresentado à Junta Deliberativa*. Rio de Janeiro, mar./1963.

SINDICATO DOS INDUSTRIAIS E EXPORTADORES DO PARANÁ E SANTA CATARINA. *Mercado do Rio Grande do Sul*. Proposições apresentadas à 7ª Sessão Ordinária Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate. Rio de Janeiro: INM, mar./1949.

SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO. Instrução n. 239, de 22 de abril de 1963. In *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 24/abr./1963.

### *Jornais*

200 MILHÕES para instalar fábricas de mate solúvel. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 01582, 24/jun./1960. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em jan./2019.

3 MILHÕES de cruzeiros para propaganda do mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados/ S.A. Diário do Paraná, n. 01283, 25/jun./1959. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em jan./2019.

A DEFESA da erva-mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 11.695, 14/fev./1934. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 4/set./2017.

A ERVA-MATE e o governo do Paraná. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.839, 5/set./1930. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 20/ago./2017.

A HORA esperada. *O Dia*. Curitiba: Empresa Editora “O Dia”, n. 4.457, 4/fev./1938. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932>, consultado em 9/set./2017.

A IMPORTAÇÃO de cafeína no Brasil e nos Estados Unidos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 00159, 9/jul./1941. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\_01>, consultado em out./2018.

ANTEPROJETO de criação do Banco de Crédito do Mate. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 20.601, 25/maio/1960. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em nov./2018.

A PRODUÇÃO e comércio da cafeína no Brasil. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 00016, 20/jan./1942. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\_07>, consultado em out./2018.

A POLÍTICA argentina do mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 10.828, 23/ago./1930. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 20/ago./2017.

A QUESTÃO ervateira. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 10.890, 16/jun./1931. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 20/ago./2017.

A REPERCUSSÃO lá fora dos atos beneméritos do governo: a administração do presidente do Paraná elogiada na A. C. do Rio. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 10.743, 15/maio/1930. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em set./2017.

ARMAZÉM-ESCOADOURO para o mate de Mato Grosso. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 19.775, 12/set./1957. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em nov./2018.

A SEMANA do Conselho Federal do Comércio Exterior. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 00256, 30/out./1941. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\_01>, consultado em out./2018.

A TRAGÉDIA do mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 10.927, 29/jul./1931. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 9/set./2017.

AUMENTA o consumo de mate solúvel. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 20.217, 22/fev./1959. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em dez./2018.

AINDA o caso do mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 12.961, 9/abr./1938. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 9/set./2017.

A PEDIDOS. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: S.A. Diário de Notícias, n. 11.824, 1/jun./1961. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\_04>, consultado em jan./2019.

ATINGIRAM 1,8 milhões de dólares as vendas de mate ao Chile em 1964. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 03389, 18/maio/1965. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em jan./2019.

BONILHA diz que Instituto do Mate trai Mato Grosso. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 22.626, 7/jan./1967. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em jan./2019.

BRASIL consumiu mais e exportou menos erva-mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 03287, 15/jan./1965. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em nov./2018.

CAFEÍNA – produção e exportação. *A Gazeta da Farmácia*. Rio de Janeiro: Órgão Independente, Informativo e Defensivo dos Interesses da Farmácia, n. 00154, fev./1945. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029548>, consultado em dez./2018.

COMERCIALIZAÇÃO da erva-mate depende ainda das suas formas tradicionais de apresentação. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 01951, 12/out./1961. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em jan./2019.

COMPANHIA norte-americana propôs industrialização do mate para os EUA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 20.127, 5/nov./1958. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em dez./2018.

CONFEDERAÇÃO Nacional dos Produtores de Mate do Brasil. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 12.373, 6/maio/1936. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 9/set./2017.

CONSELHO Nacional do Mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 11.784, 31/maio/1934. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em set./2017.

COOPERATIVISMO ervateiro. *A Tarde*. Curitiba: [s.d.], 02088, 15/maio/1957. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596 >, consultado em out./2018.

COTAS de exportação de cafeína. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 15.592, 31/ago./1944. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em nov./2018.

DISCURSO pronunciado pelo Deputado Aramis Athayde. *O Dia*. Curitiba: Empresa Editora “O Dia” SA, n. 08777, 8/ago./1951. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932>, consultado em dez./2017.

ECONOMIA ervateira deverá ser impulsionada com a nova estruturação do INM. *Correio do Paraná*. Curitiba: Órgão do Partido Liberal Paranaense, n. 01587, 11/out./1964. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171395>, consultado em jun./2018.

EDITORIAL. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 11.111, 12/mar./1932. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 9/set./2017.

EMPOSSADO o novo presidente do Instituto Nacional do Mate – O Sr. Diniz Junior vai servir no Ministério das Relações Exteriores. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá: [s.n.], n. 00484, 21/maio/1941. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=098086 >, consultado em dez./2017.

ERVA-MATE. *A Notícia*. Joinville: Empresa Editora “A Notícia”, n. 854, 26/maio/1931. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709>, consultado em 9/set./2017.

ERVA-MATE. *Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio de 1911*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=180688>, consultado em 17/fev./2017.

ERVATEIROS do país lançam nova ofensiva na conquista de mercados: criada a EMABRA. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados/S.A. Diário do Paraná, n. 01149, 14/jan./1959. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em jan./2019.

ERVATEIROS estão tranquilos com últimas providências do INM. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: S.A. Diário de Notícias, n. 11.894, 22/ ago./1961. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\_04>, consultado em jan./2019.

ESTAMOS bem arranjados! *A Notícia*. Joinville: Empresa Editora “A Notícia”, n. 11.557, 29/ago./1933. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709>, consultado em 9/set./2017.

ESTIMATIVA da produção de mate. *O Dia*. Curitiba: [s.d.], n. 06862, 16/fev./1946. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932>, consultado em jun./2018.

EXPANDE-SE o interesse pela comercialização do mate nos Estados Unidos: formada a Nu-Matte. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 01097, 12/nov./1958. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em nov./2018.

EXPORTAÇÃO de cafeína e teobromina. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 16.943, 23/mar./1948. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em nov/2018.

FULIGEM do café (palestra realizada na União Farmacêutica de São Paulo pelo farmacêutico A. Giachetto). *A Gazeta da Farmácia*. Rio de Janeiro: Órgão Independente, Informativo e Defensivo dos Interesses da Farmácia, n. 153, jan./1945. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029548>, consultado em dez./2018.

FUNDO de expansão do mate. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 21.503, 12/maio/1963. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em nov/2017.

GRANDES resultados colhidos pelo 2º Congresso dos Ervateiros. *O Dia*. Curitiba: [s.d.], 10580, 19/jul./1957. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932>, consultado em out./2018.

GRANDE vitória das cooperativas de mate no Brasil. *Diário da Tarde*. Curitiba: Editora “Diário da Tarde”, n. 16.187, 4/nov./1946, p. 1; 6. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em jul./2017.

INSTITUTO Nacional do Mate – Resolução n. 37. *Correio do Paraná*. Curitiba: Órgão do Partido Liberal Paranaense, n. 08202, 18/mar./1940. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171395>, consultado em ago./2018.

JORDAN, Felinto. A erva-mate na indústria catarinense. *A Notícia*. Joinville: [s.n.], 5/set./1962.

LIBERADAS as importações de mate pelo Uruguai: mercado de 7 milhões de dólares. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados/ S.A. Diário do Paraná, n. 01204, 21/mar./1959. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em jan./2019.

LUTA entre industriais de mate e os exportadores de cancheada. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: S.A. Diário de Notícias, n. 11.821, 28/maio/1961. Disponível em

<memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\_04>, consultado em jan./2019.

MAIS uma fábrica de cafeína do mate inaugura-se no Brasil. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 14.407, 21/out./1941. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em nov./2018.

MATE brasileiro poderá obter mercado de 100 milhões de dólares. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 19.669, 11/maio/1957. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em dez./2018.

MATE brasileiro serve para produzir uísque. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 20.142, 22/nov./1958, p. 7. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em nov/2018.

MATE para vendas e leva à miséria 20 mil famílias. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 22.485, 24/jul./1966. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em dez./2018.

MATE solúvel. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 03864, 1º/jun./1968. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em nov./2018.

MATE solúvel abre perspectiva para aumento de consumo e exportação. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 20.671, 14/ago./1960. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em dez./2018.

MATE solúvel – descoberta de um cientista americano. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 19.032, 14/abr./1955. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em dez./2018.

MATE solúvel na Alemanha. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 19.795, 5/out./1957. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em dez./2018.

MATE solúvel na lista da ALALC. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 03192, 23/set./1964. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em dez./2018.

MATE solúvel nova fonte de renda. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 01582, 24/jun./1960. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em nov./2018.

MATE terá produção modificada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 00260, 5/nov./1966. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\_01>, consultado em out./2018.

MATO GROSSO acusa o INM: boicota o mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 13.539, 7/jan./1967. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em jan./2019.

MINISTÉRIO da Agricultura – caféina extraída do mate. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 15.195, 17/maio/1944. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em nov./2018.

NOVAMENTE em foco o palpitante problema do mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.970, 24/set./1931. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 9/set./2017.

O DEPARTAMENTO Nacional do Mate e sua localização no Rio de Janeiro. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 11.162, 13/maio/1932. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 9/set./2017.

O DESASTRE do mate do Paraná. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.917, 17/jul./1931. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 9/set./2017.

O GRAVE problema da industrialização do cacau. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 15.456, 23/mar./1945. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em nov./2018.

O INSTITUTO Nacional do Mate e sua esperada criação. *O Dia*. Curitiba: Empresa Editora “O Dia”, n. 4.496, 25/maio/1938. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932>, consultado em 9/set./2017.

O MATE brasileiro. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 45, 1939. Disponível em <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=123021>, consultado em 28/mar./2017.

O MATE e as possibilidades de sua propaganda nos Estados Unidos. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.656, 18/jan./1930. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 9/set./2017.

O MATE – organização de sua economia em bases cooperativistas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 00262, 7/nov./1942. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\_01>, consultado em out./2018.

O PALPITANTE problema do mate. *A Notícia*. Joinville: Empresa Editora “A Notícia”, n. 942, 22/set./1931. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709>, consultado em 9/set./2017.

O PROBLEMA do mate na mensagem presidencial. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.890, 11/fev./1930. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 9/set./2017.

O PROBLEMA do mate. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 22, out./1937. Disponível em <memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=123021> consultado em 15/abr./2017.

OS INIMIGOS do nosso mate. *O Dia*. Curitiba: Empresa Editora “O Dia”, n. 3.600, 26/maio/1936. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932>, consultado em 9/set./2017.

PADRONIZAÇÃO do mate. *O Dia*. Curitiba: Empresa Editora “O Dia” SA, n. 05351, 10/jan./1941. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932>, consultado em nov./2018.

PERISCÓPIO. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 13.585, 4/mar./1967. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\_04>, consultado em out./2018.

PLANIFICAÇÃO cooperativista do mate. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora "O Observador", n. 172, maio/1950. Disponível em <memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=123021>, consultado em 20/mar./2017.

PORCENTAGEM para a exportação de erva-mate para o Uruguai. *Diário da Tarde*. Curitiba: Propriedade da Viúva Hildebrando de Araújo, n. 20.418, 12/ ago./1961. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 9/set./2017.

PORQUE não se pôs em prática o plano da erva-mate. *A Notícia*. Joinville: Empresa Editora “A Notícia”, n. 944, 24/set./1931. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709>, consultado em 9/set./2017.

PORQUE não se pôs em prática o plano da erva-mate. *Diário da Tarde*. Curitiba: [s.n.], n. 10.971, 25/set./1931. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 9/set./2017.

PORTARIA 14, de 4/nov./1942. In O MATE – organização de sua economia em bases cooperativistas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], n. 00262, 7/nov./1942. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\_01>, consultado em out./2018.

PRIMEIRA fábrica de mate solúvel em nosso país. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 00682, 4/jul./1957. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em nov./2018.

PROBLEMAS da produção ervateira. *O Dia*. Curitiba: [s.n.], 08131, 12/jun./1949. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932>, consultado em out./2018.

PRODUÇÃO e comércio da cafeína no Brasil. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 14.547, 7/abr./1942. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em dez./2018.

PRODUTOS Químicos Alca SA. *Correio da Manhã*. R. de Janeiro: [s.d.], n. 15.565, 31/jul./1945. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em nov./2018.

PROPAGANDA racional para brasileiro beber mais mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados/ S.A. Diário do Paraná, n. 01392, 30/out./1959.

Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em jan./2019.

QUEIXAS dos produtores de mate do Rio Grande do Sul. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 14.411, 25/out./1941. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em out./2018.

QUÍMICOS para o Brasil. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 17.082, 24/nov./1948. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em out./2018.

REGULARIZAÇÃO do mercado externo do mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 01452, 10/jan./1960. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em nov./2018.

SINDICATO Patronal dos Exportadores de Erva-Mate de Curitiba. *Diário da Tarde*. Curitiba: Empresa Editora “Diário da Tarde”, n. 12.031, 21/mar./1935. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074>, consultado em 9/set./2017.

SURGEM novas e promissoras perspectivas para o futuro da economia ervateira. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados/S.A. Diário do Paraná, n. 01166, 3/fev./1959. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em nov./2018.

TELEGRAMAS recebidos pelo chefe do Governo. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 00248, 24/out./1941. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\_07>, consultado em nov./2018.

UMA FÁBRICA de extração de cafeína em Jaraguá. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 00233, 7/out./1941. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\_07>, consultado em nov./2018.

VAMOS extrair cafeína do mate. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.d.], n. 14.415, 30/out./1941. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em out./2018.

VENDA direta de chimarrão aos consumidores uruguaios. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: [s.n.], 16.688, 2/jun./1957. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\_05>, consultado em out./2018.

WEKERLIN mais otimista acredita que Argentina voltará a comprar mate. *Diário do Paraná*. Curitiba: Órgão dos Diários Associados, n. 03460, 31/jan./1967. Disponível em <memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672>, consultado em nov./2017.

## Fontes secundárias

- ALENCAR, F.R. de. *Erva-mate*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1960.
- ALMEIDA, Rufino P. *Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira. O estudo da companhia industrial*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 1979.
- AMARAL, Victor. *Erva-mate ou chá do Paraná*. Curitiba: Tipografia da República, 1903.
- ANICHINI, Juan José. El sector industrial. In *Nuestra Tierra*, Montevideo: Editorial “Nuestra Tierra”, n. 21, set./1969.
- ARANHA, Luiz Fernando de Souza. *O mercado ervateiro*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas/Universidade de São Paulo, 1967.
- ARDENGI, Lurdes G. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões*. Dissertação (Mestrado em História) – UPF, Passo Fundo, 2003.
- ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Larangeira*. Londrina: Ed. UEL, 1997.
- BACILLA, Antonio. *O drama do mate*. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1946.
- BALANÇO de pagamentos e câmbio. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: IBRE/FGV, fev./1964.
- BANDEIRA, Muniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. Brasília: EDUNB/ São Paulo: Ed. Ensaio, 1993.
- BARRÁN, José P.; NAHUM, Benjamín. *Historia rural del Uruguay Moderno*. Tomo II – 1886 a 1894 (La crisis económica). Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1971.
- BARROS, José D’Assunção. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 11, jan./2008.
- BERTAGNOLI, Lucrécia C. *Indústrias de beneficiamento de erva-mate no estado do Paraná (1890-1977)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 1978.
- BRAND, Antonio J.; FERREIRA, Eva M. L.; ALMEIDA, Fernando A. A. de. Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos. In XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH – história, guerra e paz, Londrina, 2005. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH – história, guerra e paz*, 2005. Disponível em <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0129.pdf>>, consultado em jan./2017.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983*. 15ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CANO, Wilson. Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional. In XI Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR. Salvador, 2005. *Anais do XI Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR*, 2005.
- CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

- CARDOSO, Ciro F.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- CARLEVARI & CARLEVARI. *La Argentina 1994: estructura humana y económica*. 11 ed. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1994.
- CAVALLO, Domingo Felipe; RUNDE, Sonia Cavallo. *Historia económica de la Argentina*. Buenos Aires: El Ateneo, 2018.
- CAVLAK, Iuri. A união entre Brasil e Argentina no desenvolvimentismo (1958-1962). *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n. 17, 2009.
- CONVERSE, Luis Andrés. *Política económica de la yerba mate*. Tese Doctoral (en Ciencias Económicas) – Universidad de Buenos Aires – Facultad de Ciencias Económicas, Buenos Aires, 1940.
- CORRÊA FILHO, Virgílio [1925]. *À sombra dos herveiros*. Campo Grande: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2011.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Rio de Janeiro: SAI, 1954.
- COSTA, Francisco Leite Alves. *O mate* (Exploração, Indústria e Exportação). Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção / Ministério da Fazenda, 1935.
- COSTA, Samuel Guimarães da. *A erva-mate*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.
- COSTA, Samuel Guimarães da. *Economia ervateira*. [s.l.]: Centro Nacional do Exército, 1958.
- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO (DASP). Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Disponível em <cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>, consultado em 6/ago./2018.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder – relações de classe. In FAUSTO, Boris (diretor). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Republicano, tomo 3, vol. 3: sociedade política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ECKERT, José Paulo. *O povo dos herveiros – entre o extrativismo e a colonização* (Santa Cruz, 1850-1900). Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2011.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre: v. 9, n. 3, jul-dez./2015.
- FERNANDES, José A. Trabalhadores da erva-mate: os 'mundos ervateiros' e as relações de trabalho no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. *História e-História*, v. 2, p. 1-10, 2012.
- FERNANDES, José A. *Erva mate e frentes pioneiras: dois mundos em um só espaço* (1945 a 1970). Curitiba/PR: Ed. Prismas, 2017.
- FERREIRA, Eva M. L. *A participação dos índios Kaiowá e Guaraní como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)*. 2007. 383 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.
- FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência*. Tese

- (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Presidente Prudente, 1967.
- FILOMENO, Felipe Amin. A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. *Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, v. 9, n. 1 [38], p. 135-171, abr./2010.
- FURTADO, Celso. *A economia latino-americana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. Tese (Doutorado em História) – UFSC, Florianópolis, 2013.
- GIAMBIAGI, Fabio et. al.. *Economia brasileira contemporânea (1945-2010)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GOULARTI FILHO, Alcides. Estado, instituições e regulação das atividades ervateiras no Brasil. *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: v. 6, n. 1, jan-abr./2014.
- GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. 3ª ed., rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.
- GREMAUD, Amaury P.; SAES, Flávio A. M. de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, 1997.
- JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate: o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970*. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados, 2004.
- JOPPERT, Armando. *A erva-mate na Argentina – notas e estatísticas*. São Paulo: FCEA/USP, 1964.
- LACERDA JÚNIOR, José. Entrevistado por Lucrecia C. Bertagnoli, em 27/abr./1976. *Apud BERTAGNOLI, Lucrécia C. Indústrias de beneficiamento de erva-mate no estado do Paraná (1890-1977)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 1978.
- LEÃO, Ermelino A. *Mate – chá do Paraná*. Curitiba: 1931.
- LENZ, Maria H.. Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX: o início da insustentabilidade do modelo aberto. *Economia e Sociedade*, Campinas: Unicamp, v. 15, n. 2 (27), ago./2006.
- LEVY, Maria Bárbara; SAES, Flávio Azevedo M. de. Dívida externa brasileira 1850-1913: empréstimos públicos e privados. *História Econômica & História de Empresas*, [S.l.], v. 4, n. 1, jul. 2012. Disponível em <[www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=87&path%5B%5D=169](http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=87&path%5B%5D=169)>, consultado em 20/abr./2017.
- LIMA, Lucas V. das Chagas. *A cafeicultura no estado do Paraná: sua implementação, desenvolvimento e auge*. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – UFPR, Curitiba, 2014.
- LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1969.

- LUNA, Félix. *Argentina: de Perón a Lanusse (1943-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MAGÁN, María V. El intercambio de yerba mate entre Brasil y Argentina y los Tratados de Comercio de 1933 y 1935. In Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre, 2005. *Anais das Segundas Jornadas de História Regional Comparada*, 2005.
- MAGÁN, María V. La Dirección de Yerba Mate y la Comisión Reguladora (CRYM). El sector yerbatero argentino y el intervencionismo estatal, entre 1947 y 1957. In XXI Jornadas de Historia Económica. Caseros (Pcia. de Buenos Aires), 2008. *Anais do XXI Jornadas de Historia Económica*. Caseros (Pcia. de Buenos Aires): AAHE/Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2008.
- MARTINS, Romário. *Ilex Mate - Chá Sul-Americano*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926.
- MELLER, Patricio. *Un siglo de economia politica chilena (1890-1990)*. Santiago de Chile: Editorial Andres Bello, 1998.
- MELLO, Leonel I. Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no cone sul*. São Paulo: Anna Blume, 1996.
- MENEZES, Ana Paula. *Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): a agricultura e a exploração da madeira (1950-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.
- MORAES, Fábio F. de. Expansão do mercado e da produção: o auge do mate catarinense. In VIII Encontro de Economia Catarinense, Rio do Sul/SC, 2014. *Anais das VIII Encontro de Economia Catarinense*, Rio do Sul/SC: APEC, 2014.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- NAGLIS, Suzana G. Batista. "Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto": os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.
- OLIVEIRA, Carlos G. de. *Economia do mate*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Mate, 1943.
- OLIVEIRA, Marisa C. de. *Estudo da erva mate no Paraná: 1939-1967*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.
- PAES, I. Marlus. *Instituto Nacional do Mate e Instituto Nacional do Pinho: estudo institucional comparado*. Monografia (Graduação Engenharia Florestal) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2010.
- PEREIRA, Francisco F. *Rumo certo para a política econômica do mate – Discurso proferido em sessão da Câmara dos Deputados do Brasil*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 46ª impressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó. A navegação na bacia do Paraná e a integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional. *História Econômica & História de Empresas*. Vol. VII, n. 1, jan-jun. 2004 (a).

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Caminhos da erva mate: a montagem da rede de transportes associada à economia ervateira sul-mato-grossense (1882-1902). In Congresso Latinoamericano de Historia Económica (CLADHE-II), Ciudad de México/México, 2010. *Anais do Congresso Latinoamericano de Historia Económica (CLADHE-II)*, Ciudad de México/México: UNAM, 2010.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Campo Grande/MS: Editora UFMS; Bauru: Edusc, 2004 (b).

RECKZIEGEL, Ana Luiza S. A integração econômica entre Brasil e Argentina: possibilidades e limites (1951-54). In: Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada, Porto Alegre, 2005. *Anais das Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. v.1. Disponível em <[cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H2-02.pdf](http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H2-02.pdf)>, consultado em 25/jul./2016.

ROMERO, Luiz Alberto. *Breve história contemporânea de la Argentina*. 2ª ed, 17ª reimp. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

ROSA, Lilian da. *A trajetória do setor ervateiro na Província do Rio Grande Do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Unicamp, Campinas/SP, 2015.

SAES; Alexandre M.; SAES, Flávio A. M. de. *História Econômica Geral*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

SARETTA, Fausto. O Governo Dutra na transição do capitalismo no Brasil. In SZMRECSÁSYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1982.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979.

TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

THIAGO, Raquel S. *Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Baptista*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1988. Projeto Memória Pública de Santa Catarina.

TOMASSINI, Luciano. Economia e sociedade no Chile. Um retrospecto histórico. *DEP: Diplomacia, Estratégia e Política*, Brasília: Projeto Raúl Prebisch, n. 10, out/dez 2009.

UCHA, Danilo; BELEDELI, Marcelo. *Sindimate-RS: 70 anos*. Porto Alegre: Editora Palomas, 2012.

URUGUAI. In *Enciclopédia Latino-americana*. São Paulo: Boitempo. Disponível em <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/u/uruguai>>, consultado em dez./2018.

VALLARO, Angel. *Yerba mate, yerbatales argentinos, extensión, situación, importancia de sua cultivo, su industria, adulteraciones, comercio, fomento, protección y fiscalización*. Tese Doctoral (en Ciencias Económicas) – Universidad de Buenos Aires – Facultad de Ciencias Económicas, Buenos Aires, 1916.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho. 1850-1920*. Ijuí/RS: Unijui, 1997.

WHIGHAM, Thomas. *La Yerba Mate del Paraguay (1780–1870)*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1991.